

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS



DOUTORAMENTO EM: Estudos Europeus (Dominante Económica)

TESE

***A DIMENSÃO CULTURAL DA LUSOFONIA
COMO FACTOR DE RELEVÂNCIA ECONÓMICA***



SANDRA MARIA DE JESUS PEREIRA

ORIENTADORES:

PROF. DOUTOR ERNÂNI RODRIGUES LOPES e, posteriormente,
PROF. DOUTOR EDUARDO LOPES RODRIGUES

N.º de palavras: 110 421

Lisboa, Dezembro 2011

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO	3
I. OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO	3
II. RELEVÂNCIA	5
III. METODOLOGIA.....	11
IV. ESTADO DA ARTE	17
1. A NATUREZA CONCEPTUAL DA LUSOFONIA	18
1.1 OS SIGNIFICADOS POSSÍVEIS	24
1.2 A DIMENSÃO UNIVERSALISTA.....	27
1.3 O «ESPAÇO LUSÓFONO».....	29
1.4 O MAR ENQUANTO ELEMENTO DENSIFICADOR DO ESPAÇO LUSÓFONO	36
2. A DIMENSÃO CULTURAL DA LUSOFONIA	49
2.1 A COMPONENTE «CULTURA»	50
2.2 AS VERTENTES ASSOCIADAS	58
2.2.1 A LÍNGUA.....	59
2.2.2 AS MANIFESTAÇÕES/TRADIÇÕES/ACTIVIDADES CULTURAIS	87
3. A DIMENSÃO ECONÓMICA DA LUSOFONIA.....	96
3.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DA CPLP	100
3.2 A LUSOFONIA COMO UMA BASE PARA A INTENSIFICAÇÃO DESSAS RELAÇÕES	148
3.3 O SIGNIFICADO/PESO DA LUSOFONIA NA ECONOMIA MUNDIAL	161
3.4 A LUSOFONIA COMO FACTOR DE RELEVÂNCIA ECONÓMICA.....	181
4. O POTENCIAL DA PRESENÇA LUSÓFONA.....	192
4.1 O BINÁRIO CPLP/LUSOFONIA	195

4.2 ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL QUE ENVOLVEM PAÍSES LUSÓFONOS.....	210
4.2.1 DESTAQUE PARA O MERCOSUL E ALGUNS BLOCOS REGIONAIS EM ÁFRICA	218
4.2.2 RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL <i>VERSUS</i> COMERCIAL	220
4.2.3 DESAFIOS QUE SE COLOCAM À UE NA DINAMIZAÇÃO DESTES ESPAÇOS.....	238
4.3 ANGOLA E BRASIL: DOIS CASOS PARTICULARMENTE RELEVANTES	257
4.4 A LUSOFONIA COMO VECTOR PORTADOR DE FUTURO.....	285
4.5 OS INSTRUMENTOS FUNDAMENTAIS.....	288
5. A UE E A LUSOFONIA	294
5.1 AS CIMEIRAS UE-ÁFRICA.....	324
5.2 AS CIMEIRAS UE-BRASIL	334
5.3 OS MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO / PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE APOIO.....	342
6.O POTENCIAL DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS-ICC NA UE.	350
6.1 O QUE SÃO AS ICC	356
6.2 O SECTOR CULTURAL E CRIATIVO EM PORTUGAL.....	360
6.3 OS EFEITOS POSITIVOS DAS ICC	374
6.4 APOIOS DA UE AO SECTOR CULTURAL DOS PAÍSES ACP	386
CONCLUSÕES.....	391
REFLEXÕES FINAIS	420
BIBLIOGRAFIA E FONTES	422
LISTA DE ACRÓNIMOS	476
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS.....	483
AGRADECIMENTOS	490

Introdução

No âmbito do curso de Doutoramento em Estudos Europeus – Dominante Económica, esta tese, com uma vocação de análise geopolítica, aborda o tema – “A DIMENSÃO CULTURAL DA LUSOFONIA COMO FACTOR DE RELEVÂNCIA ECONÓMICA”. A elaboração deste trabalho foi orientada, entre Novembro de 2008 e Novembro de 2010, pelo ilustre e saudoso Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, tendo tido oportunidade de contar com os seus doutos saberes e a sua profícua experiência, pessoal e profissional.

Desde Janeiro de 2011, que o prosseguimento deste trabalho tem beneficiado da orientação do Prof. Doutor Eduardo Lopes Rodrigues, que se tem revelado bastante auspiciosa, através de úteis recomendações, sugestões e indicações prontamente transmitidas, para além das constantes palavras de incentivo.

I. Objecto de investigação

Compreender como a dimensão cultural da Lusofonia poderá ou não constituir um factor de relevância económica é a questão central que constitui o objecto desta tese.

Perante o inegável e imparável processo de globalização da economia, a *Lusofonia* corresponde a uma área cultural cheia de possibilidades, potencialidades e solidariedades que decorrem da partilha de uma mesma língua, dos mares/oceanos e da miscigenação de memórias e tradições cujo desafio de articulação da capacidade de sonhar, de acreditar e de envolvimento em causa com os sete elementos fundamentais elencados pelo Prof. Ernâni Lopes – espaço, tempo, coisas (ou estruturas), homens (ou actores), poder, riqueza (estes dois últimos abstractos constituem matérias importantes na geopolítica) e espírito (considerado como a grande envolvente, representando um dos aspectos cruciais neste contexto).

A Lusofonia, «*questão estratégica fundamental*»¹, enquanto factor de «*relevância*»² económica, mais que uma herança do passado, realidade do presente, é um projecto para o futuro. É ainda motivada pela sua universalidade multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas³, em que a cultura, enquanto “*motor e reflexo da transformação económica, política e social*”⁴, bem como o progresso são resultantes da mistura acima aludida e a construção das identidades nacionais decorrem de um conjunto de símbolos ao longo do tempo – a relação do “*eu contra o outro*” e do “*eu com o outro*” que, de acordo com uma expressão de Mahatma Gandhi, “*o eu é o outro*”.

Neste contexto surgem algumas questões complementares que o processo de investigação a desenvolver procurará responder, a saber:

- Como se repercute na Lusofonia a concorrência⁵ entre espaços linguísticos à escala global?
- Em que condições a Lusofonia poderá ser capaz de criar uma dinâmica duradoura de auto-sustentação e reprodução no tempo?
- Qual a mensagem/contribuição do binário Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)/Lusofonia ao Mundo, face às crises da contemporaneidade?

¹ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol.

² Definição inspirada em LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2002), *A difícil tranquilidade do Euro. A porta estreita da relevância*, Porto: Vida Económica.

³ MARTINS, Moisés de Lemos; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa (eds.) (2006), *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras.

⁴ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «A situação da economia portuguesa e as perspectivas de actuação do CRL», Jantar-Conferência, Círculo de Reflexão Lusófona (CRL), Lisboa, 1 de Março de 2010. (Texto policopiado)

⁵ Este conceito será explicitado no Cap. 2, em 2.2.1., mas sobre o qual se pode, desde já, adiantar que é diferente da definição de competitividade, representando um jogo onde vários actores buscam um prémio, a que é atribuído um «valor», jogo esse que tem lugar: em termos económicos, no mercado; em termos de espaços linguísticos, em «*espaços de transacção*» mais amplos e só depois no mercado. Neste último caso – concorrência entre espaços linguísticos – esse «*jogo*» é feito de múltiplas formas, por exemplo, via consideração das línguas oficiais ou ao nível das editoras / revistas, entre outras.

Em suma, procurar-se-á aplicar a *fórmula*⁶ – *Compreender / Assumir / Agir*, o chamado “*tríptico conceptual básico*”⁷ enunciado pelo Prof. Ernâni Lopes, no sentido de se saber compreender as mudanças do processo histórico, tendo a capacidade de conceber e concretizar as novas soluções que a História tende, discretamente, a exigir, tal como quando também o Prof. Eduardo Lopes Rodrigues advoga a transição da «*sociedade do conhecimento*» para a «*sociedade das competências*» (do «*saber fazer*» para o «*fazer*», ou seja, da «*potência*» ao «*acto*»).

II. Relevância

Partindo do pressuposto de que a «*Cultura*», do ponto de vista antropológico não deve estar ao nível da economia nem da política, na medida em que se encontra a montante numa correlação antinómica com a Natureza, pretende-se averiguar, pelas características que lhe são inerentes, se se poderá tratar ou não de um contributo para o desenvolvimento económico e social de alguns países.

O processo de globalização, nas suas múltiplas vertentes – a primeira, protagonizada por Portugal através das Descobertas e a última protagonizada pela explosão das tecnologias de informação e comunicação (TIC), como forças motrizes de desenvolvimento – reflecte uma realidade plural/heterogénea e ela própria em mutação, com os fluxos migratórios que lhe estão associados, afectando as nossas sociedades, quebrando as fronteiras e alterando os nossos comportamentos, e as culturas que estão em transformações intensas e constantes. Ora “*se a Lusofonia resultou da primeira vaga da globalização (século XV), faz sentido que se afirme nesta aldeia global*”⁸. Foi a partir do século XVI que começou verdadeiramente a globalização cultural, com o inter-relacionamento de mundos até aqui isolados, devendo assumir um rosto humano de modo a fomentar e não a destruir a solidariedade entre os povos, para que não seja considerada como um novo colonialismo, em que os mais fortes continuarão a subjugar os mais fracos.

⁶ Expressão utilizada pelo Prof. Doutor EDUARDO LOPES RODRIGUES durante a sua intervenção no Colóquio “O Futuro da Europa” (no âmbito das Comemorações do Dia da Europa 2011 e de uma cerimónia de homenagem ao Prof. Ernâni Lopes) organizado pelo Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa (UCP) em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e a Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa, 6 de Maio de 2011.

⁷ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 10.

⁸ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 264.

Chacon advoga que “*O Estado é mais uma das expressões da cultura, produto e protector da identidade nacional*”⁹. Este multiculturalismo esteve ligado a expansões coloniais e a relações políticas entre Estados-nações. Actualmente, os movimentos culturais não correspondem unicamente a esta ligação. Assiste-se agora a um processo de interacção das culturas que escapa aos Estados e que poderá ser melhor compreendida, quando perspectivada no contexto das dinâmicas de globalização e da mega concorrência¹⁰. Com a intensificação da interdependência dos processos de *Globalização* e *Regionalização*, muitos autores vaticinaram o colapso dos Estados-nações¹¹. No entanto, têm vindo a revelar-se errados, assistindo-se a múltiplas metamorfoses daquela entidade política, manifestando novos esforços convergentes “*(...) no sentido da Construção de Estados como factor imprescindível para assegurar a governação e a ordem mundial no século XXI*” (LOPES RODRIGUES, 2008b: 196).

Com efeito, na viragem do século XX para o XXI, “*os Estados vão deixando de ser nacionais e plurinacionais e tornam-se, os que para isso dispõem de poder económico e científico-tecnológico, portanto militar e político, em Estados transnacionais*” (CHACON, 2002: 29) em que o seu poder económico é-lhes dado por suas empresas também transnacionais, sedeadas num Estado-nação e dele projectadas em outros. Porém, a excessiva concentração da globalização no comércio, na economia, na aquisição de tecnologia avançada, no mercado internacional, etc, faz com que sejam desviados recursos das áreas que realmente poderão gerar desenvolvimento humano como a educação, a saúde pública e a justiça social.

A este propósito considera-se que a construção da nação em África – mosaico linguístico, cultural e estratégico – é o resultado da interacção entre a herança africana e o legado colonial, entre os valores africanos e os valores europeus ou ocidentais, entre a tradição e a modernidade, originando ainda essa interacção a formação de um novo elemento que contempla ambivalência cultural e cuja identidade se define mais facilmente pela diferença no contexto internacional¹², ou seja, na «*glocalização*».

⁹ CHACON, Vamireh (2002), *O Futuro Político da Lusofonia*, Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo (edição realizada com o apoio da Fundação Oriente), p. 19.

¹⁰ CRISTÓVÃO, Fernando (Dir. e Coord.); AMORIM, Maria Adelina; MARQUES, Maria Lúcia Garcia; MOITA, Susana Brites (2005), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores.

¹¹ LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2008b), «A nova estrutura do Tratado de Lisboa e a política de concorrência na União Europeia», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, pp. 189-227.

¹² GRAÇA, Pedro Borges (2005), *A Construção da Nação em África*, Coimbra: Livraria Almedina.

A construção de um pensamento africano não deve, assim, passar pela anulação das línguas e culturas¹³. Neste sentido, a diversidade de identidades, vital para consolidar a soberania nacional, funciona como agente de ligação e garante a sua sustentabilidade, tendo presente que o «*Espaço lusófono*» representa um apetecível mercado de milhões de consumidores, bem como a *porta de entrada* noutros mercados e culturas. Ademais, se a globalização é inevitável, a aposta na difusão internacional da cultura lusófona, através da massificação da produção cultural, do ensino e da formação do português, deve ser uma estratégia prioritária da Lusofonia¹⁴.

A relação entre cultura e ensino deveria ser maximizada de forma a promover a criatividade numa perspectiva ao longo da vida, partindo do pressuposto de que a criatividade não é exclusivamente um dom inato e, por conseguinte, todas as pessoas são criativas, de uma forma ou de outra, e podem aprender a utilizar o seu potencial criativo, sendo que, no actual contexto mundial e em rápida mudança, se deve promover o reforço da criatividade e da inovação, as competências empresariais e interculturais, incluindo o espírito empreendedor, o que permitirá responder melhor aos novos desafios económicos e sociais. Neste contexto, as sinergias entre a cultura e o ensino devem assentar no princípio da «*responsabilidade conjunta*» destes dois sectores, procurando obter-se parcerias sistemáticas e sustentáveis entre ambas as partes¹⁵.

Tal como referiu HAMILTON, “*the cultural ties that bind Lusophone countries may become a boon of ever greater importance*”¹⁶, restando a Portugal (país mais periférico em relação à Europa, mas o mais próximo das Américas, sendo também um país-chave na abertura do Mediterrâneo) defender o seu património secular, histórico, linguístico e cultural no mundo, e desempenhar um papel único na resposta às necessidades dos países lusófonos em virtude da sua imagem como um «*parceiro natural*» e um «*valid interlocutor*» na consolidação da cooperação lusófona.

¹³ Intervenção de CALAZANS, José Carlos (Professor universitário) no V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

¹⁴ Cf. MARTINS *et al.*, 2006.

¹⁵ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

¹⁶ HAMILTON, Kimberly A. (1992), *Lusophone Africa, Portugal, and the United States – Possibilities for More Effective Cooperation*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Washington DC: The Center for Strategic and International Studies, Vol. XIV, N.º 11 – Significant Issues Séries, p. 4.

Daí a “*questão estratégica fundamental*”¹⁷ que se coloca a Portugal, na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XXI, no que se refere à sua capacidade em articular, ou não, quatro pólos na sua geopolítica – Portugal / Europa / África / Brasil, ou seja, os três pontos dominantes da sua geopolítica: UE, PALOP e Brasil, assumindo-se, na terminologia do Prof. Pedro Borges Graça, como um país “*euro-atlântico*”¹⁸:

*“salvaguardando desta forma um estatuto nas relações internacionais que lhe garanta a soberania nacional, política, económica e cultural, e reforce o seu poder funcional, nomeadamente através do desenvolvimento de um papel intermediário privilegiado entre povos e culturas diferentes, sobretudo no contexto Norte-Sul.”*¹⁹

Neste sentido, a cultura constitui um factor decisivo para a afirmação e a projecção de Portugal, de forma estratégica e articulada, no plano internacional, pelo que urge apostar no potencial destes mercados, no aproveitamento das oportunidades que oferecem às empresas, no acesso aos apoios que podem e devem utilizar para reduzir o risco dos seus investimentos e na valorização do papel da língua portuguesa como elemento-chave para recuperar e preservar a identidade histórica, cultural e política dos povos lusófonos. Ainda que o conceito de «*Estado exógeno*» (dependente de factores externos) seja substituído pelo de «*Estado exíguo*» (onde há discrepância entre objectivos e capacidades), esta é uma terminologia mais consentânea com o ambiente internacional²⁰.

Sendo a cultura fonte de valor, em particular de valor económico, o que contribui para o crescimento e para a criação de emprego, esta tese posiciona-se como oportuna, útil e relevante para a sociedade. Essa «*relevância*» pode ser medida de vários modos, prendendo-se com a consolidação e a auto-alimentação do *mix* de políticas públicas, estratégias empresariais e condutas sociais e culturais, como também com a multiplicação da sua eficácia²¹ e eficiência²², de forma sustentada no tempo.

¹⁷ LOPES, Ernâni Rodrigues (2010), «Nos 25 anos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias», in PARLAMENTO EUROPEU - GABINETE EM PORTUGAL, *25 Anos de Integração Europeia*, S. João do Estoril - Cascais: Príncipe Editora, pp.33-38.

¹⁸ Cf. GRAÇA, Pedro Borges (1992), «A Informação Cultural de Portugal (Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional)», *Estratégia*, Vol IV, Lisboa: ISCSP – UTL, pp. 189-297.

¹⁹ GRAÇA (1992), Op. cit., p. 193.

²⁰ MOREIRA, Adriano (2000), «Sobre o Conceito Estratégico Nacional», *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, N.º 1, Porto: Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, pp. 11-19.

²¹ Para significar capacidade de execução.

²² Para significar maximizar o *output* com o mínimo de *input*.

Poder-se-á considerar que o «factor de relevância» (Fig. I) “é um activo com duas vertentes complementares: pública e privada” (LOPES RODRIGUES, 2002: 43), sendo possível estabelecer uma distinção entre os bens que são objecto de utilização colectiva e aqueles que são usados individualmente.

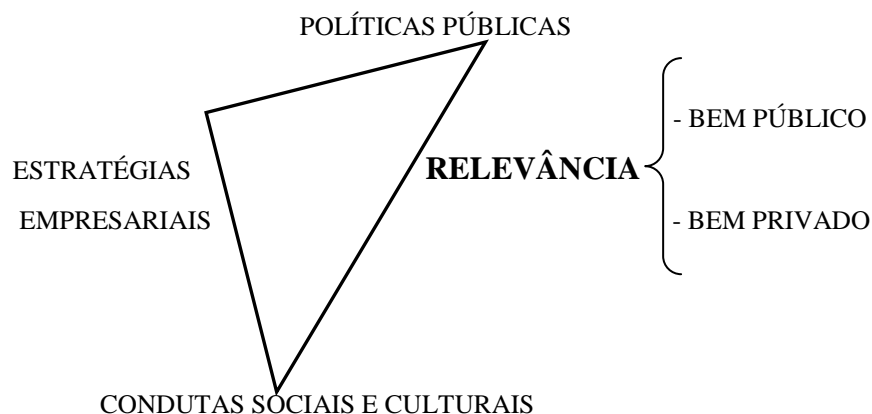


Figura I. O conceito de Factor de Relevância.

Fonte: Adaptada de LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2002), *A difícil tranquilidade do Euro. A porta estreita da relevância*, Porto: Vida Económica, pp. 41-51.

Porém, o consumo colectivo ou individual de um bem não é decidido em termos arbitrários, mas sim em função da sua natureza peculiar, assente em duas características intrínsecas²³: a *rivalidade no consumo*²⁴ e a *aplicabilidade do princípio da exclusão*²⁵. Um bem público, que se caracteriza pela não-rivalidade e pela não-exclusão no respectivo consumo, é considerado um bem colectivo se a sua provisão for assumida pelo Estado, pelo que nem todos os bens colectivos são bens públicos. Algumas destas características aproximam-se da dimensão imaterial ou intangível de muitos dos bens e serviços culturais²⁶. A língua é, muitas vezes, considerada como um “*super bem público*”²⁷ em que a partilha aumenta o seu valor.

²³ ALBANO SANTOS, J. (2010), *Economia Pública*, Lisboa: ISCSP –UTL.

²⁴ Este conceito está patente quando, perante um determinado nível de produção, o consumo de uma fracção, de um “*bem ou serviço por uma pessoa reduz a quantidade disponível para outras pessoas*” [ALBANO SANTOS (2010), Op. cit., p. 63].

²⁵ Este princípio aplica-se quando “*qualquer agente económico que não pague o preço exigido pelo proprietário de um bem ou pelo prestador de um serviço (...), é excluído, por esse facto, da fruição directa do bem ou serviço em causa*” [ALBANO SANTOS (2010), Op. cit., p. 66].

²⁶ Relatório final – Estudo para o Ministério da Cultura – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

²⁷ ESPERANÇA, José Paulo (Investigador e professor universitário), 1º Ciclo de Conferências – 3ª conferência “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 29 de Novembro de 2011.

O conceito de «*relevância*» depende da capacidade de proactividade de um país, fazendo valer os seus activos, criando as suas próprias regras e beneficiando da sua presença num “*círculo virtuoso de influências recíprocas entre eficácia e eficiência dos Governos e de outras instituições da sociedade civil, e das Empresas*” (LOPES RODRIGUES, 2002: 42), bem como um conjunto de elementos de natureza muito diversa que materializam a «*relevância*» desse país. A qualidade de governação num país, a sua credibilidade, a sua qualidade institucional podem constituir alguns índices de medição, para além de outros (Quadro I), os quais divergem consoante essa «*relevância*» seja encarada como um «*bem público*» ou como um «*bem privado*»:

Quadro I. Medição do conceito de Relevância.

Índices de medição (quantitativos e qualitativos)	Relevância como um <i>Bem Público</i>	Relevância como um <i>Bem Privado</i>
Convergência real da taxa de crescimento do PIB ²⁸	✓	
Prestígio de que qualquer cidadão beneficia	✓	
Reconhecimento que outros países lhe conferem nas Negociações Internacionais	✓	
Atractividade do investimento internacional		✓
Competitividade das empresas e instituições em mercados abertos e concorrenciais		✓
Escolha dos cidadãos, que têm a possibilidade de optar, para residir no País em causa		✓

Fonte: Adaptado de LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2002), *A difícil tranquilidade do Euro. A porta estreita da relevância*, Porto: Vida Económica, pp. 43-44.

Os benefícios de um bem público (puro), dada a sua indivisibilidade e se for efectivamente provido pelo Estado, aproveitam de igual modo a todos, com alcances muito variáveis consoante a natureza do bem em causa: tanto podem atingir uma dimensão ecuménica, como podem circunscrever-se a limites geográficos mais restritos, sobretudo os de ordem nacional, regional, ou, mesmo, local.

²⁸ Este índice quantitativo “*traduz no médio/longo prazo a efectiva criação de riqueza e de poder de uma dada economia*” (LOPES RODRIGUES, 2002: 43).

Com o fenómeno da globalização, “surgiu uma nova consciência sobre os bens públicos de dimensão planetária e a sua exigência de uma cooperação internacional acrescida como única forma de alcançar o nível adequado do respectivo aprovisionamento”²⁹.

A defesa e a promoção da «Língua» e «Cultura» portuguesas no Mundo passa pela coesão lusófona, designadamente através da cooperação cultural – considerada como a «pedra de toque»³⁰ de todos os outros tipos de cooperação (política, económica e militar), na qual está presente a relação entre *Africanidade*, *Brasilidade* e *Lusitanidade* (legados das três identidades culturais³¹), e da função latente de Portugal como «*ponte entre povos e culturas*» passa pelo reconhecimento internacional da “*Imagem essencialmente Humanista e Universal da Cultura Portuguesa*” (GRAÇA, 1992: 285).

Adicionalmente, Léopold Sédar Senghor³² já havia defendido a construção de uma civilização a partir da cultura africana assente no movimento *Negritude*, através do qual se combatia o racismo, o colonialismo e se exaltavam os valores da cultura africana, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia teve junto das tradições africanas³³.

III. Metodologia

Para prosseguir o estudo e a investigação foi adoptada uma metodologia de observação rigorosa da realidade empírica à luz da doutrina interdisciplinar no *Estado da Arte*, consistindo no relacionamento das três variáveis em estudo neste trabalho, plasmadas na Fig. II:

²⁹ ALBANO SANTOS, 2010: p. 83.

³⁰ Intervenção de AREIA, Manuel Laranjeira de, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011

³¹ GRAÇA, Pedro Borges (2008b), «O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona», *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, N.º 2, Lisboa: ISCSP –UTL, pp. 123-139.

³² Escritor e presidente do Senegal de 1960 a 1980, com uma enorme dimensão política e cultural na África de língua francesa.

³³ SENGHOR, Léopold Sédar (1975), *Lusitanidade e Negritude*, Nova Série, 1, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.



Figura II. Triângulo das variáveis objecto de investigação.

A metodologia começa pela reflexão crítica do conceito de «*Lusofonia*» e das suas múltiplas vertentes tal como são percepcionadas pelos seus diferentes actores e como está na base (a montante) das estratégias económicas, sociais, culturais e geopolíticas desses mesmo actores.

A abordagem de cada um dos vértices desta figura parte dos seguintes considerandos:

- «*Lusofonia*» extrapolada para a densificação do conceito de «Espaço Lusófono» [aspecto inovador];
- «*Cultura*» correspondente a uma antinomia da natureza, contemplando tudo quanto o novo ser absorve na sua morada terrena;
- «*Relevância*» cuja definição se inspira, uma vez mais, na abordagem efectuada por Eduardo Lopes Rodrigues³⁴, representando um activo com duas vertentes complementares: pública e privada.

Segue-se a identificação das hipóteses explicativas que me proponho investigar para decifração / heurística das questões anteriormente aludidas, de modo a interpretar a realidade que comportam, procurando evidenciar os eventuais aspectos inovadores que esta tese comporta, susceptíveis de serem plasmados na acção presente e prospectiva, a saber:

- A. Se a relevância económica é uma variável dependente da dimensão cultural da «*Lusofonia*» (variáveis independentes) isso implicaria a existência de externalidades positivas mútuas entre a «*Cultura*», como factor de relevância económica para a «*Lusofonia*», e a «*Lusofonia*» para a Europa, o que se torna

³⁴ LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2002), *A difícil tranquilidade do Euro. A porta estreita da relevância*, Porto: Vida Económica.

importante não só no plano nacional, mas também no plano de relançamento da economia europeia³⁵ [aspecto inovador];

B. Se há possibilidade do estabelecimento de pontes entre as capitais europeias da cultura, ancoradas em Portugal, e as outras capitais da «*Lusofonia*», em que o material de construção (o «*cimento*») dessas pontes seria a síntese entre as vertentes europeia e atlântica de Portugal [aspecto inovador];

C. Se a abordagem efectuada permite a densificação do conceito de «*Espaço Lusófono*», com externalidades positivas para todos os membros da CPLP, através da partilha de valores culturais e da sua confluência em factores determinantes da relevância económica [aspecto inovador].

Três outros aspectos inovadores desta tese podem residir nos seguintes aspectos:

- na própria metodologia de estudo ao tentar correlacionar diversas variáveis até então estudadas isolada e separadamente;
- na análise do trabalho no contexto contemporâneo ao pressupor associar multiplicidade, multicausalidade, transversalidade que, para além dos efeitos no crescimento e no desenvolvimento dos países, acarreta implicações para as identidades, sentidos e significados atribuídos pelos trabalhadores ao que fazem, configurando espaços organizacionais multidimensionais de trabalho, lazer e cultura;
- no diálogo intercultural apresentado como ensaio da densificação do «*Espaço Lusófono*» e como factor multiplicador da «*relevância*» dos países da CPLP, cuja vertente de interculturalidade está bem patente nas disposições defendidas pelo relatório intitulado “Um Desafio Salutar. Como a multiplicidade das línguas poderia consolidar a Europa”³⁶.

³⁵ Este plano constitui um dos elementos da contribuição da UE para uma cooperação internacional, mais estreita no domínio da macroeconomia, particularmente com os países emergentes, no sentido de restabelecer o crescimento, evitar repercussões negativas e apoiar os países em desenvolvimento [Comunicação “Plano de relançamento da economia europeia” da Comissão Europeia ao Conselho Europeu, Bruxelas - COM (2008) 800 final, 30 de Novembro de 2008].

³⁶ Vide Capítulo 2, em 2.2.1.

Deste modo, a técnica de investigação adoptada foi essencialmente a documental ou pesquisa bibliográfica (1), assente em fontes documentais, maioritariamente escritas e algumas electrónicas disponíveis *on-line*, incluindo o acesso aos resultados de estudos realizados. Os dados e as informações foram, essencialmente, analisados segundo o método qualitativo, embora o método quantitativo se tenha revelado um complemento eficaz e uma corroboração da apreciação qualitativa efectuada na abordagem da realidade.

Adicionalmente, o permanente acompanhamento de notícias que surgiram nos *media* (2), através da leitura de jornais e revistas, nacionais e internacionais, e do acesso ao *Clipping Media Monitor*, diariamente disponibilizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, muito contribuíram para estar atenta aos assuntos que dominaram a actualidade relacionada com o tema em causa. Os documentos – *Europolitique* (*Le quotidien des affaires européennes* publicado pelo Serviço de Informação Europeu – *Europe Information Service SA.*), *Bulletin Quotidien Europe* (emitido pela Direcção Geral dos Assuntos Comunitários), *Rapid* (boletim com carácter informativo da responsabilidade da Representação da Comissão Europeia em Portugal) e *World Economic Outlook – WEO* (relatório do Fundo Monetário Internacional – FMI sobre as perspectivas da economia mundial), entre outras publicações de referência do Banco de Portugal (BP), Banco Mundial (BM), etc – foram igualmente alvo de uma consulta regular.

Nestes dois casos (1) e (2), a metodologia consistiu na análise reflexiva e crítica dos actos políticos, documentais, literários, artísticos, culturais que podem ser inventariados a começar pelo conceito de «*Lusofonia*». Algum trabalho de campo (3) foi também efectivado, particularmente, através do recurso à obtenção de algumas informações através de (3.1) contactos formais estabelecidos, sobretudo via *e-mail*, e de algumas conversas informais com algumas entidades (destaque para a CPLP) e personalidades, cujas áreas de actuação e obras publicadas indiciavam alguma relação, directa ou indirecta, com a temática em estudo, serviu também de fonte à investigação.

Complementarmente, (3.2) o acompanhamento diário da programação televisiva assente em documentários, noticiários e entrevistas, bem como a oportunidade de assistir a conferências, seminários, congressos e outras iniciativas promovidas por diversas

instituições universitárias (ex-Instituto de Estudos Europeus-IEE e Instituto de Estudos Políticos-IEP da Universidade Católica Portuguesa-UCP, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento-CEsA e Instituto Superior de Economia e Gestão-ISEG e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa-UTL, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias-ULHT) e outras entidades que abordaram assuntos afins com o *core* deste trabalho e o acesso às intervenções de alguns oradores participantes nestes e noutros eventos revelaram-se profundamente profícuos.

Explanado o método adoptado, a exploração da temática central do objecto de estudo precedentemente aludido passa pela análise da natureza conceptual da própria Lusofonia (*Capítulo 1*) assente nos seus fundamentos teóricos, de acordo com os seus significados possíveis, a sua dimensão universalista, a sua cobertura geográfica e a importância do mar enquanto elemento densificador do Espaço Lusófono, potenciando o diálogo com todos os outros espaços linguísticos e geopolíticos do mundo contemporâneo.

Seguidamente, o processo de investigação debruça-se sobre a análise da dimensão cultural da Lusofonia (*Capítulo 2*), abordando, desde logo, a própria componente «*Cultura*», nas suas diversas vertentes associadas, como sejam:

- a língua, a qual terá de se assumir, interiorizar e dela servir para se chegar ao mundo da ciência, das tecnologias e das culturas universais; e
- as múltiplas manifestações / tradições / actividades culturais.

A dimensão económica da Lusofonia como factor de relevância através da investigação da estrutura das relações económicas e financeiras da CPLP é outro desiderato deste trabalho, a fim de verificar se a Lusofonia constitui uma base para a intensificação dessas relações no seio da CPLP, em cuja base de criação estiveram as ideias-chave da língua portuguesa e da liberdade com o desígnio global do reforço dos laços de solidariedade e cooperação para, conjuntamente, criar melhores condições de vida de acordo com os seus princípios basilares, entre os quais: igualdade soberana dos Estados, não ingerência nos assuntos internos de cada país, promoção do desenvolvimento e reciprocidade de tratamento (*Capítulo 3*).

O potencial da presença lusófona (*Capítulo 4*) é outrossim explorado, partindo da abordagem de alguns aspectos: o binário CPLP / Lusofonia, em que a natureza político-diplomática da CPLP surge como estrutura formal indispensável, ambicionando reflectir uma dimensão económico-empresarial; os espaços de integração regional que envolvem países lusófonos e os ganhos que poderão advir dessa inserção em diferentes uniões/espaços, em que se destacam o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e alguns blocos regionais em África, sendo confrontada a sua relevância a nível institucional *versus* comercial, bem como os desafios que se colocam à União Europeia (UE) na dinamização destes espaços; e a passagem de um simples conceito histórico-cultural para um efectivo vector portador de futuro, dispondo de instrumentos fundamentais para assegurar a vitalidade da Lusofonia e gerar condições para novas expressões e composições de afirmação, poderio e riqueza.

A relação entre a UE e a Lusofonia (*Capítulo 5*) é objecto de análise ao abrigo da parceria estratégica estabelecida com África e com o Brasil, em que através da realização de algumas cimeiras e do estabelecimento de alguns Memorandos de Entendimento / Programas Estratégicos de Apoio se procurou contribuir para o reforço do diálogo estruturado com outros parceiros regionais ou individualmente considerados.

Com a aproximação do final deste trabalho, o potencial das indústrias culturais e criativas na UE é focalizado (*Capítulo 6*) com reflexos iniludíveis no prosseguimento desta investigação, pelo que começando pela definição deste tipo de indústrias, passando pelo panorama do sector cultural e criativo, particularmente em Portugal, depois pela indicação de alguns dos efeitos positivos destas indústrias até à abordagem dos apoios cedidos pela UE a este sector no caso dos países ACP.

Por último, são apresentadas as *Conclusões*, bem como algumas *Reflexões Finais*, em que as primeiras explicitam um vínculo óbvio com as questões e as hipóteses formuladas, respectivamente, no Objecto e na Metodologia, procurando sintetizar os principais resultados decorrentes deste processo de investigação; enquanto as segundas constituem um espaço livre onde é feito um exercício de prospectiva, incluindo, desde logo, a «*ponte*» para outros projectos de análise, aprofundamento e eventual exploração de novas abordagens / iniciativas de investigação.

IV. Estado da Arte

Apesar da temática em questão ser ainda pouco estudada, sobretudo na perspectiva interdisciplinar e de conjunto, as referências bibliográficas encontradas a este propósito são muito diversificadas, desde monografias da autoria de reputados especialistas nesta matéria, passando por artigos de opinião, *working* e *briefing papers*, boletins estatísticos, comunicações, intervenções, discursos, relatórios, declarações e endereços electrónicos, nos quais se podem encontrar proeminentes informações e dados.

Destarte, trata-se de um sinal positivo de que esta temática está cada vez mais em voga, assumindo progressivamente um papel de relevo na actualidade. No entanto, é possível identificar dois problemas que estão subjacentes à análise deste tema:

1. A metodologia conjunta *versus* países membros da CPLP, tendo presente que a produção teórica sobre este grupo de países (que, neste caso, corresponde a uma comunidade) é diminuta;
2. A grande diversidade dos estados participantes na CPLP em que o conhecimento/informação sobre a economia e a sociedade de cada um dos países membros é muito desigual e diferenciado, destacando-se, à partida, um conjunto composto por Brasil e Portugal, e depois uma mancha preenchida pelos outros estados lusófonos.

Em bom rigor, tudo o que existe é nacional de cada país membro, daí que esta investigação pretenda contribuir para colmatar esta lacuna ao ambicionar densificar o espaço lusófono, na medida em que procuro tratar o conjunto da CPLP, adoptando uma perspectiva sistémica, interdisciplinar e selectiva.

1. A natureza conceptual da Lusofonia

Para além da apresentação, adiante, dos *significados possíveis* de «Lusofonia», assente na sua *dimensão universalista* no seio do «Espaço Lusófono», considera-se que este conceito “*repousa sobre o significado dos dois elementos que formam a palavra que o exprime: Luso equivalente a lusitano ou Lusitânia, o mesmo é dizer português, Portugal. Quanto a fonia, significa o mesmo que fala, língua*” (CRISTÓVÃO ET AL., 2005: 652), ou seja, «*fala lusa*». Porém, a ideia de «Lusofonia» não é uma nem coesa nos países de expressão oficial portuguesa, causando até, por vezes, um certo desconforto na medida em que remete para a centralidade da matriz portuguesa³⁷.

Em geral, a «Lusofonia»³⁸, enquanto realidade cultural constituída pelo conjunto de populações e respectivos territórios unidos por laços históricos e por canais de identidade centrados sobretudo na língua falada – o português, é, do ponto de vista geográfico, uma realidade espacial e territorial³⁹ atribuída ao conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Pode ainda incluir-se Macau (território português, na China, até Dezembro de 1999), para além de Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Haveli (territórios da antiga Índia Portuguesa), onde o Português é uma *língua de uso*⁴⁰.

Mais do que uma comunidade linguística, a «Lusofonia» é uma articulação convergente de espaços e povos, cuja relevância estratégica resulta de dois *mecanismos básicos*, nos quais “*cada um dos tempos históricos revela modos distintos de utilizar o poder da língua para configurar sucessivos campos de possibilidade*”⁴¹:

³⁷ Cf. MARTINS ET AL., 2006.

³⁸ “O conceito «Lusofonia» usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo.” [Portal do Governo (2008), *Lusofonia*, Acedido em 7 de Maio de 2010, in: <http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/portugal/lusofonia>].

³⁹ FERNANDES, João Luís Jesus (2008), «Os laços culturais e a globalização – a comunidade lusófona e a CPLP enquanto actores nas actuais dinâmicas de desenvolvimento», in Márcio Moraes Valença (Coordenação), *Globalização e marginalidade*, EDUFRN, Natal – Brasil.

⁴⁰ GALITO, Maria Sousa (2006), *Impacto Económico da Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho*, Trabalho de investigação, Acedido em 7 de Janeiro de 2011, in: http://www.ciari.org/investigacao/IELPinq2%20_2_.pdf

⁴¹ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, pp. 18-19.

1. a visão do passado e do conhecimento mútuo através de uma vivência comum assente no facto histórico primordial da expansão portuguesa;
2. a realidade do presente e a perspectiva do futuro assente na criação de uma matriz linguístico-cultural de dimensão multi-oceânica, multicontinental, multicultural e multirracial com vista à configuração de uma plataforma comum que estabelece, no espaço e na cultura, um potencial de cooperação que amplifica o campo de acção de cada parte, sem condicionar ou subordinar qualquer delas.

A «Lusofonia» contém um projecto que se estende no eixo do tempo (Fig. III), com uma concretização no passado, com uma realidade no presente e com uma potencialidade para o futuro.

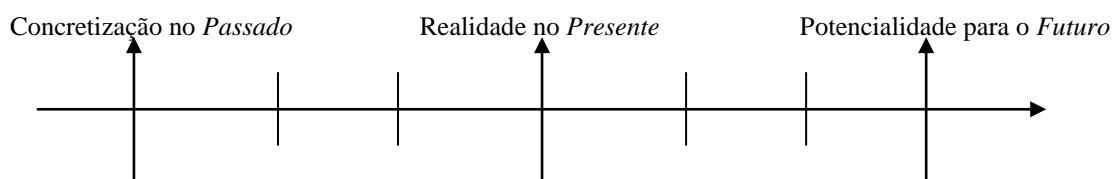


Figura III. A Lusofonia no eixo do tempo.

Fonte: Adaptada de LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 18.

Alfredo Margarido⁴² considera que a partir de 1960 se deu o rompimento de Portugal com o Atlântico, momento marcado pelas guerras coloniais, imigração e pelo nacionalismo racista. A «Lusofonia» surgiria, segundo este autor, como ferramenta ideológica para recuperar esse espaço atlântico, apagando a história colonial e as relações polémicas com os povos de língua portuguesa, mediante a tentativa de controlo da língua «mãe».

A importância da língua aumenta apenas quando desaparece o controlo directo das populações e, após 1974, quando se lhe confere o papel que foi dos territórios colonizados: o de recuperar a grandeza portuguesa.

⁴² MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Em simultâneo, controlam-se cada vez mais as populações «*residuais*» dos tempos coloniais – os imigrantes – em Portugal e no restante da Europa. Exibe-se a contradição entre a pretensão de um «*Espaço lusófono*» e o exagero da submissão portuguesa às leis do Acordo de Schengen.

Alfredo Margarido, como um dos principais críticos do colonialismo português, critica, assim, a visão lusófona do passado, defendendo que o discurso da lusofonia encampa um projecto missionário de «*civilização*» após as guerras coloniais, agora focado na língua, a qual nunca foi objecto de cuidados aquando da época colonial. No Brasil e nos países africanos (até 1961) não se criaram universidades e a política da não-educação era uma forma de manter o estatuto de inferioridade do colonizado. A língua passa a ser, depois de ignorada sistematicamente pelo colonialismo português, o elemento de continuidade da dominação colonial.

Este autor argumenta ainda que a língua brasileira, como sendo mais bonita, maleável e “erótica”, é a única candidata a uma suposta língua lusófona. Posição, irónica e provocadora, para a intelectualidade portuguesa, a qual se sente profundamente incomodada com o avanço da presença do falar brasileiro, acabando por reduzi-lo a um sinal da “criatividade” natural do brasileiro. Esta criatividade é o outro lado da “selvageria”, pelo que a natural criatividade do brasileiro seria mais um sintoma da sua inferioridade intelectual, pois ao criativo é negada a razão. Uma das características da lusofonia é, precisamente, a separação entre civilização e selvageria, na qual Portugal representa o processo civilizatório e a língua equivale a «civilizar».

Importa salientar ainda que os conceitos «*Lusofonia*» e «*Comunidade Lusófona*» são frequentemente utilizados como sinónimos.

Todavia, «*Lusofonia*» é um “conceito que exprime a delimitação geográfica e numérica do uso da Língua Portuguesa” (GRAÇA, 1992: 218), sendo um lugar-comum ouvir-se a afirmação de que existem 250 milhões de utilizadores de Português, o que produz, desde logo, uma imagem de unidade linguística dos países lusófonos e da sua projecção internacional, mas, na realidade, a situação não é assim tão linear, pois da matriz

do português derivou o «*brasileiro*» e nos PALOP, para além da existência dos crioulos (sobretudo na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe), verifica-se uma tendência que vai no sentido da Língua Portuguesa adquirir cada vez mais características próprias provenientes de várias influências etno-linguísticas locais. Nas próprias Organizações internacionais, e regionais, nomeadamente no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), o Português não detém a relevância e as condições de divulgação que possuem o Inglês, o Francês, o Espanhol, o Russo, o Árabe e o Chinês.

De acordo com esta perspectiva, o conceito de «*Lusofonia*» define, portanto, uma situação em que a defesa e a promoção da Língua Portuguesa é do comum interesse dos países que a falam, o que estimula a cooperação entre si⁴³, e sendo a Língua um elemento e um veículo de cultura, essa cooperação é essencialmente de natureza cultural. A definição de «*Lusofonia*» extravasa “o domínio puramente linguístico, sem contudo definir uma situação dinâmica e consciente de integração da *Africanidade*, da *Brasilidade* e da *Lusitanidade*” (GRAÇA, 1992: 219).

O conceito de «*Comunidade Lusófona*» pode designar-se como uma *Comunidade Luso-Afro-Brasileira*, em que a palavra «*Comunidade*» significa, desde logo, o estado do que é comum, identidade, coesão e, nesse sentido, a sua utilização projecta uma imagem de certa integração cultural, podendo associar-se o conceito de «*Lusotropicalismo*», o que representa uma ideia-força com vista à integração da *Africanidade*, da *Brasilidade* e da *Lusitanidade*.

Esquemáticamente, de acordo com a Fig. IV, consideram-se três categorias/ graus de empenhamento das relações culturais lusófonas:

- I. Comunidade Lusófona;
- II. Lusofonia;
- III. Contactos.

⁴³ Cf. GRAÇA, 1992.

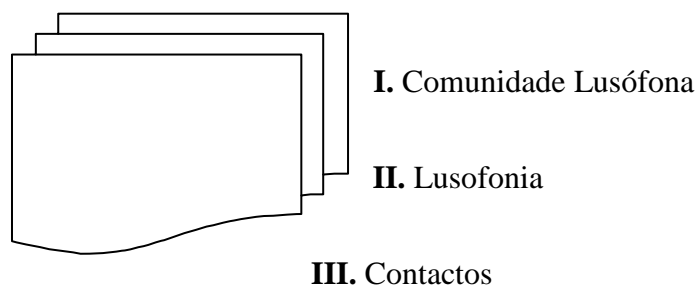


Figura IV. Categorias das relações culturais lusófonas.

Fonte: Adaptada de GRAÇA, Pedro Borges (1992), «A Informação Cultural de Portugal (Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional», *Estratégia*, Vol. IV, Lisboa: ISCSP – UTL, p. 219.

O nível inferior é ocupado com os «*Contactos*» que, geralmente, se estabelecem, através dos acordos culturais, entre os Estados que detêm características (por exemplo, linguísticas) distintas. O nível intermédio e, eventualmente, transitório de relações culturais e internacionais corresponde à «*Lusofonia*» e o nível superior contempla a «*Comunidade Lusófona*» concernente às ligações e afinidades linguísticas e culturais resultantes de relações históricas reforçadas pelos acordos culturais.

Destarte, a «*Lusofonia*» serve como ferramenta de manutenção das distâncias racistas em que se baseou o discurso colonial após o seu fim sangrento, apagando o passado e recuperando a antiga hegemonia. De acordo com MARGARIDO (2000), o discurso da «*Lusofonia*» é uma armadilha terrível, visto que o «*Espaço lusófono*» como mito que é, nunca se realizará na prática e a busca de direitos «*especiais*» baseados na «*Lusofonia*», além de infecunda, apenas reforça essa «*ideologia-estrume*».

Porém, e apesar do peso que o passado colonialista possa ainda ter no presente dos povos lusófonos podendo, por isso, não ser um termo bem aceite, esta concepção é mais ampla e densa do que o simples conceito linguístico, não se esgotando no uso comum da língua, mas de tudo o que o diálogo por ela possibilitado e facilitado proporciona na aproximação dos países, na economia, na religião, na ciência, no desporto e em todos os alinhamentos, também políticos.

Com efeito, trata-se da afirmação de uma área cultural de influência baseada numa língua, mas que transcende largamente a questão linguística, mobilizando povos, os seus governos, as organizações não governamentais e a sociedade civil. Será a ideia da «Lusofonia» um modo de dizer, na actualidade, o conceito de «Luso-tropicalismo»?⁴⁴

Para o ex-Secretário-Executivo da CPLP, o Embaixador Luís Fonseca⁴⁵, não é surpresa que “*por parte de muitos intelectuais e dirigentes africanos, haja alguma reserva e certo desconforto na utilização do termo «Lusofonia». Contudo, defendeu que não se deve concluir que existe uma rejeição oficial*”. Acrescentou que “*para que a «Lusofonia» seja o cimento da CPLP, ela terá que traduzir, para além da língua, interesses e valores comuns que possam traduzir-se em mais-valias para os cidadãos de todos os nossos países*”.

Posição que vem de encontro à que também é defendida por Carlos Reis⁴⁶ que pese embora se trate, por um lado, de um conceito com uma matriz cultural, ideológica, política intimamente ligada a Portugal, desde logo, pela própria designação – *Luso, Lusitânia, Lusíada* – por outro lado, é um conceito que não deixa de ser redutor, pois no campo da «Lusofonia» se diversificam culturas e visões do mundo e, portanto, é preciso usar esse termo com cautela, sendo, no entanto, mais abrangente, cómodo e talvez até mais expressivo do que «*Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*» (PALOP), podendo, assim, designar, com as devidas reservas (tal como sucede com a francofonia e a espanofonia), “*um universo diversificado de falantes e culturas*”⁴⁷.

⁴⁴ MARTINS, Moisés de Lemos (2004), “Lusofonia e Luso-Tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos identitários”, *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho*, Acedido em 17 de Outubro de 2009, in: <http://hdl.handle.net/1822/1075>. Vide também intervenção de MARTINS, Moisés de Lemos, «Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidade de dois conceitos hiper-identitários», na Conferência inaugural do X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, subordinado ao tema “Lusofonia”, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 28 de Abril a 1 de Maio de 2004. (Texto policopiado)

⁴⁵ Intervenção de FONSECA, Luís, Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/Instituto de Estudos Europeus (IEE) – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

⁴⁶ Filólogo, reitor da Universidade Aberta e coordenador do estudo sobre *a Internacionalização da Língua Portuguesa*, realizado entre 2007 e 2008, cujo relatório é intitulado «A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão».

⁴⁷ Entrevista de REIS, Carlos “Carlos Reis propõe criação de um portal de literaturas lusófonas”, jornal *Expresso das Ilhas*, Praia, 8 de Maio de 2010. (Texto policopiado)

A constatação da dificuldade da definição da «Lusofonia» pode estar relacionada com o facto de começar por se sentir, mesmo antes de se conseguir definir, o que, nas palavras de Corsino Tolentino⁴⁸, corresponde a:

“uma espécie de capital social, que paira no ar e que a gente sente quando circula em qualquer dos nossos países ou em qualquer ambiente onde se fala a língua portuguesa, onde se veja um quadro dos nossos pintores ou se assista a um espectáculo em língua portuguesa ou em línguas parentes, esta reacção quase instintiva que temos perante algo que nos pertence”.

No geral, o conceito de «Lusofonia» pretende ser mais alargado, acabando por se inserir numa visão prospectiva, assente em princípios doutrinários, devendo ter uma fundamentação epistemológica, que justifique o facto de se falar dele, sem ninguém saber bem do que se trata⁴⁹.

1.1 Os significados possíveis

Os significados que se ligam ao conceito também não primam pela homogeneidade, pois se uns reduzem o conceito a aspectos linguísticos, outros apontam para uma dimensão que, sem desprezar a língua, se reveste de uma maior complexidade, sem olvidar aqueles que continuam a conotar a «Lusofonia» com uma versão de neocolonialismo⁵⁰.

Com avanços e recuos, como é próprio de um crescimento em idade jovem, é notório que “nesta primeira década do século XXI a Lusofonia se está a afirmar como uma realidade, ainda que em construção permanente”⁵¹ mas cuja dinâmica interna irá edificando, pacientemente, um futuro de solidariedade e, nesse sentido, começam a tornar-

⁴⁸ Cf. Depoimento de Corsino Tolentino, in PINTO, José Filipe (2005), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D.

⁴⁹ Cf. Notícia “O conceito de lusofonia e a concertação diplomática” por Filipe Zau (Ph. D em Ciências da Educação e Mestre em Relações Internacionais), *Jornal de Angola online*, Luanda, 28 de Agosto de 2011. (Texto policopiado)

⁵⁰ Cf. PINTO, José Filipe (2008), «A Presidência Portuguesa da UE e o Desafio Lusófono», *Negócios Estrangeiros*, N.º 12, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 59-64.

⁵¹ CRISTÓVÃO, Fernando (2011), «A lusofonia no meio de algumas contradições», *Revista Letras com Vida*, N.º 2, Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FL – UL, Acedido em 25 de Agosto de 2011, in: <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php>

se especialmente visíveis, como caminhos a confirmar, um conjunto de três círculos⁵² (Fig. V) concêntricos de valores, reunidos pela língua comum, representando os seus *significados possíveis*⁵³:

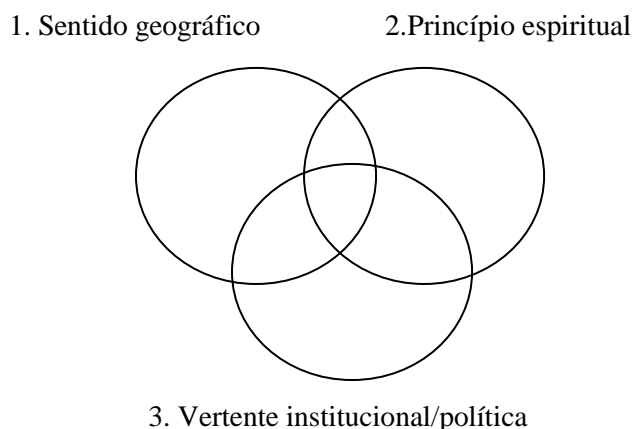


Figura V. Os três círculos da Lusofonia.

Fonte: Adaptada de CRISTÓVÃO, Fernando (2002), «Os três círculos da lusofonia», *Revista Humanidades*, N.º X, Lisboa. (Texto policopiado)

1. *Sentido geográfico*: que cobre o conjunto de países e povos que têm o português como sua língua materna, corrente ou oficial, e regiões que pertencem a outros países e culturas, mas com as quais partilham ou partilharam a Língua e a História; se a língua é o elemento aglutinador de pessoas, instituições e nações, não se preconizando a existência de uma só cultura e língua, pois são múltiplas as culturas e línguas até dentro de várias das nações lusófonas, há que reconhecer que o principal elo de ligação entre elas é a língua que lhes é mais comum, a portuguesa, a qual não só não é substitutiva das outras línguas nacionais ou regionais, mas com elas convive, pois todas têm o seu espaço e funções próprias, visto tratar-se da «*língua de cultura*» comum a toda a Lusofonia e das suas relações com as outras diversas variantes e «*normas cultas*» dos vários países; é neste grande círculo, nuclear dos três concêntricos, que se joga o futuro da Lusofonia e que se situa a CPLP;

2. *Princípio espiritual*: que reflecte um sentimento de posse de um legado comum, rico de memórias partilhadas e de um desejo de viver em conjunto para o futuro, reconhecendo, neste caso, que a Lusofonia resulta de um passado comum que se projecta na construção de

⁵² Cf. CRISTÓVÃO, Fernando (2002), «Os três círculos da lusofonia», *Revista Humanidades*, N.º X, Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 18-22. (Texto policopiado)

⁵³ Cf. CRISTÓVÃO ET AL., 2005 e Relatório SaeR “Geopolítica & Prospectiva 2005 sobre os fundamentos da decisão estratégica em Portugal”, Acedido em 18 de Março de 2010, in: <http://www.saer.pt/>.

um futuro em conjunto através do mesmo instrumento: a língua; este círculo envolve o primeiro, sendo constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos Oito países lusófonos em que, naturalmente, se estabelece o diálogo e a colaboração entre a língua e a cultura comuns e as outras línguas e culturas do país, com vista a estimulá-las e protegê-las, nacional e internacionalmente, não sendo admissível o imperialismo linguístico de uma língua dentro de um mesmo território, reprimindo ou enfraquecendo outras até porque se não for a «*língua de cultura*» internacional a proteger as línguas regionais ou locais, em pouco tempo elas desaparecerão por acção da globalização, enquanto agente descaracterizador cultural;

3. *Vertente institucional/política*: que designa o conjunto das instituições políticas e organizações económicas, sociais e culturais emanadas da sociedade civil envolvidas na promoção ou desenvolvimento do mundo de língua portuguesa, das culturas e dos espaços geo-culturais ligados ao uso dessa língua comum; é o círculo concêntrico mais amplo, sendo integrado por professores e alunos dos ensinos universitário, politécnico, secundário, familiares e conviventes de emigrantes, empresários, religiosos, eruditos, técnicos, enfim, milhares de pessoas de uma qualificação especial, de outros povos, línguas e culturas que se interessam pela «*Lusofonia*» e que, por isso, são considerados *lusófonos especiais*, ou *lusófilos*, que, em situação de algum dinamismo social e intelectual, estão em condições de intensificarem o intercâmbio entre os países lusófonos e os seus, de outras línguas e culturas, através da divulgação nas suas terras de ideias e realizações lusófonas e nos países lusófonos, de ideias e realizações suas, intercâmbios estes que se podem traduzir, se estimulados, em acções de cooperação económica, social, turística e técnica.

No ano comemorativo, em 2010, do bicentenário do aniversário do poeta / escritor / historiador – Alexandre Herculano, a «*Lusofonia*» que se espalhou ao longo dos séculos e inundou continentes, continua bem patente através das *sementes* que todos os dias se lançam ao *vento* com o sonho de erguerem a sua *folhagem* ao céu, na esperança de um dia germinarem e darem os seus *frutos*, delegando-os a todos aqueles que necessitam de alimentar o espírito. Nesta *lavoura da cultura*, várias pontes se estabelecem e atravessam para levar longe este projecto que já une continentes, sem pensar em raças ou religiões, procurando sempre criar *laços*.

1.2 A dimensão universalista

O Prof. Ernâni Lopes afirmou⁵⁴ que o conceito «*Lusofonia*» deve ainda contemplar uma dimensão universalista, essencial para o futuro dos países lusófonos, no sentido de representar uma consciência sócio-cultural colectiva e multinacional, uma plataforma de projecção global de poder e uma força geradora de mais-valias / sinergias para a afirmação de todos e cada um dos estados lusófonos no *Sistema de Relações Internacionais* (SRI).

Para estes países, a «*Lusofonia*» é a sua grande oportunidade de afirmação, de democratização e de desenvolvimento neste século XXI, sendo necessário fazer passar este conceito de “*potência a acto*”⁵⁵, tal como defende Fernando dos Santos Neves⁵⁶. Torna-se imperativo aproveitar este potencial, beneficiando dos especiais laços históricos e culturais entre todos os povos lusófonos, com vista ao estreitamento das relações entre Estados e, simultaneamente, à promoção de uma crescente aproximação afectiva que venha consolidar o *Mundo Lusófono*.

É sobre a *matriz do humanismo universalista dos portugueses* que deverá ser feita uma leitura de prospectiva para lançar a «*Lusofonia*» para a frente, atraindo as jovens gerações, pois são elas que manterão a perenidade da presença lusófona no mundo, conquanto isso só possa ser possível, segundo o Prof. Ernâni Lopes no mesmo discurso anterior, se for compreendido “*o significado da nova configuração geopolítica saída das Independências*”, se forem extraídas as consequências e se for impulsionado o potencial da «*Lusofonia*» como “*essencial para o futuro*” da CPLP e as diásporas espalhadas pelo mundo, “*enviando mundividências*”⁵⁷.

⁵⁴ Sessão de Abertura da Conferência “30 anos das Independências dos Países de Língua Oficial Portuguesa. O papel estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro”, Assembleia da República Portuguesa, Lisboa, Novembro de 2005. (Texto policopiado)

⁵⁵ NEVES, Fernando dos Santos (2005), «A Lusofonia tem de passar de potência a acto», *RES-PUBLICA – Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*, N.º 1, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 253. (Texto policopiado)

⁵⁶ Criador da primeira licenciatura portuguesa de Ciência Política; primeiro reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e da Universidade Lusófona do Porto.

⁵⁷ Intervenção de PINTO, José Filipe, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Convém referir que a ideia de «*Lusofonia*» - peso excessivo para poder ser pertença exclusiva de um Homem – remonta ao padre António Vieira e foi continuada por outros pensadores, uns mais visionários, outros mais pragmáticos: Agostinho da Silva, Adriano Moreira, entre outros⁵⁸.

A «*Lusofonia*» ao ser encarada como o chamado «*Quinto Império cultural*», terminologia delicada de uma pátria de humanismo e diálogo, com as raízes mergulhadas nas ideias do padre António Vieira⁵⁹ (1608-1697), de Fernando Pessoa⁶⁰ (1888-1935) e outros, não tem pretensões de estabelecer qualquer hegemonia de dominação, até porque, como dizia o filósofo Agostinho da Silva⁶¹ (1906-1994), este «*Quinto Império*» partilhado não prevê a existência de um qualquer «*Quinto Imperador*», o que revela o esboço de um pensamento lusófono (prospectivo), ao fazer a apologia do império universal dos portugueses.

Este mito do «*Quinto Império*» e uma visão ecuménica do Mundo encontra-se, tradicionalmente, associada à *Lusitanidade* ou *Portugalidade* (cujo expoente máximo é o Brasil), com raízes seculares e manifesta-se no facto de existir um certo consenso nacional em torno da aceitação do carácter humanista e universal da *Cultura* portuguesa⁶².

O *Humanismo* e a *Universalidade* é, assim, um dos vectores dinâmicos da Lusofonia, de carácter filosófico, “*retomando, desenvolvendo, alargando, aprofundando e difundindo o cruzamento [inovador] entre a visão humanista e a dimensão universal do pensamento e da acção*”⁶³.

⁵⁸ Cf. PINTO, 2008.

⁵⁹ Imaginou um império de carácter religioso e universal.

⁶⁰ Entendeu o «*Quinto Império*» não como religioso mas como cultural, uma Pátria, em que a língua portuguesa seria o «*cimento*» da união de vários povos.

⁶¹ Visionou, por entre sonhos e metáforas, um «*Quinto Império*» sob a égide do Espírito Santo assente na construção de uma nova sociedade baseada na inocência, na partilha dos bens e na liberdade que destruiu todas as prisões.

⁶² Cf. GRAÇA, 1992.

⁶³ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 280.

1.3 O «Espaço Lusófono»

O «*Espaço Lusófono*» baseia-se, fundamentalmente, na partilha: (1) da língua portuguesa, através da qual se procura potenciar o relacionamento e a comunicação entre os países que dele fazem parte em que as inter-relações se dividem, essencialmente, em alguns subconjuntos: por um lado, a CPLP⁶⁴, por outro, as relações bilaterais entre o Estado português e os PALOP⁶⁵ e por fim, as relações entre os próprios estados envolvidos; e (2) dos mares e oceanos que, há séculos levaram Portugal a dialogar com outros Mundos e continentes, e, o trouxeram à Europa, tendo, como elemento simbólico e densificador, a «*bandeira marítima da CPLP*» singularizada pelo Prof. Adriano Moreira.

É, no entanto, de assinalar, neste «Espaço Lusófono» (Fig. VI), o reconhecimento de realidades radicalmente distintas umas das outras, bem como de uma comunidade pouco coesa e muito desigual, afectada por desequilíbrios demográficos, culturais e económicos flagrantes, mas onde existem igualmente *potencialidades* a explorar⁶⁶.

Com efeito, ao albergar realidades completamente distintas umas das outras, o «*Espaço Lusófono*» manifesta-se como universo de desigualdades sociais, económicas, culturais e demográficas. O seu mérito reside na coragem em desvelar a complexidade da vivência e partilha de uma mesma língua em diferentes países nos tempos actuais⁶⁷. Esta abordagem permite, desde já, assinalar como aspecto inovador – a concepção/construção/densificação desse «*Espaço Lusófono*», com externalidades positivas para todos os países da CPLP, através da partilha de valores culturais e da sua confluência em factores determinantes da relevância económica.

⁶⁴ Constituída pelos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

⁶⁵ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

⁶⁶ Cf. MARTINS, 2004.

⁶⁷ Cf. MARTINS ET. AL., 2006.



Figura VI. O «Espaço Lusófono».

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

Conforme refere CHACON (2002: 81):

“Portugal, Brasil e países lusófonos africanos têm duas fronteiras: a terrestre, respectivamente com a Europa, Ibero-América e África em geral: porém, todos os lusófonos dispõem do mar oceano como fronteira recíproca a aproximá-los mais que a distanciá-los. O Atlântico surge como o seu espaço comum, une-os, não os separa, articula-os com outros mares oceanos: o Atlântico desprovincianiza os povos luso-tropicais, ao evitar que se fechem em si mesmos, seja Portugal com a Europa, Brasil com a Ibero-América, ou Guiné-Bissau, ou São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique com seus vizinhos francófonos e anglófonos, Cabo Verde com a compensação da oceanidade.”

Sendo o *mar*⁶⁸ um recurso estratégico em termos de desenvolvimento económico,

⁶⁸ No século XV, o *mar* era encarado, com um conjunto de medos e interrogações, como um espaço capaz de causar a Morte e a Desgraça. Só a partir do final do século XIX é que o *mar* passa a ser considerado como um espaço lúdico e socializado, o que permitiu o primeiro fenómeno da *Mundialização* – a «*Mundialização dos Mares*», a partir do Oceano Atlântico que representava, até ao século XIX, a via/estrada primordial para fazer a ligação ao mundo inteiro. Destacam-se, sobretudo, três operações fundadoras deste Atlântico socializado em que os africanos participam: i) a criação de ecossistemas inéditos, por exemplo, através do processo de circulação de novas plantas, espécies e animais em países onde não existiam; ii) o surgimento de novas sociedades humanas estruturadas nos espaços africanos que visavam desenvolver-se numa perspectiva de modernidade e que resultavam da conjugação de práticas/valores europeus com práticas/valores africanos, contemplando, neste caso, sobretudo, as Ilhas Atlânticas desabitadas (Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe); iii) a organização de sistemas relacionais entre europeus e africanos na Costa de África, havendo interesse, de parte a parte, no conhecimento do *outro*. [Intervenção de HENRIQUES, Isabel Castro, no seminário “África no processo de mundialização – século XV a XX”, CESA/ISEG, Lisboa, 26 de Maio de 2011].

Rodrigo Oliveira (subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa do Governo dos Açores) defende a ideia de que a diversidade de áreas de influências e prioridades representa para os Estados do Sul – e ibéricos, em particular – uma oportunidade de afirmação e de contributo para o papel global da UE cujos Estados-Membros possuem diferentes interesses geoestratégicos que dificultam a afirmação de uma política comum de segurança e defesa, com repercussões também na estratégia de relacionamento com “*o Atlântico Sul que deve ser encarado como um espaço de diálogo e cooperação, no qual as regiões ultraperiféricas assumem uma função importante*” em que é fundamental “*o papel que o mundo da lusofonia representa neste espaço*”⁶⁹.

Neste contexto, acrescenta que “*as questões da segurança e do combate à criminalidade não podem ser afastadas do apoio ao desenvolvimento e do diálogo Norte-Sul, no qual a Europa tem, também, um papel-chave a desenvolver*”. A título de exemplo, recorda que “*durante as presidências portuguesa, em 2007, e espanhola, em 2010, foram organizadas cimeiras da UE, respectivamente, com o Brasil e com a América Latina*”, reflectindo a vontade de construção de uma Europa igualmente interessada no diálogo com o Atlântico Sul que, do ponto de vista geopolítico, não encerra uma coesão, sendo dominado pelos países de língua portuguesa com um potencial de mercado ímpar⁷⁰.

Segundo João Aranda e Silva (investigador e jornalista), o Brasil será a grande potência emergente desta região, apresentando-se já como “*o líder da América do Sul*”⁷¹ devido ao seu crescimento económico acentuado na última década, em consequência da “*prospecção intensa do seu mar, a chamada Amazónia Sul*”, que lhe permitiu descobrir reservas de petróleo, e de “*ter vindo a reformular a sua marinha de forma a ter capacidade para dominar o Atlântico Sul*”. Entre o Brasil e os Estados Unidos da América vai criar-se um clima de tensão pelo domínio desta zona, antevendo a criação de um “*triângulo estratégico*”, o qual será constituído por Brasil, Angola e África do Sul.

⁶⁹ Intervenção de OLIVEIRA, Rodrigo, sessão de lançamento do livro “Atlântico Sul – Um Tratado para a Paz ou uma Rota de Colisão Geopolítica” de João Aranda e Silva, Praia da Vitória - Açores, 2 de Novembro de 2010 [Notícia “Regiões Ultraperiféricas e espaço da lusofonia potenciam diálogo e cooperação no Atlântico Sul”, jornal *Notícia dos Açores*, Ponta Delgada, 3 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)]

⁷⁰ Notícia “A via do Atlântico Sul”, jornal *Sol*, Lisboa, 4 de Novembro de 2011.

⁷¹ Intervenção de ARANDA E SILVA, João, sessão de lançamento do seu livro “Atlântico Sul – Um Tratado para a Paz ou uma Rota de Colisão Geopolítica”, Praia da Vitória - Açores, 2 de Novembro de 2010. [Notícia “Regiões Ultraperiféricas e espaço da lusofonia potenciam diálogo e cooperação no Atlântico Sul”, jornal *Notícias dos Açores*, Ponta Delgada, 3 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)]

O autor afirma ainda que Portugal não vai considerar liderar a CPLP visto que, como o Brasil e Angola têm matérias-primas, não vão deixar que lhes imponham regras. O novo Acordo Ortográfico é apontado como bom exemplo desse (re)equilíbrio de forças para garantir a expansão da língua nos seus factores extra linguísticos, consolidando o discurso científico que produz, as expressões cultural e artística que cria e as relações económicas que veicula. Perante este cenário, o autor defende que a luta pelo controlo do hemisfério Sul do Atlântico vai acabar por enfraquecer a importância da Base das Lajes, assumindo para os norte-americanos um maior interesse estratégico em posições em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Os espaços de integração regional – Açores, Madeira, Canárias, Guiana, Martinica, Guadalupe e Saint Martin – apelam, decisivamente, à união, ao diálogo e à cooperação entre Atlântico Norte e Sul, “*sem esquecer as relações históricas e culturais que, por exemplo, as regiões ultraperiféricas portuguesas têm com vários territórios dos dois lados do Atlântico Sul*”, concluiu.

Este «*Espaço Lusófono*» poderá ser, eventualmente, alargado na cimeira de Julho de 2012 em Moçambique⁷², na sequência do pedido de adesão plena da Guiné Equatorial⁷³ cuja aceitação, pelos países que compõem a CPLP, não se tenha tratado de uma decisão consensual entre a Comunidade, não obstante ter sido aceite aquando da cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP ocorrida, no dia 23 de Julho de 2010, em Luanda, abrindo o processo de verificação do cumprimento de todos os requisitos da adesão.

Durante essa cimeira em território angolano, Portugal passou o testemunho da presidência rotativa da organização para Angola, por um período de dois anos que, por sua vez, escolheu o tema “*Solidariedade na diversidade*” para mote da sua presidência, na medida em que a identidade comum dos países da CPLP reside na solidariedade e a celebração cultural destes Estados resultante da sua diversidade. Assim, quando se fala da implantação de regimes democráticos baseados na paz e estabilidade, está a falar-se de *solidariedade e diversidade*⁷⁴.

⁷² Notícia “Guiné Equatorial: Declarações de Obiang sobre adesão à CPLP são legítimas”, *Diário dos Açores*, São Miguel, 6 de Dezembro de 2011. (Texto policopiado)

⁷³ Este país, produtor de expressivos recursos energéticos, possui o *Estatuto de Observador Associado* na CPLP (desde Julho de 2006), querendo-se tornar membro de pleno direito.

⁷⁴ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)

A Guiné Equatorial é uma pequena nação africana cujas línguas oficiais são o espanhol e francês, apesar de um decreto presidencial, datado de 20 de Julho de 2010, ter já proclamado o português como terceiro idioma oficial, um dos requisitos exigidos nos estatutos para poder integrar a CPLP, como país membro⁷⁵, para além da necessidade de adopção de outros indicadores que provem a sua adesão à cultura e aos traços comuns desta Comunidade. Este diploma presidencial considera que a inclusão do português como língua oficial na Guiné Equatorial contribuirá positivamente para aumentar a cooperação no contexto afro-ibérico e luso-hispânico das nações, em função dos seus interesses regionais e das suas possibilidades económicas e diplomáticas, estando integrada na CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) que também tem o francês e o português como línguas oficiais, a partir da presença do Gabão e São Tomé e Príncipe. É um sinal de que a língua pode ser uma decisão política⁷⁶.

Adicionalmente, este país é governado pela mão de ferro do Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, no poder desde 1979, sendo colocado por vários *think tanks* internacionais entre os primeiros da lista dos piores ditadores da actualidade. Segundo a prestigiada revista *Foreign Policy*, aquele Chefe de Estado africano terá acumulado uma fortuna pessoal avaliada em 600 milhões de dólares, sobretudo desde que, há década e meia, as reservas de petróleo descobertas no seu país começaram a ser exploradas por petrolíferas dos Estados Unidos. Mais que beneficiar a população, boa parte das receitas do petróleo tem servido para engordar as contas bancárias de Obiang e do seu clã. Daí que a corrupção na Guiné Equatorial seja endémica em que num *ranking* de 183 países, elaborado pela *Transparency International*⁷⁷, figura em 172.º lugar com o *Índice de Percepção da Corrupção 2011*⁷⁸ correspondente a 1.9.

⁷⁵ Porém, para ser observador associado não é condição básica.

⁷⁶ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

⁷⁷ Organização não-governamental, fundada em Março de 1993, com sede em Berlim, tendo como principal objectivo a luta contra a corrupção, com a publicação anual de um relatório que analisa os resultados do *Índice de Percepção da Corrupção* de países/territórios do mundo.

⁷⁸ Baseado no nível de percepção da corrupção do sector público numa escala de 0 a 10, em que 0 significa que um dado país/território é considerado como altamente corrupto, enquanto 10 representa que está limpo. O lugar ocupado na escala indica a sua posição relativa a outros países/territórios incluídos nesse mesmo índice. No índice de 2011, a Nova Zelândia (9.5) e a Dinamarca, em *ex-aequo*, com a Finlândia (9.4) figuram no topo da lista, ao passo que a Coreia do Norte, em simultâneo, com a Somália (1) estão no fundo da tabela. No caso dos países lusófonos, o *ranking* é o seguinte: 32.º-Portugal (6.1); 41.º-Cabo Verde (5.5); 73.º - Brasil (3.8); 100.º-São Tomé e Príncipe (3); 120.º-Moçambique (2.7); 143.º-Timor-Leste (2.4); 154.º-Guiné-Bissau (2.2); 168.º-Angola (2) [In <http://cpi.transparency.org/cpi2011/results>-Acedido em 30 de Novembro de 2011]

Os esforços diplomáticos da Guiné Equatorial para aderir à CPLP como membro de pleno direito vêm corroborar o alargamento potencial deste espaço, para além de existirem outros países que manifestaram interesse em aderir à CPLP, com o Estatuto de Observador⁷⁹: Austrália, Áustria, Indonésia, Luxemburgo, Marrocos, Suazilândia e Ucrânia (os dois últimos já formalizaram o pedido de adesão como membros associados).

No caso da Indonésia, são alegadas razões históricas que estão na origem do interesse em integrar a CPLP, para além das duas mil palavras portuguesas que são utilizadas diariamente pela sua população e das potenciais vantagens económicas da adesão à CPLP deste gigante asiático de maioria muçulmana que pertence à ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático)⁸⁰, G20 (Grupo dos 20)⁸¹ e à APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation / Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico). Daí o seu desejo em firmar parcerias, mormente com Portugal (membro da UE) nas áreas da educação, turismo, cultura e comunicação social, o que leva Portugal a registar com agrado o alargamento da influência que a CPLP possa ter em todas as regiões em que se insere.

A nível político, apesar dos legados semelhantes dos países da CPLP, os seus resultados são diferentes ao nível da democratização, tendo iniciado as suas transições democráticas a partir dos anos 1990. Segundo Aristides Gomes (ex-Primeiro-ministro da Guiné-Bissau), há, actualmente, uma “*falência/crise do modelo de Estado que está em vigor na África Lusófona*”⁸², na medida em que as burguesias nacionais dos países africanos se confundem com o próprio aparelho de Estado. A partir do momento em que a classe dominante se confunde com a burocracia estatal existe uma propensão para originar alguns desvios e é aí que reside uma certa *fragilidade* em que um Estado, que nasce nestas condições, tem algumas dificuldades, deixando-se dominar, por exemplo, pela corrupção.

⁷⁹ Este estatuto foi criado na segunda Cimeira da CPLP na Cidade da Praia, em 1998, sendo revisto no Conselho de Ministros de Luanda de 2005, onde foram estabelecidas as categorias de *Observador Associado* e *Observador Consultivo*.

⁸⁰ Cujos países membros são: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietname.

⁸¹ Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a UE representada pela presidência rotativa do Conselho e do Banco Central Europeu.

⁸² GOMES, Aristides, no V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Alguns países africanos têm tido, efectivamente, dificuldades na sua democratização, nomeadamente no que se refere à mobilização da população para se bater pela democracia. Porém, os movimentos sociais que ocorreram, em 2011, no Egipto, na Líbia, na Síria, etc são diferentes daqueles que tiveram lugar no século XIX porque enquanto esses eram, sobretudo, decorrentes de questões relacionadas com a trajectória profissional, os movimentos mais recentes são mais individualistas, compostos, essencialmente, por quadros de jovens que tiveram maior acesso ao saber e que conhecem as novas tecnologias mas que estão no desemprego e, por isso, pretendem uma nova perspectiva de vida, o que representa o retorno do «actor/sujeito» com a necessidade de lhe atribuir maior relevância. No caso de Cabo Verde, como se trata de um país cuja maior parte da sua população se encontra fora, é um Estado que tem maior facilidade na democratização porque dispõe, precisamente, de uma maior vivência internacional e democrática, factores estes que influenciaram a sua posição actual.

O falhanço relativo do modelo estadual em todos os Estados Lusófonos estava assente num sistema de governo semi-presidencialista (com sobreposição do poder executivo sobre o poder legislativo em que o Primeiro-ministro é a figura da liderança), com excepção do Brasil, cuja Constituição tem laivos marcadamente presidencialistas. O semi-presidencialismo funcionou melhor em Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (sem diversidade étnico-linguística nem político-ideológica em que o «*power sharing*» resulta na coabitação bem sucedida entre o Presidente da República e o Primeiro-ministro) do que, por exemplo, em Angola (o regime está a ficar sobretudo presidencialista visto que há uma concentração do poder na figura do Presidente), na Guiné-Bissau (onde há concentração de poderes nas forças armadas) e em Moçambique (onde existiram conflitos resultantes de autênticos mosaicos de diversidade étnico-linguística e político-ideológica).

A maior parte dos autores africanos tendem a dizer que há uma desadequação entre o modelo ocidental e a realidade do modelo de poder africano, existindo, portanto, um desajuste cultural correspondendo às explicações culturalistas. No geral, Armando Marques Guedes⁸³ (professor de Direito) considera que o regime semi-presidencialista, no

⁸³ GUEDES, Armando Marques, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011

contexto futuro da África Lusófona, resultará melhor em sociedades quanto menos divididas forem étnico-lingística e político-ideologicamente. Partindo da divisão de poderes entre: «*poderes legislativos*»⁸⁴ e «*poderes não-legislativos*»⁸⁵. Marina Costa Lobo (professora e investigadora no Instituto de Ciências Sociais-ICS / Universidade de Lisboa-UL) considera que “*na CPLP os poderes não-legislativos são superiores aos legislativos*”⁸⁶ (destaque para Angola e Moçambique em que os poderes presidenciais são maiores), existindo uma grande variação nos poderes não-legislativos. Contrariamente ao que sucede na África francófona, onde se verifica um maior peso dos poderes legislativos.

No caso da Europa, existe um maior equilíbrio entre esses dois tipos de poderes. Considerando as dinâmicas possíveis dos sistemas: parlamentar (o centro do poder executivo está no Primeiro-ministro e no governo), presidencial (o Presidente como chefe máximo) e diárquica (prevê alguma partilha de poderes no quotidiano da política), constata-se que os níveis de dinâmica diárquica são baixos. Porém, se se excluir Angola e Moçambique esta dinâmica passa a ser dominante.

Conclui-se que se defende a existência de uma marca lusófona e não de um modelo lusófono, sendo característica de alguns dos regimes dos países de língua portuguesa, a tendência para a concentração dos poderes presidenciais em poderes não-legislativos, o que significa que, constitucionalmente, há uma partilha, à partida, do poder executivo.

1.4 O Mar enquanto elemento densificador do Espaço Lusófono

“Da minha língua vê-se o mar”

(Vergílio Ferreira, escritor português, 1916-1996)

O Mar é uma oportunidade para os países lusófonos desde que a saibam potenciar enquanto grande recurso estratégico visto que cada um possui a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), tal como será focado no *ponto 3.3*. A atenção dada por cada um destes

⁸⁴ Incluem, entre outros, os poderes de veto, orçamentais e a iniciativa legislativa.

⁸⁵ Contempla poderes de intervenção na: formação/demissão do governo, dissolução da Assembleia, etc

⁸⁶ LOBO, Marina Costa, no seminário “A democratização na CPLP”, CESA/ISEG, Lisboa, 5 de Maio de 2011.

Estados aos assuntos do mar representa “*uma opção da maior importância geopolítica e geoestratégica*”⁸⁷, abrangendo múltiplos sectores e permitindo falar no conceito de *Hypercluster do Mar*.

A promoção de uma política de cooperação para proteger e valorizar este património deve assentar na entreaajuda em duas vertentes: (1) segurança, através da supervisão das rotas marítimas contra o tráfico de armas, drogas e pessoas; e (2) desenvolvimento económico por via da protecção das riquezas naturais, conferindo um ensejo para os sectores das pescas, transporte marítimo, indústria naval e turismo.

Este vector estratégico, enquanto elemento de ligação entre os *hinterland* que formam o espaço lusófono, é potenciador de sinergias positivas, possuindo ainda interesse científico e tecnológico, uma forte vertente ecológica no contexto da defesa dos proveitos nacionais e ambientais e traduzindo também um sentimento identitário e cultural. O mar não é somente um activo crítico com um vasto potencial económico, mas também espaço de cultura, turismo e lazer⁸⁸.

No quadro da integração europeia, não obstante a prioridade atribuída pelo poder político europeu à gestão das crises económicas, financeiras e sociais, a abordagem da relevância económica como fonte do poder marítimo merece ser evidenciada, atendendo a que uma política marítima integrada deve ser encarada como uma política que se empenha no potencial do mar em prol de um crescimento inteligente e sustentável para o século XXI⁸⁹ enquanto “*platform of policies in sectors like industry, fisheries, regional development, external relations, transport, internal market, energy, employment, environment research and security*”⁹⁰.

⁸⁷ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 241.

⁸⁸ PITTA E CUNHA, Tiago de (2004), «A Implantação Estratégica do Mar para Portugal», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional (IDN), pp. 41-52.

⁸⁹ Cf. LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2011), «The Economic Relevance as Source of Maritime Power in the European Integration Framework», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, pp. 35-36.

⁹⁰ LOPES RODRIGUES, 2011: 36.

Durante a III Presidência Portuguesa do Conselho da UE, no segundo semestre de 2007, foi reconhecida de forma clara a necessidade de uma abordagem integrada para os assuntos marítimos, tendo sido dados passos concretos para a definição de uma *Política Marítima Europeia*, com base no *Plano de Acção* apresentado pela Comissão Europeia em Outubro de 2007. Vários eventos tiveram lugar, com destaque para uma conferência ministerial que teve lugar em Lisboa a 22 de Outubro de 2007, permitindo, para além da indicação dos sectores prioritários a seguir, a divulgação dos resultados da consulta pública do Livro Verde “*Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*”⁹¹.

Na nota de abertura para a primeira edição da revista académica digital *Maria Scientia* dedicada a uma Linha de Investigação sobre Assuntos Marítimos através de uma bolsa concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, o Prof. João Carlos Espada referiu que para o Prof. Ernâni Lopes “*não havia, nem devia haver, oposição entre a opção europeia e a opção pelo Mar*”, devendo Portugal levar para a UE o contributo da sua vocação marítima como uma «*nação oceânica*» da Europa, permitindo “*reforçar o diálogo entre a Europa reunificada e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – todos estes, curiosamente, países marítimos*”⁹².

Segundo dados divulgados pela UE, 80% do tráfego internacional circula por mar e 40% do tráfego intra-europeu utiliza o transporte marítimo de curta distância⁹³. Estas estatísticas sugerem que Portugal tem, neste contexto, uma franja de negócio a explorar, devido à sua costa (cerca 2 000 kms – continente e ilhas), possuindo uma das maiores ZEE da Europa e podendo, assim, aproveitar esta característica diferenciadora para libertar os transportes rodoviários de uma parte do seu tráfego.

Portugal, como plataforma de projecção económica para o seu vasto *hinterland*, na sua tripla condição marítima, arquipelágica e continental, necessita de um sistema, mais abrangente⁹⁴, ao qual o Prof. Pedro Borges Graça apelida de «*informações estratégicas*

⁹¹ COMISSÃO EUROPEIA (2006), *Livro Verde – Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*, Bruxelas, 07.06.2006, COM (2006) 275 final.

⁹² ESPADA, João Carlos (2011), «Nota do Director | Opção pelo Mar», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, p.1.

⁹³ Notícia “Um mar de possibilidades”, jornal *Público*, Lisboa, 7 de Dezembro de 2011.

⁹⁴ Cf. GRAÇA, Pedro Borges (2008a), «O Papel das Informações Estratégicas na Projectão Marítima de

especializadas» nos assuntos do mar enquanto instrumento indispensável à sua projecção marítima, devendo integrar a lógica de inteligência territorial como “instrumento de desenvolvimento económico e coesão social, a partir da criação de pólos de competitividade e redes regionais com o auxílio de ferramentas tecnológicas como os Sistemas de Informação Geográfica”⁹⁵.

Para além de uma *porta de entrada* no continente europeu, Portugal pode ser considerado como *porta de saída preferencial ou ponte* para os mercados lusófonos de África e Brasil, sobretudo para países onde a Europa tem dificuldades em chegar – Angola, Moçambique ou Cabo Verde, de modo a explorar o potencial comercial destas zonas geográficas em expansão, podendo o mar constituir uma via mais rentável para novos negócios. O caso português é exemplificativo na medida em que o tecido exportador da região norte se alterou devido à quebra da indústria têxtil, tendo agora um maior peso o sector da construção civil com cada vez mais ligações e negócios em África, sobretudo no crescente mercado angolano. Para que um Estado se torne numa potência marítima convém recorrer às teorias do Almirante norte-americano – Alfred Thayer Mahan (1840-1914), o qual identifica seis condições para tal:

1. A posição geográfica do território;
2. A desejável posição insular para qualquer Estado;
3. A configuração física do território;
4. A dimensão do litoral;
5. A extensão do território;
6. As instituições que enquadram e conduzem os elementos anteriores.

Um sétimo factor poderá ser, adicionalmente, apontado – a posse de pontos de apoio terrestres exteriores que confere capacidade de projecção internacional e fornece superioridade face ao poder continental, o que implica a celebração de alianças com potências estrangeiras.

Portugal», *Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”*, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, pp. 87-96.

⁹⁵ GRAÇA, Pedro Borges (2008a), «O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal», *Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”*, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, p. 94.

Numa abordagem estratégica aos assuntos marítimos, o Prof. Ernâni Lopes situou o mar no seio de três fundamentos teóricos⁹⁶:

1. Geopolítica & Prospectiva – o mar na perspectiva de segurança, prestígio e poder (dimensão militar);
2. Economia & Sociedade – o mar enquanto gerador de riqueza (dimensão económica);
3. Visão, Gestão & Controlo – o mar como vector de poderio (dimensão política).

Considerou ainda que, no caso de Portugal, a política dos assuntos do mar se articula com os restantes domínios estratégicos da economia nacional em função de dois mecanismos: i) a concorrência pela afectação de recursos sobretudo financeiros; ii) a geração de sinergias que percorre a economia portuguesa. Urge, por isso, o debate sobre a relação do futuro de Portugal com o Mar para que este tema seja assumido na definição do conceito estratégico nacional⁹⁷, já que se trata de um elemento fundamental⁹⁸, procurando que a sua posição na Europa seja enriquecida com a sua mais-valia oceânica e respectivo potencial do qual se evidencia a ligação à África Lusófona, ao Brasil e a Timor-Leste.

Neste contexto, importa mencionar o conceito de *Hypercluster da Economia do Mar* como um desígnio nacional para o futuro, correspondente a uma adaptação do conceito de *cluster* que se reporta ao conjunto de actividades económicas em função de um quadro articulado no interior de acções ligadas à utilização e preservação do mar (Fig. VII), existindo um grande número de entidades de segunda linha que constituem vectores estratégicos dos negócios do mar: portos e transportes marítimos, náutica de recreio e turismo náutico, energias, pescas, aquacultura e indústria do pescado, construção e reparação navais, entre outros.

⁹⁶ LOPES, Ernâni (2004), «O Mar no Futuro de Portugal. Uma Abordagem Estratégica», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 11-25.

⁹⁷ Comunicação “O Mar e o Conceito Estratégico Nacional” de Adriano Moreira à Classe de Letras, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 16 de Novembro de 2010.

⁹⁸ Cf. MOREIRA, Adriano (2008), «O Mar no Conceito Estratégico Nacional», *Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”*, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, pp. 45-53.

Destaque para alguns aspectos relacionados com alguns desses sectores, a saber⁹⁹:

- *a construção e reparação navais* cujas mais-valias para as economias são significativas devido às elevadas incorporações nacionais que originam e ao estímulo que colocam a um vasto leque de fornecedores de produtos e serviços, por vezes, de montantes financeiros avultados;
- *o turismo marítimo* associado ao aumento do poder aquisitivo em vastos extractos da população mundial que utilizam navios e embarcações para viagens turísticas por mar;
- *a investigação científica do mar*, o qual, apesar de representar 70% do planeta Terra, continua a ser, em boa parte, um desconhecido, conhecendo-se melhor a Lua do que o fundo do mar, pelo que urge dedicar maior atenção a esta área;
- *a segurança e a defesa no mar* em que um dos factores chave do desenvolvimento do comércio marítimo se prende com a liberdade do uso inofensivo do mar, porém, é necessário que o mar não seja utilizado para fins ilegais ou de risco – terrorismo, imigração clandestina, tráfico de armas ou de droga, contrabando, etc e, por isso, é crucial garantir a vigilância e o controlo dos espaços marítimos.

O Almirante Vieira Matias lançou um apelo para que se desenvolva o valor do mar de forma a rentabilizar este activo de Portugal, incrementando o poder do Estado e de todas as actividades exercidas e a exercer no mar tal como se fosse uma «*cruzada*» motivadora de vontades em consonância com a sociedade civil, sobretudo orientada para as camadas mais jovens da população¹⁰⁰.

⁹⁹ VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2004), «O Horizonte do Mar Português», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 27-40.

¹⁰⁰ Intervenção de VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (Almirante), Cerimónia de posse dos membros do Conselho Académico da Academia de Marinha, Lisboa, 19 de Janeiro de 2010. (Texto policopiado)



Figura VII. “Cluster” de Actividades Marítimas.

Fonte: VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2004), «O Horizonte do Mar Português», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional (IDN), p. 40.

O estabelecimento de uma acção concertada entre governos e sociedade civil é necessária na adopção de políticas e na promoção de iniciativas no domínio da economia marítima que pretendem a evolução das empresas e dos sectores, assim como a sua organização em rede ou *cluster*, aproveitando sinergias que potenciem o seu crescimento¹⁰¹. No centro do edifício lógico que engloba o *Hypercluster* destaca-se o núcleo duro do *hardware* que integra um conjunto de actividades, como por exemplo, os transportes marítimos, enquanto o seu *software* engloba¹⁰² o quadro político e a estratégia económica, a geopolítica de Portugal, o quadro jurídico do mar e das actividades

¹⁰¹ Cf. VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2005), «O Mar – Um Oceano de Oportunidades para Portugal», *Cadernos Navais*, N.º 13, Lisboa: Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, pp. 1-38.

¹⁰² VIEIRA MATIAS, Nuno (2009), «A “Clusterização” da Economia Marítima», *Nação e Defesa – O Mar no Pensamento Estratégico Nacional*, N.º 122 – 4ª série, Lisboa: IDN, pp. 9-23.

marítimas, a formação, a investigação científica e tecnológica e o desenvolvimento de projectos de vocação marítima (Fig. VIII). É de frisar o impulso que este *Hypercluster* desencadeia no desenvolvimento regional e nas cidades marítimas e portuárias em que quanto mais forte for, mais fortes serão estes dois efeitos potenciadores.

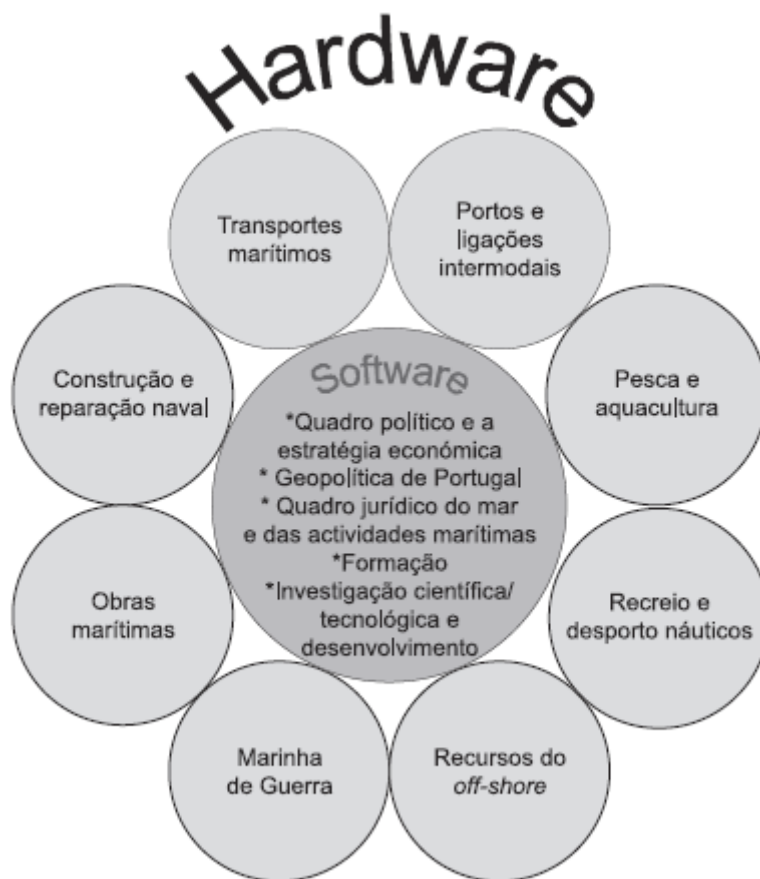


Figura VIII. Núcleo duro das actividades marítimas.

Fonte: VIEIRA MATIAS, Nuno (2009), «A “Clusterização” da Economia Marítima», *Nação e Defesa – O Mar no Pensamento Estratégico Nacional*, N.º 122 – 4ª série, Lisboa: IDN, p. 19.

A concretização desta estratégia proposta deverá permitir que o “conjunto de actividades incluídas no perímetro do Hypercluster da Economia do Mar venha a representar no final do 1.º Quartel do século XXI, directamente, cerca de 4 a 5% do PIB e, no conjunto englobando os efeitos indirectos, cerca de 10 a 12% do PIB português”¹⁰³. Na viragem do 1.º para o 2.º quartel do século XXI, Portugal dever-se-á tornar “num actor

¹⁰³ Relatório Final “O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa.”, Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda. (SaeR) / Associação Comercial de Lisboa (ACL), 17 de Fevereiro de 2009, p. 472.

*marítimo relevante, ao nível global*¹⁰⁴, aproveitando este domínio estratégico impulsor do seu desenvolvimento económico e social. O mar enquanto espaço de afirmação estratégica e cultural pretende afirmar Portugal em três áreas¹⁰⁵:

1. *“O desenvolvimento económico das actividades marítimas, como fontes de riqueza de grande potencial;*
2. *A segurança e defesa do mar, como condição essencial à vivência da nossa comunidade;*
3. *A preservação ambiental, como pilar do uso perpetuado do mar”.*

Transversalmente existe ainda um outro elemento traduzido pelo desenvolvimento da cultura marítima. Prosseguir uma gestão sustentada para usufruir das potencialidades económicas, políticas e culturais constitui um dos objectivos que consta no *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos*¹⁰⁶ que contempla 250 recomendações e propostas de acção, entre elas a divulgação da imagem de Portugal como uma nação oceânica da Europa. O instrumento político com vista à exequibilidade dessas observações corresponde à *Estratégia Nacional para o Mar*¹⁰⁷ para que Portugal possa proteger e valorizar o inestimável recurso que o Oceano representa, reforçando a ressurgência da projecção marítima do país.

Grande parte das actividades económicas associadas ao mar, quando encaradas de forma complementar e sinérgica, possuem um significativo efeito multiplicador noutras actividades, geram emprego, valor acrescentado e desenvolvimento económico. Olhar para o mar não é, portanto, olhar para o passado, mas sim mergulhar num futuro cheio de possibilidades/potencialidades¹⁰⁸, assente numa nova visão estratégica em que o poder marítimo permanece como factor chave, assim como na herança geohistórica do povo português, cujo maior potencial se concentra, actualmente, na bacia do Atlântico Sul, na promessa de projecção internacional do gigante brasileiro e da potência regional angolana.

¹⁰⁴ Idem, p. 470.

¹⁰⁵ Intervenção de VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo «O mar enquanto espaço de afirmação estratégica e cultural. A Perspectiva Portuguesa», Congresso “Os Mares da Lusofonia”, Gare Marítima Alcântara-Lisboa, 26 e 27 de Setembro de 2008. (Texto policopiado)

¹⁰⁶ Relatório “O Oceano. Um Desígnio Nacional para o Século XXI”, Comissão Estratégica dos Oceanos, Lisboa, 2004.

¹⁰⁷ *Estratégia Nacional para o Mar*, República Portuguesa, Lisboa, 2006.

¹⁰⁸ Cf. Notícia “Um mar de possibilidades”, jornal *Público*, Lisboa, 7 de Dezembro de 2011.

Não se trata de enfrentar novamente o dilema «*integração europeia*» ou «*integração ultramarina*», assim designado pelo Prof. Manuel Braga da Cruz, em que, até certa altura se procurou “*usufruir das vantagens da integração europeia sem perder a exclusividade dos benefícios da dominação ultramarina*”¹⁰⁹, no entanto, embora de vocação ultramarina, Portugal é também europeu. No último quartel do século XX, a adesão de Portugal à CEE e uma nova concepção estratégica na política externa consubstanciam um poderoso vector de modernização do país, no entanto, no final da primeira década do século XXI, a crise que se desenvolve e acentua, quer a nível europeu, quer no plano internacional, impõe-se uma reflexão sobre o posicionamento estratégico de Portugal, atendendo à necessidade de encontrar novas vias de resposta às alterações que se fazem sentir¹¹⁰.

Na matriz de articulação entre Portugal-Europa-África-Brasil, serão o Mar e a Lusofonia, enquanto elementos fundamentais da geopolítica portuguesa, capazes de alicerçar esse horizonte estratégico¹¹¹. A Lusofonia “*coloca Portugal no centro de uma rede de interdependências entre vários espaços geopolíticos de relevo*” (ALVES DE CARVALHO, 2011: 96) e o Mar como factor que pode contribuir decisivamente para aprofundar a relevância do papel que o país tem a desempenhar nessa rede, nomeadamente no domínio da segurança marítima.

A bandeira marítima da CPLP

Valorizar o binómio Mar / Lusofonia é uma exigência do futuro como “*componentes genéticas e estruturantes do ser, da razão de ser e das potencialidades do ser de todos e cada um dos Oito Estados-membros da CPLP*”¹¹². Na visão do mar como factor dinâmico para o futuro, o Prof. Ernâni Lopes considerava os seguintes aspectos a potenciar na acção:

¹⁰⁹ Intervenção de BRAGA DA CRUZ, Manuel, «A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril», Colóquio sobre o 25 de Abril, Associação 25 de Abril, Acedido em 28 de Dezembro de 2011, in: http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=87

¹¹⁰ RIBEIRO, Sónia (2011), «Portugal e o Mar no último meio século. Evolução, transição e opções estratégicas», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, pp. 70-82.

¹¹¹ ALVES DE CARVALHO, Sérgio (2011), «O mar e a Lusofonia: a(s) resposta(s) à questão estratégica fundamental de Portugal no 1.º Quartel do Século XXI», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, pp. 83-100.

¹¹² Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues «Uma exigência do futuro: valorizar o binómio mar / Lusofonia», Conferência de Encerramento do Congresso “Os Mares da Lusofonia”, Gare Marítima Alcântara-Lisboa, 27 de Setembro de 2008. (Texto policopiado)

- Mar-desafio (potenciar a cultura marítima de um povo);
- Mar-ligação (base material de transportes, comércio e migrações);
- Mar-factor económico (oportunidades e desafios por explorar e valorizar);
- Mar-história (conjugação entre passado, presente e futuro);
- Mar-globalização (economia de circulação à escala planetária);
- Mar-factor geopolítico (organização do poder e da riqueza);
- Mar-espço estratégico (potencial dos oceanos).

O espaço marítimo da CPLP é resultante da soma das ZEE dos países membros da CPLP e a sua posição geoestratégica encontra-se sob soberania ou jurisdição desses Estados (Fig. IX), o que constitui “*um direito e uma responsabilidade, uma garantia e um encargo, um potencial de riquezas e um manancial de despesas*”¹¹³. Daí que em Março de 2010, tenha decorrido a *I Reunião*¹¹⁴ dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP durante a qual foi aprovada a *Estratégia da CPLP para os Oceanos* para responder à necessidade de concentrar esforços entre os países membros da CPLP, tendo como desiderato a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais, inclusive através da cooperação internacional.



Figura IX. Os Mares da Lusofonia.

Fonte: Mares da Lusofonia (<http://www.maresdalusofonia.net/>)

Para além dos elementos estruturantes – língua, história comum e especificidades culturais próprias, todos estes Estados são países marítimos, pluricontinentais e

¹¹³ LOPES, 2011: 212.

¹¹⁴ Declaração Final da I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Forte de São Julião da Barra, Oeiras (Portugal), 21 de Março de 2010.

plurioceânicos, o que representa mais um factor de união em que 80% do volume de mercadorias circulam por via marítima, tendo o ritmo de trânsito crescido 3% anualmente nas últimas três décadas, as encomendas aos estaleiros de construção naval se tenham multiplicado, nos últimos cinco anos, por 12 e as novas vias marítimas mundiais tenham vindo a assumir uma importância crescente, apesar da “crise de mundialização”¹¹⁵ que se faz sentir, “com a desordem financeira e económica a servir de moldura”¹¹⁶. Os oceanos sempre foram parte importante no intercâmbio de culturas, pessoas e bens entre os países, cujas áreas marítimas sob jurisdição de cada país lusófono são tão vastas que representam um factor estratégico determinante para o seu futuro, pelo que urge trabalhar em conjunto.

Porém, a questão dos transportes é uma «*janela do problema*», sendo necessário articular a segurança entre o Atlântico Norte com a do Atlântico Sul, designado pelo Prof. Adriano Moreira, como o «*Oceano Moreno*» que desafia as responsabilidades de Portugal, de Cabo Verde, do Brasil, de S. Tomé e de Angola. Poder-se-á pensar / imaginar “numa bandeira CPLP para a marinha mercante, para a batalha dos transportes marítimos (...) e também para a exploração dos recursos vivos do mar (...)”¹¹⁷. Deste modo, à «*língua*» poder-se-á somar uma «*bandeira marítima da CPLP*», não só devido à segurança dos mares, mas também por causa da segurança humana, expressa em direitos sociais e dignidade humana efectivos. A necessidade de revalorização estratégica do Atlântico Sul, considerado o mar da CPLP por excelência, na sequência das descobertas de significativos recursos petrolíferos ao largo das costas do Brasil e na África Ocidental, conduz também à existência de convergência quanto à necessidade da criação de uma arquitectura de segurança tendo em vista a relevância das *Sea Lines of Communication* que atravessam o Atlântico Sul, os desafios da criminalidade transnacional organizada e a emergência de actividades irregulares e ilícitas de que o Golfo da Guiné é um exemplo. Os espaços geográficos dos vários membros atlânticos da CPLP são de crucial importância estratégica em cuja capacidade e na de outros Estados da região (Argentina, Nigéria, África do Sul, etc) o sistema de segurança poderia assentar¹¹⁸. A CPLP e o mar são «*janelas de*

¹¹⁵ Intervenção de MOREIRA, Adriano, «Uma Bandeira Marítima para a CPLP», Conferência de Encerramento do ciclo “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, Academia de Marinha, Lisboa, 27 de Setembro de 2011. (Texto policopiado)

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ LOUREIRO DOS SANTOS, João Alberto (2011), «Um Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul», *Nação e Defesa – O Mar no Espaço da CPLP*, N.º 128 – 5ª série, Lisboa: IDN, pp. 19-27.

liberdade» que Portugal tem que salvaguardar, visto que é basilar e envolve a segurança do Atlântico Sul que está “*polvilhado de soberanias e cinco são de língua portuguesa. Naturalmente o Brasil é fundamental neste cenário*”¹¹⁹, pelo que o desenvolvimento das relações no seio da CPLP constitui uma oportunidade estratégica e o mar possui um enorme potencial por explorar nos campos económico, investigação científica, segurança e defesa, susceptível de representar, não só fonte de bem-estar, como elemento de prestígio e afirmação de Portugal. Os países lusófonos posicionam-se “*estrategicamente em quatro continentes, unidos por três oceanos, ligando cerca de 250 milhões de pessoas, num espaço de 10,7 milhões de km² de terra e 7,6 milhões de km² de superfície marítima*”¹²⁰.

É neste sentido que o Almirante Vieira Matias defende que o mar é, para Portugal, um espaço de vocação vital: “*se por um lado a manutenção da sua própria identidade depende do aproveitamento dos traços de carácter de raiz marítima, também a importância económica do mar é essencial à sua sobrevivência*”¹²¹, o que pode ajudar a contrabalançar o seu reduzido peso no contexto regional cuja posição marítima deverá ser explorada, visando a adopção de uma nova estratégia assente no mar cujos vértices são a economia, a investigação científica e a segurança e defesa. Perante uma conjuntura internacional marcada pela globalização e o aprofundamento do processo de integração europeia, Portugal deverá potenciar o seu posicionamento geoestratégico como “*nação oceânica*”¹²², apostando em três áreas prioritárias: “*a defesa nacional, a actividade marítimo-portuária, e a diplomacia e cooperação internacional*”¹²³. Os novos desafios do mar que se avizinhavam para Portugal visam concretizar o “*oceano de oportunidades*”¹²⁴ que nos proporciona de modo a “*levar a cabo, de Boa Esperança, um grande esforço político e de gestão empresarial com muito e persistente trabalho*”¹²⁵.

¹¹⁹ MOREIRA, Adriano (2008), «O Mar no Conceito Estratégico Nacional», *Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”*, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, p. 52.

¹²⁰ BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2011), «A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia», *Nação e Defesa – O Mar no Espaço da CPLP*, N.º 128 – 5ª série, Lisboa: IDN, p. 44.

¹²¹ VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2004), «O Horizonte do Mar Português», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, p. 38.

¹²² PITTA E CUNHA, Tiago de (2004), «A Implantação Estratégica do Mar para Portugal», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, p. 52.

¹²³ Idem.

¹²⁴ VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2005), «O Mar – Um Oceano de Oportunidades para Portugal», *Cadernos Navais*, N.º 13, Lisboa: Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, p. 28.

¹²⁵ Idem.

2. A dimensão cultural da Lusofonia

O processo de globalização, caracterizado pela expansão das economias mundiais e as movimentações no sentido de se eliminar as fronteiras e as barreiras alfandegárias entre os países conduziram à identificação de uma área cultural, dispondo de um considerável potencial, o qual sugere que possa ser encarado como um autêntico factor de relevância económica. Como espaço de cultura, “*a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua*” (MARTINS, 2006: 69).

De acordo com as palavras do Dr. Manuel Veiga¹²⁶ (anterior Ministro da Cultura de Cabo Verde), a importância da cooperação cultural foi realçada para que a CPLP pudesse fazer face aos efeitos da desigualdade suscitada pela «*mundialização da cultura*», em que a própria cultura é considerada como o «*oxigénio da CPLP*» enquanto valor estratégico relevante. Já anteriormente, Manuel Veiga chegou mesmo a definir a cultura como um motor para o desenvolvimento do seu país, afirmando que “*Não temos ouro, não temos petróleo, mas temos mais do que tudo isso: a nossa cultura (...). Sem a cultura, Cabo Verde não teria o elemento fundamental para o seu desenvolvimento. É o nosso motor.*”¹²⁷

Neste sentido, partindo da dimensão cultural da Lusofonia, nas suas vertentes inerentes, será discutido até que ponto os laços culturais e históricos podem ser potencializados e podem constituir um factor de distinção positiva e de afirmação pela diferença no mundo globalizado¹²⁸. Ademais, tal como advoga Adriano Moreira, enquanto Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, a língua portuguesa é, não só uma das mais faladas no mundo, mas também representa “*um laço cultural de povos de todas as latitudes, que transporta valores do património imaterial da humanidade*”¹²⁹, pelo que deverá ser adoptada como idioma oficial nas grandes organizações internacionais.

¹²⁶ Proferidas na VI Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, cidade da Praia, Cabo Verde, 2 e 3 de Novembro de 2007.

¹²⁷ Entrevista de VEIGA; Manuel “Manuel Veiga define a cultura como «Motor para o desenvolvimento de Cabo Verde»”, jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, 9 de Fevereiro de 2007.

¹²⁸ Cf. FERNANDES, 2008.

¹²⁹ Notícia “Língua: Português deve ser adotado oficialmente nas grandes organizações internacionais”, jornal *iOnline*, Oeiras, 29 de Setembro de 2010. (Texto policopiado)

De assinalar a tomada de decisão, datada de 27 de Novembro de 2011, no VI Comité Intergovernamental da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), realizado na ilha indonésia de Bali, durante o qual foi aprovada a candidatura do Fado a *Património Imaterial da Humanidade*. Esta classificação é um motivo de orgulho para Portugal, representando um valor inestimável no presente e uma herança cultural importante para as gerações futuras. O reconhecimento da UNESCO valoriza a língua e a cultura portuguesas, realçando uma canção tão intrinsecamente ligada a Portugal, à cidade e ao povo de Lisboa. Em suma, tratou-se de uma vitória para o Fado, para a cultura portuguesa no seu conjunto, para Portugal e para a sua imagem no mundo¹³⁰.

2.1 A componente «cultura»

«*Cultura*» é um termo com várias acepções, correspondendo a práticas e acções sociais que seguem um padrão determinado no espaço. Refere-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que premeiam e identificam uma sociedade. Explica e dá sentido à cosmologia social, sendo a identidade própria de um grupo humano num território e num determinado período.

Numa perspectiva puramente antropológica corresponde ao processo dinâmico que impulsiona a Humanidade, sendo constituído por quatro factores essenciais: o indivíduo, a sociedade, o espaço e o tempo¹³¹. Encontra-se no cerne do desenvolvimento humano e da civilização, devendo ser vista como um conjunto de traços distintivos espirituais e materiais que caracterizam uma sociedade e um grupo social¹³². A cultura entendida como mito, como imaginação simbólica, é, deste modo, vida imaginária partilhada e caminho construído em comum, partindo da vontade dos homens. É na partilha da sua vida imaginária e no caminho que querem construir em comum que os homens encontram as razões válidas para fazerem as opções que entendem fazer¹³³.

¹³⁰ Notícia “Fado é Património da Humanidade”, *Diário do Minho*, Braga, 28 de Novembro de 2011. (Texto policopiado)

¹³¹ Cf. GRAÇA, 1992.

¹³² Comunicação *sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado* da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2007) 242 final, 10 de Maio de 2007].

¹³³ Cf. MARTINS, 2004.

Porém, para Domingos Simões Pereira¹³⁴, a cultura, não é só uma questão de tradição/costume, representa também a capacidade que nos permite aprimorar essa mesma cultura, atendendo aos avanços que a ciência e a tecnologia nos dá e que, por essa razão, deve ser vista como um desafio¹³⁵.

Para o Prof. Manuel Braga da Cruz¹³⁶, a cultura lusófona, enquanto “*realidade complexa, híbrida e diversificada que ultrapassa o âmbito linguístico*”, “*nasceu do cruzamento de povos, de diferentes culturas e línguas*”, considerando que a internacionalização da língua está directamente relacionada com a internacionalização da cultura visto que a “*língua é matriz da cultura*”. A cultura lusófona é uma cultura dispersa pelo mundo, uma cultura de diáspora que atravessa os continentes, ao contrário de outras realidades linguísticas que estão concentradas geograficamente (*pan-eslavismo* e *pan-gemanismo*). Está ainda em expansão, cuja internacionalização é facilitada porque existe em unidades dispersas; é pluricontinental porque está disseminada por todas as terras e continentes; possui uma significativa diversidade étnica e racial; regista fluxos pluridireccionais com importantes fluxos de retorno, deixando de haver subordinação de uns povos a outros para passar a existir paridade cultural; dispõe de um suporte político organizado – a CPLP – tendo capacidade de atrair falantes de outros países.

Chacon encara a cultura como “*o sistema com subsistemas internos, económico, político, religioso, filosófico, ético e moral, jurídico, institucional, de usos e costumes antropológicos e etnográficos os mais variados, no equilíbrio inter-relacionista (...), porque, na prática, em constantes desequilíbrios de desafio-resposta*” (CHACON, 2002:16), precisando de um mínimo denominador comum de valores sociais, éticos e culturais para que possa “*durar e fecundar*”¹³⁷. Para Chacon, a “*cultura é o que somos, a seiva do que fazemos, a civilização*”¹³⁸.

¹³⁴ Secretário Executivo da CPLP desde a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, em Julho de 2008.

¹³⁵ Intervenção de PEREIRA, Domingos Simões, «África e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio», no Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 17 de Maio de 2010.

¹³⁶ BRAGA DA CRUZ, Manuel, 1º Ciclo de Conferências – 2ª conferência “A internacionalização da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Novembro de 2011.

¹³⁷ CHACON, 2002: 36.

¹³⁸ CHACON (2002), Op. cit., p. 40.

Já Nye Jr.¹³⁹ considera que a «Cultura» (nas vertentes em que é atraente para terceiros) é um dos recursos em que assenta o *soft power* de um Estado – “(...) *poder de influência de uma área cultural que transfere para outras o seu modo de racionalização e de produção de sentido*”¹⁴⁰, extrapolando segundo Elisabete Cortes Palma¹⁴¹:

“(...) *o conceito de poder cultural popular, geralmente centrado no entretenimento de massas, ou de alta cultura (literatura, arte, educação), normalmente atractiva para as elites. Quando a cultura de determinado Estado inclui valores universais e as suas políticas promovem valores e interesses que outros partilham, o Estado vê aumentada também por essa via a probabilidade de obter os resultados desejados devido às relações de atracção e de obrigação que ela cria*”.

Importa salientar a «Cultura» como alavanca de interdependência económica e como excepção à proibição de auxílios¹⁴² concedidos pelos Estados ou provenientes de recursos estatais (uma das derrogações não automática à proibição desses auxílios), sem uma contrapartida económico-financeira¹⁴³, que sejam “*destinados a promover a cultura e a conservação do património, quando não alterem as condições das trocas comerciais e da concorrência na União num sentido contrário ao interesse comum.*”¹⁴⁴. A filosofia básica da política de concorrência que tem vindo a ser aplicada na Europa, desde 1958, em nada tem sido prejudicada pelo Tratado de Lisboa juntamente com os Tratados que lhe estão acoplados, isto é, Tratado da UE (TUE) e Tratado do Funcionamento da UE (TFUE)¹⁴⁵. Contudo, constata-se que, à medida que o processo de construção europeia avança e a integração económica foi ficando cada vez mais consolidada, “*os objectivos da Política Comunitária de Concorrência foram progressivamente absorvendo, de forma crescente,*

¹³⁹ NYE JR., Joseph S. (2004), *Soft Power: the means to success in world politics*, New York: PublicAffairs.

¹⁴⁰ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 97.

¹⁴¹ PALMA, Elisabete Cortes (2006: 35), *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa – Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D.

¹⁴² Considerados como incompatíveis com o mercado comum sempre que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros e falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções [artigo 87.º, n.º 1 da Versão consolidada do Tratado que institui a Comunidade Europeia *in* COMUNIDADES EUROPEIAS (2006), *União Europeia – Tratados Consolidados*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias].

¹⁴³ MARTINS, Manuel (2002), *Auxílios de Estado no Direito Comunitário*, Prémio Jacques Delors 2001, S. João do Estoril - Cascais: Príncipe Editora.

¹⁴⁴ Artigo 107.º, alínea d) da Versão consolidada do Tratado de Funcionamento das Comunidades Europeias à luz do Tratado de Lisboa.

¹⁴⁵ LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2008b), «A nova estrutura do Tratado de Lisboa e a política de concorrência na União Europeia», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, p. 211.

outros vectores ligados à eficiência dos mercados, à competitividade, à inovação e ao bom funcionamento do Mercado Interno e da UEM”¹⁴⁶. A política de concorrência foi-se tornando, intrinsecamente, associada à estrutura do paradigma de civilização da Europa comunitária.

A promoção da cultura está a tornar-se, efectivamente, um sector cuja procura está a aumentar como forma de obviar o problema do envelhecimento (condição da natureza humana) com que as sociedades, designadamente as europeias, se deparam actualmente, apesar desse problema ainda não se colocar nos países africanos, embora exista a preocupação com a necessidade de um serviço social¹⁴⁷ que deve privilegiar a proximidade com o sujeito, permitindo não só ver como também compreender. Esse tipo de serviço já está representado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

O artigo 1.º (inserido no Título I – Disposições Comuns) do Tratado de Lisboa retrata, desde logo, a afirmação do alcance geopolítico da cultura, assinalando “*uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os Povos da Europa, em que as decisões são tomadas de uma forma tão aberta quanto possível, e, ao nível mais próximo possível dos cidadãos*”, o que significa que a UE só exerce as competências que lhe são expressamente transferidas pelos Estados (Cf. LOPES RODRIGUES, 2008b). Por exemplo, no domínio da «Cultura» a UE dispõe apenas de competência para desenvolver acções destinadas a apoiar, coordenar ou completar a acção dos Estados-Membros, sem que daqui decorra qualquer obrigação de harmonização (artigo 2.º-E).

O artigo 151.º do Tratado instiga a UE e seus países a promover aspectos culturais nas suas relações internacionais com as regiões e os países parceiros, como também no seio da UE alargada no contexto das políticas de desenvolvimento e de comércio, enquanto contributo para a ordem mundial assente no desenvolvimento sustentável, na coexistência pacífica e no diálogo entre culturas. Os países comunitários comprometeram-se, assim, a fazer da diversidade cultural um elemento essencial na sua acção externa e a desenvolver um novo e mais activo papel cultural para a Europa nas suas relações internacionais.

¹⁴⁶ LOPES RODRIGUES (2008b), Op. cit., p. 227.

¹⁴⁷ Intervenção de FERREIRA, Maria Emília (Professora especialista da área social na ULHT), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Neste seguimento, foi adoptada, em 2007, a *Agenda Europeia para a Cultura* (AEC) que fornecia as «*guidelines*» estratégicas para a política de desenvolvimento da UE nas suas relações externas. Ainda nesse mesmo ano, foi organizado um seminário sobre o papel da cultura nas relações externas, conduzindo a um impulso para mais reflexão sobre como reflectir a importância da cultura nas políticas e instrumentos, bem como sobre como reforçar a cooperação entre os serviços da Comissão Europeia, tendo também em atenção o contributo da sociedade civil.

Mais tarde, no primeiro semestre de 2008, a Presidência Eslovénia do Conselho da UE elegeu a dimensão externa da cultura como uma das suas prioridades, tendo sido organizada, entre 13 e 14 de Maio de 2008, uma conferência que envolveu participantes da sociedade civil e cuja temática foi “*Novos Paradigmas, Novos Modelos – a Cultura nas Relações Externas da UE*”. Constituiu uma boa oportunidade para os decisores políticos externos alterarem a sua visão sobre o sector cultural e aprofundarem o seu entendimento quanto ao potencial da cooperação cultural, procurando salvaguardar as relações externas.

Entretanto, o Conselho Europeu, datado de Junho de 2008, confirmou igualmente a relevância da cultura nas relações externas da UE e a Presidência Francesa do Conselho da UE submeteu, à aprovação do Comité dos Assuntos Culturais, um *draft* das Conclusões sobre a promoção da diversidade cultural e o diálogo intercultural nas relações externas da UE e dos seus Estados-Membros, o qual acabou por ser adoptado no Conselho da Educação, Juventude e Cultura, realizado em 20 e 21 de Novembro de 2008.

Ademais, a cultura, tal como a economia e a dimensão geral da diplomacia confluem para a internacionalização de um país de forma estratégica e articulada com relevância ao nível do PIB. Os tipos básicos de internacionalização podem ser analisados em duas perspectivas: como processo através de um conjunto de fluxos de natureza diversificada e de origens várias que atravessam as fronteiras; e como estratégia, consubstanciada no modo escolhido pelos representantes políticos, económicos e sociais para responder aos efeitos e oportunidades dessa internacionalização¹⁴⁸.

¹⁴⁸ LOPES, Ernâni Rodrigues; GRILO, Eduardo Marçal; NAZARETH, José Manuel; AGUIAR, Joaquim; GOMES, J. Amaral; AMARAL, José Pena do (1989), *Portugal: o desafio dos anos 90*, Lisboa: Instituto Humanismo e Desenvolvimento e Editorial Presença.

No encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, organizado pelo Instituto Camões (IC)¹⁴⁹, em Lisboa, a 16 de Novembro de 2010 – precedido pela assinatura de um protocolo de entendimento¹⁵⁰ entre o IC e o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Cultura (MC) – Ana Paula Laborinho, Presidente do IC, considerou que a diplomacia cultural é “*entendida como um soft power, um poder suave, que tem uma capacidade de influência, uma capacidade de persuasão que é transmitida e, naturalmente, de transmissão de ideias e valores*” e acrescenta que “*é um tema que a própria União Europeia tem acarinhado, desenvolvido e que elegeu como um dos pilares da agenda cultural*”¹⁵¹. O recurso à cultura para a promoção de um país evidencia a força e a importância da cultura na formação da imagem, seja de uma instituição, seja de um país. A diplomacia cultural, integrada na lógica do *soft power* de Joseph Nye, foi considerada, por Joana Gomes Cardoso como algo de muito sério para vários países que a exploram com grande habilidade para se inserirem e reforçarem os seus perfis em países estratégicos e daí retirarem vantagens políticas ou económicas, podendo “*ser um fim em si*”¹⁵² ou, como afirmou Fátima Ramos “*um meio que deve estar à disposição de outros desígnios, nomeadamente até da ciência, da política, do*

¹⁴⁹ Ao longo dos anos, este instituto tem sido o grande executor da geopolítica da língua, através da condução do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, em que, para além da sua acção «*presencial*», através do envio de professores e leitores, da criação de Cátedras, Centros de Língua, Centros Culturais e outras iniciativas complementares, tem recorrido à utilização das novas tecnologias para o ensino à distância, pela disponibilização de uma biblioteca digital, intervindo, simultaneamente, na concretização dos Acordos Culturais e na concessão de bolsas a estudantes estrangeiros. Atribui ainda o prémio luso-brasileiro «*Camões*», instituído em 1989, correspondente ao mais alto galardão lusófono na área da literatura, destinando-se a evidenciar escritores e obras de mérito [CRISTÓVÃO, Fernando (2011), «A lusofonia no meio de algumas contradições», *Revista Letras com Vida*, N.º 2, Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FL-UL, Acedido em 25 de Agosto de 2011, in: <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php>].

Entretanto, foi decidida a sua fusão com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), dando origem a um novo instituto designado por *Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.* com a missão de potenciar o desenvolvimento da política da cooperação internacional e a promoção da língua e cultura portuguesa no estrangeiro [Notícia “Língua e cooperação juntas num só instituto”, *Jornal de Notícias*, Porto, 17 de Novembro de 2011.], sob superintendência e tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diário da República - Decreto-Lei n.º 121/2011, 1ª série – N.º 249 – 29 de Dezembro de 2011).

¹⁵⁰ Documento que estabelece uma parceria, assente na troca de informação regular e estruturada, que vai permitir uma articulação de iniciativas, uma planificação mais produtiva da acção cultural externa e uma melhor gestão dos fundos necessários para uma implementação eficaz da face cultural portuguesa fora das suas fronteiras. Este protocolo visa também não deixar que um bom relacionamento institucional dependa do plano pessoal e conjuntural, sendo absolutamente fundamental que exista um relacionamento muito estreito entre o MC e o MNE [Notícia “Instituto Camões e Ministério da Cultura: Protocolo desejado «há décadas»”, *Suplemento do JL n.º 1049* – Encarte do IC, ano XXX, Lisboa, 15 de Dezembro de 2010.]

¹⁵¹ Notícia “Diplomacia cultural: O ‘suave poder’ da imagem”, *Suplemento do JL n.º 1049* (Encarte do IC), ano XXX, Lisboa, 15 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)

¹⁵² Intervenção de CARDOSO, Joana Gomes (Directora-Geral do GPEARI), encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, organizado pelo Instituto Camões, em Lisboa, 16 de Novembro de 2010.

turismo, da economia”¹⁵³, defendendo que “*a cultura deve servir cada vez mais em alturas de crise, não só os desígnios da economia, da política, mas também a criar cidadãos mais responsáveis*”.

Enquanto que para Luís Amado “*num momento em que o mundo se reconfigura na sua relação de forças, a cultura e a língua são um dos principais instrumentos de afirmação de Portugal*”¹⁵⁴, pelo que Nuno Brito afirma que numa conjuntura de crise, “*procurar buscar no exterior os elementos de que depende a construção da nossa prosperidade*”¹⁵⁵ deve ser o objectivo prioritário da política externa nacional, correspondendo, inquestionavelmente, a “*vender a nossa imagem*”. Apelou ainda aos responsáveis pelas áreas da cultura, dos negócios estrangeiros e da economia para actuarem em conjunto, sublinhando que o português é “*uma das grandes línguas de vocação universal e, nessa perspectiva, é em torno da língua que se desenvolve toda a dinâmica de afirmação da nossa cultura no exterior*”.

O repto lançado foi logo respondido por Basílio Horta, ao declarar que “*há na cultura e na língua portuguesa um grande valor económico*”, existindo, todavia, “*um caminho a percorrer*”¹⁵⁶. Nesta mesma linha, Nuno Brito disse ainda que “*a língua significa negócios, dinheiro e captação investimentos*”, sustentando que, num quadro mais amplo, a “*cultura e língua são também elementos de política externa*”, razão pela qual se está, por exemplo, a trabalhar para inserir o português, como língua oficial ou de trabalho, nas organizações internacionais.

Um exemplo que retrata esta posição prende-se com o que sucedeu em 2008 quando a Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER – decidiu fazer o seu primeiro (e

¹⁵³ Intervenção de RAMOS, Fátima (Directora do Centro Cultural/Instituto Camões de Paris), encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, organizado pelo IC, em Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

¹⁵⁴ Intervenção de AMADO, Luís (ex-Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal), encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, organizado pelo IC, em Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

¹⁵⁵ Intervenção de BRITO, Nuno (Director-Geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros), encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, organizado pelo IC, em Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

¹⁵⁶ Intervenção de HORTA, Basílio (ex-Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP), encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, organizado pelo IC, em Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

volumoso) investimento fora do Brasil. O país que acabou por ser escolhido para este projecto de 300 milhões de euros foi Portugal que nem sequer constava na lista inicial de países a seleccionar, estando agora a gerar um núcleo de indústria aeronáutica no país. Uma forte diplomacia política e razões culturais estiveram na base de tal escolha.

Por isso, na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, datada de 22 de Julho de 2011 e realizada em Luanda, foi realçada a importância de continuar a impulsionar o *Plano de Acção de Brasília*, adoptado em Julho do ano anterior, para a promoção, difusão e projecção da língua portuguesa no que se refere à consolidação do português como língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais, sobretudo naquelas em que está representada a CPLP.

Toda a língua transporta cultura pelo que quando se fala em língua, fala-se de cultura, restando saber onde termina a cultura e onde se inicia a economia. Uma cultura e uma língua podem abrir caminhos à economia, tornar o país conhecido, dar boa imagem, divulgar o que lá se faz e isso é um valor estratégico deveras importante. Uma língua ajuda também a valorizar socialmente as comunidades que vivem no estrangeiro. Se conseguir impor-se na *Internet*, se produzir *software* educativo – é por aí que passa a relação com o mundo – e se for bem ensinada no próprio país para que os seus cidadãos a possam falar e pronunciar bem. Através da *Internet* é permitido partilhar largamente os produtos e serviços proporcionados pelas Indústrias Culturais e Criativas (ICC), as quais serão objecto de estudo no *Capítulo 6*, como veículo natural e fácil para a disseminação de conteúdos culturais. Com efeito, a partilha aberta do conhecimento e da cultura através da *Internet* é uma prioridade da era digital¹⁵⁷.

O Prof. Ernâni Rodrigues Lopes destacou¹⁵⁸ que a «*Cultura*» representa uma das quatro componentes básicas da vida real dos grupos humanos que importa considerar, para além da economia, da sociedade e da política. As suas características prendem-se com a raiz da dinâmica das sociedades, com alguns indicadores elementares (intensidade,

¹⁵⁷ *Green Paper – Unlocking the potential of cultural and creative industries*, Ministry of Science, Technology and Higher Education – Knowledge Society Agency (UMIC), 2010.

¹⁵⁸ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «A reforma do sector económico e social em África. A sociedade civil e a economia», no curso Estudos Africanos, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), Lisboa, 24 de Setembro de 2008. (Texto policopiado)

inovação e qualidade das manifestações) e com a variante relacionada com a transformação da base antropológico-cultural (pré)-existente.

Reconhecendo que a cultura é o factor de maior relevância na unidade dos países que compõem a CPLP, o XIV Conselho de Ministros da CPLP, reunido na Cidade da Praia, no dia 20 de Julho de 2009, decidiu instituir o dia *5 de Maio* como *Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP*, como forma de comunicar e divulgar os principais factos histórico-culturais dos Estados de CPLP, celebrando a dimensão cultural da Lusofonia assente numa língua estratégica de comunicação internacional e nos laços que unem os países lusófonos, procurando fazer jus ao espírito ecuménico do mote «*Unidos na Diversidade, Solidários na Adversidade*», através da organização de eventos culturais e outros com temas anualmente propostos pelo Secretariado Executivo da CPLP.

A promoção cultural apresenta-se, assim, como uma dimensão essencial do Desenvolvimento, chegando-se à conclusão de que a “*Cultura não é somente a actividade intelectual e artística, mas também o comportamento geral do Homem e a visão que este tem de si mesmo em relação ao seu modo de vida e de ser, aos seus sistemas de valores e crenças*” (GRAÇA, 1992: 203).

2.2 As vertentes associadas

A dimensão cultural da Lusofonia contempla diversas vertentes: a partilha de uma língua comum e a miscigenação de tradições, actividades e experiências culturais, onde a prática de mecenato poderá assumir um papel proeminente, bem como as características singulares que alguns dos países lusófonos evidenciam quanto às configurações do trabalho ao nível da incorporação de tecnologia, de exigência de formação escolar dos trabalhadores e de formas de organização do próprio trabalho.

Com efeito, no âmbito deste último aspecto acima referido – as formas de organização do trabalho – destacam-se as experiências de micro-emprego, mais concretamente, sobre actividades de pequenas dimensões realizadas por segmentos pobres da população em contexto urbano, as quais são, mormente, parte do *círculo inferior da economia*, um

subsistema do sistema urbano caracterizado como não moderno e pouco estudado, ao contrário do circuito moderno, habitual objecto de pesquisa. Contudo, o desemprego de longa duração tem vindo a estimular o interesse das ciências sociais pelo estudo de diferentes formas de gerar trabalho e rendimento em contextos de precarização da vida material e social, resultando num esforço de teorização sobre trabalho e organizações.

A análise do trabalho no contexto contemporâneo pressupõe associar multiplicidade, multicausalidade e transversalidade, o que, para além dos efeitos no crescimento e no desenvolvimento dos países, acarreta implicações para as identidades, sentidos e significados atribuídos pelos trabalhadores ao que fazem, configurando espaços organizacionais multidimensionais de trabalho, lazer e cultura. Este poderá ser assinalado como um outro aspecto inovador desta tese.

A proporção mundial de posições de trabalho que estão fora das estruturas formais dos países é elevada e está progressivamente a crescer. O aumento da pobreza, das desigualdades e a falta de redes adequadas de protecção social estão a consolidar democracias representativas excludentes com uma minoria de cidadãos plenos.

2.2.1 A língua

Com cerca de 250 milhões de falantes¹⁵⁹ (Gráfico I), a «*Língua Portuguesa*» tem estatuto de língua oficial na UE (a 3.^a da UE mais falada no mundo, com mais representatividade quantitativa), no MERCOSUL, na União Africana (UA) e na CPLP, entre outras organizações¹⁶⁰, tais como a UNESCO e a OIT, nas quais é reconhecida como língua de trabalho. Actualmente procura-se outrossim impulsionar a utilização do

¹⁵⁹ O universo de 250 milhões de falantes trata-se de uma referência de ordem simplificada. Nem todos os habitantes do espaço abrangido pela CPLP “*dominam e falam português e têm a visão de que se passou, de facto, duma relação com base em regras coloniais para relações de igualdade de capacidades*” [PINTO, José Filipe (2005: 363), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Lisboa: Colecção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D]. Este número é ainda variável consoante as fontes bibliográficas que são consideradas, oscilando, no geral, entre 240 e 250 milhões.

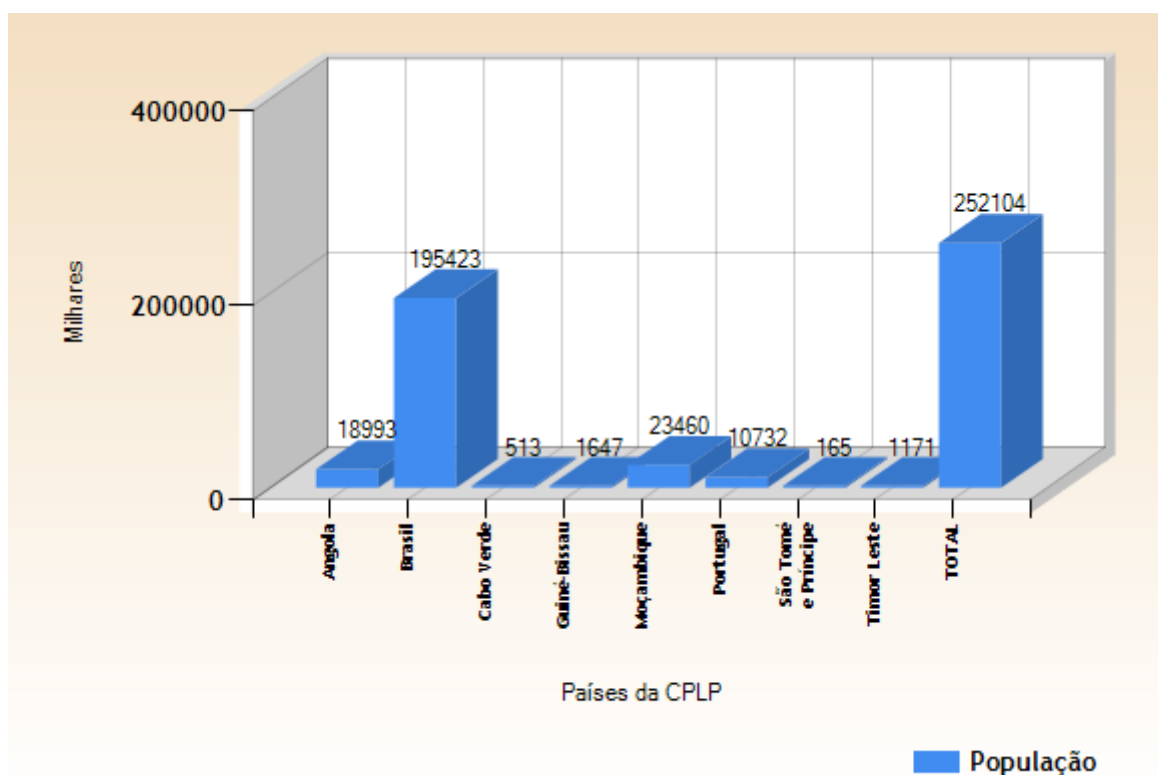
¹⁶⁰ Boletim de Informação Diplomática / Gabinete de Informação e Imprensa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, N.º 59, 26 de Março de 2008.

português como língua oficial ou de trabalho¹⁶¹ em Organizações regionais, internacionais ou agências especializadas¹⁶², como, por exemplo, nas Nações Unidas¹⁶³, em virtude de ser mais falado que duas das suas seis línguas oficiais – o francês e o russo.

Através do *Barómetro Calvet*¹⁶⁴, um dos barómetros mais conhecidos que analisa alguns indicadores de 137 línguas, o Português ocupa as seguintes posições relativas face, por exemplo, aos seguintes elementos:

- n.º 5 – quanto ao n.º países detentores desta língua oficial;
- n.º 7 – ao nível do número de falantes;
- n.º 12 – no que respeita à distinção desta língua com um Prémio Nobel (no caso de Portugal com o Prémio Nobel da Literatura atribuído, em 1998, a José Saramago).

Gráfico I. População dos Países da CPLP.



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

¹⁶¹ Uma das vertentes a privilegiar é a formação de tradutores.

¹⁶² Comunicado final da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 25 de Julho de 2008.

¹⁶³ Neste caso está a ser feito um estudo para estimar os custos de introdução da língua portuguesa na ONU.

¹⁶⁴ Dados consultados, em 30 de Novembro de 2011, no PORTALÍNGUA – Observatório das Línguas na Sociedade do Conhecimento: <http://www.portalingua.info/pt/poids-des-langues/langue/portugais/>

Todavia, a contabilidade do universo de falantes é difícil de completar com exactidão, uma vez que são imprecisos os valores das populações que têm o português, não como língua oficial, mas como primeira língua efectivamente utilizada no seu quotidiano.

De acordo com o Observatório da Língua Portuguesa¹⁶⁵ (OLP), a percentagem de falantes de português como língua materna (Quadro II) é variável entre os países da CPLP:

Quadro II. Percentagem de Falantes de Português como Língua Materna.

Países CPLP	% Falantes Português (língua materna)
Angola	40%
Brasil	99,7%
Cabo Verde	40%
Guiné-Bissau	5%
Moçambique	6,5%
Portugal	96%
S. Tomé e Príncipe	20%
Timor-Leste	6%

Fonte: OLP (2007) in LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 305.

O Brasil destaca-se como o país com a maior percentagem (99,7%) de falantes de português como língua materna, contrariamente ao que sucede com a Guiné-Bissau que apresenta a menor percentagem (5%).

O conteúdo desta secção pretende responder a uma das questões complementares precedentemente mencionadas aquando da identificação do objecto de investigação deste trabalho, a qual se prende com a repercussão da «concorrência» entre espaços linguísticos à escala global na Lusofonia.

¹⁶⁵ Este Observatório possui sede em Cabo Verde e propõe-se analisar o papel e o estatuto da Língua Portuguesa à escala global, estando sob supervisão do IILP e da CPLP. Entre outras iniciativas, procede a um levantamento estatístico do universo de falantes de português e mantém um conjunto de parcerias com instituições estatísticas e organismos afins, com destaque para o IC e diversas universidades nos países lusófonos [LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 304].

Antes de mais convém clarificar o conceito de «concorrência»¹⁶⁶ enquanto “*um processo permanente e multidimensional*” (LOPES RODRIGUES, 2008a: 154) onde diversos actores – Estado, Empresas e Organizações de perímetro variável – se deparam com alguns desafios permanentes seguidamente apresentados (Quadro III):

Quadro III. A Concorrência – os Desafios Permanentes.

OBTER e ASSEGURAR a POSSE e o CRESCIMENTO do VALOR ¹⁶⁷ em qualquer ESPAÇO de TRANSACÇÃO	Acepção universal
GERAR VANTAGENS COMPETITIVAS e, PERPETUÁ-LAS, quase sempre, pela sua RENOVAÇÃO/INOVAÇÃO em ordem ao melhor usufruto possível dos recursos ESCASSOS e/ou ÚTEIS	Aplicação à economia
Contribuir para a conquista e perpetuação do PODER, qualquer que seja a sua natureza	Aplicação à geopolítica

Fonte: Adaptado de LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl. (2008a), *Políticas Públicas de Promoção da Concorrência*, Lisboa: ISCSP – UTL, p. 154.

Cada um desses actores luta por um determinado «prémio» num ou em vários «espaços de transacção» que, num ambiente de incerteza, ultrapassam as fronteiras geográficas e que:

*“são arenas competitivas que tanto podem ser mercados com características jurídicas conhecidas e, com estruturas diversas, como podem ser outras instituições, como, por exemplo, a estrutura interna de uma grande empresa, ou ainda uma ronda de negociações internacionais, onde se faz sentir uma forma singular de concorrência, entre sistemas políticos ou entre Estados. Nos diversos espaços de transacção aparecem determinadas matrizes de poderes, todos eles vocacionados, de uma forma ou de outra para a sua consolidação e para a sua ampliação.”*¹⁶⁸

¹⁶⁶ LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2007), *Políticas Públicas de Promoção da Concorrência*, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCSP – UTL.

¹⁶⁷ Segundo a perspectiva de que a génese do Valor de qualquer Bem reside na Utilidade que as pessoas lhe atribuem.

¹⁶⁸ LOPES RODRIGUES, 2007: 87.

Neste contexto, as geografias concorrenciais, que é possível identificar, correspondem a Portugal, à UE e à CPLP/África/Brasil/Ásia, para além das comunidades anglófona (*Commonwealth of Nations*¹⁶⁹), francófona (*Organisation Internationale de la Francophonie*¹⁷⁰) e espanófona.

Entrementes, de acordo com Ana Paula Laborinho¹⁷¹, a dinamização das políticas de internacionalização da língua portuguesa está estruturada segundo *7 blocos geopolíticos e geoestratégicos*: o primeiro constituído pelos países da CPLP; o segundo pelo espaço ibero-americano; o terceiro pela África Subsahariana; os quarto, quinto e sexto blocos são determinados por interesses específicos de Portugal, gerados por relações históricas, presença de diásporas portuguesas, alianças políticas e proveitos económicos, correspondendo, respectivamente, ao Magrebe, aos Estados Unidos/Canadá e à Ásia; por último, o sétimo bloco geopolítico é o da UE enquanto espaço em que Portugal se integra, acrescentando os restantes países europeus, candidatos ou não a membros da UE¹⁷².

A Língua Portuguesa, considerada, desde logo, como o «cimento» da construção da nação em África na área lusófona¹⁷³ e “*da solidariedade da CPLP, desde que cada Estado entenda que a língua não é sua, que apenas também é sua, e que por si própria tem valor apreciável no PIB de cada um*”¹⁷⁴.

É um idioma global, dado que é pluricontinental (Fig. X) e pluricultural, cujos falantes se encontram dispersos (Fig. XI) por quatro continentes: língua oficial de um país do

¹⁶⁹ Organização composta por 54 estados independentes que, com excepção dos membros, Moçambique (aderiu em 1995, graças ao apoio dos seus vizinhos que foram colónias britânicas) e Ruanda (antiga colónia belga que aderiu em 2009), compartilham laços históricos com o Reino Unido (a maioria são antigas colónias britânicas) e cujo objectivo prioritário é a cooperação internacional nos planos político e económico. Abrange uma área total de 31 462 574 Km² e uma população na ordem dos 1 921 974 000 (estimativa de 2005).

¹⁷⁰ Organização constituída por 56 estados, 3 membros associados e 16 observadores, tendo como missão a promoção da língua francesa como uma língua internacional, da paz, da democracia e dos Direitos do Homem. Cobre uma área total de 28 223 184 Km² e uma população de 970 000 000 (estimativa de 2005).

¹⁷¹ Intervenção de LABORINHO, Ana Paula (Presidente do IC), Encontro internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”, Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a União Latina. 25 e 26 de Outubro de 2010.

¹⁷² Notícia “Língua portuguesa: Internacionalização em 7 blocos estratégicos”, Suplemento do JL n.º 1047, ano xxx, 17 de Novembro de 2010.

¹⁷³ Cf. GRAÇA, 2005.

¹⁷⁴ Intervenção de MOREIRA, Adriano, «Uma Bandeira Marítima para a CPLP», Conferência de Encerramento do ciclo “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, Academia de Marinha, Lisboa, 27 de Setembro de 2011. (Texto policopiado)

continente americano, de cinco de África, de um europeu e de outro no continente asiático, para além de, neste último continente, ser ainda língua oficial de Macau. O Português posiciona-se, assim, estrategicamente e permite a troca de mensagens entre pessoas tão distintas como um brasileiro e um timorense, falando uma linguagem que não é apenas um código, mas uma língua.



Figura X. A Língua Portuguesa no Mundo.

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

Desde o início do século XX que o Português tem vindo a ganhar falantes de forma contínua, espalhados pelos quatro cantos do Mundo (Fig. XI). Por isso, é crucial valorizar a sua força, como uma das línguas mais faladas no globo, como forma de união entre os países da CPLP e como um mecanismo de inserção dos seus povos no mundo globalizado.

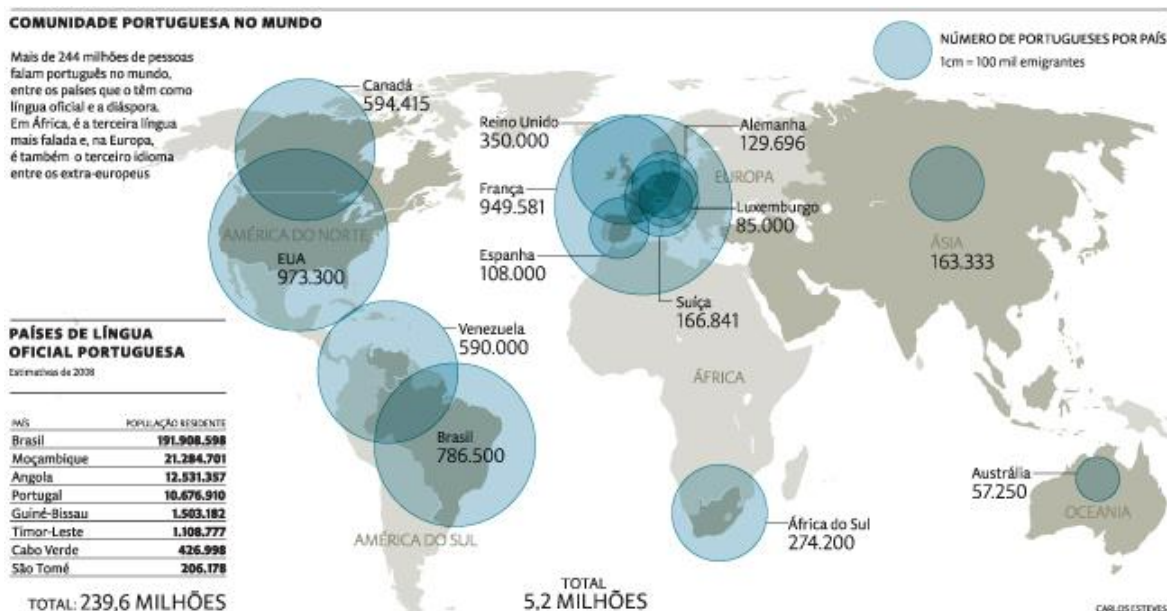


Figura XI. Comunidade Portuguesa no Mundo.

Fonte: Entrevista de REIS, Carlos “Está na moda aprender português”, jornal *Expresso*, Lisboa, 5 de Julho de 2008 [Versão electrónica acedida em 10 de Agosto de 2008, in: <http://aeiou.expresso.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>].

Já não faz sentido que a maioria das línguas queira concorrer com o inglês, dado que este é algo básico. Neste sentido, ao nível da CPLP, o recrutamento no mercado de trabalho procura algo para além do inglês¹⁷⁵. O português tem um trunfo inegável – a sua localização geográfica em todos os continentes, para além do número de falantes.

Gilberto Freyre¹⁷⁶ refere ainda:

*“Antes de mais nada, creio que não há muita esperança para a língua portuguesa na Índia e em Macau. Mas creio profundamente que em Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé, esse futuro se apresenta brilhante.”*¹⁷⁷

Tal como José Palmeira disse:

*“(…) a língua de Camões é o projecto político alicerçado na Lusofonia e com expressão na CPLP e tem um potencial estratégico de que Portugal se serve para maximizar o seu poder no sistema internacional e materializar os seus objectivos geopolíticos.”*¹⁷⁸

Sendo o Português uma língua de dimensão internacional e intercontinental representa, actualmente, a 2.^a língua românica do mundo, a 3.^a língua europeia mais falada no Mundo (Gráfico II), a 4.^a (do *top ten*) mais falada no mundo (Gráfico III), a 3.^a mais falada em África e no Ocidente, a 3.^a mais usada na blogosfera a nível internacional, uma das três únicas línguas usadas em todos os continentes¹⁷⁹. Ao nível da *Internet*, constitui o 5.º maior grupo linguístico, tal como se pode observar no Gráfico IV, com cerca de 82,5 milhões de utilizadores e, como havia predestinado Fernando Pessoa, “*uma das poucas línguas potencialmente universais do século XXI*”¹⁸⁰.

¹⁷⁵ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “O português está a tornar-se uma mais-valia económica”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 7 de Março de 2010.

¹⁷⁶ Um dos maiores intérpretes do universo lusófona, defensor da lusofonia cultural, económica e política, e um dos principais precursores de um aumento cada vez mais acentuado dos interesses económicos do Brasil pela África Lusófona e pelo Oriente Lusitano.

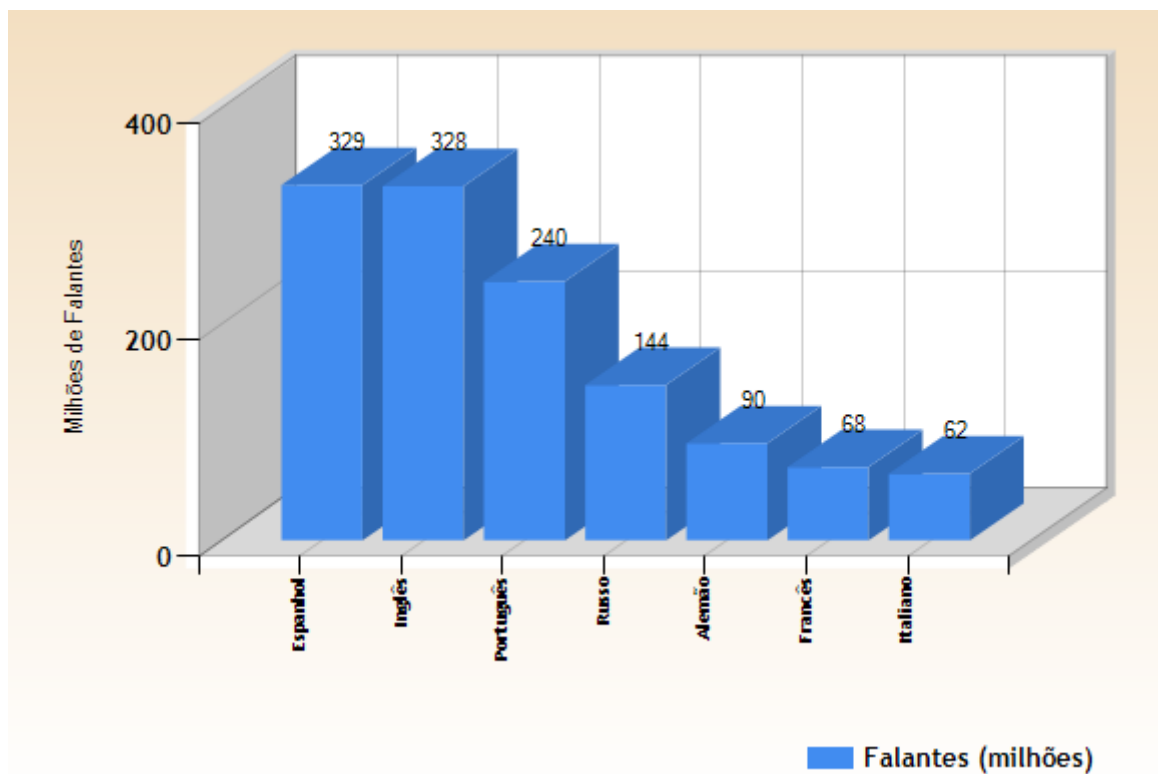
¹⁷⁷ In ENCARNAÇÃO, Pedro Henrique Guerreiro Ferreira (1990), *O Brasil perante os novos Estados Lusófonos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCSP – UTL, p. 130.

¹⁷⁸ Comunicação “Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal” X Congresso Afro-Luso-Brasileiro, Universidade do Minho, Braga, 4 a 7 de Fevereiro de 2009. Vide também Notícia “Lusofonia: Cooperação económica é mais eficaz do que a cultural – Perito da Universidade do Minho”, *Jornal de Notícias*, Porto, 4 de Fevereiro de 2009.

¹⁷⁹ CORREIA, Eugénio Anacoreta (2011), *Perspectivas Actuais da Língua Portuguesa*, Colecção MOSAICO, Volume XXIII, Macau: Instituto Internacional de Macau.

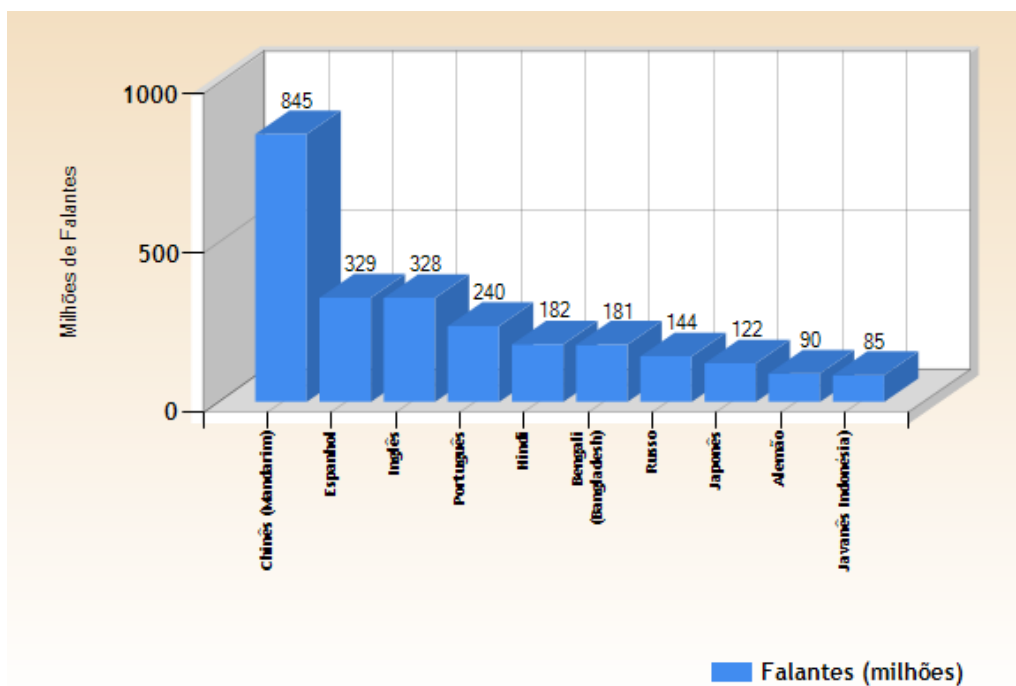
¹⁸⁰ Simonetta Luz Afonso in MOURA, Helena Cidade e outros (2008), *Literacia em Português*, Centro de Investigação – Acção Paul Henry Chombart de Lauwe, Lisboa: Acontecimento – Estudos e Edições, Lda. – Distribuição *Europress*, p. 87.

Gráfico II. As Línguas Europeias mais faladas no Mundo.



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

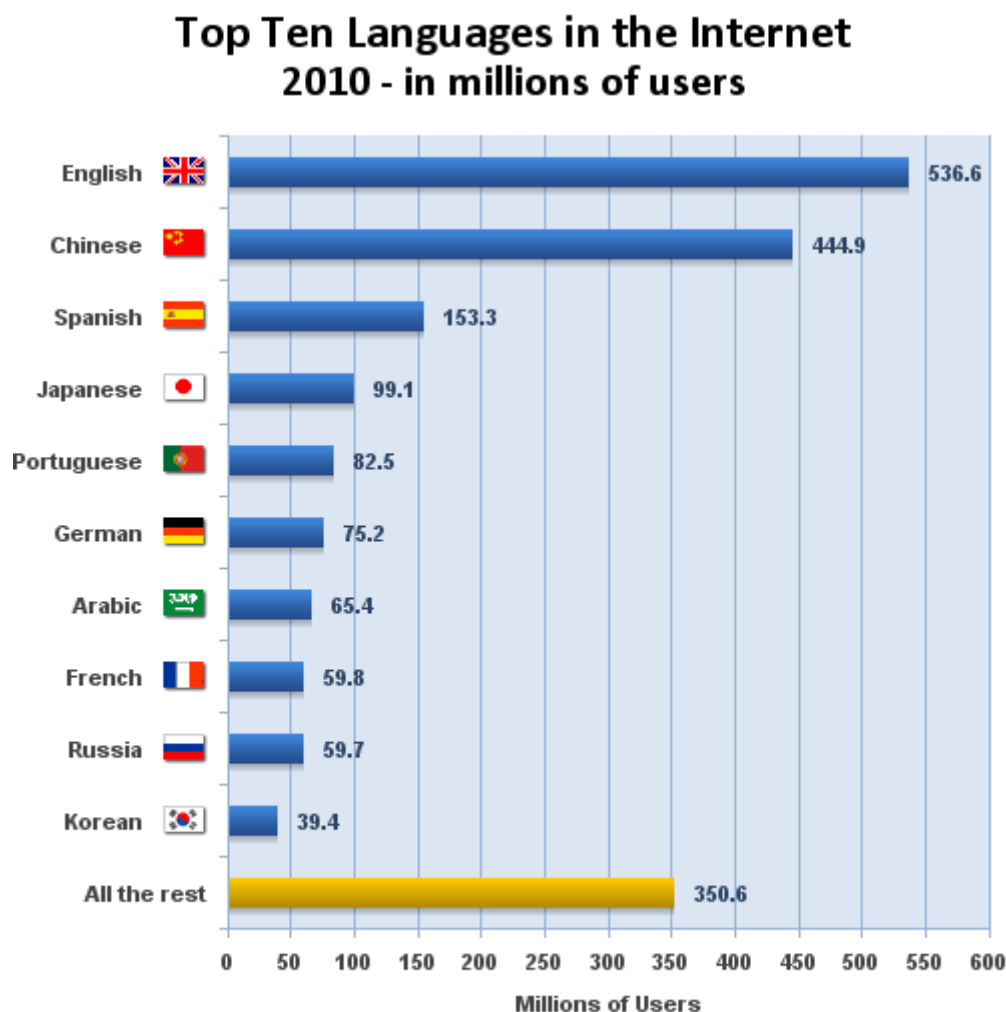
Gráfico III. As 10 Línguas mais faladas no Mundo.



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

A ideia de que a globalização conduziria a uma homogeneização empobrecedora das línguas e à imposição progressiva do inglês não se parece confirmar na prática. As novas comunicações em rede vão-se desenvolvendo na forma de uma galáxia multilíngue, na qual o português assume uma importância real, impulsionado, certamente, pela forte presença do Brasil nas redes sociais¹⁸¹.

Gráfico IV. Top 10 Línguas na Internet 2010 (milhões de utilizadores).



Source: Internet World Stats - www.internetworldstats.com/stats7.htm

Estimated Internet users are 1,966,514,816 on June 30, 2010

Copyright © 2000 - 2010, Miniwatts Marketing Group

Fonte: INTERNET WORLD STATS – IWS (2011) – Usage and Population Statistics, *Internet World Users by Language – Top 10 Languages*, Updated for June 30 2010, in <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

¹⁸¹ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

Perante a actual sociedade de informação globalizada, o Português precisa afirmar-se no universo virtual e expandir-se através da Internet, e não apenas como uma língua falada e escrita no mundo real¹⁸². Em Maio de 2011, de acordo com o Quadro IV, 82 586 600 cidadãos que falam a língua portuguesa usam a *Internet*, representando 3,9% do universo total de utilizadores da *Internet*. Da estimativa de 253 947 594 cidadãos que falam Português no Mundo, apenas 32,5% usam a *Internet*, embora o número de utilizadores de *Internet* que fala Português tenha registado, entre os anos 2000 e 2011, um crescimento na ordem dos 990,1%, o que corresponde a uma taxa bastante auspiciosa.

Quadro IV. Top 10 Línguas + usadas na *Internet* (N.º de Utilizadores de *Internet* pela Língua).

Top Ten Languages Used in the Web (Number of Internet Users by Language)					
TOP TEN LANGUAGES IN THE INTERNET	Internet Users by Language	Internet Penetration by Language	Growth in Internet (2000 - 2011)	Internet Users % of Total	World Population for this Language (2011 Estimate)
English	565,004,126	43.4 %	301.4 %	26.8 %	1,302,275,670
Chinese	509,965,013	37.2 %	1,478.7 %	24.2 %	1,372,226,042
Spanish	164,968,742	39.0 %	807.4 %	7.8 %	423,085,806
Japanese	99,182,000	78.4 %	110.7 %	4.7 %	126,475,664
Portuguese	82,586,600	32.5 %	990.1 %	3.9 %	253,947,594
German	75,422,674	79.5 %	174.1 %	3.6 %	94,842,656
Arabic	65,365,400	18.8 %	2,501.2 %	3.3 %	347,002,991
French	59,779,525	17.2 %	398.2 %	3.0 %	347,932,305
Russian	59,700,000	42.8 %	1,825.8 %	3.0 %	139,390,205
Korean	39,440,000	55.2 %	107.1 %	2.0 %	71,393,343
TOP 10 LANGUAGES	1,615,957,333	36.4 %	421.2 %	82.2 %	4,442,056,069
Rest of the Languages	350,557,483	14.6 %	588.5 %	17.8 %	2,403,553,891
WORLD TOTAL	2,099,926,965	30.3 %	481.7 %	100.0 %	6,930,055,154

Fonte: IWS (2011) – Usage and Population Statistics, *Internet World Users by Language – Top 10 Languages*, Updated for May 31 2011, in <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>.

De acordo com dados disponibilizados pelo IC¹⁸³, em Novembro de 2011, Portugal assegura o ensino da língua e cultura portuguesas (vectores fundamentais da política externa portuguesa) em 73 países, através de 1 178 docentes (do ensino pré-escolar ao superior), abrangendo 155 mil alunos cujo perfil é cada vez mais diversificado, “contemplando (além dos filhos de emigrantes), crianças e jovens filhos de trabalhadores portugueses em situação de mobilidade recente, luso-descendentes que já pertencem à

¹⁸² Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol.

¹⁸³ In portal - <http://www.instituto-camoes.pt/>

segunda ou terceira geração, bem como falantes de outras línguas”¹⁸⁴. Os dois motivos para aprender português resumem-se, maioritariamente, a África e Brasil, comentando Ana Paula Laborinho, que “*O ensino de português no estrangeiro está de boa saúde. É preciso é credibilizar o português na Europa*”¹⁸⁵, onde a motivação para aprender português não se afasta muito das razões dos outros continentes. As exceções são ainda países, como a Suíça e o Luxemburgo, nos quais a comunidade portuguesa e a rede de professores são muito expressivas.

O Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) regista um total de 334 711 788 palavras em português (Fig. XII), por amostragem de vários tipos de textos escritos (literários, jornais, técnica, científica, didáctica, economia, as decisões do Supremo Tribunal de Justiça, o parlamento) e texto falado (formal e informal) que são utilizadas no «*Espaço Lusófono*»:

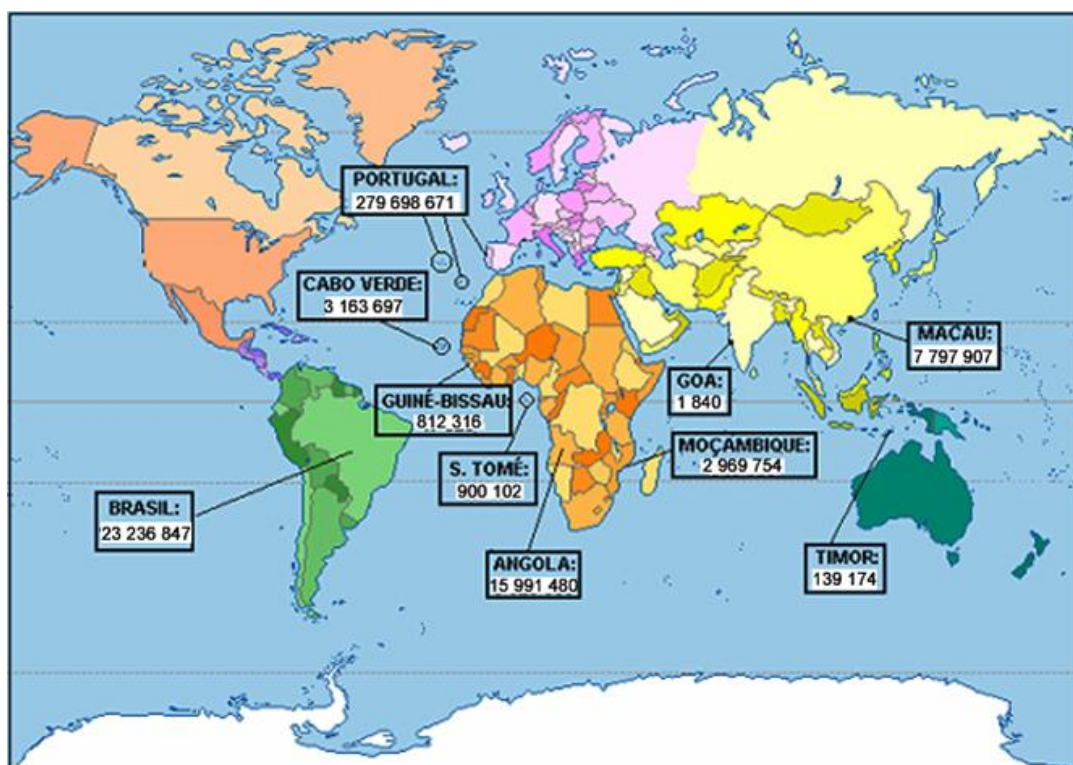


Figura XII. Número de palavras em português no «Espaço Lusófono».

Fonte: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (Out. 2005)

(http://www.clul.ul.pt/english/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_crpc.php)

¹⁸⁴ Notícia “Portugal assegura ensino do português a 155 mil alunos em 73 países”, *Lusa*, Lisboa, 30 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

¹⁸⁵ Notícia “África e Brasil: dois motivos para aprender português”, jornal *iOnline*, Oeiras, 16 de Outubro de 2010. (Texto policopiado).

No continente africano, caracterizado pela diversidade étnica e pela pluralidade linguística e cultural, a dimensão do português já não se cinge apenas aos países lusófonos, na medida em que economias como Angola e Brasil cresceram e isso faz com que alguns países, próximos destes, introduzam o português como segunda língua, como é o caso do Senegal que na Universidade de Dakar tem algumas centenas de alunos inscritos na licenciatura em Estudos Portugueses e cujas motivações se prendem com a proximidade deste país com a Guiné-Bissau e Cabo Verde, bem como com o crescimento dos investimentos senegaleses no Brasil.

Mais de 80% da área lusófona oficial situa-se na África Austral – em Angola e Moçambique – em que a presença de portugueses nesses países acabou por derivar para países dessa zona por causa da descolonização. A língua portuguesa é igualmente a base de cerca de vinte línguas crioulas e uma importante língua minoritária em Andorra, Luxemburgo, Namíbia, Suíça e África do Sul, encontrando-se presente em numerosas comunidades de emigrantes existentes, nomeadamente na América do Norte¹⁸⁶.

Porém, o português (língua de conhecimento científico e de cultura) não é veicular em alguns desses países, como é o caso da Guiné-Bissau em que a sociedade utiliza o crioulo e as línguas étnicas (línguas sem normalização nem instrumentalização) como veiculares, ou seja, línguas não portadoras do conhecimento científico e de cultura literária¹⁸⁷, tal como Domingos Gomes menciona¹⁸⁸.

PINTO (2005) corrobora esta visão, afirmando que também em Cabo Verde, conquanto o português seja a sua língua oficial:

*“(...) grande parte dos filhos dos imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal fala crioulo, não como forma de manter a tradição, já que não faz questão de se exprimir apenas em crioulo, mas porque não domina o português, pois não lhe criam condições para essa aprendizagem.”*¹⁸⁹

¹⁸⁶ Trata-se da miscigenação do português com línguas locais africanas (a “crioulização” da língua portuguesa) ou a familiaridade da língua portuguesa com outras de proximidade, como o galego.

¹⁸⁷ Cf. MOURA, 2008.

¹⁸⁸ Intervenção de GOMES, Domingos, «Um olhar sobre a literacia na Guiné-Bissau», Encontro Internacional de Literacia em Língua Portuguesa, 1995.

¹⁸⁹ PINTO, 2005: 320.

Embora seja necessário perceber que o crioulo actual está cada vez mais próximo do português, o chamado “crioulo intelectual” ou “crioulo aportuguesado”, bem patente nos discursos políticos, utilizando, na sua quase totalidade, os vocábulos do português actual, muitas vezes rebuscado, e mantendo apenas a estrutura sintáctica crioula. As pessoas ao utilizarem, em simultâneo, as duas línguas, o crioulo para a expressão oral e o português para a expressão escrita, originam algumas dificuldades de entendimento, apesar do conhecimento técnico-científico, bem como do produto desse mesmo conhecimento ser cada vez mais partilhado no contexto do inevitável processo da globalização, seguindo a terminologia portuguesa.

Nos países africanos existem duas posições divergentes quanto à utilização da língua no ensino: muitos advogam a manutenção do *status quo* do uso da língua; outros defendem a escolha de meios e instrumentos diversificados que utilizem outra língua mais adequada, normalmente uma língua africana dominante (trata-se da ruptura com o *status quo*)¹⁹⁰. Considerando a língua como um factor fundamental na educação, os modelos de ensino em África passam pelos seguintes tipos:

- *modelo substractivo* – consiste em tirar os aprendizes da língua materna no 1º ano de escolaridade para depois seleccionar uma língua oficial estrangeira;
- *modelo aditivo* – pressupõe utilizar a língua materna e a oficial até ao fim da escolaridade (sistema bilingue);
- *modelo de transição* – assume, transitoriamente, as duas estratégias anteriores: saída precoce e saída tardia (ter uma única língua – o idioma oficial estrangeiro).

Por exemplo, no caso «*multiétnico, multicultural e multilinguístico*» de Moçambique, rodeado de países de língua inglesa e associado à comunidade anglófona Commonwealth, a língua portuguesa é a única utilizada na alfabetização de adultos, no ensino e na formação e, no meio da patente diversidade, é esta que vai encontrando «*denominadores comuns em todos*»¹⁹¹.

¹⁹⁰ Intervenção de DJALO, Tchernó (Ex-ministro da Educação da Guiné-Bissau e primeiro reitor da Universidade da Guiné Bissau – Universidade Amílcar Cabral), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

¹⁹¹ Cf. MARTINS ET AL., 2006.

Efectivamente, nos países africanos existem outras línguas, muitas delas até sem expressão escrita e, portanto, sem expressão literária, mas, de qualquer forma, línguas que trazem as suas culturas orais e que é necessário saber valorizar. São as línguas locais que criam o fundamento para se ter o português como língua oficial. O Museu da Língua Portuguesa¹⁹² reconhece a origem de muitas palavras do português no kimbundu, no umbundu, no crioulo (língua franca em África) e noutras línguas africanas.

Carlos Reis reitera este reconhecimento, afirmando¹⁹³ que o crioulo é uma língua lusófona com origem no português. Os crioulos são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilingues relativamente estáveis (Fig. XIII). Chamam-se de base portuguesa os crioulos cujo léxico é, na sua maioria, de origem portuguesa. No entanto, do ponto de vista gramatical, os crioulos são línguas diferenciadas e autónomas.



Figura XIII. Exemplos de crioulos locais.

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

Os crioulos de base lexical lusa são habitualmente classificados de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica embora, em muitos casos, exista também uma correlação entre a localização geográfica e o tipo de línguas de substrato em presença no momento da formação.

¹⁹² Inaugurado em 2006, situa-se na Estação da Luz, em São Paulo (Brasil), representando um ponto de encontro entre a língua, a literatura e a história em que é proporcionada uma viagem sensorial e subjectiva pela língua portuguesa, guiada por palavras, autores e estrelas do Brasil [CPLP, Secretariado Executivo da (2008), *CPLP 2008: Construindo a Comunidade*, Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.].

¹⁹³ Entrevista de REIS, Carlos “Carlos Reis propõe criação de um portal de literaturas lusófonas”, jornal *Expresso das Ilhas*, Praia, 8 de Maio de 2010. (Texto policopiado)

Em África formaram-se os Crioulos da Alta Guiné (em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (em S. Tomé, Príncipe e Ano Bom). Há um cruzamento muito intenso entre os cidadãos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, existindo muitos cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe, particularmente na ilha do Príncipe, sendo o crioulo de Cabo Verde a segunda língua mais falada de Príncipe, onde tem havido uma grande defesa da «*língua crioula*». Em Cabo Verde, estima-se a existência de um milhão de falantes de crioulo que, por si só, é uma língua «*mestiça*». Fala-se, assim, uma «*inter-língua*» porque o nível de compreensão não é total. Daí o cuidado necessário quando se menciona que toda a gente compreende o português, o qual é considerado como uma «*língua de ascensão social*»¹⁹⁴.

Classificam-se como Indo-portugueses os crioulos da Índia (de Diu, Damão, Bombaim, Korlai, Quilom, Cananor, Tellicherry, Cochim e Vaipim e da Costa de Coromandel e de Bengala) e os crioulos do Sri-Lanka, antigo Ceilão (Trincomalee e Batticaloa, Mannar e zona de Puttallam). Na Ásia surgiram ainda crioulos de base portuguesa na Malásia (Malaca, Kuala Lumpur e Singapura) e em algumas ilhas da Indonésia (Java, Flores, Ternate, Ambom, Macassar e Timor) conhecidos sob a designação de Malaio-portugueses. Os crioulos Sino-portugueses são os de Macau e Hong-Kong.

Na América encontra-se ainda um crioulo que se poderá considerar de base ibérica, já que o português partilha com o castelhano a origem de uma grande parte do léxico (o Papiamento de Curaçau, Aruba e Bonaire, nas Antilhas) e um outro crioulo no Suriname, o Saramacano, que, sendo de base inglesa, manifesta no seu léxico uma forte influência portuguesa.

Simonetta Luz Afonso¹⁹⁵ refere que:

“Não obstante o Português ser, por opção própria, língua oficial nesses países, este coexiste com línguas, dialectos ou crioulos, muitas vezes de expressão regional, face aos quais a língua portuguesa deverá funcionar como veículo de comunicação à escala

¹⁹⁴ MELO DOS SANTOS, Alda (Embaixadora), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – São Tomé e Príncipe”, IEP – UCP, Lisboa, 18 de Maio de 2009.

¹⁹⁵ Intervenção de AFONSO, Simonetta Luz, «O Mundo da Língua Portuguesa», Encontro Internacional de Literacia em Língua Portuguesa, 1995.

nacional, questão vital de desenvolvimento, para além de constituir, naturalmente, uma expressão de unidade e afirmação nacional – que deverá funcionar, no entanto, respeitando e em diálogo com as línguas, dialectos ou crioulos locais.”¹⁹⁶

Os dialectos nacionais¹⁹⁷ de cada estado deverão ser também respeitados visto que enriquecem o património cultural de cada país, sendo objecto de análise pelo *Instituto Internacional de Língua Portuguesa* (IILP), no qual participariam por igual todos os Estados, de forma paritária, em que todos financiam e têm direito aos benefícios da promoção e difusão da língua portuguesa. Esta deixa de ser gerida só na sua base tradicional – Brasil e Portugal – e promove um contacto mais estreito entre os países lusófonos, cada um gerindo a sua pluralidade interna, mas podendo dialogar num quadro mais amplo¹⁹⁸. O IILP, enquanto instituição da CPLP, pretende a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais.

Para além da questão numérica, do ponto de vista geográfico, o português é uma língua difusa e geograficamente dispersa por territórios descontínuos, tratando-se de uma língua mais estruturada em rede, contrariamente ao que sucede com outras (por exemplo, a russa) que têm uma manifestação territorial mais concentrada. A acção do Estado, enquanto agente dinamizador da política da língua, tem como base alguns princípios fundamentais tais como¹⁹⁹: a «*relativa coesão*» de um idioma compartilhado por vários países e povos, cuja diversidade deve ser respeitada; a «*solidariedade estratégica*» entre esses países que estão interessados numa língua com vigor internacional; a «*afirmação da língua*» como poder transnacional que dinamiza outros poderes, para além do linguístico.

¹⁹⁶ MOURA, 2008: 88-89.

¹⁹⁷ A título de exemplo, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe utiliza-se localmente o crioulo; na Guiné-Bissau, fala-se, localmente, crioulo, mandjaco e mandinga. Em Moçambique, existem numerosas línguas nacionais: lomué, makondé, shona, tsonga e chicheua. Em Angola, são falados outros idiomas, sobretudo, umbundu, kimbundu, kikongo, tchokwe, kwanyama, fiote, nganguela, nyaneka, humbe, representando as duas primeiras mais de 60% da população [BARREIRA, Ramiro (Coord.) (2005), *Angola – 30 Anos: Os Grandes Desafios do Futuro*, Lisboa: Global Marketing Angola com a colaboração especial dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal].

¹⁹⁸ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

¹⁹⁹ REIS, Carlos (Investigador e professor universitário), 1º Ciclo de Conferências – 1ª conferência “Que Política para a Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 10 de Novembro de 2011.

Como língua atlântica, o português apresenta uma geografia à qual se acrescentam outros dois vértices: em Moçambique e em Timor, cuja arquitectura espacial reflecte a imagem do tradicional «*triângulo virtuoso*» Europa-América-África, acrescido por outros lugares que outrora fizeram parte do império colonial português²⁰⁰.

O português está em expansão na África Austral e Ásia²⁰¹ (mais concretamente, na China, por razões de natureza económica, em particular). Os chineses sabem que é importante falar português para fazer bons negócios em África, especialmente em Angola, e no Brasil, pelo que o interesse pela língua portuguesa aumentou. Em 2003, a China definiu Macau como a sua plataforma para o reforço da cooperação económica e comercial com a lusofonia, podendo desempenhar um papel muito relevante na internacionalização do português em virtude do interesse crescente da China nesta língua.

Nos últimos anos assistiu-se a um forte crescimento das trocas comerciais entre a China²⁰² e os Países de Língua Portuguesa. O desenvolvimento dessas relações económicas, sobretudo com Angola, Brasil e Portugal, constitui um dos «*atractivos*» para se aprender português. Cerca de 20 universidades na China criaram programas de português cujo ensino é tutelado pelo IC, sendo de realçar a importância do Japão e de Macau para segurar a posição no *ranking*: no caso do Japão restringe-se ao Brasil e à forte tradição da imigração japonesa sobretudo no estado de São Paulo (a maior comunidade japonesa fora do país); quanto a Macau, o português mantém-se como língua oficial até

²⁰⁰ Cf. FERNANDES, 2008.

²⁰¹ É através da língua portuguesa que a Europa está representada neste continente.

²⁰² De acordo com as estatísticas dos Serviços de Alfândega da China divulgadas, em Dezembro de 2011, pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Macau, a China (a segunda maior economia mundial) comprou aos oito países de língua portuguesa produtos no valor de 72.034 milhões de dólares (55,7 mil milhões de euros), mais 27% face ao registado entre Janeiro e Novembro de 2010. As vendas efectuadas pela China aos mesmos estados até Novembro de 2011 apresentaram um acréscimo de 32% em termos anuais, somando 35.277 milhões de dólares (27,2 mil milhões de euros). Deste modo, as trocas comerciais entre a China e a lusofonia atingiram 107.311 milhões de dólares (cerca de 83 mil milhões de euros) nos primeiros 11 meses de 2011, ultrapassando, assim, a meta fixada para 2013. Com efeito, o governo chinês tinha proposto, no âmbito da 3.ª conferência ministerial do Fórum Macau, em Novembro de 2010, elevar, até 2013, o volume de negócios entre a China e os países lusófonos para 100 mil milhões de dólares (73,04 mil milhões de euros, ao câmbio da altura) – um montante da ordem de grandeza do empréstimo da *troika* a Portugal [Notícia “Comércio com lusofonia supera meta de 100.000 milhões de dólares com dois anos de avanço”, jornal *Expresso*, Lisboa, 29 de Dezembro de 2011].

Segundo dados anteriores dos Serviços de Alfândega da China, divulgados em Dezembro de 2010, os principais parceiros lusófonos de Pequim foram: 1º - Brasil, 2º - Angola e 3º - Portugal [Notícia “Comércio entre a China e países lusófonos aumenta 50 por cento até novembro”, *Lusa*, Lisboa, 31 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)].

2049. O reforço da promoção da língua e cultura portuguesas em Macau e na China é o objectivo do protocolo assinado, a 22 de Novembro de 2010, naquele território entre o IC e o *Instituto Politécnico de Macau*, sendo válido por três anos e renovável por iguais períodos, através do qual se procura consolidar e estruturar a relação de colaboração existente entre instituições na promoção da língua portuguesa²⁰³.

Posteriormente, em 13 de Janeiro de 2011, foi assinado, em Dongguan, cidade da província continental de Guangdong, adjacente a Macau, um outro protocolo de cooperação entre o *Secretariado Permanente do Fórum Macau* e a *Agência para a Promoção do Investimento do Ministério do Comércio chinês*, tendo como desiderato reforçar a promoção de negócios entre a China e os países de língua portuguesa, o que contribuirá para uma maior dinamização do papel de Macau como plataforma de serviço nas áreas comerciais e de investimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A insistência retórica nos 250 milhões de falantes não parece suficiente para assegurar à Língua Portuguesa o papel que merece na comunicação mundial. Assim, caberá aos Estados acordar uma política que valorize a língua, a nível intra e extra-comunitário, aproveitando os recursos existentes e harmonizando a legislação vigente²⁰⁴.

Do ponto de vista económico, histórico e cultural é evidente a sua importância para Portugal, mas outrossim para as nações africanas, um mais estreito relacionamento com Portugal é essencial²⁰⁵, sucedendo o mesmo com o Brasil que, localizado no espaço americano, é uma extensão do espaço africano e europeu, e com os PALOP que, localizados no espaço africano, constituem uma extensão do espaço europeu e americano²⁰⁶. A CPLP tem sido o organismo mais utilizado para a cooperação brasileira com os PALOP, para além da celebração de acordos bilaterais mormente com Angola e Moçambique.

²⁰³ Notícia “Instituto Camões e Politécnico de Macau na promoção do português”, *Suplemento do JL n.º 1049* (Encarte do IC), ano XXX, Lisboa, 15 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)

²⁰⁴ Cf. PINTO, 2005.

²⁰⁵ VASCONCELOS, Álvaro, ROCHA, Aurélio, BARROSO, José Manuel Durão, SALGUEIRO, João, TORRES, Adelino, CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Manuel Ennes, BARRETO, Arcília e MOURÃO; Fernando Augusto Albuquerque (1991), *África Austral – O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional*, Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).

²⁰⁶ FERREIRA, Raquel (2004), “A força de um passado comum: relações Brasil-PALOP”, *Janus Online*, Acedido em 15 de Maio de 2010, in <http://www.janusonline.pt/2004/2004.html>

É esta a universalidade da língua portuguesa que une portugueses, brasileiros, muitos africanos e alguns asiáticos, reconhecendo nela um património cultural comum. Apesar de não dispor de um território contínuo, mas de vastas regiões separadas e espalhadas por vários continentes, manifesta uma grande diversidade interna, consoante as regiões e os grupos que a usam.

Na *I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*²⁰⁷, realizada em Brasília, de 25 a 27 de Março de 2010, foi aprovado um plano de acção com linhas orientadoras no sentido da promoção, difusão e projecção do português. Esta conferência teve como propósito debater as oportunidades, desafios e instrumentos para a difusão da língua portuguesa e sua crescente projecção no cenário internacional. Entre os temas debatidos destacam-se: o ensino do português e o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico. Este encontro delegou ainda no IILP quatro linhas de acção específicas: a diversidade linguística na CPLP; a língua portuguesa nas instâncias internacionais, na diáspora e na *Internet*.

Efectivamente, os desenvolvimentos do último século no campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), particularmente a invenção da *Internet* e as comunicações via satélite, têm tido um impacto significativo na situação linguística de muitos países. Com o advento da *Internet* muitas pessoas têm acesso a mais conteúdos, disponíveis nas suas páginas e, através do correio electrónico, dispõem de mais facilidades para comunicar com pessoas de outras latitudes, quebrando-se assim as fronteiras físicas.

A inauguração das comunicações via satélite e a televisão a cabo colocaram a hipótese de receber, indiscriminadamente, a produção cultural de outros países, em línguas diferentes daquelas que são tradicionalmente utilizadas nas comunicações entre os grupos. Esta possibilidade trouxe consigo a necessidade de aquisição de novas competências linguísticas para se estar a par do novo mundo. A língua portuguesa dispõe de um elevado potencial – decorrente do peso político e económico que lhe confere a expressão territorial e o volume demográfico dos povos que a utilizam como instrumento de comunicação,

²⁰⁷ Os resultados desta conferência foram submetidos, mais tarde, a apreciação dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP, na Cimeira de Luanda, em Julho de 2010.

sendo de enfatizar o papel da *Internet* como o veículo privilegiado para as comunidades lusas na diáspora acompanharem o país na sua língua materna e uma das mais generosas oportunidades para a afirmação da língua portuguesa no mundo da globalização, dado que “*Uma língua que não se defende morre*”, tal como afirmava José Saramago²⁰⁸.

É, neste sentido, que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* ressurgiu periodicamente, tratando-se de um velho assunto que remonta aos primórdios do lançamento da *Comunidade Luso-Afro-Brasileira* cujo pilar seria a cultura comum que une todos os países então abrangidos e Portugal seria a matriz cultural com a responsabilidade da defesa de uma língua, “*potencialmente universal e até uma das pouquíssimas línguas potencialmente universais do século XXI, como já Fernando Pessoa anteviu nos princípios do século XX*”²⁰⁹. Tornou-se o elo de ligação entre esses países, unindo-os como Estados independentes²¹⁰, em que na língua o mais importante é a unidade e não a pureza.

Em torno deste acordo parece ser difícil obter um consenso ratificado por todos os países envolvidos²¹¹, surgindo dos mais variados quadrantes, argumentos²¹² contra e a favor desta reforma. Para além das implicações políticas, económicas, sociais e culturais que possam decorrer, a efectiva necessidade e pertinência de todo o processo são também discutidas. Este documento foi assinado em Lisboa, a 16 de Dezembro de 1990, pelos legítimos representantes dos sete países que formavam, nessa altura, a CPLP, tendo sido, mais tarde, em 2004, permitida também a adesão de Timor-Leste que, em 2002, tinha alcançado a independência.

Entretanto, alvo de dois protocolos modificativos (o primeiro em 1998 e o segundo em 2004), este acordo lançaria as bases para unificação da ortografia do português em todo o mundo, desejando preservar a sua unidade essencial e promover o seu prestígio

²⁰⁸ Laureado, em 1998, com o Prémio Nobel da Literatura, representando um reconhecimento mundial da língua portuguesa prestigiada pelo escritor.

²⁰⁹ Notícia “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico” por Fernando dos Santos Neves (Primeiro reitor da ULHT e da Universidade Lusófona do Porto), jornal *Público*, Lisboa, 9 de Agosto de 2011.

²¹⁰ Cf. ENCARNAÇÃO, 1990.

²¹¹ Cf. GRAÇA, 1992.

²¹² MARTINS, Pedro (2010), “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – Prós e contras de uma reforma linguística”, *Università degli Studi di Siena* [versão digital do artigo disponibilizada pelo CRL].

internacional. Para além da introdução de novas letras e das regras referentes à hifenização, privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, sendo esta a razão que justifica muitas das alterações: supressão das consoantes mudas ou não articuladas, grafias duplas e facultativas, acentuação dupla e facultativa, entre outras. Visa alcançar dois objectivos²¹³:

1. Reforçar o papel da língua portuguesa como língua de comunicação internacional, o que é particularmente relevante na criação de oportunidades e na exploração do seu potencial económico e da consolidação do seu papel como meio de comunicação e difusão do conhecimento, como suporte de discurso científico, como expressão literária, cultural e artística e, ainda, para o estreitamento dos laços culturais.
2. Garantir uma maior harmonização ortográfica entre os países que integram a CPLP, através da definição de uma base ortográfica comum a esses países que partilham este património linguístico, sendo fundamental para os milhões de falantes, presentes nas comunidades portuguesas no estrangeiro, nos países de língua oficial portuguesa ou, ainda, integrados no crescente número de pessoas que procuram a língua portuguesa por outras razões, possam, assim, comunicar utilizando uma grafia comum.

De entre os defensores deste acordo, encontram-se alguns nomes ilustres do mundo académico, político e literário – por exemplo, Malaca Casteleiro, Fernando Cristóvão, Fernando dos Santos Neves, Evanildo Bechara, Carlos Reis, Eduardo Agualuza, entre outros – que advogam tratar-se de uma reforma necessária, rigorosa e científica que visa fixar a grafia convencional das palavras da língua portuguesa, aproximando-as da sua actual e efectiva pronúncia. Em virtude de uma reduzida afectação do léxico existente (de um universo de cerca de cem mil palavras, ocorrerão alterações em aproximadamente 1,6% da variante euro-afro-asiática e em 0,96% da variante brasileira), simplificar-se-á e facilitar-se-á o ensino e aprendizagem da língua, não só nos países de língua oficial portuguesa, mas também nos restantes países onde voluntária ou forçosamente se comunica em português.

²¹³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, publicada no *Diário da República*, 1ª série – N.º 17 – 25 de Janeiro de 2011.

Outros aspectos positivos prendem-se com a promoção e internacionalização da língua, unificação e uniformização da sua escrita, nomeadamente a nível de coerência entre fonia e grafia, e da economia na produção, publicação e tradução de obras e materiais. Este acordo representa uma questão “*político-estratégica*”, muito mais do que uma questão “*técnico-linguística*”, estando intimamente relacionado com a Lusofonia, entendida ela também não só nem sobretudo como questão “*linguística*”, mas sim como questão “*político-estratégica*” e que, nos últimos anos, mais que projecto ou questão “*cultural*” e até “*linguístico-literária*”, é um projecto ou uma “*questão de estratégia comum de desenvolvimento humano sustentável e de espaço geopolítico próprio no globalizado mundo contemporâneo*”²¹⁴.

Entre os detractores deste Acordo, incluem-se outras reputadas figuras públicas como professores, políticos e escritores – por exemplo, Eduardo Lourenço, Vasco Graça Moura, Mia Couto, Inês Pedrosa, Pedro Martins, entre outros – que consideram, como princípio basilar, a aceitação da diversidade da língua portuguesa e das suas inúmeras variantes, e que a necessidade de uma ortografia comum é um falso problema porque, não obstante as diferentes variantes, não são sentidas especiais dificuldades por utilizadores da língua portuguesa em compreender a expressão escrita dos seus concidadãos lusófonos, para além do argumento da unificação/uniformização da ortografia não colher visto que, independentemente da grafia convencionada e adoptada, subsistirão sempre outros elementos perturbadores desta utópica harmonia como sejam as discrepâncias existentes a nível fonético, sintáctico e lexical.

Como aspectos negativos criticam-se ainda as interferências do Acordo no património linguístico de milhões de pessoas, a incoerência da própria reforma e das regras que lhe servem de base, bem como a ilegalidade de todo o processo e as incalculáveis despesas atinentes à reedição e compra de obras e materiais, quer para as editoras (enquanto responsáveis pela sua produção, distribuição e tradução), quer para o cidadão comum (ao ter que actualizar toda a sua bibliografia linguística – dicionários, gramáticas, prontuários e outro material didáctico).

²¹⁴ Cf. Notícia “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico” por Fernando dos Santos Neves (Primeiro reitor da ULHT e da Universidade Lusófona do Porto), jornal *Público*, Lisboa, 9 de Agosto de 2011.

A inexistência de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, que pudesse ser utilizado como norma orientadora e reguladora da produção escrita, associada à elevada quantidade de incongruências, excepções, grafias duplas e/ou facultativas presentes neste acordo conduzirá a um inaceitável grau de incerteza e insegurança ortográfica, interferindo, assim, na própria função da língua escrita enquanto factor de coesão social.

Selma Alves Pantoja²¹⁵ considera que este acordo não intervém na fala, mas sim na escrita, pelo que a peculiaridade da língua se vai manter. A análise da problemática em torno do diálogo intra-CPLP permite identificar alguns aspectos dominantes, como sejam as dificuldades de convergência de visões diferenciadas inerentes ao processo de aprovação e aplicação do Acordo Ortográfico.

De assinalar que na ortografia (aquilo que, numa língua, é mais visível) há sempre um lado convencional que, por vezes, tem dificuldades em se conciliar com a dimensão criativa da escrita, originando, por isso, testemunhos pouco favoráveis da parte de alguns escritores (face a anteriores e futuras reformas ortográficas) que parecem revelar que pensam mais no seu próprio interesse do que no interesse colectivo da língua, a qual, na realidade, não é de ninguém e, portanto, também não é só dos escritores²¹⁶.

O Quadro V. reflecte o ponto de situação dos países da CPLP quanto a este Acordo:

²¹⁵ Entrevista de PANTOJA; Selma Alves (Professora de História de África na Universidade de Brasília, especialista em estudos sobre Angola) “Angola está aberta ao mundo”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 31 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)

²¹⁶ Entrevista de REIS, Carlos “Carlos Reis propõe criação de um portal de literaturas lusófonas”, *jornal Expresso das Ilhas*, Praia, 8 de Maio de 2010. (Texto policopiado)

Quadro V. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – ponto de situação.

Países da CPLP	Ratificação	Entrada em vigor	Aplicação/Adopção
Angola	Provavelmente - 2013	Não definida	Não definida
Brasil	✓(2004)	Janeiro 2009	Janeiro 2009 (<i>carácter voluntário</i>) Janeiro 2012 (<i>carácter obrigatório</i>)
Cabo Verde	✓(2005)	A partir de 2009 (período experimental-6 anos)	Setembro 2011
Guiné-Bissau	✓(2009)	Não definida	Não definida
Moçambique	Só decidirá em 2012	Não definida	Não definida
Portugal	✓(2008)	Maio de 2009 (período de transição até 2015)	Setembro 2011 (<i>sistema de ensino</i>) Janeiro 2012 (<i>administração pública</i>)
São Tomé e Príncipe	✓(2006)	Não definida	Não definida
Timor-Leste	✓(2009)	Não definida	Não definida

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011²¹⁷ determina a aplicação do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* no sistema educativo no ano lectivo de 2011/2012, para dar tempo a que se fizessem as alterações nos manuais, e, a partir de 1 de Janeiro de 2012, em todos os serviços, organismos e entidades governamentais, bem como na publicação do Diário da República. Após ter sido assinado em 1990, este acordo foi aprovado, a nível nacional, pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de Agosto.

O *Segundo Protocolo Modificativo*²¹⁸ ao *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, assinado, em 2004, na V Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé e Príncipe e cuja ratificação era essencial para a entrada em vigor deste acordo, foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 16 de Maio, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, de 29 de Julho. Assim, e

²¹⁷ Publicada em 25 de Janeiro de 2011, no *Diário da República* n.º 17, I Série. Esta resolução adopta, ainda, o Vocabulário Ortográfico do Português, produzido em conformidade com o Acordo Ortográfico, e o conversor *Lince* como ferramenta de conversão ortográfica de texto para a nova grafia, disponíveis e acessíveis de forma gratuita no sítio da *Internet* <http://www.portaldalinguaportuguesa.org> e nos portais de todos os departamentos governamentais, desenvolvidos pelo *Instituto de Linguística Teórica e Computacional* (ILTEC) com financiamento público do *Fundo da Língua Portuguesa*.

²¹⁸ Tinha duas inovações a destacar: admitia a adesão de Timor-Leste e considerava que, para entrar em vigor, bastava que três dos países membros da CPLP signatários o ratificassem nos seus parlamentos nacionais.

nos termos do Aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), de 13 de Setembro, publicado no Diário da República n.º 182, I série, de 17 de Setembro de 2010, o Acordo Ortográfico já se encontra em vigor na ordem jurídica interna desde 13 de Maio de 2009, data em que foi depositado junto da República Portuguesa o instrumento de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Para salvaguardar uma adaptação e aplicação progressivas dos termos deste Acordo, a referida resolução prevê, para determinadas entidades, um prazo transitório de adaptação de seis anos, ou seja, até 2015 para a implementação da nova grafia. Como sempre acontece quando há mudanças, a sociedade tem reservas naturais, mas existem algumas iniciativas, como as de alguns órgãos de comunicação social, que já aplicam as novas regras, sendo de realçar que se trata de ser a “*única língua de grande projecção internacional com duas versões*”²¹⁹.

Angola só deverá ratificar este acordo em 2013, depois de ter solicitado uma moratória de três anos na CPLP para que possa implementar na totalidade este instrumento, defendendo a necessidade de reciprocidade na sua aplicação, com a integração de algumas particularidades do vocabulário angolano no comum, como a escrita, por exemplo, da palavra *Kwanza* ao invés de *Cuanza* e também com o desejo de se integrar, no regulamento, aspectos indispensáveis à realidade linguística e cultural de Angola.

O Brasil foi o primeiro país a ratificar, em 2004, o *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, aplicando o acordo que foi instituído por decreto Presidencial em Setembro de 2008, com as novas regras a entrar em vigor, com carácter voluntário, a 1 de Janeiro de 2009, e com cunho obrigatório a partir de 1 de Janeiro de 2012. Os diários brasileiros adaptaram-se já à nova ortografia, tal como as editoras e outros meios de comunicação social brasileiros como agências de notícias e portais na *Internet*, embora a sua aplicação inicial tenha sido titubeante, obrigando “*a maiores mudanças entre brasileiros do que portugueses*”²²⁰, o que vem contradizer “*a ideia de que a nova ortografia é uma adaptação ao português do Brasil*”.

²¹⁹ Intervenção de CASTELEIRO, João Malaca (linguista português – Academia Ciências de Lisboa), XIV Colóquio da Lusofonia (IX Colóquio Anual), Bragança, 27 de Setembro-2 de Outubro de 2010.

²²⁰ Intervenção de BECHARA, Evanildo Cavalcante (linguista brasileiro – Academia Brasileira de Letras), XIV Colóquio da Lusofonia (IX Colóquio Anual), Bragança, 27 de Setembro-2 de Outubro de 2010.

Cabo Verde já ratificou este acordo em 2005, mas só para o arranque do ano lectivo 2011/2012 (Setembro de 2011) é que a implementação – faseada para não criar ruptura com o sistema actual – das novas regras estava prevista, com a revisão dos *curricula* e a reformulação dos manuais escolares e planos curriculares do 1º ao 12º ano. O acordo foi assinado em 2005 e, em 2007, através de um decreto de Governo, foi fixada a entrada em vigor a partir de 2009, com um período experimental de seis anos.

Na Guiné-Bissau, o novo acordo foi aprovado pelo Governo a 14 de Novembro de 2009 e ratificado, por unanimidade, no Parlamento. Contudo, a sua aplicação ainda não começou nem tem data de início marcada.

Moçambique, que ainda não ratificou este acordo, anunciou que só decidirá em 2012, considerando que o debate sobre este acordo não foi suficientemente divulgado e discutido no país, pelo que pretende apurar as implicações financeiras da adesão à nova ortografia, antes do assunto ser levado ao Conselho de Ministros e à Assembleia da República.

Em São Tomé e Príncipe, o acordo foi também já ratificado em 2006, mas ainda não está a aplicar as novas regras ortográficas do português.

Em Timor-Leste, o Parlamento ratificou o acordo no final de 2009, mas o país ainda não dispõe de um calendário firme para a aplicação das novas regras, alegando que precisa de algum tempo para desenvolver instrumentos e materiais escolares para se implementar, efectivamente, este acordo.

Entretanto, no colóquio intitulado “*Língua portuguesa e culturas lusófonas num universo globalizado*”, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 25 e 26 de Outubro de 2010, Gilvan Müller anunciou que o IILP está também a trabalhar na criação do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* em formato electrónico (que consolidará o léxico comum e as especificidades de cada país) e já iniciou conversações para a constituição do *Portal de Língua Portuguesa*, estando o Brasil a analisar a possibilidade de financiar o projecto através do *Fundo Especial da CPLP* dedicado só ao apoio financeiro das acções concretas efectuadas no quadro da organização.

A importância crescente da assumpção da cooperação no seio dos países de língua conduziu à criação do *Fundo da Língua Portuguesa*, destinado a promover a língua como factor de desenvolvimento e de combate à pobreza.

O relatório intitulado “Um Desafio Salutar. Como a multiplicidade das línguas poderia consolidar a Europa”²²¹ defende que o ideal europeu assenta em duas exigências indissociáveis: a universalidade dos valores morais comuns e a diversidade das expressões culturais, em que, particularmente, a diversidade linguística representa, por razões históricas, uma componente essencial, um promotor de desenvolvimento (e não como um ponto de conflito social) e também uma magnífica ferramenta de integração e de harmonização. O conhecimento de maior número de idiomas gera um rendimento marginal decrescente em que a influência de um idioma (n.º e riqueza dos utilizadores) influencia a ordem de preferência da sua escolha.

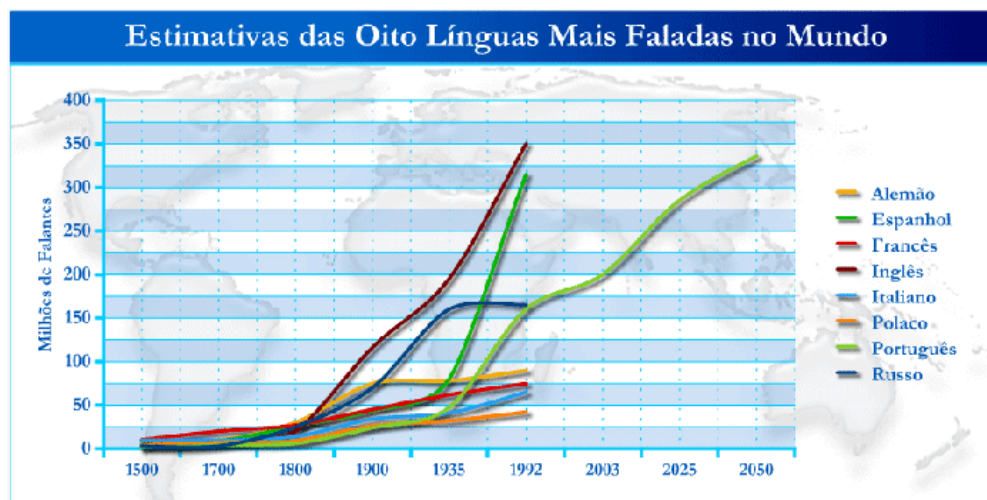
Esta diversidade constitui, assim, um desafio salutar para a Europa no âmbito do diálogo intercultural, o qual poderá ser considerado como um aspecto inovador desta Tese, ao se apresentar como ensaio da densificação do «*Espaço Lusófono*» e como factor multiplicador da «*relevância*» dos países membros da CPLP. Este desafio é ético e pressupõe o reconhecimento da diversidade linguística e cultural, consubstanciada no plurilinguismo e na multiculturalidade decorrentes da heterogeneidade desse espaço, visando a paz social e promovendo o desenvolvimento, pois cada sociedade tem a cultura das suas relações de produção e cada língua tem a linguística das suas relações de produção²²².

Prevê-se, ademais, uma evolução bastante positiva da Língua Portuguesa nos próximos anos, apontando, para meados do presente século – 2050 – uma estimativa na ordem dos 331 milhões falantes de português (Gráfico V), tendo em conta que a projecção considera perspectivas da evolução demográfica suportadas sobretudo pelo crescimento da população no Brasil e nos PALOP (Gráfico VI).

²²¹ Relatório, datado de 2008, que se alicerça nas Propostas do Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural, constituído por iniciativa da Comissão Europeia.

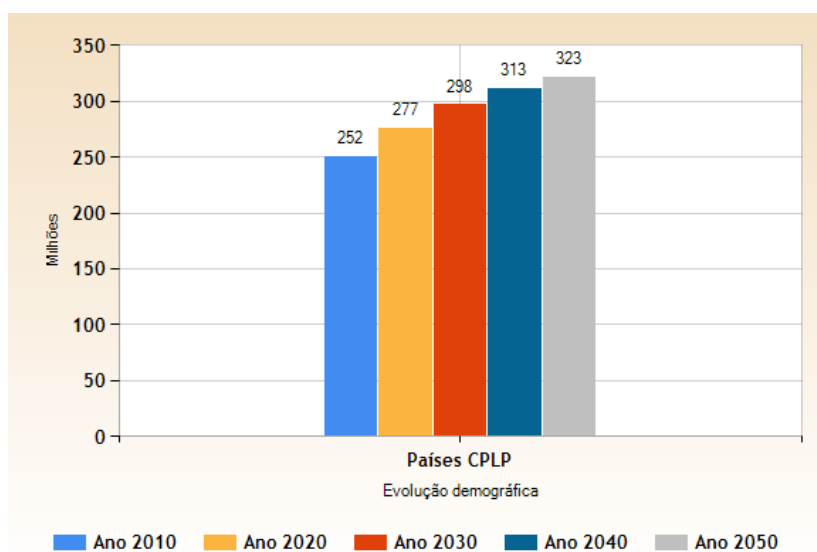
²²² MATA, Inocência (Professora universitária), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Gráfico V. Estimativas das Oito Línguas mais faladas no Mundo.



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

Gráfico VI. Evolução demográfica dos Países da CPLP.



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

Para Outubro de 2012 está prevista a realização em Portugal (Lisboa) da *II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*²²³, na qual será elaborado o *Plano de Acção de Lisboa 2012/2014* que, ao ser ratificado pelos

²²³ Notícia “Futuro da Língua Portuguesa vai ser discutido em 2012”, jornal *Público* – Caderno Principal, Lisboa, 27 de Outubro de 2010.

chefes de estado e governo da CPLP, irá criar uma perspectiva conjunta para a promoção da língua portuguesa. Esta conferência pressupõe ainda quatro colóquios internacionais, organizados pelo IILP, que lhe servirão de rampas de lançamento, a saber:²²⁴

1º - Colóquio Internacional sobre *A Diversidade Linguística nos países da CPLP*, em Maputo - Moçambique (12-14 de Setembro de 2011);

2º - Colóquio Internacional sobre *A Língua Portuguesa nas Diásporas*, na Praia - Cabo Verde (28 a 30 de Novembro de 2011);

3º - *Colóquio Internacional sobre A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*, em Fortaleza - Brasil (2012);

4º - Colóquio Internacional sobre *A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais*, em Luanda - Angola (2012).

2.2.2 As manifestações/tradições/actividades culturais

A reflexão em torno da identidade afro-brasileira jamais pode ser pensada sem incluir a matéria religiosa. Apesar das religiões afro-brasileiras (Candomblé, Umbanda, Xangô, etc) contribuírem definitivamente para a memória colectiva dos afro-descendentes, a verdade é que as mesmas permanecem *tabu* nos sectores mais conservadores do universo académico, aparecendo apenas nas ciências sociais ligadas ao *campus* religioso. A diversidade cultural abrange “*a literatura e as artes, assim como modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças*”²²⁵ e a sua progressiva valorização nos processos de mundialização, que se articula com a emergência de novas culturas, enquanto factor de criação, integração social, convivência inter-cultural e afirmação crescente das dinâmicas culturais no desenvolvimento²²⁶.

²²⁴ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

²²⁵ Comunicação *sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado* da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2007) 242 final, 10 de Maio de 2007], p. 2.

²²⁶ Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

A título meramente exemplificativo é possível destacar alguns dos aspectos a nível cultural entre os países lusófonos, a saber:

- a cultura brasileira reflecte os vários povos que constituem a demografia desse país sul-americano (indígenas, europeus, especialmente portugueses, africanos, asiáticos, árabes, etc) e representa o resultado da intensa miscigenação e convivência de povos, surgindo uma realidade cultural peculiar, que inclui aspectos de várias culturas;
- a religião católica é professada por mais 50% da população angolana, representando os protestantes cerca de 20% e as religiões africanas acima de 10%;
- a diversidade cultural africana reflectiu-se na diversidade dos escravos, pertencentes a diversas etnias que falavam idiomas diferentes e que traziam tradições distintas;
- o artesanato, produzido quer para utensílio, quer para decoração, tem grande importância, por exemplo, na cultura cabo-verdiana, representando um verdadeiro instrumento de expressão da cultura popular;
- a herança cultural da Guiné-Bissau é bastante rica e diversificada que se subdivide em vários grupos etnolinguísticos, passando pela dança, expressão artística, tradição musical até às manifestações culturais;
- a música constitui, ao longo da história, uma expressão dos estados de alma da pessoa humana, independentemente da latitude e da realidade em que esta se insira, cuja importância, sobretudo para os povos africanos, ultrapassa o simples quadro do fenómeno cultural para se confundir com a própria vida; por exemplo, em S. Tomé e Príncipe a música desempenha um autêntico papel social, assumindo-se como a grande tradutora dos complexos estados da alma e, através da sátira, como espaço por excelência da crítica²²⁷.

²²⁷ BRAGANÇA, Albertino (2005), *A Música Popular Santomense*, S. Tomé e Príncipe: UNEAS (União Nacional dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe).

De acordo com MOURA (2008: 79):

“A sociedade tradicional africana, embora seja dinâmica, poucas vezes fomenta debates à volta das grandes questões sociais. Por isso, o debate sócio-cultural perde-se, quase sempre, em detrimento da sabedoria milenar, assegurada pela experiência rotineira dos mais idosos.”

Não obstante essa realidade, no que toca às actividades culturais propriamente ditas, têm sido registados alguns avanços, que foram salientados na VI Reunião dos Ministros da Cultura, datada de Novembro de 2007, precedentemente mencionada: a criação do *Mecanismo Permanente de Articulação* na área cultural para coordenar as reuniões e acções destinadas a dinamizar a cooperação e acompanhar as decisões e recomendações adoptadas, bem como a apresentação do *Portfólio de Perfis de Projectos Culturais*, elaborado pelo MC do Brasil, destacando-se a relevância deste documento como veículo propulsor do reforço das capacidades dos agentes e actores culturais e promotor de empresas e indústrias culturais. Foi ainda referida a necessidade da implementação de acções de intercâmbio nas áreas relacionadas com património, museus, rede de bibliotecas e a criação de um «*selo cultural*» da CPLP. Comprometeram-se a desenvolver conjuntamente a cooperação em áreas consideradas prioritárias, como as do audiovisual e do Portal da CPLP. A aposta em documentários audiovisuais representa, efectivamente, um exemplo de informação cultural nacional de carácter não oficial mas que também contribui para a promoção da cultura portuguesa na área lusófona e internacional.

Em Portugal, no que se refere à informação sobre os PALOP, principalmente na programação da RTP, é usual a difusão de notícias nos boletins informativos (por exemplo, no Telejornal), bem como de alguns documentários exibidos em determinados programas. Contudo, inicialmente, a informação era, essencialmente, de índole política e económica, sendo, nessa altura, praticamente inexistente a apresentação de documentários de natureza cultural, contrariamente ao que tem vindo a suceder²²⁸.

²²⁸ Um exemplo nesta área foi a série documental televisiva (RTP 2), com o apoio do IC, intitulada “Eu sou África” constituída por 10 episódios, com uma duração aproximada de 30 minutos cada, em que cada um retratava a vida e a obra de um africano/a implicado/a na história e no desenvolvimento social, político e cultural do país onde nasceu, com recurso a fotografia e a som de qualidade (atributos imprescindíveis para captar e conservar a atenção dos espectadores e facilitar a difusão internacional – cf. Graça, 1992).

No que se refere à influência dos elementos informais das sociedades nas lógicas capitalistas e à produtividade das próprias empresas ditas organizações formais, João Mosca²²⁹ considera que se reflecte no seu funcionamento, reduzindo eficiências e competitividade na economia. Com efeito, numa mesma empresa podem coexistir várias *culturas*, podendo esta situação manifestar-se de forma diferenciada, segundo alguns factores:

- noções de tempo e espaço (horários, pontualidade, prazos, ritmos de trabalho, distâncias, etc);
- conceito de eficiência (conforme os sistemas de produção e as lógicas reprodutivas e de acumulação);
- especialização e divisão social do trabalho (Iolanda Évora²³⁰ considera que no mercado e na organização do trabalho, o género representa uma marca importante de divisão sexual do trabalho – as feiras e os mercados²³¹ apresentam-se como espaços onde essa divisão é evidente, mas não significa que essa situação seja imutável até porque nem sempre a divisão do trabalho acompanha as tarefas desempenhadas; no geral, existe uma diferenciação no tocante ao grau de mecanização dos produtos para venda: os homens desempenham trabalhos que exigem mais força física durante curtos espaços de tempo e as mulheres²³² são responsáveis por trabalhos de mais longa duração, mais exigentes e mais pacientes).

²²⁹ Intervenção de MOSCA, João (Investigador na Universidade Politécnica de Moçambique), «Desenvolvimento, Economia Informal e Papel do Estado nos Países Luso-Africanos», no Seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CEsA/ISEG, 29 de Setembro de 2010.

²³⁰ Intervenção de ÉVORA, Iolanda (Investigadora no CEsA/ISEG), «Mercado e Organização do Trabalho: Questões de Género», no seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CEsA/ISEG, 29 de Setembro de 2010.

²³¹ Representam também espaços privilegiados para corrigir uma falha dos estudos que advogam a continuidade de certas tarefas destinadas aos homens / mulheres, o que na realidade já não é aplicável (os homens manuseiam máquinas de costura nos mercados e as mulheres agora já lidam com a venda de carne nos talhos – espaço masculino por excelência mas que cada vez mais inclui mulheres que introduzem uma nova forma de organização de trabalho).

²³² A aceitação social da Mulher está também relacionada com o papel que esta mantém.

A própria relação de *poder* também exerce influência, sendo traduzida nos seguintes elementos: na cadeia – famílias – clãs – etnias – impérios/Estado; na onnipresença do Estado (laços de hierarquia para com o chefe familiar e a noção de culto face ao Presidente, visto como o «pai» da nação) /tecido económico, sociedade civil, cidadania; na hierarquização, concentração e centralização/democracia e estado de direito; nos sistemas políticos (partidos, poder/oposição, separação de poderes-estado-povo).

Sónia Frias²³³ analisou a acção e o lugar de um grupo de mulheres nos circuitos de comércio informal em Maputo, durante e pós-guerra, perante um cenário durante e pós guerra, êxodo rural, ruptura na produção e na distribuição de alimentos, conduzindo à luta pela sobrevivência e à acção dessas mesmas mulheres de modo a protegerem os seus filhos da fome. O amor materno foi, neste contexto, alavanca de relevante mudança.

Já na cidade, a luta continuou através da necessidade de adaptação e adopção de comportamentos ajustados ao espaço urbano, provocando um ajustamento estrutural, desemprego, um agravamento da pobreza, oportunidades e oportunismos. Numa primeira fase, as mulheres cozinhavam os produtos que arranjavam na vizinhança²³⁴, procedendo à troca de produtos da cidade por produtos do campo, depois, numa segunda fase, passaram a comprar para vender, saindo de casa para alargar o seu negócio através da busca de produtos hortícolas, mais baratos, na província ou nos países limítrofes, o que implicava percorrer uma distância maior. De modo a angariar clientes e com base num sistema de confiança, vendiam fiado, recorrendo a diversas «medidas» ajustáveis ao poder económico das pessoas.

²³³ Intervenção de FRIAS, Sónia (Investigadora no ISCSP – UTL), «Pobreza, Engenho e Mudança: A Acção e o Lugar das Mulheres nos Circuitos de Comércio Informal em Maputo», no seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CEsA/ISEG, Lisboa, 29 de Setembro de 2010.

²³⁴ É o chamado negócio “Xipanela” que consistia em cozinhar na panela para vender à porta de casa à hora do almoço. Como todas as mães sabiam, supostamente, cozinhar, quando não existiam os ingredientes necessários, inventava-se. Por exemplo, fazia-se a receita de arroz de tomate (quando havia tomate) ou a receita de arroz branco (quando não havia tomate).

Este empreendedorismo feminino acarretou alguns *custos* a saber: o peso da solidão; a desestruturação do clã familiar, resultante do desemprego dos homens²³⁵, fazendo aumentar a taxa de alcoolismo e a violência doméstica; consequências graves nas sociedades matriarcais ao nível da integração familiar e da própria linhagem, na medida em que as mulheres enfrentaram o desafio do «*interdito*». Os *proveitos* provenientes das acções destas mulheres prenderam-se com a sua filosofia de trabalhar e aprender (cálculos, logística, negociação), bem como com a nova consciência de si próprias e das suas capacidades.

Efectivamente, são outros tipos de eficiência que existem ao nível das sociedades não capitalistas cujo objectivo de maximização da segurança, estabilidade, do lazer e prestígio da família surge em detrimento da lógica capitalista. É o designado *capitalismo imperfeito* que é dificilmente quantificável. O risco/perigo é se a corrupção se torna num sistema endémico conquanto até exista uma certa aceitação de uma relativa passividade face à corrupção que contribui para uma maior agilidade da «*máquina*».

Miguel de Barros²³⁶ analisou, na Guiné-Bissau, as diferentes tácticas e dinâmicas inovadoras dos actores juvenis, na perspectiva de emprego com vista à fuga à pobreza, dada a elevada taxa de desemprego (46,87%) que atingia, em 2006, os jovens com idade entre 15 e 24 anos, para além de enfrentarem uma taxa de analfabetismo igualmente alta.

Por isso, a *Organização Internacional de Trabalho* (OIT) chama a atenção para uma geração perdida por causa das catástrofes económicas desta década, daí que Peter Spink²³⁷ considere que o desafio da actualidade tem um rosto e esse rosto é jovem, pelo que os «*desafios que se colocam à juventude lusófona*»²³⁸ prendem-se com: a cultura; o combate à

²³⁵ Os homens que não se encontravam no desemprego vendiam coisas respeitantes a si próprios: bebidas, peças de carro, produtos de estaleiro, parafusos, etc

²³⁶ Intervenção de BARROS, Miguel de (Investigador no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP), «Inventividade e Criatividade nas Feiras Livres: Imagens das Estratégias de Empregabilidade Juvenil em Contexto de Pobreza», no seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CESA/ISEG, Lisboa, 29 de Setembro de 2010.

²³⁷ Intervenção de SPINK, Peter (Pertencente à Fundação Getúlio Vargas – São Paulo), «Trabalho, Informalidade e Cidadania: Construções no Espaço Lusófono», no seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CESA/ISEG, Lisboa, 29 de Setembro de 2010.

²³⁸ Intervenção de SOARES, Tiago (ex-Secretário Geral da Juventude da CPLP), «A juventude. A Lusofonia. O papel do Círculo de Reflexão Lusófona», Reunião do CRL, Lisboa, 6 de Julho de 2010.

pobreza, à violência, ao desemprego e à fuga de cérebros; a igualdade de género; a criação de oportunidades económicas; o combate; a educação cujo papel é também fundamental ao nível da saúde sexual e dos comportamentos de risco; as migrações e a diáspora; o desenvolvimento sustentável assente numa consciência ecológica apurada; o processo de construção da paz e a estabilidade política; a globalização através do combate às desigualdades e da aposta no capital humano. Perante este cenário, a estratégia a adoptar consiste, em «*se virar*» / «*ganhar o pão*» / «*ganhar a vida*», num espaço multifacetado de oportunidades (para criar solidariedades e inventar negócios) e armadilhas (de empréstimos com obrigações/ofertas de emprego dúbias).

Entre as inúmeras actividades que passaram a integrar o quotidiano destes dois países lusófonos, o investigador Miguel de Barros destaca, para a Guiné-Bissau, alguns trabalhos, resultantes da observação da realidade e representação social, a saber: venda de café na rua; mercado de cestaria e esteiras; exposição e venda de móveis²³⁹ / produtos alimentares²⁴⁰ / artesanato; banca de recarga de bateria de telemóveis; serviço de telefonia ambulante; venda de sapatos de segunda mão; negócio de carrinhos de lata; sociedade familiar de venda de tecidos. Para o Brasil, Peter Spink menciona a venda de *hot dogs* à porta das faculdades, através de jovens, denominados «*dogeiros*», bem como a venda de produtos agrícolas às portas das casas. Essas estratégias de sobrevivência em contexto de contingência encontram-se ancoradas nas seguintes motivações: possibilidades de acesso ao trabalho e dinheiro; necessidade de autonomamente satisfazer as necessidades individuais; investir no apoio familiar (alimentação, vestuário, escola, saúde e diversão); auto-financiamento da iniciativa (alargamento da actividade e de pessoas).

O conceito em inglês *Livelihood* ilustra esta ideia de indivíduos e grupos que procuram sustentar uma vida, tentando resolver as suas diferentes necessidades económicas e de consumo, lidando com incerteza mas respondendo às novas oportunidades. Do lado positivo, representa um investimento para gerar rendimentos (por exemplo, o microcrédito é um dos resultados positivos deste conceito). No oposto, está crescentemente associado à redução da pobreza, visando atingir meios de vida sustentáveis.

²³⁹ Actividade realizada na principal avenida da Guiné-Bissau – Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria.

²⁴⁰ A capacidade de venda a grosso é fraca, pelo que pessoas preferem ir diariamente ao mercado.

Trata-se, com efeito, de emprego informal, o qual se reporta às actividades relacionadas com a produção ou comercialização de bens e serviços legais que não são registados no Estado. Para definir esta «*informalidade*», é proposta a noção de «*neo-informalidade*» aplicável às actividades económicas urbanas que são caracterizadas por uma divisão de trabalho simples (e não capitalista), onde os «*donos*» estão directamente ligados à criação de serviços.

Desta forma, são de realçar alguns aspectos: o uso e a apropriação do espaço e da cidade para afirmar a arte de engenharia social (acção e produção criativa), trabalho (talentos), sociabilidades, solidariedades e melhoria de condições de vida (económicas e sociais); a socialização *pelo* e *para* o trabalho que constitui um elemento decisivo de inserção económica, não só porque o trabalho fornece meios financeiros e materiais a partir dos quais se poderá assegurar a reprodução social; desengajamento/afastamento do Estado através da ausência de políticas e consequente transferência de custos sociais (educação, saúde, emprego, protecção) para as famílias – actores singulares/colectivos, aumentando, assim, as disparidades sociais.

Não obstante a contradição registada, durante muito tempo, na ligação entre a «*economia*» e a «*cultura*», como se os interesses económicos e a criação cultural e artística fossem opostos, emerge, entretanto, a noção de «*economia cultural*» que acompanhou a profunda transformação económica das sociedades modernas, ao abrigo de processos competitivos e concorrenciais em factores intangíveis, como sejam muitos dos bens culturais e simbólicos, os quais ganham um papel cada vez mais relevante, implicando o progressivo abandono de visões mais limitadas, nos planos político, económico e social²⁴¹.

Os bens e serviços culturais comportam uma dimensão material ou tangível e outra imaterial ou intangível que não podem ser separadas e que, no seu conjunto, definem o seu conteúdo, utilidade e significado simbólico. A dimensão imaterial ou intangível de muitos dos bens e serviços culturais apresenta características próximas das dos «*bens públicos*», como a não-rivalidade e a não-exclusão no respectivo consumo. Contemplam ainda uma

²⁴¹ Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

dimensão própria de valor humano e social, associado a processos de capacitação («*empowerment*») individuais e colectivos, sobretudo no tocante à difusão de modelos comportamentais, institucionais e civilizacionais, que os aproxima da configuração dos «*bens de mérito*». O consumo de bens e serviços culturais está, desta forma, associado à produção de «*externalidades*» positivas significativas, seja em matéria de coesão económica, social e territorial, seja ao nível da construção e preservação de formas de identidade e singularidade comunitárias, que não são necessariamente incorporados nem no valor percebido pelo mercado, nem no respectivo preço.

Estes bens podem produzir, em certos casos, benefícios privados, que podem ser sujeitos a transacções no mercado, e benefícios sociais, não privados, que não são transaccionáveis, impedindo os mecanismos de mercado de estabelecer, por si só, os ajustamentos que garantam o acesso dos cidadãos-consumidores aos bens culturais que procuram, em quantidade e qualidade, e estão disponíveis para pagar. O forte envolvimento do Estado no núcleo-duro dos bens e serviços culturais (artes e património) encontra, assim, uma correspondência directa nas restrições ou falhas a que os mecanismos de mercado sujeitariam a respectiva produção e consumo.

Essas «*falhas de mercado*» colocam desafios nos processos de formação dos equilíbrios entre oferta(s) e procura(s), de afectação de recursos, de coordenação institucional e formulação de políticas públicas, isto é, de regulação de mercados, de forma a garantir a satisfação em quantidade e qualidade das necessidades culturais das populações.

A compreensão do papel multifacetado da «*cultura*» como factor de desenvolvimento humano, económico e social, explicitando-se através de um conjunto de dimensões que moldam o papel da cultura nas sociedades modernas enquanto: factor estratégico de competitividade; sector gerador de emprego e riqueza; meio de reforço da cidadania; alavanca de coesão social e territorial; e veículo de afirmação internacional das comunidades.

3. A dimensão económica da Lusofonia

Tal como defendia o Prof. Ernâni Lopes²⁴², a «Lusofonia» tem elevado potencial para ser um actor económico global, sendo posta à prova perante as correntes de mudança das primeiras décadas do século XXI, pelo que para se afirmar, no quadro económico mundial, terá que promover, por exemplo, as trocas comerciais e fluxos de investimento, criar uma zona de comércio livre e fundar uma união aduaneira²⁴³. A abordagem deste capítulo assenta, essencialmente, na análise da estrutura das relações económicas e financeiras da CPLP, da perspectiva da Lusofonia como uma base para a intensificação dessas relações e do seu significado/peso na economia mundial, enquanto factor de relevância económica.

Ao se identificar o desenvolvimento dos países como uma das possíveis situações-padrão, entre outras – a gestão de crises, a estabilização, a reestruturação e a reconstrução, procurar-se-á indagar se os laços culturais que unem o espaço lusófono poderão ou não corresponder a uma deformação para o desenvolvimento (económico e social) desse espaço. Poder-se-á considerar que a “*concentração geral de esforços em cada área*”²⁴⁴ geográfica privilegiada reparte-se da seguinte forma: no século XVI, tudo para a Ásia; no século XVII, tudo para o Brasil; e no século XIX tudo para a África.

George Weber, no seu estudo²⁴⁵, aponta para que o português chegue mesmo a ser uma das 10 línguas com maior poder de influência, partindo da ponderação de seis factores:

1. número de falantes (língua materna);
2. número de falantes (língua estrangeira);
3. número de países e respectiva população que usam essa língua;
4. número de áreas (campos) mais importantes (ciência, diplomacia, etc) que recorrem a essa língua a nível internacional;
5. poder económico, militar e financeiro de cada país que usa essa língua;
6. prestígio internacional sócio-literário dessa língua.

²⁴² Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol.

²⁴³ Notícia “Os desafios lusófonos, por Ernâni Lopes”, jornal *Sol*, Lisboa, 6 de Maio de 2011.

²⁴⁴ MOREIRA, Adriano (1985), «Condicionamentos Internacionais da área Lusotropical», *Conferências de Adriano Moreira / Organização de Maria do Carmo Tavares de Miranda - Fundação Joaquim Nabuco*, Recife: Editora Massangana, p. 69.

²⁴⁵ WEBER, George (2008), “Top Languages – The World’s 10 most influential Languages” *The Andaman Association*, Acedido em 9 de Abril de 2010, in: <http://www.andaman.org/BOOK/reprints/weber/rep-weber.htm>.

Este idioma parece estar em expansão, mas para se lhe dar uma verdadeira internacionalização, Carlos Reis advoga²⁴⁶ uma política da língua consistente, continuada e em conjunto com todos os países de língua portuguesa, como uma das condições imprescindíveis para uma política eficaz de desenvolvimento e de cooperação.

Seguindo a metodologia de Martín Municio²⁴⁷, José Paulo Esperança²⁴⁸ conduziu um estudo encomendado, em 2007, pelo IC ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) – Instituto Universitário de Lisboa (IUL), destinado ao cálculo do valor da língua portuguesa em percentagem do PIB e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) de produtos e actividades imputável à língua, isto é, sobre o valor económico da língua, tendo sido revelado, em Novembro de 2008, o resultado de que a Língua Portuguesa representa 17% do PIB de Portugal, o que significa que 17% do seu PIB está relacionado com ganhos do idioma. Este valor foi obtido através do cálculo da média ponderada do peso da língua em actividades económicas como a comunicação social, as telecomunicações ou o ensino.

São transacções económicas dependentes da língua e, por conseguinte, urge que os decisores e a sociedade civil entendam que o português representa ganhos económicos efectivos e não se trata apenas de uma mera questão de nostalgia e/ou afecto²⁴⁹, havendo ainda muito que não se sabe aproveitar, como por exemplo, o facto dos Estados da CPLP continuarem, em muitos casos, a praticar a dupla tributação, tendo problemas com a exportação de capitais e não existindo liberdade de circulação generalizada de pessoas que procuram trabalho. Defendeu ainda que o crescente interesse que tem havido um pouco por todo o globo pelo Português resulta do «*valor de rede*» que o idioma tem e da terceirização da economia portuguesa. As trocas comerciais e os fluxos de investimento estrangeiro entre países que têm uma língua comum são um pouco maiores e, neste caso, a língua tem alguma influência, sobretudo no sector dos serviços, no qual o seu peso é mais importante

²⁴⁶ Entrevista de REIS, Carlos “Está na moda aprender português”, jornal *Expresso*, Lisboa, 5 de Julho de 2008. [Versão electrónica acedida em 10 de Agosto de 2008, in: <http://aeiou.expresso.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>]

²⁴⁷ Autor que desenvolveu, em 2003, um estudo sobre o valor económico da língua espanhola em percentagem do PIB, através do Instituto Cervantes, apontando para a importância económica de 15% da língua espanhola.

²⁴⁸ Investigador e professor universitário.

²⁴⁹ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “O português está a tornar-se uma mais-valia económica”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 7 de Março de 2010.

do que na agricultura e na indústria. Deste modo, esta língua está a tornar-se uma mais-valia económica.

Sendo a CPLP uma organização multilateral, em que os Estados vão delegando mais competências conforme vão sentindo essa necessidade, foi criada por vontade própria dos seus povos, não resultante, assim, da vontade colonial, baseada na solidariedade, com o português como o seu denominador comum, para além da história, da cultura e de uma vivência muito próximas. Depois avançou-se para a concertação político-diplomática e actualmente fala-se na cooperação em diversos domínios, sendo crucial a integração regional para o desenvolvimento económico sustentado perante um paralelismo inevitável entre os seus objectivos e a dimensão lata da Lusofonia.

A CPLP é classificada, por Vítor Ramalho²⁵⁰, Presidente da Fundação INATEL – Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres, como um caso único visto que nenhum país europeu que tivesse colonizado acabou por gerar uma realidade que une os países anteriormente colonizados (ao passo que a Commonwealth é dominada por uma potência imperante) e funciona como fórum de encontro/cruzamento das culturas da Lusofonia, tendo como vectores de actuação²⁵¹:

- A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações e organizações, designadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todas as áreas, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico: educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa através do IILP, enquanto instrumento executante da geopolítica da língua.

²⁵⁰ Intervenção de RAMALHO, Vítor, Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.

²⁵¹ Intervenção de VAZ, Hélder (Director-Geral da CPLP desde Fevereiro de 2008), Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.

Há ainda um quarto pilar que precisa de ser incentivado: potenciar o desenvolvimento das relações económicas e empresariais entre os Estados-Membros. No entanto, não se podem “saltar degraus” mas sim “subir degrau a degrau”. Aos três grandes objectivos da CPLP, precedentemente mencionados, podem-se ainda acrescentar, como domínios a priorizar e que têm vindo a assumir um grande dinamismo, o da *Cidadania* e da *Circulação de Pessoas*. Apesar de ser uma das áreas com avanços substanciais na CPLP, as dificuldades são enormes em conceder direitos políticos, económicos e sociais, cuja aplicação esteja em consonância com os actuais ordenamentos jurídicos, visto que cada um dos Estados da CPLP também está integrado noutras organizações regionais e sub-regionais que impõem regras mais estritas.

De entre os objectivos, a cooperação cultural assente no “*principal esteio quer do Desenvolvimento, quer de qualquer relação política e económica a longo prazo*” (GRAÇA, 1992: 193), é aparentemente o mais simples de alcançar, por causa da língua, que terá sempre um espaço próprio, mas se não for acompanhada de um reforço nas outras áreas, em particular a económica e a técnica, não terá a dimensão nem a visibilidade pretendida. Sem o desenvolvimento da cooperação económica e técnica, baseado em programas concretos, a CPLP nunca terá o protagonismo político pretendido.

Daí que José Palmeira²⁵² tenha defendido²⁵³ que a experiência de organizações, como por exemplo, a Commonwealth, demonstra que a cooperação económica – subdesenvolvida na CPLP – gera mais sinergias do que a cooperação cultural, sendo recomendável, sob esta perspectiva, um maior investimento do espaço lusófono na primeira dessas dimensões, a económica, apesar de não serem exclusivas, dado que se potencializam mutuamente. Com efeito, a experiência de várias iniciativas revela que não basta a vontade política, supondo que ela existe, para assegurar o sucesso de projectos de regionalização – é necessário que as condições objectivas, tanto ao nível de cada país como ao nível internacional, sejam favoráveis²⁵⁴.

²⁵² Investigador doutorado em Relações Internacionais na Universidade do Minho.









²⁵³ Comunicação “Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal” ao X Congresso Afro-Luso-Brasileiro, Universidade do Minho, Braga, 4 a 7 de Fevereiro de 2009. Vide também Notícia “Lusofonia: Cooperação económica é mais eficaz do que a cultural – Perito da Universidade do Minho”, *Jornal de Notícias*, Porto, 4 de Fevereiro de 2009.

²⁵⁴ OSMAN, Abdul Magide (2003), «CPLP – Que futuro?», *O Mundo em Português*, N.ºs 45-47, Lisboa: IEEI, Acedido em 29 de Outubro de 2011, in <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=527>.

3.1 Análise da estrutura das relações económicas e financeiras da CPLP

Partindo da consulta dos dados disponibilizados pelo BP, BM, FMI e por outras fontes de informação pertinentes, são apresentados alguns indicadores gerais sobre os «*Países Lusófonos*», de língua oficial portuguesa e membros da CPLP – área, população, capital e unidade monetária (Quadro VI). Segue-se a apresentação de alguns dos seus principais indicadores económicos – Produto Interno Bruto (PIB), inflação, massa monetária, balança corrente, saldo orçamental, dívida externa, entre outros. Algumas considerações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atinente a estes países, são igualmente tecidas.

Quadro VI. Indicadores gerais dos «Países Lusófonos».

Países	Área (km ²)	População (milhões-2011)	Capital	Unidade monetária
Angola 	1 246 700	19 625	Luanda	Kwanza (KZ)
Brasil 	8 511 965	194 933	Brasília	Real (BRL)
Cabo Verde 	4 033	0,520	Praia	Escudo CV (CVE)
Guiné-Bissau 	36 125	1 683	Bissau	Franco (CFA)
Mozambique 	799 380	22 017	Maputo	Metical (MZN)
Portugal 	92 072	10 658	Lisboa	Euro (EUR)
São Tomé e Príncipe 	997	0,169	São Tomé	Dobra (STD)
Timor-Leste ²⁵⁵ 	14 600	1 092	Díli	Dólar americano (USD)
TOTAL	10 705 872	250 009		

Fontes:

-BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>
 -INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2011a), *World Economic Outlook Database*, Washington, Setembro;
 -CPLP>Estados membros (<http://www.cplp.org/estadosmembros>).

²⁵⁵ Para além do português, o tétum é também uma das suas línguas oficiais.

Convém dilucidar a estrutura das relações produtivas dos países da CPLP, recorrendo, por exemplo, à análise dos *Country Profile Briefings* e *Country Strategy Papers* disponíveis para cada país lusófono e à pesquisa de alguns dados e dos principais indicadores, como sejam: PIB por sector de actividade económica, fluxos de importações/exportações, rendimento, investimento, crescimento económico, entre outros factores que se afigurem como determinantes para estimar, posteriormente, a dimensão do PIB conjunto à escala mundial. Deste modo, partindo da observação dos dados disponibilizados pelo Banco de Portugal²⁵⁶ e outros apurados pelo BM, pelo FMI, pela Comissão Europeia – Comércio (*DG Trade Statistics*) e pelos portais da CPLP e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)²⁵⁷ é possível retirar algumas ilações sobre a evolução da estrutura económica dos países lusófonos:

Angola

Após 14 anos de luta contra o colonialismo, o povo angolano proclamou a independência nacional em 11 de Novembro de 1975. País considerado de “*aposta*” e “*futuro*”²⁵⁸ em que o estabelecimento do clima de paz, o bom desempenho do sector petrolífero, estimulado, concomitantemente, pela alta dos preços internacionais e pelo aumento da produção, e ainda a eficácia da estratégia de estabilização económica²⁵⁹ contribuíram, decisivamente, para as elevadas taxas de crescimento deste país ao longo dos últimos anos, situando-se em cerca de 20% ao ano a taxa média de crescimento económico entre 2005 e 2007, o que colocou Angola, no topo dos países com maior crescimento a nível mundial²⁶⁰, como uma séria aposta que deve ser considerada no futuro, patenteada já no relevo que o seu mercado representa, por exemplo, para a economia portuguesa.

²⁵⁶ BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

²⁵⁷ Através deste Instituto é coordenada a política de cooperação oficial – instrumento de política externa, contemplando, preferencialmente, os países lusófonos, sem, no entanto, descurar a cooperação internacional no sentido da concretização dos ODM das Nações Unidas.

²⁵⁸ XAVIER, Rui (Ministro Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais - Angola”, IEP – UCP, Lisboa, 4 de Fevereiro de 2009.

²⁵⁹ Intervenção de FERREIRA DE CARVALHO, António (Presidente da Direcção da AERLIS), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

²⁶⁰ Principalmente em Luanda onde vivem cerca de cinco milhões de habitantes, segundo as palavras de NASCIMENTO, Horácio (Jurista da Representação Comercial da Embaixada de Angola em Portugal), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola e Cabo Verde”, Associação Empresarial da Região de Lisboa – AERLIS, Oeiras, 7 de Outubro de 2010.

Porém, apesar do processo de paz ter proporcionado as condições básicas para a normalização da actividade económica angolana (fomentando a mobilidade interna, a actividade comercial e o investimento), a carência de infra-estruturas físicas e de recursos humanos continuam a condicionar a evolução da economia deste país. Perante tal quadro, o principal desafio passou a ser o relançamento dos sectores fora do âmbito da indústria petrolífera e diamantífera, com vista ao aumento da oferta interna e à diversificação das exportações, criando emprego e reduzindo a pobreza. Neste sentido, foram aprovados vários programas que abrangem diversas áreas de actividade como a agricultura e o desenvolvimento rural, a habitação social, a recuperação urbana, as infra-estruturas e a indústria transformadora, procurando aumentar o contributo desta para o PIB, bem como aproveitar o grande potencial agrícola, mineral, pecuário e florestal.

Entrementes, a economia angolana registou em 2008 um crescimento muito apreciável – cerca de 14%, em termos reais – ainda que aquém das taxas de variação dos anos precedentes, situadas em torno dos 20% (Quadro IX). Esta desaceleração decorreu essencialmente do comportamento do sector energético (exploração de petróleo), o qual viu o crescimento do seu VAB regredir de 20,4% em 2007 para 11,9% em 2008. Os restantes sectores da economia apresentaram um crescimento mais elevado (18,4%), mas igualmente aquém do que haviam registado nos dois anos anteriores.

Apesar desta desaceleração, Angola foi em 2008 uma das economias que apresentou uma das mais elevadas taxas de crescimento à escala mundial, tendo os efeitos da crise económica e financeira mundial feito sentir-se ainda escassamente nesse ano. De facto, a sua estrutura revelou-se relativamente imune a alguns dos principais canais de transmissão da crise: exposição do sistema financeiro, colapso dos fluxos de financiamento externo e redução abrupta do comércio internacional. Naturalmente que um outro factor – a redução do preço das matérias-primas na segunda metade de 2008, visto que aumentou a sua oferta no mercado porque as economias mais desenvolvidas passaram a consumir cada vez menos – teve o seu impacto, via redução das receitas de exportação do petróleo²⁶¹.

²⁶¹ BANCO DE PORTUGAL (2009), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2008 | 2009”, Acedido em 15 de Janeiro de 2009, in <http://www.bportugal.pt>

Com efeito, tendo escapado aos efeitos iniciais da crise global – dada a sua inserção limitada nos mercados financeiros internacionais e à existência de uma espécie de “*estabilizadores automáticos*”²⁶² – a economia angolana foi fortemente atingida nessa segunda fase, devido à sua elevada dependência do sector petrolífero (que representou cerca de 58% do PIB no triénio 2006/2008, caindo para 41% em 2009). A dimensão do choque está bem patente no facto das receitas petrolíferas arrecadadas pelo Estado terem caído para cerca de metade, em percentagem do PIB, entre 2008 e 2009 – levando as contas públicas (e as contas externas) para uma situação deficitária que já não se verificava desde a primeira metade da década, tal como se pode observar no Quadro VII:

Quadro VII. Angola: Principais indicadores económicos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	13.8	2.4	3.4	7.8
Inflação (t.v.a. média)	12.5	13.7	14.5	12.0
Massa monetária (t.v. anual)	103.9	21.5	7.7	36.9
Balança corrente (% PIB)	8.5	-10.0	8.6	-4.7
Saldo orçamental (% PIB)	8.9	-8.6	8.9	4.5
Dívida externa (% PIB)	16.5	20.0	21.6	19.7

Fontes: BNA, Ministério das Finanças (Angola) e FMI.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 19, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

O arrefecimento da economia em 2009 resultou directamente da contracção do sector petrolífero (cujo VAB caiu 5,1% nesse ano, em termos reais, ajustando-se à redução da procura internacional), mas também do abrandamento na esfera não petrolífera, afectada pela retracção da procura interna – desde logo ao nível do consumo e do investimento públicos. De facto, a queda acentuada das receitas petrolíferas levaria as autoridades angolanas a introduzirem medidas de contenção da despesa.

²⁶² XAVIER, Rui (Ministro Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais - Angola”, IEP – UCP, Lisboa, 4 de Fevereiro de 2009.

Esta contenção orçamental é, aliás, o eixo principal do programa de ajustamento macroeconómico (do tipo *Stand-by Arrangement*) celebrado com o FMI e vigente desde Novembro de 2009. Tal programa – o primeiro alguma vez formalmente estabelecido por Angola (que antes tinha mantido apenas “programas-sombra” com o Fundo) – é relevante como fonte de financiamento complementar, mas sobretudo pela credibilidade adicional que confere ao processo de ajustamento.

Além da contenção orçamental, este processo envolveu, adicionalmente, um aperto das condições monetárias e ainda a inflexão da política cambial de «*kwanza forte*», que vinha sendo seguida desde finais de 2005. Resultou, assim, uma depreciação cambial que ajudaria ao reforço gradual das reservas cambiais – juntamente com a recuperação das receitas petrolíferas, particularmente a partir do segundo semestre de 2009²⁶³.

O aumento significativo destas receitas e a execução globalmente positiva do programa de ajustamento macroeconómico com apoio financeiro do FMI determinaram uma correcção apreciável dos desequilíbrios orçamentais e externos ao longo de 2010 e dos primeiros meses de 2011, proporcionando, em simultâneo, uma ligeira aceleração do ritmo de actividade. Em Novembro de 2011, o FMI aprovou a concessão de uma nova tranche de crédito, no valor de 134,8 milhões de dólares (99 milhões de euros), apelando, porém, a uma melhor gestão das receitas do petróleo. Desde 2009 que os empréstimos do FMI a Angola ascendem a 1,21 mil milhões de dólares (889 mil milhões de euros).

De acordo com relatório anual do FMI, Angola apresentará uma das maiores taxas de crescimento mundial em 2012 (10,5%), representando um crescimento muito acima da média estimada para a economia mundial em 2012 (4,5%). Para 2011, o crescimento estimado na ordem dos 7,8% traduz uma recuperação muito significativa relativamente aos 3,4% de crescimento do PIB registados em 2010.

Através da pesquisa efectuada sobre a estrutura produtiva deste país, destacam-se os seguintes elementos:

²⁶³ BANCO DE PORTUGAL (2010a), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2009 | 2010”, Acedido em 25 de Janeiro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

- Economia petrolífera que continua a ser dominante na estrutura económica (responsável por mais de 90% do rendimento global do país), como fonte de financiamento do crescimento e de alimentação das reservas internacionais líquidas; é o segundo maior produtor petrolífero em África, a seguir à Nigéria, dispondo de três bacias principais que se estendem por todo o seu litoral: o Congo, o Cuanza e o Namibe;
- Uma biodiversidade rica em recursos naturais em que o seu subsolo tem 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, entre os quais se destacam petróleo, diamantes e gás natural²⁶⁴. Para além de ferro, manganésio, cobre, ouro, chumbo, zinco, volfrâmio, estanho, urânio e rochas ornamentais, tem também grandes reservas de fosfato, calcário, gesso que, associados ao petróleo, oferecem uma boa base para o fabrico de fertilizantes e outros recursos de que a agricultura tanto necessita;
- Uma grande produção pecuária e de madeiras preciosas (pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro), sem descurar os recursos marinhos e fluviais, bem como abundantes recursos agrícolas, incluindo extensas áreas de savanas que poderão ser incorporadas no processo produtivo agro-pecuário, com grande potencial gerador de emprego, rendimento e divisas;
- O comércio apresenta-se como um dos sectores mais activos da economia angolana, a par do ramo petrolífero, da construção civil e da agricultura; o principal porto de Angola, situado em Luanda, é, igualmente, uma das maiores indústrias, atendendo ao volume de mercadorias que por ele passam destinadas ao país e ao número de trabalhadores que emprega na sua administração, pelo que tem a responsabilidade de controlar a operatividade e gerir o território portuário bem como promover a realização trabalhos de melhoramento e expansão que sejam indispensáveis ao tráfego²⁶⁵;

²⁶⁴ Um subproduto da indústria petrolífera que se pode revelar uma imprescindível fonte de rendimento para o país, sendo considerado, por alguns especialistas, como a alternativa mais inteligente ao petróleo que, progressivamente, se torna mais caro no mercado internacional.

²⁶⁵ BARREIRA, Ramiro (Coord.) (2005), *Angola – 30 Anos: Os Grandes Desafios do Futuro*, Lisboa: Global Marketing Angola com a colaboração especial dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal.

- Em 2009, a agricultura representou 10,2% do PIB, os serviços na ordem dos 31% (o potencial turístico é incomensurável) e a indústria 59%, resultando praticamente da actividade petrolífera; a cultura do café e o petróleo rondaram mais de 90% das exportações e os diamantes cerca de 4%, situando-se as suas reservas nas províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul, consideradas como das mais importantes do mundo;
- Alguns factores de desequilíbrio da economia angolana prendem-se com o facto do seu crescimento ser baseado num só produto (o sector petrolífero representa cerca de 40 a 50% do PIB) e com a sua forte dependência das importações de serviços²⁶⁶;
- O forte investimento em áreas como a agricultura e a agro-indústria tem-se revelado uma aposta essencial para a diversificação da economia deste país e o incremento dos bens e serviços, para além da revitalização da economia rural, da reabilitação/construção/modernização de infra-estruturas e da estabilização macroeconómica²⁶⁷;
- O mercado angolano tem-se revelado, nos últimos anos, como uma opção preferencial no plano do investimento português no estrangeiro e do investimento privado em geral, o qual tem evoluído positivamente e de forma diversificada pelo país nos sectores da construção civil, das bebidas/alimentos e dos caminhos-de-ferro²⁶⁸, representando uma oportunidade de negócio com potencialidades de maior rentabilidade, embora seja crucial o conhecimento prévio da legislação angolana e o *modus operandi* do seu mercado, mormente à luz da nova lei do investimento privado – *Lei n.º 20/11*, publicada em Maio de 2011, mais restritiva e exigente no que se refere aos seus requisitos, a saber:

²⁶⁶ Intervenção de GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Angola», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

²⁶⁷ Intervenção de NASCIMENTO, Horácio (Representante da Câmara de Comércio e Indústria de Angola - CCIA), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

²⁶⁸ XAVIER, Rui (Ministro Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais - Angola”, IEP – UCP, Lisboa, 4 de Fevereiro de 2009.

investimento mínimo de 1 milhão de dólares (visando filtrar os diversos projectos e procurando impulsionar a existência de parcerias²⁶⁹ credíveis no terreno) e incidência do investimento num dos sectores prioritários definidos pelo Governo angolano (por exemplo, Portugal, dada a sua experiência, poderia investir no sector angolano de serviços – turismo, hotelaria e restauração);

- Está em curso a construção de 11 *Pólos de Desenvolvimento Industrial* (PDI's), os quais consistem numa extensão de terreno delimitado, equipado com infra-estruturas de base para apoio às indústrias e cuja motivação se prende com a reposição dos níveis de capacidade produtiva.

Brasil

Este país, para além de Angola, vai ser objecto de uma análise mais detalhada no *ponto* 4.3 deste trabalho de investigação, estando patentes, no Quadro VIII, os seus principais indicadores económicos, com destaque para o seu ritmo de crescimento económico:

Quadro VIII. Brasil: Principais indicadores económicos.

GDP:	US\$604.0 billion (current, 2004)
GDP/capita :	US\$3,326.21 (current, 2004)
GDP growth :	4.4% (2000), 1.4% (2001), 1.5% (2002), 0.5%(2003), 5.2% (2004)
Inflation	6%(2000), 7.7%(2001), 8.3%(2002), 9.3%(2003), 7.6% (2004)
Current Account Balance:	-4% of GDP (2000), -4.6% (2001), -1.7% (2002), 0.8% (2003). 1.9% (2004)
Exports to EU :	€21.1 billion (2004) = 25% total exports; 2.1% of EU imports
Imports from EU:	€14.1 billion (2004) = 26% total imports; 1.5% of EU exports
EU investment stock in Brazil :	€48.9 billion (1999), €69.3 billion (2000), €76.8 billion (2001), €78 billion (2002).

Fonte: Brazil – Country Strategy Paper 2007-2013 (p. 33), disponível em:
http://www.eeas.europa.eu/brazil/csp/07_13_en.pdf

²⁶⁹ O estabelecimento de parcerias implica uma prospecção precedente do mercado local e poderá ser uma «*janela de oportunidade*» para as PME's que pretendem apostar na sua internacionalização.

As principais características da estrutura produtiva da economia brasileira prendem-se com as seguintes:

- Posição de destaque mundial ocupada na área da produção de café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca;
- A agricultura, os sectores mineral, industrial e turístico representam os principais recursos económicos do Brasil;
- Cerca de 60% da superfície deste país é florestal, sendo o primeiro produtor sul-americano de caucho com uma relevante reserva de pinheiros que serve de matéria-prima para as indústrias madeireira e de papel, exportando outras espécies como o cedro e a noqueira;
- A pecuária tem demonstrado uma evolução significativa nas últimas décadas com a modernização das técnicas e a formação profissional, sendo o primeiro produtor mundial de carne;
- No sector mineral, possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará, além de manganês ou manganésio, crómio, níquel, carvão, fosfato, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas, tornando-se auto-suficiente nesse sector. Devido ao relevo hidrográfico acidentado, mais de 90% da energia consumida é proveniente de hidroelétricas;
- O sector secundário, que representou aproximadamente 25,4% do PIB em 2009, gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agropecuários (açúcar, cacau, café e carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco e chumbo);
- Transportes e serviços financeiros são as actividades de maior destaque, favorecidos por 42,3 mil kms de rios navegáveis, pela rede de estradas, com uma extensão de quase de 1,5 milhões de kms (dos quais 75 mil estão asfaltados), e por 31 mil kms de ferrovias;

- No turismo, tem aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional;
- É notório o peso significativo do sector dos serviços (em 2009, 68,5% do PIB) em detrimento do sector primário (apenas 6,1% do PIB).

Cabo Verde

Pela sua posição geográfica e linguística, Cabo Verde é o símbolo de que a língua portuguesa não é só do país onde ela nasceu, Portugal, nem dominada pelo país com maior número de falantes, o Brasil. Situa-se a meio caminho de várias rotas e com uma perspectiva promissora em termos de gestão da língua, na medida em que as negociações para oficialização do crioulo avançam, e o processo de transformação do português num idioma de circulação internacional vai-se consagrando pelo aumento constante da escolaridade da população. Poderá ser um modelo para os países da CPLP em África que também são países plurilingues²⁷⁰.

Cabo Verde tornou-se, em Outubro de 2011, o primeiro país lusófono e o 119.º Estado a ratificar o Estatuto de Roma, tratado fundador do Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia, entrando em vigor em 1 de Janeiro de 2012. Este tribunal incorpora uma ordem internacional baseada em regras para garantir que os crimes mais graves que afectam a comunidade internacional não fiquem impunes e que os seus autores sejam julgados de forma justa e independente. O artigo 11.º do Acordo de Cotonou incentiva à promoção da justiça internacional através da implementação deste Estatuto, sem adesão obrigatória dos países ACP ao mesmo²⁷¹. Este artigo estipula também que a UE coloca à disposição dos seus membros os meios disponíveis necessários para evitar, gerir e resolver conflitos armados e suas consequências²⁷².

²⁷⁰ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

²⁷¹ *Bulletin Quotidien Europe* 10475 – 18/10/2011 – *UE/Cap-Vert: l’UE félicite le Cap-Vert, 119ème État partie au Statut de Rome*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

²⁷² BUCKENS, Marie-Martine (2011), «De la coopération économique a la prevención de conflictos», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, pp. 16-18.

A economia de Cabo Verde, apesar de pequena dimensão, perfila-se cada vez mais como um mercado em que sectores como o turismo²⁷³, as energias, o ambiente e a água representam elementos de sustentabilidade fundamentais para o seu desenvolvimento. Outras oportunidades com financiamentos internacionais (o Brasil tem sido um dos países que mais tem ajudado a desenvolver Cabo Verde), sujeitos, em geral, a concursos públicos prendem-se com projectos de infra-estruturas e equipamentos colectivos, transportes terrestres e marítimos e ainda as pescas, estando, assim, a potenciar novos negócios e mesmo parcerias, via, por exemplo, formação, com qualificação da sua mão-de-obra, criação de emprego e redução da taxa de desemprego.

A escassez de recursos naturais (solos pobres, seca, fome, etc), desde cedo, conduziu à emigração de fracções significativas da sua população, visando encontrar melhores condições de vida. Daí a relevância que as migrações internacionais e a diáspora têm historicamente para este país (por cada cabo-verdiano em território nacional há um cabo-verdiano na diáspora). Com efeito, o fenómeno migratório é um processo marcante e faz parte da génese da sociedade cabo-verdiana, em que os primórdios da emigração remontam aos séculos XVII / XVIII. Economia débil e de subsistência, reduzido mercado interno e insularidade são apontadas como as principais causas dessa emigração.

Nesse sentido, José Rodrigues²⁷⁴ procurou estudar a existência de algum nexo entre as remessas enviadas por esses imigrantes na diáspora e o potencial de desenvolvimento económico de cabo-verdiano, partindo da análise da evolução do volume de remessas por país de acolhimento durante o período temporal compreendido entre 2000 e 2008. Até 2002, constata que os EUA são o principal país emissor de remessas com destino a Cabo Verde, passando Portugal a assumir esse papel, a partir de 2002.

²⁷³ De acordo com as palavras proferidas por RAMOS, Arnaldo Andrade (Embaixador de Cabo Verde em Portugal), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola e Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 7 de Outubro de 2010: “*nos meses de Julho, Agosto, Dezembro e Janeiro, nas Ilhas do Sal, da Boavista e de São Vicente, as receitas de turismo são na ordem dos 25%*”.

²⁷⁴ Intervenção de RODRIGUES, José (Mestrando do curso de Sociologia da ULHT), «A Diáspora ao serviço do desenvolvimento: o impacto e a importância das remessas dos imigrantes na dinâmica do desenvolvimento de Cabo Verde», V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Estas remessas superaram a *Ajuda Pública ao Desenvolvimento* (APD) e o IDE, em que para um impacto positivo na economia poderão ter contribuído alguns ingredientes como sejam a boa governação, a boa imagem no exterior, a estabilidade democrática e a existência de uma sociedade aberta. Deste modo, o impacto das remessas no desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde traduziu-se num efeito indirecto no sector produtivo e num efeito multiplicador, visível e directo, sobre as comunidades locais, assumindo uma importância extraordinária para as famílias cujos rendimentos são nulos ou irregulares. Contudo, embora as evidências empíricas apontem para a existência do talnexo, estas são contraditórias e fragmentárias, segundo o autor do estudo.

Um importante processo de reformas estruturais tem vindo a ser, entretanto, encetado, designadamente ao nível de privatizações, liberalização progressiva de preços, abertura económica e aduaneira, reforma fiscal, medidas contra a pobreza, melhoria da produtividade agrícola e da competitividade das exportações e dos investimentos em infra-estruturas terrestres, portos, aeroportos e telecomunicações²⁷⁵. A diversificação produtiva já iniciada há alguns anos, baseada num primeiro momento no sector industrial, rapidamente se orientou para o sector dos serviços, nomeadamente para o turismo que, nos últimos anos, tem representado o verdadeiro motor da economia deste país.

A reduzida exposição aos factores determinantes da crise financeira internacional salvaguardou a economia cabo-verdiana de efeitos significativos da mesma ao longo de 2008 (Quadro IX). Apesar do abrandamento verificado em alguns dos fluxos económicos, tais como as receitas do turismo e o IDE, com repercussão na diminuição do ritmo de crescimento real (3,6% em 2009 face a 6,2% no ano anterior), o país cumpriu o programa assinado com o FMI ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI). A economia cabo-verdiana tem vindo a registar uma evolução bastante positiva, já desde 2001 até 2008, com uma taxa média anual de crescimento na ordem dos 6%, o que conduziu a que, em Janeiro de 2008, deixasse de pertencer ao grupo dos países de baixo rendimento (na classificação adoptada pelo BM e outras organizações internacionais) e passasse a ter o estatuto de país de rendimento médio.

²⁷⁵ Intervenção de FERREIRA DE CARVALHO, António (Presidente da Direcção da AERLIS), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 17 de Maio de 2011.

A actividade económica de Cabo Verde, a partir de 2008 (Quadro IX), aponta para a manutenção da tendência de redução do ritmo de crescimento real, embora para um valor relativamente isolado (5,4%). Para este abrandamento terá contribuído a menor dinâmica do turismo, com impacto no comércio, hotéis, restaurantes, transportes e comunicações.

Quadro IX. Cabo Verde: Principais indicadores económicos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010 Est.	2011 Prog.
PIB real (t.v. anual)	6.2	3.6	5.4	5.6
Inflação (t.v. média)	6.8	1.0	2.1	5.2
(t.v. homóloga)	6.7	-0.4	3.4	6.4
Massa monetária (t.v.)	7.9	3.3	4.7	10.9
Balança Corrente (% PIB)	-15.5	-15.2	-11.4	-10.5
Reservas Oficiais (meses imp.)	4.0	4.2	4.2	4.2
Saldo orçamental (% PIB)	-2.5	-6.2	-10.9	-10.3
Dívida pública (% PIB)	74.3	76.7	83.5	--
Externa	43.6	46.2	53.5	--
Interna	30.7	30.5	30.0	--
dq: TCMF ^(a)	9.6	9.0	8.4	--

Fontes: FMI, BCV, Ministério das Finanças e INE de Cabo Verde.

Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 39, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

O ambiente adverso externo determinou a evolução económica cabo-verdiana em 2009 e durante o primeiro semestre de 2010. A crise económica mundial afectou duas das principais fontes de crescimento de Cabo Verde em 2010: o sector do turismo²⁷⁶ e o IDE, provocando algum abrandamento do ritmo de crescimento do produto, com repercussões transversais a todas as esferas económicas. Com a gradual recuperação da economia mundial, conjuntamente com os efeitos das medidas de estímulos orçamentais e fiscais implementadas pelo Governo, as previsões apontam para uma recuperação económica, com o crescimento do PIB a situar-se em 5,4%.

²⁷⁶ Intervenção de GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Cabo Verde», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 17 de Maio de 2011.

Efectivamente, a implementação de um avultado programa de investimento público, dedicado sobretudo a infra-estruturas, como forma de resposta aos efeitos da crise internacional, dinamizou a actividade económica em 2010, assente no sector da construção e na recuperação do turismo e dos transportes, sem pressões inflacionistas significativas, mas conduziu, concomitantemente, ao aumento do défice orçamental (10,9% do PIB em 2010, apontando o Orçamento de Estado para 10,3% em 2011) e do endividamento externo (que ultrapassou 50% do PIB no final de 2010). Em 2011, a melhoria da envolvente externa, o bom comportamento das exportações de serviços e um maior dinamismo no sector do turismo, deverão contribuir para um crescimento económico da ordem dos 5,6%²⁷⁷, uma melhoria da balança de pagamentos e um reforço das reservas externas.

Entrementes, a manutenção de uma gestão macroeconómica prudente permitiu dar uma resposta eficaz, sustendo o regime cambial em vigor e dando cumprimento ao programa acordado com o FMI ao abrigo do PSI iniciado em 2006. Elementos a destacar da estrutura produtiva de Cabo Verde:

- É considerado o país mais europeu de África, com estabilidade política, económica e cambial, fazendo deste Estado um modelo a imitar no que toca à qualidade da sua governação no contexto africano;
- Dispõe de uma rede de ligações multilaterais²⁷⁸ que lhe confere uma experiência significativa na promoção do diálogo e uma capacidade para estabelecer pontes entre os continentes africano, americano e europeu;
- É um Estado defensor do direito internacional, do multilateralismo, do primado das Nações Unidas no sistema internacional, da paz e da segurança, bem como um apoiante da reforma da arquitectura institucional da ONU;
- As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-do-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca;

²⁷⁷ Intervenção de FERREIRA DE CARVALHO, António (Presidente da Direcção da AERLIS), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 17 de Maio de 2011.

²⁷⁸ Cabo Verde participa regularmente nas cimeiras da CPLP, da CEDEAO, da UA e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os PALOP, detendo ainda uma parceria especial com a União Europeia, com a qual tem vindo a aprofundar as suas relações nos últimos anos.

- Os recursos económicos dependem sobretudo da agricultura (que sofre frequentemente os efeitos das secas, representando, em 2009, cerca de 9,2% do PIB), da riqueza marinha, do turismo, da pesca, do artesanato e da construção;
- O sector industrial gerou, em 2009, 20,1% do PIB, encontrando-se em pleno desenvolvimento, com destaque para o fabrico de aguardente, o vestuário e calçado, as tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal, não descurando o artesanato e a construção;
- O peso médio dos serviços ultrapassou, em 2009, os 70,7% do PIB, cujo crescimento começou a assentar fortemente na actividade do turismo (sector económico mais dinâmico), especialmente na ilha do Sal, com receitas que ultrapassaram o peso das remessas dos emigrantes;
- A banana e a indústria das conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados, importando mais de 80% dos alimentos que consome;
- Crescentes preocupações com a proliferação de rotas usadas pelo narcotráfico e narcoterrorismo que tenderão a aproximar-se das costas cabo-verdianas, pelo que seria vantajoso a participação deste país numa estrutura internacional²⁷⁹ de segurança do Oceano Atlântico, procurando, assim, tirar partido da sua localização geográfica como um elemento importante para a estratégia de segurança no mar;
- Primeiro país africano a beneficiar do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG+), através do qual a UE passa a conceder tarifas aduaneiras preferenciais aos países incluídos neste sistema²⁸⁰.

²⁷⁹ Tal como a NATO, considerada um instrumento que garante a segurança do Atlântico Norte e que é necessária para os Estados Unidos mas também para todos os países que são banhados pelo Oceano Atlântico. Todavia, são conhecidas as posições de divergência que Portugal e Brasil assumem perante um eventual papel da NATO na segurança do Atlântico Sul – Lisboa a favor e Brasília contra.

²⁸⁰ *Vide ponto 5.3.*

De assinalar ainda a assinatura de um Acordo de Cooperação Cambial entre as Repúblicas de Portugal e de Cabo Verde, em Março de 1998, que, para além de representar um corolário da exemplaridade das relações luso-cabo-verdianas, em particular no domínio da cooperação económico-financeira, e um instrumento para o aprofundamento dos laços económicos bilaterais, constituiu um precípuo marco no quadro da CPLP, na medida em que os seus resultados poderiam vir a potenciar outros acordos bilaterais ou multilaterais²⁸¹.

Esta modalidade de gestão cambial costuma designar-se por sistema de *currency board* (comissão monetária) cujas vantagens se destacam a estabilidade, a credibilidade e a liberalização da circulação de capitais entre os dois países signatários deste acordo, podendo, assim, contribuir, enquanto instrumento, para um aprofundamento das suas relações e para a criação de um ambiente mais favorável ao crescimento económico e ao desenvolvimento em Cabo Verde. Porém, a sua eficácia estava pendente não só das opções de política económica e de desenvolvimento adoptadas em Cabo Verde, bem como das opções escolhidas em Portugal para o desenvolvimento das suas relações com Cabo Verde e com o resto da CPLP. A substituição do escudo português pelo euro tem como consequência imediata o alargamento do espaço de estabilidade cambial para Cabo Verde, o que contribui para impulsionar o desenvolvimento das relações económicas e comerciais com a União²⁸².

Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país fortemente marcado por uma guerra de libertação que foi muito fratricida. Mais de dois terços deste país foram palco de guerra colonial, existindo uma grande faixa da população vítima directa da violência da guerra, uma geração emergente resultante desse processo e uma classe política forjada no calor dessa situação²⁸³. A evolução da conjuntura sócio-política na Guiné-Bissau permitiu que se assistisse, em 2008, à recuperação da actividade económica e a uma maior estabilidade

²⁸¹ ESTÊVÃO, João (1998), «Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde», *Brief Papers* n.º 4/98, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA), Lisboa: ISEG – UTL.

²⁸² ESTÊVÃO, João (2002), «Cabo Verde, o Acordo de Cooperação Cambial e o Euro», *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, N.º 17, Lisboa: IEEI, pp. 83-89.

²⁸³ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)

orçamental, continuando a tendência já observada ao longo do ano anterior (Quadro XIV). Na sequência do progresso efectuado nos últimos anos, o FMI aprovou, em Janeiro de 2008, a concessão de fundos ao abrigo da *Assistência de Emergência Pós-Conflito* (EPCA, na terminologia inglesa), reconhecendo o elevado grau de dificuldade do país em gizar qualquer outro tipo de acordo nesta fase.

Dadas as condicionantes que têm marcado a evolução da estrutura produtiva guineense, o ritmo de crescimento da actividade económica tem-se revelado bastante moderado, tendo em conta a média do continente africano. Em 2008, verificou-se, contudo, uma melhoria no crescimento real do produto, que atingiu 3,2% o que se deveu, essencialmente, ao aumento da produção agrícola decorrente da normalização das condições de pluviosidade (Quadro X). Em termos sectoriais, o crescimento económico registado resultou, sobretudo, da actividade dos sectores primário (incluindo agropecuária, silvicultura e pescas) e terciário.

A integração na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a limitada pressão da procura interna tinham mantido nos últimos anos as taxas de inflação contidas na Guiné-Bissau. Todavia, a pressão exercida pelos preços dos bens alimentares em 2008 acabou por determinar um aumento do ritmo de crescimento dos preços, atingindo 10,4% em termos médios.

Quadro X. Guiné-Bissau: Principais indicadores económicos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Proj.
PIB real (t.v. anual)	3.2	3.0	3.5	4.3
Inflação (t.v.a. média)	10.4	-2.8	2.3	4.0
Massa monetária (t.v.a.)	45.0	3.0	12.1	8.4
Balança corrente (% PIB)	-4.8	-6.5	-6.8	-7.4
Saldo orçamental (% PIB)	-0.8	2.9	-0.2	-2.1
Dívida externa (% PIB)	132.1	128.0	20.1	--

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 59, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

Após um extenso período de instabilidade política, de novo agravada, no início de 2009, a situação sócio-política na Guiné-Bissau tem vindo a normalizar-se para o que contribuíram o reforço da presença da ONU no território e a eleição do novo Presidente em finais de Julho de 2009.

Efectivamente, em 2009, os desenvolvimentos da economia mundial fizeram-se sentir de forma negativa na Guiné-Bissau, nomeadamente através da redução significativa dos preços internacionais da castanha de caju, o que implicou um menor crescimento económico e pressões nas finanças públicas e nas contas externas.

Adicionalmente, os acontecimentos trágicos de Março de 2009, que culminaram com o assassinato, no dia 2 de Março, do Presidente João Bernardo Vieira, mais conhecido por Nino Vieira, perturbaram também a situação política guineense. As condições de segurança parecem ter, posteriormente, melhorado, sendo reforçadas também pela presença, prolongada por mais 6 meses, da ONU no território. No final do primeiro semestre de 2009 iniciou-se o processo de eleição presidencial, o qual terminou com a eleição do novo Presidente (Malam Bacai Sanhá) em finais de Julho. A própria CPLP estabeleceu ainda um programa de auxílio a este país que se traduziu no apoio: à consolidação da democracia e à reorganização das forças armadas; ao combate ao narcotráfico e ao relançamento da economia.

Apesar de um enquadramento externo e de uma situação política difíceis, a Guiné-Bissau registou, ao longo dos últimos dois anos, um progresso significativo na estabilização das condições económicas, tendo para tal beneficiado da concessão de fundos ao abrigo da EPCA do FMI. O desempenho favorável no âmbito deste programa de ajustamento estrutural, que contemplou reformas destinadas à recuperação da estabilidade orçamental, ao reforço institucional nas áreas da administração tributária e da gestão da despesa pública e à regularização das relações com os doadores, conduziu o FMI a aprovar um programa de maior fôlego ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF) em Maio de 2010, delineado para três anos, com os objectivos primários de reforço das finanças públicas, de modernização da administração pública e de aumento da qualidade dos seus serviços, garantindo no final desse ano, uma redução significativa do seu *stock* de dívida externa, estimando-se que tenha passado de 128,0% do PIB em 2009 para 20,1%.

A evolução macroeconómica da Guiné-Bissau continua afectada pela elevada dependência do sector primário, em particular no que se refere à produção da castanha de caju, responsável por mais de 80% das exportações. Esta situação torna a economia bastante vulnerável a choques externos que afectem o mercado internacional daquele produto, com efeitos sobre os termos de troca do país. Em 2010, a subida do preço da castanha de caju induziu alguma aceleração do nível de crescimento económico (de 3,0% para 3,5%), ainda que a produção tenha sido afectada por uma colheita aquém da esperada.

É possível ainda salientar os seguintes aspectos característicos da economia guineense:

- Depende fortemente da pesca e da agricultura de subsistência (principais recursos económicos), em particular do arroz (o cereal mais produzido que constitui a base da alimentação), da mandioca e do milho. A situação manteve-se sem qualquer sinal de transformação produtiva com o predomínio do sector agrícola, cujo peso, em 2007, se situa aproximadamente em 64% do PIB, seguido do sector dos serviços que representa cerca de 24% e o sector industrial cerca de 12%;
- Encontra-se em sexto lugar na produção mundial de castanhas de caju (produto de exportação preponderante), representando mais de metade das receitas de exportação; outras produções relevantes: madeiras tropicais, mandioca, fruta tropical e bauxite;
- Exporta peixe e mariscos, juntamente com amendoim, semente de palma e produtos das actividades extractivas florestais;
- As licenças para a pesca são uma fonte de receitas do governo, tendo a actividade pesqueira registado um rápido crescimento;
- A manufactura está limitada à transformação de matérias-primas e à produção de bens de consumo básico;
- O turismo é também uma aposta crescente do país, podendo vir a representar uma enorme fonte de receitas no futuro;

- É considerada uma plataforma do tráfico de droga para a Europa e, devido à sua vulnerabilidade, um narco-Estado, procurando, no entanto, empenhar-se no combate a este narcotráfico e ao crime organizado, particularmente através de um acordo de cooperação com os EUA nesta área e também via formação de jovens magistrados com a Polícia Judiciária portuguesa;
- É notória a falta de recursos, nomeadamente ao nível do funcionamento do Estado²⁸⁴, sendo necessário reforçar a sua capacidade.

Na visita que o Primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, fez aos EUA, em 2011, no contexto da missão da ONU, foi conseguido um apoio de 16,8 milhões de dólares e um perdão da dívida externa na ordem dos 90%²⁸⁵ (mais de 800 milhões de dólares), demonstrando o empenho e o esforço do Governo na consolidação da paz. Destaque ainda para a doação efectuada por Angola no valor de 127 milhões de dólares com vista ao financiamento de projectos no quadro da defesa e segurança, como seja a reestruturação das forças armadas. Para além destes apoios, foram também colocados à disposição meios financeiros para a cooperação empresarial entre empresários de Angola e da Guiné-Bissau²⁸⁶.

A China, enquanto país parceiro muito importante, marca uma presença cada vez mais evidente no terreno guineense, sobretudo no sector da construção e na exploração das águas da ZEE, tendo sido assinado um memorando de entendimento com uma das maiores empresas hidroeléctricas chinesas (*China Hidro*) para levar a cabo um projecto regional de grande envergadura que resolverá o problema energético e poderá tornar a Guiné-Bissau num pólo de investimentos.

²⁸⁴ MENDES DE CARVALHO, Apolinário (Embaixador guineense - Representante Permanente da Guiné-Bissau junto da CPLP), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – Guiné-Bissau”, IEP – UCP, Lisboa, 16 de Março de 2009.

²⁸⁵ Já considerado o perdão de dívida mais alto de sempre da história da Guiné-Bissau.

²⁸⁶ Notícia “Angola dá apoio de irmãos”, jornal *Sol*, Lisboa, 1 de Abril de 2011.

Moçambique

Este país manteve ritmos de crescimento do produto acima dos 6% durante os últimos 10 anos, alicerçados num conjunto de políticas adequadas e de cariz contra-cíclico. Ao longo de 2008, o impacto da crise económica e financeira em Moçambique foi pouco perceptível, tendo-se feito sentir, apesar de tudo, alguns efeitos sobre o sector real, nomeadamente a redução dos preços de alguns produtos de exportação. Apesar do abrandamento registado, a actividade económica apresentou um crescimento real elevado (Quadro XI).

O envolvimento com o FMI tem constituído um vector importante do processo de estabilização e desenvolvimento económico, através do apoio a vários programas das autoridades moçambicanas. Não obstante as derrogações pontuais, Moçambique cumpriu, na sua totalidade, o programa assinado em 2007, com a duração de três anos, ao abrigo do PSI, tendo sido complementado com o acesso à *Exogenous Shocks Facility* (ESF), entre Julho de 2009 e Junho de 2010, para sustentação das reservas externas.

O investimento tem vindo a desempenhar um papel dinamizador importante na economia moçambicana, tendo sido o principal responsável pelo crescimento económico em 2008, apesar dos efeitos da evolução em alta dos preços internacionais do petróleo e dos produtos alimentares, registada até meio do ano, e do agravar da crise económica global no último trimestre. No entanto, independentemente do bom desempenho em 2008, a contracção do turismo, as quebras das exportações e da entrada de capitais do exterior explicam o abrandamento em 2009, conduzindo a uma deterioração das contas externas.

As estimativas apontam para um aumento do produto real de 6,6% em 2010, essencialmente com base na dinâmica exportadora de vários megaprojectos (alumínio, energia eléctrica, gás natural, titânio e carvão) que tem sido determinante nos últimos anos, permitindo a aceleração do crescimento e o reforço das reservas externas em 2010.

Quadro XI. Moçambique: Principais indicadores económicos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
PIB real (l.v. anual)	6.8	6.3	6.6	7.2
Inflação (l.v. média)	10.3	3.3	12.7	9.5
Massa monetária (l.v.)	20.3	32.6	22.8	20.0
Balança Corrente (% PIB)	-11.9	-12.4	-10.1	-11.9
Saldo orçamental (% PIB)	-2.3	-5.4	-3.7	-6.4
Dívida externa (% PIB)	36.5	40.2	32.5	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 79, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

O acentuado crescimento das exportações destes produtos e a ligeira redução das importações conduziram a uma melhoria do défice corrente e a manutenção do volume de entradas de capitais do exterior possibilitaram o reforço das reservas externas. As contas públicas reflectiram também uma evolução positiva em 2010, através da redução do défice orçamental para 3,7% do PIB resultante de uma maior arrecadação de receitas, particularmente tributárias, associada a um aumento da eficiência da máquina fiscal. Contudo, a evolução desfavorável dos preços internacionais das matérias-primas e a depreciação do metical pressionaram a inflação, impondo uma política monetária mais restritiva, com resultados visíveis já em 2011, registando-se uma diminuição no ritmo de expansão da massa monetária e do crédito à economia.

Embora os motins datados de Setembro de 2010 tenham vindo recordar como a pobreza é ainda um problema muito sério, Moçambique oferece inúmeras oportunidades de negócio, designadamente no campo das *commodities* – produção de alumínio, tântalo e zircão; carvão, gás natural ou petróleo. No entanto, as hipóteses de investimento não se resumem às *commodities*, pois existem outras áreas – agricultura, turismo, obras públicas, telecomunicações e bens e serviços – onde as oportunidades moçambicanas para o IDE são inúmeras. Em Maio de 2011, a consultora *Ernst & Young* publicou um relatório que incluía Moçambique (e Angola) no grupo de 17 países africanos que irão oferecer, nos próximos cinco anos, oportunidades atractivas para o IDE.

Daí o interesse dos «BRICS»²⁸⁷, detentores de liquidez financeira, que actualmente não abunda no sistema internacional, em procurar avidamente ocasiões para investir, pelo que seria também conveniente que Portugal apostasse na realização regular de cimeiras bilaterais de modo a não “*desperdiçar a janela de oportunidade para consolidar mais ainda as relações bilaterais*”²⁸⁸.

Para 2011, um novo aumento da actividade dos megaprojectos (principalmente ao nível da exploração de carvão) e a manutenção do investimento público deverão induzir uma aceleração no ritmo de crescimento do produto interno, para 7,2% em 2011. No entanto, a pressão sobre a despesa pública deverá originar um agravamento do défice orçamental, para 6,4% do PIB.

Da análise da estrutura produtiva moçambicana é possível elencar alguns elementos:

- A economia é ainda precária e depende de doadores estrangeiros, apesar de evidenciar um crescimento sustentado;
- Recursos naturais e produções: produtos agrícolas e alimentares, minerais e metais, máquinas, material de transporte e outros produtos manufacturados;
- O solo é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxite, mas é pouco explorado;

²⁸⁷ O termo criado – *BRIC* – em 2003 pela *Goldman Sachs*, para designar as economias emergentes em rápido crescimento do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, passou, desde Abril de 2011, para *BRICS*, representando o novo “S” o nome em inglês da África do Sul – a primeira nação africana a integrar a mais importante associação mundial de economias emergentes em que apesar de ter uma economia significativamente mais pequena do que a do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, representa a maior economia africana e uma voz cada vez mais audível nos organismos internacionais, como o Conselho de Segurança, o G20 e o Fórum Económico Mundial. Das quatro potências iniciais, a Rússia é o país que menos atenção presta ao continente africano, pelo que os restantes três estão relacionados com a Lusofonia: o Brasil devido à sua condição de país lusófono; a Índia porque Goa constitui a capital do Império Português do Oriente; e a China, devido à longa permanência portuguesa em Macau, território que nunca foi considerado colónia (Cf. PINTO, 2008). No geral, estas cinco economias representam 43% da população mundial, somam já 18% do PIB global e 61% do crescimento mundial será puxado por estes países em 2014, de acordo com os dados dos FMI, sendo impulsionadas pelo acelerado crescimento da China e da Índia. Na primeira cimeira de grupo, datada de 14 e 15 de Abril de 2011 e realizada em Hainan, uma ilha tropical da região sul da China, os *BRICS* insistiram que a promissora «*reforma e melhoria*» do FMI e do BM deve espelhar as mudanças na economia mundial e aumentar, para além da voz, a representação destas economias emergentes e dos países em desenvolvimento. África do Sul aproveitou ainda a sua primeira participação nesta cimeira para defender mais valor acrescentado nos minérios explorados no seu continente.

²⁸⁸ Notícia “Moçambique entrou no radar dos BRICS?”, jornal *iOnline*, Oeiras, 21 de Junho de 2011.

- Possui reservas de gás natural, mármore e madeiras;
- A maioria da população vive da agricultura de subsistência, mas exporta cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá, tabaco, alumínio, caju, camarão, madeiras exóticas, citrinos e energia eléctrica; os bens capitais constituem cerca de 30% das importações;
- Observou-se um decréscimo do sector primário, passando, entre 1990 e 2009, de 37,1% para 31,5% do PIB, enquanto os serviços aumentaram de 44,5% para 44,9% do PIB; o sector da indústria representa, em 2009, 23,6% do PIB;
- O sector mineiro é um dos que, neste momento, contribui de forma satisfatória, não só para o Orçamento Geral do Estado mas também para a promoção do emprego dos moçambicanos;
- O turismo é de excelência, começando a assumir-se como um sector privilegiado no mercado global.

Portugal

O ano 2011 é marcado pelo início do inadiável processo de ajustamento da economia portuguesa enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira que se afigura fundamental para assegurar um crescimento económico sustentável no médio e longo prazos e retorno ao financiamento junto dos mercados financeiros internacionais. Este Programa inclui, entre outras medidas – reforço das instituições favoráveis à inovação, à concorrência e à reafecção de recursos na economia – um conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia portuguesa, num quadro de redução do nível de endividamento do sector privado e de desalavancagem gradual e ordenada do sector bancário.

As projecções para a economia portuguesa para o período 2011-2012²⁸⁹ apontam para a contracção da actividade económica de 1,9% em 2011, seguida de outra em 2012 de

²⁸⁹ BANCO DE PORTUGAL (2011a), “Boletim Económico | Outono 2011”, Volume 17, Número 3, Acedido em 11 de Outubro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

magnitude superior (2,2%) à que é antecipada para 2011 (Quadro XII), num contexto em que a prossecução do ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, designadamente orçamental, permanecerá como uma forte condicionante da evolução da procura interna.

A crise, o desemprego, a fuga aos impostos, o agravamento da carga fiscal são alguns dos factores que contribuem para o aumento da economia paralela ou informal, estimando-se que, em 2011, para o caso de Portugal, atinja 20% do valor do PIB, o que poderá distorcer alguns dos principais indicadores do país.

Quadro XII. Portugal: Projecções do Banco de Portugal | 2011-2012.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2011-2012 TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, EM PORCENTAGEM							
	Pesos 2010	BE Outono 2011			BE Verão 2011		
		2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)	2010	2011 ^(p)	2012 ^(p)
Produto Interno Bruto	100.0	1.4	-1.9	-2.2	1.3	-2.0	-1.8
Consumo privado	66.7	2.3	-3.8	-3.6	2.3	-3.8	-2.9
Consumo público	21.4	1.3	-3.3	-4.1	1.2	-6.3	-4.4
Formação bruta de capital fixo	19.0	-4.9	-11.4	-10.8	-4.9	-10.8	-10.0
Procura interna	107.2	0.7	-5.2	-4.8	0.6	-5.6	-4.4
Exportações	30.9	8.8	6.7	4.8	8.8	7.7	6.6
Importações	38.1	5.1	-4.1	-2.8	5.1	-4.0	-1.2
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)							
Exportações líquidas		0.6	3.8	2.7	0.6	4.0	2.8
Procura interna		0.8	-5.6	-5.0	0.7	-6.0	-4.6
da qual: Variação de existências		-0.1	-0.2	0.2	-0.1	0.0	0.0
Balança corrente e de capital (% PIB)		-8.9	-6.9	-3.1	-8.8	-6.4	-4.4
Balança de bens e serviços (% PIB)		-6.6	-4.2	-1.0	-6.5	-3.8	-0.6
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		1.4	3.5	2.4	1.4	3.4	2.2

Fonte: Banco de Portugal.

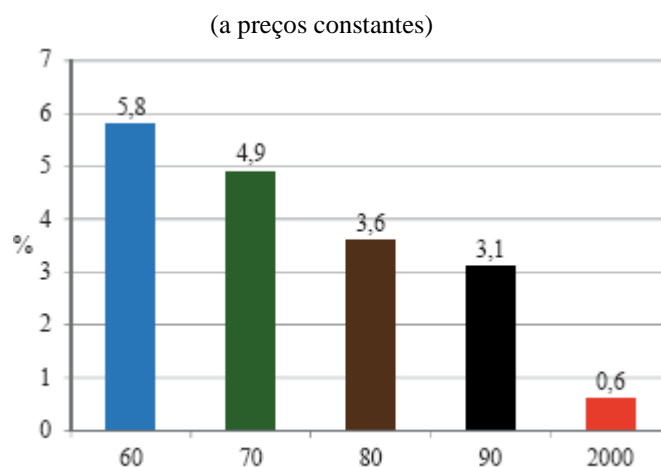
Notas: (p) – projetado. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

Fonte: Banco de Portugal (2011a), «Boletim Económico | Outono 2011», Volume 17, Número 3 (p. 93), disponível em: <http://www.bportugal.pt/>

Constata-se que a taxa média de crescimento da economia portuguesa tem vindo a diminuir (Gráfico VII), década após década: nos anos 60, a taxa foi de 5,8%; na década de 70, foi de 4,9%, na de 80, de 3,6%; nos anos 90, de 3,1% e neste milénio, de 0,6%. O endividamento externo, que no ano de entrada no Euro (1999) representava 31,5% do PIB, passou para 70,4% em 2005 e 108,3% em 2010 (Gráfico VIII), tem vindo a conduzir o país

a uma situação de «empobrecimento progressivo»²⁹⁰, para a qual, desde muito cedo, alertou o Prof. Ernâni Lopes, e que está também patente no Gráfico IX.

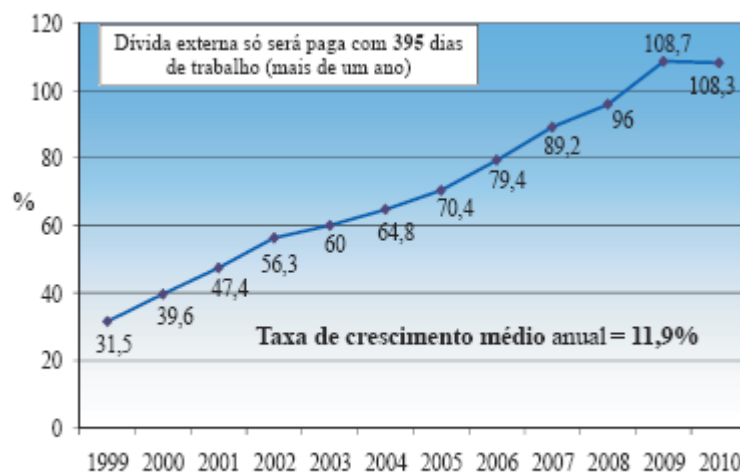
Gráfico VII. Portugal: Taxa média anual de crescimento do PIB



Fonte: Anexo Estatístico da Economia Europeia, Outono 2010, Comissão Europeia

Fonte: VASCONCELLOS E SÁ, Jorge (Org.) (2011), *Portugal e o Futuro: Falam duas gerações de economistas*, Porto: Grupo Editorial Vida Económica, p. 12.

Gráfico VIII. Portugal: Dívida externa em % PIB (acumulada)

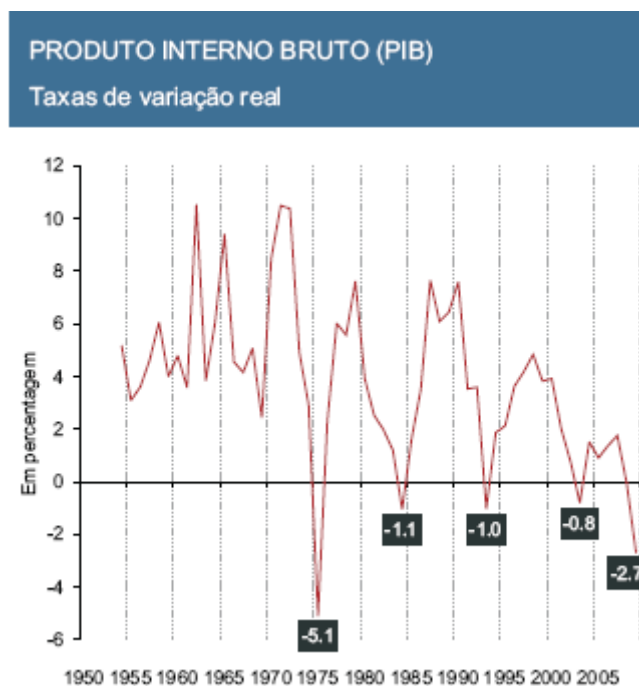


Fonte: Banco de Portugal, 2011

Fonte: VASCONCELLOS E SÁ, Jorge (Org.) (2011), *Portugal e o Futuro: Falam duas gerações de economistas*, Porto: Grupo Editorial Vida Económica, p. 12.

²⁹⁰ VASCONCELLOS E SÁ, Jorge (Org.) (2011), *Portugal e o Futuro: Falam duas gerações de economistas*, Porto: Grupo Editorial Vida Económica.

Gráfico IX. Portugal: PIB – Taxas de variação real.



Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2010b), “Textos de Política e Situação Económica A Economia Portuguesa em 2009”, p. 55, Acedido em 17 de Março de 2010, in <http://www.bportugal.pt>

A evolução em 2009 traduziu-se na maior diminuição da actividade económica registada por Portugal nas últimas décadas. De acordo com as *Séries Longas para a Economia Portuguesa*, apenas em 1975 se verificou uma evolução mais negativa do PIB.

Em 2009, a evolução económica reflecte, no essencial, a ocorrência à escala global de um choque sem precedentes, caracterizado por uma correcção abrupta de expectativas e um aumento muito acentuado da incerteza, num contexto de algumas vulnerabilidades estruturais da economia portuguesa, traduzidas na manutenção de um baixo crescimento do produto potencial.

Os efeitos deste choque global em 2009 terão sido diferenciados entre países. Alguns revelaram uma maior sensibilidade à crise financeira internacional iniciada em 2007 e agravada de uma forma brusca após a falência do banco de investimento *Lehman Brothers* em Setembro de 2008, enquanto noutros se verificou uma significativa correcção do mercado de habitação face aos elevados crescimentos observados no passado.

Para além destes factores, as diferenças entre os efeitos imediatos deste choque deverão estar relacionados com características estruturais de cada economia: o peso dos sectores público e agrícola ou o grau de especialização na produção de bens cuja procura revela tradicionalmente flutuações cíclicas mais acentuadas, designadamente bens de equipamento e de consumo duradouro.

Entre as características dominantes da economia portuguesa, assumem particular relevo as seguintes:

- Dos principais recursos económicos destacam-se a agricultura, a pecuária, o sector industrial e o turismo;
- A nível agrícola, a principal cultura é a uva, estando este país entre os dez primeiros produtores mundiais de vinhos de qualidade; batata, beterraba açucareira, arroz, legumes, hortaliças e frutas são importantes produtos;
- A abundância de sobreiros, especialmente a sul do rio Tejo, faz deste país o maior produtor mundial de cortiça - cerca de metade da produção da cortiça mundial;
- Na pecuária, destaca-se a produção de ovinos e, na pesca, a da sardinha. Embora o solo seja rico em muitos minerais, como pirite, tungsténio, estanho, ferro, carvão, urânio, volfrâmio, manganês, mármore, sal, ouro, prata e cobre, a sua exploração comercial ainda é reduzida, por se encontrarem dispersos geograficamente;
- Com um passado predominantemente agrícola, actualmente, a estrutura da economia baseou-se nos serviços (destaque para o turismo) e na indústria (as principais actividades concentram-se nos sectores têxtil, siderúrgico, metalúrgico, automobilístico e químico; nas indústrias alimentares – conservas de peixe, vinho, cerveja e azeite, e nas indústrias de calçado e cerâmica que também assumem expressiva proeminência);
- Nos últimos anos, o investimento português em Angola representa a fatia mais alargada do seu investimento externo, revelando que, o mercado angolano, é uma opção preferencial no plano do investimento português no estrangeiro.

São Tomé e Príncipe

Ao longo dos últimos anos, as autoridades têm estado, em geral, empenhadas na prossecução de uma estratégia tendente à abertura, modernização e desenvolvimento da respectiva economia, incluindo diversas alterações estruturais relevantes, desde a reforma tributária à modernização do sistema financeiro ou à mudança de regime cambial.

A evolução recente da economia permaneceu largamente condicionada pelos efeitos da segunda vaga decorrentes da crise internacional, cujo impacto adverso se fez sentir sobretudo a partir de 2009 (Quadro XIII). Porém, ao mesmo tempo, prosseguiram os esforços, em curso a diversos níveis, no sentido do ajustamento macroeconómico e das reformas estruturais – esforços esses que tinham já permitido a conclusão bem sucedida, em 2008 (e pela primeira vez), de um programa trienal apoiado pelo FMI, assim como a celebração quase imediata de um novo programa, cuja primeira avaliação intercalar foi concluída satisfatoriamente em Fevereiro de 2010.

O bom desempenho registado desde o início da década terá assentado largamente no dinamismo de sectores como a construção, o comércio e os serviços (com destaque para o turismo) em contraste com o declínio continuado de outros, mais tradicionais, como a produção de cacau. Este país ocupa uma posição geográfica privilegiada, estando na segunda rota do petróleo depois da do Oriente e estabelecendo relações com Angola, Nigéria, Gabão e Guiné Equatorial.

Na óptica da despesa, o principal factor impulsionador terá sido o IDE. Os efeitos da crise financeira internacional foram pouco visíveis, conquanto a taxa de crescimento real da economia tenha registado, em 2008, uma ligeira moderação face à do ano anterior.

O acordo assinado com o FMI, em Março de 2009, ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF), após conclusão satisfatória do anterior em Julho de 2008, visou a continuação da consolidação orçamental, a prossecução de uma política monetária orientada para a redução da taxa de inflação e a implementação de reformas estruturais no sentido da melhoria do clima de investimento.

A fim de permitir uma âncora nominal propícia à maior estabilidade macroeconómica, em finais de Julho de 2009, as autoridades assinaram um *Acordo de Cooperação Económica* (ACE) com Portugal, com o desiderato de sustentar a opção de São Tomé e Príncipe por um regime cambial assente no euro como âncora fixa, merecendo destaque a plena entrada em vigor, no início de 2010, do novo regime cambial, assente no estabelecimento de uma taxa fixa entre a dobra e o euro. Entendem as autoridades que este novo regime se adequa melhor às características estruturais da respectiva economia (pequena, aberta, com as transacções externas bastante concentradas na zona euro, entre outros aspectos) e esperam que a introdução do mesmo contribua para a promoção da estabilidade nominal e o fomento das transacções com a zona euro (desde logo, a atracção de investimento).

Quadro XIII. São Tomé e Príncipe: Principais indicadores económicos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008 Est.	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.
PIB real (t.v. anual)	5.8	4.0	4.5	4.5
Inflação (t.v.a. homóloga)	24.8	16.1	12.9	6.0
Passivos monetários ^(a) (t.v.anual)	30.0	8.8	13.1	
Bal. corrente e de capital (% PIB)	-9.4	3.9	-30.9	-37.1
Saldo orçamental global (% PIB)	14.8	-17.9	-10.7	-28.5
Saldo primário interno (% PIB)	-6.2	-8.0	-4.2	-3.9
Dívida externa (% PIB)	60.3	70.3	79.2	

Fontes: BCSTP, Min. das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

Notas: (a) Agregado de liquidez mais abrangente que a massa monetária.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 99, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

A evolução da conjuntura macroeconómica em 2010 e nos primeiros meses de 2011 evidenciou alguns elementos positivos (ligeira aceleração do crescimento económico de 2010 face ao abrandamento registado em 2009 devido ao impacto da crise internacional; recuperação das importações embora daí tivesse originado um agravamento dos desequilíbrios externos). O défice primário interno regista o valor mais baixo da última década, em percentagem do PIB, em virtude de um forte esforço de contenção da despesa corrente.

A economia manteve um ritmo de crescimento robusto em 2010, mas o impacto favorável da estabilidade cambial não foi suficiente para evitar que a inflação se intensificasse, reflectindo sobretudo a subida dos preços internacionais das matérias-primas. Apesar dos avanços na consolidação orçamental, o atraso da ajuda externa foi determinante para uma deterioração da balança de pagamentos que se repercutiu sobre o nível das reservas cambiais. Porém, este desempenho foi acompanhado por um significativo atraso da ajuda externa partir de meados de 2010.

Depois de ter, em larga medida, escapado ao impacto inicial da crise internacional, a economia de São Tomé e Príncipe ressentiu-se fortemente dos efeitos de segunda vaga por ela induzidos, os quais se manifestaram, principalmente, na queda acentuada do IDE e no atraso da ajuda externa, determinando, assim, um abrandamento da actividade económica em 2009, bem como, em particular, a redução das importações e, por conseguinte, uma quebra considerável na arrecadação de receitas aduaneiras.

A economia deste país muito jovem é de pequena dimensão e apresenta deficiências estruturais de diversa ordem, que a tornam muito dependente de ajuda externa. A natureza da estrutura produtiva e um sector exportador muito reduzido estão na origem dos elevados desequilíbrios externos, evidenciando-se os seguintes factores:

- A principal actividade económica é a agricultura, produzindo cacau, café, copra, óleo de palma e coco; a produção de cacau, em tempos dominante, tem vindo a registar um declínio ao longo das últimas três décadas; a pesca²⁹¹ assenta sobretudo nas componentes de transformação e conservação;
- A descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas pode constituir uma importante fonte de receitas e de energia no futuro, dispondo de duas zonas petrolíferas: a zona de desenvolvimento conjunto com a Nigéria e uma ZEE; a conjuntura económica deste país está, desta forma, condicionada também pelas perspectivas da actividade petrolífera, ainda que pautadas por alguma incerteza, quanto ao início da sua exploração;

²⁹¹ MELO DOS SANTOS, Alda (Embaixadora), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – São Tomé e Príncipe”, IEP – UCP, Lisboa, 18 de Maio de 2009.

- Ainda no sector do petróleo, este país assinou um memorando de entendimento com Timor-Leste neste sector e no do gás, prevendo a formação de pessoal técnico são-tomense e a partilha de informação sobre métodos de gestão;
- O peso dos serviços aumentou significativamente (representa 62,7% do PIB em 2005), apostando no turismo, através da preservação das suas paisagens luxuriantes, das suas condições climáticas, da sua arquitectura singular e, principalmente, da sua serenidade; este sector, embora em expansão, constitui ainda uma fonte de receitas limitada devido à sua forte dependência de bens e serviços importados.
- É um dos países afectados pela pirataria marítima, a qual será objecto de uma «missão de avaliação», por parte das Nações Unidas, a partir de Novembro de 2011, em vários países do golfo da Guiné, incluindo Nigéria, Gabão e Angola.

Timor-Leste

Este país ganhou a sua independência em 2002, após 24 anos de um período de conflito, sujeito ao domínio indonésio. Após o período conturbado de 2006/2007, que deu origem a uma queda acentuada na produção, a actividade económica interna nos dois anos seguintes recuperou algum dinamismo. A arrecadação de receitas volumosas, provenientes da exploração *off-shore* de petróleo e gás continua a ser um dos elementos mais marcantes da conjuntura macroeconómica timorense, paralelamente à crescente consolidação da estabilidade sócio-política. O ano de 2009 caracterizou-se por alguma estabilidade e algum progresso em Timor-Leste, registando-se um crescimento (12,7%) substancial da economia (sectores não-petrolíferos) (Quadro XIV).

O crescimento da procura interna tem vindo, desde 2008, a beneficiar de uma política orçamental de cariz claramente mais expansionista em resultado também de um melhor funcionamento da administração pública, que permitiu uma execução orçamental mais eficaz face à prática dos anos anteriores. O sector privado ainda apresenta debilidades e o crescimento acentuado do valor das exportações deveu-se sobretudo ao forte aumento do preço internacional do café e não a um efectivo acréscimo do volume de produção. A partir de 2009, verificou-se um abrandamento do crescimento económico em que, mesmo assim,

o PIB não-petrolífero atingiu uma variação em termos reais de 9,5%, tendo sido projectada para 2011 uma descida deste ritmo de crescimento (7,3%).

Em 2010, a economia timorense continuou a crescer de forma acelerada, impulsionada pelas receitas petrolíferas, o que permitiu consolidar a sua confortável posição orçamental e externa, sem qualquer dívida e com o saldo do Fundo Petrolífero em patamares elevados. Todavia, a inflação tendeu a aumentar, estimulada pela subida dos preços internacionais dos bens alimentares e pela depreciação do dólar, voltando a abrandar em 2011.

Quadro XIV. Timor-Leste: Principais indicadores económicos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	12.2	12.7	9.5	7.3
Inflação (t.v.a. média)	9.0	0.7	6.8	6.0
Massa monetária (t.v.a.)	33.1	40.3	9.9	
Balança corrente (% PIB não-petrol.)	397.3	212.0	234.3	169.2
Saldo orçamental (% PIB n.p.) ^(a)	374.2	214.2	224.6	180.8
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.)	469.7	297.1	320.0	277.3
Fundo Petrolífero (% PIB n.p.)	821.8	867.2	952.2	1002.9
Dívida pública (% PIB n.p.)	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Notas: (a) Saldo orçamental em base de caixa.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 119, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

O forte aumento das despesas do Estado não colocou em causa a solidez das contas públicas, uma vez que o crescimento das receitas da exploração dos recursos energéticos foi ainda mais substancial. Dada a incapacidade do aparelho produtivo de Timor responder aos estímulos da procura, uma das consequências da política de expansão adoptada foi um notável incremento das importações, o que, no entanto, não impossibilitou o registo de um elevado excedente da balança corrente, graças às receitas petrolíferas.

À semelhança do que sucedeu com os restantes sectores da economia, o sector bancário apresentou ainda um contributo reduzido para o desenvolvimento económico. A construção e o comércio são alguns dos sectores que mais directamente beneficiaram. A agricultura registou, igualmente, um crescimento apreciável, devido a vários factores: regresso da população deslocada às suas regiões de origem e aos seus trabalhos agrícolas, melhoria das condições climáticas e melhores preços para as colheitas de café.

O principal efeito da crise económica internacional sobre Timor-Leste decorreu da diminuição do preço do petróleo, que se verificou a partir de meados de 2008, uma vez que os principais canais de transmissão internacional da crise – redução do comércio internacional, exposição do sistema bancário e dificuldades no acesso ao financiamento – não terão tido significado particularmente relevante. Em 2010, a pobreza atinge 41% da população timorense, estando principalmente concentrada nas áreas rurais. Timor-Leste é considerado um estado frágil mas o seu Governo tem envidado esforços significativos para assegurar a estabilidade e o estabelecimento de instituições necessárias à consolidação das estruturas e ao desenvolvimento deste jovem país.

A adesão à ASEAN é um objectivo estratégico da diplomacia timorense, todavia, cimeira após cimeira, teve de se contentar com o estatuto não oficial de convidado, pelo que, apesar de alguns progressos pontuais, este objectivo continua por assegurar. De tal modo que a ASEAN se tornou a «*pedra no sapato*» da diplomacia timorense²⁹². Timor-Leste, que apostava na sua adesão até 2012, viu esta ser adiada para 2015, em resultado de objecções de Singapura e da 18.^a Cimeira da ASEAN, realizada em Maio de 2011, que se absteve de tomar uma decisão quanto ao pedido de adesão timorense. As linhas de argumentação a favor da sua candidatura são duas: em primeiro lugar, a sua adesão durante a presidência indonésia da ASEAN teria uma forte componente simbólica, para além desta representar uma janela de oportunidade única; em segundo lugar, a importância da sua inclusão regional de modo a assegurar o seu crescimento económico e a sua segurança.

²⁹² Cf. Notícia “ASEAN: a pedra no sapato timorense” por Paulo Gorjão (Director do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança – IPRIS, jornal *iOnline*, Oeiras, 10 de Maio de 2011. (Texto policopiado)

Alguns dos traços da economia timorense são os seguintes:

- Uma das economias menos desenvolvidas da região asiática, sendo, essencialmente, de agricultura de subsistência, com mais de dois terços da população a viver em zonas rurais e, pelo menos, um terço ocupado nesse tipo de agricultura;
- A sua economia assenta na produção de cacau, café, cravo, copra e coco;
- Principais exportações: café, copra, óleo e gás; principais importações: combustíveis e óleos minerais; veículos e acessórios; máquinas e peças; equipamento eléctrico; borracha; cereais; tabaco; bebidas, incluindo as espirituosas; artigos ópticos e fotográficos; produtos farmacêuticos; cimento; artigos de aço e ferro;
- Nos últimos anos, foram encontradas importantes reservas de petróleo e gás natural, sendo a exploração de petróleo administrada pelo *Timor Sea Treaty*, em que de acordo com este Tratado, assinado com a Austrália em Maio de 2002, o mar de Timor encontra-se dividido em três áreas: a *Joint Petroleum Development Area*; uma área sob jurisdição australiana e uma área sob jurisdição timorense.
- Em Agosto de 2008, Timor-Leste criou uma *Autoridade Nacional do Petróleo* (ANP) para gerir e regulamentar todas as actividades nesse domínio, sendo desejável que a actividade extractiva no mar de Timor, bem como o tratamento do petróleo ou do gás natural nele existente, resultasse numa distribuição equitativa dos benefícios do mar de Timor entre as autoridades de Camberra e as de Díli²⁹³.
- Em 2010, a *Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas* (*Extractive Industries Transparency Initiative*) anunciou que Timor-Leste se tornou no 3.º país do mundo cujo enquadramento de recuperação de receitas segue, segundo esta entidade de referência na matéria, as melhores práticas internacionais de boa gestão e transparência;

²⁹³ Notícia “Timor-Leste faz exigências à Austrália”, jornal *Público* – caderno Principal, Lisboa, 2 de Junho de 2010.

- Assiste-se a um crescente investimento na área da hotelaria e do turismo rural²⁹⁴ - o sector dos serviços já representava 55,7% do PIB no ano 2000;
- Pode ser uma *porta de entrada / saída* para o espaço de oportunidades existente a nível da integração regional, tendo uma costa rica em recursos naturais, petrolíferos, corais, etc.

Em síntese, do ponto de vista comparativo dos principais indicadores económicos em 2010 (Quadro XV), constata-se que o grupo dos países lusófonos é bastante diversificado, quanto à dimensão, quer populacional, quer territorial; quanto ao nível de rendimento *per capita*; quanto aos conflitos armados que atravessaram; e ainda, entre outros aspectos, quanto ao historial de estabilidade económico-financeira a longo prazo²⁹⁵.

Quadro XV. PALOP: Súmula dos principais indicadores económicos - 2010.

PALOP Principais indicadores económicos, 2010 ^(a)						
	Área (Km ²)	População (milhares)	PIB pm ^(b) (EUR milhões)	Inflação ^(c) (t.v.h. anual)	Saldo orçam. ^(d) (% PIB)	Saldo externo ^(e) (% PIB)
Angola	1246700	19100	62335	14.5	8.9	8.6
Cabo Verde	4033	492	1235	5.2	3.3	-8.9
Guiné-Bissau	36125	1600	626	6.1	-0.2	-6.8
Moçambique	799380	23400	8308	11.3	-3.7	-6.6
São Tomé e Príncipe	997	165	149	17.4	-4.2	-30.9
<i>para memória:</i>						
Brasil	8514876	190756	1576291	6.9	-2.9	-2.2
Portugal	92389	10627	172546	3.2	-9.1	-8.8
Timor-Leste	14600	1066	2240	13.5	224.6	242.5

Fontes: Bancos Centrais, Ministérios das Finanças e INE lusófonos; Eurostat; FMI.

Notas: (a) Salvo no caso da inflação (datas em nota de rodapé); (b) PNB no caso de Timor-Leste (PIB não-petrolífero: EUR 547 milhões); (c) Maio de 2011 (PALOP e Timor-Leste); Julho de 2011 (Brasil e Portugal); (d) Saldo corrente primário (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe); em percentagem do PIB não-petrolífero (Timor-Leste); (e) Balança corrente e de capital (excepto Guiné-Bissau: balança corrente); em percentagem do PIB não-petrolífero (Timor-Leste).

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 139, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

²⁹⁴ MARTINS, José Barreto (Embaixador), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – Timor-Leste”, IEP – UCP, Lisboa, 15 de Junho de 2009.

²⁹⁵ BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

Tais factores estão reflectidos no historial de relacionamento que cada um destes Estados apresenta em relação ao FMI (Quadro XVI). Por exemplo, no caso do rendimento *per capita* fica patente no facto de Angola e Cabo Verde – ambos actualmente classificados como países de rendimento médio – terem estabelecido programas do tipo *Stand-By Arrangement* (SBA), enquanto a Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe puderam receber apoio em condições mais favoráveis, no quadro das facilidades financeiras destinadas aos países de menores rendimentos²⁹⁶.

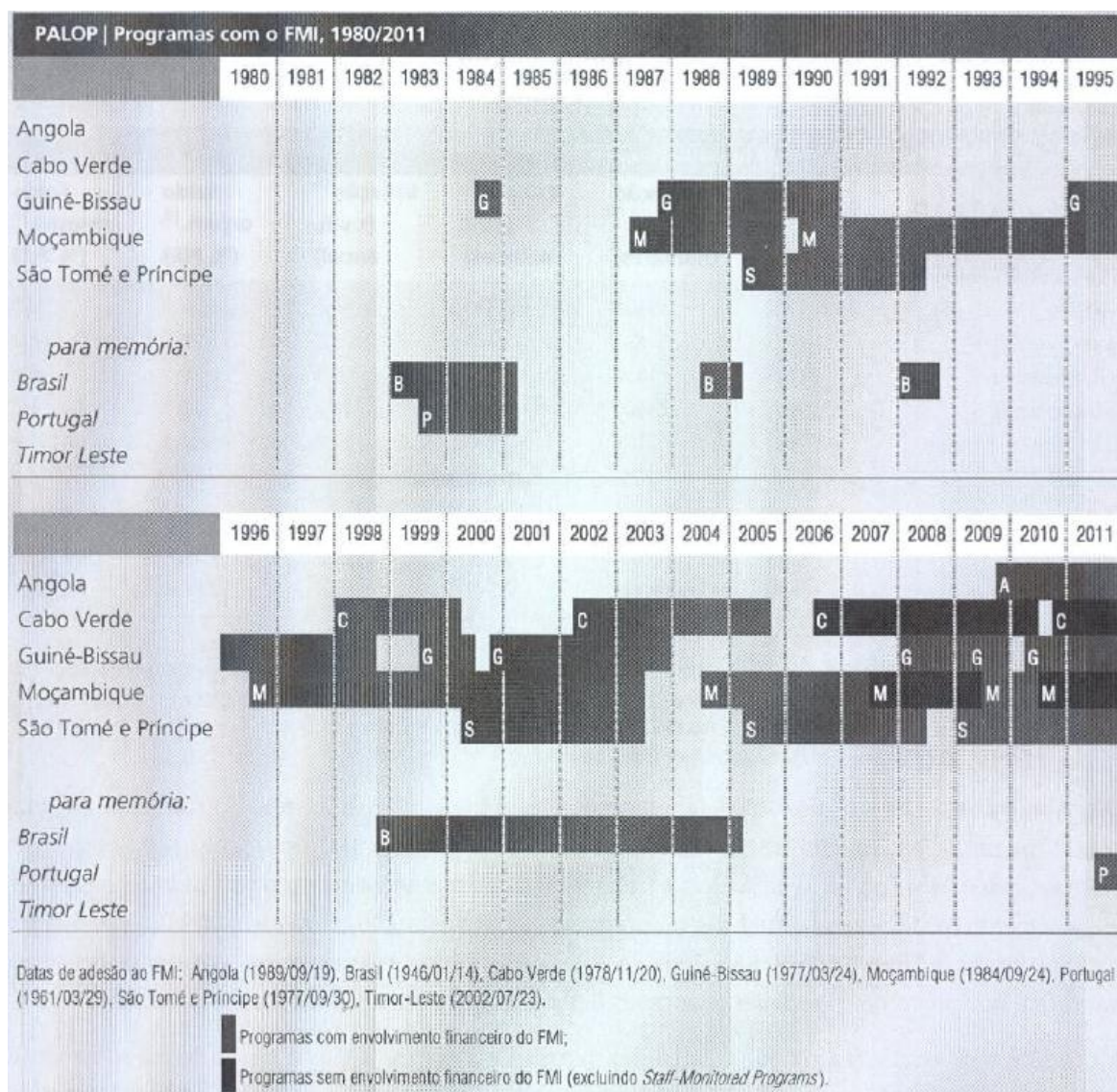
Por seu turno, a ocorrência de conflitos armados determinou que a Guiné-Bissau tivesse recorrido à assistência de emergência pós-conflito concedida pelo FMI (*Emergency Post-Conflict Assistance*, EPCA).

Este factor terá sido igualmente relevante para que só em 2009 (sete anos após os acordos de paz) Angola tenha celebrado o seu primeiro programa com apoio financeiro do FMI (depois de um efémero *Staff Monitored Program* - SMP, em 2000/2001) e também, por outro lado, para que os esforços moçambicanos de ajustamento só tenham verdadeiramente começado a dar frutos mais visíveis depois do fim da respectiva guerra civil, em 1992.

No tocante ao historial de relativa estabilidade macroeconómica (e, logicamente, de sucesso na execução dos esforços de ajustamento) pode ser aferida, por exemplo, através dos casos de Cabo Verde e Moçambique terem evoluído de programas com envolvimento financeiro do FMI para programas do tipo PSI, isto é, ambos deixaram de ter precisão da liquidez disponibilizada pelo FMI (devido, essencialmente, ao êxito na condução dos respectivos processos de ajustamento) mas pretenderam, ainda assim, assinalar junto dos parceiros externos o seu empenho na preservação de políticas macroeconómicas adequadas.

²⁹⁶ Apesar de Cabo Verde ter também beneficiado de um programa ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF, a antecessora da actual *Extended Credit Facility* - ECF destinada aos países mais pobres), em virtude da sua recente evolução para o grupo dos países de rendimento médio, denotando o considerável progresso sócio-económico que registou nas duas últimas décadas.

Quadro XVI. PALOP: Programas com o FMI - 1980/2011.



Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 140, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

Da leitura deste quadro ressalta ainda que Timor-Leste é o único país da CPLP que nunca adoptou qualquer programa de ajustamento macroeconómico apoiado pelo FMI. Os possíveis efeitos de contágio da crise portuguesa, designadamente às economias angolana e moçambicana, enquanto mercados de refúgio à recessão de Portugal, deixam o FMI de alerta, referindo Portugal, nos seus relatórios recentemente publicados, como um factor de risco, tanto pelas relações entre os sistemas bancários, como pela quebra dos fluxos de investimento²⁹⁷.

²⁹⁷ Cf. Notícia “Crise nacional é um risco para Angola e Moçambique”, jornal *Diário Económico*, Lisboa, 19 de Dezembro de 2011.

Na sequência da intensificação da crise financeira com o colapso do banco americano de investimento *Lehman Brothers*, o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 foram caracterizados por uma forte queda da actividade económica e do comércio internacional, cuja dimensão não tem precedentes históricos recentes. É de sinalizar que ao longo do ano 2009, a actividade económica a nível global continuou a ser fortemente condicionada pela crise financeira internacional, cujo impacto nos países lusófonos é, seguidamente, analisado.

De entre os PALOP, Angola e Guiné-Bissau foram países particularmente afectados pela redução dos preços das matérias-primas (petróleo, no primeiro caso, e castanha de caju, no segundo).

Em Moçambique e Cabo Verde, a redução do IDE e da procura externa constituíram os principais canais de transmissão da crise, tendo exercido um efeito contraccionista em 2009, ainda que a actividade económica tenha apresentado um crescimento real elevado, não obstante o abrandamento registado.

Em São Tomé e Príncipe, o principal risco reside na possibilidade de uma maior dificuldade de financiamento vir a condicionar não só o IDE, mas também o apoio dos doadores, no entanto, a economia são-tomense evoluiu positivamente, patenteando um crescimento robusto e uma maior disciplina das políticas económicas em que os efeitos da crise financeira internacional foram pouco visíveis.

No geral, o sector financeiro da maioria dos países africanos tem demonstrado alguma resiliência aos efeitos da crise financeira mundial. Este facto atribui-se, essencialmente, à reduzida integração com os mercados financeiros internacionais e à baixa exposição a instrumentos financeiros complexos. A elevada liquidez no sistema bancário e a sua fraca dependência do financiamento externo são também factores que contribuem para atenuar os efeitos de propagação da crise financeira global.

Em 2009, a economia brasileira registou uma taxa de variação anual negativa do PIB real (-0.185), não obstante as suas potencialidades na viragem do século XXI, as quais decorrem de três reconhecimentos «essenciais»:

1. o Brasil não é um país «criança», mas sim um «*continente em marcha*»;
2. o Brasil constitui uma imensa reserva natural do planeta;
3. o Brasil apresenta um «*caldo genético*» próprio, experiência inédita de hibridismo racial e multicultural²⁹⁸.

Em Timor-Leste, o principal efeito da crise económica internacional decorreu da diminuição do preço de petróleo, que se verificou a partir de meados de 2008, no entanto, a posterior recuperação do mesmo permite confirmar que a redução destas receitas (face a 2008) foi menos acentuada do que o que se temia previamente.

O impacto adverso desta crise ao se fazer sentir no continente africano, embora inicialmente de forma atenuada comparativamente a outras regiões vem revelar que determinados países africanos já evidenciavam sérios problemas antes desta crise. Este choque manifestou-se de diversas formas afectando diferentemente os vários países, nomeadamente, através da quebra da procura das exportações, da descida dos preços das matérias-primas, da diminuição das remessas dos emigrantes e da redução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) devido a restrições de financiamento e cujo papel é crucial para colocar os países no sistema económico mundial.

Mário Machungo²⁹⁹ (Presidente do Millennium BIM) corrobora estes elementos, considerando que os mecanismos de transmissão da crise incidem, essencialmente, no sector exterior, afectando as reservas e criando pressões nas taxas de câmbio. A partir de meados de 2008 assistiu-se a uma quebra dos preços dos principais produtos de exportação que levaram à quebra das receitas e dos preços das matérias-primas. O fraco desempenho das exportações traduziu-se no agravamento das despesas públicas. Para fazer face à crise, os países desenvolvidos procuraram recuperar a confiança nos mercados financeiros,

²⁹⁸ Relatório SaeR sobre a Situação Económica e dos Negócios, N.º 4, Vol. VII, Lisboa, Março de 2008, p.25.

²⁹⁹ Intervenção de MACHUNGO, Mário, 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, ULHT / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

aumentando, por exemplo, as despesas de investimento, enquanto os países da África subsahariana tomaram algumas medidas tais como: um esforço para a diversificação das exportações e a procura em fazer comércio com os países emergentes (China, Brasil, etc).

Para Luís Mira Amaral³⁰⁰ (Presidente Executivo do Banco de Investimento Comercial - BIC Português), as assimetrias de informação e o risco sistémico constituem os problemas dos países envolvidos no sistema financeiro, pelo que considera que o futuro da economia mundial passa por quatro cenários possíveis:

1. Proteccionismo exacerbado (o que conduziria à destruição do mercado único);
2. Regionalismo fechado (as empresas teriam que ter uma estratégia diferente para os vários blocos regionais);
3. Renovado centrismo ocidental (comando americano sob o sistema global);
4. Novo e renovado multilateralismo (cenário «*em cima da mesa*» e que provavelmente vai conduzir a um duopólio – EUA e China, dois países financeiramente interdependentes).

Elege ainda como grandes temas da actualidade os seguintes:

1. Ajuda ao desenvolvimento;
2. Globalização reequilibrada, procurando chegar a um acordo na *Ronda de Doha*;
3. Papel das instituições de *Bretton Woods* (BM, FMI);
4. Protocolo de Quioto (agora encarado de forma diferente pela Administração Obama).

Para Fátima Roque³⁰¹, esta profunda crise, que começou por ser financeira, transformou-se, “*por efeito de contágio*”, numa crise económica com consequências sociais dramáticas. Para resolver essa crise, a economista angolana defende, para África, uma “*Transformação Estrutural e Sistémica da Economia e da Sociedade*”, realizando, concomitantemente, “*uma profunda mudança fiscal/orçamental, institucional, infra-estrutural e regional*”, o que constituiria uma resposta adequada aos enormes desafios do momento, único e perigoso, que se atravessa.

³⁰⁰ Intervenção de AMARAL, Luís Mira, 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, ULHT / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

³⁰¹ Intervenção ROQUE, Fátima, Seminário “Ameaças Globais: Contributos africanos para uma nova estratégia de desenvolvimento”, iniciativa do Instituto D. João de Castro, Lisboa, 5 de Março de 2009.

Entre os efeitos “*mais gravosos*” para o continente africano, Fátima Roque sublinhou, por um lado, as consequências a nível fiscal e da balança de transacções correntes. Por outro lado, os sectores financeiros africanos que dependem em grande parte de “*bancos multinacionais*” e que ao sentirem os efeitos da recessão, irão “*desinvestir em África*”, afectando a liquidez à disposição das PME, aumentando, assim, o desemprego e a pobreza. Por este motivo, os mercados, particularmente, os financeiros devem ser eficazmente “*regulados, fiscalizados e geridos em conjunto pelos governos, pelo sector privado e pelas instituições sociais relevantes*” para servir as necessidades da sociedade. Sobre os governos, a economista considera ainda que terão de providenciar uma liderança “*forte e transparente*” sobretudo nas áreas económica e social, enquanto as famílias precisam de apoio financeiro e de uma estrutura legal defensora dos seus interesses quando ameaçadas.

Fátima Roque afirma que o continente africano é cada vez menos encarado como um “*problema*” e mais como um “*parceiro político e estratégico*”, em que várias razões foram indutoras desta “*mudança radical*”: a coesão institucional através da UA e da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África); a pujança económica e energética de África evidenciada por alguns indicadores (nos últimos anos, a actividade económica foi sustentada por um crescimento médio de 6%); as taxas de crescimento económico perto ou acima das 7% reveladas por alguns países em 2005-2007, especificamente Angola, Cabo Verde e Moçambique; o interesse de outros países e blocos regionais por África, com relevo para a China, a Índia, a Rússia, a Malásia e a América Latina. No término da sua intervenção, advoga ainda um investimento estrangeiro com ética assente nos “*4 ‘C’: o Consenso, o Compromisso, a Cooperação, a Coexistência*”, que deverão ser fiscalizados pela sociedade civil. No que toca a Angola, afirma que o “*desígnio é ser uma potência continental*”, já a sendo a “*nível regional*” e prevendo ser ainda uma “*economia emergente*”.

João Mosca³⁰² analisou a crise do continente africano, referindo não só os sintomas que a caracterizam, mas apresentando também aquelas que são, na opinião do autor, as suas verdadeiras causas: a conjugação de factores internos e externos, económicos e não económicos, integrados e subordinados a interesses políticos, estratégicos e economicistas que ultrapassam as escalas nacionais e que são definidos sem intercessão dos estados.

³⁰² MOSCA, João (2007), *S.O.S. África*, Lisboa: Instituto Piaget – Divisão Editorial.

Este autor destaca as (des)funcionalidades entre as sociedades africanas e o resto do mundo no quadro de uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho e das relações internacionais, que reproduzem laços de dependência e aprofundam a crise das sociedades. Afirmar que existem elementos de conflito intrínsecos às sociedades e que compete aos africanos encontrar os equilíbrios, na perspectiva de garantir a longo prazo a construção das nações, principal desafio africano do século XXI.

Na opinião de João Mosca, só será possível a saída da crise se forem realizadas mudanças fundamentais nas políticas, tanto dos países desenvolvidos como em desenvolvimento, nas relações internacionais e com novas atitudes da comunidade internacional e da sociedade civil. Refere que a manutenção da crise de baixa intensidade pode ser uma estratégia para África, porque duvida do interesse no desenvolvimento do continente mas que, por outro lado, as situações graves de pobreza e fome incomodam os poderes e a opinião pública dos países desenvolvidos.

Em relação ao indicador – IDH, *ranking* que avalia o bem-estar das populações com base em três dimensões do bem-estar humano: a saúde (através da esperança média de vida), a educação (via frequência escolar) e o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*, é usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³⁰³ no seu relatório anual. Criado pelos economistas membros da ONU, o paquistanês Mahbub ul Haq e o indiano Amartya Sen³⁰⁴ (laureado com o Prémio Nobel da Economia 1998), para medir o nível de desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas, o IDH considera outros indicadores além dos económicos, tendo espantado a comunidade internacional com a simples premissa de que as pessoas eram a verdadeira medida da riqueza de uma nação e não o PIB.

Assim, um determinado país pode ter altos índices de rendimento e possuir um IDH baixo. Isto acontece porque as outras variáveis incluídas no índice, como longevidade e educação, têm um grande impacto no resultado final. Amartya Sen argumenta mesmo que

³⁰³ É a rede de desenvolvimento global da ONU que defende a mudança e liga os países ao conhecimento, à experiência e aos recursos para ajudar as pessoas a construir uma vida melhor.

³⁰⁴ Ajudaram a idealizar o IDH para o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano em 1990 que analisou as décadas anteriores de indicadores de desenvolvimento, concluindo que não existe uma ligação automática entre o crescimento económico e o progresso humano.

a educação sob todas as suas formas aumenta a produtividade que, por sua vez, contribui para a expansão económica, articulando o crescimento económico e o desenvolvimento humano sustentável. Contudo, os Estados Africanos são muitas vezes impelidos a menosprezar a educação perante outras prioridades. A esse propósito, Derek Bok (Presidente da Universidade de Harvard 1971-1990) afirmou: “*If you think education is expensive, try ignorance*”³⁰⁵. Investir na formação/educação e na cultura, enquanto dimensões de cidadania, é uma aposta fundamental para a coesão e o desenvolvimento económico, social sustentável de um país.

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano, encomendados anualmente pelo PNUD desde 1990, são editorialmente independentes do PNUD e têm proporcionado perspectivas novas sobre alguns dos desafios mais prementes enfrentados pela humanidade. Estes relatórios e o IDH desafiaram as medidas puramente económicas das realizações nacionais e ajudaram a estabelecer os fundamentos conceptuais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) da ONU, apelando a um acompanhamento global consistente do progresso na saúde, na educação e nos padrões de vida globais.

Em 2010, o relatório do PNUD intitulado “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano” espelhou a análise de 169 países, com base em dados de 2008: De sublinhar que fórmula de cálculo do IDH sofreu, em 2010, alterações metodológicas³⁰⁶, pelo que as classificações desse ano não puderam ser directamente comparáveis com as dos relatórios anteriores. Aos conhecidos parâmetros considerados por este índice da ONU – longevidade, educação, riqueza - foram-lhe acrescentados mais três: IDH ajustado à desigualdade³⁰⁷, desigualdade de género³⁰⁸, pobreza multidimensional³⁰⁹.

³⁰⁵ In http://thinkexist.com/quotes/derek_bok/ - acedido em 7 de Novembro de 2011.

³⁰⁶ O RNB substitui o PIB, para incluir transferências do estrangeiro e ajuda externa ao desenvolvimento, e na educação o número de anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar substitui a taxa bruta de escolarização (matrículas brutas) e a média de anos de escolaridade da população adulta substitui as taxas de alfabetização de adultos, proporcionando uma imagem mais completa dos níveis de educação.

³⁰⁷ Pela primeira vez, o relatório do PNUD publicado em 2010 ajusta as realizações do IDH na óptica da desigualdade para reflectir as disparidades no rendimento, na saúde e na educação, proporcionando uma imagem mais completa do bem-estar da população.

³⁰⁸ Com o objectivo de expor as diferenças entre homens e mulheres na distribuição do progresso e de evidenciar que esta desigualdade continua a ser uma grande barreira ao desenvolvimento humano, é introduzida uma nova medida das desigualdades de género, que inclui as taxas de mortalidade materna e a representação feminina nos parlamentos. Este indicador está concebido para medir o impacto negativo sobre o desenvolvimento humano das disparidades sociais e económicas profundas entre homens e mulheres.

No entanto, desde o relatório de 2010, a metodologia usada pelo PNUD para definir o IDH passou também por mudanças. O índice que se baseia em dados como a esperança de vida, a escolaridade e o rendimento médio mudou a fonte de alguns dos dados usados na comparação entre os diferentes países, na expectativa de se basear nos mais recentes.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011* – “Equidade e sustentabilidade: Um melhor futuro para todos” foi divulgado, em Copenhaga, no dia 2 de Novembro de 2011 e analisou a performance de 187 países (mais 18 que 2010) no que à frequência escolar, esperança média de vida e rendimento *per capita*, agrupando-os em quatro categorias: muito elevado, elevado, médio e baixo, numa escala que vai de 0 a 1:

- Países com um nível de IDH muito elevado – valores acima de 0,793;
- Países com um nível de IDH elevado – valores entre 0,698 e 0,783;
- Países com um nível de IDH médio – valores entre 0,522 e 0,698;
- Países com um nível de IDH baixo – valores inferiores a 0,510.

Este relatório nota que a distribuição de rendimentos piorou na maioria dos países, com a América Latina a permanecer a região com mais desigualdades na distribuição de rendimentos, embora países como o Brasil e o Chile tenham reduzido as desigualdades internas. Noruega (1.º - 0,943), Austrália (2.º - 0,929), Holanda (3.º - 0,910) e Estados Unidos da América (4.º - 0,910) ocupam os primeiros lugares na lista de países com maiores progressos na saúde, educação e no rendimento, enquanto a República Democrática do Congo (187.º - 0,286), o Níger (186.º - 0,295), o Burundi (185.º - 0,316) e Moçambique (184.º - 0,322) as últimas posições. Considerando os três parâmetros em conjunto, o relatório revela que a América Latina é mais igualitária que a África Subsaariana e o sul da Ásia.

³⁰⁹ Novo indicador, desenvolvido por especialistas da Universidade de Oxford, que complementa as avaliações da pobreza baseadas no rendimento, levando em conta diversos factores ao nível das famílias, desde os padrões básicos de vida ao acesso a escolaridade, a água potável e a cuidados de saúde.

Para além do valor usado para indicar o desenvolvimento humano de cada país, o relatório de 2011 apresenta novos índices:

- *IDH Ajustado à Desigualdade* que faz um retrato mais real do desenvolvimento do país, ajustando às realidades de cada um;
- *Índice de Desigualdade de Género* que assenta em alguns indicadores – qualidade de vida (relativa) para as mulheres, taxa de mortalidade materna, participação das mulheres no mercado de trabalho, taxa de mulheres deputadas, taxa de mães adolescentes, condições de acesso à educação e à saúde na gravidez;
- *Índice de Pobreza Multidimensional*, uma forma nova, mais ampla, de verificar quem vive com dificuldades, incluindo carências em educação, saúde e padrão de vida, em vez de ser considerada a referência do BM que considera que está abaixo da linha de pobreza quem ganha menos de USD 1,15 por dia.

Excluindo Portugal, o Brasil e Cabo Verde são os países lusófonos com o melhor IDH, no total dos 187 países avaliados. O Brasil encontra-se num IDH elevado e Cabo Verde num IDH médio, tal como São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, enquanto os restantes PALOP já entram na categoria de IDH baixo: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique³¹⁰.

No geral, o relatório aponta a pobreza como um dos maiores problemas destes Estados. O Quadro XVII revela o panorama dos países lusófonos, partindo dos valores assumidos pelo IDH no período compreendido entre 1980 e 2011, em que o numeral cardinal, que antecede o nome de cada país, representa o lugar correspondente ao IDH:

³¹⁰ Notícia “Maioria dos países lusófonos com ‘baixo desenvolvimento humano’, Moçambique o pior, revela ONU”, *SIC Notícias*, Lisboa, 2 de Novembro de 2011.

Quadro XVII. IDH: *Ranking* dos países lusófonos (1980-2011).

	TOP 2011/2010	Países Lusófonos	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2011
IDH Muito Elevado	41.º/40.º	Portugal	0,625	0,694	0,745	0,774	0,785	0,791	0,795	0,809
IDH Elevado	84.º/73.º	Brasil	n.a.	n.a.	n.a.	0,649	0,678	0,693	0,699	0,718
IDH Médio	133.º/118.º	Cabo Verde	n.a.	n.a.	n.a.	0,500	0,519	0,531	0,534	0,568
	144.º/161.º	São Tomé e Príncipe	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,466	0,485	0,488	0,509
	147.º/120.º	Timor-Leste	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,428	0,497	0,502	0,495
IDH Baixo	148.º/146.º	Angola	n.a.	n.a.	n.a.	0,339	0,376	0,399	0,403	0,486
	176.º/164.º	Guiné- Bissau	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,278	0,286	0,289	0,353
	184.º/165.º	Moçambique	0,195	0,178	0,186	0,224	0,263	0,280	0,284	0,322

Fonte: HDI Ranking Statistics in <http://hdr.undp.org/en/statistics/data/>

Portugal tem vindo a melhorar o seu desempenho, passando a ocupar, em 2011, o 41.º lugar, com o índice de 0,809, na análise das tendências de desenvolvimento humano o que representa a descida de uma posição em relação a 2010 e 18 lugares abaixo da vizinha Espanha (23.º - 0,878). Comparando com os 27 países da UE, Portugal só está à frente da Letónia (43.º - 0,805), Roménia (50.º - 0,781) e Bulgária (55.º - 0,771), mantendo-se, porém, na lista das 47 nações com desenvolvimento humano muito elevado. No que diz respeito à longevidade dos portugueses, a esperança média de vida à nascença é de 79,5 anos, a frequência escolar média por habitante é de 7,7 anos e quanto ao RNB *per capita* atinge 20 573 dólares (quase 15 mil euros).

O Brasil regista um IDH de 0,718, ocupando a 84.ª posição. Apresenta um rendimento anual por habitante de 10 162 dólares, uma esperança de vida de 73,5 anos e uma escolaridade média de 7,2 anos de estudo.

Cabo Verde (133.º) está com um índice de 0,568, tendo uma esperança de vida de 74,2 anos, uma escolaridade de 3,5 anos e um RNB *per capita* de 3 402 dólares (2 428 euros).

Timor-Leste, em 147.^a posição, regista o índice 0,495, com uma esperança de vida de 62,5 anos, uma escolaridade de 2,8 anos e um rendimento *per capita* de 3 005 dólares (2 147 euros).

Para as ilhas de São Tomé e Príncipe (144.º) o índice é de 0,509, a esperança média de vida, 64,7 anos, a escolaridade de 4,2 e o RNB *per capita* de 1 792 dólares (1 280 euros).

Angola ocupa a 148.^a posição neste *ranking* do PNUD, com um índice de 0,486, em que a esperança de vida é de 51,1 anos, a escolaridade média de 4,4 anos e um rendimento *per capita* de 4 874 dólares (3 486 euros).

A Guiné-Bissau (176.º), com o índice 0,353, é o país lusófono com menor esperança de vida à nascença (48,1 anos), registando 2,3 anos de escolaridade média e um RNB *per capita* de 994 dólares (712 euros).

De entre os territórios lusófonos, Moçambique é o quarto país pior do mundo em matéria de desenvolvimento humano, ocupando o 184.º lugar, com o IDH 0,322, uma esperança de vida de 50,2 anos, uma escolaridade média de uns escassos 1,2 anos e 898 dólares (643 euros) de rendimento *per capita*.

Por último, o relatório alerta ainda para que o impacto das alterações climáticas poderá anular alguns dos progressos conseguidos nos últimos 40 anos: meio metro de subida dos oceanos afectaria mais de 171 milhões a meio do século e não apenas entre os pobres. Estes são já vítima de condições de vida causadoras de doenças e devastadoras para o ambiente – a maior parte da madeira cortada na Ásia e em África serve para cozinhar e aquecer, conduzindo à inalação de fumos e à emissão de CO₂. O tempo de recolha de lenha e água contribui também para afastar milhões da escola e do trabalho.

3.2 A Lusofonia como uma base para a intensificação dessas relações

Nesta secção, procurar-se-á verificar até que ponto a Lusofonia poderá constituir uma base para a intensificação das relações económicas e financeiras no seio da CPLP, tomando como base as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste; responder a alguns desafios que se apresentam como cruciais perante as estratégias de desenvolvimento dos seus diferentes países membros, não se devendo recluir o futuro, mas sim ter uma palavra dominante; e fomentar a integração na Ásia, América e Europa. Todavia, falta um pouco de estratégia comum³¹¹.

A secundarização da dimensão económico-empresarial face à vertente linguístico-cultural, evidenciada pela ausência de níveis claros de diversificação e intensidade nas relações multilaterais entre os países da CPLP e ainda pela frágil rede estruturada de relações empresariais entre os mesmos, predominando uma lógica de operações específicas e pontuais, não permite tirar partido de um quadro geral de estruturação subjacente.

Para o futuro das relações económico-empresariais, de acordo com o Prof. Ernâni Lopes³¹², dever-se-á procurar:

- Valorizar e concretizar o potencial de comércio e investimento;
- Progredir no aprofundamento e na diversificação de uma rede empresarial de conjunto assente nos acordos que os Estados deverão fazer entre si e que sejam representativos do tecido económico-empresarial;
- Elaborar (no plano teórico) uma leitura estratégica da economia política da Lusofonia e (no plano prático) conduzir e concretizar as correspondentes políticas dos Estados e actuações das empresas.

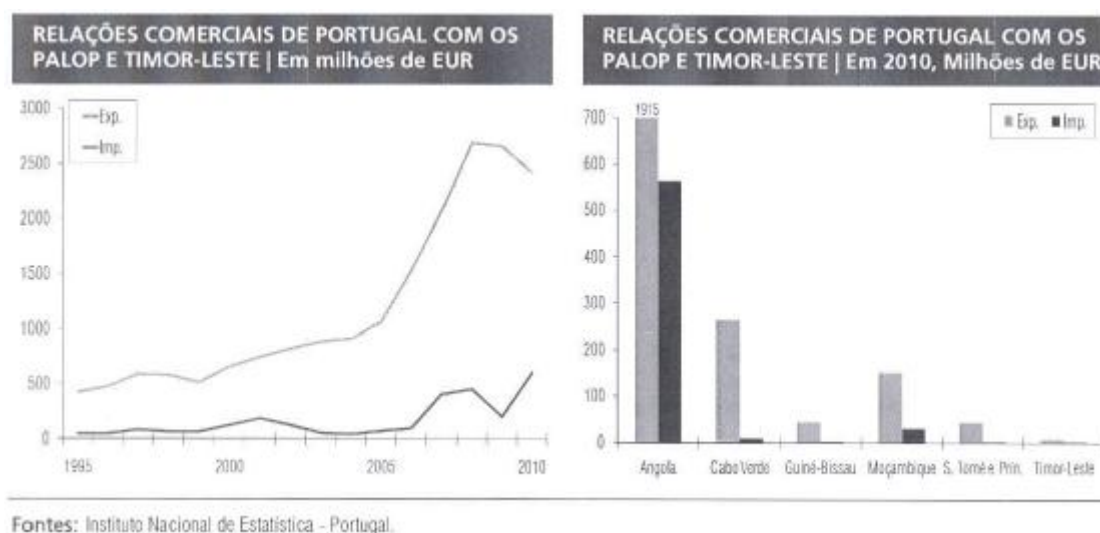
³¹¹ Intervenção de RAMALHO, Vítor, Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.

³¹² LOPES, Ernâni Rodrigues (2008), «Lusofonia: uma ideia para o futuro», *Revista Tempo Livre*, N.º 199, Lisboa: Fundação INATEL pp.48-49. (Texto policopiado)

No caso do primeiro aspecto mencionado pelo Prof. Ernâni Lopes – potencial de comércio e investimento, é possível constatar, nas relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste (Gráficos X), uma evolução de forma diferenciada em 2010, com as exportações a acentuarem a tendência de descida iniciada em 2009 e as importações a revelarem um crescimento importante (quase triplicando, ainda que representando apenas 1,1% no total das importações de Portugal). Em 2010, 6,6% das exportações portuguesas totais foram absorvidas pelo mercado formado por estes países.

Gráficos X. Relações Comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

(milhões Eur)



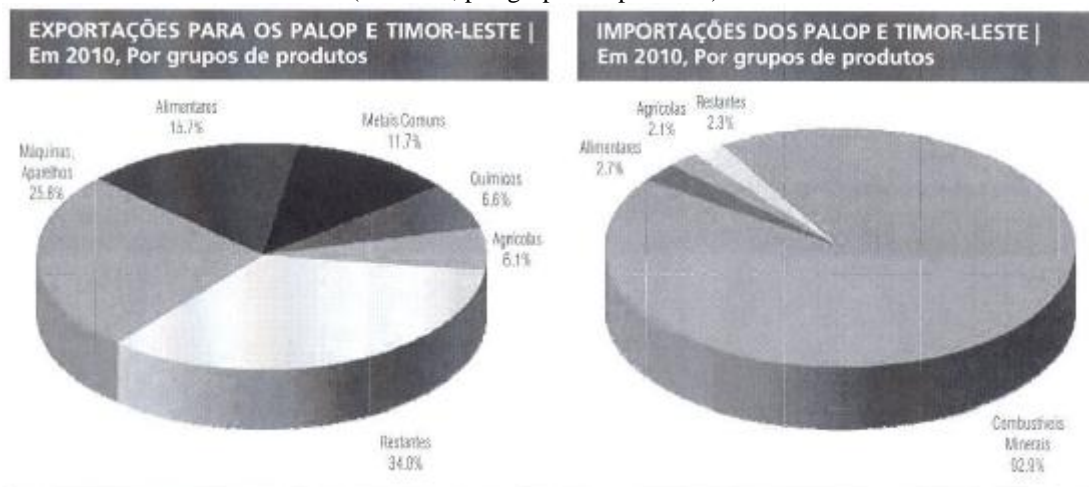
Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 143, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

Desde 2006, Angola é, deste grupo de países, o principal destino das exportações portuguesas e o maior originador das importações, atingindo, respectivamente, 94% e 79% do total, em 2010.

As exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste mantêm-se centradas nos grupos de produtos atinentes a *Máquinas e Aparelhos*, *Alimentares* e *Metais Comuns*, representando, no seu conjunto, 53% do total de produtos exportados. As importações são claramente dominadas pelos *Combustíveis Minerais* provenientes de Angola, responsáveis por 93% do total (Gráficos XI).

Gráficos XI. Exportações / Importações para /dos PALOP e Timor-Leste

(em 2010, por grupos de produtos)



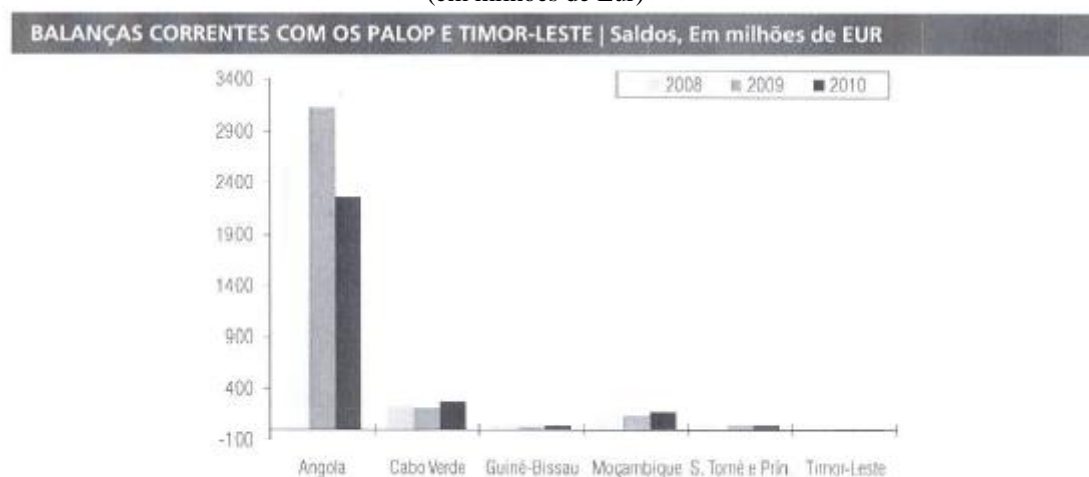
Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 144, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

As transferências correntes com os PALOP e Timor-Leste reforçaram, em 2010, o saldo favorável para Portugal, novamente sustentado pelas remessas de emigrantes portugueses em Angola (Gráfico XII). O volume de remessas líquidas atingiu 104,4 milhões de euros, correspondente a uma subida de 54% face a 2009.

Gráfico XII. Balanças Correntes com os PALOP e Timor-Leste – Saldos

(em milhões de Eur)

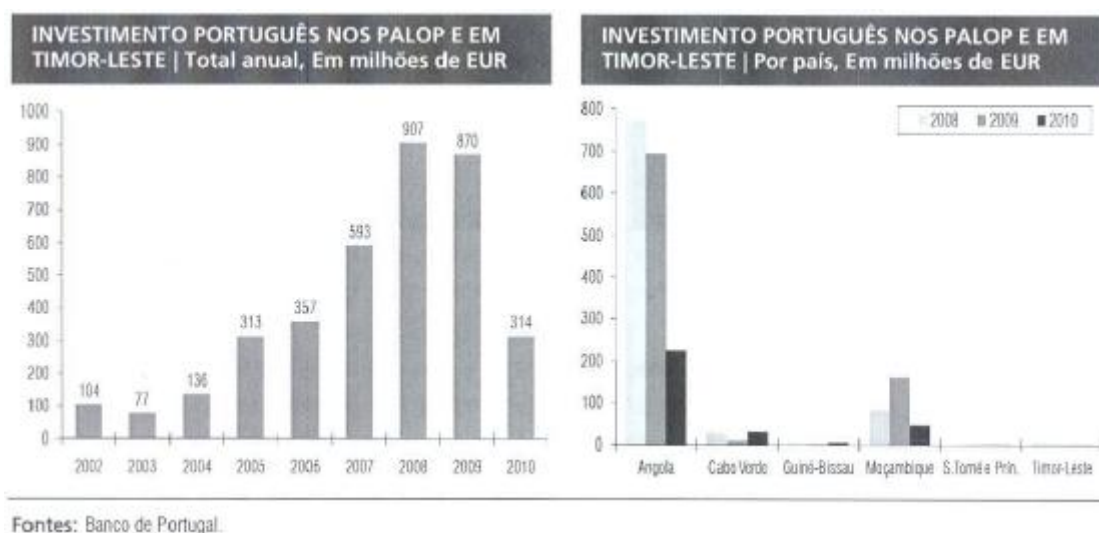


Fonte: Banco de Portugal

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 144, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

No tocante ao investimento directo de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste (Gráficos XIII), a tendência de abrandamento iniciada em 2009 acentuou-se em 2010, passando de 870 milhões de euros em 2009 para 313,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de quase 64%. Na globalidade, os montantes destinados a este conjunto de países representaram 5,4% do total do investimento directo bruto de Portugal no exterior, invertendo a trajectória de reforço iniciada em 2004, tendo atingido, em 2009, um máximo de 11,2%.

Gráficos XIII. Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste -
Total anual | Por país (milhões de Eur)



Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, p. 144, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

Em termos geográficos, o investimento realizado, em 2010, por Portugal nos PALOP e em Timor-Leste concentrou-se, especialmente, em Angola (72% do total, sendo o principal destino desde 2002), Moçambique (15%) e Cabo Verde (10%). Por sectores de destino, em 2009, o investimento português nestes países foi sobretudo destinado à *Construção* (46%) e ao *Comércio* (34%), tendo sido registada uma quebra significativa no volume de investimento em *Actividades financeiras*, tradicionalmente importante, que sofreu uma redução de 90% em 2010³¹³.

³¹³ BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>

Pela leitura dos principais indicadores económicos dos PALOP e considerando a classificação do BM assente na divisão entre dois grupos de países: um referente aos países de rendimento médio inferior³¹⁴ – Angola e Cabo Verde e outro atinente aos países de rendimento baixo³¹⁵ – Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, conforme o Prof. João Estêvão referiu³¹⁶, colocam-se alguns desafios fundamentais do desenvolvimento:

1. *Redução da pobreza, melhoria das condições de saúde* (redução das mortalidades infanto-juvenis e materna, a melhoria da dieta alimentar e a necessidade de aumentar o acesso a fontes seguras de água potável e a condições adequadas de saneamento) *e progresso nas realizações educacionais* (as prioridades assentam na universalização do ensino primário, no aumento da escolaridade secundária e na redução das taxas de abandono / repetência), visando reduzir as desigualdades, quer entre os sexos, quer entre as populações urbanas e rurais;
2. *Aceleração do crescimento económico* (é indispensável alcançar um ritmo de crescimento capaz de levar a economia a ultrapassar os obstáculos característicos do baixo nível de desenvolvimento, como o reduzido poder de compra e a insuficiência de poupança interna) *e transformação das estruturas produtivas da economia* (com as quais cresce a produtividade económica e, com ela, o aumento dos recursos necessários para sustentar no tempo o crescimento económico);
3. *Diversificação das economias* (favorecida pelo crescimento e pela transformação produtiva em que à medida que se aprofunda a diversificação, as economias ganham capacidade de minimizar os efeitos de possíveis choques externos porque vão reduzindo a dependência em relação aos produtos primários e à concentração da produção; para além do investimento, depende da estabilidade macroeconómica e de um ambiente institucional saudável - existência de instituições adequadas e confiáveis);

³¹⁴ Países com RNB *per capita* compreendido entre 876 e 3 465 dólares (valores de 2005).

³¹⁵ Países com RNB *per capita* menor ou igual a 875 dólares (valores de 2005).

³¹⁶ Intervenção de ESTÊVÃO, João, Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

4. *Orientação para o exterior e integração económica internacional* (com vista à criação de efeitos de escala e à progressão no sentido da dimensão óptima da produção e, consequentemente, no aumento dos recursos disponíveis para sustentar o crescimento económico);
5. *Financiamento do desenvolvimento* (os recursos de financiamento só podem provir do exterior – via ajuda externa, IDE e outros fluxos privados, em que essa ajuda é importante para o financiamento de infra-estruturas económicas e sociais e para ajuda orçamental e, no caso do IDE, este representa um fluxo de financiamento não criador de dívida que permite a transferência de tecnologia e de capacidades de gestão, bem como a integração em circuitos de comércio internacional, pressupondo, no entanto, a abertura da economia e a existência de um ambiente económico, social e institucional capaz de criar condições de atracção do investimento e de redução dos riscos do país);
6. *Dimensão institucional do desenvolvimento* (para favorecer o estabelecimento de relações entre os vários actores em presença, devendo contemplar dimensões como:
i) a construção de um Estado com poder suficiente para estabelecer uma estrutura institucional adequada para o desenvolvimento de relações contratuais e para a segurança dos direitos de propriedade; ii) uma estrutura de instituições políticas baseadas em normas de confiança e cooperação cívica, capaz de assegurar a estabilidade política, social e a paz, enquanto fundamentos do processo de desenvolvimento; iii) a existência de mecanismos de controlo do poder governamental, como sejam parlamentos e estruturas judiciais independentes);
7. *Parcerias para o desenvolvimento* (instrumento importante para melhorar o aproveitamento das potencialidades de uma integração mais activa na economia globalizada, podendo contemplar diversas opções: parcerias nacionais, regionais, internacionais e no quadro da CPLP).

Como reflexo do último desafio indicado – a aposta no investimento em parcerias nas economias dinâmicas do espaço lusófono, podem identificar-se alguns casos notórios:

- i) A parceria que os *Correios de Portugal (CTT)* estabeleceram com a sua congénere moçambicana, resultando na criação de uma empresa em conjunto, detida em 50% cada, para operar no mercado moçambicano de correio expresso;
- ii) A cooperação na área ambiental prevê que Portugal avance com projectos nesse domínio com vista à redução de emissões de gases, abrangendo a indústria petrolífera angolana e o desenvolvimento das energias solar e eólica de Moçambique e Cabo Verde. Em declarações à *Agência de Notícias de Portugal, S.A. (LUSA)*, o ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, referiu que Portugal tencionava gastar até 2012 a quase totalidade dos 36 milhões de euros do fundo de Copenhaga, para a redução de emissões e projectos de melhoria ambiental, em programas de cooperação com os PALOP³¹⁷;
- iii) O aumento de investimentos em Cabo Verde a cargo da empresa de telecomunicações *PORTUGAL TELECOM (PT COM)* e da petrolífera portuguesa *GALP*;
- iv) A duplicação da produção de cimento e de clínquer da empresa de Cimentos de Portugal (*CIMPOR*) em Moçambique, através da instalação de uma nova fábrica neste país, o qual também recebeu apoio técnico no desenvolvimento do Sistema Nacional de Arquivos do Estado da parte da Agência Brasileira de Cooperação;
- v) A construção de infra-estruturas como uma das prioridades do governo da Guiné-Bissau, através do lançamento de um concurso público internacional para a

³¹⁷ Este compromisso foi assumido por Portugal, juntamente com os restantes Estados-Membros da UE na conferência da ONU sobre o clima, que decorreu entre 7 e 18 de Dezembro de 2009, em Copenhaga. Do montante em causa (36 milhões de euros), uma parte irá ainda para o Fundo Português de Carbono, também usado privilegiadamente nos PALOP. Entre os projectos em cima da mesa estiveram o apoio à indústria petrolífera angolana para a redução da emissão de gases e a diminuição das emissões por via da queima de lixo em lixeiras a céu aberto. No caso de Moçambique e de Cabo Verde, estudou-se a facilitação de aquisição de tecnologia para o desenvolvimento de projectos de energia verde nas áreas solar e eólica, enquanto na Guiné-Bissau, o objectivo poderá ser o apoio à reflorestação ou o combate à desflorestação (Notícia “PALOP beneficiam de 36 milhões de euros para combater alterações climáticas”, *O Jornal Económico*, Lisboa, 6 de Janeiro de 2010).

reparação e construção de estradas do país, financiado pela União Económica Monetária da África Ocidental (UEMAO);

vi) O projecto desenvolvido pelo consórcio luso-angolano, liderado pela *Ecosphere* (Consultores em Ambiente e Desenvolvimento, Lda.)³¹⁸ em 2008-2009, no quadro do Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários dos PALOP, financiado pela UE – 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento³¹⁹ (FED) e consubstanciado na base de dados jurídicos oficial dos PALOP – *Legis-PALOP*³²⁰ como um portal *on-line* (<http://www.legis-palop.org/bd>) que permite o acesso, desde 15 de Julho de 2009, à principal legislação publicada desde a independência em todos os cinco PALOP, à jurisprudência mais relevante e a diversas referências doutrinárias³²¹: Actualmente em fase de expansão financiada pela cooperação portuguesa através do IPAD, o *Legis-PALOP* tem como principais parceiros: tribunais supremos, procuradorias-gerais da República, imprensas nacionais, ordens dos advogados e instituições académicas; e integra toda a legislação produzida após as independências e a anterior a 1975 ainda em vigor, contendo mais de 37 000 actos normativos; mais de 4 700 acórdãos das instâncias superiores; doutrina e documentos relevantes produzidos por procuradorias gerais da república, ordens dos advogados e instituições académicas; *thesaurus* jurídico com mais de 3 700 descritores que guiam o utilizador na exploração do sistema³²²; e permitindo aceder a texto oficial (pdf) e texto editável; análises jurídicas e comparativas; ligações directas entre legislação, jurisprudência e doutrina; versões consolidadas;

vii) Dos projectos de cooperação estabelecidos entre Brasil e Moçambique sobressaem, por exemplo, os seguintes: a construção da fábrica³²³ de medicamentos anti-retrovirais (a primeira fábrica pública de medicamentos contra a sida em

³¹⁸ Intervenção de AMADOR, Teresa (Directora Geral-*Ecosphere*), «Legis-PALOP: informação jurídica», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

³¹⁹ Este fundo, alimentado pelas contribuições dos Estados-Membros da UE, financia a cooperação para o desenvolvimento da UE com os países do grupo ACP.

³²⁰ Desdobrável “Base de Dados Legis-PALOP” (2010), IPAD, Lisboa.

³²¹ *Rapid* “Lançamento *online* da Base de Dados Legis-PALOP”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 15 de Julho de 2009.

³²² Desdobrável “Legis-PALOP – Base de Dados Jurídica Oficial dos PALOP” (2011), IPAD, Lisboa.

³²³ Localizada na Matola, nos arredores de Maputo, depois de em 2004, o Presidente brasileiro na altura, Lula da Silva, ter efectuado essa oferta no decurso de uma visita oficial a Moçambique.

África³²⁴) para combater pandemias e salvar vidas, tratando-se de um projecto que está a ser executado com a ajuda financeira³²⁵ e a transferência de conhecimento/tecnologia do governo brasileiro e supervisão da *Fiocruz*³²⁶, o que permitirá a Moçambique³²⁷ gizar uma política industrial farmacêutica³²⁸, além de impulsionar as políticas públicas de combate à SIDA; a abertura de três pólos (um em Maputo, outro na Beira e outro em Lichinga) da *Universidade Aberta do Brasil* dedicada ao ensino à distância, facultando também aos mais pobres o acesso à educação superior, sobretudo em zonas longínquas em função das vantagens que proporcionam as novas tecnologias. Brasil e Moçambique procuram, assim, unir esforços para construir uma ordem internacional mais justa que garanta a sua independência política e económica perante os países mais ricos;

viii) A detenção pela *PT COM* no Brasil de 31,81% da *VIVO*³²⁹, uma empresa de *call center* e 29% do *Universo Online (UOL)*³³⁰, bem como a entrada da *PT* no capital da *OI Móvel*³³¹, na expectativa da criação no Brasil de uma grande plataforma tecnológica de transmissão de dados para fortalecer a produção de conteúdos na língua portuguesa, estando esta a percorrer o caminho de se consolidar como uma língua mundial;

ix) As empresas portuguesa *GALP* e brasileira *PETROBRAS*³³² fecharam uma parceria que prevê a instalação de uma unidade de produção na refinaria de Sines, em Portugal, com capacidade de produção de cerca de 260 mil toneladas de biodiesel por ano. O local poderá servir também como plataforma estratégica para a

³²⁴ Notícia “Lula visita primeira fábrica de anti-retrovirais em África”, jornal *Público* – Caderno Principal, Lisboa, 11 de Novembro de 2010.

³²⁵ O Brasil comprometeu-se a participar com 15 milhões de euros dos 18 necessários para esta fábrica, que deverá produzir 226 milhões de comprimidos de anti-retrovirais por ano e 145 milhões de outros medicamentos, incluindo antibióticos.

³²⁶ Entidade de pesquisa em saúde e produção de medicamentos no Brasil.

³²⁷ País onde há 2,5 milhões de pessoas portadoras do vírus HIV (cerca de 11,5% da população), enquanto só 0,61% da população brasileira é portadora deste vírus, sendo o Brasil considerado um modelo para os países em desenvolvimento. Actualmente, a comunidade internacional financia 80% da compra de medicamentos em Moçambique. Em relação aos anti-retrovirais, um problema grave é a ruptura de *stocks*.

³²⁸ O Brasil tem uma indústria farmacêutica pública desenvolvida e produz muitos genéricos.

³²⁹ Operadora telefónica brasileira pertencente aos grupos Portugal Telecom e Telefónica.

³³⁰ Maior provedor de acesso à *Internet* do Brasil.

³³¹ Maior empresa brasileira de telecomunicações.

³³² Empresa integrada de energia que está presente em 29 países, actuando nos segmentos de petróleo, gás natural e biocombustíveis. É líder do sector petrolífero brasileiro e um dos líderes mundiais em energia, tornando-se na terceira maior empresa de energia do mundo.

PETROBRAS exportar seus produtos para a Europa. Ficou também acordada a cooperação entre a *PETROBRAS*, a *GALP* e o Grupo *EDP* (Energias de Portugal) para a prospecção de petróleo;

x) A fabricante de aviões *EMBRAER*³³³ iniciou em 2009 a construção de uma unidade em Évora que produzirá estruturas complexas de aeronaves. A empresa planeia ainda a implantação de um outro centro de excelência na cidade portuguesa nos próximos anos;

xi) O acordo de cooperação estabelecido entre a *EDP*³³⁴, a Sociedade Nacional de Petróleos de Angola (*SONANGOL*), o *Banco Privado Atlântico* e a *FINICAPITAL* para o desenvolvimento de parcerias nas áreas da produção de energia eléctrica convencional e renovável com vista à contratação do financiamento de uma central a gás em Angola cujo enorme crescimento exige uma resposta em termos de produção de energia;

xii) Os mercados africanos, com particular ênfase nos países de expressão portuguesa, como Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé, estão a ganhar um peso crescente nas vendas globais de papel do grupo *Portucel Soporcel*³³⁵. Angola chega mesmo a ser considerado um mercado emergente estratégico para o Grupo, pelo dinamismo e pela dimensão da sua economia. O difícil mercado moçambicano (com grandes produtores de papel na vizinha África do Sul), fruto dos investimentos em curso com a *Portucel Moçambique* (criada no final de 2009), ganha também uma importância acrescida através da realização de trabalhos de campo e do desenvolvimento de plantações florestais experimentais; no sentido de dar a conhecer este projecto florestal e a divulgar/promover localmente as suas marcas – *Navigator* e *Discovery*, o grupo *Portucel Soporcel* marcou presença na 47.^a Edição da FACIM – *Feira Internacional de Maputo* (o maior evento comercial de dimensão internacional em Moçambique);

³³³ Empresa brasileira de aeronáutica e terceiro maior fabricante de aeronaves do mundo.

³³⁴ No final de Dezembro de 2011, foi acordada, com o governo português, a aquisição de 21,35% da EDP por 2,7 mil milhões de euros pela empresa de electricidade chinesa – *China Three Gorges Corporation (CTGC)*, representando o seu maior investimento no estrangeiro e o maior investimento chinês em Portugal [Cf. Notícia “EDP - Negócio da China anima economia”, jornal *iOnline*, Oeiras, 31 de Dezembro de 2011. (Texto policopiado)]

³³⁵ Desdobrável “Um Grupo Global – Líder destacado em Portugal e nos mercados africanos”, Grupo PORTUCEL SOPORCEL (2010), *Info N.º 90*, Figueira da Foz-Setúbal-Cacia.

xiii) O protocolo para a reestruturação do ensino secundário em Timor-Leste que foi assinado, em Junho de 2010, entre o *Ministério da Educação timorense*, a *Fundação Calouste Gulbenkian*³³⁶ e o IPAD;

xiv) Em parceria com o Brasil, destaque para a informatização do sistema de segurança social de Moçambique, a instalação de um centro internacional de processamento de alimentos e de apoio à indústria mineira e ainda o estabelecimento, em Nampula³³⁷, de uma nova universidade de formação técnica para estudantes finalistas de outras instituições de ensino superior, públicas e privadas, destinada a prepará-los para a inserção no mercado de trabalho;

xv) O investimento de empresas portuguesas (por exemplo, Teixeira Duarte e Soares da Costa) no mercado hoteleiro angolano³³⁸;

xvi) O acordo assinado, em 2006, entre Portugal e Moçambique de reversão das acções da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa, transferindo para o controlo de Maputo um total de 85% do capital social, bem como a sua gestão efectiva, o que conduziu à redução da participação portuguesa para apenas 15%. A Rede Eléctrica Nacional, SA (REN), ao apostar numa estratégia de internacionalização que passa pela expansão para os PALOP, pretende uma fatia de 7,5% enquanto a Electricidade de Moçambique (EDM) tem interesse na parcela remanescente

³³⁶ Esta Fundação destaca-se, para além do seu grande prestígio internacional, pela relevante acção de apoio social, especialmente nos meios desfavorecidos lusófonos, e pela actividade que se reparte por concessões de bolsas, subsídios a financiamentos de projectos externos de entidades diversas e, ainda, outros projectos e programas de desenvolvimento, não só na área da língua, mas também na divulgação do património cultural [CRISTÓVÃO, Fernando (2011), «A lusofonia no meio de algumas contradições», *Revista Letras com Vida*, N.º 2, Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FL – UL, Acedido em 25 de Agosto de 2011, in: <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php>].

³³⁷ Dados de 2009 apontam para a existência, na cidade de Nampula, de seis universidades (entre públicas e privadas) e mais de uma dezena de faculdades. Com efeito, em Moçambique, o crescimento das instituições de ensino superior tem sido exponencial, restando aguardar pela sustentabilidade/credibilidade/qualidade dessa expansão e pelo papel do Estado na regulação da abertura e do funcionamento das instituições de ensino superior. Caso não tenham sustentabilidade, não passarão de interessantes experiências sem impacto no desenvolvimento sócio-económico da região e das suas populações [Intervenção de COSTA, Ana Bénard da (Professora universitária), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011].

³³⁸ Notícia “Portugueses constroem hotéis em Luanda”, *Angola – Edição dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal*, Lisboa, Dezembro de 2008. (T Texto policopiado)

(7,5%)³³⁹; não tendo, porém, sido possível chegar a um acordo sobre a venda dos 15% que Portugal ainda detém, devido a razões de ordem técnica e financeira, durante a realização da I Cimeira Luso-Moçambicana que teve lugar em Lisboa, no dia 29 de Novembro de 2011;

xvii) A ajuda dada pela RTP à *Televisão Pública de Angola* na criação e implementação de um grande estúdio de informação, ao abrigo da cooperação que a RTP tem estabelecido com os meios de comunicação dos países lusófonos³⁴⁰, e a instalação, desde Outubro de 2011, da sede da *TV Globo Europa* em Lisboa em virtude da afinidade linguística e enquanto maior produtor de conteúdos culturais em língua portuguesa;

xviii) A proposta da LUSA no sentido da criação, em parceria com outras agências do espaço lusófono, de uma agência noticiosa global em Português, como instrumento de informação e afirmação para uma das línguas mais faladas do mundo;

xix) O modelo de cooperação e de actuação da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) junto da CPLP e da União Internacional das Telecomunicações (UIT), consubstanciado, por exemplo, na criação, em Outubro de 2008, da *Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP* (ARCT-CPLP) com vista ao reforço da regulação sectorial potenciador de desenvolvimento e crescimento económico;

xx) O contrato de promessa compra e venda do Banco Português de Negócios (BPN) pelo Banco BIC de Angola, detido por Américo Amorim e Isabel dos Santos (filha do Presidente de Angola), foi assinado em 9 de Dezembro de 2011, no valor de 40 milhões de dólares.

³³⁹ Notícia “REN reitera interesse em Cahora Bassa”, *O Jornal Económico*, Lisboa, 11 de Novembro de 2011.

³⁴⁰ Notícia “RTP moderniza imagem de canais internacionais”, *Jornal de Negócios*, Lisboa, 14 de Novembro de 2011.

xxi) Um dos maiores accionistas do Banco Comercial Português é a SONANGOL, pertencendo-lhe 11,5% do capital. Também a China revelou aparente interesse em comprar uma posição neste banco que pode representar um ponto de convergência entre angolanos e chineses que encaram Portugal como *porta de entrada* na Europa, assegurando-lhes, a actividade internacional do banco, a penetração noutros mercados.

A língua e a cultura, enquanto “*factores de aproximação, entendimento e cumplicidades várias*”³⁴¹, representam um vector estratégico para as empresas que já se internacionalizaram ou que estão em vias de o fazer em sectores tão diferenciados como a banca, as telecomunicações, as energias ou a construção. No entanto, existem programas / planos estratégicos adicionais que foram definidos para outros domínios nos quais a CPLP, em matéria de cooperação, se tem concentrado em áreas prioritárias, como sejam a educação, saúde, cidadania e formação de recursos humanos.

Os países membros, em conjunto, definem prioridades e, em seguida, com o apoio de um dos seus órgãos³⁴² – o Secretariado Executivo³⁴³, ocupam-se da identificação e da obtenção dos recursos indispensáveis à sua execução. A elaboração de propostas de projectos de cooperação no âmbito da CPLP deverá obedecer às regras contidas no *Manual de Elaboração de Projectos* apoiados pelo *Fundo Especial*, que é uma das fontes de financiamento desses programas/projectos. Nos *fora* regionais e nas negociações internacionais de carácter político e económico, a CPLP tem-se assumido como um elemento capaz de fortalecer o potencial de negociação de cada um dos seus países

³⁴¹ MACEDO, Luís Sousa (Secretário Geral do Grupo Portugal Telecom), 1º Ciclo de Conferências – 3ª conferência “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 29 de Novembro de 2011.

³⁴² A arquitectura institucional da CPLP contempla os seguintes órgãos: no acto da sua criação – a Conferência dos Chefes de Estado e do Governo, o Conselho de Ministros, o Comité da Concertação Permanente, o Secretariado Executivo; aquando da revisão dos seus estatutos, na IV Cimeira de Chefes de Estado (Brasília, 2002), foram acrescentadas – as Reuniões Ministeriais Sectoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação; o X Conselho de Ministros, realizado, em 2005, em Luanda integrou ainda – o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, e desde 2007, foi ainda estabelecida a Assembleia Parlamentar. Abrange ainda novas instituições: o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, o Centro Regional de Excelência em Administração Pública e o Centro de Análise Estratégica em Maputo. Está em estudo a criação de um Centro de Excelência em Segurança Alimentar.

³⁴³ Órgão executivo da CPLP, sem agenda própria e que só executa/implementa aquilo que os Governos e os Chefes de Estado decidem ser a agenda desta organização, cujo processo de decisão é por consenso e não por maioria (decisões participadas), contrariamente ao que sucede com a UE que dispõe de instituições próprias que obedecem a um processo de decisão específico.

membros. Procuram-se aproveitar os instrumentos de cooperação internacional de um modo mais consistente, através de uma concertação regular entre os Estados, o que esteve na base da criação, em Bissau, em Dezembro de 2009, de uma *Confederação de Empresários da CPLP*, considerada como um instrumento «estratégico» de cooperação empresarial para uma nova dinâmica no espaço lusófono.

A criação desta confederação empresarial foi decidida por unanimidade na reunião da assembleia-geral extraordinária do ex-Conselho Empresarial da CPLP e visou potenciar a integração de cada país lusófono na sua organização regional em prol dos restantes estados lusófonos, passando pelo incremento das trocas comerciais entre os mesmos. Esta confederação quer assumir-se como um espaço para definir estratégias comuns, organizar debates/conferências e assumir a representação empresarial da CPLP nas organizações internacionais ligadas ao mundo dos negócios.

3.3 O significado/peso da Lusofonia na economia mundial

Este item do *Capítulo 3* procura compreender em que moldes se repercute na «Lusofonia» a concorrência à escala global e entre os diversos espaços linguísticos, atendendo, precisamente, a uma das questões complementares que este trabalho, inicialmente, elencou.

O «*Espaço Lusófono*», assente em duas potências regionais (Angola e Brasil) e num Estado-Membro da UE (Portugal), é dotado de significativos recursos naturais na sua área de influência “*merecendo o interesse de centros de poder geopolíticos*”³⁴⁴.

Não sendo relevante no domínio político-militar à escala global, a «Lusofonia» não constitui uma ameaça sob o ponto de vista geoestratégico e geopolítico. Outras limitações da «Lusofonia» estão relacionadas com os seguintes aspectos:

³⁴⁴ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 80.

- Limitada visibilidade e carácter rudimentar da sua imagem enquanto actor no SRI;
- Reduzida dimensão da economia da CPLP no PIB mundial;
- Percentagem significativa de pessoas abaixo do nível da pobreza;
- Descontinuidade do espaço lusófono o que faz aumentar os custos de transporte em função da distância, embora este factor esteja a perder o seu tradicional efeito de separação;
- Dimensão dos mercados pouco desenvolvidos dominados pela CPLP;
- Multiplicidade de quadros institucionais e legislativos.

Ao longo das últimas décadas, Portugal assumiu um interesse directo em matéria de operações de paz das Nações Unidas, em virtude dos conflitos que afectaram vários países que são seus parceiros da CPLP, com percursos pós-independência atribulados³⁴⁵. Portugal tem sido um “«demandeur» da intervenção da ONU, no tocante a operações de paz, mediação de conflitos, estabilização política e reconstrução económica e das instituições (veja-se os casos de Angola, Moçambique, Timor-Leste e Guiné-Bissau)”³⁴⁶. Estas operações podem ser um instrumento importante na afirmação da dimensão global da política externa portuguesa, possivelmente também através da CPLP, o que poderá acarretar, entre outras vantagens, as seguintes:

- um acréscimo da visibilidade e influência da CPLP no quadro das Nações Unidas e, consequentemente, no plano internacional;
- o reforço da concertação político-militar com os parceiros lusófonos, sobretudo com Angola e Brasil – potências regionais – que reúnem as capacidades para no futuro desempenharem um papel de maior relevo no cenário mundial;
- a afirmação da língua portuguesa e da cultura do mundo lusófono.

³⁴⁵ DUARTE, Francisco Alegre (2008), «Portugal e as missões de paz no estrangeiro – algumas notas de reflexão», *Negócios Estrangeiros*, N.º 13, Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 133-138.

³⁴⁶ DUARTE (2008), Op. cit. 135.

O boletim *World Economic Outlook* (WEO) considera, geralmente, a seguinte classificação de países que divide o Mundo em dois grandes grupos:

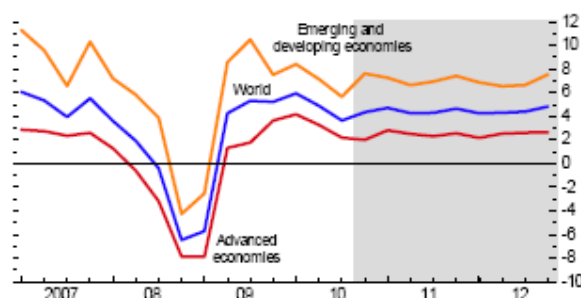
- 1) Economias avançadas («*advanced economies*») – grupo que integra Portugal, através do sub-grupo representado pela «*Área do Euro*»;
- 2) Economias emergentes e em desenvolvimento («*emerging and developing economies*») – onde se incluem os restantes sete países lusófonos distribuídos pelos seguintes sub-grupos:
 - 2.1) África – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe;
 - 2.2) Países asiáticos em desenvolvimento ou «*Developing Ásia*» – Timor-Leste;
 - 2.3) América Latina ou «*Western Hemisphere*» – Brasil.

Na versão, datada de Janeiro de 2011, deste boletim estatístico é mencionado que a recuperação a duas velocidades continua. Nas economias avançadas, a actividade tem sido menos moderada do que era expectável, mas o crescimento permanece subjugado, o desemprego continua elevado e as tensões renovadas na periferia da zona euro estão a contribuir para a queda dos riscos. Em muitas economias emergentes, a actividade continua flutuante, as pressões inflacionistas estão a emergir e existem alguns sinais de aquecimento conduzido em parte por fortes injeções de capital. Muitos dos países em desenvolvimento, particularmente na África Subsahariana, estão também a crescer fortemente.

O resultado global aponta para uma expansão de 4,5% em 2011 (Gráfico XIV), ou seja, uma revisão acima dos cerca 0,25% relativamente ao boletim *WEO*, datado de Outubro de 2010. As condições mais urgentes para uma recuperação robusta são acções rápidas e compreensivas, para ultrapassar os problemas financeiros e da dívida soberana na zona euro, e a adopção de políticas para combater desequilíbrios fiscais e para reparar/reformar os sistemas financeiros nas economias, mais geralmente, avançadas. Isto precisa de ser complementado com políticas que retenham iminentes pressões de aquecimento e facilitem o reequilíbrio externo em economias-chave emergentes.

De acordo com o FMI, a evolução da economia mundial entre 2007 e 2009 (Quadro XVIII) registou uma forte queda da actividade económica e do comércio internacional, tendo o PIB mundial caído 1,1% em 2009, após um crescimento de 3% em 2008.

Gráfico XIV. Crescimento do PIB global (em %)



Fonte: IMF (2011c), *World Economic Outlook: Update*, Washington, Janeiro, p. 1.

Quadro XVIII. Evolução da Economia Mundial (2007-2009).

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Taxas de variação, em percentagem

	2007	2008	2009
PIB			
Economia mundial	5.2	3.0	-1.1
Economias avançadas	2.7	0.6	-3.4
EUA	2.1	0.4	-2.7
Japão	2.3	-0.7	-5.4
Área do euro	2.7	0.7	-4.2
Alemanha	2.5	1.2	-5.3
França	2.3	0.3	-2.4
Itália	1.6	-1.0	-5.1
Espanha	3.6	0.9	-3.8
Portugal	1.8	0.0	-2.7
Reino Unido	2.6	0.7	-4.4
Novas economias industrializadas da Ásia ^(a)	5.7	1.5	-2.4
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	8.3	6.0	1.7
Europa central e de leste	5.5	3.0	-5.0
Comunidade de Estados Independentes	8.6	5.5	-6.7
Rússia	8.1	5.6	-7.5
Países asiáticos em desenvolvimento	10.6	7.6	6.2
China	13.0	9.0	8.5
Índia	9.4	7.3	5.4
Médio Oriente	6.2	5.4	2.0
América Latina	5.7	4.2	-2.5
África	6.3	5.2	1.7
Angola	20.3	13.2	0.2
Volume de comércio mundial de bens e serviços	7.3	3.0	-11.9
Preços internacionais de matérias-primas			
Petróleo (brent) ^(b)			
Em USD	9.5	35.8	-45.1
Em Euros	0.4	26.6	-40.0
Matérias-primas não energéticas ^(c)			
Em USD	19.1	12.7	-28.1
Em Euros	9.2	4.4	-21.5
Preços no consumidor			
Economias avançadas	2.2	3.4	0.1
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	6.4	9.3	5.5

Notas: (a) Coreia, Hong-Kong, Taiwan e Singapura. (b) Taxa de variação homóloga, dados até 31 de Outubro de 2009. (c) Taxa de variação homóloga, dados até Outubro de 2009.

Fonte: BANCO DE PORTUGAL (2010b), "Textos de Política e Situação Económica A Economia Portuguesa em 2009", p. 14, Acedido em 17 de Março de 2010, in <http://www.bportugal.pt>

Através do Quadro XIX é possível visualizar a panorâmica relativa às perspectivas económicas mundiais em que a projecção a partir de 2011 regista, no geral, um decréscimo da actividade económica: queda da actividade económica, desde logo do PIB mundial que passou de 5,1% em 2010 para 4,0% em 2011, à semelhança do que sucedeu com os dois grupos de países classificados pelo WEO:

- Economias avançadas («*advanced economies*») – reduz em de 3,1% (em 2010) para 1,6% (em 2011);
- Economias emergentes e em desenvolvimento («*emerging and developing economies*») – reduzem de 7,3% (em 2010) para 6,4% (em 2011).

Em 2011, é notória uma quebra da actividade económica no conjunto das economias avançadas («*advanced economies*») (1,6%, perante um aumento de 3,1% em 2010). Para as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento («*emerging and developing economies*»), o FMI apontava para uma redução da taxa de crescimento do PIB em 2011 para 6,4% (7,3%, em 2010).

O abrandamento registado era generalizado às várias regiões, mas com diferentes magnitudes. As economias da Europa Central e de Leste, particularmente afectadas pela diminuição dos fluxos de capital internacional e por crises financeiras a nível interno, e da América Latina, apresentavam descidas do PIB face a 2010. Nos países asiáticos em desenvolvimento, apesar da desaceleração, a China e a Índia conseguem ganhar posição, revelando um crescimento sustentável, em que a projecção para 2050 aponta para a concentração de 45% a 50% da riqueza mundial nestes dois países³⁴⁷.

Por seu turno, o abrandamento será menos pronunciado nas economias do Médio Oriente e África, que deverão continuar a evidenciar aumentos do PIB face ao ano anterior. De realçar que a contracção da actividade económica global em 2009 foi acompanhada por uma diminuição acentuada do comércio mundial que foi comum às economias avançadas e às economias emergentes e em desenvolvimento.

³⁴⁷ Intervenção de PORTO, Manuel (Professor universitário), sessão do Seminário de investigação “Prospectiva da UE: os Desafios do Futuro”, no âmbito do curso de Doutoramento em Estudos Europeus, IEE/UCP, Lisboa, 7 de Março de 2008.

Quadro XIX. Visão geral das Perspectivas Económicas Mundiais (em %).

	Year over Year						Q4 over Q4		
	2009	2010	Projections		Difference from June 2011 WEO Projections		Estimates	Projections	
			2011	2012	2011	2012		2011	2012
World Output¹	-0.7	5.1	4.0	4.0	-0.3	-0.5	4.8	3.6	4.1
Advanced Economies	-3.7	3.1	1.6	1.9	-0.6	-0.7	2.9	1.4	2.2
United States	-3.5	3.0	1.5	1.8	-1.0	-0.9	3.1	1.1	2.0
Euro Area	-4.3	1.8	1.6	1.1	-0.4	-0.6	2.0	1.1	1.6
Germany	-5.1	3.6	2.7	1.3	-0.5	-0.7	3.8	1.6	2.0
France	-2.6	1.4	1.7	1.4	-0.4	-0.5	1.4	1.4	1.7
Italy	-5.2	1.3	0.6	0.3	-0.4	-1.0	1.5	0.4	0.4
Spain	-3.7	-0.1	0.8	1.1	0.0	-0.5	0.6	0.7	1.7
Japan	-6.3	4.0	-0.5	2.3	0.2	-0.6	2.5	0.5	2.0
United Kingdom	-4.9	1.4	1.1	1.6	-0.4	-0.7	1.5	1.5	1.7
Canada	-2.8	3.2	2.1	1.9	-0.8	-0.7	3.3	1.4	2.5
Other Advanced Economies ²	-1.1	5.8	3.6	3.7	-0.4	-0.1	4.8	3.8	3.9
Newly Industrialized Asian Economies	-0.7	8.4	4.7	4.5	-0.4	0.0	6.0	5.2	4.7
Emerging and Developing Economies³	2.8	7.3	6.4	6.1	-0.2	-0.3	7.4	6.4	6.4
Central and Eastern Europe	-3.6	4.5	4.3	2.7	-1.0	-0.5	5.3	2.9	2.7
Commonwealth of Independent States	-6.4	4.6	4.6	4.4	-0.5	-0.3	4.6	3.8	3.9
Russia	-7.8	4.0	4.3	4.1	-0.5	-0.4	4.4	4.0	3.6
Excluding Russia	-3.0	6.0	5.3	5.1	-0.3	0.0
Developing Asia	7.2	9.5	8.2	8.0	-0.2	-0.4	9.0	8.1	8.1
China	9.2	10.3	9.5	9.0	-0.1	-0.5	9.8	9.3	9.1
India	6.8	10.1	7.8	7.5	-0.4	-0.3	9.2	7.0	7.5
ASEAN-5 ⁴	1.7	6.9	5.3	5.6	-0.1	-0.1	6.0	5.4	5.6
Latin America and the Caribbean	-1.7	6.1	4.5	4.0	-0.1	-0.1	5.4	4.1	3.9
Brazil	-0.6	7.5	3.8	3.6	-0.3	0.0	5.0	3.8	3.8
Mexico	-6.2	5.4	3.8	3.6	-0.9	-0.4	4.2	3.7	3.2
Middle East and North Africa	2.6	4.4	4.0	3.6	-0.2	-0.8
Sub-Saharan Africa	2.8	5.4	5.2	5.8	-0.3	-0.1
<i>Memorandum</i>									
European Union	-4.2	1.8	1.7	1.4	-0.3	-0.7	2.1	1.3	1.9
World Growth Based on Market Exchange Rates	-2.3	4.0	3.0	3.2	-0.4	-0.5
World Trade Volume (goods and services)	-10.7	12.8	7.5	5.8	-0.7	-0.9
Imports									
Advanced Economies	-12.4	11.7	5.9	4.0	-0.1	-1.1
Emerging and Developing Economies	-8.0	14.9	11.1	8.1	-1.0	-0.9
Exports									
Advanced Economies	-11.9	12.3	6.2	5.2	-0.6	-0.9
Emerging and Developing Economies	-7.7	13.6	9.4	7.8	-1.8	-0.5
Commodity Prices (U.S. dollars)									
Oil ⁵	-36.3	27.9	30.6	-3.1	-3.9	-2.1
Nonfuel (average based on world commodity export weights)	-15.7	26.3	21.2	-4.7	-0.4	-1.4
Consumer Prices									
Advanced Economies	0.1	1.6	2.6	1.4	0.0	-0.3	1.6	2.5	1.3
Emerging and Developing Economies ³	5.2	6.1	7.5	5.9	0.6	0.3	6.2	6.9	5.1
London Interbank Offered Rate (percent)⁶									
On U.S. Dollar Deposits	1.1	0.5	0.4	0.5	-0.2	-0.3
On Euro Deposits	1.2	0.8	1.3	1.2	-0.4	-1.4
On Japanese Yen Deposits	0.7	0.4	0.5	0.3	0.0	0.1

Note: Real effective exchange rates are assumed to remain constant at the levels prevailing during July 18–August 15, 2011. When economies are not listed alphabetically, they are ordered on the basis of economic size. The aggregated quarterly data are seasonally adjusted.

¹The quarterly estimates and projections account for 90 percent of the world purchasing-power-parity weights.

²Excludes the G7 (Canada, France, Germany, Italy, Japan, United Kingdom, United States) and Euro Area countries.

³The quarterly estimates and projections account for approximately 80 percent of the emerging and developing economies.

⁴Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, and Vietnam.

⁵Simple average of prices of U.K. Brent, Dubai, and West Texas Intermediate crude oil. The average price of oil in U.S. dollars a barrel was \$79.03 in 2010; the assumed price based on futures markets is \$103.20 in 2011 and \$100.00 in 2012.

⁶Six-month rate for the United States and Japan. Three-month rate for the Euro Area.

Fonte: IMF (2011b), *World Economic Outlook: Slowing Growth, Rising Risks*, Washington, Setembro, p. 2.

A ruptura do comércio mundial, associada à quebra generalizada de confiança e ao elevado nível de incerteza que levaram os agentes económicos a reduzir ou adiar despesas de consumo e investimento, foi exacerbada por dificuldades no acesso ao crédito comercial no contexto da intensificação da crise financeira, bem como pelo fenómeno da especialização vertical da produção a nível mundial observado nos últimos anos, que terá aumentado a sensibilidade dos fluxos de comércio às alterações na procura global.

Partindo dos dados do boletim *World Economic Outlook*, datado de Setembro de 2011, verifica-se que as economias avançadas («*advanced economies*») representam 52,1% do PIB mundial, 63,6% das exportações mundiais de bens e serviços e 15,0% da população total (Quadro XX).

No caso das economias emergentes e em desenvolvimento («*emerging and developing economies*») os valores a considerar são 47,9% do PIB a nível mundial, 36,4% do total das exportações de bens e serviços e 85,0% da população mundial. Entre estas economias, destaque para o Brasil que representa 2,9% do PIB a nível mundial, 1,2% do total das exportações de bens e serviços e 2,8% da população mundial.

Quadro XX. Classificação, pelo *World Economic Outlook*, dos Grupos e das suas percentagens no PIB Agregado, nas Exportações de Bens e Serviços e na População -2010.

	Number of Economies	GDP		Exports of Goods and Services		Population	
		Advanced Economies	World	Advanced Economies	World	Advanced Economies	World
Advanced Economies	34	100.0	52.1	100.0	63.6	100.0	15.0
United States		37.5	19.5	15.4	9.8	30.4	4.6
Euro Area	17	28.0	14.6	41.1	26.1	32.3	4.8
Germany		7.6	4.0	12.6	8.0	8.0	1.2
France		5.5	2.9	5.6	3.5	6.2	0.9
Italy		4.6	2.4	4.6	2.9	5.9	0.9
Spain		3.5	1.8	3.2	2.0	4.5	0.7
Japan		11.2	5.8	7.3	4.6	12.5	1.9
United Kingdom		5.6	2.9	5.6	3.5	6.1	0.9
Canada		3.4	1.8	3.9	2.5	3.3	0.5
Other Advanced Economies	13	14.3	7.5	26.8	17.1	15.4	2.3
<i>Memorandum</i>							
Major Advanced Economies	7	75.4	39.3	54.9	34.9	72.5	10.9
Newly Industrialized Asian Economies	4	7.5	3.9	15.4	9.8	8.3	1.2
		Emerging and Developing Economies	World	Emerging and Developing Economies	World	Emerging and Developing Economies	World
Emerging and Developing Economies	150	100.0	47.9	100.0	36.4	100.0	85.0
Regional Groups							
Central and Eastern Europe	14	7.2	3.5	9.4	3.4	3.0	2.6
Commonwealth of Independent States ²	13	8.9	4.3	9.9	3.6	4.9	4.2
Russia		6.3	3.0	6.5	2.4	2.5	2.1
Developing Asia	27	50.3	24.1	43.8	15.9	61.4	52.2
China		28.4	13.6	25.7	9.3	23.2	19.7
India		11.4	5.5	5.2	1.9	20.6	17.5
Excluding China and India	25	10.5	5.1	12.9	4.7	17.6	15.0
Latin America and the Caribbean	32	18.0	8.6	14.6	5.3	9.8	8.3
Brazil		6.1	2.9	3.4	1.2	3.3	2.8
Mexico		4.4	2.1	4.6	1.7	1.9	1.6
Middle East and North Africa	20	10.5	5.0	17.0	6.2	7.1	6.0
Sub-Saharan Africa	44	5.1	2.4	5.4	2.0	13.8	11.7
Excluding Nigeria and South Africa	42	2.6	1.2	2.8	1.0	10.2	8.7
Analytical Groups							
By Source of Export Earnings							
Fuel	27	18.0	8.6	26.6	9.7	11.6	9.8
Nonfuel	123	82.0	39.3	73.4	26.7	88.4	75.2
Of Which, Primary Products	20	2.3	1.1	2.6	1.0	4.8	4.1
By External Financing Source							
Net Debtor Economies	121	50.5	24.2	43.1	15.7	61.8	52.5
Of Which, Official Financing	28	2.5	1.2	1.8	0.6	9.7	8.2
Net Debtor Economies by Debt-Servicing Experience							
Economies with Arrears and/or Rescheduling during 2005–09	44	4.9	2.4	4.4	1.6	9.6	8.2
Other Net Debtor Economies	77	45.5	21.8	38.7	14.1	52.1	44.3
Other Groups							
Heavily Indebted Poor Countries	39	2.4	1.2	1.9	0.7	10.7	9.1

¹The GDP shares are based on the purchasing-power-parity valuation of economies' GDP. The number of countries comprising each group reflects those for which data are included in the group aggregates.

²Georgia and Mongolia, which are not members of the Commonwealth of Independent States, are included in this group for reasons of geography and similarities in economic structure.

Fonte: IMF (2011b), *World Economic Outlook: Slowing Growth, Rising Risks*, Washington, Setembro, p. 167.

Seguidamente, o Quadro XXI evidencia a evolução, entre 1991 e a projecção realizada pelo FMI até 2014, da taxa de variação, em percentagem, do PIB real por parte de cada país lusófono, devidamente integrados nos grupos e sub-grupos respectivos, bem como o comportamento registado pela economia mundial:

Quadro XXI. PIB real (taxa de variação, em %): Economia Mundial + Países Lusófonos.

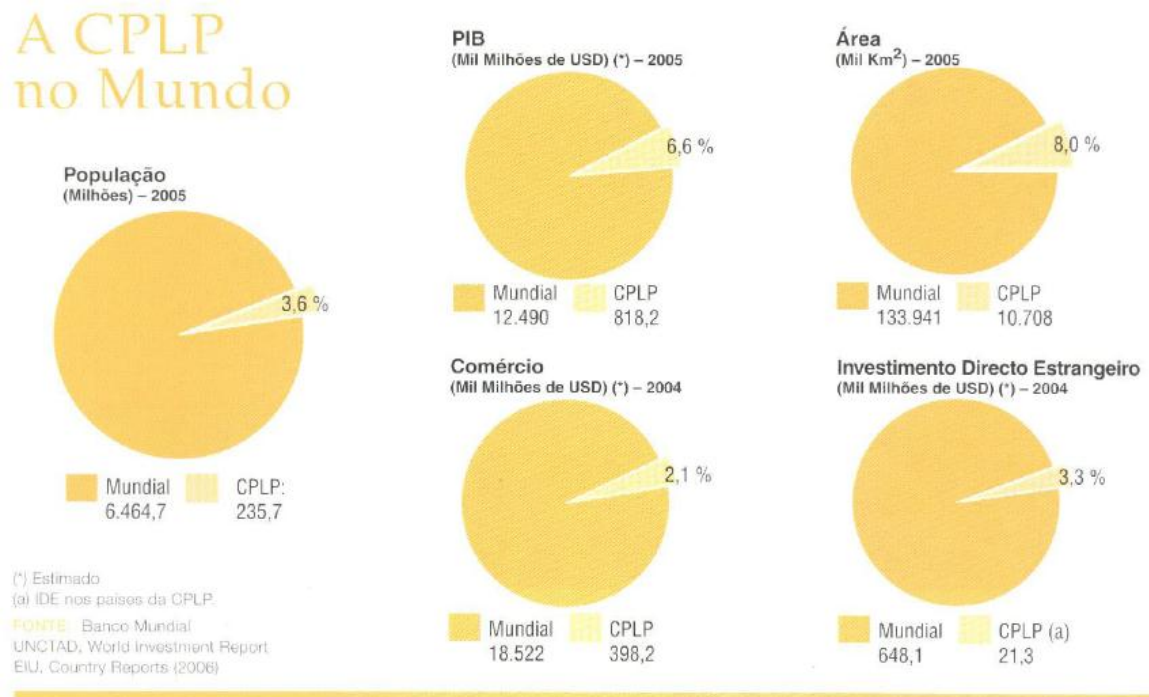
	Média 1991- 2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2014
Economia mundial	3.1	2.3	2.9	3.6	4.9	4.5	5.1	5.2	3.0	-1.1	3.1	4.5
Economias avançadas	2.8	1.4	1.7	1.9	3.2	2.6	3.0	2.7	0.6	-3.4	1.3	2.4
Área Euro	-	1.9	0.9	0.8	2.2	1.7	2.9	2.7	0.7	-4.2	0.3	2.1
- PORT	3.0	2.0	0.8	-0.8	1.5	0.9	1.4	1.9	0.0	-3.0	0.4	1.3
Economias emergentes e em desenvolvimento	3.6	3.8	4.8	6.2	7.5	7.1	7.9	8.3	6.0	1.7	5.1	6.6
África	2.4	4.9	6.5	5.4	6.7	5.7	6.1	6.3	5.2	1.7	4.0	5.3
- ANG	1.3	3.1	14.5	3.3	11.2	20.6	18.6	20.3	13.2	0.2	9.3	6.1
- CV	6.8	6.1	5.3	4.7	4.3	6.5	10.8	7.8	5.9	3.5	4.0	6.4
- G-B	0.9	-0.6	-4.2	-0.6	2.2	3.5	0.6	2.7	3.3	1.9	2.5	4.0
- MOÇ	6.5	12.3	9.2	6.5	7.9	8.4	8.7	7.0	6.8	4.3	5.2	6.5
- STP	1.5	3.1	11.6	5.4	6.6	5.7	6.7	6.0	5.8	4.0	4.5	7.0
Países asiáticos em desenvolvimento	7.4	5.8	6.9	8.2	8.6	9.0	9.8	10.6	7.6	6.2	7.3	8.5
- T-L	-	18.9	2.4	0.1	4.2	6.2	-5.8	8.4	12.8	7.2	7.9	7.8
América Latina	3.3	0.7	0.6	2.2	6.0	4.7	5.7	5.7	4.2	-2.5	2.9	4.0
- BRA	2.5	1.3	2.7	1.1	5.7	3.2	4.0	5.7	5.1	-0.7	3.5	3.7

Fonte: IMF (2009), *World Economic Outlook: Sustaining the Recovery*, Washington, Outubro.

Em 2009, Brasil e Portugal foram os dois países lusófonos que registaram uma taxa percentual negativa do PIB. Para 2014, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe deverão apresentar, segundo a previsão do FMI, uma taxa de crescimento do PIB na ordem dos 7%.

A *Revista Cultural, Económica e Diplomática da Embaixada da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa*, datada de Julho a Setembro de 2008, apresenta no artigo “Empreendedorismo na CPLP” uma análise gráfica (Gráficos XV) acerca do peso da CPLP no Mundo, partindo de alguns indicadores – população, PIB, área, comércio e IDE:

Gráficos XV. A CPLP no Mundo



Fonte: EMBAIXADA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE EM LISBOA (Jul.-Set. 2008), «Empreendedorismo na CPLP», Revista Cultural, Económica e Diplomática, N.º 0, Lisboa: Embaixada de Timor-Leste, p. 28.

Este artigo, considerando dados de 2005, constata que, em termos populacionais, a CPLP representa 3,6% da população mundial, 6,6% do PIB global e 8,0% da área total. Ao nível do comércio e do IDE, o peso da Lusofonia equivale, respectivamente, a 2,1% do comércio mundial e a 3,3% do IDE total, atendendo a estatísticas de 2004.

De acordo com a informação que consta no portal da CPLP³⁴⁸, a área do globo terrestre ocupada pelos seus Estados é muito vasta. São 10 742 000 Km² de terras espalhadas por quatro continentes – Europa, América, África e Ásia, o que representa 7,2% da terra do planeta (148 939 063 Km²). Situado maioritariamente no hemisfério sul, este espaço descontínuo abrange realidades tão diversas como a do Brasil, quinto país do mundo pela superfície, como o minúsculo arquipélago de São Tomé e Príncipe, o Estado mais pequeno, em área, de África, abrindo “possibilidades a um processo de estruturação em rede, com base no aproveitamento da realidade policêntrica dotada de uma matriz linguístico-cultural de base comum”³⁴⁹.

³⁴⁸ Consultado em 22 de Fevereiro de 2011: <http://www.cplp.org>

³⁴⁹ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 16.

No conceito da *maritimidade*, convém sinalizar que a CPLP cobre uma parte significativa da superfície do planeta – uma área oceânica que ultrapassa os 7 milhões de km² e que, com o aumento da Extensão da Plataforma Continental³⁵⁰ de Portugal, poderá ultrapassar os 7,5 milhões km² (Quadro XXII), em que os oceanos não são apenas uma questão económica, são também um recurso estratégico e diplomático, pretendendo-se que exista uma visão concertada, entre os países membros, deste património que são os oceanos, tal como foi já evidenciado no *ponto 1.4* desta tese. Daí que o conceito de *Hypercluster do Mar* seja essencial para a existência de Portugal e de todos os países lusófonos na medida em que engloba um conjunto de actividades económicas ligadas à temática marítima. É neste sentido que é criada a *Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa (APLOP)*, apoiada pela *Associação dos Portos de Portugal*, procurando estreitar os laços de cooperação, aumentar as trocas comerciais entre estes países e destacar o papel dos portos no desenvolvimento económico do espaço da CPLP.

Quadro XXII. ZEE por Países e Total Lusofonia

Países da Lusofonia	ZEE (km²)
Angola	501 050
Brasil	3 179 693
Cabo Verde	796 840
Guiné-Bissau	106 117
Moçambique	571 955
Portugal	1 832 848
São Tomé e Príncipe	165 364
Timor-Leste	77 256
ZEE Total Lusofonia	7 231 123

Fonte: Baseado nos dados individuais em *Sea Around US Project – Fisheries, Ecosystems & Biodiversity in* LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 240.

³⁵⁰ A Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental foi a entidade incumbida pelo Governo Português para a apresentação da candidatura às Nações Unidas, no sentido de provar pela ciência que a parte continental do território português se prolonga mar adentro para além das 200 milhas náuticas. Para que se tenha ideia das dimensões desse património, a sua superfície corresponde a 40 vezes o território nacional e a mais de 80% da área terrestre dos 27 Estados-Membros da UE. A decisão final irá demorar alguns anos.

No contexto lusófono, o mar – recurso estratégico que representa um enorme activo e uma fonte de prosperidade e crescimento económico – foi um meio de comunicação privilegiado, reflectindo parte significativa da dimensão cultural e identitária de cada país membro da CPLP. A marinha mercante é, aliás, um dos eixos de desenvolvimento de um país, fundamental para transporte de mercadorias e bens³⁵¹.

Apesar da reduzida dimensão do PIB conjunto da CPLP à escala mundial, a importância geopolítica do espaço lusófono assume cada vez maior projecção no Mundo com a concertação política e diplomática dos seus Estados, o reforço da cooperação a nível económico, social e tecnológico e a defesa dos seus interesses nacionais. Com efeito, no caso da concertação política de esforços, está bem patente, seja no quadro da ONU, seja em termos das organizações regionais, seja ainda nas candidaturas a cargos³⁵² de entidades internacionais, valendo mais do que quando se fala a uma só voz. Oito votos é um peso importante em reuniões internacionais e não é por acaso que, por exemplo, a Austrália, Marrocos, a Ucrânia e a Indonésia, procuram a aproximação à CPLP. O princípio de que uma oportunidade para um é uma oportunidade para o todo, é algo a preservar³⁵³.

Outra revista, a *EXAME Angola*, datada de Abril de 2010, no seu artigo “Afinal quanto é que vale a CPLP?” aponta para os seguintes resultados (Gráficos XVI): se a CPLP fosse um bloco económico seria a sexta potência, precedida pela UE, NAFTA (*North America*

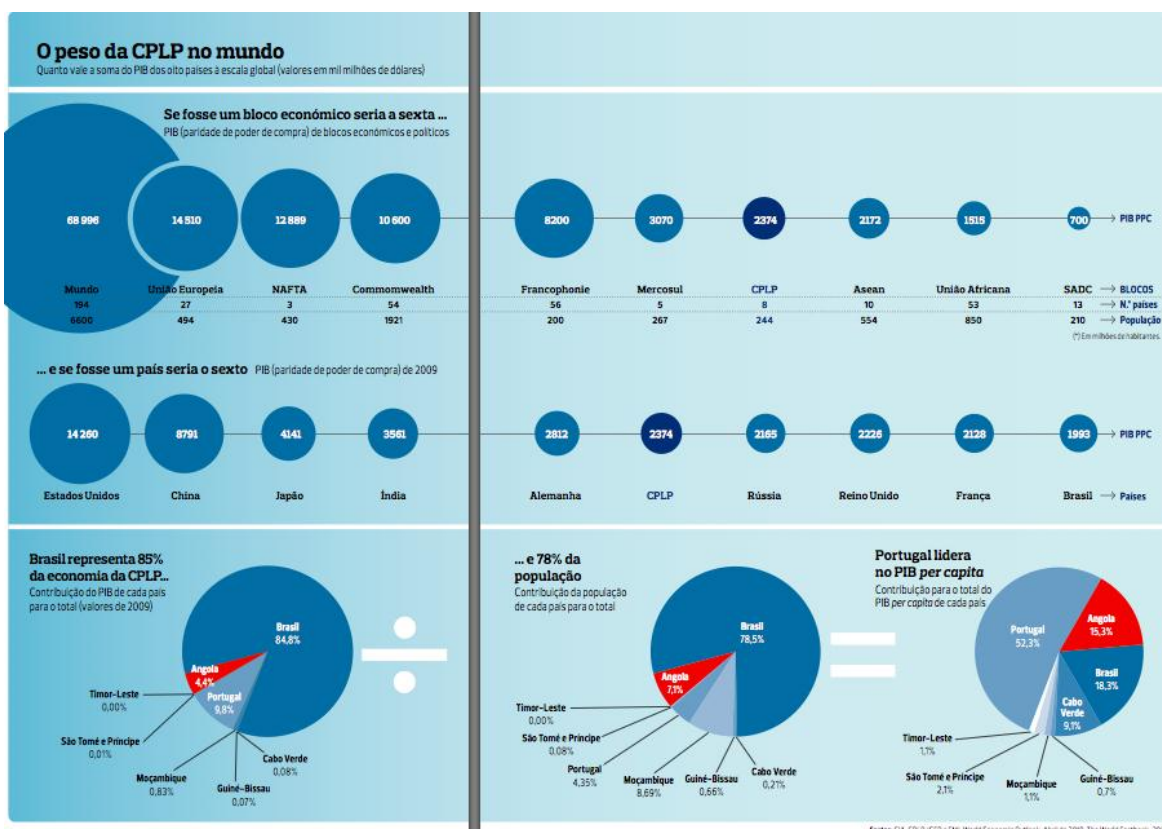
³⁵¹ XAVIER, Rui (Ministro Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais - Angola”, IEP – UCP, Lisboa, 4 de Fevereiro de 2009.

³⁵² Na eleição que teve lugar no dia 11 de Novembro de 2010, no Conselho Económico e Social (ECOSOC) da ONU, em Nova Iorque, destaque para a eleição de Timor-Leste, que entrou na corrida pelo grupo asiático, acabando por ter mais votos do que o Irão, cuja derrota, segundo a BBC, surgiu após forte oposição dos EUA e de grupos de direitos humanos, que criticaram a violação desses direitos e o tratamento discriminatório que as mulheres têm nesse país. Com a missão de promover a igualdade de género e o reforço dos poderes das mulheres, a ONU Mulheres vai aglutinar quatro agências da ONU com funções idênticas: *United Nations Development Fund for Women* / Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), *Division for the Advancement of Women* / Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), *Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women* / Gabinete do Assessor Especial para Questões de Género e Promoção da Mulher (OSAGI) e *International Research and Training Institute for the Advancement of Women* / Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para o Fortalecimento das Mulheres (INSTRAW). Deste modo, Angola, Cabo Verde, Brasil e Timor-Leste vão estar representados na administração da nova agência das Nações Unidas para as Mulheres (UN Women / ONU Mulheres), que será chefiada pela ex-Presidente chilena Michele Bachelet [Notícia “Timor derrota Irão para lugar na UN Women”, jornal *Público*, Lisboa, 12 de Novembro de 2010.]

³⁵³ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “O português está a tornar-se uma mais-valia económica”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 7 de Março de 2010.

Free Trade Association – Associação de Comércio Livre da América do Norte), *Commonwealth*, *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF) e MERCOSUL. Se fosse um país seria também o sexto, depois dos EUA, seguidos da China, Japão, Índia e Alemanha. Só o Brasil representa 85% da economia da CPLP e 78% da população, liderando Portugal no indicador – PIB *per capita*.

Gráficos XVI. O peso da CPLP no Mundo



Fonte: CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afinal quanto é que vale a CPLP?», *Revista EXAME Angola*, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010, in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

O estudo sobre o «*O Potencial Económico da Língua Portuguesa*» que o ISCTE tem vindo a realizar sobre o *Valor Económico da Língua Portuguesa*, promovido e financiado pelo IC, coordenado pelo Prof. Luís Reto (enquanto reitor do ISCTE-IUL), de cuja equipa fez parte o Prof. José Paulo Esperança, aponta para os seguintes resultados³⁵⁴ do poder económico dos falantes de português no Mundo que representa:

³⁵⁴ ESPERANÇA, José Paulo (Investigador e professor universitário), 1º Ciclo de Conferências – 3ª conferência “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 29 de Novembro de 2011.

- 4% do PIB mundial;
- 3,7% da população total;
- 7,25% da superfície continental da Terra.

Este estudo analisa ainda o impacto da língua portuguesa em quatro dimensões: i) comércio externo; ii) IDE; iii) fluxos migratórios e iv) turismo. Conclui que a proximidade linguística influencia *significativamente* o IDE e os fluxos migratórios e *moderadamente* o comércio externo e os fluxos turísticos.

Destaque para alguns aspectos dominantes nas dimensões atrás indicadas:

- no caso do comércio externo, o estudo considera que as trocas comerciais poderão ser facilitadas entre utilizadores do mesmo idioma, pelo que o impacto da língua no comércio externo é positivo, podendo as diferenças linguísticas representar barreiras ao comércio, equivalentes a tarifas que podem oscilar entre os 15 e os 22%; ademais, partindo da análise dos principais parceiros comerciais de Portugal, verifica-se que a proximidade geográfica e a dimensão económica são mais relevantes do que a proximidade linguística, apenas significativa nas exportações, enquanto o seu peso nas importações é equivalente ao peso dos países lusófonos na economia mundial;
- o investimento directo português no estrangeiro é revelador do impacto significativo da proximidade linguística em que este estudo sugere que as empresas reduzem fortemente os custos de organização quando investem em países com o mesmo idioma, sendo esta situação mais significativa nas empresas com menor experiência internacional;
- os fluxos migratórios são sobretudo determinados por razões económicas, embora o factor linguístico seja muito significativo visto poder implicar custos de adaptação;
- ao nível do turismo, a proximidade linguística apresenta a mais baixa relevância, pelo que as diferenças de idiomas não surgem como obstáculo ao visitante temporário.

Através de um inquérito realizado, em 2008, aos estudantes do IC no estrangeiro, este estudo apresenta os seguintes resultados: as motivações que levam a aprendizagem do português prendem-se com os usos e as expectativas em relação a essa língua, principalmente de acordo com a sua importância estratégica, traduzida nas oportunidades profissionais e empresariais para os seus utilizadores, podendo esse valor ser, no futuro, potenciado, para as empresas e para os países, se for canalizado para as actividades com maior potencial da sua utilização – cultura, conhecimento científico e técnico, e funções de coordenação e gestão.

A notoriedade da língua portuguesa, ainda segundo este estudo, está patente no reconhecimento quer de algumas personalidades (por exemplo, ex-presidente do Brasil - Lula da Silva; jogadores de futebol – Ronaldinho Gaúcho, Cristiano Ronaldo, Figo; poetas, escritores e cantores – Fernando Pessoa, José Saramago, Paulo Coelho, Amália, Luís de Camões), quer de algumas marcas em países não lusófonos (Petrobras, Tap, Sagres, Pingo Doce/Jerónimo Martins/Biedronka, Millenium BCP, Superbock, etc) e em países de língua oficial portuguesa (Sonangol, Mcel, Gringo, Mozal, Soares da Costa, Cuca, Sagres, Portugal Telecom, entre outras).

O Quadro XXIII expressa o PIB, a preços correntes, calculados em milhares de milhões de dólares americanos, estabelecendo uma comparação entre os países lusófonos, com base nos respectivos valores desse indicador, incluindo a reunião de alguns dados sobre o peso que a CPLP representa no Mundo.

Não obstante o PIB se tratar de um índice que deve ser analisado com cuidado, na medida em que corresponde a uma média, sobretudo quando avaliado em termos correntes, pois abafa o efeito da inflação e dificulta uma comparação entre países de dimensões (territoriais e populacionais) muito diversos, é possível constatar, a partir deste quadro, que o PIB do total da CPLP a preços correntes (que envolve a soma do PIB *per capita* dos oito países lusófonos) é pouco significativo na economia mundial. Desde 1980 que tem oscilado entre os 3% na década de 90 do século XX e os 1% em 2010 (período de crise financeira internacional).

Quadro XXIII. Comparação – Países Lusófonos com base no PIB corrente

(milhares de milhões USD).

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010*
ANG	5 428	6 914	10 278	5 066	9 135	30 632	87 718
BRA	162 615	253 078	507 784	769 741	644 283	881 753	1 724 347
CV	0,142	0,138	0,308	0,487	0,535	0,997	1 885
G-B	0,148	0,248	0,278	0,270	0,230	0,302	0,464
MOÇ	4 615	4 516	2 536	2 285	4 183	6 579	9 605
POR	31 182	26 041	75 967	113 017	112 980	185 771	228 580
STP	0,068	0,083	0,120	0,104	0,077	0,115	0,197
T-L	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,233	0,332	0,706
Mundo	11 782 661	12 897 819	22 851 067	29 638 425	32 102 996	45 385 475	60 495 378
CPLP	203 840	290 549	596 565	890 109	770 581	1 104 735	327 788
% CPLP Mundo	2%	2%	3%	3%	2%	2%	1%

* Estimativas

Fonte: FMI (2009) in LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 120.

No universo internacional, quando se comparam as várias «comunidades linguísticas» (Quadro XXIV) nota-se um profundo fosso entre o papel que a CPLP desempenha na economia e na política mundial face às suas congéneres britânica – *Commonwealth* – ou francófona – *Organisation Internationale de la Francophonie*, apesar de algumas acções de cooperação estabelecidas entre estes três espaços linguísticos:

Quadro XXIV. CPLP | Commonwealth | OI Francophonie.

Comunidades/ Indicadores	CPLP	Commonwealth	OI Francophonie
Data de criação	17.07.1996	11.12.1931	20.03.1970
N.º de países membros	8	54	56
Área (milhões km²)	10 705 872	31 462 574	28 223 184
População (milhões cid.)	250	2 100	890
Orçamento	2 milhões Eur	47 milhões UK£	81 milhões Eur

Fonte: Websites destas 3 comunidades consultados em 7 de Novembro de 2011:

- CPLP: <http://www.cplp.org>
- Commonwealth: <http://www.thecommonwealth.org>
- Organisation Internationale de la Francophonie: <http://www.francophonie.org/>

Sob o ponto de vista económico não se podem comparar pois, na realidade, quase um terço do comércio internacional é gerado pelos membros da *Commonwealth*, criada em 1931 e constituída por 54 nações, entre as quais o Reino Unido, a Índia, a Austrália e o Canadá que, por sua vez, *alinha* com os Estados Unidos e o México na NAFTA (o segundo maior bloco económico a seguir à UE).

Ademais, ao nível orçamental, a CPLP distancia-se dos seus «concorrentes». Em 2010, o orçamento da OIF, composta por 56 países, foi de 81 milhões de euros, registando, nos últimos anos, um aumento ao ritmo médio anual de 11%.

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros da CPLP, reunido em Luanda, em 22 de Julho de 2010, o orçamento de funcionamento da CPLP, ainda que não seja público, foi estimado em cerca de 2 milhões de euros, constituído por contribuições obrigatórias (em função do PIB de cada país membro) e por contribuições voluntárias³⁵⁵.

Segundo informações prestadas por Ana Neto, Chefe de Gabinete do Secretariado Executivo da CPLP, as contribuições ordinárias dos países membros são de 41 808 euros/ano, fazendo Angola, Brasil, Moçambique e Portugal contribuições extraordinárias cujos montantes resultam de um conjunto de parâmetros ligados à dimensão económica e populacional de cada um deles. Em 2010, o orçamento ascendeu a 1 626 566 euros, montante idêntico ao de 2009.

No geral, os dados apurados deverão, por isso, ser analisados mediante uma leitura crítica e cuidadosa da realidade económica dos PALOP³⁵⁶, de Portugal, Brasil e Timor-Leste, na medida em que têm associada uma característica de dúvida mas que, metodologicamente, terão que ser considerados, ficando patente a desigualdade entre estes países, com destaque para o domínio do Brasil em termos de volume (Quadro XXV).

³⁵⁵ CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afinal quanto é que vale a CPLP?», Revista EXAME Angola, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010, in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

³⁵⁶ Com destaque para a relevância do meio rural, da agricultura e da necessidade do desenvolvimento priorizar os mais desfavorecidos no quadro de sistemas democráticos ajustados às realidades, sobretudo no âmbito do paradigma que o desenvolvimento é um compromisso com a liberdade [MOSCA, João e ZANZALA, Julien (2006), *Economia dos PALOP*, Lisboa: Instituto Piaget].

Quadro XXV. Produto Interno Bruto (nominal) dos Países Lusófonos (2011).

Países	PIB nominal (milhares de milhões de USD)
Angola	99 325
Brasil	2 517 927
Cabo Verde	1 943
Guiné-Bissau	0,986
Moçambique	12 141
Portugal	241 921
São Tomé e Príncipe	0,233
Timor-Leste	0,709
TOTAL	2 873 259

Fonte: IMF (2011a), *World Economic Outlook Database*, Washington, Setembro.

Partindo do valor total do PIB nominal (2 873 259 mil milhões de USD) indicado para o conjunto dos 8 países da CPLP, procura-se verificar se o seu significado é relevante ou se, pelo contrário, representa um potencial por concretizar. Os resultados apurados permitem obter o *ranking* que consta no Quadro XXVI.

Perante o PIB nominal conjunto da CPLP, o seu peso na economia mundial ronda o valor percentual de 4,6%, ficando acima de países como a França (4,1%), Reino Unido (3,6%), o próprio Brasil (3,3%) e o Canadá (2,5%), mas aquém da UE como um todo (25,8%), dos Estados Unidos (23,1%), da China (9,3%) e da Alemanha (5,2%).

Quadro XXVI. *Ranking* dos países/organizações face ao PIB nominal da CPLP (2010).

Países	PIB nominal (milhares de milhões USD)	Peso na economia mundial (%)
Mundo	62 911 253	100%
União Europeia	16 242 256	25,8%
Estados Unidos	14 526 550	23,1%
China	5 878 257	9,3%
Japão	5 458 797	8,7%
Alemanha	3 286 451	5,2%
CPLP	2 873 259	4,6%
França	2 562 742	4,1%
Reino Unido	2 250 209	3,6%
Brasil	2 090 314	3,3%
Itália	2 055 114	3,3%
Índia	1 631 970	2,6%
Canadá	1 577 040	2,5%

Fonte: Cálculos efectuados a partir dos dados disponibilizados em IMF (2011a), *World Economic Outlook Database*, Washington, Setembro.

No caso do PIB *per capita* registado, em 2010, pelos países da CPLP (Quadro XXVII), comparando os dados de acordo com as fontes:

- Fundo Monetário Internacional (FMI) – *World Economic Outlook Database* – Setembro de 2011, acedido em 20 de Setembro de 2011;
- Banco Mundial (BM) – *World Development Indicators Database*, acedido em 6 de Outubro de 2011;
- *Central Intelligence Agency* (CIA) – *The World Factbook*, acedido em 9 de Julho de 2011.

Constata-se que os números apresentados são bastante similares, resultando um valor global na ordem dos 50 875 (FMI), 51 602 (BM) e 52 300 (CIA) dólares e um valor médio de 6 359 (FMI), 6 450 (BM) e 6 538 (CIA) dólares.

Quadro XXVII. Produto Interno Bruto *per capita* dos Países Lusófonos-2010
(FMI vs BM vs CIA).

País	PIB <i>per capita</i> (FMI) (milhares USD)	PIB <i>per capita</i> (BM) (milhares USD)	PIB <i>per capita</i> (CIA) (milhares USD)
Angola	5 749	6 035	8 200
Brasil	11 273	11 127	10 800
Cabo Verde	3 737	3 954	3 800
Guiné-Bissau	1 087	1 177	1 100
Moçambique	1 012	935	1 000
Portugal	23 262	25 573	23 000
São Tomé e Príncipe	1 886	1 880	1 800
Timor-Leste	2 869	921	2 600
TOTAL	50 875 => / 8 países = 6 359	51 602 => / 8 países = 6 450	52 300 => / 8 países = 6 538

Fontes: FMI, BM e CIA (dados 2010).

Estabelecendo um *ranking* dos países cujo PIB *per capita* seja superior e inferior ao registado, no total e em média, pelos países da CPLP (Quadro XXVIII), verifica-se, no primeiro caso, que países como o Qatar, Luxemburgo, Singapura e Noruega se encontram acima do valor global atingido pela CPLP, enquanto os EUA, Hong Kong, Suíça, Países Baixos, Áustria e Canadá apresentam um valor inferior.

Quadro XXVIII *Ranking* dos países face ao PIB *per capita* global da CPLP-2010
(FMI vs BM vs CIA).

Países	PIB <i>per capita</i> (FMI) (milhares USD)	PIB <i>per capita</i> (BM) (milhares USD)	PIB <i>per capita</i> (CIA) (milhares USD)
Qatar	88 222	80 229	179 000
Luxemburgo	81 466	89 769	82 600
Singapura	56 694	57 505	62 100
Noruega	51 959	56 894	54 600
CPLP	50 875	51 602	52 300
EUA	46 860	47 184	47 200
Hong Kong	45 944	46 157	45 900
Suíça	41 950	46 215	42 600
Países Baixos	40 973	42 475	40 300
Áustria	39 761	39 698	40 400
Canadá	39 171	38 915	39 400

Fontes: FMI, BM e CIA (dados 2010).

No segundo caso (Quadro XXIX), o valor médio do PIB *per capita* da CPLP é ultrapassado, por exemplo, pelo México, pela África do Sul, China e Ucrânia, ficando acima de países como a Jordânia, o Paraguai, Marrocos e a Índia.

Quadro XXIX. *Ranking* dos países face ao PIB *per capita* médio da CPLP-2010 (FMI vs BM vs CIA).

Países	PIB <i>per capita</i> (FMI) (milhares USD)	PIB <i>per capita</i> (BM) (milhares USD)	PIB <i>per capita</i> (CIA) (milhares USD)
México	14 406	14 566	13 900
África do Sul	10 518	10 486	10 700
China	7 544	7 536	7 600
Ucrânia	6 698	6 658	6 700
CPLP	6 359	6 450	6 538
Jordânia	5 767	5 706	5 400
Paraguai	5 208	5 152	5 200
Marrocos	4 794	4 668	4 800
Índia	3 408	3 586	3 500

Fontes: FMI, BM e CIA (dados 2010).

3.4 A Lusofonia como factor de relevância económica

Partindo da definição de «*relevância*», inicialmente, evidenciada, desde logo, na fase introdutória deste trabalho, o Prof. Ernâni Rodrigues Lopes sublinhou³⁵⁷ que a construção lusófona só faz sentido se assegurar ganhos específicos para cada um dos países membros da CPLP e, potenciando essa via, também e por acréscimo, para o conjunto, em termos de ganhos colectivos na projecção institucional da CPLP no plano global das relações internacionais.

Essa «*relevância*», enquanto activo com duas vertentes: pública e privada³⁵⁸, pode ser medida de várias formas, resultando na distinção entre bem público e bem privado, em torno de duas características: a rivalidade no consumo e a aplicação do princípio da

³⁵⁷ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues «Uma exigência do futuro: valorizar o binómio mar / Lusofonia», Conferência de Encerramento do Congresso “Os Mares da Lusofonia”, Gare Marítima Alcântara-Lisboa, 27 de Setembro de 2008. (Texto policopiado)

³⁵⁸ Cf. LOPES RODRIGUES, 2002.

exclusão. A Lusofonia como factor de relevância económica depende da sua proactividade, mediante as suas dimensões pública e privada. A materialização dessa relevância pode ser consubstanciada em diversos critérios de medição, entre eles: a *performance* dos países lusófonos perante alguns dos indicadores económicos precedentemente aludidos; a sua capacidade de atracção de investimento; o eventual reconhecimento do seu prestígio no cenário internacional; e a sua competitividade perante geografias concorrenciais³⁵⁹ diversas – anglófona, francófona e espanófono.

Não obstante a dimensão demográfica da língua portuguesa (o universo de cerca de 250 milhões de falantes, composto por povos e países, espalhados pelos continentes), se os países que a falam não se afirmarem economicamente, essa língua terá escassas possibilidades de se internacionalizar noutras instâncias (política, económica e científica) que não a linguística.

Portanto, é fundamental o desenvolvimento das relações económicas de comércio, IDE, valorização dos recursos, parcerias estratégicas (nacionais, regionais e internacionais) e *joint ventures*, pois só desse modo poderá ficar assegurada, para o futuro, a função estrutural de geração/acumulação/reinvestimento do lucro (uma das chaves necessárias ao processo de desenvolvimento económico e social).

Reconhecendo a diversidade geográfica e cultural dos Estados que compõem a CPLP, é necessário que se aposte no ensino em Português, na ligação e interacção do Português com outras línguas (como o crioulo ou o tétum) e na promoção de outras vertentes – empresarial, cultural, etc – que são, em si próprias, veículos de difusão da língua.

O desenvolvimento permite internacionalizar uma língua, fazendo dela um instrumento efectivo de referência cultural e económica. Complementarmente, internacionalizar é ensinar o português como língua estrangeira, é operar junto das escolas secundárias e universidades que depois abrem caminho a outros sectores de actividade (economia, negócios, ciência e cultura), é apostar nos centros de línguas que trabalham o seu ensino fora das universidades e é, não obstante a polémica associada, incentivar a aplicação do

³⁵⁹ Cf. LOPES RODRIGUES, 2008a.

Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa de modo a evitar a existência de dupla grafia que limita a dinâmica do idioma³⁶⁰, o que diferenças que criam obstáculos em todos os planos em que a forma escrita é utilizada sejam: a difusão cultural (literatura, cinema, teatro); a divulgação da informação (jornais, revistas, TV ou *Internet*); as relações comerciais (propostas negociais, textos de contratos), entre outros.

Selma Alves Pantoja³⁶¹ identifica outro aspecto dominante, em torno do diálogo intra-CPLP: a complexidade das questões da cidadania e da circulação no espaço CPLP, sendo certo que a progressiva eliminação das barreiras à circulação de pessoas é um importante factor de integração dos povos, de reforço do sentimento de pertença e de concretização da comunidade. Com o arrastar das negociações para uma eventual aprovação do *Estatuto de Cidadão Lusófono*³⁶², mais tarde (aquando da IV Reunião do *Grupo de Trabalho sobre a Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP*, datada de Abril de 2003) designado por *Estatuto do Cidadão da CPLP*, sem ainda reunir o consenso necessário. A criação deste estatuto será um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os países membros, contribuindo para o sentimento de pertença à Comunidade e para a concretização dos objectivos subjacentes à sua fundação.

O Estatuto deve ser um mecanismo político e diplomático para a defesa da identidade lusófona, uma vez que os países da CPLP estão presentes em culturas e civilizações distintas. Cabo Verde já tinha aprovado anteriormente o *Estatuto de Cidadão Lusófono* (Lei n.º 36/97 promulgada em 8 de Agosto de 1997, entrando em vigor a 1 de Novembro de 1997), mas este “*não passou de um sonho*” (PINTO, 2005: 395).

³⁶⁰ Cf. Notícia “Trocando as Letras – O que é esse tal Acordo Ortográfico?” por Rejane Lima (Mestre em Geografia Humana e Planeamento Urbano pela Universidade de Lisboa), revista *Share – TV Record Magazine*, São Paulo, Maio-Junho de 2011.

³⁶¹ Entrevista de PANTOJA; Selma Alves (Professora de História de África na Universidade de Brasília, especialista em estudos sobre Angola) “Angola está aberta ao mundo”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 31 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)

³⁶² Este estatuto foi proposto em 1997 por Cabo Verde, constituindo um projecto conducente a uma futura livre circulação. Com efeito, a *Cidadania* e a *Circulação* representam duas áreas com alguns avanços registados na CPLP apesar das dificuldades em conceder direitos políticos, económicos e sociais, cuja aplicação seja consonante com os actuais ordenamentos jurídicos. Isto porque cada um dos países da CPLP também está integrado noutras organizações regionais e sub-regionais que impõem regras mais estritas.

Destaque ainda para a resolução adoptada pelo Conselho de Ministros reunido em Bissau (VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo), em Julho de 2006, que considera a cidadania e a circulação de pessoas no espaço CPLP como factores essenciais e reitera a necessidade do reforço dos laços de solidariedade entre os cidadãos dos países membros e de intercâmbio sócio-cultural dinamizador do conhecimento mútuo e do sentimento de pertença à Comunidade.

Foram também alcançados alguns acordos que permitem, por exemplo, que portadores de passaportes diplomáticos e de serviço de algumas categorias de cidadãos possam beneficiar da livre circulação. Essa liberdade será extensiva aos cidadãos em geral quando todos os Estados da CPLP ratificarem o documento. Nos países onde as mudanças ainda não estão a acontecer é porque a sua legislação ou Constituição ainda cria algumas barreiras ao *Estatuto do Cidadão da CPLP*. Contudo, a criação da Assembleia Parlamentar da CPLP em Abril de 2009 poderá vir a facilitar este processo, como órgão ligado aos parlamentos que tem a vocação de propor e agendar o debate, bem como permitir a adequação das leis magnas destes países a este Estatuto³⁶³.

Os representantes dos Estados não têm invocado objecções de natureza política, mas sim impedimentos jurídico-constitucionais, nomeadamente quanto à atribuição de direitos políticos³⁶⁴, sendo de assinalar que a CPLP é formada por países politicamente independentes, “*cada um deles integrado nas suas solidariedades regionais e em que as diferenças de desenvolvimento a nível mundial incentivam um fluxo migratório no sentido sul-norte*” (PINTO, 2005: 373).

Os benefícios do *Estatuto do Cidadão da CPLP* passam pela organização de programas de intercâmbio *Erasmus* para estudantes (tal como sucede no espaço europeu), pela possibilidade de escritores levarem aos diferentes países as suas produções literárias, contribuindo para a existência de uma maior proximidade entre os povos, países e culturas; pela organização de festivais, encontros de cinema, música e artes plásticas entre os

³⁶³ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)

³⁶⁴ FERREIRA, Patrícia Magalhães (2009), “Um ano de Presidência Portuguesa da CPLP”, *IEEI*, Acedido em 10 de Setembro de 2009, in: <http://www.ieei.pt/post.php?post=755>.

estados; pela colocação à disposição dos cidadãos lusófonos de todas as valências, por exemplo, na área da medicina em complementaridade entre os países membros; pela realização de negócios e investimentos potenciais, visto que actualmente as trocas comerciais continuam a ser fundamentalmente entre cada um dos países e com a Europa, sendo ainda baixa a ligação Sul-Sul, por exemplo, entre Moçambique e Angola ou entre Cabo Verde e São Tomé. A consolidação das trocas no âmbito multilateral é algo que se pretende, não obstante os Estados se encontrarem num processo de afirmação como países independentes, o que pressupõe algum tempo.

Após a queda do império, que implicou “*o regresso à plataforma originária, com uma só fronteira, geográfica, política e cultural, europeia*”³⁶⁵, Portugal virou-se para a Europa, redefinindo o seu «*conceito estratégico nacional*», ainda que a sua integração no espaço europeu tenha começado muito antes do fim do seu Império Colonial em 1974, mais precisamente, na altura em que Império Euromundista começava a desabar como consequência da II Guerra Mundial. Portugal passou a assumir uma “*função de fronteira e articulação, designadamente entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, onde o futuro do Brasil se projecta*”³⁶⁶.

PINTO (2005: 206) sublinhou:

“Os primeiros passos dessa integração foram a adesão à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), mais tarde OCDE, criada para gerir a ajuda do Plano Marshall, e a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).”

Sob o ponto de vista da defesa, Portugal inseriu-se ainda na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), viveu uma descolonização tardia e é natural que países como a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola (país em guerra durante mais de 40 anos) só mais tarde comecem a dispor de instrumentos de intervenção no domínio da língua que demoram décadas a construir: universidades, academias, centros de pesquisa, académicos qualificados, na medida em que anteriormente tinham outras limitações e prioridades.

³⁶⁵ MOREIRA, 2000: 13.

³⁶⁶ MOREIRA, Adriano (2001b), «A relação privilegiada de Portugal-Brasil», *Temas de Integração*, N.ºs 10 e 11, Coimbra: Livraria Almedina, p. 15.

Nesta sequência, é possível afirmar que enquanto Angola, sobretudo, e Moçambique, que são países com dimensão demográfica considerável, não ganharem um peso internacional significativo, será muito difícil que a língua portuguesa se internacionalize. O caso do Brasil é a evidência disto na medida em que está a ganhar uma grande presença e é um país mais poderoso economicamente, começando o português a ser uma língua com algum poder internacional.

Apesar da polémica gerada em torno da aplicação do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* nos países membros da CPLP, é inegável o papel de locomotiva / alavanca do Brasil, constatando-se que a língua é um instrumento estratégico muito importante. É neste sentido que a quebra de barreiras, que se perspectiva que este novo Acordo traga para o espaço da Lusofonia, seja vista como uma grande mais-valia.

Daí o anúncio de criação de uma «*Universidade da CPLP*», a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)³⁶⁷ ou Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, no Nordeste brasileiro, região do Maciço de Baturité, precisamente no município de Redenção³⁶⁸ (a 63 quilómetros de Fortaleza), no Estado do Ceará. A sede provisória³⁶⁹, chamada de *Campus* da Liberdade, fica na área onde funcionava a Prefeitura do município, enquanto o *campus* definitivo³⁷⁰ não estiver definido e construído³⁷¹.

O projecto de lei da sua criação foi enviado ao Congresso Nacional brasileiro em 20 de Agosto de 2008. A Comissão de Implantação da UNILAB foi empossada pelo Ministro da Educação de então – Fernando Haddad, em 14 de Outubro de 2008, presidida pelo Prof. Paulo Speller (também reitor da UNILAB e ex-reitor da Universidade Federal de Mato Grosso – a última universidade federal criada no governo Lula). A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou em 13 de Março de 2009 o Projecto de Lei

³⁶⁷ Notícia “Unilab levará desenvolvimento” jornal *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 5 de Fevereiro de 2010. (Texto policopiado)

³⁶⁸ Escolhido para a localização da UNILAB por ter sido a cidade pioneira na libertação dos escravos no Brasil, em 1883.

³⁶⁹ Inaugurada em Janeiro de 2011.

³⁷⁰ A previsão é de que fique pronto em 2012, tendo sido o terreno cedido pelo Governo do Estado.

³⁷¹ Notícia “Redenção sediará Unilab em Agosto” jornal *O Povo online*, Cachoeira do Sul, 6 de Março de 2010. (Texto policopiado)

n.º 3891/08 do Executivo, criando a UNILAB, com a finalidade de formar recursos humanos para desenvolver a integração entre o Brasil e os demais países da CPLP, especialmente os africanos.

Os cursos da UNILAB são ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos restantes países da CPLP, com ênfase em temas que envolvam formação de professores, desenvolvimento agrário, processos de gestão e saúde pública, entre outros. Esta universidade viabilizará o intercâmbio de estudantes do Brasil com outros dos PALOP, assim como de Timor-Leste e Macau (metade das vagas é destinada a brasileiros e a outra metade a estudantes dos restantes países lusófonos). As inscrições³⁷², gratuitas, para o processo selectivo da UNILAB, abriram no dia 10 de Janeiro de 2011, sendo oferecidos os seguintes cursos de graduação: Agronomia (bacharelato), Administração Pública (bacharelato), Ciências da Natureza e Matemática (licenciatura), Enfermagem (bacharelato) e Engenharia de Energias (bacharelato), com um total de 180 vagas³⁷³. A aula inaugural da UNILAB teve lugar no dia 25 de Maio de 2011 com 360 alunos, a maioria brasileiros e 39 de países africanos.

Segundo o Prof. Paulo Speller, no seu primeiro ano de funcionamento (2011), a UNILAB deveria ter 350 alunos³⁷⁴, oriundos do Brasil e de outros países de língua portuguesa, cuja meta é chegar a cinco mil alunos matriculados num período de cinco anos³⁷⁵.

Entende-se que a instalação de uma universidade deste tipo representará um pólo de desenvolvimento económico e cultural de uma região pouco desenvolvida e onde há uma forte presença africana. Com esta iniciativa, o Brasil poderá afirmar-se como o grande

³⁷² Notícia “UNILAB: Inscrições para o processo selectivo começam no dia 10” jornal *Vermelho*, São Paulo, 3 de Janeiro de 2011. (Texto policopiado)

³⁷³ Edital n.º 1-Unilab/2010 “Processo selectivo para ingresso de estudantes, dos países abaixo indicados, nos cursos de graduação da UNILAB”, Fortaleza, 24 de Novembro de 2010.

³⁷⁴ No campo docente, o primeiro professor africano da UNILAB a ter o seu termo de posse assinado pelo reitor desta Universidade – Paulo Speller, foi o Prof. Lourenço Ocuni Cá – empossado no dia 29 de Outubro de 2010, sendo natural da Guiné-Bissau e cuja formação académica passou pela licenciatura, no Brasil, em Letras e Linguística e pelo mestrado em Administração e Supervisão em Educação, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), de São Paulo.

³⁷⁵ Notícia “Prédio provisório deve ser inaugurado em Janeiro de 2011” *Jornal de Hoje / Ceará*, Fortaleza, 28 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)

interlocutor no universo da língua portuguesa para África, cujo dinamismo de afirmação política constitui a grande novidade na primeira década do ano 2000.

Segundo estimativas da ONU, num relatório apresentado em Novembro de 2008, a CPLP deverá registar um aumento populacional de cerca de 110 milhões de habitantes até 2050, passando, assim, a ter 357 milhões de pessoas. Os dados do estudo do *Fundo de População das Nações Unidas* (UNFPA) apontam para um crescimento da população na ordem dos 44% nos países da CPLP, concentrando, em 2050, quase 4% do total da população mundial – que nessa altura deverá ter 9,1 mil milhões de pessoas. Portugal deverá ser o único país da CPLP com um decréscimo populacional, ao contrário do que irá suceder nos restantes sete países analisados. Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste verão as suas populações crescer mais do dobro e o Brasil, o país mais populoso da CPLP, passará para 254,1 milhões.

No entanto, para que o aumento da representação da CPLP se reflecta numa maior projecção da Lusofonia no Mundo é necessário reforçar a própria coesão interna do grupo, o que implica transformar a organização para que esta seja, cada vez mais, um instrumento de conhecimento mútuo entre países, de harmonização de vários aspectos e políticas e, ainda, de diálogo entre actores diversificados³⁷⁶.

A institucionalização da Lusofonia através da criação da CPLP, “*enquanto organização necessária à Lusofonia*”³⁷⁷, não foi feita contra ninguém, nem para se opor a nenhum bloco assente na língua e na cultura, como a Francofonia e a Anglofonia. A Lusofonia pode constituir o «cimento» da CPLP, mas esta posição pode ser vista numa outra perspectiva, ou seja, que a CPLP possa constituir a institucionalização – o «cimento» – da Lusofonia³⁷⁸, sendo uma das experiências válidas de acolhimento e reforço das solidariedades, neste caso na área dos 3 A’s (Ásia, África e América Latina), que procuram superar as diferenças étnico-culturais e até os conflitos históricos, pela reavaliação dos interesses e valores que apoiam uma acção conjunta a favor do desenvolvimento interno e

³⁷⁶ Cf. FERREIRA, 2009.

³⁷⁷ PINTO, 2005: 368.

³⁷⁸ PINTO, José Filipe (2009), *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*, Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda.

da presença solidária nos centros de diálogo, cooperação e decisão internacionais³⁷⁹. Partindo da assunção da «Lusofonia» como uma ideia para o futuro, para melhor se compreender a relação entre estes termos poder-se-á sistematizar, sucintamente, a leitura da realidade nos sete tópicos seguintes³⁸⁰:

1. *Uma matriz linguístico-cultural*, isto é, a base historicamente consolidada da afirmação da Língua Portuguesa;
2. *Uma realidade política*, isto é, o capital comum constituído pela CPLP como expressão política da ideia histórico-cultural da «Lusofonia»;
3. *Uma insuficiência*, isto é, a debilidade relativa da rede de relações económico-empresariais;
4. *Uma necessidade*, isto é, a expressão de sentimento generalizado de que é imperioso e urgente avançar na produção teórica sobre a natureza, os fundamentos e o potencial da Lusofonia, bem como sobre as opções estratégicas da CPLP;
5. *Uma fundamentação*, isto é, impõe-se, como elemento dominante, a afirmação continuada de uma inequívoca base histórico-cultural da Lusofonia e sobre ela reconhecer a raiz originária da CPLP;
6. *Um potencial*, isto é, o resultado da compreensão das realidades e potencialidades da Lusofonia em termos geopolíticos, à escala global;
7. *Um mecanismo necessário*, isto é, a compreensão de que, para que a Lusofonia se desenvolva, se aprofunde e se afirme, são, simplesmente, indispensáveis, a adesão, a mobilização e a acção das respectivas sociedades civis, em termos de consciência e intervenção de cidadania.

FERREIRA (2009) alerta ainda para o facto de que se a CPLP pretende valorizar o factor humano, assumindo-se como uma organização dos povos e como um espaço de cidadania, terá de dar passos para melhorar as condições de acesso a esse espaço, passando pela aprovação e implementação de instrumentos de integração política e social, que promovam a circulação e a partilha, sob pena dessa pretensão permanecer no campo da utopia.

³⁷⁹ Cf. MOREIRA, Adriano (Coord.) (2001a), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Coimbra: Livraria Almedina.

³⁸⁰ Cf. LOPES, 2008.

LOPES (2008) estava convicto que a articulação entre Estados (como detentores do poder soberano formal) e cidadania (como fonte e expressão da própria natureza e existência das sociedades organizadas) permitirá rasgar novos horizontes para a construção e a afirmação da «Lusofonia».

Deste modo, é neste sentido que importa apoiar os vários grupos de cidadania que, em cada um dos países da CPLP, pensam e trabalham para a tarefa de construção e afirmação da «Lusofonia», conduzindo-a a preencher o percurso de conceito multicultural para a sua explicitação como «*vector portador de futuro*», numa análise prospectiva, “*na medida em que configura novos campos de possibilidade*”³⁸¹. Na realidade, como o tempo é tríplice: “*nós seremos no futuro o que projectarmos ser no presente em função do passado*”³⁸².

Sendo a CPLP um espaço descontínuo em termos geográficos, com níveis de desenvolvimento muito díspares e com prioridades de política externa bastante diferenciadas (decorrentes do próprio contexto regional de cada país), todos os avanços que sejam realizados no seio da organização apenas poderão ter efeitos reais se existir um maior envolvimento dos países membros, de forma a incluírem progressivamente a agenda da CPLP nas suas políticas internas.

Na sequência da possível e desejável função da CPLP como plataforma global de afirmação da Lusofonia e de todos e cada um dos Oito, a afirmação dos seus membros no Mundo passa, a título de exemplo, pelo papel de líder do Brasil no que se refere ao MERCOSUL, pelos esforços envidados pelos países emergentes como Angola, Cabo Verde e Moçambique para se tornarem importantes intervenientes regionais (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO/ECOWAS, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC, UA) e ainda por Portugal como Estado-Membro da UE.

³⁸¹ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 48.

³⁸² Intervenção de GRAÇA, Pedro Borges «O futuro inscrito na história», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

Em suma, a CPLP (apoiando-se na Lusofonia e concretizando a sua dimensão política) constitui uma plataforma (já minimamente estruturada e consolidada) para a projecção de influência sobre as questões fundamentais das relações entre os povos, raças, religiões e culturas e, ainda, consequentemente, dos grandes temas económicos e políticos, à escala global. Destarte, cabe-lhe posicionar-se não apenas ao nível da actividade económico-empresarial mas também, talvez sobretudo, ao nível mais profundo da visão humanista do diálogo das civilizações em que “*nós só seremos nós quando formos além de nós*”³⁸³.

Poder-se-á afirmar que a primeira estratégia para a institucionalização da Lusofonia assentou, efectivamente, na definição de três pilares: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção da língua. Nessa fase, que ainda se arrasta na actualidade apesar de já terem decorrido vários anos, as estratégias terão de ser consideradas *para* a Lusofonia. Numa fase seguinte – que parece dar indícios de estar para breve, pois “*parece ter chegado o tempo de materializar ou construir a Lusofonia*”³⁸⁴ – as estratégias já poderão ser *da* Lusofonia porque quando uma comunidade procura afirmar-se internacionalmente, acaba por se confrontar com os interesses de outras comunidades.

³⁸³ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 265.

³⁸⁴ PINTO, 2009: 190.

4. O potencial da presença lusófona

A presença lusófona poderá assumir uma densificação multi-dimensional nas áreas económica, cultural e político-diplomática se for dinamizado o potencial do binário CPLP/Lusofonia, se os espaços de integração regional que envolvem países lusófonos forem cada vez mais dinâmicos, com destaque para os contributos de Angola e Brasil, e se se investir na aplicação concretizável do espaço cultural da Lusofonia enquanto vector portador de futuro, constituindo o instrumento central para a acção política vocacionada para a abertura de oportunidades e a exploração desse potencial³⁸⁵. Eis os pontos de discussão que este capítulo pretende debater.

Moisés de Lemos Martins sugere a possibilidade dos países lusófonos fazerem uma leitura afirmativa e prospectiva da sua presença no mundo³⁸⁶. Para GRAÇA (2008b: 123), “*a matriz humanista e universalista*” constitui “*uma potencialidade da projecção do futuro comum lusófono*”. A estratégia a seguir deverá, eventualmente, assentar na adopção de programas conjuntos de actuação direccionada aos principais países, apostando na valorização do vector lusófono na política externa de cada um dos Oito membros da CPLP, cuja arquitectura formal resulta de uma relação político-diplomática que, nas palavras do Prof. Ernâni Lopes, visa articular a parte *hard* com a *soft* em que a *hard* terá tanta mais força enquanto a parte *soft* lhe conferir mais conteúdo.

Para José Palmeira³⁸⁷, o «*Espaço lusófono*» tem potencialidades para ser uma «*marca*» no mercado global, assim os Estados que o representam consigam convergir em políticas que, para além da defesa e promoção da língua comum, passem pela prossecução de uma cooperação alargada a outros domínios de interesse mútuo. Destacou ainda que Brasil, Portugal e Angola apresentam-se, face ao seu protagonismo regional (ao nível da América Latina, União Europeia e África Austral, respectivamente), como os mais capazes de funcionar como «*motor*» da CPLP, frisando que não se pode:

³⁸⁵ Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 48.

³⁸⁶ Cf. MARTINS ET AL., 2006.

³⁸⁷ Comunicação “Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal” ao X Congresso Afro-Luso-Brasileiro, Universidade do Minho, Braga, 4 a 7 de Fevereiro de 2009. Vide também Notícia “Lusofonia: Cooperação económica é mais eficaz do que a cultural – Perito da Universidade do Minho”, *Jornal de Notícias*, Porto, 4 de Fevereiro de 2009.

“esquecer a importância geoestratégica de Cabo Verde, na fronteira entre o Atlântico Norte e Sul; de São Tomé e Príncipe, na rota do petróleo; da Guiné-Bissau, na transição entre a África Árabe e Negra; de Moçambique, pelas suas relações privilegiadas com a África do Sul e Austral; de Timor-Leste, na ligação entre os oceanos Índico e Pacífico”.

No que toca à «Lusofonia» *“há quem considere que Portugal, perdido o Império, inventou a Lusofonia para procurar recuperar uma parte desse espaço”*³⁸⁸, tal como Alfredo Margarido. Outros autores (como Fernando Cristóvão) defendem que a Lusofonia *“representa, mais do que um Império alicerçado na língua, uma forma de estreitar laços comuns e de cooperar para poder ter uma palavra a dizer no mundo em globalização”*, implicando *“a entrega a uma identidade comum em construção”*, pelo que *“importa revisitar o lusotropicalismo, por muitos apontado como uma teoria ou conjunto de preposições teóricas que justificava a criação da comunidade lusófona”*.

Esta teoria, formulada por Gilberto Freyre (embora alguns autores como Alfredo Margarido – não lhe atribuam o exclusivo dessa criação), centra-se na presença portuguesa nos trópicos, em que a *“amalgama de influências permitia aos portugueses uma predisposição para a assimilação de valores tropicais”*³⁸⁹, representando a primeira *“teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da colonização europeia”*³⁹⁰.

Para Freyre, o sucesso da colonização portuguesa nos trópicos resultava de dois aspectos³⁹¹:

1. A própria génese do povo português, determinante das suas características ou especificidades;
2. O modelo de colonização escolhido, o modelo maometano, primando não só pela mistura racial, mas também pela adaptabilidade ecológica (ao clima e ao meio físico) e sócio-cultural (ao meio social e aos usos e costumes).

³⁸⁸ PINTO, 2005: 291.

³⁸⁹ PINTO (2005), Op. cit., p. 296.

³⁹⁰ MOREIRA, Adriano e VENÂNCIO, José Carlos (Orgs), (2000), *Luso-Tropicalismo, uma Teoria Social em Questão*, Lisboa: Vega, p. 18.

³⁹¹ Cf. PINTO, 2005.

A dimensão teórica do «*Lusotropicalismo*» foi consubstanciada na “*posição de relativismo cultural*” defendida por Freyre, segundo o qual “*não havia culturas superiores ou inferiores, mas apenas culturas diferentes*”, não aceitando, por isso, “*a hierarquia natural das raças como motor de evolução*”, nem vendo “*a cultura europeia como referencial das outras culturas*”³⁹². Contudo, uma das limitações desta teoria ou propensa teoria científica prende-se com a não consideração do factor económico, não conseguindo, assim, “*uma explicação completa da presença portuguesa nos trópicos*”³⁹³. A origem brasileira atribuída ao lusotropicalismo, resultante de uma “*teoria elaborada por um sociólogo que pertencia a uma antiga colónia*”³⁹⁴, vislumbrava “*o sonho de uma comunidade lusófona como forma de afirmação de unidade*”³⁹⁵, em que o Brasil seria o líder em potência dessa grande comunidade – a «*comunidade luso-tropical*».

Com base nos resultados de um inquérito³⁹⁶ realizado, durante o ano lectivo 2002/2003, junto dos estudantes universitários lusófonos não portugueses (africanos bolseiros) a estudarem em Portugal, neste caso em particular, na ULHT³⁹⁷, constatou-se a referência à existência de racismo e xenofobia em Portugal (a um nível não muito elevado), o que constitui um oponente da Lusofonia.

Efectivamente, José Filipe Pinto refere que³⁹⁸:

“(...) a construção de uma comunidade não parece compatível com a rejeição, ainda que não-oficial, do outro que se pretende ter como parceiro nesse projecto.

Assim, enquanto não houver uma campanha conjunta, levada a cabo pelos órgãos dirigentes dos países, em colaboração com organizações não-governamentais e associações representantes da sociedade civil, que permita um contacto mais estreito entre os povos lusófonos e favoreça o conhecimento e a aceitação do outro, dificilmente se poderá implementar uma comunidade verdadeiramente lusófona.”

³⁹² PINTO, 2005: 299.

³⁹³ PINTO (2005), Op. cit., p. 302.

³⁹⁴ PINTO (2005), Op. cit., p. 305.

³⁹⁵ PINTO (2005), Op. cit., p. 306.

³⁹⁶ Com vista à recolha de dados para conhecer a realidade da comunidade imigrante lusófona que estuda em Portugal.

³⁹⁷ A escolha recaiu sobre esta Universidade porque dispõe de um Gabinete de Cooperação que disponibiliza um número considerável de bolsas a estudantes oriundos sobretudo dos PALOP.

³⁹⁸ PINTO (2005), Op. cit., p. 334.

4.1 O binário CPLP/Lusofonia

É na base histórico-cultural da Lusofonia que se encontra a raiz originária da CPLP, a plataforma institucional que tem como capital a língua e com o qual pode configurar o futuro através dos projectos de cooperação que souber promover, racionalizar e acompanhar, de modo a que a Lusofonia evolua no sentido de se tornar uma rede de articulação estratégica de projecção global – a diversos níveis: cultural, económico, empresarial, social, político e militar³⁹⁹.

Trata-se de um binário estruturante com um potencial dinâmico e organizador do futuro, constituindo, qualquer um dos seus elementos ou ambos isolados (na medida em que se enriquecem/reforçam reciprocamente), a diferença entre o «*folclore*» e a «*projecção de poder*», isto é, uma afirmação específica à escala planetária, granjeando prestígio a nível internacional, sobretudo através do papel desempenhado pela CPLP aquando do conflito ocorrido, no início de 2009, na Guiné-Bissau, do acompanhamento dos mecanismos da crise e do zelo revelado com vista ao cumprimento das metas do Milénio.

Com efeito, na conceptualização das relações entre os países de língua oficial portuguesa surge a dualidade de dois termos básicos – Lusofonia e CPLP – ainda que intrinsecamente ligados, designam realidades diferentes, na sua génese, na sua estruturação e na sua manifestação⁴⁰⁰:

- «*Lusofonia*» – significa uma realidade de matriz cultural, de natureza conceptual não teorizada, estruturada por séculos de convívio e de permanente transformação com vida própria, manifestando-se no contexto multifacetado e difuso das referências e dos conteúdos culturais das sociedades; enquanto conceito-histórico-cultural, padece de uma debilidade relativa na sua rede de relações económico-empresariais, quer a nível qualitativo devido à secundarização da vertente empresarial face à dimensão linguístico-cultural, quer em termos quantitativos, atendendo às vulnerabilidades da CPLP e às falhas estruturais nas relações empresariais entre os Estados.

³⁹⁹ Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, pp. 48-49.

⁴⁰⁰ Cf. LOPES, 2008.

- «CPLP» – significa uma realidade política, como estrutura formal, que resultou da expressão soberana de sete nações independentes (depois oito, com Timor-Leste) que, na viragem dos seus respectivos percursos, decidiram aproveitar os recursos comuns, sendo estruturada por um período relativamente longo de negociações formais político-diplomáticas, bastante exigentes, com manifestação no seu contexto próprio e bem definido da actuação internacional dos Estados; representa a expressão política da ideia histórico-cultural da Lusofonia, demonstrando o seu carácter policêntrico – um dos aspectos mais relevantes da CPLP, como uma verdadeira alavanca potenciadora da função de organização enquanto plataforma global de afirmação daqueles que são falantes de português e de todos e cada um dos seus países.

Clarificar o potencial do binário CPLP/Lusofonia é o objectivo deste ponto, recorrendo para isso à apresentação sucinta da natureza político-diplomática da CPLP como estrutura formal indispensável e à natureza conceptual da «Lusofonia», alicerçada nos seus três fundamentos teóricos tal como defendeu o Prof. Ernâni Rodrigues Lopes⁴⁰¹ no colóquio “CPLP e Lusofonia” e, entretanto, reafirmados, mais tarde, por José Poças Esteves⁴⁰²:

- Herança & Projecto – O Passado, o Presente, o Futuro

Vector com carácter histórico-teórico em que a «Lusofonia» não é um conceito do passado, mas um projecto portador de futuro; não é um ponto de história, mas um processo continuado de 500 anos a projectar-se no futuro; é ainda uma ideia genérica, uma intuição mas já é uma opção, um ensejo e uma vontade; é ainda um conceito difuso e complexo, mas já vivenciado e em processo de aprofundamento e teorização. No processo de estudo da «Lusofonia», dos pontos de vista académico, científico, operacional, bem como na promoção e divulgação das suas actividades culturais, torna-se imperioso criar e multiplicar centros e instituições de animação e intervenção cívica nos vários países da CPLP e também estimular o desenvolvimento de disciplinas de ensino dedicadas à cultura

⁴⁰¹ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «CPLP e Lusofonia: de conceito multicultural a vector portador de futuro», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

⁴⁰² Intervenção de ESTEVES, José Poças, Conferência “O Triângulo Virtuoso: Angola/Brasil/Portugal, uma questão estratégica fundamental para a Lusofonia”, Jornal SOL, Hotel Tivoli-Lisboa, 13 de Maio de 2011. (Texto policopiado)

lusófona em todo o sistema escolar. Para além dos povos partilharem uma língua comum, é necessária a uma mesma linguagem, produtora e difusora⁴⁰³.

▪ Afirmção & Desenvolvimento – A Economia Política

Fundamento teórico de índole político-aspiracional em que a «*Lusofonia*» é um longo caminho a percorrer, não sendo ainda um espaço articulado de negócios, um actor económico global, nem um interveniente político global. Deverá ser: uma consciência sócio-cultural colectiva; uma rede de cooperação na globalização competitiva; um projecto colectivo, um catalizador de energias; uma plataforma de afirmação e projecção global de poder. É preciso valorizar o potencial económico e empresarial, baseado na criatividade, no ensino e na investigação, não obstante os diferentes ritmos de desenvolvimento dos países, com vista à projecção de uma imagem eficaz à escala mundial, sendo crucial a concepção de uma política de relações públicas coerente que difunda a produção cultural, que ilustre a diversidade da Lusofonia, de modo a evidenciar a sua variedade, flexibilidade e a sua capacidade de adaptação a mudanças intensas e inesperadas⁴⁰⁴.

▪ Estratégia & Acção – A Construção da Realidade

Vector de carácter instrumental em que a «*Lusofonia*» representa, para além de uma *questão estratégica fundamental*, também uma *janela de oportunidade* para o futuro colectivo dos países de língua oficial portuguesa, no sentido de “*poderem comunicar entre si e serem compreendidos nos seus propósitos*”⁴⁰⁵; um projecto multicultural, policêntrico e global; e uma afirmação conjunta de projectos futuros. A prioridade deve ser atribuída à valorização das políticas externas e de coordenação económica dos Estados lusófonos, reforçando a fundamentação de cada vector e o valor adicional que pode resultar dessa articulação / cooperação que se pretende diversificada e desenvolvida. Para que o processo de aprofundamento das relações seja consistente, será necessário considerar as diferentes componentes – língua, multiculturalidade, economia, emprego, diplomacia, defesa e segurança – na perspectiva da sua combinação em projectos futuros, de modo a trazer valor acrescentado ao contributo de cada parte⁴⁰⁶.

⁴⁰³ Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 81.

⁴⁰⁴ Ibidem.

⁴⁰⁵ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), Op. cit., p. 17.

⁴⁰⁶ Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, pp. 81-82.

A estes três vectores dinâmicos, poder-se-á e dever-se-á acrescentar um quarto:

- Convicção & Empenhamento – A Formação e a Afirmação da Vontade

Com um registo mais simbólico e psicológico, apela à formação e à afirmação da vontade, factores que sem os quais a “*estratégia fica sem consistência e sem continuidade*”⁴⁰⁷.

Neste sentido, a Lusofonia possui potencial estratégico e vantagens efectivas para os Estados e para os povos que partilham este património com vista à difusão de uma matriz cultural lusófona à escala global, sendo necessário, enquanto oportunidade a não perder, que cada geração renove a reflexão sobre estas potencialidades e recrie as formas e os padrões que permitem a sua actualização para as novas circunstâncias que emergem de cada fase de mudança.

De acordo com PINTO (2005: 290):

“A ideia de uma comunidade lusófona coexistiu com a fase final do Império, até como forma de o protelar, apesar de haver críticos que recusam designar como comunidade uma relação em que os povos e culturas não estavam em pé de igualdade (...). Essa ideia pareceu esmorecer aquando dos processos de descolonização e das consequentes integrações regionais e ganhou novo alento com a criação da CPLP e com a luta travada pelo reconhecimento do direito de Timor-Leste à autodeterminação e independência.”

Com efeito, a criação de uma comunidade que reunisse os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada de desenvolvimento e democracia – tomou forma durante a década de 90, embora a sua génese remonte à década de 60, altura em que o Presidente brasileiro Jânio Quadros rompia definitivamente com a tradicional cumplicidade deste país em relação à política colonial portuguesa⁴⁰⁸.

Esta mudança na política externa do Brasil teve, entre outras consequências, qualificar o maior país lusófono para o desempenho de um papel crucial na criação e viabilização do

⁴⁰⁷ LOPES (2011), Op. cit., p. 265.

⁴⁰⁸ TOLENTINO, André Corsino (2004), “A CPLP numa encruzilhada.” *Janus Online*, Acedido em 9 de Junho de 2010, in: http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_1.html.

que haveria de ser a CPLP. Após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, em 1955, que fundou o *Movimento dos Países Não Alinhados* e, mais tarde, depois de 1960, ano da aprovação da resolução 1514 da ONU, que consagrou o direito dos povos à autodeterminação, sucederam-se as independências em África, afirmando Amílcar Cabral (político da Guiné-Bissau e de Cabo Verde) que a luta não era contra o povo português, nem contra a língua portuguesa, considerando esta como o melhor legado da era colonial.

Nos anos 60, além dos movimentos abertamente colonialistas, registaram-se dois episódios na história da CPLP – a organização por Adriano Moreira, de dois congressos das comunidades da cultura portuguesa – o primeiro em 1964 e o segundo em 1967. Desses dois congressos elucidativos das contradições que então minavam a ordem colonial, resultaram a *União das Comunidades Portuguesas* e a *Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, ambas com o mérito de fazer pensar na relevância da sociedade civil para a «*Democracia*» e projectar a «*Lusofonia*» como fenómeno integrador de comunidades num todo que transcende e transforma as partes. A verdade histórica é que a razão da força impôs-se e fizeram-se as guerras até que surge outro momento de avultado valor histórico e importância simbólica para a CPLP – o 25 de Abril de 1974⁴⁰⁹. Pela descolonização, a partir de 1974/1975, e pela adesão à CEE, a partir de 1986, Portugal encontra um novo quadro estratégico para o seu posicionamento internacional⁴¹⁰, no qual se desenham duas vertentes dominantes: “*por um lado, a atlântica (tradicional), e, por outro lado, a continental-europeia (que passa revestir-se de um peso estratégico predominante)*”⁴¹¹.

Antes da constituição formal da CPLP, encontram-se correntes de opinião favoráveis que assentavam em critérios linguísticos, culturais e históricos para justificar a solidariedade na busca de «*Liberdade, Democracia e Desenvolvimento*», não sendo por acaso que surgem duas instituições, consideradas como precursoras da CPLP:

- a *Associação das Universidades de Língua Portuguesa* (AULP), fundada, em 1986, na cidade da Praia, Cabo Verde, com a finalidade de intensificar os contactos e a cooperação entre universidades e instituições de

⁴⁰⁹ Cf. TOLENTINO, 2004.

⁴¹⁰ LOPES, Ernâni Rodrigues (1996), «O Desenvolvimento Económico-Social desde o Pós-Guerra 45 e a Integração Europeia. Dilemas Portugueses», *Portugal e a Europa – 50 Anos de Integração*, Lisboa: Editorial Verbo para o Centro de Informação Jacques Delors, pp. 25-45.

⁴¹¹ LOPES, 1996: 38.

ensino/investigação lusófonas por via do incremento do intercâmbio de investigadores e estudantes⁴¹², estimulando o desenvolvimento de projectos conjuntos de investigação científica e tecnológica como meio de privilegiar a interacção multilateral nos domínios do ensino e da ciência;

- o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa* (IILP), cuja história remonta a 1989, aquando da reunião dos países membros de então da CPLP, em São Luís do Maranhão (Brasil), decidindo a sua criação, a qual só se tornou realidade mais de 10 anos depois, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (São Tomé, 1999), que levou à aprovação dos Estatutos do IILP e à escolha da cidade da Praia para a instalação, em 2002, da sua sede⁴¹³, inaugurada em Janeiro de 2005, com vista à planificação e execução de programas que visam promover, defender, enriquecer e difundir a Língua Portuguesa “*como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização nos fóruns internacionais*”⁴¹⁴.

Em 1989, a primeira cimeira de Chefes de Estados lusófonos, reunida em São Luís do Maranhão – principalmente por iniciativa do então Presidente do Brasil, José Sarney, e seu Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, depois Embaixador em Portugal – começou a inovar. Foi o Embaixador José Aparecido Oliveira que, mais tarde, em Março de 1993, apenas dois meses após ter sido designado Chefe da Missão Diplomática Brasileira em Portugal, apresentou ao Presidente brasileiro Itamar Franco a proposta da criação da CPLP, tendo realizado visitas aos vários PALOP para buscar adesão para o

⁴¹² Esta é uma das prioridades da AULP para os próximos anos assente num programa lusófono de intercâmbio, similar ao programa comunitário – *Erasmus*, o qual deverá também envolver, para além de estudantes dos PALOP, Brasil, Portugal, Timor-Leste e Macau, docentes e outros funcionários das universidades, sendo adaptado à realidade económica dos países de língua portuguesa. Uma das soluções apontadas para contornar a indisponibilidade financeira de alguns países poderá ser através do alojamento em casas de família e da partilha de encargos entre as universidades de origem e as instituições de acolhimento. Em contrapartida, Brasil, Portugal e Macau poderão disponibilizar verbas a curto prazo: Brasília tem cinco milhões de euros para financiar programas de intercâmbio nos próximos cinco anos e o valor poderá crescer, visto que o governo de Dilma Rousseff assume como objectivo o aumento do número de bolsas de mobilidade internacional, anualmente distribuídas, de 50 mil para 75 mil; Lisboa deverá financiar o «*Erasmus lusófono*» através do programa *Ciência Global*; Macau revela igualmente interesse no projecto, podendo reforçar a posição de antigo território português enquanto ponte entre a China e a Lusofonia [Notícia “Um Erasmus para a lusofonia”, jornal *SOL*, Lisboa, 18 de Junho de 2011.]

⁴¹³ CPLP, Secretariado Executivo da (2008), *CPLP 2008: Construindo a Comunidade*, Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

⁴¹⁴ Desdobrável “CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (2010), CPLP-IILP Lisboa.

projecto⁴¹⁵. No entanto, o seu nome ficou de fora da estrutura dirigente da CPLP, na medida em que o Brasil, depois de promover ou apoiar a criação da CPLP, não se empenhou na sua nomeação para Secretário-Executivo, o que “*contribuiu, sobremaneira, para adiar a implementação do projecto*”⁴¹⁶.

O Brasil não assumiu a liderança do processo lusófono que, na conjuntura da época, só ele estava em condições de promover, até porque a sua anterior condição de colónia lhe concedia a autoridade suficiente e necessária “*para que a CPLP não se colasse o anátema colonial*”. Faltou a letra «k» no acrónimo «BRIC» para formar a palavra, que na tradução portuguesa, constituísse “*o tijolo da construção lusófona*”⁴¹⁷. Posteriormente, em 1994, a assinatura do Protocolo de Ouro Preto abriu o MERCOSUL a negociações com a UE⁴¹⁸.

Após uma série prévia de encontros e cimeiras, a CPLP, que pode ser vista como a institucionalização da Lusofonia, foi, finalmente, formalizada a 17 de Julho de 1996, em Lisboa, integrando Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, através da assinatura da Declaração (documento fundador) por parte dos seus representantes. Mais tarde, em 31 de Julho de 2003, após a conquista de sua independência, Timor-Leste⁴¹⁹ tornou-se o seu 8º país membro, na Cimeira de Brasília.

Inicialmente, a CPLP não teve uma acção muito visível ou empreendedora devido ao pouco empenho que o Brasil lhe tinha dedicado em virtude da “*insensibilidade (...) lusófona generalizada de todas as suas elites, que não se dão conta de que, na geopolítica multipolar que se desenha e se deseja, a Lusofonia constitui a chance única para o Brasil poder vir a ser alguém no concerto das grandes potências*”⁴²⁰.

⁴¹⁵ Cf. PINTO, 2005.

⁴¹⁶ PINTO, 2008: 62.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Cf. CHACON, 2002.

⁴¹⁹ Em 2002, Timor-Leste também se juntou à Organização das Nações Unidas, aderiu ao BM, ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Asiático de Desenvolvimento. Para além dessas adesões, Timor beneficiava do *Estatuto de Observador* na ASEAN, era membro de pleno direito do Fórum Regional da Ásia e participava no Diálogo do Sudoeste do Pacífico (cf. PINTO, 2005).

⁴²⁰ Comunicação “Lusofonia e Estratégia Geopolítica” de Fernando dos Santos Neves ao Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Lisboa, 2004, p. 7. (Texto policopiado)

No entanto, poder-se-á também considerar que a pouca visibilidade da CPLP, na fase inicial, foi geral em todos os países da comunidade, pois os quatro primeiros anos (1996-2000) corresponderam ao momento de instalação, de criação das estruturas e o primeiro mandato, virado para dentro, destinou-se à criação de condições para que se pudesse dar continuidade aos mandatos seguintes. Um dos factores que condicionou essa situação prende-se com “*a falta de um consenso histórico quanto ao passado comum dos países lusófonos, o qual decorre da história colonial de Portugal*”⁴²¹.

A falta de fundos foi apontada pelo ex-Secretário-Executivo da CPLP, Embaixador João Lourenço de Médicis, como a principal causa das dificuldades da CPLP, sendo uma entidade muito carente de recursos financeiros que permitissem que tivesse uma actividade mais ambiciosa. Daí a necessidade de aumentar o orçamento, designadamente para contratar mais recursos humanos para trabalharem, embora não exista um consenso entre todos os membros quanto às medidas a adoptar nos vários domínios nem na maneira de implementar essas medidas.

Para Angola, a filosofia da CPLP tinha que mudar, devendo colaborar com as comunidades de origem dos países que a integram, de modo a criar intensos laços de comunicação e não apenas a ligação a nível intergovernamental.

Para o fundador da Casa do Brasil (Alípio de Freitas), as associações de imigrantes lusófonos deveriam ter um papel mais activo, devendo estar em contacto com a CPLP para discutir com os dirigentes da organização os assuntos em que fossem parte interessada.

Cabo Verde refere que a CPLP deveria cortar com o hábito enraizado na cultura lusófona de querer fazer tudo em simultâneo, devendo, para ser eficaz, fixar rigorosamente os seus objectivos, concentrar os recursos e afinar a gestão com vista à consecução do seu desígnio fundador – a valorização da língua portuguesa ao serviço do desenvolvimento sustentável. Alertou ainda para a ambiguidade existente ao nível de algumas instituições que com a CPLP estivessem estreitamente relacionadas para depois tomar as medidas necessárias à adequação da organização e dos seus recursos aos objectivos vitais.

⁴²¹ GRAÇA, 2008b: 123.

A Guiné-Bissau defendeu que a CPLP só teria valor se, para além do aspecto político, existisse igualmente um compromisso assumido visando o desenvolvimento. A CPLP tem acompanhado de forma atenta os problemas deste país, pelo que a avaliação do seu papel tem sido bastante positiva.

Moçambique considera que os resultados da acção da CPLP só eram visíveis num dos três pilares – o da concertação político-diplomática de que a independência de Timor-Leste e o acompanhamento da crise na Guiné-Bissau eram bons exemplos, desejando que a CPLP fosse algo mais do que um fórum, em que a cooperação económica é crucial, o que vai de encontro à questão nuclear enunciada por Ennes Ferreira⁴²²: será que aquilo que se pretende da CPLP, no campo económico, é que a organização conduza à criação de um conjunto de medidas e instrumentos para apoiar a actividade económica nos países africanos de expressão portuguesa e entre os países da comunidade, ou será que se pretende apenas que a CPLP seja uma organização que contribua para uma melhor compreensão entre os países através da criação de um ambiente favorável às actividades económicas pelo envolvimento dos investidores ou com a ajuda e o apoio do Governo.

Quanto a Portugal, as críticas feitas à CPLP são atribuídas a uma tendência nacional para enfatizar os aspectos menos conseguidos das iniciativas da Lusofonia, acrescida do facto da sede⁴²³ da CPLP ser precisamente em Portugal, situação que leva os portugueses a esquecerem as realizações da CPLP e a concentrarem-se essencialmente nos problemas da organização. Contudo, os resultados obtidos ultrapassavam as expectativas, sobretudo na área político-diplomática.

Para São Tomé e Príncipe, a CPLP constituía um instrumento importante para o aprofundamento e estreitamento dos laços históricos de amizade, assim como para o reforço da cooperação cultural e económica entre os países membros, devendo apostar na implementação de acções que conferissem maior visibilidade internacional à CPLP para que a mesma se transformasse num elo de forte cooperação e solidariedade entre os povos.

⁴²² FERREIRA, Manuel Ennes (2002), «Portugal and the Lusophone African Countries: Economic Continuities and Disruptions», *Portuguese Studies Review*, 10 (1), Ontario: Trent University, pp. 85-107.

⁴²³ No dia 16 de Setembro de 2011, decorreu a assinatura pública do protocolo de cedência e aceitação do Palácio Conde de Penafiel, em Lisboa, para a instalação da nova sede da CPLP [Notícia “CPLP com nova sede”, *O Jornal Económico*, Lisboa, 21 de Setembro de 2011.] Esta mudança de instalações representa um acto político relevante de valorização da CPLP, dado que o novo espaço escolhido representa um espaço de futuro, de construção, de alargamento da influência e da determinação da CPLP.

Timor-Leste considerava que a CPLP, apesar de ser uma recente organização multilateral, já tinha desenvolvido muitas acções em termos de concertação político-diplomática, nomeadamente nas crises da Guiné e de Angola e até em Timor, aquando da preparação do referendo. A cooperação com os países da CPLP tem sido uma constante em várias áreas: justiça, administração pública, saúde, educação, defesa e segurança⁴²⁴.

No espaço da «*Lusofonia*», ao facilitar-se a circulação de estudantes e de bens culturais e ao acrescentar-se uma dimensão económica à cooperação, os países de língua portuguesa caminham para a criação de uma verdadeira comunidade. Porém, esta dimensão terá de começar com pequenos passos porque alguns dos Oito estão integrados em Comunidades Económicas Regionais (CER) o que, no caso de Portugal, implica mesmo uma união monetária.

A VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP realizada em Lisboa, em 25 de Julho de 2008, visou aprofundar a dimensão económica/empresarial ao tentar aprovar uma resolução que procurou acrescentar o pilar económico a uma cooperação que tem decorrido essencialmente em três domínios: técnico, político e linguístico. Este é um dos desafios com que a CPLP se depara, na medida em que a cooperação empresarial possui a vocação natural de dotar a comunidade de maior sustentabilidade, promovendo a dimensão económica⁴²⁵.

Outros desafios apontados prendem-se com o desenvolvimento de acções de fortalecimento e de concretização das consequências dos fundamentos teóricos, a saber:

- o aprofundamento político da vida interna da CPLP, devendo ter em atenção a normalização da vida pública, a estabilização de alguns Estados, uma certa harmonização de políticas, o reforço progressivo da capacidade institucional dos seus membros e a formação de quadros e professores na diáspora que tem sido subaproveitada;

⁴²⁴ MARTINS, José Barreto (Embaixador), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – Timor-Leste”, IEP – UCP, Lisboa, 15 de Junho de 2009.

⁴²⁵ MENDES DE CARVALHO, Apolinário (Embaixador e Representante Permanente da Guiné-Bissau junto da CPLP), «Reflexões sobre o Trabalho Político no Desenvolvimento da CPLP», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

- a necessidade de maior espaço para a CPLP nas agendas políticas internas e nas estratégias de relacionamento externo dos seus países constituintes;
- a colocação na agenda comum da necessidade de afirmação paulatina da CPLP como actor global;
- o alargamento do leque de actores institucionais;
- o reforço dos sentimentos de pertença e de cidadania, de modo a assegurar o envolvimento dos cidadãos, a aproximação à sociedade civil com a criação de grupos temáticos em colaboração com várias instituições e a promoção de quadros de envolvimento de agentes e de iniciativas⁴²⁶;
- a articulação das actuações nos diferentes espaços estratégicos regionais em que os Oito estão presentes e participam.

Manuel Lapão destacou dois aspectos⁴²⁷:

1. o compromisso político gradual assumido pelos países membros para com a CPLP, o qual sofre um acréscimo a partir de 2006;
2. a crescente visibilidade da CPLP associada à credibilidade que lhe está inerente.

Como pontos fortes da CPLP, evidenciou:

- Uma dimensão regional alargada porque os seus países membros, apesar de não apresentarem contiguidade geográfica, pertencem a blocos de integração regional diferentes;
- O bom posicionamento do ponto de vista geoestratégico;
- O potencial baseado na exploração dos biocombustíveis e dos recursos dos países constituintes;
- A inclusão da maior reserva de água natural no mundo (Brasil);
- Um património biogenético rico, tal como do ponto de vista da morfologia dos terrenos.

⁴²⁶ Como exemplos destacam-se: os *Encontros da Lusofonia* (cinema, música, dança e teatro), as *Feiras do Livro e da Leitura Lusófona* (eventos estes regularmente promovidos, designadamente pela *Câmara Municipal de Torres Novas* - Portugal), *Congressos de Língua Portuguesa*, as exposições, os *workshops*, as apresentações de livros e os ciclos de conferências, ocasionalmente, levados a cabo por diversas entidades.

⁴²⁷ Intervenção de LAPÃO, Manuel (Director de Cooperação da CPLP), Conferência “Cooperação da CPLP. Evolução recente e perspectivas futuras” (no âmbito da 6ª edição do Ciclo de Conferências em Cooperação para o Desenvolvimento), Instituto Nacional de Administração (INA), Oeiras, 5 de Abril de 2010.

A vitalidade e o dinamismo da CPLP reflectem-se também nos diversos *Acordos*, *Convénios* e *Protocolos* que têm vindo a ser assinados nos últimos anos, encontrando-se separados em três grupos, diferenciados pela natureza dos signatários⁴²⁸:

- *Acordos intra-CPLP* (os signatários são os países membros);
- *Acordos entre a CPLP e entidades da sociedade civil*;
- *Acordos entre a CPLP e outras organizações internacionais*.

No domínio da «*Cidadania e Circulação de Pessoas*», o impacto da CPLP não pode ser descurado⁴²⁹, traduzindo-se na assunção de elementos facilitadores da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os cidadãos dos países membros⁴³⁰. Como exemplos de acordos em vigor, destacam-se os seguintes:

1. *Acordo de Concessão de Visto para Estudantes dos Estados da CPLP*⁴³¹;
2. *Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas*;
3. *Acordo sobre o Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração*;
4. *Acordo sobre a Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP*;
5. *Acordo sobre o Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída dos Aeroportos para o Atendimento de Cidadãos da CPLP*;
6. *Acordo sobre a Isenção de Taxas e Emolumentos devido à Emissão e Renovação das Autorizações de Residência para Cidadãos da CPLP*.

Como pontos fracos, Manuel Lapão destacou também alguns, a saber:

- O modelo de governação;
- As burocracias dos países membros que se tornam bastante limitativas do sector da concorrência;
- Alguma falta de vontade política para mudar.

⁴²⁸ CPLP, Secretariado Executivo da (2008), *CPLP 2008: Construindo a Comunidade*, Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda

⁴²⁹ Desdobrável “CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (2010), CPLP-IILP Lisboa.

⁴³⁰ CPLP, Secretariado Executivo da (2008), *CPLP 2008: Construindo a Comunidade*, Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda..

⁴³¹ Assinado pelo Conselho de Ministros de Novembro de 2007 que, após ratificação, flexibiliza a circulação de cidadãos no espaço da CPLP que tenham como fim estudar.

Como oportunidades da CPLP elencou as seguintes:

- O património comum que representa do ponto de vista histórico e linguístico;
- A sua gradual afirmação no seio das Nações Unidas;
- A sua participação crescente em processos de construção/manutenção da paz, observações de processos elaborais, entre outros;
- A nomeação de personalidades nacionais para cargos internacionais;
- A «*cooperação Sul-Sul*», impulsionada pelo diálogo estruturado da UE com a sociedade civil;
- O interesse manifestado por alguns países não lusofalantes em integrar a CPLP (Guiné Equatorial⁴³², Senegal, Ilhas Maurícias, Indonésia, Austrália e Ucrânia);
- O papel da sociedade civil e dos observadores consultivos;
- A Assembleia Parlamentar como órgão próprio da sua estrutura que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade.

Porém, a CPLP enfrenta, igualmente, algumas ameaças relacionadas com:

- A falta de vontade e união política dos seus Estados em avançar, designadamente em determinados *dossiers*, como, por exemplo, a política brasileira de energia e de produção de combustíveis é díspar face à dos restantes países membros, os quais ainda estão na base da segurança alimentar;
- O mecanismo de rotatividade da presidência da CPLP, desprovido de uma ordem pré-definida, tal como existe no Secretariado Executivo;
- A tomada de posições por unanimidade poderá colocar em causa o avanço;
- O processo de selecção do Secretariado Executivo (órgão que implementa as decisões tomadas), obedecendo a uma ordem pré-definida, independentemente dos países assegurarem ou não o pagamento das suas contribuições;
- A carência de conhecimento mútuo na CPLP e entre os seus próprios Estados;
- A frágil credibilidade da CPLP;
- A inexistência de um pleno envolvimento da sociedade civil no seu processo de construção.

⁴³² Este país, ao adoptar o português como sua língua oficial, assume-se como potencial membro da CPLP.

Manuel Lapão salientou ainda que a cooperação na CPLP antes da visão estratégica de cooperação pós-Bissau estava fundamentalmente baseada no cumprimento dos ODM que vêm na sequência dos objectivos do CAD lançados, em 1995, para o século XXI.

Todavia, na XIX Reunião dos Pontos Focais da Cooperação⁴³³ foi introduzida uma nova metodologia de trabalho e procedimentos, procurando-se encontrar um nicho de ingerência da CPLP que enverede pela definição de projectos estratégicos de cooperação que não colidam com intervenções bilaterais/multilaterais, o que permite deixar, gradual e futuramente, o cenário de projectos aprovados casuisticamente. A forma de operacionalização passa a residir na proposta aos países membros de uma determinada carteira de programas, projectos ou acções pontuais. Os projectos devem, assim, resultar de uma metodologia de trabalho que privilegie o diálogo, a consulta permanente e um contacto mais directo com as realidades dos beneficiários da cooperação comunitária e potencie a sua capacidade de iniciativa. Adicionalmente, a especialização de interferência em certos domínios nos quais o Secretariado Executivo da CPLP actuará prioritariamente e de forma delegada conduzirão uma estratégia futura de actuação baseada em Planos Estratégicos de Cooperação⁴³⁴ em que o primeiro a ser aprovado foi no domínio da Saúde⁴³⁵ em Maio de 2009.

As presidências anteriores da CPLP couberam à Guiné-Bissau e a Portugal. A Guiné-Bissau escolheu os ODM como desiderato e estes passaram para a agenda permanente nas reuniões da sociedade civil e oficiais da CPLP. Portugal escolheu a «*Língua Portuguesa*» como património comum e futuro global. Quando Angola propõe para a sua presidência, desde Julho de 2010, a «*Solidariedade na Diversidade*», isso denota a iminente emergência de África como terceiro pilar da CPLP o que irá acarretar ganhos inestimáveis para o futuro da organização, uma vez que a liderança de Angola nesse espaço é indubitável, o que irá permitir que a CPLP dê um salto qualitativo na afirmação do Estado de Direito nos seus membros, na consolidação da estabilidade interna e no próprio desenvolvimento⁴³⁶.

⁴³³ Realizada na cidade da Praia, Cabo Verde, nos dias 13 e 14 de Julho de 2009.

⁴³⁴ Poderão ser bem sucedidos se houver o compromisso político das áreas técnicas envolvidas.

⁴³⁵ *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP* (PECS 2009-2012) cuja implementação mereceu especial destaque em virtude do reconhecimento do papel da cooperação em Saúde no espaço da CPLP como vector fundamental do processo de desenvolvimento. É neste sentido que estão a ser criadas várias redes de cooperação representativas na sociedade civil que pretendem colocar em prática este plano.

⁴³⁶ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)

A liderança num espaço internacional não é conquistada exclusivamente pelo poderio económico, sendo outrossim necessária uma estratégia própria e uma política de relações exteriores que permita esta afirmação. Por esse motivo, considera-se que a presidência angolana da CPLP chega num momento ideal, tendo presente que Angola dispõe de um capital de conhecimento na promoção do diálogo interno, social e na promoção da paz, combinada com uma liderança forte, da qual já deu provas, para além de uma visão programática muito consistente. Atributos que se esperam que possam ser colocados à disposição de outros Estados. De realçar ainda que Angola saiu de uma situação prolongada de guerra e que, actualmente, apresenta indicadores de desenvolvimento económico e humano que são extremamente relevantes.

Entre os *dossiers* que procurarão ser desenvolvidos durante a presidência angolana da CPLP destacam-se os seguintes: a crise económica e financeira a ser enfrentada como um projecto global; a segurança alimentar; as energias alternativas e limpas; a eventual disposição de uma televisão da CPLP; a questão da cidadania e da livre circulação de pessoas; a aposta na área dos desportos, visando a organização de um «*Campeonato de Futebol sub-23 da CPLP*» e a participação de mais países da CPLP no *Mundial de Futebol* de 2014, no Brasil, para além da continuidade dos «*Jogos da Lusofonia*»⁴³⁷ imbuídos no espírito da fraternidade e do cultivo da educação física e do desporto, valorizando a mente e o corpo. É nesse espírito que a CPLP desenvolve cada vez mais actividades de cooperação relacionadas com a prática do desporto, enquanto fenómeno com enorme incidência económica, social e educativa, ambicionando estreitar os laços que unem os países membros entre si e, também, os da Comunidade a países terceiros. Está ainda em cima da mesa a aprovação do «*Estatuto de Cidadão da CPLP*» e a abertura das fronteiras no espaço da comunidade⁴³⁸.

⁴³⁷ Estes jogos reproduzem o modelo universal das Olimpíadas, tal como sucede com os «*Jogos da Commonwealth*» e os «*Jogos da Francofonia*». Já foram realizadas duas edições dos «*Jogos da Lusofonia*», por iniciativa da *Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa* (ACOLOP): em Macau (2006) e Portugal (2009), prevendo-se que os próximos decorram, em 2013, na Índia, através de Goa [CRISTÓVÃO, Fernando (2011), «A lusofonia no meio de algumas contradições», *Revista Letras com Vida*, N.º 2, Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FL – UL, Acedido em 25 de Agosto de 2011, in: <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php>].

⁴³⁸ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “O português está a tornar-se uma mais-valia económica”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 7 de Março de 2010.

O primeiro teste verdadeiro à credibilidade de Angola junto da comunidade internacional enquanto líder regional traduziu-se no envio, em meados de Fevereiro de 2011, de militares angolanos e de elementos das forças de segurança para a Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação técnico-militar entre os dois países, com a finalidade de dar formação e reorganizar as forças armadas e as polícias guineenses, acentuando-se, assim, o papel de Angola como potência regional, desta vez no apoio a um Estado de língua portuguesa⁴³⁹. Contudo, esta missão não está isenta de riscos como sejam o perigo de contaminação do narcotráfico nesta aproximação de Angola à Guiné-Bissau e a natureza da sociedade guineense, muito sensível às tensões tribais com repercussões sócio-políticas.

As «raízes» foram lançadas, mas para a «árvore» crescer, impõe-se que continue a ser «regada», pelo que se torna imperativo encontrar resposta para alguns desafios que se aproximam, sem descurar uma das ideias básicas de José Aparecido de Oliveira: “a CPLP deve ser uma organização também dos povos e não apenas de países”⁴⁴⁰, unidos, mais do que pela língua, pelo ecumenismo, procurando-se “catapultar a CPLP para uma posição mais consentânea com o peso actual da lusofonia no mundo”⁴⁴¹. Essa resposta estratégica, para além de passar pela economia, sociedade e política, deverá contemplar, adicionalmente, a cultura, a educação/formação a tecnologia, o Estado e instituições, as empresas, etc, como reflexo “de uma dupla responsabilidade de cidadania e sentido de Estado”⁴⁴².

4.2 Espaços de integração regional que envolvem países lusófonos

Do ponto de vista geopolítico, poder-se-á constatar a existência de uma matriz no Atlântico Médio que fala português (Fig. XIV), assumindo particular destaque no seio do espaço lusófono, embora pareça desaproveitada e virtualmente inútil, o seu papel poderá ser, no entanto, determinante se a opção recair no seu potencial de desenvolvimento, de criação de riqueza e de afirmação, de modo a contrariar a existência de uma grande

⁴³⁹ Notícia “Angola manda militares para a Guiné-Bissau”, jornal *Sol*, Lisboa, 11 de Fevereiro de 2011.

⁴⁴⁰ In PINTO, 2005: 361.

⁴⁴¹ PINTO (2005), Op. cit., p. 398.

⁴⁴² LOPES, Ernâni Rodrigues (2005), «Afirmar Portugal: Questão Estratégica Fundamental», *Cadernos Navais – Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial*, N.º 14, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégico, p. 15. (Texto policopiado)

disparidade entre o universo falante de português e a sua efectiva influência internacional. Trata-se de uma “*questão estratégica fundamental para Portugal e relevante para o Brasil*”⁴⁴³, representando “*um potencial a explorar seriamente*”⁴⁴⁴.

É neste sentido que os Estados lusófonos têm que tirar proveito da multipolaridade da CPLP devido à sua dimensão geográfica, incentivando o aprofundamento dos mecanismos de inserção regional dos diferentes países⁴⁴⁵, com destaque para alguns espaços de integração como o MERCOSUL e determinados blocos regionais em África, analisando a sua relevância institucional *versus* comercial, bem como os desafios que se colocam à UE na dinamização desses espaços.



Figura XIV. Os Países CPLP no contexto de várias Organizações Internacionais.

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (<http://www.observatoriolp.com>)

A presença lusófona em vários espaços geopolíticos poder-se-á, efectivamente, traduzir numa plataforma dinâmica de integração regional em diversos continentes, permitindo multiplicar as externalidades da «*Lusofonia*», por exemplo, ao incentivar o comércio e ao gerar economias de escala.

Esta matriz cultural comum, assente no veículo da Língua Portuguesa, é expressa em quatro vagas sucessivas de Independências, segundo o Prof. Ernâni Lopes:

⁴⁴³ LOPES, Ernâni Rodrigues, 19.º Encontro anual da SaeR – “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB–Lisboa, 7 de Março de 2008. (Texto policopiado)

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Intervenção de VAZ, Hélder (Director-Geral da CPLP desde Fevereiro de 2008), Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.

- Portugal (1128, 1139, 1143 e 1179)⁴⁴⁶;
- Brasil (1822);
- África (1974: Guiné-Bissau; 1975: Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola);
- Timor-Leste (2002).

O Prof. Ernâni Lopes referiu⁴⁴⁷ que a função histórica da Guerra do Ultramar (1961-1974/75) e das Independências Africanas (1975) conduziu à ultrapassagem dos traumas e à compreensão de que, nesses anos, sobretudo em 1974/75, se procedeu ao arranque de um processo de construção de uma “*síntese histórica de ordem superior, plenamente lançada em direcção ao futuro, do potencial originado e contido por uma matriz cultural comum multi-secular*”.

Na década de 90 assistiu-se a uma tendência para a afirmação da «*Lusofonia*» em África, como expressão da necessidade de preservação da independência, identidade e das novas prioridades do projecto nacional de cada país. Essa tendência da «*Lusofonia*» serve de referencial linguístico e até histórico, reflectido na fixação de fronteiras, sendo uma das componentes de um conjunto de relações externas diversificadas dos Estados africanos que são autênticas «*ilhas*» linguísticas rodeadas de países de língua inglesa ou francesa. Em África, o Estado foi mais imposto como figura organizadora do espaço do que propriamente como organizador étnico, sendo certo que todos os Estados africanos lusófonos contribuem com particularidades históricas, culturais, sociológicas para que os conceitos de «*Estado e Poder*» sejam respeitados⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ 1128 (24 de Junho) – Batalha de São Mamede; 1139 (25 de Julho) – Batalha de Ourique; 1143 (5 de Outubro) – Tratado de Zamora e 1179 (23 de Maio) – *Bula Manifestis Probatum*. Segundo Alexandre Herculano, a Batalha de São Mamede equiparou-se “a uma declaração formal de independência”, representando o primeiro passo com vista à “independência oficial” em 1143, no Tratado de Zamora, com o reconhecimento internacional da independência de Portugal pelo rei Afonso VII de Castela e Leão, concedida e confirmada pelo Papa Alexandre III, em 1179, através da *Bula Manifestis Probatum*.

⁴⁴⁷ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, 14.º Encontro Nacional de Combatentes, Belém, 10 de Junho de 2007. (Texto policopiado)

⁴⁴⁸ Intervenção de FONTES, Pedro (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Hélder Vaz destaca⁴⁴⁹ os factores determinantes que o Secretário Executivo da CPLP, o Eng.º Domingos Simões Pereira, considera para o desenvolvimento dos PALOP:

- a afirmação de um Estado democrático e plural (modelo europeu), bem como formas de representação plurais;
- a língua portuguesa, havendo necessidade de a interiorizar e promover, embora não deva assentar na decadência das línguas africanas;
- a história como mestra de vida e disciplina formadora do espírito porque ensina a raciocinar logicamente e, para lá da ciência, pela consciência;
- a educação como base/promotora do desenvolvimento, contribuindo para a expansão económica e desenvolvimento sustentável.

Comparando o(s) modelo(s) de desenvolvimento da Ásia Oriental com a realidade africana⁴⁵⁰ (apesar das diferenças culturais entre aquelas regiões com incidência no comportamento dos agentes económicos: entendimento em relação ao factor «*tempo*», ao «*apego ao trabalho*», ao comportamento face à poupança e ao limite da capacidade absorção da economia mundial), no sentido de determinar se os elementos que se mostraram precípuos no êxito dos países Extremo Oriente estão presentes ao sul do Sahara, não sendo possível uma transferência do modelo do Sudeste Asiático para a África Subsaariana, SERRA (1994) destaca alguns aspectos como sejam:

- a necessidade do Estado intervir de uma forma coerente na gestão da economia, pelo que a (re)construção do Estado em África assume particular relevo para a recuperação económica da região;
- a necessidade da definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, angariadora de um vasto consenso nacional, de modo a ser prosseguida ao longo do tempo, sem estar condicionada às oscilações dos ciclos eleitorais, resultantes da generalização da prática da democracia parlamentar em África;

⁴⁴⁹ Intervenção de VAZ, Hélder (Director-Geral da CPLP desde Fevereiro de 2008), Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.

⁴⁵⁰ SERRA, António de Almeida (1994), «O(s) Modelo(s) de Desenvolvimento da Ásia Oriental e a África Subsaariana», *Brief Papers n.º 1/94*, Lisboa: CEsA/ISEG, pp. 1-6.

- a busca de um consenso através do maior uso da tradição africana para não se paralisar a acção dos agentes de política económica e, consequentemente, o funcionamento do processo económico em geral;
- o relevo do papel do IDE e de esquemas de associação com os capitais externos, permitindo colmatar, não só a deficiência em capital industrial que se verifica em África, mas também a necessidade de tecnologia moderna e de «*savoir faire* no domínio da comercialização da produção nacional no mercado internacional;
- a adopção de uma estratégia assente no rápido reforço da quantidade e, sobretudo, da qualidade dos recursos humanos, designadamente daqueles que terão um papel relevante no domínio da gestão macro e microeconómica dos países, “*apostando num aumento (muito) significativo do esforço no domínio do capacity building em África*”⁴⁵¹.

Sendo a CPLP constituída predominantemente por Estados africanos, não admira que nela dominem as dinâmicas políticas africanas, regionais, e que sejam estas a condicionar as relações com países como Portugal e o Brasil. O regionalismo africano é muito diversificado, intenso e é herdeiro de duas tradições: o *pan-africanismo* e o colonialismo.

Por um lado, há a UA (desde 2002, tem emergido gradualmente enquanto um dos maiores actores a nível político e de segurança, empenhado na concretização de acções concretas em prol da democratização na região⁴⁵²), e várias organizações regionais das quais as principais são a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Austral (SADC), a Comunidade da África Oriental (EAC); e, por outro lado, existem as organizações que decorrem do colonialismo e dos laços neocoloniais que se procuraram manter depois das independências – a *Commonwealth*, a *Francofonia* e a CPLP.

⁴⁵¹ SERRA, 1994: 6.

⁴⁵² *Bulletin Quotidien Europe* 10391 – 02/06/2011 – UE/Afrique: *partenariat revigoré pour la démocratie et la croissance*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

De todas estas organizações, a CPLP é aquela em que os países africanos têm, por agora, maior capacidade de manobra em virtude do fraco desenvolvimento de Portugal e da guerra de libertação não terem permitido à antiga potência colonial controlar os processos de desenvolvimento pós-independência. Isto não significa que os laços neocoloniais não possam vir a surgir, protagonizados quer por Portugal, quer pelo Brasil (que foi colonizado, não colonizador, o que representa outra originalidade da CPLP).

As organizações de origem colonial são vistas pelos países africanos com uma forte dose de pragmatismo. Daí que, por exemplo, Moçambique seja membro de pleno direito da *Commonwealth* e observador da *Francofonia*; Cabo Verde, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe sejam membros de pleno direito da *Francofonia*. Arvorar a prevalência linguística, as tradições culturais ou os valores dos Direitos Humanos em critérios definidores de pertença a estas organizações faz pouco sentido à luz do que tem sido a lógica da sua evolução. Se se observar o que se passa com a CPLP: poder-se-á dizer que aos seus «*filhos legítimos*» permite-se tudo e aos seus «*filhos adoptivos*» exige-se que cumpram a lei e os princípios⁴⁵³.

No que se refere à compatibilidade da CPLP com as organizações de integração regional a que os seus membros pertencem, a mesma pode ser atestada pelo facto da CPLP ter sido formalmente constituída numa fase posterior (1996) à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, do Brasil ao MERCOSUL, de Angola e Moçambique à SADC, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde à ECOWAS / CEDEAO e de Angola e São Tomé e Príncipe à ECCAS / CEEAC.

Ora se essas organizações entendessem que os estatutos da CPLP eram jurídica ou politicamente incompatíveis com os seus, seguramente, que não permitiriam que os seus membros lusófonos constituíssem a CPLP e continuassem a integrar esses blocos. Do mesmo modo, se os países lusófonos sentissem que a formação da CPLP poderia pôr em causa a sua pertença e os seus direitos nas organizações regionais de que faziam parte, também não aceitariam constituir essa organização⁴⁵⁴.

⁴⁵³ Cf. Notícia “A CPLP vista de África” por Boaventura de Sousa Santos, revista *Visão*, Lisboa, 29 de Julho de 2010.

⁴⁵⁴ Cf. PINTO, 2005.

De assinalar o protocolo de parceria para a entrada de produtos da indústria lusa no mercado da CEDEAO, através de Cabo Verde, o qual foi assinado, em Março de 2011, entre a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e as Câmaras de Comércio e Indústria cabo-verdianas – Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Sotavento (CCISS) e Câmara de Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura do Barlavento (CCISAB)⁴⁵⁵. Ao abrigo deste acordo, as três organizações vão promover actividades e negócios de interesse comum, incluindo perspectivas de investimento e acesso aos mercados e às organizações regionais que cada um integra, sendo, neste caso, a CEDEAO, no caso de Cabo Verde, e a UE, na qual se integra Portugal. Além dos seus respectivos espaços regionais, estas três entidades pretendem também incrementar as trocas no quadro da CPLP.

Presentemente, os países africanos têm um interesse acrescido em fortalecer as organizações internacionais em que participam e em maximizar as valências que elas oferecem devido a vários motivos: Portugal e as vantagens de acesso à UE; o Brasil e a proximidade aos países emergentes; o problema de segurança com que se depara África, o qual é, em larga medida, importado e que, paradoxalmente, é causado por quem lho pretende resolver através da criação, em 2007, do Comando militar dos EUA para África – *United States African Command* (AFRICOM) que está, aparentemente, vocacionado para combater o fundamentalismo islâmico e apoiar as missões de paz, mas procura também garantir o acesso dos EUA aos recursos naturais estratégicos do continente (petróleo, bauxite, urânio, aquíferos) perante a eventual ameaça da China. Este cenário faz prever mais instabilidade política e uma corrida aos armamentos (tal como está a suceder na América Latina), o que será fatal para países com carências sociais elementares, pelo que um multilateralismo alternativo pode ser uma salvaguarda.

Outro motivo prende-se com a invisibilidade do sofrimento das populações africanas e a necessidade de lhe pôr fim. Por exemplo, os africanos ressentem-se com a demasiada atenção mundial que foi dada ao derrame do petróleo no golfo do México, quando, na sua perspectiva, a destruição ambiental do delta do Níger foi mais grave e resultante de décadas de criminosa negligência, apesar de não ter suscitado interesse mediático.

⁴⁵⁵ Notícia “Cabo Verde e São Tomé facilitam acesso de produtos lusos a mercados africanos”, *Jornal de Angola Online*, Luanda, 1 de Março de 2011. (Texto policopiado)

De qualquer forma, a CPLP não pode ser vista de forma descontextualizada da globalização e das implicações decorrentes de compromissos estabelecidos entre as diferentes instituições internacionais a que os seus membros pertencem. De facto, a integração regional só parece ter futuro se for vista como uma estratégia que privilegie o desenvolvimento integrado das regiões, atenuando as assimetrias intra e inter-regionais, mas tendo sempre presente que as malhas da globalização se estenderão a todos os continentes e o seu impacto será tanto mais positivo ou negativo consoante a maior ou menor capacidade de adaptação e a vontade política de que cada país ou organização regional der provas⁴⁵⁶.

Assim, a elaboração pelos países lusófonos de um projecto comum deverá ter em conta os interesses e realidades de cada um dos membros e dos blocos regionais em que se inserem, visando o desenvolvimento, a complementaridade e não a competição, desde logo condenada ao fracasso. A rejeição da ideia de homogeneização cultural prende-se com o conceito de «*glocalização*» contrário à existência de um caminho único para o progresso, de um *best way* que destrua a diversidade cultural e a criatividade de cada povo, localizando o global mas jamais deslocalizando o que há de original, ou seja, defender a expressão – «*pensar global, agir local*».

A CPLP ao procurar, por um lado, ser uma voz, não individual, mas amplificada, na defesa dos interesses dos seus membros, revela uma posição que se traduz em aspectos positivos como seja o facto de ter conseguido adquirir algum reconhecimento internacional através da obtenção do Estatuto de Observador junto da ONU e da negociação/assinatura de vários acordos de cooperação com organismos (por exemplo, a *United Nations Conference on Trade and Development* / Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD) que fazem parte dessa organização mundial. Por outro lado, o círculo de cooperação inter-regional de língua portuguesa, que sendo cultural não pode deixar de ser outrossim política e económica, tem que tomar seriamente em conta o «país-baleia» do conjunto, o Brasil⁴⁵⁷, como sendo, inequivocamente, o principal actor e beneficiador, pelo seu peso económico, demográfico e territorial.

⁴⁵⁶ Cf. PINTO, 2005.

⁴⁵⁷ Cf. Vasconcelos *et al.*, 1991.

4.2.1 Destaque para o MERCOSUL e alguns blocos regionais em África

De acordo com Manuel Porto⁴⁵⁸ podem distinguir-se os «*blocos formais*», resultantes de acordos celebrados, dispondo de estruturas institucionais mais ou menos complexas, dos «*blocos informais*», decorrentes de meras relações de mercado, ou seja, trata-se de distinguir entre *policy-led blocs* (*blocs induits par la politique*) e *market-led blocs* (*blocs induits par le marché*).

Incluem-se na primeira categoria, com maior ou menor formalização, a UE, o MERCOSUL e a NAFTA; e na segunda, o bloco asiático (ASEAN) ou o espaço europeu para além da UE e do EEE (Espaço Económico Europeu).

No caso específico de África, a par de outros movimentos, este ponto visa focar, particularmente, os espaços regionais que integram países lusófonos, a saber:

- COMESA (*Common Market for Eastern and Southern Africa* – Mercado Comum da África Oriental e Austral), onde participou Angola;
- ECCAS / CEEAC (*Economic Community of Central African States* – Comunidade Económica dos Estados da África Central), que inclui Angola e São Tomé e Príncipe;
- ECOWAS / CEDEAO (*Economic Community of West African States* – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), com Cabo Verde e Guiné-Bissau;
- SADC (*Southern African Development Community* – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), onde se integram Angola e Moçambique;
- UEMOA (*Union Economique et Monétaire Ouest Africaine* – União Económica e Monetária da África Ocidental), na qual participa a Guiné-Bissau.

⁴⁵⁸ PORTO, Manuel Calado Lopes (1997), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 2ª edição, Coimbra: Livraria Almedina e PORTO, Manuel Calado Lopes (2001), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 3ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

MERCOSUL

O Tratado de Assunção, assinado em 26 de Março de 1991, foi o documento que estabeleceu a data de 31 de Dezembro de 1994 para o início do MERCOSUL⁴⁵⁹, representando um espaço económico no cone sul do continente americano que envolve alguns sectores estratégicos, a saber: a agro-indústria, a construção, a indústria automóvel, os serviços urbanos e a madeira⁴⁶⁰. É composto por países do sul da América Latina – a Argentina⁴⁶¹, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A Venezuela⁴⁶² foi aceite como membro de pleno direito em 2006 e está, actualmente, em processo de integração no MERCOSUL. Constitui, assim, um grande mercado, com um potencial de crescimento elevado⁴⁶³ em que são enormes as diferenças de desenvolvimento e principalmente de dimensão. Trata-se de um espaço físico de cerca de 12 milhões de quilómetros quadrados, agrupando duas das mais importantes economias da América Latina, em que só o Brasil detém cerca de 72% da superfície total.

Maria Teresa de Cárcomo Lobo⁴⁶⁴ refere⁴⁶⁵ que, apesar do MERCOSUL se definir como um processo integracionista na modalidade de mercado comum, de que a zona de comércio livre, encerrada em 31 de Dezembro de 1994, e a instituição em 1 de Janeiro de 1995 da união aduaneira, representam etapas para a sua constituição, não há uma instituição que actue e fale em nome do MERCOSUL e, menos ainda, que atenda às exigências e aos interesses comuns do bloco.

⁴⁵⁹ BONIOLO, Eduardo da Eira (2004), “Relações entre Mercosul e União Europeia e as consequências para o Brasil – Uma resenha.”, *Revista geo-paisagem (on-line)*, 5, Acedido em 8 de Junho de 2010, in: <http://www.feth.ggf.br/Mercosul.htm>.

⁴⁶⁰ MEDEIROS, Eduardo Raposo de (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa: ISCSP – UTL.

⁴⁶¹ País de destino da primeira deslocação oficial ao estrangeiro da «presidenta» brasileira, Dilma Rousseff, datada do final de Janeiro de 2011, tendo sido recebida pela sua homóloga argentina, Cristina Fernández Kirchner, reeleita em Outubro de 2011, pelo que foi considerado um encontro histórico num continente profundamente machista e também porque marca o início de um novo ciclo nas relações entre estes dois países com vista ao reforço dos laços regionais.

⁴⁶² A adesão da Venezuela ao MERCOSUL significa uma união entre a maior economia da região e o seu maior produtor de petróleo, ou seja, uma vitória para a integração Sul-Sul [BARAHONA DE BRITO, Alexandra (2001), *O Novo Multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul*, Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI)].

⁴⁶³ O PIB total da região eleva-se a 1 300 mil milhões de euros, superior ao de países como a Coreia do Sul, Índia ou Rússia.

⁴⁶⁴ Professora universitária e magistrada federal.

⁴⁶⁵ LOBO, Maria Teresa de Cárcomo (2001), «MERCOSUL – Realidade ou Utopia?», *Temas de Integração*, N.ºs 10 e 11, Coimbra: Livraria Almedina, pp. 95-104.

Blocos regionais em África

As relações entre a Europa e África são marcadas, desde o início da integração europeia, pelo paradigma assistencial da ajuda ao desenvolvimento, no contexto mais vasto dos Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), integrando seis países lusófonos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A integração regional é vista em África como uma forma de incentivar o comércio e garantir economias de escala⁴⁶⁶. Entre as organizações regionais que operam na África Subsaariana (Quadro XXX), aquelas que envolvem países lusófonos, poderão ser agrupadas de acordo com a seguinte divisão geográfica:

Quadro XXX. Divisão geográfica da África Subsaariana

(por agrupamentos de integração regional que envolvem/envolveram países lusófonos).

África Ocidental	África Central	África Austral
ECOWAS	ECCAS/CEEAC	SADC
UEMOA		COMESA

4.2.2 Relevância institucional *versus* comercial

O processo de investigação desenvolvido permite, em termos gerais, afirmar que o MERCOSUL enfrenta alguns problemas ao nível institucional, em virtude da disparidade existente no que toca, por exemplo, ao indicador da população entre os seus países membros, embora revele algum significado em termos de comércio⁴⁶⁷. Contrariamente, ao que se regista com os blocos regionais do continente africano em que estes representam pouco comércio intra-África, não obstante alguma relevância institucional que assumem⁴⁶⁸.

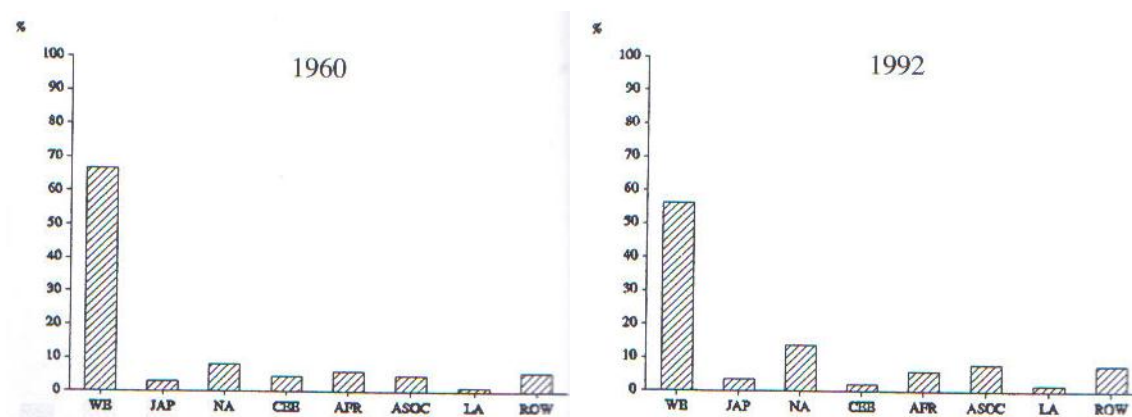
⁴⁶⁶ KHANDELWAL, Padamja (2004), «COMESA and SADC: Prospects and Challenges for Regional Trade Integration», *Working Paper – WP/04/227*, Washington DC: International Monetary Fund (IMF).

⁴⁶⁷ Desde 1985 até ao final dos anos 90, assistiu-se a um aumento do comércio intra-regional, situação que se reverteu nos últimos anos devido a crises económicas e financeiras da região. Desde 1999, a estrutura comercial do Brasil revela uma forte orientação para os mercados mundiais, enquanto a Argentina, o Paraguai e o Uruguai revelam uma dependência comercial + forte face aos seus parceiros do MERCOSUL.

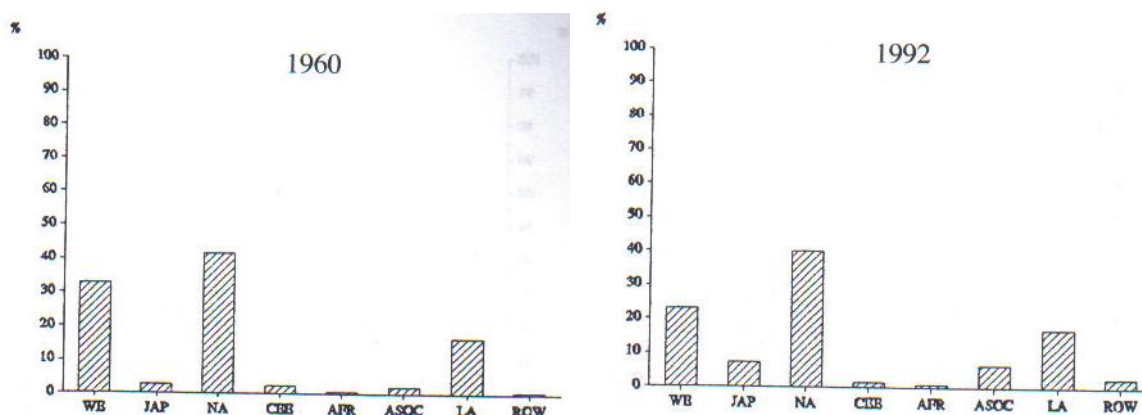
⁴⁶⁸ PORTO, Manuel Calado Lopes (2001), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 3ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

De facto, a tendência actual é para o comércio intra-sectorial, em que o comércio intra-UE atinge aproximadamente os 70% e o comércio intra-América-Latina os 20%. Relativamente aos movimentos de integração em áreas menos desenvolvidas, como seja no caso de África, é de esperar que a dependência desses espaços em relação a espaços mais desenvolvidos seja grande (*vide* Gráficos XVII e XVIII)⁴⁶⁹. Algo de semelhante se passa em espaços mais desenvolvidos onde um país de grande dimensão (caso do Brasil no MERCOSUL) não pode deixar de ter no exterior os seus principais parceiros comerciais. A ligação de África à Europa é especialmente grande (superior a 50%), sucedendo o mesmo no caso da América Latina mas em relação à América do Norte (cerca de 40%).

Gráficos XVII. Polarização regional de África 1960-1992
(distribuição percentual do comércio)



Gráficos XVIII. Polarização regional da América Latina 1960-1992
(distribuição percentual do comércio)



Legendas:

WE: Europa Ocidental; JAP: Japão; NA: América do Norte; CEE: Europa Central e Oriental; AFR: África; ASOC: Ásia-Oceania; LA: América Latina; ROW: Resto do Mundo.

Fonte: PORTO, Manuel Calado Lopes (1997), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 2ª edição, Coimbra: Livraria Almedina, p.482 e p.485.

⁴⁶⁹ PORTO, Manuel Calado Lopes (1997), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 2ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

MERCOSUL

Engloba países muito assimétricos⁴⁷⁰ com discrepâncias dimensionais que dificultam o aprofundamento institucional deste bloco económico, sendo designadamente difícil a formação de um Parlamento ou de um Tribunal, quando um dos países (Brasil) tem 193 milhões de habitantes (79% da população do MERCOSUL sem a Venezuela, ou 71% com a Venezuela), um outro (Argentina) 41 milhões e os outros dois (Paraguai e Uruguai), um com quase 6,5 milhões e o outro pouco mais de 3 milhões, respectivamente, tal como se pode observar no Quadro XXXI, o qual já inclui também os indicadores da Venezuela:

Quadro XXXI. Países membros do MERCOSUL.

País	População (milhões hab.)	Área (mil km ²)	PIB (mil milhões EUR)	PIB per capita (EUR)
Argentina	40,5	2.780,4	279,3	6.893,1
Brasil	193,3	8.514,9	1.576,8	8.159,1
Paraguai	6,4	406,8	13,9	2.176,8
Uruguai	3,4	176,2	30,4	9.050,2
Venezuela	29,2	912,1	219,3	7.513,4

Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho de 2011).

Com uma representação mais ou menos proporcional, a participação dos países com menos população não teria significado perante o poder excessivo do eixo Argentina–Brasil, e uma participação paritária levaria a uma subrepresentação inaceitável dos cidadãos do Brasil, com uma população deveras superior à dos outros países membros em conjunto.

Coloca-se “*um problema de desequilíbrio (é muito menor na UE, havendo mais países e não chegando o país mais populoso, a Alemanha, a ter um quarto da população total) que justifica que a via a seguir tenha vindo a ser a da inter-governamentalidade*”⁴⁷¹. A experiência dos anos decorridos tem sido positiva, restando, todavia, a questão de saber se poderá continuar a avançar-se assim no processo de integração.

⁴⁷⁰ Cf. PINTO, 2005.

⁴⁷¹ PORTO, 1997: 451.

Para além da existência de uma forte assimetria política, o MERCOSUL sofre também de um défice democrático que afecta a sua capacidade para lançar um projecto internacional multilateral, baseado nos valores da democracia e da partilha de soberania⁴⁷².

O acréscimo do comércio intra-MERCOSUL (15% do comércio total no período 2002-2005)⁴⁷³ tem conduzido a uma vontade de integrar, neste bloco, outros países (Chile e Bolívia que têm já o estatuto de membros associados; os Estados da Comunidade Andina que procedem, em bloco, as negociações com o MERCOSUL). Assim acontece da parte de um bloco formal (composto pela Bolívia, Colômbia, Equador, Perú e Venezuela) com as várias instituições em funcionamento (incluindo um Parlamento e um Tribunal), o que não acontece (ainda) no MERCOSUL.

Ao nível da protecção comercial, na cimeira do MERCOSUL realizada, perto de Assunção, entre 28 e 29 de Junho de 2011, a «*presidenta*» do Brasil, Dilma Rousseff (tratou-se da sua primeira participação numa cimeira do MERCOSUL desde que tomou posse em Janeiro de 2011) propôs à Comissão de Comércio elevar a protecção comercial contra o aumento de importações, numa tentativa de conter a entrada de produtos baratos da Europa, Ásia e dos Estados Unidos numa região de rápida expansão que está preocupada com a perda de competitividade da sua economia regional devido a uma apreciação das suas moedas, o que estimula as importações. Com efeito, num momento de excepcional crescimento da região, verifica-se que alguns parceiros comerciais de fora procuram vender produtos para os quais não encontram mercado no mundo rico⁴⁷⁴.

Esta proposta será, entretanto, discutida e permitirá que cada país eleve individualmente os seus tributos de importação de bens não pertencentes à zona. No caso da Argentina que tem uma dura política comercial que inclui barreiras a importações e licenciamento não automático, concorda preservar o mercado para o bem da região. Uruguai e Paraguai correspondentes às economias menos industrializadas do MERCOSUL

⁴⁷² BARAHONA DE BRITO, Alexandra (2001), *O Novo Multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul*, Lisboa: IEEL.

⁴⁷³ MERCOSUL – Documento de Estratégia Regional 2007-2013, Bruxelas: Comissão Europeia, 2 de Agosto de 2007.

⁴⁷⁴ Notícia “Dilma pede maior protecção comercial para MERCOSUL”, agência *Reuters*, Delegação Brasil – São Paulo, 29 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

e, portanto, mais abertas às importações, receberam a proposta do Brasil com alguma cautela visto que consideram importante a existência de um verdadeiro mercado regional, forte, vigoroso e que não tenha restrições tarifárias no seu funcionamento externo.

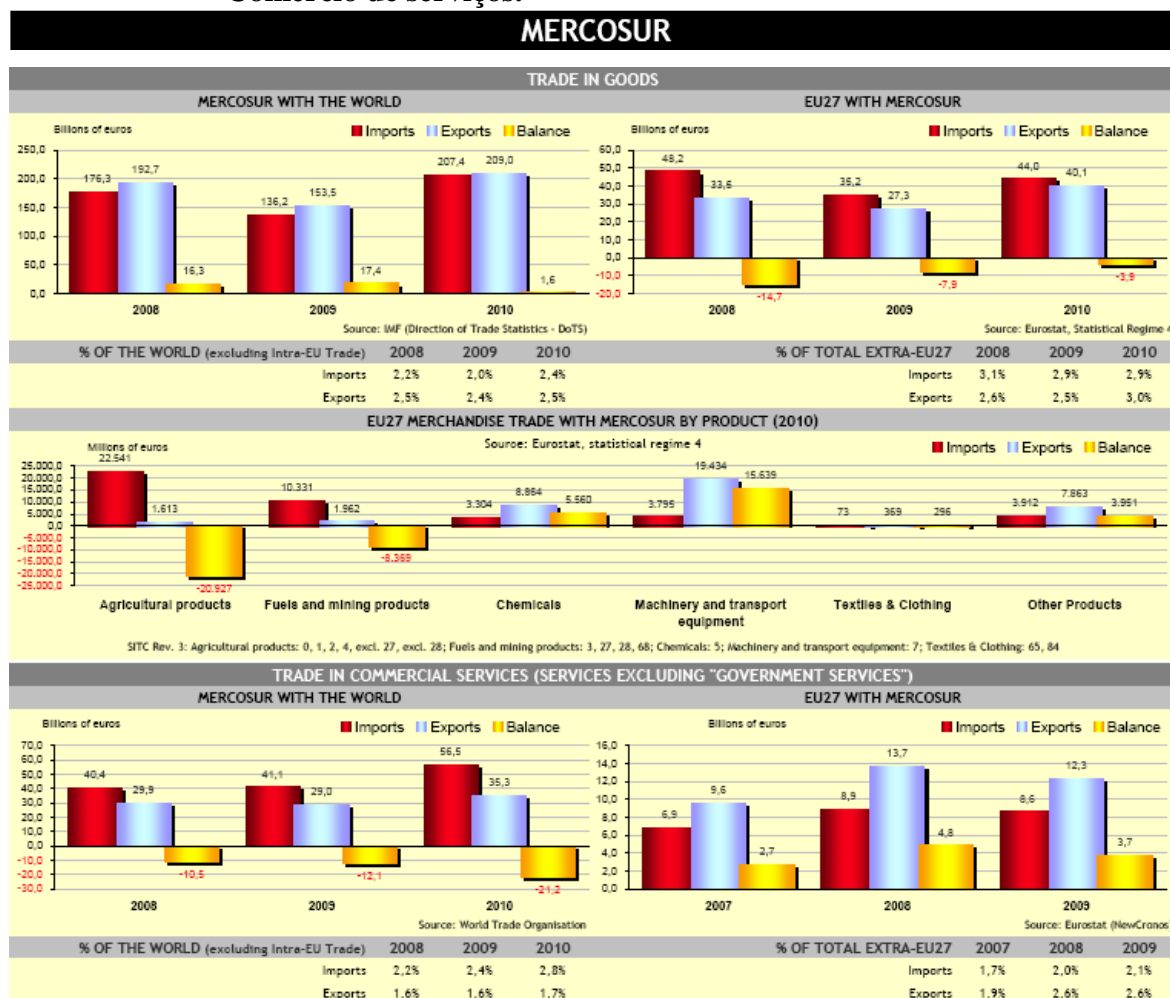
Entre 2008 e 2010, o balanço de comércio de bens entre o MERCOSUL e o Mundo (Gráficos XIX) registou, apesar do decréscimo, um saldo comercial positivo, passando de 16,3 mil milhões de euros (em 2008) para 1,6 mil milhões de euros (em 2010), enquanto que, no mesmo período, entre a UE27 e o MERCOSUL se verificou um défice que tem vindo a diminuir: de -14,7 mil milhões de euros para -3,9 mil milhões de euros. No que se refere à troca de mercadorias, por produto, em 2010, da UE com o MERCOSUL, o destaque vai para as importações de produtos agrícolas e para as exportações de maquinaria e equipamento de transporte.

Na área dos serviços comerciais, o balanço das relações estabelecidas entre o MERCOSUL e o Mundo, no período de 2008 a 2010, apresentou uma tendência negativa crescente (de -10,5 mil milhões de euros em 2008 para -21,2 mil milhões de euros em 2010), enquanto que, entre 2007 e 2009, entre a UE27 e o MERCOSUL, o saldo é positivo, ainda que tenha sofrido uma diminuição de 2008 (4,8 mil milhões de euros) para 2009 (3,7 mil milhões de euros).

Entre 2006 e 2010, a evolução da balança comercial entre o MERCOSUL e o Mundo tem evoluído positivamente, registando-se uma diminuição das trocas em 2009, em parte devido à crise internacional desse ano (Gráfico XX), cujos choques foram sentidos, fundamentalmente, no canal do comércio, não só pela quebra da procura em 2009, como pela descida dos preços dos bens primários que constituem o grosso das exportações.

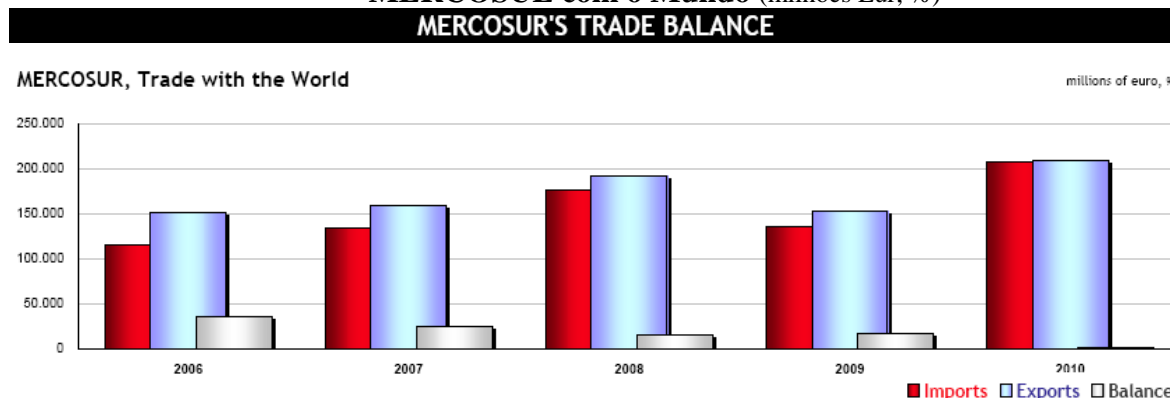
Em 2010, os cinco principais parceiros comerciais do MERCOSUL (Quadros XXXII) foram, em 1.º lugar, a UE (dentro da qual, se destacou a Alemanha), seguida da China (2.º), EUA (3.º), Brasil (4.º) e Argentina (5.º). De 2009 para 2010, a China conseguiu ultrapassar os EUA neste *ranking*. Ao nível dos parceiros regionais do MERCOSUL, o 1.º lugar foi ocupado pelos países latino-americanos, seguindo-se os Estados «BRIC».

Gráficos XIX. Panorâmica geral das relações entre o MERCOSUL, o Mundo e a UE27: Comércio de bens; Trocas comerciais por produto (2010); Comércio de serviços.



Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Gráfico XX. Evolução da balança comercial do MERCOSUL: comércio do MERCOSUL com o Mundo (milhões Eur, %)



Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Quadros XXXII. Comércio do MERCOSUL com os principais parceiros (2010).

MERCOSUR'S TRADE WITH MAIN PARTNERS (2010)

The Major Imports Partners				The Major Export Partners				The Major Trade Partners			
Rk	Partners	Mio euro	%	Rk	Partners	Mio euro	%	Rk	Partners	Mio euro	%
	World (all countrie	207.398,6	100,0%		World (all countrie	208.985,9	100,0%		World (all countrie	416.384,5	100,0%
1	EU27	41.471,6	20,0%	1	EU27	43.044,5	20,6%	1	EU27	84.516,1	20,3%
2	United States	30.910,4	14,9%	2	China	29.017,7	13,9%	2	China	57.913,4	13,9%
3	China	28.895,7	13,9%	3	United States	17.697,0	8,5%	3	United States	48.607,4	11,7%
4	Brazil	18.760,2	9,0%	4	Argentina	14.538,1	7,0%	4	Brazil	31.327,9	7,5%
5	Argentina	14.375,8	6,9%	5	Brazil	12.567,7	6,0%	5	Argentina	28.913,9	6,9%
6	South Korea	7.641,4	3,7%	6	Chile	6.956,3	3,3%	6	Japan	12.899,5	3,1%
7	Japan	6.730,8	3,2%	7	Japan	6.168,7	3,0%	7	Chile	11.247,8	2,7%
8	Nigeria	5.211,4	2,5%	8	Russia	4.114,7	2,0%	8	South Korea	10.998,6	2,6%
9	Chile	4.291,4	2,1%	9	Venezuela	4.086,7	2,0%	9	Mexico	8.005,8	1,9%
10	Mexico	4.255,7	2,1%	10	Mexico	3.750,1	1,8%	10	India	7.114,6	1,7%
11	India	3.898,7	1,9%	11	South Korea	3.357,3	1,6%	11	Nigeria	5.957,0	1,4%
12	Switzerland	2.897,5	1,4%	12	India	3.215,9	1,5%	12	Russia	5.942,0	1,4%
13	Canada	2.583,8	1,2%	13	Uruguay	2.959,9	1,4%	13	Venezuela	5.556,4	1,3%
14	Thailand	2.106,7	1,0%	14	Canada	2.941,2	1,4%	14	Canada	5.525,0	1,3%
15	Bolivia	2.041,8	1,0%	15	Paraguay	2.746,3	1,3%	15	Uruguay	4.618,7	1,1%
16	Algeria	1.967,4	0,9%	16	Saudi Arabia	2.630,8	1,3%	16	Paraguay	4.367,0	1,0%
17	Russia	1.827,2	0,9%	17	Colombia	2.374,5	1,1%	17	Saudi Arabia	4.355,8	1,0%
18	Saudi Arabia	1.725,0	0,8%	18	Iran	2.343,7	1,1%	18	Switzerland	4.131,4	1,0%
19	Malaysia	1.719,9	0,8%	19	Peru	2.286,5	1,1%	19	Thailand	3.651,7	0,9%
20	Uruguay	1.658,8	0,8%	20	St. Lucia	2.061,4	1,0%	20	Indonesia	3.464,6	0,8%
21	Paraguay	1.620,7	0,8%	21	Egypt	1.997,7	1,0%	21	Bolivia	3.400,2	0,8%
22	Indonesia	1.541,7	0,7%	22	Indonesia	1.922,8	0,9%	22	Colombia	3.370,5	0,8%
23	Venezuela	1.469,7	0,7%	23	United Arab Emirat	1.609,4	0,8%	23	Algeria	3.198,2	0,8%
24	Australia	1.397,3	0,7%	24	Hong Kong	1.562,2	0,7%	24	Peru	3.108,0	0,7%
25	Hong Kong	1.228,5	0,6%	25	Thailand	1.545,0	0,7%	25	Malaysia	3.085,5	0,7%
26	Colombia	996,1	0,5%	26	South Africa	1.535,8	0,7%	26	Hong Kong	2.790,7	0,7%
27	Israel	934,7	0,5%	27	Malaysia	1.365,6	0,7%	27	Iran	2.455,6	0,6%
28	Singapore	898,0	0,4%	28	Bolivia	1.358,4	0,6%	28	South Africa	2.402,2	0,6%
29	South Africa	866,5	0,4%	29	Turkey	1.261,5	0,6%	29	Egypt	2.183,6	0,5%
30	Peru	821,5	0,4%	30	Switzerland	1.233,9	0,6%	30	St. Lucia	2.061,4	0,5%
31	Turkey	740,3	0,4%	31	Algeria	1.230,8	0,6%	31	Australia	2.052,6	0,5%
32	Morocco	610,9	0,3%	32	Ecuador	1.137,6	0,5%	32	Turkey	2.001,8	0,5%
33	Iraq	609,7	0,3%	33	Singapore	1.064,9	0,5%	33	Singapore	1.962,8	0,5%
34	Norway	597,2	0,3%	34	Angola	853,4	0,4%	34	United Arab Emirat	1.758,3	0,4%
35	Belarus	563,8	0,3%	35	Vietnam	806,2	0,4%	35	Israel	1.390,5	0,3%
36	Trinidad and Tobag	510,5	0,2%	36	Netherlands Antille	768,6	0,4%	36	Angola	1.311,6	0,3%
37	Angola	458,2	0,2%	37	Nigeria	745,6	0,4%	37	Ecuador	1.298,5	0,3%
38	Vietnam	457,3	0,2%	38	Philippines	733,1	0,4%	38	Vietnam	1.263,5	0,3%
39	Equatorial Guinea	450,9	0,2%	39	Syria	713,5	0,3%	39	Morocco	1.257,3	0,3%
40	Costa Rica	347,1	0,2%	40	Australia	655,3	0,3%	40	Norway	1.210,3	0,3%
41	Philippines	323,7	0,2%	41	Morocco	646,4	0,3%	41	Philippines	1.056,8	0,3%
42	Ukraine	311,9	0,2%	42	Norway	613,1	0,3%	42	Trinidad and Tobag	948,8	0,2%
43	Kuwait	200,0	0,1%	43	Bangladesh	573,6	0,3%	43	Iraq	930,8	0,2%
44	Egypt	185,9	0,1%	44	Bahrain	463,6	0,2%	44	Netherlands Antille	838,3	0,2%
45	Qatar	180,7	0,1%	45	Israel	455,7	0,2%	45	Syria	753,8	0,2%
46	Ecuador	161,0	0,1%	46	Trinidad and Tobag	438,3	0,2%	46	Costa Rica	698,5	0,2%
47	United Arab Emirat	148,9	0,1%	47	Libya	433,8	0,2%	47	Belarus	685,1	0,2%
48	North Korea	119,4	0,1%	48	Dominican Republic	428,4	0,2%	48	Bangladesh	649,8	0,2%
49	Tunisia	115,1	0,1%	49	Yemen	424,7	0,2%	49	Ukraine	592,3	0,1%
50	Iran	111,9	0,1%	50	Cuba	395,5	0,2%	50	Libya	513,2	0,1%

Mercosur's Imports from ...				Mercosur's Exports to ...				Mercosur's Trade with...			
Partner regions	Mio euro	%		Partner regions	Mio euro	%		Partner regions	Mio euro	%	
ACP	7.879,2	3,8%		ACP	8.753,3	4,2%		ACP	16.632,6	4,0%	
Andean Community	4.020,3	1,9%		Andean Community	7.157,0	3,4%		Andean Community	11.177,3	2,7%	
ASEAN	7.067,8	3,4%		ASEAN	7.470,1	3,6%		ASEAN	14.537,9	3,5%	
BRIC	53.381,9	25,7%		BRIC	48.916,0	23,4%		BRIC	102.297,8	24,6%	
CACM	391,3	0,2%		CACM	1.333,5	0,6%		CACM	1.724,8	0,4%	
Candidate Countries	765,5	0,4%		Candidate Countries	1.441,6	0,7%		Candidate Countries	2.207,2	0,5%	
CIS	2.797,5	1,3%		CIS	4.786,3	2,3%		CIS	7.583,8	1,8%	
EFTA	3.501,2	1,7%		EFTA	2.052,3	1,0%		EFTA	5.553,5	1,3%	
Latin American Coun	50.843,9	24,5%		Latin American Coun	56.095,6	26,8%		Latin American Coun	106.939,5	25,7%	
MEDA (excl EU and T	3.859,1	1,9%		MEDA (excl EU and T	5.828,7	2,8%		MEDA (excl EU and T	9.687,8	2,3%	
Mercosur	36.415,5	17,6%		Mercosur	32.812,0	15,7%		Mercosur	69.227,5	16,6%	
NAFTA	37.749,9	18,2%		NAFTA	24.388,3	11,7%		NAFTA	62.138,2	14,9%	

Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Outro aspecto que importa frisar são os acordos de livre comércio estabelecidos, nos começos de 2000⁴⁷⁵, entre o MERCOSUL e a SACU (*Southern African Customs Union*), cujos países membros fazem parte de outro bloco de integração regional, a SADC⁴⁷⁶. Como refere CHACON (2002: 87):

“Empresários, executivos, intelectuais e políticos passam então a mobilizar-se cada vez mais em favor do projecto MERCOSUL – SACU – SADC no contexto do Atlântico Sul, razão atlântica projectando-se em oceanos e continentes, mares afora, terras adentro, outra base de mais ampla geopolítica mundial, em conflito, ou melhor, em competição e/ou colaboração com outros espaços.”

Blocos regionais em África

A primeira grande tentativa de integração africana, a nível global, foi a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 25 de Maio de 1963, com sede na capital da Etiópia, em Addis-Abeba. Os seus principais objectivos eram acelerar a integração política, social e económica do continente, lutar pelo direito de todos os povos africanos à independência e pelo fim do *apartheid*⁴⁷⁷. Em Setembro de 1999, os Chefes de Estado e de Governo da OUA declararam a sua intenção no que corresponde à aceleração de esforços de integração regional com vista à procura de soluções para os problemas económicos, políticos e sociais. Daí que PINTO (2005: 236) afirme que *“Em África, a quase totalidade dos blocos ou organizações de integração visavam, e continuam a visar, simultaneamente, objectivos de carácter político, económico, tanto monetários como aduaneiros, e sociais”*. Em Julho de 2002 foi lançada a UA⁴⁷⁸, sucessora da OUA, num encontro de Chefes de Estado, realizado na África do Sul, com o propósito de sustentar a integração sócio-económica no continente africano e de promover a paz, a segurança e a estabilidade.

⁴⁷⁵ Correspondente ao ano das comemorações de um novo milénio e que coincide com os 500 anos da Descoberta do Brasil, tendo sido assinado o novo Tratado de Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, o que permite confirmar a relação única, não apenas especial, entre os dois países (CHACON, 2002).

⁴⁷⁶ Cf. PINTO, 2005.

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ Com 53 países membros: África do Sul, Argélia, **Angola**, Benin, Botswana, Burkina-Faso, Burundi, **Cabo Verde**, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, **Guiné-Bissau**, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurício, Mauritânia, **Moçambique**, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, República Centro-Africana, República Democrática da Arábia Saudita, Republica Democrática do Congo, Ruanda, **São Tomé e Príncipe**, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

Alguns elementos adicionais atinentes a cada um dos blocos de integração regional que integram países lusófonos estão relacionados com a sua efectiva data de criação, os países membros, o total populacional e os objectivos prioritários (Quadro XXXIII).

Quadro XXXIII. Blocos regionais em África que envolvem «Países Lusófonos».

Designação	Data	Países membros	População	Objectivos
COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa (Mercado Comum para a África Oriental e a África Austral)	1994	Angola (ex-membro), Burundi, Comores, Djibouti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Quénia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurício, República Democrática do Congo, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.	389 milhões	Implementar uma zona de comércio livre; coordenar políticas regionais monetárias e macroeconómicas; melhorar a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas.
ECCAS – Economic Community of Central African States (Comunidade Económica dos Estados da África Central - CEEAC)	1981	Angola, São Tomé e Príncipe , Burundi, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e República Democrática do Congo.	116,4 milhões	Eliminar os obstáculos ao comércio e estabelecer uma pauta aduaneira e uma política comercial comuns para países terceiros.
ECOWAS – Economic Community of West African States (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental-CEDEAO)	1975	Cabo Verde, Guiné-Bissau , Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo	249,4 milhões	Promover a cooperação regional e a integração económica em diversos campos: indústria, transporte, telecomunicações, energia, agricultura, comércio, etc

(Cont.)

Designação	Data	Países membros	População	Objectivos
SADC – Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)	1992	Angola, Moçambique, África do Sul, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurício, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.	215,4 milhões	Promover o crescimento e o desenvolvimento económico, o combate à pobreza e a maximização da produção e do emprego.
UEMOA – Union Economique et Monétaire Ouest Africaine ou WAEMU – West African Economic and Monetary Union (União Económica e Monetária da África Ocidental)	1994	Guiné-Bissau, Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo.	80,3 milhões	Incentivar a competitividade económica e financeira; desenvolver um mercado competitivo baseado nos fluxos livres de bens, pessoas, serviços e capitais.

Fontes: Adaptado de:

- MEDEIROS, Eduardo Raposo de (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa: ISCSP – UTL;
- PORTO, Manuel Calado Lopes (1997), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 2ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

A Fig. XV, seguidamente apresentada, sistematiza, de um modo geral, os agrupamentos de integração regional em África, em que alguns dos quais acabam por abranger no seu seio países comuns que pertencem a outros blocos dessa mesma área geográfica, tal como acontece, por exemplo, com os países lusófonos – Angola e Guiné-Bissau.

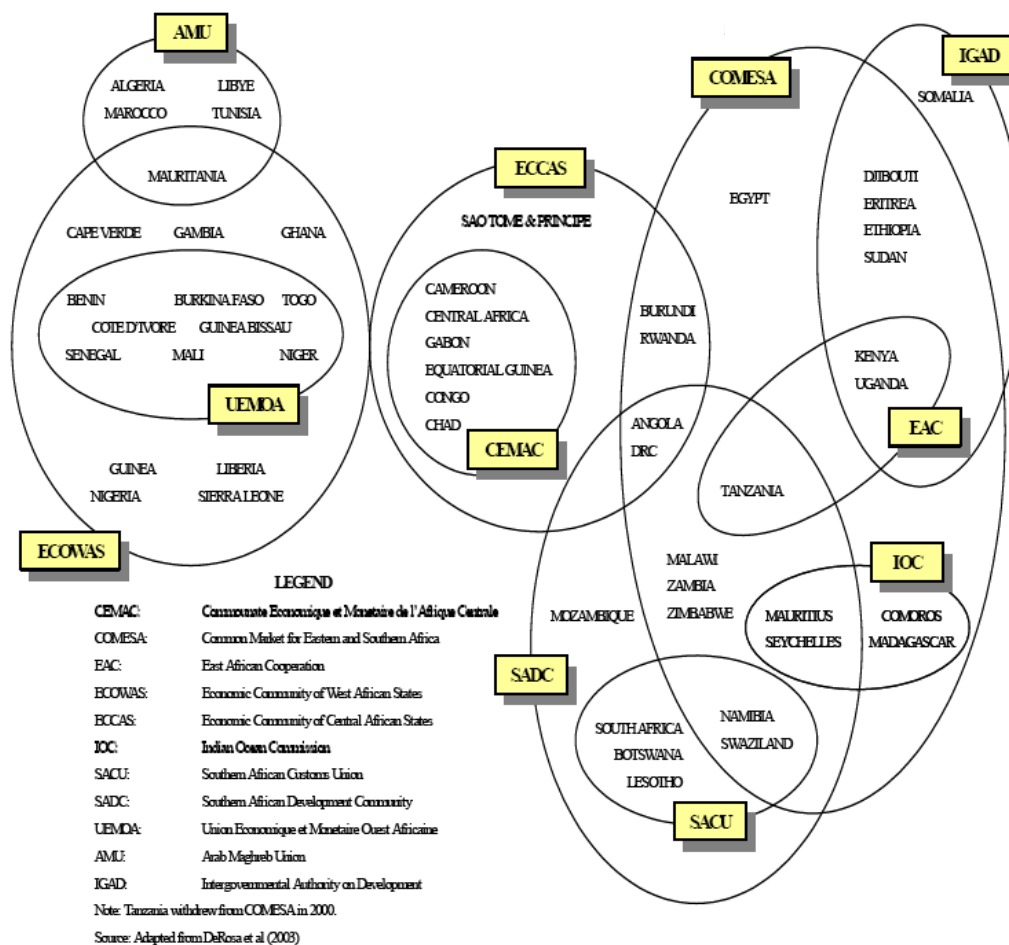


Figura XV. Agrupamentos de Integração Regional em África.

Fonte: IMF (<http://www.imf.org/>), Acedido em 7 de Março de 2009.

A extensa lista de organizações internacionais criadas deverá ser encarada como resultado da quase totalidade dos países africanos terem sido colónias e não disporem, à data da independência, de condições para triunfar por si só no jogo económico mundial.

No que concerne à cooperação entre a UE e alguns dos blocos regionais anteriormente aludidos, necessariamente considerada à luz do processo de democratização desses espaços⁴⁷⁹, as relações estabelecidas sobretudo com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) merecem ser enfatizadas.

⁴⁷⁹ Cf. HAMILTON, 1992.

Começando pela ECOWAS, esta foi estabelecida oficialmente em 28 de Maio de 1975, quando os representantes dos seus países constituintes assinaram o Tratado de criação desta Comunidade em Lagos, na Nigéria, visando a cooperação político-regional e o estabelecimento de uma união económica entre os seus membros⁴⁸⁰. Do ponto de vista institucional, estruturou-se de maneira a tentar dinamizar os projectos, adoptando a distribuição das funções entre vários órgãos.

Este bloco económico dos países da África Ocidental tem-se esforçado, desde 1975, para promover a integração regional numa das regiões mais pobres da África (o PIB do bloco, por exemplo, em 1999, aproximou-se dos 73 mil milhões de dólares (Quadro XXXIV) enquanto o do MERCOSUL é de 1 trilião de dólares) e com graves problemas políticos, económicos e sociais. O esforço é válido, principalmente pela tentativa de articulação regional para o desenvolvimento económico e para a superação dos conflitos⁴⁸¹.

⁴⁸⁰ NIELSEN, Lynge (2007), «The Economic Community of West African States», *Working Paper – WPS4266*, Washington DC: World Bank Policy Research, Acedido em 10 de Setembro de 2009, in: <http://elibrary.worldbank.org/docserver/download/4266.pdf?expires=1325698927&id=id&accname=guest&checksum=C36377AB5BA88BE952F58C52D29D72FD>

⁴⁸¹ FILHO, Pio Penna (2008), “ECOWAS e SADC – África Ocidental e Austral: Integração Económica Regional e Instabilidade Política.”, *AfricAmérica*, Acedido em 27 de Novembro de 2008, in: <http://www.africamerica.net/>

Quadro XXXIV. ECOWAS – Principais Indicadores Económicos.

ECOWAS – ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES					
INTEGRANTES	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Milhões de habitantes)	PIB (Milhões de US\$)	RENDAS PER CAPITA (Milhões de US\$)	CRESCIMENTO ANUAL DO PIB %
BENIN	112.622	5,9	2.210	350	4,4
BURKINA FASO	274.200	11,4	2.538	230	2,8
CABO VERDE	4.033	0,417	425	1.010	4,7
COSTA DO MARFIM	322.463	14,6	10.688	660	2,4
GÂMBIA	11.295	1,2	363	400	2,6
GANÁ	238.538	18,9	6.344	360	4,4
GUINÉ	245.857	7,7	3.934	560	3,9
GUINÉ BISSAU	36.125	1,1	271	250	3,5
LIBÉRIA	111.369	2,7	973	-	0
MALI	1.240.142	11,8	2.660	240	2,8
MAURITÂNIA	1.030.700	2,5	1.094	470	4,1
NÍGER	1.186.408	10,1	1.987	200	1
NIGÉRIA	923.768	121,8	31.995	240	2,6
SENEGAL	196.722	9	5.155	570	1,8
SERRA LEOA	71.740	4,6	940	200	-3,3
TOGO	56.785	4,4	1.420	300	-0,6
TOTAL	6.062.767	228,117	72.997		

Fontes: Almanaque Abril 1999, Relatório do Banco Mundial e Página Oficial na Internet.

Fonte: FILHO, Pio Penna (2008), “ECOWAS e SADC – África Ocidental e Austral: Integração Económica Regional e Instabilidade Política.”, *AfricAmérica*, Acedido em 27 de Novembro de 2008, in: <http://www.africamerica.net/>

Passando agora à SADC, esta foi instituída em 1992, em Windhoek, capital da Namíbia, representando o coroar de uma iniciativa anterior: a *Southern African Development Coordination Conference* / Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC)⁴⁸². O seu PIB aproxima-se dos 176 mil milhões de dólares – Quadro XXXV, superando o da ECOWAS. A iniciativa da formação deste bloco regional na região da África Austral esteve intimamente relacionada com factores específicos vinculados à questão da República da África do Sul, cuja política outrora adoptada, baseada no *apartheid*, representava uma ameaça real aos estados africanos geograficamente próximos. Alguns países daquela área, como Angola,

⁴⁸² FILHO, Pio Penna (2000), «Integração Económica no Continente Africano: ECOWAS e SADC», *Revista CENA Internacional*, N.º 2, Brasília: Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 5-22.

Moçambique e Zimbabué, lograram alcançar a independência num processo tardio e violento, pelo que o cenário da África Austral foi, portanto, marcado por grande instabilidade durante, pelo menos, 30 anos. Esse período coincide com a Guerra Fria e as ingerências da bipolaridade exerceram influência nos rumos políticos da região⁴⁸³.

Quadro XXXV. SADC - Principais Indicadores Económicos.

SADC – COMUNIDADE DA ÁFRICA MERIDIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO					
INTEGRANTES	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO (Milhões de habitantes)	PIB (Milhões de US\$)	RENDA PER CAPTA (Milhões de US\$)	CRESCIMENTO ANUAL DO PIB %
ANGOLA	1.246.700	12	6.721	270	- 0,9
ÁFRICA DO SUL	1.223.201	44,3	126.301	3.520	1,2
BOTSWANA	581.730	1,6	4.936	786 a 3.115	4,1
LESOTO	30.355	2,2	889	660	6,7
MALAWI	118.484	10,4	2.204	180	2,6
MAURÍCIO	2.045	1,2	4.292	3.710	5
MOÇAMBIQUE	799.380	18,7	1.714	80	7,1
NAMÍBIA	824.292	1,7	3.230	2.250	4,1
REP. DEM. CONGO	2.344.885	49,2	6.904	130	- 6,6
SEICHELLES	455	0,077	515	6.850	1,1
SUAZILÂNDIA	17.364	0,931	1.042	1.210	2,9
TANZÂNIA	939.470	32,2	5.838	170	3,5
ZÂMBIA	752.614	8,7	3.388	360	- 1,1
ZIMBABWE	390.759	11,9	7.550	610	1,3
TOTAL	9.271.734	195,108	175.524		

Fontes: Almanaque Abril 1999, Relatório do Banco Mundial.

Fonte: FILHO, Pio Penna (2008), “ECOWAS e SADC – África Ocidental e Austral: Integração Económica Regional e Instabilidade Política.”, AfricAmérica, Acedido em 27 de Novembro de 2008, in: <http://www.africamerica.net/>

A cooperação e a integração da SADC é baseada em factores históricos, económicos, políticos sociais e culturais, e os seus princípios foram delineados à margem da experiência retirada da UE. A falta de homogeneidade entre os seus vários membros revelou algumas reticências quanto ao sucesso desta organização⁴⁸⁴. De salientar que o comércio intra-

⁴⁸³ Cf. FILHO, 2008.

⁴⁸⁴ CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afinal quanto é que vale a CPLP?», Revista EXAME Angola, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010, in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

regional em alguns dos agrupamentos seleccionados de países revela, através da análise das exportações e importações intra-regionais (Figs. XVI e XVII, respectivamente), que o comércio intra-regional na UEMOA, SADC e COMESA é entre 5% e 10% do total de comércio, o que representa uma magnitude de comércio intra-regional bastante baixa⁴⁸⁵.

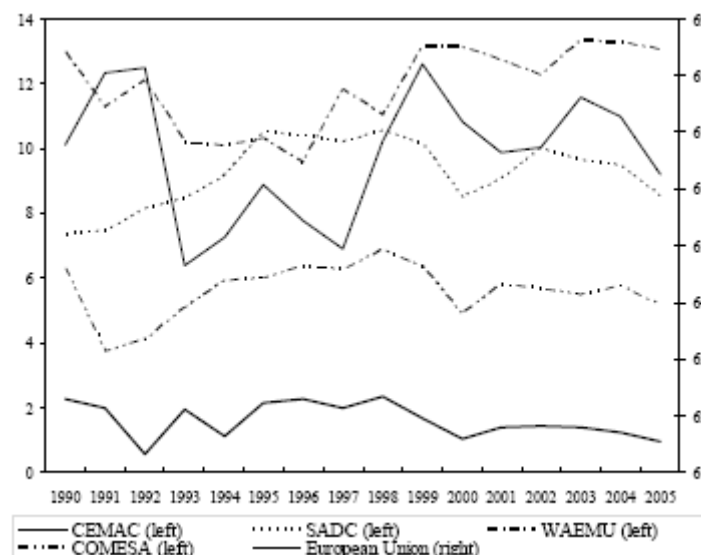


Figura XVI. Exportações Intra-regionais para determinados grupos regionais.
Fonte: IMF (<http://www.imf.org/>)

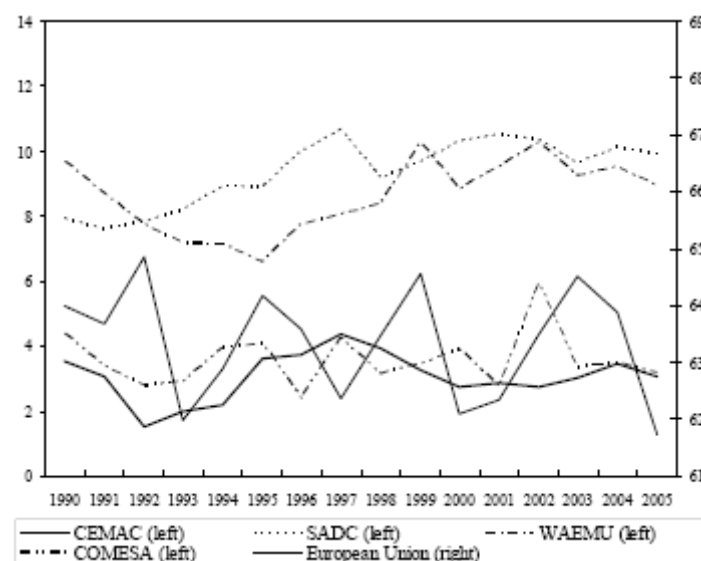


Figura XVII. Importações Intra-regionais para determinados grupos regionais.
Fonte: IMF (<http://www.imf.org/>)

⁴⁸⁵ MARTIJN, Jan Kees; TSANGARIDES, Charalambos; GULDE-WOLF, Anne Marie (2006), «Central African Economic and Monetary Community (CEMAC)», *Country Report – N.º 06/309*, Washington DC: International Monetary Fund (IMF).

Durante o ano 2009 registaram-se progressos na integração regional africana. Um dos maiores desenvolvimentos foi a decisão de avançar com um projecto a longo-prazo que lidasse com a criação de uma área de comércio livre entre três regiões das CER – a COMESA, a EAC e a SADC, alargando-se a 26 países africanos⁴⁸⁶. Serão desenvolvidos esforços para harmonizar as agendas regionais destes espaços, o que demonstra um interesse partilhado por uma maior coerência entre os seus diferentes membros.

Este desenvolvimento será, particularmente, importante para os países que são conjuntamente membros da COMESA e da SADC e que, logo que a união aduaneira da SADC se tornar efectiva, irão enfrentar problemas de compatibilidade com os requisitos das duas uniões aduaneiras. Finalmente, uma vez que a EAC fundou o seu Mercado Comum, isso irá liberar a circulação de bens, serviços, trabalho e capital, bem como o seu direito de estabelecimento em Julho de 2010 que será seguido por uma União Monetária em 2012. No entanto, e apesar disso, os obstáculos ao comércio entre e dentro das CER mantêm-se, visto que as frágeis infra-estruturas e as políticas institucionais de muitos países africanos são em parte responsáveis pelo reduzido comércio dentro do continente.

Para além disso, os numerosos bloqueios e postos de controlo nas principais estradas africanas fazem aumentar os custos de transporte, contribuem para atrasos crescentes na entrega de mercadorias e limitam a sua livre circulação, bem como de pessoas, recursos e investimentos. As administrações aduaneiras africanas são, geralmente, ineficientes, contribuindo para as barreiras do comércio interno e externo do continente. A regulamentação aduaneira requer documentação excessiva que tem de ser preenchida manualmente porque o processo não é automatizado e as TIC não fazem parte da maioria dos departamentos. Os procedimentos aduaneiros são desactualizados, pouco transparentes e previsíveis. Estas ineficiências provocam atrasos que aumentam os custos de transacção. As barreiras adicionais ao comércio incluem os sistemas de pagamento e os seguros, que também não estão bem desenvolvidos.

⁴⁸⁶ IPAD (2010), *Perspectivas Económicas em África 2010*, Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Comissão Económica das Nações Unidas para África, pp. 43-45.

Desta forma, é imperativo que estas Comunidades, e em particular os seus países participantes, apliquem as decisões da UA para fortalecer a integração regional através do aumento da produção e dos fluxos de trocas entre os países africanos. Importa, contudo, reter o que alguns estudiosos da realidade africana consideram como sendo de recear que o processo de integração regional venha a prejudicar a consolidação da língua portuguesa nos países africanos lusófonos, mais por parte das comunidades vizinhas anglófonas do que propriamente por parte das comunidades francófonas, por influência do fenómeno da internacionalização da língua inglesa⁴⁸⁷.

África necessita de infra-estruturas sólidas, seguras, acessíveis e fisicamente sustentáveis para apoiar as actividades económicas e garantir os serviços sociais básicos, especialmente para os mais pobres. Necessita também de desenvolver as suas infra-estruturas energéticas, como as redes de electricidade, os oleodutos e os gasodutos que facilitarão o comércio de energia entre fronteiras, reforçando a segurança e a fiabilidade do abastecimento energético. O comércio entre países pode ser igualmente fortalecido através da partilha de recursos hídricos comuns, se os rios e os lagos partilhados forem aproveitados como vias navegáveis para o transporte de bens e pessoas⁴⁸⁸.

Para responder a estes desafios, os países africanos, com a ajuda das CER e dos seus parceiros de desenvolvimento, iniciaram programas para fortalecer o desenvolvimento das infra-estruturas no continente. Estão a trabalhar para desenvolver uma rede integrada de estradas, ferrovias, transportes marítimos, vias navegáveis interiores e aviação civil. Ademais, as CER estão a gizar leis harmonizadas, padrões, regulamentos e procedimentos para garantir a fluidez de bens e serviços e para reduzir os custos de transporte. O *Programa para o Desenvolvimento das Infra-estruturas em África* (PIDA) tem como objectivo a sua melhoria e foi lançado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão da UA, as CER e o Secretariado da NEPAD.

Outro dos grandes desafios do desenvolvimento das infra-estruturas africanas é a escassez de financiamento adequado. Por vezes, existem alguns dilemas entre utilizar o

⁴⁸⁷ Cf. PINTO, 2005.

⁴⁸⁸ IPAD (2010), *Perspectivas Económicas em África 2010*, Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento da OCDE e Comissão Económica das Nações Unidas para África, p. 44.

orçamento, normalmente escasso, para satisfazer as necessidades básicas da população ou para investir em infra-estruturas, sendo preciso, tal como na Europa, o afastamento de aspectos formais em prol do cerne dessas necessidades em África com vista a enfrentar os desafios (mercado livre, formação das ideias e urbanidade) que são estabelecidos para se ultrapassar os obstáculos (etnias diferentes e fronteiras)⁴⁸⁹. São necessários investimentos para o desenvolvimento de novas centrais de produção eléctrica, linhas de transmissão fronteiriça, redes intra-regionais de fibra óptica e cabos submarinos, estradas de acesso a terrenos agrícolas em todas as estações do ano, água/saneamento e TIC.

O acesso à água potável e ao saneamento básico passou a ser reconhecido como um direito humano essencial pelas Nações Unidas, sendo os serviços da água estruturais das sociedades modernas e essenciais ao bem-estar dos cidadãos, à saúde pública e às actividades económicas⁴⁹⁰. De tal modo que os ODM aprovados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas estabeleceram metas para estes serviços ao nível da cobertura da população, mas a África Subsahariana passará à margem da meta para a água durante uma geração e mais duas para o saneamento⁴⁹¹.

Correspondendo a superfície da Terra a cerca de 70%, em que só 0,0002% da água do planeta é água doce em estado livre, verifica-se que a distribuição dos recursos hídricos não coincide com as densidades populacionais mais elevadas, perante um crescimento da população que aumentou de 1,6 mil milhões em 1900 para 6 mil milhões em 2000. Neste momento, 14% dos países de África estão em «*stress hídrico*» até 2025 e mais 11 poderão entrar nesta situação⁴⁹². Com efeito, uma das principais causas de morte infantil em África⁴⁹³ poderia ser evitada caso existissem investimentos em água e saneamento que originassem benefícios na saúde, tais como melhor nutrição, higiene e interrupção de doenças causadas pela falta de água.

⁴⁸⁹ Intervenção de PEREIRA, Domingos Simões num dos momentos de debate do V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁴⁹⁰ Intervenção de BATISTA, Jaime Melo (Engenheiro e investigador no Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁴⁹¹ Intervenção de SOARES, Adelino Silva (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ Cerca de 600 000 mortes de crianças por ano são causadas por diarreia.

O problema da água em África exige conhecimento, recursos humanos e tecnológicos, novos planeamentos e novas políticas, pelo que urge que sejam estabelecidas parcerias ao nível do abastecimento da água com os PALOP, apelando a uma melhoria no âmbito da cooperação entre os países lusófonos através da abertura da classe política à implementação, quer de mecanismos que estimulem a cooperação, quer de novas metodologias que poderão fomentar essa cooperação⁴⁹⁴. Deste modo, devem ser ampliados os programas de apoio financeiro que visam o desenvolvimento das infra-estruturas africanas. Como os governos africanos não dispõem de recursos financeiros, o BM, a UE, o BAD e outras agências multilaterais necessitam de aumentar o seu financiamento para o desenvolvimento das infra-estruturas em África⁴⁹⁵.

4.2.3 Desafios que se colocam à UE na dinamização destes espaços

Num mundo globalizado e interdependente, a UE não pode deixar de ser sensível às suas relações com o exterior⁴⁹⁶, sendo um actor global com responsabilidades globais. É o maior mercado do mundo e o maior exportador de bens e serviços, bem como a maior fonte de investimentos. Tem ligações comerciais com os quatro cantos do mundo e é um dos principais doadores de ajuda. A UE tem evoluído no sentido de uma maior coerência a nível das relações externas e tem vindo a desempenhar cada vez mais um papel em domínios que ultrapassam as áreas tradicionais do comércio e da ajuda⁴⁹⁷.

Nas últimas décadas, a Europa, África e o Mundo mudaram muito. Guimarães (2007: 13) afirma que com a queda do Muro de Berlim é iniciado

“(...) um período de profunda mutação no sistema internacional que se traduziu, ao nível da cooperação, na alteração da postura dos países industrializados em relação aos Estados em desenvolvimento. Em virtude da reorientação dos interesses geoestratégicos, deixaram de ser concedidos apoios financeiros incondicionais ao mesmo tempo que a comunidade internacional se torna mais exigente em matéria de

⁴⁹⁴ Intervenção de MIGUEL, João Teodoro (Empresário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁴⁹⁵ IPAD (2010), *Perspectivas Económicas em África 2010*, Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento da OCDE e Comissão Económica das Nações Unidas para África, p. 45.

⁴⁹⁶ Cf. PORTO, 1997.

⁴⁹⁷ Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 2009, Comissão Europeia (2010), Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

respeito dos direitos humanos e dos princípios democráticos, associando, deste modo, a condicionalidade política à económica.”

A UE, entretanto, alargou-se, constituindo um bloco caracterizado pela confluência de prioridades e abordagens de política externa muito diferenciadas. O contexto de multipolaridade emergente levou a Europa a estabelecer diálogos estratégicos com grandes actores e regiões mundiais, encarados como parceiros potenciais na regulação do sistema internacional⁴⁹⁸, tais como os «BRICS», a Ásia, a América Latina, com a pretensão de promover e garantir uma gestão conjunta da globalização⁴⁹⁹.

A Presidência Portuguesa do Conselho de UE deu um contributo-chave neste processo, com a realização das cimeiras com o Brasil, a Rússia, a Índia e a China.

No caso do MERCOSUL, desde a sua criação em 1991, a UE tem apoiado o processo de integração regional e continua a fazê-lo com o objectivo de estabelecer com os países membros uma parceria estreita e consolidada.

As relações UE-MERCOSUL baseiam-se no *Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional*, assinado em Madrid, em 15 de Dezembro de 1995, com o compromisso de negociar um *Acordo de Comércio Livre*, prevendo que a cooperação apoie os objectivos do processo de integração do MERCOSUL⁵⁰⁰. A UE e o MERCOSUL partilham o compromisso com a governança multilateral e são duas regiões que estão igualmente comprometidas com o tipo de regionalismo que contribui para fortalecer o multilateralismo.

Ambas manifestam o desejo de alargar as respectivas fronteiras de acção mediante a realização de acordos bi-regionais, os quais assentam, não apenas na liberalização do

⁴⁹⁸ CRAVINHO, João Gomes (2008), «Europe, Africa and China», *Negócios Estrangeiros*, N.º 13, Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 7-13.

⁴⁹⁹ Sínteses *EuroDefense* 13 – Mesa Redonda *A União Europeia e as Relações com África*, Centro de Estudos *EuroDefense*-Portugal, Lisboa, Novembro de 2007.

⁵⁰⁰ MERCOSUL – Documento de Estratégia Regional 2007-2013, Bruxelas: Comissão Europeia, 2 de Agosto de 2007.

comércio de acordo com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC)⁵⁰¹, mas também num diálogo político mais profundo baseado nos valores da democracia, dos direitos humanos e da justiça social⁵⁰².

A Europa está fundada no multiculturalismo, uma carta-trunfo na formulação da política internacional, particularmente quando a globalização é uma ameaça ao pluralismo cultural. A consolidação de uma Europa democrática, pluralista e culturalmente diversa confirma um modelo europeu universalmente atractivo e, neste sentido, a UE é um actor regional que defende esse modelo, em que quanto maior for o seu sucesso «*interno*» na afirmação da democracia continental, tanto maior será o impacto «*externo*» e o prestígio.

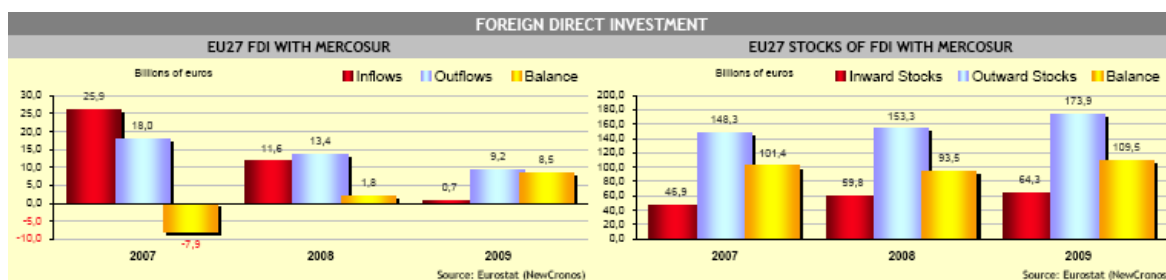
O MERCOSUL tem-se vindo a afirmar como um actor credível a nível internacional, sendo “*encarado como o exemplo da integração Sul-Sul*” (BRITO, 2001: 49). Estabeleceu um sentido de comunidade e actuou como uma força de estabilidade democrática regional.

O estabelecimento de um acordo de livre comércio que possa criar uma base sólida para uma parceria estratégica UE-MERCOSUL é um dos seus desafios. Outro será capacitar as instituições multilaterais e desenvolver uma agenda global, aumentando o processo de consulta na OMC e na ONU. Actualmente, a UE é a principal fonte da ajuda ao desenvolvimento e à cooperação no que se refere aos países do MERCOSUL. A UE propôs uma dotação indicativa de, aproximadamente, 324 milhões de euros para o período de 2007 a 2013, tendo em vista o financiamento de actividades de cooperação para o desenvolvimento na região do MERCOSUL e nos seus países membros.

⁵⁰¹ Organização intergovernamental de carácter multilateral criada em Abril de 1994, na sequência do ciclo de negociações comerciais do Acordo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), o chamado «*Uruguay Round*», entrando em funções em 1 de Janeiro de 1995 com a missão de regular o comércio internacional, sucedendo ao GATT nessa tarefa. As principais diferenças face ao antigo Acordo GATT prendem-se, sobretudo, com o alargamento do âmbito de actividade aos serviços e à propriedade intelectual e com a criação de um mecanismo de resolução de conflitos vinculativo e mais eficaz [DIRECÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS–MINISTÉRIO DA ECONOMIA (1999), *Portugal e o primeiro ciclo de negociações da Organização Mundial do Comércio*, Lisboa: Direcção de Serviços de Informação e Documentação].
BARAHONA DE BRITO, Alexandra (2001), *O Novo Multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul*, Lisboa: IEEL.

A Comissão Europeia mantém relações bilaterais com cada um dos países do MERCOSUL, com base em acordos-quadro de cooperação que criam comissões mistas que permitem às duas partes debater regularmente questões de interesse mútuo. Dado o crescimento económico do MERCOSUL, existem oportunidades nesta região para os exportadores, os investidores e os prestadores de serviços da UE nos próximos anos. Entre 2008 e 2009, os fluxos de IDE estabelecidos entre a UE e o MERCOSUL registaram um balanço positivo (Gráficos XXI). Em 2009, a UE era o maior investidor no MERCOSUL, situando-se este no 8º lugar do *ranking* dos seus restantes parceiros. Os investimentos da UE no MERCOSUL atingem mais de 165 mil milhões de euros, o que é superior ao conjunto dos investimentos da UE na China, Índia e Rússia.

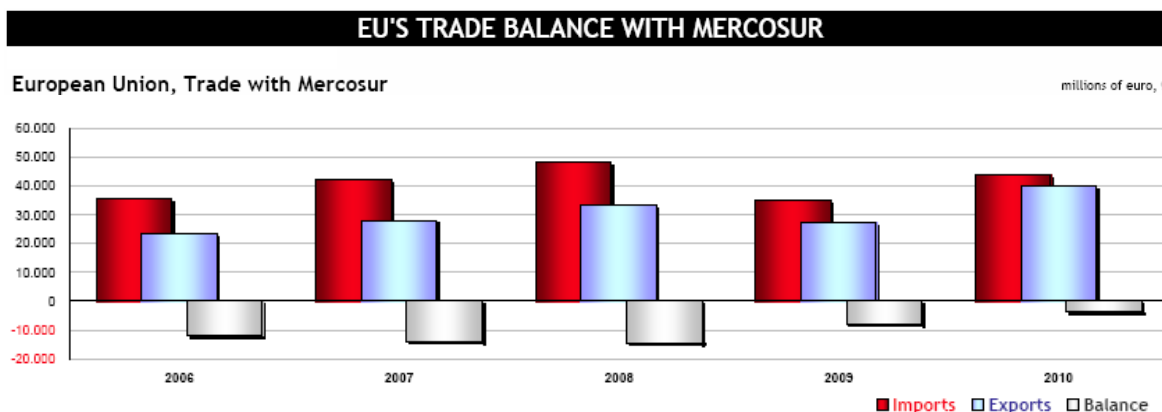
Gráficos XXI. Investimento Directo Estrangeiro: UE27|MERCOSUL (mil milhões Eur)



Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

A balança comercial da UE com o MERCOSUL regista um saldo negativo entre 2006 e 2010 (Gráfico XXII). Os choques da crise global foram sentidos, fundamentalmente, no canal do comércio, não só pela quebra da procura em 2009, como pela descida dos preços dos bens primários que constituem o grosso das exportações do MERCOSUL.

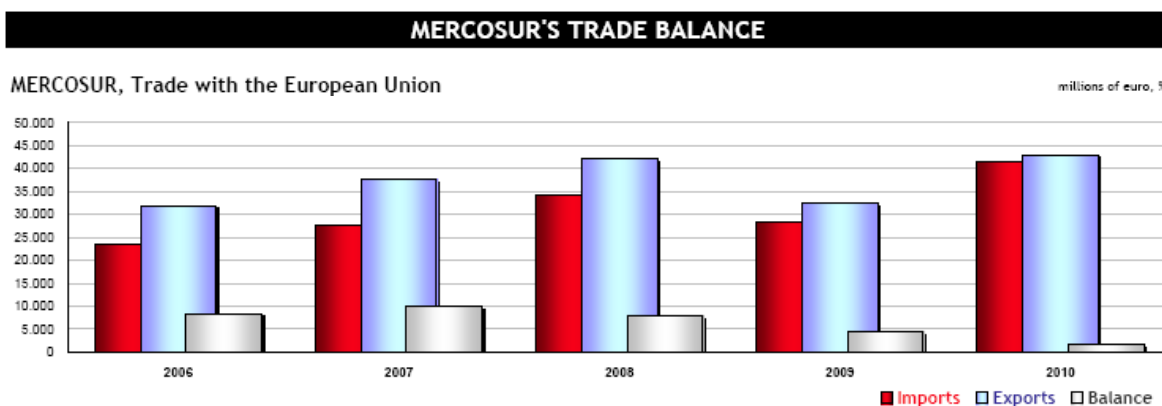
Gráfico XXII. Evolução da balança comercial da UE com o MERCOSUL: comércio da UE com o MERCOSUL (milhões Eur, %)



Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Na relação comercial do MERCOSUL com a UE (Gráfico XXIII), o saldo registado é positivo entre 2006 e 2010, embora se verifique uma quebra de 2009 para 2010.

Gráfico XXIII. Evolução da balança comercial do MERCOSUL: comércio do MERCOSUL com a UE (milhões Eur, %)



Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Não obstante a UE ser o principal parceiro comercial do MERCOSUL, tal como se verificou anteriormente, representando 20,3% do total do seu comércio, o MERCOSUL, enquanto seu parceiro regional cada vez mais importante, atingiu, em 2010, 2,9% do comércio estabelecido com a UE (Quadros XXXVI).

Nesse mesmo ano, o *top five* dos parceiros comerciais da UE foram os EUA (1.º), a China (2.º), a Rússia (3.º), a Suíça (4.º) e a Noruega (5.º). Em termos regionais, a UE importa principalmente dos países «BRIC» e exporta sobretudo para os Estados que

compõem a NAFTA. No período compreendido entre 2006 e 2010, o nível das transacções comerciais estabelecidas entre o MERCOSUL e a UE, verifica-se o seguinte:

Quadros XXXVI. Comércio da UE com os principais parceiros (2010).

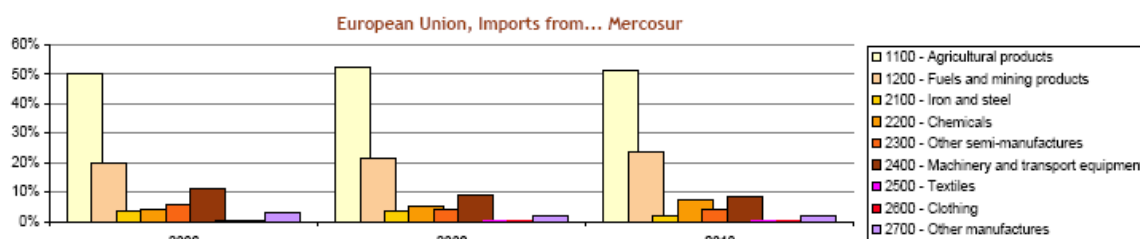
EU TRADE WITH MAIN PARTNERS (2010)				
The Major Imports Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
	Extra EU27	1.501.843,9	100,0%	
1	China	282.011,1	18,8%	
2	United States	169.467,4	11,3%	
3	Russia	158.384,9	10,5%	
4	Switzerland	84.126,2	5,6%	
5	Norway	79.179,4	5,3%	
6	Japan	64.898,1	4,3%	
7	Turkey	42.088,0	2,8%	
8	South Korea	38.651,6	2,6%	
9	India	33.147,3	2,2%	
10	Brazil	32.320,4	2,2%	
11	Libya	28.779,9	1,9%	
12	Taiwan	24.135,7	1,6%	
13	Algeria	20.886,7	1,4%	
14	Malaysia	20.701,2	1,4%	
15	Canada	20.053,3	1,3%	
16	Singapore	18.704,4	1,2%	
17	South Africa	17.912,1	1,2%	
18	Thailand	17.212,3	1,1%	
19	Saudi Arabia	15.949,7	1,1%	
20	Kazakhstan	15.870,8	1,1%	
21	Nigeria	14.636,0	1,0%	
22	Iran	14.328,6	1,0%	
23	Indonesia	13.729,2	0,9%	
24	Mexico	13.111,6	0,9%	
25	Ukraine	11.396,9	0,8%	
26	Israel	11.112,9	0,7%	
27	Hong Kong	10.600,6	0,7%	
28	Australia	9.850,6	0,7%	
29	Azerbaijan	9.763,5	0,7%	
30	Tunisia	9.510,8	0,6%	
31	Vietnam	9.431,3	0,6%	
32	Chile	9.408,0	0,6%	
33	Argentina	9.329,4	0,6%	
34	Qatar	7.781,5	0,5%	
35	Morocco	7.727,5	0,5%	
36	Egypt	7.204,6	0,5%	
37	Iraq	7.143,4	0,5%	
38	Bangladesh	6.597,4	0,4%	
39	United Arab Emirates	5.723,8	0,4%	
40	Costa Rica	5.543,0	0,4%	
41	Philippines	5.379,0	0,4%	
42	Peru	5.136,1	0,3%	
43	Croatia	4.877,4	0,3%	
44	Colombia	4.724,4	0,3%	
45	Serbia	4.056,7	0,3%	
46	Angola	3.855,0	0,3%	
47	Pakistan	3.797,4	0,3%	
48	Venezuela	3.784,8	0,3%	
49	Kuwait	3.775,9	0,3%	
50	Syria	3.595,7	0,2%	
-	Mercosur	43.955,3	2,9%	
EU Imports from ...				
Partner regions	Mio euro	%		
ACP	64.793,1	4,3%		
Andean Community	12.198,6	0,8%		
ASEAN	86.373,8	5,8%		
BRIC	505.863,7	33,7%		
CACM	7.576,1	0,5%		
Candidate Countries	48.616,5	3,2%		
CIS	200.474,7	13,3%		
EFTA	167.022,8	11,1%		
Latin American Coun	90.034,3	6,0%		
MEDA (excl EU and T	60.624,3	4,0%		
Mercosur	43.955,3	2,9%		
NAFTA	202.632,3	13,5%		
The Major Exports Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
	Extra EU27	1.348.792,4	100,0%	
1	United States	242.095,1	17,9%	
2	China	113.117,7	8,4%	
3	Switzerland	105.433,4	7,8%	
4	Russia	86.508,8	6,4%	
5	Turkey	61.189,7	4,5%	
6	Japan	43.730,1	3,2%	
7	Norway	41.860,2	3,1%	
8	India	34.798,8	2,6%	
9	Brazil	31.282,9	2,3%	
10	South Korea	27.984,8	2,1%	
11	United Arab Emirates	27.709,3	2,1%	
12	Hong Kong	26.940,5	2,0%	
13	Australia	26.752,3	2,0%	
14	Canada	26.589,2	2,0%	
15	Singapore	24.043,3	1,8%	
16	Saudi Arabia	23.006,6	1,7%	
17	South Africa	21.506,6	1,6%	
18	Mexico	21.389,8	1,6%	
19	Ukraine	17.334,7	1,3%	
20	Algeria	15.536,6	1,2%	
21	Egypt	14.802,8	1,1%	
22	Taiwan	14.759,9	1,1%	
23	Israel	14.470,5	1,1%	
24	Morocco	13.625,0	1,0%	
25	Iran	11.333,8	0,8%	
26	Malaysia	11.243,4	0,8%	
27	Tunisia	11.071,1	0,8%	
28	Nigeria	10.734,7	0,8%	
29	Croatia	10.331,3	0,8%	
30	Thailand	9.992,4	0,7%	
31	Serbia	7.425,6	0,6%	
32	Argentina	7.396,3	0,5%	
33	Libya	6.754,3	0,5%	
34	Belarus	6.715,7	0,5%	
35	Indonesia	6.372,2	0,5%	
36	Chile	5.998,9	0,4%	
37	Qatar	5.306,4	0,4%	
38	Kazakhstan	5.231,5	0,4%	
39	Gibraltar	4.834,7	0,4%	
40	Lebanon	4.718,8	0,3%	
41	Angola	4.685,4	0,3%	
42	Vietnam	4.672,2	0,3%	
43	Venezuela	4.110,3	0,3%	
44	Kuwait	4.095,6	0,3%	
45	Colombia	3.911,7	0,3%	
46	Philippines	3.736,0	0,3%	
47	Pakistan	3.661,5	0,3%	
48	Syria	3.647,4	0,3%	
49	Bosnia-Herzegovina	3.139,0	0,2%	
50	Oman	3.025,9	0,2%	
-	Mercosur	40.104,0	3,0%	
The Major Trade Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
	Extra EU27	2.850.636,3	100,0%	
1	United States	411.562,5	14,4%	
2	China	395.128,8	13,9%	
3	Russia	244.893,7	8,6%	
4	Switzerland	189.559,5	6,6%	
5	Norway	121.039,5	4,2%	
6	Japan	108.628,2	3,8%	
7	Turkey	103.277,7	3,6%	
8	India	67.946,1	2,4%	
9	South Korea	66.636,4	2,3%	
10	Brazil	63.603,3	2,2%	
11	Canada	46.642,4	1,6%	
12	Singapore	42.747,7	1,5%	
13	South Africa	39.418,7	1,4%	
14	Saudi Arabia	38.956,3	1,4%	
15	Taiwan	38.895,5	1,4%	
16	Hong Kong	37.541,2	1,3%	
17	Australia	36.602,9	1,3%	
18	Algeria	36.423,4	1,3%	
19	Libya	35.534,2	1,2%	
20	Mexico	34.501,4	1,2%	
21	United Arab Emirates	33.433,1	1,2%	
22	Malaysia	31.944,6	1,1%	
23	Ukraine	28.731,6	1,0%	
24	Thailand	27.204,7	1,0%	
25	Iran	25.662,4	0,9%	
26	Israel	25.583,4	0,9%	
27	Nigeria	25.370,8	0,9%	
28	Egypt	22.007,4	0,8%	
29	Morocco	21.352,5	0,7%	
30	Kazakhstan	21.102,3	0,7%	
31	Tunisia	20.581,9	0,7%	
32	Indonesia	20.101,3	0,7%	
33	Argentina	16.725,7	0,6%	
34	Chile	15.406,9	0,5%	
35	Croatia	15.208,7	0,5%	
36	Vietnam	14.103,6	0,5%	
37	Qatar	13.087,9	0,5%	
38	Azerbaijan	12.110,3	0,4%	
39	Serbia	11.482,2	0,4%	
40	Iraq	10.149,2	0,4%	
41	Belarus	9.343,0	0,3%	
42	Philippines	9.115,0	0,3%	
43	Colombia	8.636,1	0,3%	
44	Angola	8.540,4	0,3%	
45	Bangladesh	8.212,1	0,3%	
46	Venezuela	7.895,0	0,3%	
47	Kuwait	7.871,5	0,3%	
48	Pakistan	7.459,0	0,3%	
49	Peru	7.421,5	0,3%	
50	Syria	7.243,1	0,3%	
-	Mercosur	84.059,2	2,9%	
Imports + Exports				
Partner regions	Mio euro	%		
ACP	133.515,3	4,7%		
Andean Community	20.104,5	0,7%		
ASEAN	147.009,0	5,2%		
BRIC	771.572,0	27,1%		
CACM	12.080,7	0,4%		
Candidate Countries	122.514,2	4,3%		
CIS	324.168,8	11,4%		
EFTA	317.052,9	11,1%		
Latin American Coun	174.047,8	6,1%		
MEDA (excl EU and T	141.357,6	5,0%		
Mercosur	84.059,2	2,9%		
NAFTA	492.706,4	17,3%		

Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Quadro XXXVII e Gráfico XXIV.
Importações da UE do MERCOSUL por grupo de produto (milhões Eur, %).

EUROPEAN UNION IMPORTS, BY PRODUCT GROUPING

European Union, Imports from... Mercosur							
SITC Rev.3 Product Groups	2006		2008		2010		Share of total EU Imports
	Millions euro	%	Millions euro	%	Millions euro	%	
0000 - Total	35.611,4	100,0%	48.157,0	100,0%	43.955,3	100,0%	2,9%
1000 - Primary products	24.835,1	69,7%	35.664,4	74,1%	32.871,5	74,8%	5,8%
1100 - Agricultural products	17.826,2	50,1%	25.254,5	52,4%	22.540,5	51,3%	19,4%
1200 - Fuels and mining products	7.008,9	19,7%	10.409,8	21,6%	10.331,0	23,5%	2,3%
2000 - Manufactures	10.261,6	28,8%	11.820,8	24,5%	10.783,3	24,5%	1,2%
2100 - Iron and steel	1.367,5	3,8%	1.651,2	3,4%	885,9	2,0%	3,4%
2200 - Chemicals	1.580,9	4,4%	2.549,1	5,3%	3.304,2	7,5%	2,4%
2300 - Other semi-manufactures	2.015,9	5,7%	2.078,3	4,3%	1.780,7	4,1%	2,4%
2400 - Machinery and transport equipment	4.040,0	11,3%	4.301,7	8,9%	3.795,1	8,6%	0,9%
2410 - Office and telecommunication equipment	296,7	0,8%	188,3	0,4%	142,6	0,3%	0,1%
2420 - Transport equipment	2.362,3	6,6%	2.622,3	5,4%	2.449,2	5,6%	2,2%
2430 - Other machinery	1.381,0	3,9%	1.491,0	3,1%	1.203,4	2,7%	0,8%
2500 - Textiles	98,2	0,3%	63,3	0,1%	40,8	0,1%	0,2%
2600 - Clothing	96,2	0,3%	60,3	0,1%	32,0	0,1%	0,0%
2700 - Other manufactures	1.063,0	3,0%	1.116,8	2,3%	944,6	2,1%	0,7%
3000 - Other products	334,7	0,9%	526,9	1,1%	193,1	0,4%	0,7%

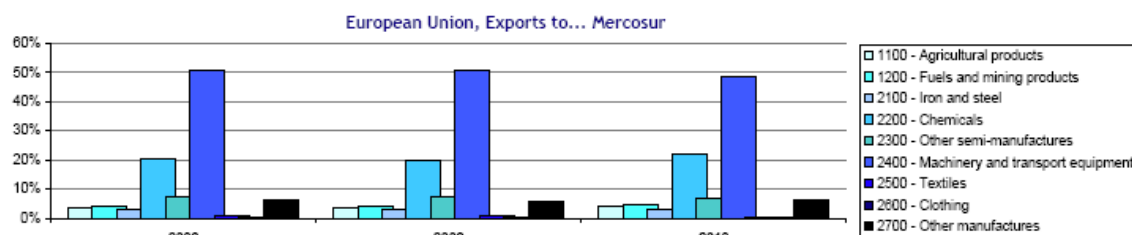


Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

Quadro XXXVIII e Gráfico XXV.
Exportações da UE para o MERCOSUL por grupo de produto (milhões Eur,%).

EUROPEAN UNION EXPORTS, BY PRODUCT GROUPING

European Union, Exports to... Mercosur								Share of total EU Exports 2008
SITC Rev.3 Product Groups	2006		2008		2010			
	Millions euro	%	Millions euro	%	Millions euro	%		
0000 - Total	23.608,4	100,0%	33.485,6	100,0%	40.104,0	100,0%	3,0%	
1000 - Primary products	1.803,0	7,6%	2.564,1	7,7%	3.575,3	8,9%	1,7%	
1100 - Agricultural products	863,6	3,7%	1.200,7	3,6%	1.613,2	4,0%	1,6%	
1200 - Fuels and mining products	939,4	4,0%	1.363,4	4,1%	1.962,1	4,9%	1,8%	
2000 - Manufactures	21.009,5	89,0%	29.466,1	88,0%	35.211,7	87,8%	3,2%	
2100 - Iron and steel	712,9	3,0%	978,2	2,9%	1.246,2	3,1%	3,7%	
2200 - Chemicals	4.850,8	20,5%	6.679,9	19,9%	8.863,7	22,1%	3,8%	
2300 - Other semi-manufactures	1.719,7	7,3%	2.476,0	7,4%	2.814,5	7,0%	2,8%	
2400 - Machinery and transport equipment	11.942,9	50,6%	16.980,8	50,7%	19.433,8	48,5%	3,4%	
2410 - Office and telecommunication equipment	1.031,3	4,4%	1.226,6	3,7%	1.160,0	2,9%	1,5%	
2420 - Transport equipment	4.480,4	19,0%	6.465,2	19,3%	7.779,8	19,4%	3,7%	
2430 - Other machinery	6.407,5	27,1%	9.181,0	27,4%	10.388,5	25,9%	3,7%	
2500 - Textiles	214,0	0,9%	264,7	0,8%	279,1	0,7%	1,8%	
2600 - Clothing	57,8	0,2%	76,9	0,2%	89,6	0,2%	0,5%	
2700 - Other manufactures	1.502,7	6,4%	2.005,2	6,0%	2.468,1	6,2%	2,0%	
3000 - Other products	381,4	1,6%	977,5	2,9%	637,2	1,6%	1,6%	



Fonte: DG Trade Statistics (08 de Junho 2011).

O ano 2010 vem corroborar a dinâmica anterior: a UE é o principal mercado do MERCOSUL para as suas exportações agrícolas, registando 51,3% do total das importações agrícolas da UE (Quadro XXXVII e Gráfico XXIV). Maquinaria (eléctrica e industrial) e equipamento de transporte têm constituído a principal fatia dos produtos exportados da UE para o MERCOSUL (Quadro XXXVIII e Gráfico XXV) – 87,8% do total das exportações da UE. De assinalar que, nos últimos anos, antes da crise, as exportações da UE para o MERCOSUL aumentaram mais de 15% anualmente.

As negociações para um *Acordo de Associação Inter-Regional* entre a UE e o MERCOSUL foram lançadas em 1999, mas foram, contudo, suspensas em Outubro de 2004 devido a divergências relacionadas com o pilar comercial do acordo. Mais tarde, em Junho de 2009, a UE e o MERCOSUL iniciaram um processo informal de contactos para fazer o ponto de situação e para verificar se as condições para um relançamento bem sucedido das negociações estariam presentes. Tendo em consideração os resultados deste diálogo informal, com dois encontros que tiveram lugar, um em Buenos Aires em 18-19 de Março de 2010 e outro em Bruxelas nos dias 26-27 de Abril de 2010, a Comissão Europeia decidiu, em Maio de 2010, propor ao MERCOSUL o relançamento oficial das negociações, posição que foi apoiada pela Cimeira UE-América Latina que teve lugar, em Madrid, no dia 18 de Maio de 2010. O tema da cimeira foi “*Rumo a um novo estado na parceria bi-regional: Inovação e Tecnologia para um desenvolvimento sustentável e uma inclusão social*”.

Desde então, têm decorrido várias rondas de negociações, com vista ao estabelecimento de um acordo de comércio livre equilibrado e ambicioso entre a UE e o MERCOSUL, podendo, assim, acarretar benefícios económicos substanciais para ambas as partes e contribuir para a retoma económica. Este acordo contribuirá para fortalecer a cooperação UE-MERCOSUL em fora internacionais sobre temas tais como: as reformas da governação global, as alterações climáticas, a agenda do G20, os direitos humanos, a luta contra a pobreza, as operações de paz e segurança.

A parte comercial UE-MERCOSUL do Acordo de Associação tem em vista:

- ser global e ambicioso, excedendo as respectivas obrigações da OMC de ambos os lados;
- alargar a cobertura de produtos e serviços a liberalizar, ter em atenção as questões relacionadas com produtos e sectores sensíveis dos dois lados;
- abranger não só mercadorias, mas também outras áreas como o investimento, os contratos públicos e ainda o comércio e o desenvolvimento sustentável;
- assegurar uma protecção adequada aos direitos de propriedade intelectual e das denominações de origem, políticas de concorrência eficazes e um acordo especial no domínio das normas sanitárias e fitossanitárias;
- estabelecer um mecanismo eficaz e vinculativo de resolução de litígios, com vista a contribuir para resolver tensões comerciais na relação UE-MERCOSUL.

O MERCOSUL é um mercado relativamente protegido, tanto em termos de barreiras pautais como não pautais. A taxa média da protecção pautal aplicada é de cerca de 13% (a protecção média consolidada é superior a 30%), mas a protecção em sectores de interesse especial para os exportadores da UE é ainda mais elevada (por exemplo, 35% para automóveis).

Tem vindo a fazer progressos consideráveis no seu próprio processo de integração, desde o relançamento das negociações com a UE, traduzidos em sinais de um renovado interesse de integração regional, a saber: a aprovação de um código aduaneiro comum, a anuência sobre eleições directas para o seu Parlamento (Parlasur), e a criação do cargo de Alto Representante para o MERCOSUL⁵⁰³.

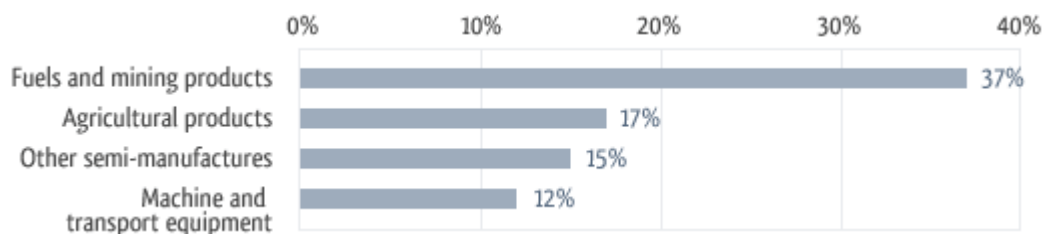
⁵⁰³ Memo/11/651 “EU-Brazil relations”, Bruxelas, 30 de Setembro de 2011.

No caso de África, a liberalização nas relações comerciais intra-regionais é entendida pela UE como um estímulo à mudança estrutural, por exemplo, nos países ACP, para liberalizarem os seus regimes de comércio e avançarem gradualmente para a liberalização multilateral, bastante mais exigente em termos de competitividade e de *performance* económica dos países envolvidos⁵⁰⁴. Em termos gerais, as relações comerciais estabelecidas entre a UE e alguns agrupamentos regionais de África processam-se através da África Austral (SADC), Central (ECCAS) e Ocidental (ECOWAS e UEMOA)

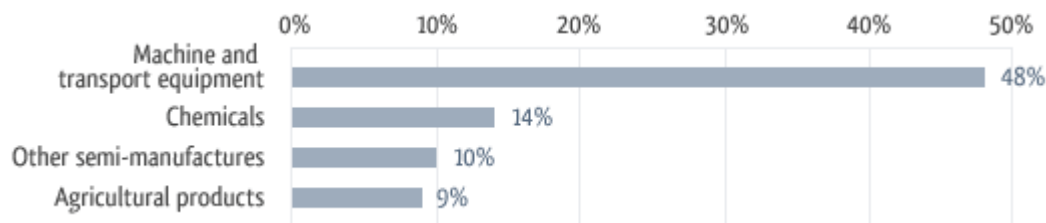
Entre a UE e a SADC (da qual fazem parte Angola e Moçambique), o volume de comércio estabelecido, em 2010, correspondeu a 59,3 mil milhões de euros. Os produtos minerais e o fuel constituíram o cerne (37%) das exportações da SADC para UE (Gráficos XXVI), enquanto que a maquinaria e o equipamento de transporte representaram 48% das importações da SADC.

Gráficos XXVI. SADC: principais exportações/importações para a/da UE (2010).

SADC: main exports to the EU (2010)



SADC: main imports from the EU (2010)



Fonte: Website > Europa – Comissão Europeia > Comércio: [Acedido em 26 de Setembro de 2011, in <http://ec.europa.eu/trade/wider-agenda/development/economic-partnerships/negotiations-and-agreements/>]

⁵⁰⁴ Cf. SANTOS, Ana Maria Morgado e CAETANO, José Manuel (2009), «Os Acordos de Cooperação Económica entre a União Europeia e os Países ACP», *Relações Internacionais*, N.º 22, Lisboa: IPRI - Universidade Nova de Lisboa (UNL), pp. 83-101.

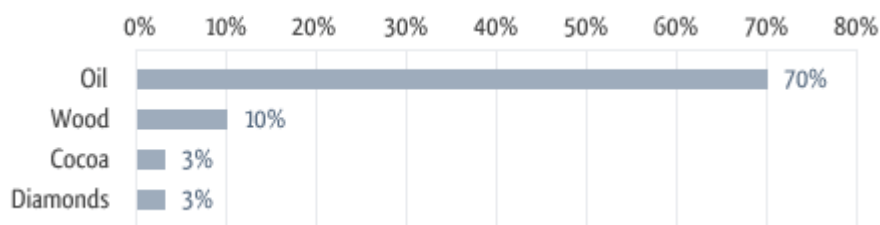
Alguns dos países membros da SADC estão a negociar APE com outros grupos regionais.

Na região da África Central é possível identificar duas organizações de integração regional parcialmente sobrepostas, não obstante as vastas diferenças que evidenciam: a CEMAC (comunidade de integração regional com uma união aduaneira e uma moeda única) e a CEEAC (zona de comércio livre que inclui dois países lusófonos Angola e São Tomé e Príncipe).

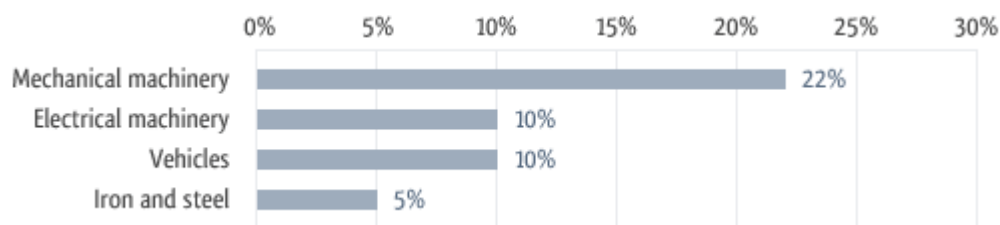
O comércio estabelecido entre a África Central e a UE (Gráficos XXVII) atingiu, em 2008, os 13,9 mil milhões de euros. Os produtos petrolíferos representaram 70% das exportações da África Central para UE, enquanto que a maquinaria mecânica atinge 22% das importações da África Central.

Gráficos XXVII. África Central: principais exportações/importações para a/da UE (2008).

Central Africa: main exports to the EU (2008)



Central Africa: main imports from the EU (2008)



Fonte: Website > Europa – Comissão Europeia > Comércio: [Acedido em 26 de Setembro de 2011, in <http://ec.europa.eu/trade/wider-agenda/development/economic-partnerships/negotiations-and-agreements/>]

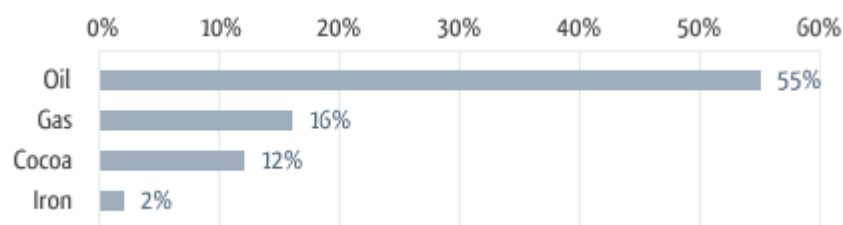
As negociações dos APE prosseguem em diferentes patamares: comités ministeriais de comércio, grupos técnicos de contactos e *experts* em diferentes áreas: mercado regional, serviços, investimentos, ambiente, propriedade intelectual e governação.

A África Ocidental é o principal parceiro comercial da UE, representando 40% de todo o comércio estabelecido entre a UE e os países ACP, compreendendo dois agrupamentos regionais: ECOWAS (que inclui Cabo Verde e Guiné-Bissau) e UEMOA (do qual faz parte a Guiné-Bissau).

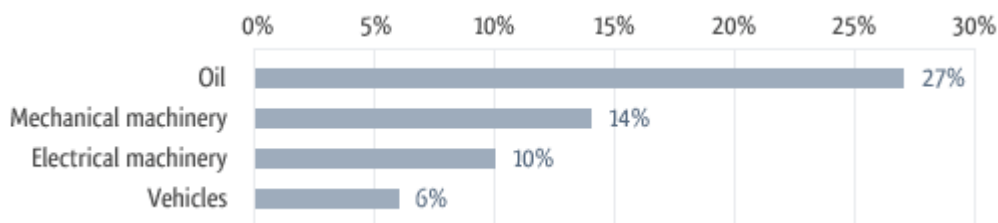
O comércio estabelecido com a UE atingiu, em 2008, os 43,6 mil milhões de euros, em que os produtos petrolíferos representaram 55% do total das exportações da África Ocidental para a UE (Gráficos XXVIII), seguidos de gás (16%), enquanto que os produtos petrolíferos e a maquinaria mecânica constituíram 27% e 14%, respectivamente, das importações desta região.

Gráficos XXVIII. África Ocidental: principais exportações/importações para a/dá UE (2008).

West Africa: main exports to the EU (2008)



West Africa: main imports from the EU (2008)



Fonte: Website > Europa – Comissão Europeia > Comércio: [Acedido em 26 de Setembro de 2011, in <http://ec.europa.eu/trade/wider-agenda/development/economic-partnerships/negotiations-and-agreements/>]

O foco das negociações dos APE tem incidido, entre outros aspectos, no reforço da integração regional, no programa de desenvolvimento prioritário, no incremento da competitividade, na integridade do sector agrícola e na inclusão de uma lista regional para produtos sensíveis oriundos desta região.

O *Acordo de Cotonou*⁵⁰⁵ vem fornecer um novo quadro legal que “*procura assegurar uma ligação efectiva e coerente entre a política de desenvolvimento e a prevenção, gestão e resolução de conflitos*”⁵⁰⁶ na cooperação com os países ACP.

Este novo acordo de parceria assenta em 5 pilares⁵⁰⁷:

1. Reforço da dimensão política;
2. Promoção do desenvolvimento participativo;
3. Redução da pobreza;
4. Estabelecimento de um novo quadro de cooperação económica e comercial;
5. Reforma da cooperação financeira.

A UE e os seus Estados-Membros compreenderam, igualmente, a premência da necessidade de elevar a um novo patamar as relações com África devido:

1. À procura de respostas para problemas que afectam as duas regiões, como sejam os efeitos das alterações climáticas e a gestão dos recursos energéticos;
2. À consciência de que uma resposta repressiva aos fluxos migratórios originários da África Subsahariana com destino à Europa não constitui uma resposta satisfatória, faltando uma articulação na gestão desses fluxos, atendendo à ligação entre migrações e políticas de ajuda ao desenvolvimento;

⁵⁰⁵ Assinado no Benim, a 23 de Junho de 2000, por um período de 20 anos, entre a UE e 77 países ACP, substituindo as Convenções de Lomé [AMARAL DE ALMEIDA, Rui Lourenço (2005), *Portugal e a Europa. Ideias, Factos e Desafios*, Lisboa: Edições Sílabo] que, durante 25 anos, constituíram o quadro privilegiado de cooperação entre a UE e os ACP (cf. SANTOS e CAETANO, 2009). Com revisões previstas em cada 5 anos, o Acordo de Cotonou indica o total dos recursos disponíveis para os ACP através do FED [GUIMARÃES, Sérgio António Ferreira (2007), *A Cooperação Europeia com Países Africanos Politicamente Frágeis no Âmbito do Acordo de Cotonou*, Lisboa: IPAD, p. 67].

⁵⁰⁶ GUIMARÃES, 2007: 179.

⁵⁰⁷ Cf. GUIMARÃES, 2007.

3. À adopção de novos mecanismos institucionais em África que facilitem um relacionamento directo no plano multilateral entre as organizações dos dois continentes, designadamente a transformação da OUA em UA, o lançamento da NEPAD e o desenvolvimento de uma nova capacidade de resolução de crises.

Alguns dos desafios que se colocam à UE neste contexto respeitam a: continuar a colaborar na promoção e implementação dos ODM; desenvolver um maior esforço conjunto na prevenção e resolução de conflitos; prosseguir as negociações sobre as mudanças climáticas; contribuir para a erradicação da pobreza; promover uma melhoria da governação e dos direitos humanos.

Independentemente da avaliação do cumprimento dos ODM é importante, desde logo, reconhecer a importância da sua existência para que, por um lado, seja possível melhorar esses indicadores e, por outro lado, haja uma concertação entre os Estados (daí a definição do valor de referência para cada Estado no que respeita à APD). Mais do que ajudar, é preciso mobilizar e motivar as populações/a sociedade civil na busca dessa ajuda, ou seja, *«empowerment ownership»*.

Ainda sobre os ODM, Sérgio Guimarães sublinhou⁵⁰⁸ que há quatro áreas básicas de intervenção para cuja operacionalidade existe um plano de acção previamente definido:

1. Capacitação, diálogo e cooperação institucional (promovendo a capacidade das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes e criando dinâmicas e mecanismos de diálogo e cooperação institucional);
2. Educação formal (incluindo todos os níveis ensino e formação e abrangendo a participação das comunidades educativas);
3. Educação não formal (contemplando a participação de grupos diversos da sociedade);
4. Sensibilização e influência política (implicando a concertação entre actores).

⁵⁰⁸ Intervenção de GUIMARÃES, Sérgio (Representante do IPAD), «A Educação para o Desenvolvimento», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 30 de Abril de 2010.

Para tal, é necessário mobilizar os cidadãos, recorrendo a *Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento* (ONGD), bem como a organizações relacionadas com a garantia e protecção dos direitos humanos. Daí que Ana Gomes tenha considerado como determinante a possibilidade da UE intervir na capacitação das instituições, da sociedade civil e dos *media* de modo a atingir coerência nas suas diferentes políticas – externa, humanitária, comercial e até ao nível das políticas de desenvolvimento⁵⁰⁹.

Existem três elementos básicos que deveriam merecer a atenção do Estado: i) assistência social; ii) acesso aos cuidados primários de saúde; e iii) educação. No domínio da *Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização* (cujo «chapéu» corresponde claramente às Nações Unidas) parece existir um consenso europeu no que toca ao seu contributo para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e actividades educativas e de sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e percepções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar essas disparidades, bem como na participação em acções democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais com efeitos na luta contra a pobreza e no desenvolvimento sustentável⁵¹⁰.

Estas acções são, desta forma, consentâneas com o seu desiderato geral: promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a orientação para a transformação social. É necessário apostar na construção de uma sociedade mais solidária, apesar da persistência de alguns conflitos que dificultam a concretização de algumas oportunidades de negócios/investimentos. Domingos Simões Pereira afirmou⁵¹¹ que, actualmente, “*o problema de África são as lideranças*”, havendo necessidade da formação de «novas» lideranças que se apropriem de

⁵⁰⁹ Intervenção de GOMES, Ana (Eurodeputada - Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu), «O contributo da União Europeia para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio», no Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 30 de Abril de 2010.

⁵¹⁰ Desdobrável “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento” (2010), IPAD, Lisboa.

⁵¹¹ Intervenção de PEREIRA, Domingos Simões, «África e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio», no Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 17 de Maio de 2010.

táticas positivas e que sejam capazes de assimilar as condições subjacentes à aplicação dos ODM, pelo que os jovens, em particular africanos, são um factor capital para o futuro de África.

Cabo Verde é apresentado como um bom exemplo entre os países africanos que está a apostar nos recursos humanos, na formação e em novas lideranças. Ocupa o 4º lugar no índice anual de boa governação⁵¹² divulgado, em Outubro de 2010, pela Fundação Mo Ibrahim⁵¹³. Com efeito, este país apresenta uma situação invejável com todas as rubricas positivas e apenas com um indicador – as infra-estruturas – ainda negativo, mas a um nível próximo do valor médio⁵¹⁴.

Este índice *Mo Ibrahim* teve em conta 88 indicadores e constata, numa lista de 53 países africanos, que os avanços económicos de muitos Estados têm vindo a ser ofuscados pelo declínio dos direitos políticos, na segurança pessoal e no primado do Direito.

Os seus resultados obtidos em 2010 não diferem muito de 2009: as Maurícias, as Seychelles, o Botswana, Cabo Verde e a África do Sul continuam a ser os países africanos melhor governados; São Tomé e Príncipe está na 11ª posição, apresentando uma situação aceitável; Moçambique na 20ª, Guiné-Bissau na 41ª e Angola, que está a melhorar, na 43ª, embora apresente um valor muito baixo num indicador que mede o controlo da corrupção em que, apesar de se tratar do PALOP mais rico em recursos, essa existência de recursos parece facilitar a corrupção. No fundo da tabela permanecem a Somália, o Chade, a República Democrática do Congo, o Zimbabué, a Eritreia e o Sudão.

⁵¹² Não é possível assegurar o desenvolvimento sem uma boa governação assente no aproveitamento dos recursos de um país de modo eficaz e justo, para que possam ser traduzidos em melhor qualidade de vida para o seu povo. Todas as áreas são afectadas pela qualidade e natureza da governação, da saúde à protecção ambiental, da educação aos direitos humanos e políticos. Embora se tenham registado recentemente algumas melhorias em muitos países africanos, as debilidades de governos e capacidades de liderança têm enorme responsabilidade nos problemas que actualmente assolam o continente.

⁵¹³ Instituição criada para promover o debate sobre a governação na África Subsahariana e no resto do mundo, estando empenhada em apoiar uma liderança africana correcta que permita melhorar as perspectivas económicas e sociais dos povos de África. De acordo com a opinião de um dos administradores desta Fundação, ex-Primeiro-ministro tanzaniano e ex-Secretário-geral da extinta OUA, precursora da actual UA, Salim Ahmed Salim: “*Temos visto em todo o mundo que as discrepâncias entre a governação política e a gestão económica são insustentáveis a longo prazo.*” [Notícia “Cabo Verde é tido como um país africano bem governado”, jornal *Público* – caderno Principal, Lisboa, 5 de Outubro de 2010.]

⁵¹⁴ Intervenção de PINTO, José Filipe, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

De registar que esta Fundação decidiu atribuir o Prémio Mo Ibrahim⁵¹⁵ 2011 ao ex-Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, que abandonou a chefia do Estado no início de Setembro de 2011, por ter ajudado a tornar o arquipélago num modelo de democracia, estabilidade e crescente prosperidade. Este prémio distingue a liderança e a boa governação em África⁵¹⁶. Ainda a propósito de indicadores, nos Estados Unidos, em Janeiro de 2011, dois centros de estudo publicaram os seus relatórios anuais⁵¹⁷: um sobre a liberdade económica pela *Heritage Foundation*⁵¹⁸ e outro sobre a liberdade política pela *Freedom House*⁵¹⁹. No primeiro índice – a liberdade económica – a *Heritage Foundation* tomou em consideração a liberdade empresarial, comercial, fiscal, monetária e financeira, os direitos à propriedade, a corrupção e ainda a liberdade de investimento e laboral (Quadro XXXIX).

Quadro XXXIX. Índice de liberdade económica: *ranking* dos países lusófonos.

<i>Ranking no Mundo</i>	<i>País</i>	<i>Índice de liberdade económica</i>
161.º	Angola	46.2
113.º	Brasil	56.3
65.º	Cabo Verde	64.6
159.º	Guiné-Bissau	46.5
109.º	Moçambique	56.8
69.º	Portugal	64
150.º	São Tomé e Príncipe	49.5
170.º	Timor-Leste	42.8

Fonte: FOUNDATION, Heritage (2011), 2011 Index of Economic Freedom, Washington, Acedido em 3 de Dezembro de 2011, in <http://www.heritage.org/index/>

⁵¹⁵ Criado pela Fundação Mo Ibrahim em 2007, pretende premiar a excelência na liderança política africana. Tem um valor de cinco milhões de dólares anuais por um período de dez anos e de 200 mil dólares nos anos seguintes. A fundação pode ainda ponderar a atribuição de 200 mil dólares adicionais por ano para actividades de interesse público e causas propostas pelo laureado. Os premiados devem ser líderes democraticamente eleitos, que se tenham distinguido nas suas funções e abandonado voluntariamente o poder. Várias personalidades já foram distinguidas, como Nelson Mandela (ex-Presidente da África do Sul), Festus Mogae (ex-Presidente do Botswana) e Joaquim Chissano (ex-Presidente de Moçambique).

⁵¹⁶ Notícia “Ex-Presidente de Cabo Verde ganha prémio Mo Ibrahim” jornal *Público*, Lisboa, 11 de Outubro de 2011.

⁵¹⁷ Notícia “Cabo Verde o mais livre e Angola o país da lusofonia com menos liberdade”, jornal *Angola Resistente*, Luanda, 15 de Janeiro de 2011. (Texto policopiado)

⁵¹⁸ Instituição educativa e de investigação – *think tank* – fundada em 1973 cuja missão é formular e promover as políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios de empresa livre, governo limitado, liberdade individual, valores americanos tradicionais e uma forte defesa nacional.

⁵¹⁹ Organização independente de vigilância que apoia a mudança democrática, monitoriza a situação da liberdade em todo o mundo e os defensores da democracia e dos direitos humanos.

Na globalidade é Hong Kong que comanda a lista de 179 países como o país de maior liberdade económica no mundo seguido de Singapura, Austrália, Nova Zelândia e Suíça. Os Estados Unidos aparecem em 9.º lugar. Cabo Verde é o melhor país africano de língua oficial portuguesa em 65.º lugar (acima da antiga potência colonial, Portugal), sendo também o 2.º melhor país africano na totalidade (Botswana é o único país africano acima). Moçambique aparece em 109.º lugar, São Tomé e Príncipe em 150.º lugar, Guiné-Bissau em 159.º e Angola em 161.º da lista.

No caso do índice – liberdade política – a *Freedom House* teve em conta a avaliação de dois critérios: os direitos políticos e as liberdades cívicas, baseada numa pontuação de 1 a 7, sendo 1 o ponto mais alto e 7 o mais baixo em que os 194 países analisados (Quadro XL), a partir do desempenho em indicadores-chave da democracia em 2010, estão classificados em:

- «*não livres*» – onde os direitos políticos estão ausentes e as liberdades cívicas fundamentais são ampla e sistematicamente negadas;
- «*parcialmente livres*» - frequentemente, sofrem de um ambiente de corrupção, onde há debilidade no cumprimento da lei, na solução de conflitos étnicos e religiosos, e um cenário político em que um único partido goza de uma posição dominante, apesar de um certo grau de pluralismo;
- «*livres*» - onde há competição política aberta, um clima de respeito pelas liberdades cívicas e pelos *media* independentes.

Quadro XL. Estatuto de Liberdade dos países lusófonos.

País	Estatuto de liberdade	Direitos Políticos	Liberdades cívicas
Angola	Não livre	6	5
Brasil	Livre	2	2
Cabo Verde	Livre	1	1
Guiné-Bissau	Parcialmente livre	4	4
Moçambique	Parcialmente livre	4	3
Portugal	Livre	1	1
São Tomé e Príncipe	Livre	2	2
Timor-Leste	Parcialmente livre	3	4

Fonte: Freedom House – “*Freedom in the World 2011: The Authoritarian Challenge to Democracy*”, Washington, pp. 12-16.

De ressaltar que, dos 194 países observados, apenas 87 atingiram a classificação de países «*livres*» e, mais uma vez, Cabo Verde é o melhor país africano de língua portuguesa ao obter a classificação máxima de 1 ponto nesses dois critérios avaliados, ao lado de países como a Finlândia e o Canadá, ganhando ainda a designação extra de ser uma «*democracia eleitoral*».

Com efeito, entre os PALOP, apenas Cabo Verde e Portugal tiveram a pontuação máxima de 1 nos dois critérios. Em seguida, ficaram Brasil e São Tomé e Príncipe com a classificação de 2. Moçambique e Guiné-Bissau são considerados países «*parcialmente livres*» mas Moçambique está em melhor posição com 4 pontos na questão de direitos políticos e 3 na questão das liberdades cívicas enquanto a Guiné-Bissau tem 4 pontos em ambas as áreas. Angola ocupa, mais uma vez, o último lugar, sendo considerado como um país «*não livre*», com 6 pontos na questão de direitos políticos e 5 nas liberdades cívicas. Está na companhia de países como o Bahrein, o Brunei, o Camboja e a Rússia mas em melhor posição que países como o Turquemenistão e a Coreia do Norte.

A Ilha do Príncipe decidiu priorizar a valorização e a dignificação da pessoa humana, tendo como pilar a educação e a formação, de modo a cumprir os ODM, estando ainda aquém sobretudo nos domínios da segurança alimentar, da saúde e do desenvolvimento sustentável. Na assinatura, no dia 22 de Setembro de 2010, de um protocolo⁵²⁰ para a elaboração da candidatura⁵²¹ desta ilha a reserva da biosfera⁵²² da UNESCO, o presidente de então do IPAD, Manuel Correia⁵²³, sublinhou que o Brasil e Cabo Verde são exemplos de sucesso dentro dos ODM:

⁵²⁰ Assinado pelo presidente do IPAD, Manuel Correia, e pelo presidente do Governo Regional da Ilha do Príncipe, José Cardoso Cassandra.

⁵²¹ Esta candidatura foi apresentada no âmbito do programa da UNESCO «*Man and the Biosphere*» (MAB) que visa promover, interdisciplinarmente, a investigação, formação e comunicação no campo de conservação do ecossistema e a utilização racional dos recursos naturais e ainda reforçar as relações entre as pessoas e os seus ambientes de forma global, tratando-se de um projecto coordenado pelo Prof. António Domingos Abreu (biólogo madeirense, membro da direcção da Rede Europeia de Conselhos de Ambiente e ex-director regional do Ambiente) com o envolvimento de uma equipa multidisciplinar de cientistas.

⁵²² O conceito de «*reservas de biosfera*» derivou da primeira conferência intergovernamental organizada pela UNESCO em 1968. Dois anos mais tarde, a UNESCO lançou oficialmente o programa «*Man and the Biosphere*» o qual corresponde a um dos seus programas angulares. Este programa é depois adaptado para responder ao resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (realizada no Rio de Janeiro em 1992) e, em particular, da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica.

⁵²³ Notícia “Ilha do Príncipe aposta na educação e formação tendo em vista os Objectivos do Milénio”, *Agência AngolaPress* - Luanda, 22 de Setembro de 2010. (Texto policopiado)

“Enquanto o Brasil aposta na tecnologia, na sabedoria e na riqueza dos recursos naturais para alcançar o desenvolvimento, Cabo Verde apenas aposta na riqueza da sua população. É um caso paradigmático, em que se apostou completamente na educação e esta aposta começa a dar frutos.

A luta (para o desenvolvimento) tem de ser diária e, fundamentalmente, não termos a ousadia de pensar que há receitas gerais, para problemas específicos.”

A propósito da temática da «Educação», da VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países da CPLP que teve lugar em 2006, na Guiné-Bissau, destacam-se três elementos:

1. Afirmação do Estado visando a criação de um Estado democrático e plural, sendo recomendável a adaptação do modelo social europeu à realidade nacional;
2. História assente em dois aspectos – liberdade e necessidade, de modo a conhecer aquilo que é intrínseco à nossa existência;
3. Educação/Instrução sob todas as formas que permitem aumentar a produtividade, para que os Estados africanos evitem alegar que têm tantos problemas e, naturalmente, tantas prioridades, relegando a educação para segundo plano porque esta envolve recursos e, por isso, é cara.

4.3 Angola e Brasil: dois casos particularmente relevantes

Brasil e Angola são dois países fundamentais para a segurança do Atlântico Sul, o que os torna potenciais cooperantes de uma Aliança Atlântica cada vez mais «mundializada», com a introdução no seu conceito estratégico da possibilidade de intervenções «fora-de-área», o que lhe permite actuar para além do Atlântico Norte. Também na opinião de José Palmeira “as alianças que os Estados estabelecem entre si servem para potencializar a sua influência e otimizar os seus ganhos através de uma política de «geometria variável»”⁵²⁴. Daí a observação sobre a importância da diversificação das relações e da participação em

⁵²⁴ Comunicação “Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal” ao X Congresso Afro-Luso-Brasileiro, Universidade do Minho, Braga, 4 a 7 de Fevereiro de 2009. Vide também Notícia “Lusofonia: Cooperação económica é mais eficaz do que a cultural – Perito da Universidade do Minho”, *Jornal de Notícias*, Porto, 4 de Fevereiro de 2009.

«grandes espaços», tenham eles carácter económico (como o MERCOSUL e a SADC) ou político-cultural (como a CPLP).

Angola é um dos países do mundo que mais cresce, na medida em que esse crescimento se baseia apenas num só produto – o petróleo, representando a sexta maior economia de África (só ultrapassada, por exemplo, pela África do Sul e pela Nigéria) e a segunda grande potência da SADC⁵²⁵.

O Brasil trata-se de um país do futuro, uma autêntica «*potência potencial*», sendo um dos maiores produtores de calçado (em 1º lugar encontra-se a China), com a aspiração da comunidade lusófona a que este país ascenda a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa futura reformulação deste órgão.

Destarte, a capacidade que Portugal tem, ou não, para assegurar a articulação entre os pólos cruciais da sua geopolítica: Portugal-Europa-África-Brasil, isto é, UE-PALOP-Brasil, revela-se uma “*questão estratégica fundamental para Portugal, no horizonte da viragem do primeiro para o segundo quartel do século XXI*”⁵²⁶, exigindo uma visão multisectorial. A resposta a esta questão apenas será conhecida, com exactidão, por volta da década de 2030, sendo certo que:

- se for positiva, “*Portugal será útil, terá papel interessante para os seus interlocutores e afirmar-se-á, conjugadamente com europeus, africanos e brasileiros*”⁵²⁷;
- se for negativa, “*Portugal não terá nenhum papel internacional minimamente relevante e ficará simplesmente encurralado no canto sudoeste da Europa*”⁵²⁸.

⁵²⁵ Intervenção de FARRAJOTA, Miguel (Unidade de *Business Development*, BPI), «Apoio à internacionalização das empresas», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

⁵²⁶ LOPES, 2010: 37.

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ Ibidem.

O Prof. Ernâni Lopes⁵²⁹, perante a conjuntura económica, definiu, para Portugal, dois cenários possíveis: o do *definhamento* ou o da *afirmação*, identificando cinco domínios com potencial estratégico:

1. Turismo;
2. Ambiente;
3. Cidades e desenvolvimento;
4. Serviços de valor acrescentado;
5. *Hypercluster* da economia do mar,

Ademais, uma das orientações gerais, de cariz obrigatório, para a política económica deverá passar pela “concretização operacional, no terreno, da matriz estratégica de Portugal”⁵³⁰, através da “construção de polígonos com potencial de desenvolvimento a partir da articulação dos mercados portugueses, europeu, africano e brasileiro”⁵³¹, enquanto:

“*espaço económico de referência para a actividade das empresas, a geração de lucros, os ganhos de bem-estar, a formação e o processo de acumulação de capital, a subida dos rendimentos, em suma, uma base organizada para um processo de DES sustentado em que (...) todos ganham*”⁵³².

De acordo com Paulo Rebello de Sousa, Portugal, Angola, Brasil e os demais países lusófonos “*só não potenciarão o que plantaram há séculos se ficarem muito cegos*”⁵³³. Num momento de pessimismo generalizado em Portugal, com a adopção de uma série de medidas de austeridade fiscal, as relações comerciais com as suas ex-colónias merecem ser cultivadas. Porém, o estudo, precedentemente mencionado, sobre o «*Valor Económico da Língua nas Relações com o Exterior: o caso de Portugal*» considera que o impacto da

⁵²⁹ LOPES, Ernâni Rodrigues (2005), «Afirmar Portugal: Questão Estratégica Fundamental», *Cadernos Navais – Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial*, N.º 14, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégico, pp. 9-17. (Texto policopiado)

⁵³⁰ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «A situação da economia portuguesa e as perspectivas de actuação do CRL», Jantar-Conferência, CRL, Lisboa, 1 de Março de 2010. (Texto policopiado)

⁵³¹ Idem.

⁵³² Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «O Mar no futuro de Portugal. Uma abordagem estratégica», Simpósio Especial “O Mar no Futuro de Portugal” – Conferência inaugural, Academia de Marinha, Lisboa, 2003. (Texto policopiado)

⁵³³ Intervenção de REBELLO DE SOUSA, Paulo (Economista brasileiro), 19º Encontro anual da SaeR, subordinado ao tema “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB–Lisboa, 7 de Março de 2008.

língua no comércio externo, visando a facilidade nas trocas comerciais, apenas é significativo nas exportações (verifica-se, por exemplo, uma falta de apetência pelos produtos portugueses pelo Brasil e vice-versa) e muito expressivo nos fluxos de IDE, apresentando a mais baixa relevância ao nível do turismo.

Com efeito, a estagnação do mercado europeu e a dependência de Portugal da UE para escoar os seus produtos revelam que é necessário procurar mercados alternativos, sobressaindo uma concordância entre as autoridades de que as opções estão em África, nomeadamente Angola, e na América Latina, ou seja, no Brasil, países nos quais a procura é crescente. A contrapartida traduz-se no acesso ao mercado europeu, através de um país que pertence à UE e que passa a servir de *porta de entrada* preferencial de mercadorias oriundas destes países.

Angola

O país da «*palanca negra*» era a jóia da coroa do império colonial português por ser “*bela, variada, rica, imensa (...) e por ter um grau de miscigenação não desprezível*”⁵³⁴, sendo a colónia que no «*imaginário português*» “*melhor representava a ideia da «pátria pluricontinental e plurirracial*»”⁵³⁵.

A matriz geopolítica de Angola é excelente, sendo a maior potência no mapa cor-de-rosa (rica em água), usufruindo de uma posição confortável nos assuntos africanos, partilhando a sua influência no mundo político, fornecendo apoio a outros países (como por exemplo, a Guiné Bissau)⁵³⁶, passando a ocupar, no quadro geral dos parceiros africanos, um lugar de destaque no tocante ao comércio, à circulação de pessoas, à cooperação e às actividades culturais, como um ponto-chave para o crescimento das políticas de investimento na África ao sul do Sahara⁵³⁷, bem como nas infra-estruturas económicas que permitirão criar melhores condições para a realização de investimentos

⁵³⁴ TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2006), *Batalhas da História de Portugal: Guerra de África – Angola 1961-1974*, Matosinhos/Lisboa: QUIDNOVI – Edição e Conteúdos, S.A., p. 70.

⁵³⁵ Ibidem.

⁵³⁶ IPRIS (Maio 2011), *Lusophone Countries Bulletin*, Lisboa.

⁵³⁷ Cf. VASCONCELOS ET AL., 1991.

privados que, por sua vez, irão sustentar a diversificação da economia (Quadro XLI. e Gráficos XXIX).

Todavia, o combate à fome e a luta pela redução e erradicação da pobreza, em virtude do seu impacto na vida da população, constituem dois dos maiores desafios que se colocam actualmente a este país, o qual procurará priorizar também a institucionalização de um Estado Social de Direito, com vista à adopção da legislação eleitoral de suporte à realização de eleições presidenciais em 2012, no contexto da nova Constituição angolana, legalmente em vigor desde 5 de Fevereiro de 2010, e que conduzirão a uma maior democratização da sociedade traduzida na regularização das eleições dos representantes da Nação a todos os níveis, incluindo o autárquico.

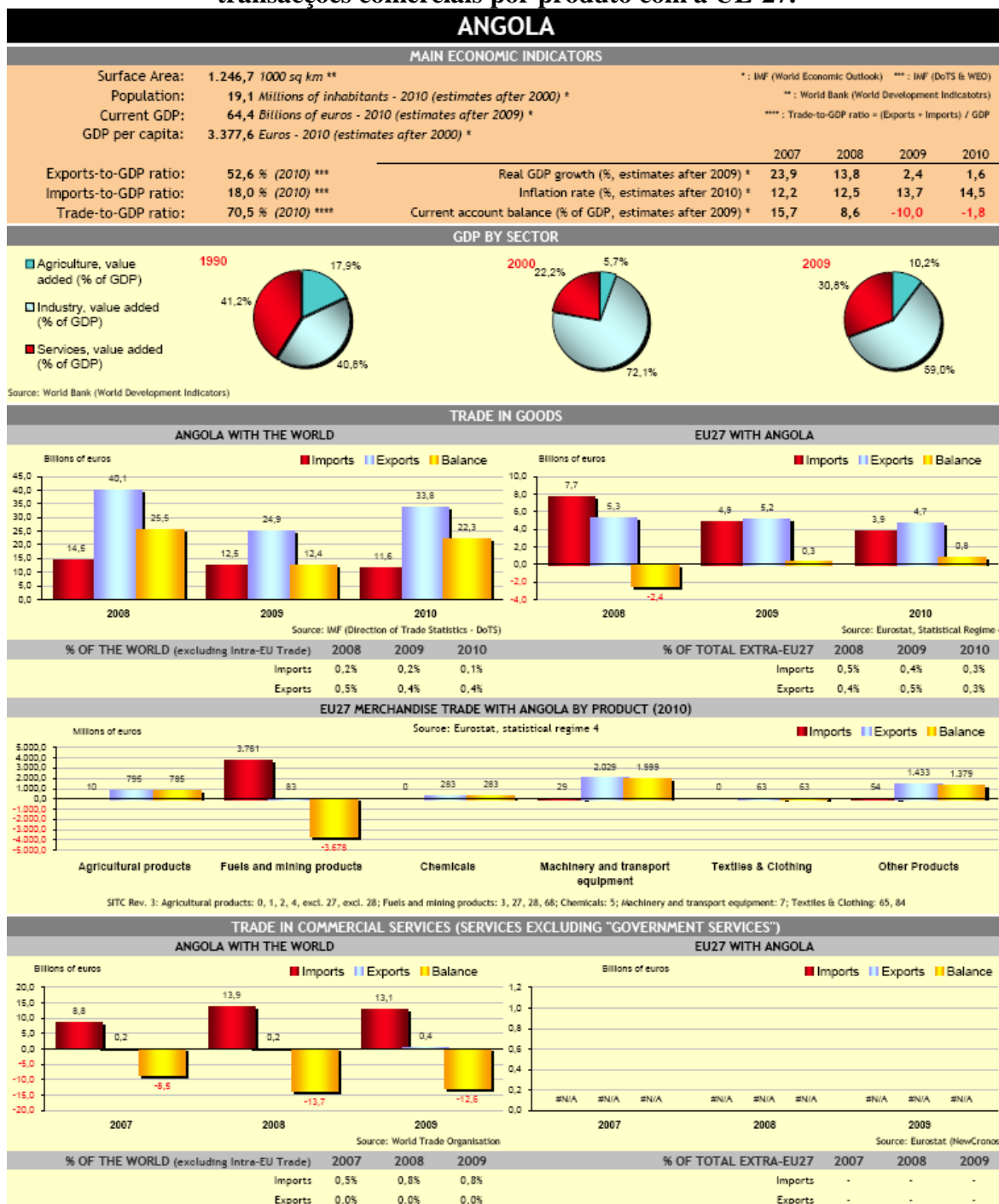
O ritmo considerável de crescimento económico deste país é resultado, fundamentalmente, do aumento dos preços e da produção de petróleo e também da expansão do sector agrícola, da indústria transformadora e da construção, bem como da dinamização do investimento.

Entre os sectores do mercado angolano com maiores potencialidades⁵³⁸ destacam-se os seguintes:

- bens de consumo (produtos alimentares e bebidas, produtos farmacêuticos, vestuário e calçado, artigos para o lar, mobiliário);
- bens de equipamento (máquinas e aparelhos industriais, materiais de transporte, para a agricultura e para o sector de energia e minas);
- serviços (TIC, ambiente, consultadoria, saúde e educação, formação e recursos humanos, serviços empresariais);
- infra-estruturas económicas e sociais (estradas, vias férreas, portos, aeroportos, energia, água, saneamento básico, infra-estruturas industriais e comerciais, habitação).

⁵³⁸ Intervenção de GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Angola», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

Quadro XLI. e Gráficos XXIX.
Angola: principais indicadores económicos; PIB por sector; comércio de bens;
transacções comerciais por produto com a UE-27.



Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

O mercado angolano, ainda que seja bastante apetecível, comporta algumas dificuldades⁵³⁹, entre as quais se evidenciam:

- i) a obtenção de vistos⁵⁴⁰;
- ii) o risco do Porto de Luanda e a circulação de mercadorias na zona;
- iii) a consolidação de novos concorrentes no mercado (China, Brasil, Espanha, Rússia, Alemanha, África do Sul, Canadá, etc);
- iv) entraves no acesso à terra e à informação sobre o mercado, nomeadamente em termos sectoriais e sobre os parceiros locais;
- v) alguma falta de transparência e grande burocracia;
- vi) existência de uma forte economia informal (sobretudo na área comercial) e de um ambiente de negócios pouco favorável (segundo a estatística *Doing Business*⁵⁴¹, Angola ocupa, no *ranking* divulgado para 2012, a 172.^a posição num total de 183 países, descendo ainda um lugar face a 2011).

De acordo com o Gráficos XXX e XXXI, verifica-se que entre 2006 e 2010, as trocas comerciais estabelecidas, quer entre Angola e a UE, quer entre Angola e o Mundo registaram um aumento quer de importações, quer de exportações até 2008, verificando-se uma queda acentuada em 2009 devido à crise internacional.

⁵³⁹ Intervenção de GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Angola», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

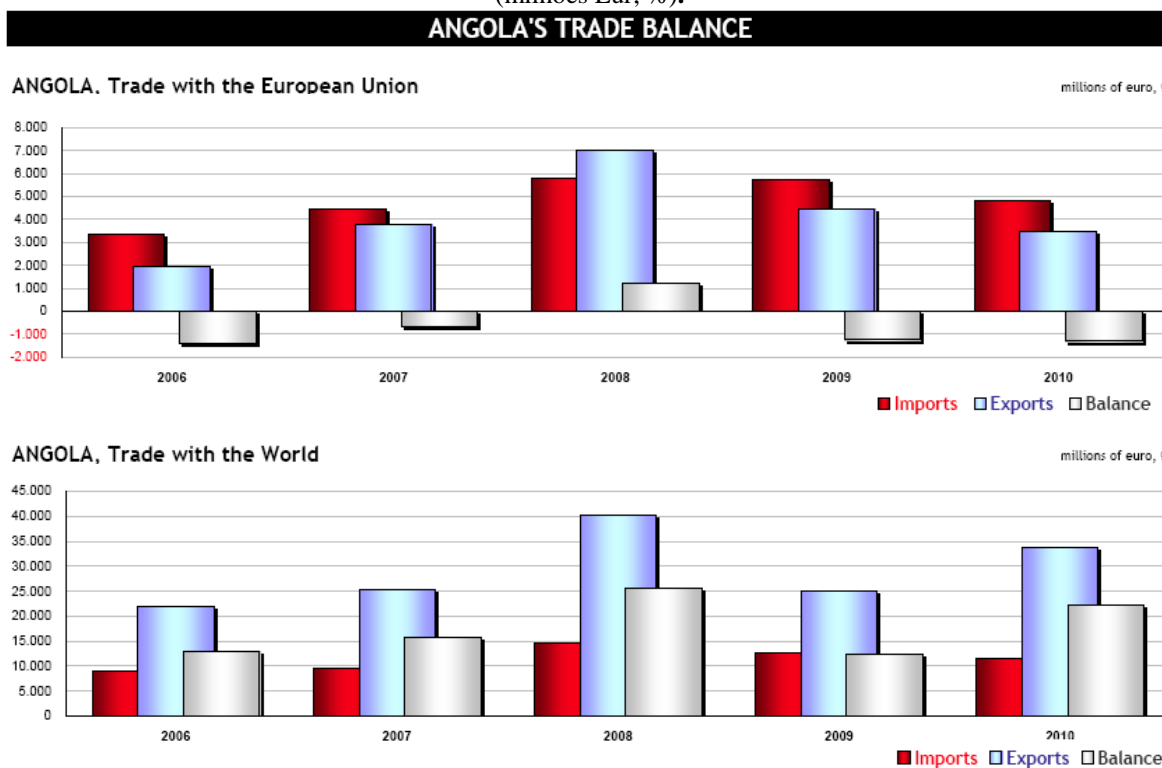
⁵⁴⁰ Considerado um dos principais entraves ao investimento de empresas angolanas e portuguesas, em Setembro de 2011, foi assinado um acordo para a facilitação de vistos entre Angola e Portugal, tendo entrado em vigor, em 25 de Outubro de 2011, através do qual passou a estar previsto um prazo de 30 dias para a obtenção de um visto de trabalho, que passa a ter a duração de três anos, contrariamente aos anteriores 12 meses, renovável por duas vezes [Notícia “Acordo sobre vistos entre Portugal e Angola entra em vigor”, jornal *iOnline*, Oeiras, 25 de Outubro de 2011. (Texto policopiado)].

⁵⁴¹ Projecto lançado em 2002 que, anualmente, publica um relatório que fornece medidas objectivas de regulamentações de negócios e a sua aplicação em 183 economias.

Gráficos XXX.

Evolução da balança comercial de Angola: comércio com a UE e com o Mundo

(milhões Eur, %).

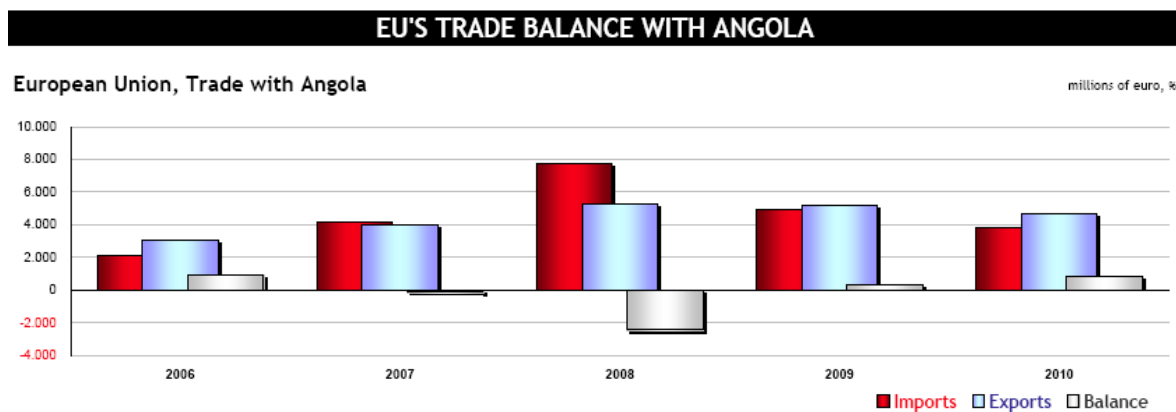


Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Nesse mesmo período, a evolução da balança comercial da UE com Angola (Gráfico XXXI) registou um défice mais acentuado no ano 2008, superior ao que se verificou em 2007.

Gráfico XXXI.

Evolução da balança comercial da UE com Angola (milhões Eur, %).



Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Em 2010, Angola assume-se como o 44.º parceiro comercial da UE, representando 0,3% do comércio externo comunitário (Quadro XLII). Recorda-se que o Brasil surge em 10.º lugar no *ranking* dos maiores parceiros comerciais da UE.

Quadro XLII. Comércio da UE com os seus principais parceiros (2010) – lugar ocupado por Angola.

EU TRADE WITH MAIN PARTNERS (2010)				
The Major Imports Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
Extra EU27		1.501.843,9	100,0%	
1	China	282.011,1	18,8%	
2	United States	169.467,4	11,3%	
3	Russia	158.384,9	10,5%	
4	Switzerland	84.126,2	5,6%	
5	Norway	79.179,4	5,3%	
6	Japan	64.898,1	4,3%	
7	Turkey	42.088,0	2,8%	
8	South Korea	38.651,6	2,6%	
9	India	33.147,3	2,2%	
10	Brazil	32.320,4	2,2%	
11	Libya	28.779,9	1,9%	
12	Taiwan	24.135,7	1,6%	
13	Algeria	20.886,7	1,4%	
14	Malaysia	20.701,2	1,4%	
15	Canada	20.053,3	1,3%	
16	Singapore	18.704,4	1,2%	
17	South Africa	17.912,1	1,2%	
18	Thailand	17.212,3	1,1%	
19	Saudi Arabia	15.949,7	1,1%	
20	Kazakhstan	15.870,8	1,1%	
21	Nigeria	14.636,0	1,0%	
22	Iran	14.328,6	1,0%	
23	Indonesia	13.729,2	0,9%	
24	Mexico	13.111,6	0,9%	
25	Ukraine	11.396,9	0,8%	
26	Israel	11.112,9	0,7%	
27	Hong Kong	10.600,6	0,7%	
28	Australia	9.850,6	0,7%	
29	Azerbaijan	9.763,5	0,7%	
30	Tunisia	9.510,8	0,6%	
31	Vietnam	9.431,3	0,6%	
32	Chile	9.408,0	0,6%	
33	Argentina	9.329,4	0,6%	
34	Qatar	7.781,5	0,5%	
35	Morocco	7.727,5	0,5%	
36	Egypt	7.204,6	0,5%	
37	Iraq	7.143,4	0,5%	
38	Bangladesh	6.597,4	0,4%	
39	United Arab Emirats	5.723,8	0,4%	
40	Costa Rica	5.543,0	0,4%	
41	Philippines	5.379,0	0,4%	
42	Peru	5.136,1	0,3%	
43	Croatia	4.877,4	0,3%	
44	Colombia	4.724,4	0,3%	
45	Serbia	4.056,7	0,3%	
46	Angola	3.855,0	0,3%	
47	Pakistan	3.797,4	0,3%	
48	Venezuela	3.784,8	0,3%	
49	Kuwait	3.775,9	0,3%	
50	Syria	3.595,7	0,2%	
The Major Exports Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
Extra EU27		1.348.792,4	100,0%	
1	United States	242.095,1	17,9%	
2	China	113.117,7	8,4%	
3	Switzerland	105.433,4	7,8%	
4	Russia	86.508,8	6,4%	
5	Turkey	61.189,7	4,5%	
6	Japan	43.730,1	3,2%	
7	Norway	41.860,2	3,1%	
8	India	34.798,8	2,6%	
9	Brazil	31.282,9	2,3%	
10	South Korea	27.984,8	2,1%	
11	United Arab Emirats	27.709,3	2,1%	
12	Hong Kong	26.940,5	2,0%	
13	Australia	26.752,3	2,0%	
14	Canada	26.589,2	2,0%	
15	Singapore	24.043,3	1,8%	
16	Saudi Arabia	23.006,6	1,7%	
17	South Africa	21.506,6	1,6%	
18	Mexico	21.389,8	1,6%	
19	Ukraine	17.334,7	1,3%	
20	Algeria	15.536,6	1,2%	
21	Egypt	14.802,8	1,1%	
22	Taiwan	14.759,9	1,1%	
23	Israel	14.470,5	1,1%	
24	Morocco	13.625,0	1,0%	
25	Iran	11.333,8	0,8%	
26	Malaysia	11.243,4	0,8%	
27	Tunisia	11.071,1	0,8%	
28	Nigeria	10.734,7	0,8%	
29	Croatia	10.331,3	0,8%	
30	Thailand	9.992,4	0,7%	
31	Serbia	7.425,6	0,6%	
32	Argentina	7.396,3	0,5%	
33	Libya	6.754,3	0,5%	
34	Belarus	6.715,7	0,5%	
35	Indonesia	6.372,2	0,5%	
36	Chile	5.998,9	0,4%	
37	Qatar	5.306,4	0,4%	
38	Kazakhstan	5.231,5	0,4%	
39	Gibraltar	4.834,7	0,4%	
40	Lebanon	4.718,8	0,3%	
41	Angola	4.685,4	0,3%	
42	Vietnam	4.672,2	0,3%	
43	Venezuela	4.110,3	0,3%	
44	Kuwait	4.095,6	0,3%	
45	Colombia	3.911,7	0,3%	
46	Philippines	3.736,0	0,3%	
47	Pakistan	3.661,5	0,3%	
48	Syria	3.647,4	0,3%	
49	Bosnia-Herzegovina	3.139,0	0,2%	
50	Oman	3.025,9	0,2%	
The Major Trade Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
Extra EU27		2.850.636,3	100,0%	
1	United States	411.562,5	14,4%	
2	China	395.128,8	13,9%	
3	Russia	244.893,7	8,6%	
4	Switzerland	189.559,5	6,6%	
5	Norway	121.039,5	4,2%	
6	Japan	108.628,2	3,8%	
7	Turkey	103.277,7	3,6%	
8	India	67.946,1	2,4%	
9	South Korea	66.636,4	2,3%	
10	Brazil	63.603,3	2,2%	
11	Canada	46.642,4	1,6%	
12	Singapore	42.747,7	1,5%	
13	South Africa	39.418,7	1,4%	
14	Saudi Arabia	38.956,3	1,4%	
15	Taiwan	38.895,5	1,4%	
16	Hong Kong	37.541,2	1,3%	
17	Australia	36.602,9	1,3%	
18	Algeria	36.423,4	1,3%	
19	Libya	35.534,2	1,2%	
20	Mexico	34.501,4	1,2%	
21	United Arab Emirats	33.433,1	1,2%	
22	Malaysia	31.944,6	1,1%	
23	Ukraine	28.731,6	1,0%	
24	Thailand	27.204,7	1,0%	
25	Iran	25.662,4	0,9%	
26	Israel	25.583,4	0,9%	
27	Nigeria	25.370,8	0,9%	
28	Egypt	22.007,4	0,8%	
29	Morocco	21.352,5	0,7%	
30	Kazakhstan	21.102,3	0,7%	
31	Tunisia	20.581,9	0,7%	
32	Indonesia	20.101,3	0,7%	
33	Argentina	16.725,7	0,6%	
34	Chile	15.406,9	0,5%	
35	Croatia	15.208,7	0,5%	
36	Vietnam	14.103,6	0,5%	
37	Qatar	13.087,9	0,5%	
38	Azerbaijan	12.110,3	0,4%	
39	Serbia	11.482,2	0,4%	
40	Iraq	10.149,2	0,4%	
41	Belarus	9.343,0	0,3%	
42	Philippines	9.115,0	0,3%	
43	Colombia	8.636,1	0,3%	
44	Angola	8.540,4	0,3%	
45	Bangladesh	8.212,1	0,3%	
46	Venezuela	7.895,0	0,3%	
47	Kuwait	7.871,5	0,3%	
48	Pakistan	7.459,0	0,3%	
49	Peru	7.421,5	0,3%	
50	Syria	7.243,1	0,3%	

Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Nesse mesmo ano, a UE-27 constitui o 3.º maior parceiro comercial de Angola (atinge 18,3% do total do seu comércio externo) ocupando a China o primeiro lugar, os Estados Unidos o 2.º, o Brasil o 7.º e Moçambique o 36.º. (Quadro XLIII). A nível regional os seus principais parceiros são os países «BRIC» e os Estados que fazem parte da NAFTA.

Quadros XLIII. Comércio de Angola com os seus principais parceiros (2010).

ANGOLA'S TRADE WITH MAIN PARTNERS (2010)

The Major Imports Partners				The Major Export Partners				The Major Trade Partners			
Rk	Partners	Mio euro	%	Rk	Partners	Mio euro	%	Rk	Partners	Mio euro	%
	World (all countrie	11.552,8	100,0%		World (all countrie	33.829,9	100,0%		World (all countrie	45.382,7	100,0%
1	EU27	4.801,4	41,6%	1	China	15.700,9	46,4%	1	China	17.361,5	38,3%
2	China	1.660,7	14,4%	2	United States	8.465,9	25,0%	2	United States	9.540,9	21,0%
3	United States	1.075,0	9,3%	3	EU27	3.490,4	10,3%	3	EU27	8.291,8	18,3%
4	Brazil	787,3	6,8%	4	India	2.943,0	8,7%	4	India	3.477,2	7,7%
5	South Africa	592,8	5,1%	5	Canada	1.193,9	3,5%	5	South Africa	1.680,6	3,7%
6	India	534,2	4,6%	6	South Africa	1.087,8	3,2%	6	Canada	1.354,8	3,0%
7	Norway	377,6	3,3%	7	Brazil	372,0	1,1%	7	Brazil	1.159,3	2,6%
8	Singapore	268,9	2,3%	8	Peru	160,8	0,5%	8	Norway	379,4	0,8%
9	South Korea	253,5	2,2%	9	South Korea	86,9	0,3%	9	South Korea	340,4	0,8%
10	Canada	160,9	1,4%	10	Trinidad and Tobag	79,2	0,2%	10	Singapore	271,6	0,6%
11	Argentina	140,2	1,2%	11	Japan	57,7	0,2%	11	Thailand	174,2	0,4%
12	Indonesia	122,3	1,1%	12	Thailand	55,7	0,2%	12	Japan	165,9	0,4%
13	Thailand	118,5	1,0%	13	Uruguay	44,5	0,1%	13	Peru	161,8	0,4%
14	Japan	108,2	0,9%	14	Ecuador	36,6	0,1%	14	Argentina	140,2	0,3%
15	Turkey	90,8	0,8%	15	Guatemala	22,3	0,1%	15	Indonesia	124,5	0,3%
16	Vietnam	76,2	0,7%	16	Morocco	10,6	0,0%	16	Turkey	91,0	0,2%
17	Ghana	45,3	0,4%	17	Nigeria	4,0	0,0%	17	Trinidad and Tobag	80,1	0,2%
18	Malaysia	40,4	0,3%	18	Ghana	3,6	0,0%	18	Vietnam	76,2	0,2%
19	Egypt	38,9	0,3%	19	Singapore	2,7	0,0%	19	Ghana	48,8	0,1%
20	Ivory Coast	35,2	0,3%	20	Indonesia	2,3	0,0%	20	Uruguay	45,6	0,1%
21	Hong Kong	26,1	0,2%	21	Norway	1,8	0,0%	21	Malaysia	41,6	0,1%
22	Russia	25,5	0,2%	22	Cameroon	1,8	0,0%	22	Egypt	39,0	0,1%
23	Switzerland	19,7	0,2%	23	Malaysia	1,2	0,0%	23	Ecuador	36,7	0,1%
24	Oman	17,9	0,2%	24	Cape Verde	1,0	0,0%	24	Ivory Coast	35,2	0,1%
25	Morocco	17,9	0,2%	25	Gabon	0,9	0,0%	25	Morocco	28,5	0,1%
26	New Zealand	13,7	0,1%	26	Hong Kong	0,8	0,0%	26	Hong Kong	26,9	0,1%
27	Congo, Republic of	13,5	0,1%	27	Congo, Republic of	0,4	0,0%	27	Russia	25,5	0,1%
28	Paraguay	10,2	0,1%	28	Switzerland	0,3	0,0%	28	Guatemala	22,4	0,0%
29	Pakistan	8,5	0,1%	29	Turkey	0,2	0,0%	29	Switzerland	20,0	0,0%
30	Australia	7,7	0,1%	30	Tunisia	0,1	0,0%	30	Oman	17,9	0,0%
31	Mozambique	7,3	0,1%	31	Colombia	0,1	0,0%	31	Congo, Republic of	13,9	0,0%
32	Lebanon	6,8	0,1%	32	Chile	0,1	0,0%	32	New Zealand	13,7	0,0%
33	Ukraine	5,3	0,0%	33	Sudan	0,1	0,0%	33	Paraguay	10,2	0,0%
34	Tunisia	4,8	0,0%	34	Australia	0,1	0,0%	34	Pakistan	8,5	0,0%
35	Colombia	4,8	0,0%	35	Mozambique	0,1	0,0%	35	Australia	7,8	0,0%
36	Cameroon	3,9	0,0%	36	Algeria	0,0	0,0%	36	Mozambique	7,4	0,0%
37	Chile	3,8	0,0%	37	Egypt	0,0	0,0%	37	Lebanon	6,8	0,0%
38	Tanzania	3,5	0,0%	38	Venezuela	0,0	0,0%	38	Cameroon	5,6	0,0%
39	Philippines	3,1	0,0%	39	Pakistan	0,0	0,0%	39	Ukraine	5,3	0,0%
40	Gabon	2,6	0,0%	40	Lebanon	0,0	0,0%	40	Tunisia	4,9	0,0%
41	Belarus	2,5	0,0%	41	Zambia	0,0	0,0%	41	Colombia	4,9	0,0%
42	Senegal	2,4	0,0%	42	Bolivia	0,0	0,0%	42	Nigeria	4,8	0,0%
43	Kenya	2,3	0,0%	43	Mauritius	0,0	0,0%	43	Chile	4,0	0,0%
44	Mauritius	2,0	0,0%	44	Croatia	0,0	0,0%	44	Gabon	3,6	0,0%
45	Zambia	1,4	0,0%	45	Costa Rica	0,0	0,0%	45	Tanzania	3,5	0,0%
46	Algeria	1,3	0,0%	46	Russia	0,0	0,0%	46	Philippines	3,1	0,0%
47	Uruguay	1,0	0,0%	47	Azerbaijan	0,0	0,0%	47	Belarus	2,5	0,0%
48	Peru	0,9	0,0%	48	Benin	0,0	0,0%	48	Senegal	2,4	0,0%
49	Trinidad and Tobag	0,9	0,0%	49	Macao	0,0	0,0%	49	Kenya	2,3	0,0%
50	Nigeria	0,8	0,0%	50	Qatar	0,0	0,0%	50	Mauritius	2,0	0,0%

Angola's Imports from ...				Angola's Exports to ...				Angola's Trade with...			
Partner regions	Mio euro	%		Partner regions	Mio euro	%		Partner regions	Mio euro	%	
ACP	714,4	6,2%		ACP	1.178,8	3,5%		ACP	1.893,2	4,2%	
Andean Community	5,8	0,1%		Andean Community	197,6	0,6%		Andean Community	203,4	0,4%	
ASEAN	629,4	5,4%		ASEAN	61,8	0,2%		ASEAN	691,1	1,5%	
BRIC	3.007,7	26,0%		BRIC	19.015,8	56,2%		BRIC	22.023,6	48,5%	
CACM	0,3	0,0%		CACM	22,4	0,1%		CACM	22,6	0,0%	
Candidate Countries	90,9	0,8%		Candidate Countries	0,2	0,0%		Candidate Countries	91,1	0,2%	
CIS	33,4	0,3%		CIS	0,0	0,0%		CIS	33,4	0,1%	
EFTA	397,4	3,4%		EFTA	2,1	0,0%		EFTA	399,4	0,9%	
Latin American Coun	948,8	8,2%		Latin American Coun	636,6	1,9%		Latin American Coun	1.585,5	3,5%	
MEDA (excl EU and T	69,8	0,6%		MEDA (excl EU and T	10,8	0,0%		MEDA (excl EU and T	80,7	0,2%	
Mercosur	938,8	8,1%		Mercosur	416,5	1,2%		Mercosur	1.355,3	3,0%	
NAFTA	1.236,0	10,7%		NAFTA	9.659,8	28,6%		NAFTA	10.895,7	24,0%	

Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Também no espaço da SADC, a economia angolana tem marcado fortes avanços, ocupando uma posição crucial, com “*uma participação activa no processo de integração económica, sendo reconhecidas, a nível regional, as capacidades de crescimento do país que, em parte, estão a ser aproveitadas por investidores sul-africanos*”⁵⁴².

Figura ainda em 3.º lugar no *top ten* referente aos dez principais parceiros comerciais do grupo de países ACP em termos do comércio estabelecido com a UE-27 (Quadro XLIV), tendo em consideração que, em 2006, esses dez países foram responsáveis por 68% do total das exportações da UE-27 para países ACP e por 71% do total de importações da UE-27 a partir desses mesmos países. Em ambas as transacções, a África do Sul surge em 1.º lugar com um significativo *share*, seguindo-se a Nigéria:

Quadro XLIV. Comércio da UE com o *top ten* dos parceiros comerciais ACP

(milhões Eur).

	Exports						Imports					
	2000	2004	2005	2006	Average annual increase 2000-2006	Share in total EU exports to ACP countries - 2006	2000	2004	2005	2006	Average annual increase 2000-2006	Share in total EU imports from ACP countries - 2006
					%	% cum.					%	% cum.
ACP	40 427	43 933	50 207	55 583	5.4%	100	44 645	46 023	54 620	58 992	4.8%	100
South Africa	11 810	16 051	18 107	19 843	9.0%	35.7	14 686	15 812	16 835	18 455	3.9%	31.3
Nigeria	4 011	5 283	5 972	6 974	9.7%	12.5	6 419	5 235	6 389	10 628	8.8%	19.0
Angola	1 030	1 623	2 017	3 024	19.7%	5.4	1 530	974	2 633	2 176	6.0%	3.7
Cameroon	932	918	881	960	0.3%	1.7	1 703	1 646	1 985	2 742	8.3%	4.6
Côte d'Ivoire	1 443	1 182	1 127	1 146	-3.8%	2.1	2 059	2 207	1 978	2 488	3.2%	4.2
Ghana	1 281	1 195	1 251	1 449	2.1%	2.6	1 173	1 038	978	1 111	-0.9%	1.9
Cuba	1 450	981	1 305	1 678	2.5%	3.0	707	710	716	733	0.6%	1.2
Kenya	942	959	989	1 203	4.2%	2.2	845	875	957	1 054	3.8%	1.8
Equatorial Guinea	137	269	459	391	19.1%	0.7	740	850	1 637	1 735	15.3%	2.9
Bahamas	1 019	645	1 256	1 103	1.3%	2.0	638	637	1 089	968	7.2%	1.6

Fonte: Eurostat (COMEXT)

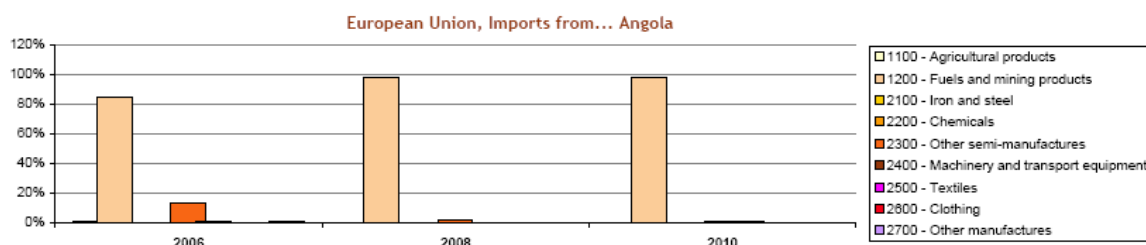
Das importações (Quadro XLV e Gráfico XXXII) e exportações (Quadro XLVI e Gráfico XXXIII) da UE por grupo de produto, entre 2006 e 2010, destacam-se, no caso das importações, os minerais e produtos fuel, e no domínio das exportações, que atingiram 4,7 mil milhões de euros em 2010, o grupo das manufacturas assume particular relevo (máquinas e equipamentos de transporte).

⁵⁴² Relatório Económico de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Luanda, 2009.

Quadro XLV e Gráfico XXXII. Importações da UE de Angola por grupo de produto
(milhões Eur, %).

EUROPEAN UNION IMPORTS, BY PRODUCT GROUPING

European Union, Imports from... Angola						
SITC Rev.3 Product Groups	2006		2008		2010	
	Millions euro	%	Millions euro	%	Millions euro	%
0000 - Total	2.148,7	100,0%	7.718,2	100,0%	3.855,0	100,0%
1000 - Primary products	1.832,1	85,3%	7.581,6	98,2%	3.771,1	97,8%
1100 - Agricultural products	22,7	1,1%	15,2	0,2%	10,0	0,3%
1200 - Fuels and mining products	1.809,4	84,2%	7.566,5	98,0%	3.761,1	97,6%
2000 - Manufactures	311,3	14,5%	127,4	1,7%	80,5	2,1%
2100 - Iron and steel	0,3	0,0%	2,4	0,0%	0,7	0,0%
2200 - Chemicals	2,1	0,1%	0,1	0,0%	0,2	0,0%
2300 - Other semi-manufactures	286,8	13,3%	110,2	1,4%	43,9	1,1%
2400 - Machinery and transport equipment	12,6	0,6%	11,6	0,2%	29,4	0,8%
2410 - Office and telecommunication equipment	0,8	0,0%	1,4	0,0%	1,8	0,0%
2420 - Transport equipment	0,3	0,0%	3,4	0,0%	2,4	0,1%
2430 - Other machinery	11,6	0,5%	6,9	0,1%	25,2	0,7%
2500 - Textiles	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
2600 - Clothing	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
2700 - Other manufactures	9,4	0,4%	3,0	0,0%	6,3	0,2%
3000 - Other products	5,2	0,2%	9,1	0,1%	2,5	0,1%

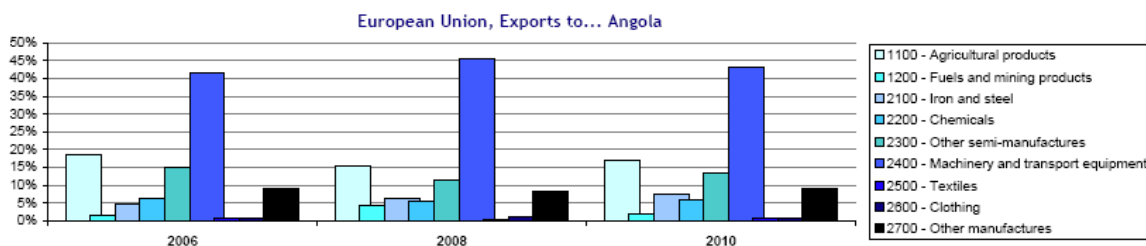


Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Quadro XLVI e Gráfico XXXIII. Exportações da UE para Angola por grupo de produto
(milhões Eur, %).

EUROPEAN UNION EXPORTS, BY PRODUCT GROUPING

European Union, Exports to... Angola						
SITC Rev.3 Product Groups	2006		2008		2010	
	Millions euro	%	Millions euro	%	Millions euro	%
0000 - Total	3.048,2	100,0%	5.277,2	100,0%	4.685,4	100,0%
1000 - Primary products	616,9	20,2%	1.041,5	19,7%	877,5	18,7%
1100 - Agricultural products	565,1	18,5%	812,5	15,4%	794,6	17,0%
1200 - Fuels and mining products	51,8	1,7%	228,9	4,3%	82,9	1,8%
2000 - Manufactures	2.394,3	78,5%	4.150,8	78,7%	3.780,1	80,7%
2100 - Iron and steel	144,3	4,7%	333,0	6,3%	348,5	7,4%
2200 - Chemicals	194,9	6,4%	297,7	5,6%	283,5	6,1%
2300 - Other semi-manufactures	454,4	14,9%	602,5	11,4%	634,8	13,5%
2400 - Machinery and transport equipment	1.269,7	41,7%	2.401,0	45,5%	2.028,7	43,3%
2410 - Office and telecommunication equipment	137,7	4,5%	236,7	4,5%	231,1	4,9%
2420 - Transport equipment	413,7	13,6%	799,8	15,2%	418,7	8,9%
2430 - Other machinery	714,2	23,4%	1.333,9	25,3%	1.376,7	29,4%
2500 - Textiles	20,0	0,7%	27,0	0,5%	30,1	0,6%
2600 - Clothing	27,1	0,9%	58,9	1,1%	32,6	0,7%
2700 - Other manufactures	281,7	9,2%	429,4	8,1%	421,1	9,0%
3000 - Other products	21,5	0,7%	57,5	1,1%	15,6	0,3%



Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

No caso angolano, faz sentido perspectivar, num horizonte longo, uma oportunidade permanente com recursos disponíveis enquanto que, no caso de outros países, são os recursos que fazem falta. A única exigência, do ponto de vista técnico, é uma injeção maciça de «*software*» na sociedade, isto é, todo o modelo de aprendizagem, de *know-how*, do funcionamento, da organização, das regras de governança, do esforço para o trabalho e o estudo para o desenvolvimento, tal como é evidenciado pela Fig. XVIII que patenteia uma tendência para o predomínio da actividade comercial em detrimento dos restantes rácios económicos: poupanças domésticas, capital e dívida:

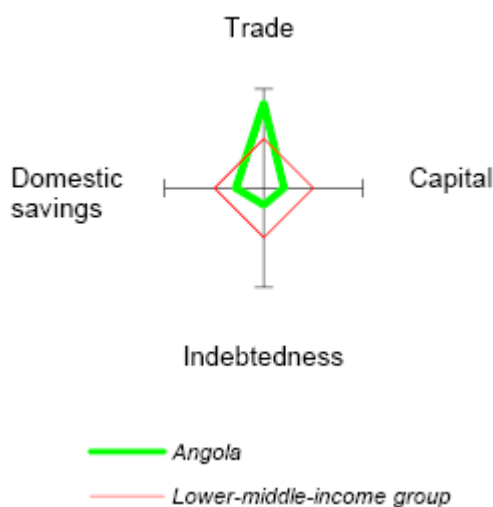


Figura XVIII. Angola: Rácios económicos fundamentais (1989-2009).

Fonte: *Angola at a glance in World Bank* (<http://www.worldbank.org/>)

Daí que os «*apetites*» internacionais sobre este país sejam compreensíveis porque qualquer actor principal que pense internacional ou na África ao sul do Sahara, Angola está seguramente no primeiro pacote, todavia, cabe a este Estado gerir e ter essa possibilidade, podendo e devendo escolher os seus «*amigos*».

Com efeito, a presença da China em Angola, ou melhor, em África, não é nada surpreendente no quadro da evolução do sistema económico mundial desde 1989. A República Popular da China projecta-se como um grande actor mundial, num plano que não tinha anteriormente, quando o modelo bipolar desapareceu no período 1989-1991, e tem uma estratégia para África, mas resta saber se África consegue negociar bem essa

estratégia, devendo assentar numa lógica económica sólida e sustentável⁵⁴³. As relações entre a China e Angola, ainda que recentes (só em 1983 é que os dois países estabeleceram relações diplomáticas), são firmes e feitas de muitas cumplicidades. A China, enquanto principal parceiro comercial de Angola, para além de lhe ter assegurado liquidez (petróleo por dólares), no início da década de 90, tem procurado entrar neste país através da petrolífera SONANGOL, criando uma complexa teia de relações comerciais cujos interesses se complementam.

Após a entrada em vigor da nova Constituição angolana, em Fevereiro de 2010, o Presidente José Eduardo dos Santos dirigiu-se ao país, em Outubro de 2010, a partir do Parlamento, através do seu discurso sobre o Estado da Nação, proferindo palavras de aposta no futuro consubstanciadas no anúncio do estabelecimento de parcerias estratégicas com Portugal, o Brasil, os Estados Unidos e a China⁵⁴⁴.

Para Angola, o Brasil é um acesso privilegiado aos países emergentes da América Latina que têm apresentado taxas de crescimento atractivas⁵⁴⁵ e o mercado português é uma *porta de entrada* na Europa em virtude da língua comum, da forte ligação histórico-cultural, das boas relações institucionais, da consolidada presença de empresas portuguesas no mercado angolano (cerca de duas mil), da qualidade dos produtos portugueses, das marcas tradicionalmente reconhecidas e dos instrumentos de apoio financeiro⁵⁴⁶.

⁵⁴³ Intervenção de AMARAL, Luís Mira, 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, ULHT / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

⁵⁴⁴ Notícia “Angola aponta para o futuro”, jornal *Sol*, Lisboa, 22 de Outubro de 2010.

⁵⁴⁵ CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afiml quanto é que vale a CPLP?», *Revista EXAME Angola*, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010 in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

⁵⁴⁶ Intervenção de GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Angola», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

Brasil

O Brasil geopolítico tem um vasto território (o 5.º maior do mundo e o 4.º em área contínua), contando com uma diplomacia activa e que se assume como potência regional do Atlântico Sul interessada em desenvolver relações com África mas também com a UE⁵⁴⁷. Poderá ser o principal garante do crescimento e da vitalidade da cultura de raiz lusófona, através do seu contributo para o fomento da cooperação entre o MERCOSUL e as nações africanas de língua portuguesa⁵⁴⁸.

Representa 83% do PIB do MERCOSUL (74%, com a inclusão da Venezuela) e 79% da sua população (71% com a Venezuela) e “*o orgulho de Portugal nos trópicos e poderá assim tornar-se como exemplo para os restantes*”⁵⁴⁹ países que têm por idioma o português, para além dos estados africanos lusófonos se apresentarem também para o futuro como potencialidades inesgotáveis.

No próprio plano cultural, quer devido à dimensão económica e demográfica, quer ao dinamismo subjacente à sociedade brasileira, a influência do Brasil tenderá a predominar no espaço interestatal do universo do português, devendo ser do maior interesse de Portugal e do Mundo de língua portuguesa.

Na qualidade de «*doador emergente*», o Brasil contesta este tipo de designação, segundo Lídia Cabral⁵⁵⁰, preferindo apresentar-se, em vez de «*doador*», como «*parceiro*» (relação horizontal). Actualmente está a apostar nas áreas relacionadas com a investigação agronómica (biocombustível), a saúde (medicamento anti-retrovirais) e a iniciativa – «*Bolsa Família*».

⁵⁴⁷ BERBÉM, António (2004), “Geopolítica da segunda lusofonia”, *Janus Online*, Acedido em 7 de Maio de 2010, in: http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_2.html.

⁵⁴⁸ Cf. RODRIGUES DOS SANTOS, 1994.

⁵⁴⁹ ENCARNAÇÃO, 1990: 169.

⁵⁵⁰ Intervenção de CABRAL, Lídia (*Overseas Development Institute*), Seminário “Novas abordagens de cooperação para o desenvolvimento? Doadores emergentes e a experiência do Brasil”, CESA/ISEG, Lisboa, 14 de Abril de 2011.

Entre 2005 e 2009, verificou-se uma expansão da cooperação técnica brasileira⁵⁵¹ com os países africanos, em que no *top* dos principais beneficiários dessa cooperação se encontram três países lusófonos: 1º Moçambique, 2º Timor-Leste e 3º Guiné-Bissau⁵⁵².

A experiência do Brasil, que pode ser encarada como uma abordagem alternativa ou como momentos diferentes de uma trajectória evolutiva, assume algumas particularidades:

- cooperação técnica em espécie que não pressupõe a transferência de recursos financeiros;
- experiências com grande aplicabilidade em países em desenvolvimento devido a uma maior proximidade em termos institucionais, económicos e climáticos;
- procedimentos simples e, portanto, de fácil recurso para os países beneficiários (o que facilitou a cooperação com os países lusófonos que estão no *top* anteriormente indicado);
- afinidades culturais e linguísticas com África, especialmente com os PALOP;
- origem e destino de ajuda, em simultâneo;
- ausência de relação colonial com parceiros de cooperação o que lhe confere um estatuto neutral (contrariamente ao que sucede com Portugal);
- raízes ideológicas do governo brasileiro vigente, liderado por Dilma Rousseff⁵⁵³.

Indagar sobre qual o impacto e a sustentabilidade da cooperação brasileira; quais as percepções na origem e no destino desta cooperação (valor acrescentado e eficácia); e de que forma se pode gerar um diálogo construtivo com a comunidade internacional; eis que se tratam de algumas questões pendentes. Contudo, é possível, desde já, aferir que os desafios de carácter político⁵⁵⁴, institucional⁵⁵⁵ e operacional⁵⁵⁶ condicionaram a afirmação

⁵⁵¹ Correspondente à transferência de *know-how* - conhecimentos/tecnologias, através, por exemplo, da realização de seminários e *workshops*.

⁵⁵² CABRAL, Lídia (Overseas Development Institute), Seminário “Novas abordagens de cooperação para o desenvolvimento? Doadores emergentes e a experiência do Brasil”, CEsA/ISEG, Lisboa, 14 de Abril de 2011.

⁵⁵³ Eleita pela revista norte-americana *Forbes* como a terceira mulher mais poderosa do planeta, lidera a sexta economia do Mundo, tendo sido a primeira mulher a abrir uma Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁵⁵⁴ A cooperação não é um tema de política em si mesmo.

⁵⁵⁵ A descentralização ou fragmentação do sistema envolve inúmeras instituições.

⁵⁵⁶ A ausência de autonomia ou capacidade de articulação, bem como de um quadro legal de suporte; para além da fraca cultura de monitorização e avaliação com limitada transparência e prestação de contas.

de uma política de cooperação propriamente dita e a demonstração do seu valor adicional, bem como a sua influência na agenda internacional da APD.

Com efeito, o Brasil tornou-se um «líder sem seguidores», visto ter dificuldades em se afirmar como líder na América Latina e, nesse sentido, tenta ser líder noutras zonas do Mundo, de modo a angariar votos para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sendo o Brasil o país mais ocidentalizado do grupo «BRICS», o Quadro XLVII compara, através de alguns indicadores, os Estados que compõem este bloco:

Quadro XLVII. Países do grupo «BRICS» - alguns indicadores

País	População (milhões hab.)	Área (mil km ²)	PIB (mil milhões EUR)	PIB per capita (EUR)
Brasil	193,3	8.514,9	1.576,8	8.159,1
Rússia	140,4	17.098,2	1.105,1	7.873,2
Índia	1.215,9	3.287,3	1.160,1	954,1
China	1.341,4	9.598,1	4.434,1	3.305,5
África do Sul	49,9	1.219,1	269,5	5.399,3

Fonte: DG Trade Statistics (08 de Janeiro de 2011).

O Brasil é o principal parceiro comercial da UE-27 entre os países que integram o MERCOSUL, sendo responsável por mais de 75% do volume total desse comércio, tal como é indicado no Quadro XLVIII:

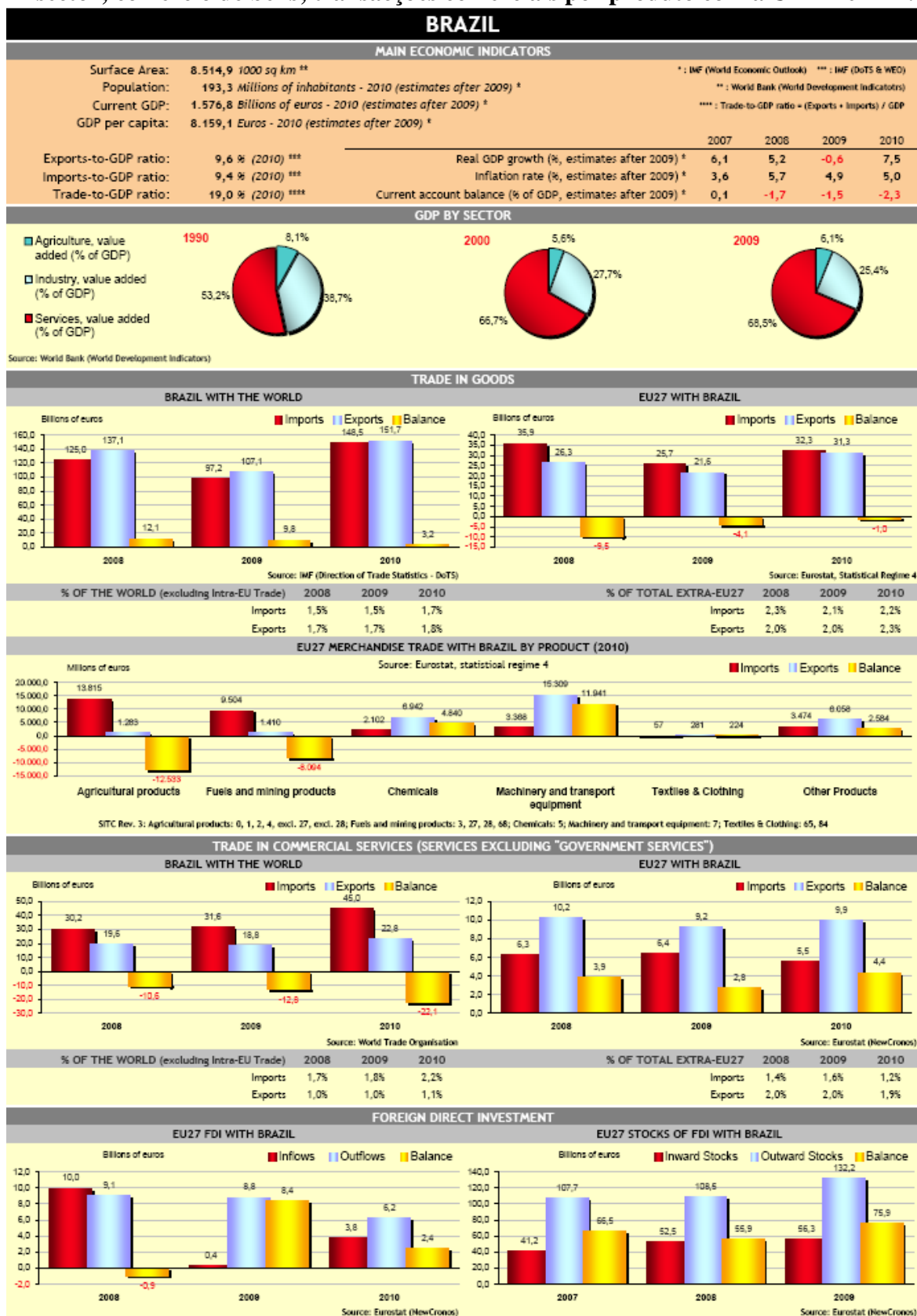
Quadro XLVIII. Comércio da UE-27 com os parceiros do MERCOSUL (milhões Eur).

	EXPORTS							IMPORTS						
	2000	2004	2005	2006	Average annual increase 2000-2006	Share in total EU exports to Mercosur countries - 2006		2000	2004	2005	2006	Average annual increase 2000-2006	Share in total EU imports from Mercosur countries - 2006	
						%	% cum.						%	% cum.
Mercosur	23 788	18 152	20 436	23 194	-0.4%	100	100	24 788	28 813	31 322	35 361	6.1%	100	100
Brazil	16 510	13 961	15 832	17 410	0.9%	75.1	75.1	18 613	21 672	24 042	27 085	6.5%	76.6	76.6
Argentina	6 123	3 627	3 968	4 805	-4.0%	20.7	95.8	5 576	6 190	6 403	7 275	4.5%	20.6	97.2
Uruguay	862	410	449	805	-1.1%	3.5	99.2	439	635	607	700	8.1%	2.0	99.1
Paraguay	272	154	166	175	-7.1%	0.8	100.0	171	316	270	301	9.9%	0.9	100.0

Fonte: Eurostat (COMEXT)

O Quadro XLIX e os Gráficos XXXIV retratam o peso deste país na economia mundial, sendo inegável a clara evolução da sua estrutura produtiva dominada em 2010 pelo sector dos Serviços.

Quadro XLIX e Gráficos XXXIV. Brasil: principais indicadores económicos; PIB por sector; comércio de bens; transacções comerciais por produto com a UE-27 e IDE.



Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

As exportações brasileiras para África têm aumentado ao longo dos anos, assim como as suas importações oriundas do continente africano (Quadro L) o que indicia a redescoberta de África pelo Brasil, estando isso relacionado com os interesses políticos pela nação angolana, cujo peso é bem decisivo, no mundo de língua portuguesa, devido à sua extensão, cultura e história, e com a qual tem estabelecido acordos e convênios de cooperação, pelo que o oceano Atlântico volta novamente a ser um espaço para a cooperação e para reforçar a própria posição do Brasil internacionalmente⁵⁵⁷.

Quadro L. Brasil: exportações para / importações de África.

Table 11: Brazil: exports to/imports from Africa (\$m)

	Exports			Imports		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Brazil	7,487,762	8,343,078	9,415,402	9,161,064	11,365,292	20,666,912
Africa excl. South Africa	6,028,432	6,585,218	7,728,852	8,682,721	10,790,751	19,616,382
Sub-Saharan Africa	4,913,791	5,757,481	6,470,127	6,048,578	8,131,391	13,362,391
Sub-Saharan Africa, excl. South Africa	3,454,461	3,999,621	4,783,577	5,570,235	7,556,850	12,311,861
South Africa	1,459,330	1,757,860	1,686,550	478,343	574,541	1,050,530

Source: UNCTAD Handbook of Statistics 2009, <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/dimView.aspx>

Fonte: UNCTAD *Handbook of Statistics 2009* (<http://www.stats.unctad.org>)

O volume das trocas comerciais do Brasil com a UE e o Mundo (Gráficos XXXV) aumentou entre 2006 e 2010, registrando um decréscimo em 2009, como resultado da crise internacional. O saldo da balança comercial da UE com o Brasil tem-se revelado desfavorável para a Europa entre 2006 e 2010, em virtude das importações superarem as exportações (Gráfico XXXVI).

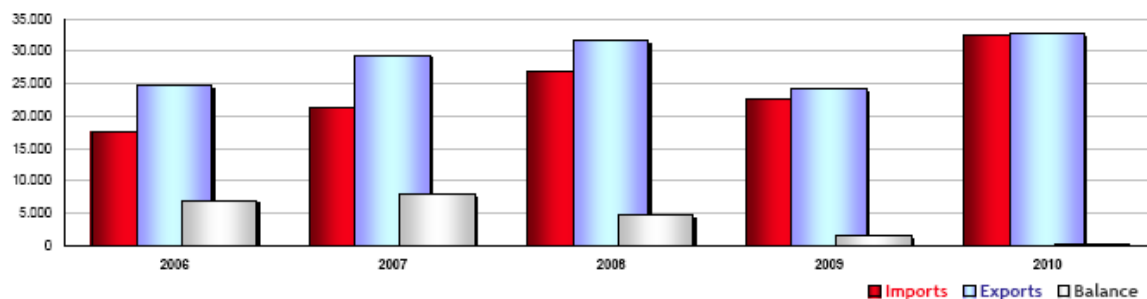
⁵⁵⁷ Entrevista de PANTOJA, Selma Alves (Professora de História de África na Universidade de Brasília, especialista em estudos sobre Angola) “Angola está aberta ao mundo”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 31 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)

Gráficos XXXV. Evolução da balança comercial do Brasil: comércio com a UE e o Mundo (milhões Eur, %).

BRAZIL'S TRADE BALANCE

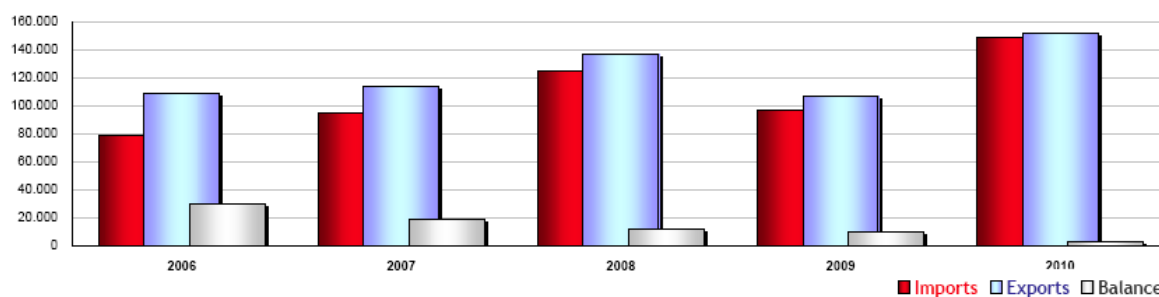
BRAZIL, Trade with the European Union

millions of euro, %



BRAZIL, Trade with the World

millions of euro, %



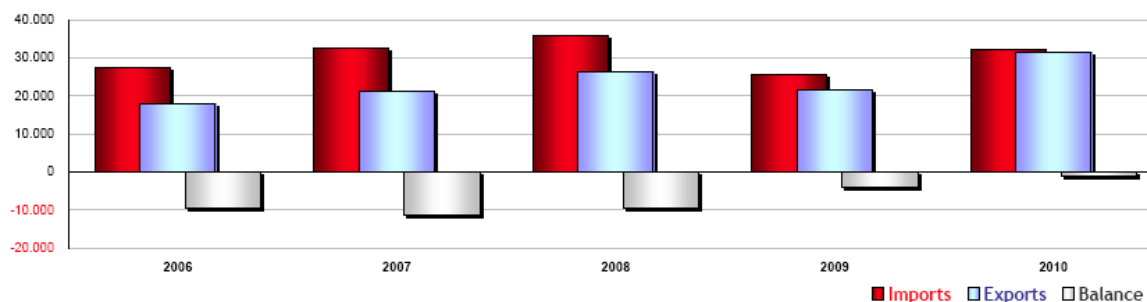
Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Gráfico XXXVI. Evolução da balança comercial da UE com Brasil: comércio com o Brasil (milhões Eur, %).

EU'S TRADE BALANCE WITH BRAZIL

European Union, Trade with Brazil

millions of euro, %



Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

O Brasil ocupa o 10.º lugar como parceiro mais relevante da UE, representando 2,2% do comércio externo da UE-27 (Quadro LI), enquanto esta se assume como a principal

parceira comercial do Brasil (Quadro LII), atingindo 21,7% do total desse comércio (no primeiro semestre de 2011, a Alemanha foi o país que mais exportou para o Brasil, seguida da Itália, França e Espanha; os maiores importadores de artigos brasileiros são a Holanda, Alemanha, Itália, Espanha e França).

Quadro LI. Balança comercial da UE com os seus principais parceiros (2010) – lugar ocupado pelo Brasil.

EU TRADE WITH MAIN PARTNERS (2010)				
The Major Imports Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
	Extra EU27	1.501.843,9	100,0%	
1	China	282.011,1	18,8%	
2	United States	169.467,4	11,3%	
3	Russia	158.384,9	10,5%	
4	Switzerland	84.126,2	5,6%	
5	Norway	79.179,4	5,3%	
6	Japan	64.898,1	4,3%	
7	Turkey	42.088,0	2,8%	
8	South Korea	38.651,6	2,6%	
9	India	33.147,3	2,2%	
10	Brazil	32.320,4	2,2%	
11	Libya	28.779,9	1,9%	
12	Taiwan	24.135,7	1,6%	
13	Algeria	20.886,7	1,4%	
14	Malaysia	20.701,2	1,4%	
15	Canada	20.053,3	1,3%	
16	Singapore	18.704,4	1,2%	
17	South Africa	17.912,1	1,2%	
18	Thailand	17.212,3	1,1%	
19	Saudi Arabia	15.949,7	1,1%	
20	Kazakhstan	15.870,8	1,1%	
21	Nigeria	14.636,0	1,0%	
22	Iran	14.328,6	1,0%	
23	Indonesia	13.729,2	0,9%	
24	Mexico	13.111,6	0,9%	
25	Ukraine	11.396,9	0,8%	
26	Israel	11.112,9	0,7%	
27	Hong Kong	10.600,6	0,7%	
28	Australia	9.850,6	0,7%	
29	Azerbaijan	9.763,5	0,7%	
30	Tunisia	9.510,8	0,6%	
31	Vietnam	9.431,3	0,6%	
32	Chile	9.408,0	0,6%	
33	Argentina	9.329,4	0,6%	
34	Qatar	7.781,5	0,5%	
35	Morocco	7.727,5	0,5%	
36	Egypt	7.204,6	0,5%	
37	Iraq	7.143,4	0,5%	
38	Bangladesh	6.597,4	0,4%	
39	United Arab Emirati	5.723,8	0,4%	
40	Costa Rica	5.543,0	0,4%	
41	Philippines	5.379,0	0,4%	
42	Peru	5.136,1	0,3%	
43	Croatia	4.877,4	0,3%	
44	Colombia	4.724,4	0,3%	
45	Serbia	4.056,7	0,3%	
46	Angola	3.855,0	0,3%	
47	Pakistan	3.797,4	0,3%	
48	Venezuela	3.784,8	0,3%	
49	Kuwait	3.775,9	0,3%	
50	Syria	3.595,7	0,2%	
The Major Exports Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
	Extra EU27	1.348.792,4	100,0%	
1	United States	242.095,1	17,9%	
2	China	113.117,7	8,4%	
3	Switzerland	105.433,4	7,8%	
4	Russia	86.508,8	6,4%	
5	Turkey	61.189,7	4,5%	
6	Japan	43.730,1	3,2%	
7	Norway	41.860,2	3,1%	
8	India	34.798,8	2,6%	
9	Brazil	31.282,9	2,3%	
10	South Korea	27.984,8	2,1%	
11	United Arab Emirati	27.709,3	2,1%	
12	Hong Kong	26.940,5	2,0%	
13	Australia	26.752,3	2,0%	
14	Canada	26.589,2	2,0%	
15	Singapore	24.043,3	1,8%	
16	Saudi Arabia	23.006,6	1,7%	
17	South Africa	21.506,6	1,6%	
18	Mexico	21.389,8	1,6%	
19	Ukraine	17.334,7	1,3%	
20	Algeria	15.536,6	1,2%	
21	Egypt	14.802,8	1,1%	
22	Taiwan	14.759,9	1,1%	
23	Israel	14.470,5	1,1%	
24	Morocco	13.625,0	1,0%	
25	Iran	11.333,8	0,8%	
26	Malaysia	11.243,4	0,8%	
27	Tunisia	11.071,1	0,8%	
28	Nigeria	10.734,7	0,8%	
29	Croatia	10.331,3	0,8%	
30	Thailand	9.992,4	0,7%	
31	Serbia	7.425,6	0,6%	
32	Argentina	7.396,3	0,5%	
33	Libya	6.754,3	0,5%	
34	Belarus	6.715,7	0,5%	
35	Indonesia	6.372,2	0,5%	
36	Chile	5.998,9	0,4%	
37	Qatar	5.306,4	0,4%	
38	Kazakhstan	5.231,5	0,4%	
39	Gibraltar	4.834,7	0,4%	
40	Lebanon	4.718,8	0,3%	
41	Angola	4.685,4	0,3%	
42	Vietnam	4.672,2	0,3%	
43	Venezuela	4.110,3	0,3%	
44	Kuwait	4.095,6	0,3%	
45	Colombia	3.911,7	0,3%	
46	Philippines	3.736,0	0,3%	
47	Pakistan	3.661,5	0,3%	
48	Syria	3.647,4	0,3%	
49	Bosnia-Herzegovina	3.139,0	0,2%	
50	Oman	3.025,9	0,2%	
The Major Trade Partners				
Rk	Partners	Mio euro	%	
	Extra EU27	2.850.636,3	100,0%	
1	United States	411.562,5	14,4%	
2	China	395.128,8	13,9%	
3	Russia	244.893,7	8,6%	
4	Switzerland	189.559,5	6,6%	
5	Norway	121.039,5	4,2%	
6	Japan	108.628,2	3,8%	
7	Turkey	103.277,7	3,6%	
8	India	67.946,1	2,4%	
9	South Korea	66.636,4	2,3%	
10	Brazil	63.603,3	2,2%	
11	Canada	46.642,4	1,6%	
12	Singapore	42.747,7	1,5%	
13	South Africa	39.418,7	1,4%	
14	Saudi Arabia	38.956,3	1,4%	
15	Taiwan	38.895,5	1,4%	
16	Hong Kong	37.541,2	1,3%	
17	Australia	36.602,9	1,3%	
18	Algeria	36.423,4	1,3%	
19	Libya	35.534,2	1,2%	
20	Mexico	34.501,4	1,2%	
21	United Arab Emirati	33.433,1	1,2%	
22	Malaysia	31.944,6	1,1%	
23	Ukraine	28.731,6	1,0%	
24	Thailand	27.204,7	1,0%	
25	Iran	25.662,4	0,9%	
26	Israel	25.583,4	0,9%	
27	Nigeria	25.370,8	0,9%	
28	Egypt	22.007,4	0,8%	
29	Morocco	21.352,5	0,7%	
30	Kazakhstan	21.102,3	0,7%	
31	Tunisia	20.581,9	0,7%	
32	Indonesia	20.101,3	0,7%	
33	Argentina	16.725,7	0,6%	
34	Chile	15.406,9	0,5%	
35	Croatia	15.208,7	0,5%	
36	Vietnam	14.103,6	0,5%	
37	Qatar	13.087,9	0,5%	
38	Azerbaijan	12.110,3	0,4%	
39	Serbia	11.482,2	0,4%	
40	Iraq	10.149,2	0,4%	
41	Belarus	9.343,0	0,3%	
42	Philippines	9.115,0	0,3%	
43	Colombia	8.636,1	0,3%	
44	Angola	8.540,4	0,3%	
45	Bangladesh	8.212,1	0,3%	
46	Venezuela	7.895,0	0,3%	
47	Kuwait	7.871,5	0,3%	
48	Pakistan	7.459,0	0,3%	
49	Peru	7.421,5	0,3%	
50	Syria	7.243,1	0,3%	

Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Os países latino-americanos são os parceiros regionais privilegiados, seguidos dos restantes países «BRICS».

Quadro LII. Balança comercial do Brasil com os seus principais parceiros (2010).

BRAZIL'S TRADE WITH MAIN PARTNERS (2010)

The Major Imports Partners				The Major Export Partners				The Major Trade Partners			
Rk	Partners	Mio euro	%	Rk	Partners	Mio euro	%	Rk	Partners	Mio euro	%
	World (all countries)	148.504,3	100,0%		World (all countries)	151.681,0	100,0%		World (all countries)	300.185,3	100,0%
1	EU27	32.552,0	21,9%	1	EU27	32.677,9	21,5%	1	EU27	65.229,9	21,7%
2	United States	22.694,5	15,3%	2	China	23.457,5	15,5%	2	China	44.729,5	14,9%
3	China	21.272,0	14,3%	3	United States	14.732,3	9,7%	3	United States	37.426,8	12,5%
4	Argentina	12.012,7	8,1%	4	Argentina	14.025,5	9,2%	4	Argentina	26.038,2	8,7%
5	South Korea	7.033,1	4,7%	5	Japan	5.404,0	3,6%	5	Japan	11.203,0	3,7%
6	Japan	5.799,0	3,9%	6	Chile	3.231,5	2,1%	6	South Korea	9.883,5	3,3%
7	Nigeria	4.928,7	3,3%	7	Russia	3.144,0	2,1%	7	Chile	6.627,9	2,2%
8	India	3.530,4	2,4%	8	Venezuela	2.921,0	1,9%	8	India	6.171,9	2,1%
9	Chile	3.396,4	2,3%	9	South Korea	2.850,4	1,9%	9	Mexico	6.028,7	2,0%
10	Mexico	3.213,0	2,2%	10	Mexico	2.815,8	1,9%	10	Nigeria	5.577,6	1,9%
11	Switzerland	2.394,7	1,6%	11	India	2.641,5	1,7%	11	Russia	4.733,6	1,6%
12	Canada	2.250,4	1,5%	12	Saudi Arabia	2.350,1	1,5%	12	Saudi Arabia	4.073,1	1,4%
13	Algeria	1.967,3	1,3%	13	St. Lucia	2.060,6	1,4%	13	Canada	4.006,4	1,3%
14	Bolivia	1.859,3	1,3%	14	Paraguay	1.927,6	1,3%	14	Venezuela	3.616,0	1,2%
15	Saudi Arabia	1.723,0	1,2%	15	Canada	1.756,0	1,2%	15	Switzerland	3.499,0	1,2%
16	Russia	1.589,6	1,1%	16	Colombia	1.658,6	1,1%	16	Bolivia	2.737,7	0,9%
17	Thailand	1.526,8	1,0%	17	Iran	1.608,8	1,1%	17	Thailand	2.654,2	0,9%
18	Malaysia	1.455,9	1,0%	18	Peru	1.532,2	1,0%	18	Algeria	2.603,3	0,9%
19	Uruguay	1.304,1	0,9%	19	Egypt	1.498,7	1,0%	19	Colombia	2.553,7	0,9%
20	Indonesia	1.263,2	0,9%	20	United Arab Emirates	1.404,0	0,9%	20	Indonesia	2.517,7	0,8%
21	Australia	1.127,8	0,8%	21	Hong Kong	1.301,1	0,9%	21	Uruguay	2.462,8	0,8%
22	Colombia	895,0	0,6%	22	Indonesia	1.254,5	0,8%	22	Paraguay	2.433,1	0,8%
23	Israel	839,4	0,6%	23	Uruguay	1.158,7	0,8%	23	Malaysia	2.369,5	0,8%
24	Peru	753,1	0,5%	24	Thailand	1.127,4	0,7%	24	Peru	2.285,3	0,8%
25	Singapore	706,9	0,5%	25	Switzerland	1.104,3	0,7%	25	St. Lucia	2.060,6	0,7%
26	Venezuela	695,0	0,5%	26	South Africa	990,5	0,7%	26	Hong Kong	1.906,9	0,6%
27	South Africa	627,5	0,4%	27	Singapore	988,9	0,7%	27	Iran	1.711,8	0,6%
28	Iraq	609,7	0,4%	28	Malaysia	913,6	0,6%	28	Singapore	1.695,7	0,6%
29	Hong Kong	605,8	0,4%	29	Bolivia	878,4	0,6%	29	Egypt	1.639,9	0,5%
30	Norway	569,9	0,4%	30	Turkey	791,6	0,5%	30	South Africa	1.618,0	0,5%
31	Belarus	559,0	0,4%	31	Ecuador	740,1	0,5%	31	Australia	1.571,2	0,5%
32	Morocco	554,0	0,4%	32	Netherlands Antilles	717,7	0,5%	32	United Arab Emirates	1.549,5	0,5%
33	Turkey	547,1	0,4%	33	Angola	715,8	0,5%	33	Turkey	1.338,7	0,4%
34	Paraguay	505,4	0,3%	34	Nigeria	648,9	0,4%	34	Angola	1.125,0	0,4%
35	Equatorial Guinea	428,2	0,3%	35	Algeria	636,0	0,4%	35	Norway	1.115,0	0,4%
36	Angola	409,2	0,3%	36	Norway	545,1	0,4%	36	Israel	1.098,4	0,4%
37	Vietnam	395,1	0,3%	37	Morocco	530,5	0,3%	37	Morocco	1.084,6	0,4%
38	Trinidad and Tobago	329,0	0,2%	38	Bahrain	460,4	0,3%	38	Iraq	824,5	0,3%
39	Costa Rica	322,7	0,2%	39	Australia	443,3	0,3%	39	Ecuador	787,4	0,3%
40	Ukraine	284,1	0,2%	40	Syria	413,2	0,3%	40	Netherlands Antilles	781,5	0,3%
41	Philippines	274,9	0,2%	41	Trinidad and Tobago	412,0	0,3%	41	Vietnam	745,5	0,2%
42	Kuwait	198,9	0,1%	42	Bangladesh	403,5	0,3%	42	Trinidad and Tobago	741,0	0,2%
43	Qatar	180,5	0,1%	43	Vietnam	350,4	0,2%	43	Philippines	617,6	0,2%
44	United Arab Emirates	145,6	0,1%	44	Libya	343,9	0,2%	44	Belarus	574,7	0,2%
45	Egypt	141,2	0,1%	45	Philippines	342,7	0,2%	45	Costa Rica	541,9	0,2%
46	Tunisia	104,7	0,1%	46	Yemen	315,6	0,2%	46	Ukraine	507,4	0,2%
47	Iran	103,1	0,1%	47	Cuba	314,3	0,2%	47	Bahrain	496,2	0,2%
48	North Korea	100,4	0,1%	48	Dominican Republic	303,5	0,2%	48	Bangladesh	476,1	0,2%
49	Gibraltar	91,3	0,1%	49	Panama	277,1	0,2%	49	Equatorial Guinea	464,1	0,2%
50	Libya	79,4	0,1%	50	Israel	259,1	0,2%	50	Kuwait	454,9	0,2%

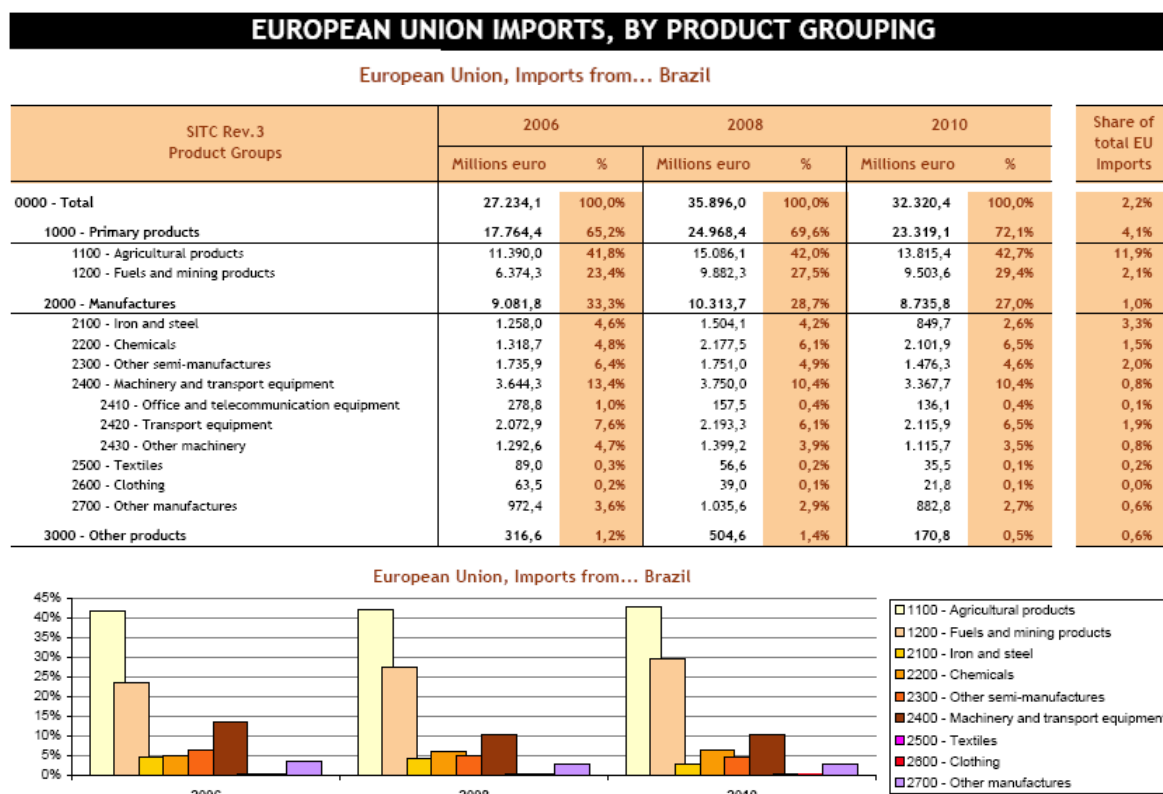
Brazil's Imports from ...				Brazil's Exports to ...				Brazil's Trade with...			
Partner regions	Mio euro	%		Partner regions	Mio euro	%		Partner regions	Mio euro	%	
ACP	7.065,2	4,8%		ACP	7.258,4	4,8%		ACP	14.323,6	4,8%	
Andean Community	3.554,7	2,4%		Andean Community	4.809,3	3,2%		Andean Community	8.364,1	2,8%	
ASEAN	5.631,3	3,8%		ASEAN	5.002,9	3,3%		ASEAN	10.634,3	3,5%	
BRIC	26.391,9	17,8%		BRIC	29.243,1	19,3%		BRIC	55.635,0	18,5%	
CACM	357,7	0,2%		CACM	938,1	0,6%		CACM	1.295,8	0,4%	
Candidate Countries	568,1	0,4%		Candidate Countries	954,5	0,6%		Candidate Countries	1.522,5	0,5%	
CIS	2.509,3	1,7%		CIS	3.601,8	2,4%		CIS	6.111,1	2,0%	
EFTA	2.970,2	2,0%		EFTA	1.850,2	1,2%		EFTA	4.820,4	1,6%	
Latin American Coun	25.039,0	16,9%		Latin American Coun	31.827,6	21,0%		Latin American Coun	56.866,5	18,9%	
MEDA (excl EU and T	3.648,6	2,5%		MEDA (excl EU and T	3.853,1	2,5%		MEDA (excl EU and T	7.501,7	2,5%	
Mercosur	13.822,2	9,3%		Mercosur	17.111,8	11,3%		Mercosur	30.934,0	10,3%	
NAFTA	28.157,8	19,0%		NAFTA	19.304,0	12,7%		NAFTA	47.461,9	15,8%	

Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

Considerando os produtos primários (agrícolas, fuel e minerais), estes representam o grupo de produtos que a UE mais importa a partir do Brasil (Quadro LIII e Gráfico XXXVII), na ordem dos 23 319,1 milhões de euros (2010).

Quadro LIII. e Gráfico XXXVII.

Importações da UE do Brasil por grupo de produto (milhões Eur, %).

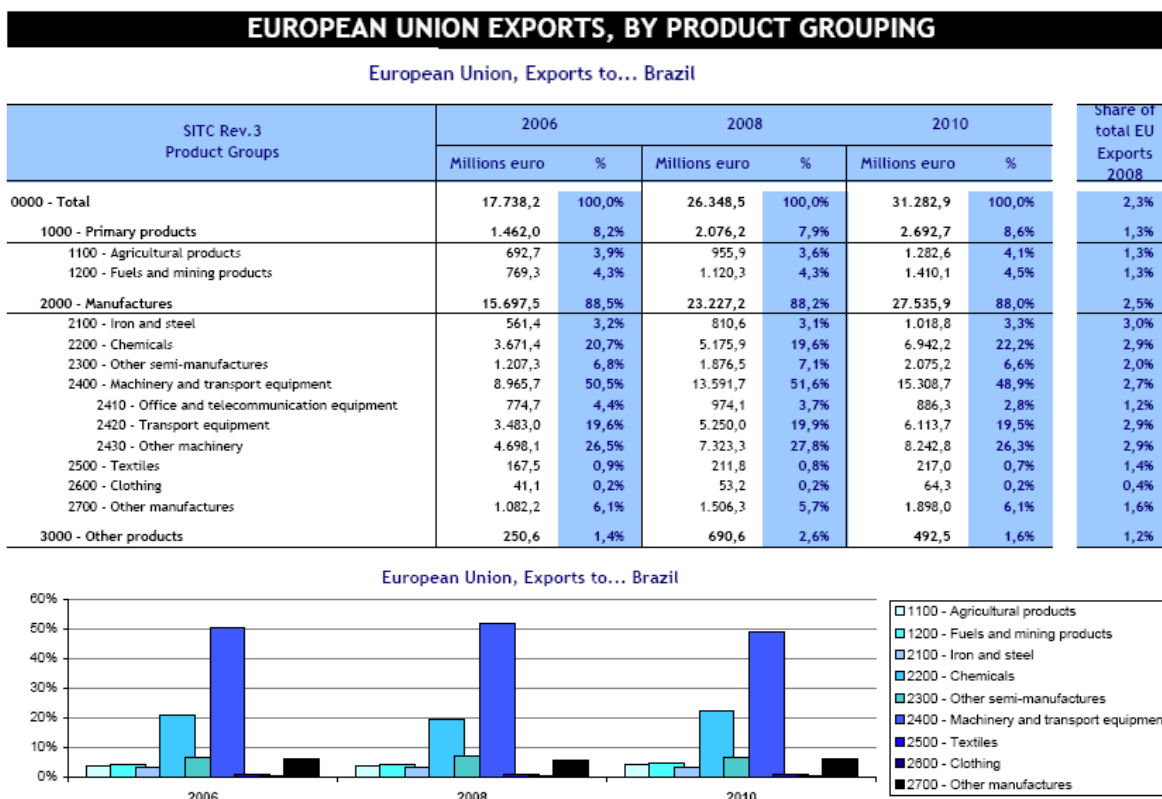


Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

No caso das exportações para o Brasil, que atingiram 31,3 mil milhões de euros em 2010, destaque para o grupo das manufacturas, entre as quais, maquinaria e equipamentos de transporte (Quadro LIV e Gráfico XXXVIII), atingindo um valor de 27 535,9 milhões de euros (2010).

Quadro LIV. e Gráfico XXXVIII.

Exportações da UE para Brasil por grupo de produto (milhões Eur, %).



Fonte: DG Trade Statistics (08 Junho 2011)

O mercado brasileiro está relativamente bem protegido e a UE tem, constantemente, incentivado o Brasil para reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias e para estabelecer um ambiente regulador estável para os investidores e empresários europeus.

O Brasil é ainda um interlocutor chave para a UE na continuidade das negociações da *Ronda de Doha*⁵⁵⁸, no âmbito da OMC, na medida em que é um representante do grupo avançado de países em desenvolvimento (G20), ao qual a UE tem pressionado para mostrar a possível flexibilidade, no sentido de se alcançar um resultado positivo para as negociações de *Doha*. A conclusão decorrente da *Ronda de Doha* contribuiria significativamente para um ambiente mais aberto e estável para o comércio e investimento, quer para a UE, quer para o Brasil.

⁵⁵⁸ Após alguns anos de «coma», as negociações comerciais multilaterais da OMC foram reatadas em meados de Janeiro de 2011 (*Europolitique* N.º 4122, 19 de Janeiro de 2011: *OMC – 2011, dernière chance pour Doha*, Bruxelas: Europe Information Service SA).

Até ao Verão de 2004 houve um gradual mas substancial progresso nas negociações. Porém, isto parou em Setembro de 2004. Desde então, contactos regulares têm sido assegurados a níveis técnico e ministerial, procurando explorar meios para relançar o processo. Contudo, as negociações UE-MERCOSUL estão ligadas à OMC – às negociações de *Doha* e, em particular, o acesso ao mercado para serviços e produtos agrícolas e industriais. Tanto a UE como o MERCOSUL reconhecem que a maior clareza no resultado das negociações de *Doha* é necessariamente antes de um acordo UE-MERCOSUL poder chegar a uma conclusão.

O cerne das futuras relações comerciais bilaterais da UE com o Brasil será uma extensão do Acordo de Associação UE-MERCOSUL, visando a criação de uma zona de comércio livre. Este acordo deverá proporcionar um incremento da integração comercial regional entre os países do MERCOSUL e estimular novas relações comerciais com a UE através da abolição das barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio.

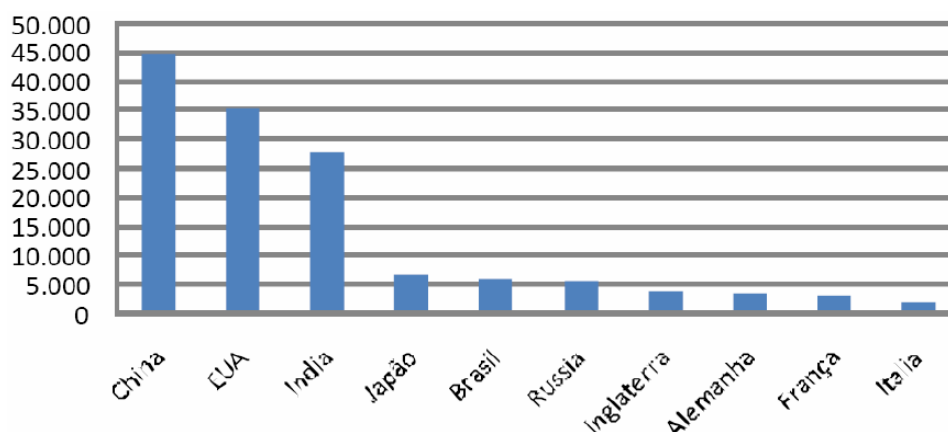
Os desafios emergentes que as economias e as sociedades, actualmente, enfrentam exigem um combate de âmbito global, pelo que a Comissão Europeia e o Brasil têm ainda intensificado a sua cooperação em investigação e desenvolvimento em *Tecnologias da Informação e Comunicação* (TICs), tendo também acordado em cooperar para fortalecer as ligações em banda larga entre a UE e a América Latina, particularmente para fins de cooperação científica e tecnológica⁵⁵⁹.

Paulo Rabello de Castro fez uma apresentação⁵⁶⁰ da projecção do PIB mundial para o ano 2050 (Gráfico XXXIX), na qual o Brasil surge em 5.º lugar, antecedido pela China (1.º lugar), pelos EUA (2.º), pela Índia (3.º) e pelo Japão (4.º):

⁵⁵⁹ *Rapid* “Investigação em TICs: A Comissão Europeia e o Brasil dedicarão 10 milhões de euros para a cooperação em investigação e desenvolvimento em TICs”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 29 de Setembro de 2010.

⁵⁶⁰ Intervenção de RABELLO DE CASTRO, Paulo (pertencente à RC Consultores – Análise e Consultoria Económica), 19.º Encontro anual da SaeR – “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB-Lisboa, 7 de Março de 2008. (Texto policopiado)

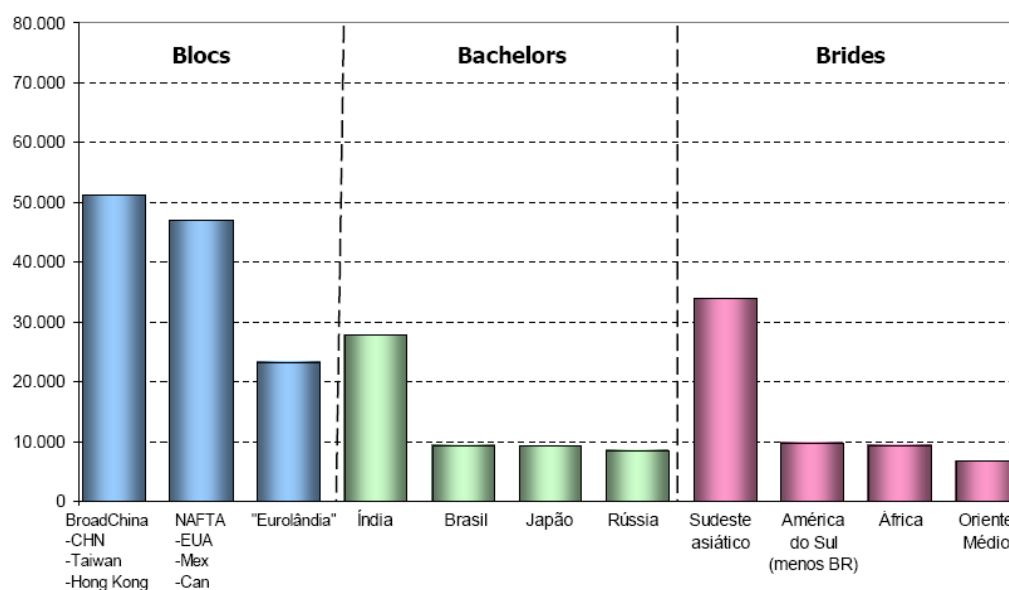
Gráfico XXXIX. Ranking dos países em 2050 (PIB em biliões de dólares).



Fonte: Goldman Sachs – banco americano de investimentos (disponível em <http://www.saer.pt/>)

Apresentou ainda (Gráfico XL) uma curiosa visão prospectiva, concernente à organização de países/áreas geográficas, segundo a tipologia: «*blocos*», «*solteiros*» e «*noivas*»:

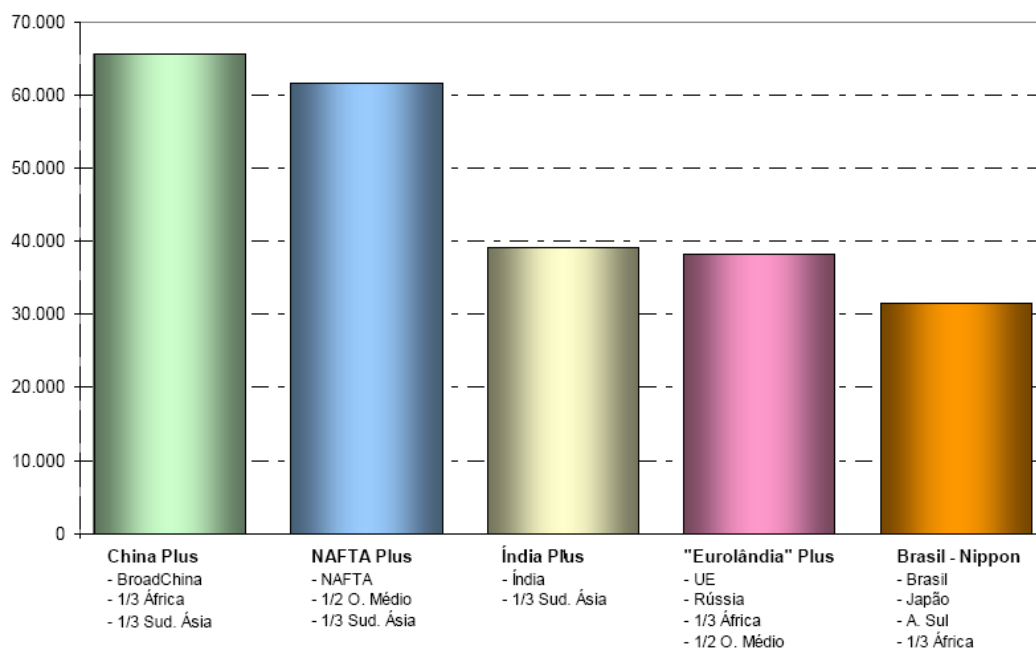
Gráfico XL. 2050: Blocos, «Solteiros» e «Noivas» na visão RC (biliões de dólares).



Fonte: Projecção RC Consultores (disponível em <http://www.saer.pt/>)

De realçar que o Brasil surge na categoria dos países «*solteiros*» que, por si só, se poderá destacar, à semelhança do que sucede com a Índia, Japão e Rússia, estando ainda previsto que constitua um dos cinco blocos mundiais na visão RC (Gráfico XLI):

Gráfico XLI. 2050: Cinco blocos mundiais na visão RC (bilhões de dólares).



Fonte: Projecção RC Consultores (disponível em <http://www.saer.pt/>)

O Brasil cuja génese da população reside na «*mistura de raças*» apresenta-se, actualmente, como um país que acolhe muitos imigrantes africanos (65% dos refugiados no Brasil são africanos) que vão em busca de melhores oportunidades de estudo e de emprego. As estatísticas do Ministério do Trabalho brasileiro apontam, entre Janeiro e Setembro de 2010, para um aumento de 20%, face a 2009, na concessão do regime de trabalho para estrangeiros. Este país também está entre os maiores destinos de investimento estrangeiro no mundo em que, segundo as Nações Unidas, em 2010, registou um aumento de 16% nos investimentos realizados por empreendedores estrangeiros, visando aproveitar a sua estabilidade política e económica⁵⁶¹.

País da mistura e mestiçagem, da diversidade, dos extremos e cuja origem é espantosa, considerando que o Brasil se tratou de uma colónia que conseguiu ser mais poderosa do que a metrópole portuguesa e que se tornou, em menos de 500 anos, numa grande potência emergente, apesar das profundas desigualdades de desenvolvimento. Os debates actuais sobre a valorização da Amazónia conduziram ao interesse por este país e pelas políticas que ele definiu para desenvolver a economia e valorizar o território.

⁵⁶¹ Notícia “Brasil na rota dos imigrantes africanos”, jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, 2 de Abril de 2011.

A Fig. XIX revela uma tendência para o predomínio da dívida, perante os restantes rácios económicos: comércio, poupanças domésticas e capital.

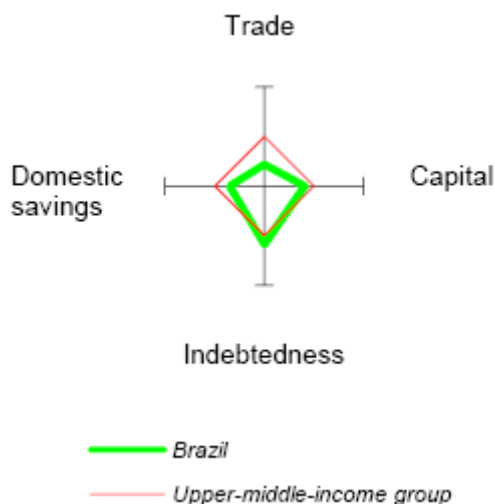


Figura XIX. Brasil: Rácios económicos fundamentais (1989-2009).

Fonte: *Brazil at a glance* in World Bank (<http://www.worldbank.org/>)

É neste contexto que, para analisar a emergência da nação brasileira e as políticas de desenvolvimento territorial, Paul Claval⁵⁶² adoptou na sua obra⁵⁶³, para além de uma metodologia histórica, com recurso ao estudo dessa evolução no tempo, também uma abordagem cultural que evidencia a profunda diversidade deste país, questionando o quotidiano dos brasileiros, o seu modo de vida e as suas aspirações, com destaque para as profundas desigualdades geradas por um rápido desenvolvimento.

⁵⁶² Um dos maiores geógrafos do século XX. Foi professor na Universidade de Soborne e, nos anos 60, um dos criadores da epistemologia da ciência geográfica: autor e teórico reconhecido, fundou a célebre revista “Geographie et Cultures”.

⁵⁶³ CLAVAL, Paul (2010), *A Construção do Brasil – uma grande Potência em Emergência*, Lisboa: Instituto Piaget – Divisão Editorial.

4.4 A Lusofonia como vector portador de futuro

O conceito de *vector portador de futuro*, definido pelo Prof. Ernâni Lopes⁵⁶⁴, corresponde a uma:

“ideia-força assente na logificação de uma realidade histórica material, mobilizadora e congregadora de vontades e capacidades, introduzindo mudanças estruturais significativas (...), geradora de ganhos adicionais em várias dimensões simultâneas, capaz de criar uma dinâmica duradoura de sustentação e reprodução no tempo, expressa pela sua projecção no longo prazo.”

Para que a «Lusofonia» seja um efectivo *vector portador de futuro* é necessário:

- potenciar os seus *pontos fortes* – uma visão/doutrina multi-cultural e multi-racial; a existência de duas potências regionais (Brasil e Angola); o Atlântico Médio; os recursos naturais; a ausência de capacidade para ameaça no domínio político-militar à escala global; as propostas credíveis e ousadas na área de cooperação e desenvolvimento;
- identificar / compensar / corrigir os seus *pontos fracos* – a reduzida visibilidade e o carácter rudimentar da «*imagem corporativa*»; a reduzida dimensão do PIB conjunto à escala mundial; a situação generalizada de largos segmentos de pobreza com baixo nível de rendimento *per capita*; a ausência de poder militar determinante; os custos resultantes da dispersão; a ausência de enfoque político como prioridade.

Só assim poderá ambicionar ter um papel e uma projecção à escala global, nos planos económico, político e cultural. Neste *ponto 4.4* debate-se sobre a melhor forma de articular esses objectivos com os meios disponíveis e materializar a conceptualização da Lusofonia que se deseja “*organizada, articulada, pragmática, recíproca, que promova a paz e o equilíbrio de mercado, e que aufera benefícios mútuos aos que participam neste momento por uma causa*”⁵⁶⁵.

⁵⁶⁴ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «CPLP e Lusofonia: de conceito multicultural a vector portador de futuro», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

⁵⁶⁵ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 101.

As características da Lusofonia – “*policêntrica, multi-cultural, multi-racial e pluridimensional*”⁵⁶⁶ – enquanto propiciadoras, condicionadoras e propulsoras de acção concreta, num contexto de igualdade entre Estados soberanos, assentam numa matriz cultural comum e numa plataforma de projecção global, com uma visão humanista universalista, impondo-se como um *conceito multi-cultural* e um *vector portador de futuro*.

O Atlântico-Médio, que fala português, constitui o espaço-charneira da Lusofonia à escala global, devendo ser assegurada uma estreita e permanente ligação entre os países lusófonos e na actividade económica, o papel da iniciativa privada poderá vir a ser indispensável e determinante. Terá ainda de ser dotada de determinados instrumentos, como a questão da cidadania lusófona.

A CPLP, enquanto organização necessária à Lusofonia, apesar das dificuldades, algumas críticas e alguns constrangimentos – ora porque é uma organização ainda recente e, portanto, com pouca evidência, ora porque lhe falta razão de ser e, por conseguinte, linha de rumo – não foi posta em causa, como comunidade, parecendo ser a única, senão a melhor, resposta e podendo constituir uma organização com visibilidade internacional⁵⁶⁷ e cuja viabilidade depende da sua utilidade perceptível, a qual está directamente relacionada com o regresso à missão fundadora, um modelo de gestão por objectivos e um inequívoco compromisso político por parte de todos os governos dos países membros. Cada Estado avalia o desígnio colectivo para a CPLP em termos de poder, riqueza e projecção à escala global, cabendo à Lusofonia, como *vector portador de futuro*, o papel de traduzir esse potencial ao longo dos tempos.

Efectivamente, as nações precisam de saber e sentir que os seus respectivos Estados e líderes querem mesmo a CPLP, o que depende, fundamentalmente, da reunião de três condições⁵⁶⁸ que poderá acelerar o processo de clarificação do conceito de «*Lusofonia*»:

⁵⁶⁶ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «CPLP e Lusofonia: de conceito multicultural a vector portador de futuro», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

⁵⁶⁷ Cf. PINTO, 2005.

⁵⁶⁸ Cf. TOLENTINO, 2004.

- Um projecto comum que deverá ser fortemente mobilizador da juventude, através da aquisição, do enriquecimento e do uso da língua portuguesa, em diálogo com as outras línguas matriciais, no sentido da afirmação identitária e do acesso ao conhecimento;
- A responsabilidade partilhada em que, uma vez identificado o projecto, há que definir objectivos, distribuir papéis, concentrar funções, estabelecer mecanismos de acompanhamento, avaliação e responsabilização;
- O impulso político para projectar a organização através de um projecto claro e comum, com efeitos tangíveis e desejáveis no modelo de organização, gestão e imagem, cabendo esta tarefa aos representantes políticos.

Deste modo, o essencial reconduz-se à trilogia elementar que contribui para a formulação de uma estratégia activa coordenada entre os vários Estados lusófonos:

1. Compreender (estudar, investigar, comunicar, difundir) – *“implica adquirir uma consciência colectiva sobre a Lusofonia”*⁵⁶⁹;
2. Assumir (atingir a auto-consciencialização da matéria e dar-lhe projecção sociológica) – *“implica abraçar a sua densidade multicultural de matriz comum, implica publicitá-la, defendê-la e ajudá-la a expressar-se em liberdade e amplitude”*⁵⁷⁰;
3. Agir (trabalhar e saber fazer-bem) – *“implica desenhar um plano de acção que tenha a conta a cooperação de Estados soberanos iguais em importância, que possuem uma matriz cultural comum e partilham uma visão humanista universalista”*⁵⁷¹.

⁵⁶⁹ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 76.

⁵⁷⁰ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *Op.cit.*, p. 77.

⁵⁷¹ *Idem.*

Neste sentido, o desenvolvimento teórico-conceptual, a assunção estratégica como prioridade política; a materialização de actividades/ganhos económicos e o aprofundamento do contexto do conjunto da «Lusofonia» constituem componentes estratégicas decisivas para a afirmação e desenvolvimento de todos e cada um dos Oito membros da CPLP.

Em suma: “*A Lusofonia é uma realidade e um desejo. A Lusofonia constrói-se com o empenho de todos aqueles que acreditam no futuro de uma comunidade de países, povos e cidadãos que partilham entre si os mais profundos e duradouros dos laços*”⁵⁷².

4.5 Os instrumentos fundamentais

Para uma construção intelectual da Lusofonia é necessário criar instrumentos, de acordo com duas categorias:

1. tradicionais – assentes no envolvimento institucional com reforço da CPLP, a ligação estruturada com organizações regionais – UE, MERCOSUL, CEDEAO, etc – e diplomacia, mormente política, mas também económica;
2. inovadores – definidos através da articulação de esforços a vários níveis (social, cultural, económico e político), da organização de eventos culturais de projecção alargada, com uma sociedade civil mais dinâmica, empreendedora, das relações duradouras entre pólos ou intensa cooperação universitária.

Esses instrumentos fundamentais⁵⁷³ passam, assim, pela cidadania e sociedade civil, pelos Estados e suas prioridades políticas, mormente da política externa e pelo próprio conceito-base assente numa plataforma de projecção global.

⁵⁷² Transcrição do texto do «*Monumento à Lusofonia*» que se situa à entrada da ULHT, em Lisboa.

⁵⁷³ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, «CPLP e Lusofonia: de conceito multicultural a vector portador de futuro», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

A complexidade crescente do sistema internacional obriga os Estados, um dos seus actores, a desenvolver capacidades que os tornem úteis no contexto global, para conquistarem uma «soberania funcional». A potenciação da presença lusófona no mundo implica a realização de determinadas acções (tanto no plano interno, como no plano internacional) que poderão ser sistematizadas da seguinte forma:

- estimular o orgulho da cidadania e a preservação das culturas próprias, bem como o aprofundamento desses laços culturais e afectivos;
- manter e divulgar a «Língua»⁵⁷⁴ e «Cultura»⁵⁷⁵ portuguesas, com a noção de que a nossa língua é hoje uma língua internacional, estratégica e progressiva, devendo, para o efeito, recorrer-se, às novas tecnologias de comunicação;
- mobilizar e cativar os jovens⁵⁷⁶, para evitar, segundo o Prof. Ernâni Lopes, a perda de “*capacidade de compreensão sem esforço*” e garantir a continuidade nas gerações vindouras e a transferência de conhecimentos, bem como a transmissão geracional de mais-valias acumuladas na História e “*que pertencem ao conhecimento dos povos e que vão ser factores de crescimento e de modernização no futuro*”⁵⁷⁷;
- intervir, de forma coordenada, em três áreas de actuação: i) no ensino básico do português nas escolas, ii) no plano de formação específica dos recursos humanos, iii) no acompanhamento e na responsabilização efectiva de todas as entidades públicas e privadas, para uma correcta utilização da língua portuguesa falada e escrita, na comunicação e na divulgação pública de todo o tipo de informação;

⁵⁷⁴ No sentido do reforço do ensino da língua portuguesa foi reactivado um grupo para estudar a promoção do ensino profissional, já que a necessidade de quadros médios é patente nos países lusófonos, bem como estimular o *e-learning* e promover a circulação/intercâmbio dos estudantes, potenciando o processo «Bolonha» intra-CPLP.

⁵⁷⁵ Na área cultural procura-se incentivar a produção e teledifusão de documentários da CPLP (por exemplo, o projecto DOC TV/CPLP), bem como a criação de um selo cultural para promover a circulação de bens culturais no seio da CPLP.

⁵⁷⁶ A *Conexão Lusófona*, publicamente apresentada em Dezembro de 2010, corresponde à primeira organização de jovens dos PALOP cujo desiderato é a troca de conhecimentos entre os jovens de todo o espaço lusófono e o debate de ideias sobre a noção e o conceito da própria Lusofonia, através de projectos com enfoque na cultura, no desenvolvimento humano, na educação, na língua e nas relações internacionais.

⁵⁷⁷ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 267.

- reforçar a importância social, cultural, económica e política nas sociedades de acolhimento, apostando no ensino extensivo, sistemático e sustentado da língua portuguesa às comunidades luso-falantes, bem como na preparação de professores estrangeiros para o ensino do português⁵⁷⁸. A implementação do ensino à distância para formação de docentes e estudantes pode também contribuir para o aumento e a melhoria do acesso à educação⁵⁷⁹;
- potenciar a existência de outros pontos de cooperação entre as diversas academias lusófonas, como seja o incentivo para uma maior presença da Lusofonia nas publicações científicas internacionais e para a adequação da oferta académica ao mercado de trabalho⁵⁸⁰.

Para tal, como garantia e persistência do Mundo Lusófono, assumem particular relevo os seguintes factores:

- o papel das representações diplomáticas e consulares de cada um dos países, devendo ser dotadas dos meios indispensáveis para uma boa actuação neste campo;
- o papel da informação e dos meios de comunicação social como um veículo essencial de divulgação de conteúdos e um vector das identidades culturais europeias, pelo que se deve incentivar a capacidade dos cidadãos europeus fazerem escolhas informadas e diversificadas enquanto consumidores de *media*⁵⁸¹, havendo a preocupação, do lado de Portugal, em assegurar uma programação em língua portuguesa, por exemplo, através da: RDP e RTP África⁵⁸² que passaram a transmitir informação, entretenimento e formação em português; da disponibilidade, desde Janeiro de 2011,

⁵⁷⁸ SANTOS, Victor Marques dos (2005), «Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa», *Negócios Estrangeiros*, N.º 8, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), pp. 71-91.

⁵⁷⁹ Notícia “Ensino à distância pode ajudar na melhoria do acesso à educação”, *Agência AngolaPress* - Luanda, 19 de Maio de 2011. (Texto policopiado).

⁵⁸⁰ Notícia “Um Erasmus para a lusofonia”, *jornal Sol*, Lisboa, 18 de Junho de 2011.

⁵⁸¹ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

⁵⁸² Alvo de um processo de modernização de imagem, juntamente com a RTP Internacional, em que os eixos da missão destes dois canais passam pela manutenção da ligação à diáspora, de reforço da imagem de Portugal no mundo, de presença da Língua Portuguesa nas redes linguísticas internacionalizadas e de difusão de conteúdos audiovisuais produzidos em Portugal. No caso particular da RTP África pretende-se que este seja um canal para aproximar as relações diplomáticas, culturais e económicas entre os países [Notícia “RTP moderniza imagem de canais internacionais”, *Jornal de Negócios*, Lisboa, 14 de Novembro de 2011.]

do canal televisivo de informação da estação de Queluz de Baixo – TVI24, na plataforma CVM, TV Cabo de Cabo Verde⁵⁸³ e do protocolo firmado, em Janeiro de 2011, entre Portugal e Brasil, que prevê a criação de um canal internacional de televisão em português;

- a cooperação entre as várias comunidades lusófonas, como forma de potenciar a influência de cada uma delas.

Certamente que os mecanismos de ligação permanente ao país de origem assumem uma função privilegiada, pelo que será profícuo favorecer:

- o apoio ao associativismo empresarial e juvenil/intercâmbio de jovens, apostando, neste último caso, na possibilidade de estudantes de países africanos de expressão portuguesa, Brasil, Portugal, Timor-Leste e Macau usufruírem da oportunidade de fazer uma parte dos seus cursos numa outra academia lusófona, em moldes similares aos do programa comunitário – *Erasmus*;
- as estruturas representativas das comunidades no estrangeiro, junto das autoridades do país de acolhimento e do país de origem;
- o crescente envolvimento da sociedade civil: empresas, igrejas, universidades, etc, em que estas últimas não deverão ser «ilhas» fora das sociedades, importando alicerçar a expansão do ensino universitário, cujo papel é humanizar a globalização e garantir a diversidade cultural⁵⁸⁴, bem como o aumento de quadros superiores aos grandes projectos económicos e à criação de alternativas económicas a esses projectos, o que permitirá diversificar fontes de rendimento e, desta forma, promover um verdadeiro desenvolvimento económico e social da sua população⁵⁸⁵;
- as políticas de comunicação social e encontros dos seus respectivos órgãos.

⁵⁸³ Na lista dos PALOP, para além deste país, Angola e Moçambique também já têm acesso ao canal de informação da TVI.

⁵⁸⁴ Intervenção de COSTA, Vasconcelos (Pró-reitor e Professor da ULHT), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁵⁸⁵ Intervenção de COSTA, Ana Bénard da (Professora universitária), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

De salientar ainda que para que a língua portuguesa continue a ser um elo de ligação forte e relativamente coeso, não se pode desprezar a relevância dos processos de regulação como sejam os educativos, linguísticos, etc, os quais tendem a manter a língua, apesar de tudo, com alguma unidade. O sistema de ensino e a aplicação do Acordo Ortográfico constituem contributos instrumentais que vão nesse sentido, sem colocarem em causa a tal tendência para a diferença, procurando garantir que se continue a ter um idioma com uma vasta projecção internacional, porque tem uma ampla projecção intercontinental.

Já durante o *1º Encontro de Escritores da Língua Portuguesa*⁵⁸⁶, Carlos Reis propõe avançar “*para a construção inter-países ou inter-instituições de um grande portal de literaturas lusófonas*”⁵⁸⁷ como um instrumento onde se concentrariam muitos contributos relevantes “*para que, sobretudo, os escritores, continuassem em contacto uns com os outros de uma forma ágil em contacto com os leitores*”⁵⁸⁸.

Inspirada numa iniciativa da Comissão Europeia – «*European Development Days*» criada com o objectivo não só de sensibilizar a opinião pública europeia para a temática da cooperação para o desenvolvimento, como de contribuir para uma ajuda mais coerente e eficaz, através de redes, do debate e da reflexão sobre as questões do desenvolvimento – surge, em Portugal, o evento «*Os Dias do Desenvolvimento*», através da *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação*, organizado pelo IPAD, para mostrar a cooperação institucional e divulgar o que se faz de bom ao nível desta área (*clusters* de sucesso⁵⁸⁹). Destaque para os motes das suas 1ª, 2ª e 3ª edições, em Junho de 2008, Abril de 2009 e Abril de 2010, respectivamente: «*A cooperação portuguesa: Língua e Cultura na promoção do desenvolvimento*», «*Por um mundo sustentável – desenvolvimento e recursos*» e «*Cidadania e Desenvolvimento*».

⁵⁸⁶ O *1º Encontro de Escritores da Língua Portuguesa* decorreu nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2010, na cidade brasileira de Natal, a capital do Estado do Rio Grande do Norte, tendo sido organizado pela prefeitura de Natal e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLP).

⁵⁸⁷ Entrevista de REIS, Carlos “Carlos Reis propõe criação de um portal de literaturas lusófonas”, jornal *Expresso das Ilhas*, Praia, 8 de Maio de 2010. (Texto policopiado)

⁵⁸⁸ Ibidem.

⁵⁸⁹ Como é o caso do *cluster* de Timor-Leste com o projecto da Câmara Municipal de Paredes, em que empresários portugueses foram fazer formação sobre madeiras em Timor-Leste com vista a captar o interesse dos mercados timorense e australiano.

O seu público-alvo incide sobre os profissionais do desenvolvimento, estudantes de diversos níveis de ensino e público em geral, tendo contado, nestas edições, com diversas organizações nacionais e institucionais e da sociedade civil, desde ONGD, Fundações, Associações empresariais de responsabilidade social, Câmaras Municipais, entre outras. Na sequência desta iniciativa, Elsa Botas⁵⁹⁰ enunciou concretamente, a nível nacional, quais os principais intuítos, a saber:

- Criação de redes de actores do desenvolvimento, envolvendo e promovendo parcerias entre actores estatais e sectores da sociedade civil – ONGD, fundações, municípios, faculdades, etc;
- Difusão de boas práticas introduzidas na cooperação portuguesa para o desenvolvimento;
- Promoção do debate de ideias sobre as temáticas da actualidade na área da cooperação para o desenvolvimento.

No geral, a vitalidade da CPLP traduz-se na defesa de democracia e no elevado número de medidas conjuntas que os seus países membros têm adoptado para harmonizar políticas, activar procedimentos comuns e cooperar em domínios tão estratégicos como a Justiça, a Educação, as Forças Armadas, Ambiente e Migrações, entre outros⁵⁹¹.

⁵⁹⁰ Intervenção de BOTAS, Elsa (Representante do IPAD), «Os Dias do Desenvolvimento», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 23 de Março de 2010.

⁵⁹¹ CPLP (2009), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa: Agência de Relações Exteriores e Diplomáticas.

5. A UE e a Lusofonia

No quadro da cooperação UE-África e UE-Brasil, através dos acordos/convenções estabelecidos, das sucessivas cimeiras realizadas e dos memorandos de entendimento/programas estratégicos de apoio adoptados – objecto de análise deste capítulo, procuram-se focalizar as sinergias da integração regional identificada através da Lusofonia e da UE que tem vindo ainda a reforçar o seu compromisso de apoiar o papel da cultura no desenvolvimento, promovendo diferentes formas de tratamento preferencial para os países em desenvolvimento⁵⁹², mediante a assinatura de vários acordos com países terceiros ou organizações regionais de países. Esta política é encarada como multidimensional, pelo que abrange a promoção da paz e de um crescimento equitativo, a consolidação dos processos democráticos, a criação de capacidades e instituições, a resolução de conflitos, entre outros aspectos.

As suas grandes opções assentam na interligação entre o comércio e o desenvolvimento, o apoio à integração regional, os transportes, a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a capacitação institucional⁵⁹³. Para Alberto Navarro, a “*cooperação para o desenvolvimento é uma questão moral*”⁵⁹⁴, na medida em que o comércio tem uma importância fundamental para os países em desenvolvimento que querem ter acesso aos mercados europeus, pelo que se apela a uma Europa mais política que tenha presente os valores da democracia, tolerância e solidariedade. Na realidade, os europeus partilham um património cultural comum resultante de séculos de criatividade, de fluxos migratórios e de intercâmbios, apreciando e valorizando uma rica diversidade cultural e linguística. A originalidade da UE reside na sua capacidade de respeitar a história, as línguas e as culturas variadas e próprias dos Estados-Membros em que a diversidade deve ser o princípio da unidade, aprofundando as diferenças não para dividir mas para enriquecer a cultura ainda mais⁵⁹⁵.

⁵⁹² Relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República Portuguesa, relativo ao *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010.

⁵⁹³ Cf. GUIMARÃES, 2007: 53.

⁵⁹⁴ Intervenção de NAVARRO, Alberto (Representante da 4ª Presidência Espanhola do Conselho da UE (1º semestre de 2010) e Embaixador de Espanha), «A Presidência Europeia e a Cooperação para o Desenvolvimento», no Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 17 de Maio de 2010.

⁵⁹⁵ Comunicação *sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado* da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2007) 242 final, 10 de Maio de 2007].

Entretanto, a UE mudou – passou a contar com mais Estados-Membros, o seu papel no mundo evoluiu e adoptou ambiciosas políticas comuns no domínio da segurança, energia e inovação. Os europeus reconheceram que a prosperidade económica africana é essencial para a prosperidade europeia, daí a necessidade de uma parceria mais abrangente e de políticas mais coerentes em relação a África, havendo, em simultâneo, uma mudança nas relações entre a UE e o Brasil. GUIMARÃES (2007: 182) assegura que a UE:

“apesar de reconhecer teoricamente a importância da ajuda pública ao desenvolvimento, da ajuda humanitária e da ajuda de reabilitação na cooperação com países politicamente frágeis para a construção e manutenção de condições que possam garantir a paz, denota ainda importantes incoerências na aplicação destas políticas, especialmente no âmbito da capacidade institucional, aplicabilidade de condicionalidades políticas, inclusão de actores não estatais e coordenação institucional e política com os EM e outros doadores.”

O Mundo também se alterou – cada vez mais globalizado, interdependente, multilateral, de parcerias e de integração regional –, enfrentando desafios globais, como as forças dos mercados de capitais e financeiros, as alterações climáticas, a segurança energética, os meios de comunicação e as tecnologias da informação, as pandemias, o terrorismo transnacional e o crime organizado, que urge respostas globais comuns.

A política de desenvolvimento que é uma das principais vertentes da acção externa da UE, preconizando o apoio ao desenvolvimento social e humano sustentável, igualitário e participativo, a promoção dos direitos humanos, da boa governação, da democracia e do estado de direito, pretende sobretudo a erradicação da pobreza, pelo que defende, nesse sentido, a integração progressiva dos países em desenvolvimento na economia mundial. A língua portuguesa pode ser um instrumento estratégico ao nível das relações externas da UE, enquanto sua 3.^a língua oficial mais falada no mundo.

A UE, no seu conjunto (Estados-Membros e o Serviço de Cooperação *EuropeAid*, fundos geridos pela Comissão Europeia), é o maior doador, a nível mundial, de APD⁵⁹⁶.

⁵⁹⁶ Comunicado de Imprensa “Política de desenvolvimento da União Europeia: A Comissão pretende aumentar o impacto da ajuda, centrando-a num menor número de sectores e nos países mais necessitados”, IP/11/1184, Bruxelas: Comissão Europeia, 13 de Outubro de 2011.

Em 2010, concedeu 53.800 milhões de euros (mais de 50% da ajuda mundial), representando 0,43% do seu PIB (para 2015, a previsão é de 0,7%), com um incremento de 4.500 milhões de euros face a 2009⁵⁹⁷. A Comissão Europeia surge em segundo lugar entre os doadores, sendo responsável pela gestão anual de 11 mil milhões de euros de ajuda.

No dia 13 de Outubro de 2011, o Comissário da UE responsável pelo Desenvolvimento, Andris Piebalgs, apresentou a «*Agenda para a mudança*» da política comunitária de desenvolvimento e uma nova política para o apoio orçamental da UE, definindo uma abordagem mais estratégica para a redução da pobreza. Nesta perspectiva, a ajuda da UE deve incidir em sectores que permitam lançar os alicerces de um crescimento sustentável e inclusivo, como sejam:

- a boa governação, incluindo o respeito pelos direitos humanos e a democracia; a igualdade de género, o papel da sociedade civil e a luta contra a corrupção;
- a protecção social, a saúde e a educação;
- o desenvolvimento de um ambiente empresarial favorável e o apoio a uma maior integração regional;
- uma agricultura sustentável e uma energia limpa, que contribuam para criar uma protecção contra os choques externos e converter os desafios da segurança alimentar e das alterações climáticas em oportunidades de crescimento.

Para a concessão do apoio orçamental da UE, é proposta uma nova abordagem para tornar esse apoio mais eficiente e eficaz em termos de obtenção de resultados em matéria de desenvolvimento⁵⁹⁸, através do reforço das parcerias contratuais com os países em desenvolvimento assentes em três categorias⁵⁹⁹:

1. o estabelecimento de «*Contratos de boa governação e desenvolvimento*»;
2. a promoção de «*Contratos de reforma sectorial*»;
3. o recurso a «*Contratos de construção do aparelho de Estado*».

⁵⁹⁷ MOURADIAN, Anne-Marie (2011), «La UE sigue siendo el principal donante mundial, pero aún puede mejorar», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, p. 40.

⁵⁹⁸ Memo/11/696 “Background information on Communications «*Agenda for Change*» in EU development policy and UE budget support”, Bruxelas, 13 Outubro de 2011.

⁵⁹⁹ EUROPEAN COMMISSION (2011), *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – The future approach to EU Budget support*, Bruxelas, 13.10.2011, COM (2011) 638 final.

As principais causas da ajuda internacional prendem-se precisamente com os objectivos do desenvolvimento (Fig. XX).



Figura XX. Objectivos de desenvolvimento da ajuda internacional.

Fonte: Adaptada de DEGNBOL-MARTINUSSEN, John e ENGBERG-PEDERSEN, Poul (2003), p.36.

Os objectivos do desenvolvimento económico têm existido desde sempre, mas ao longo do tempo os fins sociais têm recebido ênfase variável. As metas de desenvolvimento político e ambiental têm vindo a tornar-se progressivamente mais proeminentes. De acordo com as Organizações Não Governamentais (ONG's) os desideratos sociais têm estado em foco em consonância com um crescente interesse pela promoção da democratização e gestão dos recursos locais sustentáveis.

A cooperação para o desenvolvimento, enquanto política da Comunidade Europeia que é complementar das políticas dos Estados-Membros, deve fomentar o desenvolvimento económico e sustentável dos países em desenvolvimento, em especial dos mais desfavorecidos, a sua inserção harmoniosa e progressiva na economia mundial e a luta contra a pobreza no seu seio⁶⁰⁰.

⁶⁰⁰ Artigo 177.º, n.º 1 da Versão consolidada do Tratado que institui a Comunidade Europeia *in* COMUNIDADES EUROPEIAS (2006), *União Europeia – Tratados Consolidados*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Esta cooperação tem vindo a adquirir uma dimensão política crescentemente acentuada, sendo impossível compreender a evolução da parceria entre a Europa e os países ACP sem ter em consideração os factores relacionados com o contexto da descolonização (Associação dos Países e Territórios Ultramarinos – PTU e Convenções de Yaoundé), a NOEI (com o modelo de Lomé), o final da Guerra Fria (Lomé IV revista) e os efeitos da globalização (*Livro Verde* e Acordo de Cotonou). A partir da década de 60 tem-se assistido, desta forma, a uma progressão da parceria essencialmente económica e comercial para uma cooperação a um nível mais global, no qual as questões políticas estão necessariamente inseridas (Fig. XXI):

Nível da sociedade	Anos 60	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Nível Político/Estado: Parlamento, partidos políticos				
Administração Central: ministérios de <i>core</i> – finanças e planeamento				
Administração Central: ministérios de linha – conselhos de administração, empresas estatais				
Economia Nacional: macroeconomia, sector privado				
Administração Local: conselhos políticos, comités				
Economia Nacional: desenvolvimento agrícola, sector informal				
Sociedade civil organizada: grupos de interesse, ONG's				
Grupos-alvo: indivíduos, famílias, organizações				

Figura XXI. Expansão a todos os níveis da sociedade das áreas objecto para a ajuda internacional.

Fonte: Adaptada de DEGNBOL-MARTINUSSEN, John e ENGBERG-PEDERSEN, Poul (2003), p. 40.

Revistas e actualizadas quinquenalmente, as sucessivas Convenções de Lomé representaram o mais amplo quadro político e financeiro da cooperação Norte-Sul, sendo reconhecidos princípios⁶⁰¹ para assegurar o diálogo político entre a UE e os países ACP:

⁶⁰¹ STIFTUNG, Friedrich-Ebert (199-), *South Africa & The Lome Convention*, Bruxelas: European Research Office, pp. 30-33.

- a igualdade entre parceiros, o respeito pela sua soberania, interesse mútuo e interdependência;
- o direito de cada Estado determinar as suas próprias opções políticas, sociais, culturais e económicas;
- a segurança das relações dos países baseadas no acervo do seu sistema de cooperação.

A própria vaga de democratizações que se registou nos países em desenvolvimento no término da Guerra Fria conduziu a uma crescente «*politização*» da cooperação UE-ACP. O respeito pelos direitos humanos, pelos princípios democráticos, pelo Estado de direito e pela boa governação tornaram-se «*elementos essenciais*» no quadro do diálogo político⁶⁰², podendo a sua violação levar à suspensão total ou parcial da ajuda ao desenvolvimento.

Desde o início da década de 90, a CE passou a incluir, de uma forma mais ou menos sistemática, uma cláusula de respeito pelos direitos humanos nos acordos comerciais por ela celebrados com países terceiros, tendo vindo também a ser incluída em todos os acordos bilaterais, de natureza geral, posteriormente celebrados. Adicionalmente, o apoio a políticas destinadas a prevenir, gerir e resolver conflitos violentos tem figurado como um aspecto crucial dos programas de ajuda, dado o reconhecimento crescente do potencial da sua actuação sobre algumas das causas estruturais da violência.

Estas mudanças reflectiam preocupações legítimas da UE no sentido de assegurar a utilização correcta dos fundos dos seus contribuintes, mas alguns países consideraram que, no âmbito dessas alterações, o princípio de «*igualdade na parceria*» foi negativamente afectado e substituído por «*condicionalidades*». A UE tem vindo, progressivamente, a definir e a alargar os campos de aplicação dos seus esforços, desempenhando um legítimo papel como actor global⁶⁰³.

⁶⁰² Cf. STIFTUNG, 199-.

⁶⁰³ SARAIVA, Luís (2010), «A União Europeia na Gestão de Crises», *Nação e Defesa – Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia*, N.º 127 – 5ª série, Lisboa: IDN, pp. 97-109.

Finalmente, nos últimos anos uma nova geração, de políticos e líderes, tem sido eleita, partilhando uma maior compreensão para com os problemas de inserção e inclusão social das comunidades na economia global e, em simultâneo, compreendendo melhor os dilemas da escassez de recursos que obriga a seleccionar prioridades. São, assim, mais sensíveis à problemática da *good governance*, aceitando a participação da sociedade civil, abordando a luta contra a corrupção e prometendo maior transparência e responsabilização para com a gestão dos assuntos públicos⁶⁰⁴.

Cooperação UE – África

Perante uma África que se vai tendencialmente «agigantar», devido à sua jovem população (dois terços têm menos de 25 anos, o que faz com que seja o continente mais jovem, enquanto a Europa é um continente cada vez mais envelhecido⁶⁰⁵, constata-se que a UE e África (que apresenta uma realidade muito heterogénea, difícil de caracterizar, sendo necessário respeitar a identidade de cada povo e não homogeneizar) são velhos parceiros, tendo bem presentes os ensinamentos e as experiências do passado, mas num mundo diferente, cada vez mais globalizado e interdependente, pelo que se pretende a construção de nova parceria política estratégica para o futuro que permitisse ultrapassar a tradicional relação doador-receptor – tendencialmente assente num certo “*degree of paternalism*”⁶⁰⁶, através da qual a maior parte dos doadores procuravam impor projectos e modelos ultrapassados – e partir de valores e objectivos comuns, na via da paz, da estabilidade e do Estado de direito, do progresso e do desenvolvimento.

A cooperação da UE com África, datada do início dos anos de 1960, marca o princípio do processo de cooperação europeia para o desenvolvimento (Quadro LV), traduzido na assinatura das Convenções de Yaoundé I (1964-1969) e Yaoundé II (1971-1976). Em 1973, a entrada do Reino Unido na CEE obrigou ao estabelecimento de um modelo de cooperação num quadro mais alargado no domínio geográfico.

⁶⁰⁴ SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (SGL) e INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS (ISCSP) (1999), *África Século XXI. Os Desafios da Globalização e as Respostas do Desenvolvimento*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

⁶⁰⁵ Intervenção de DAMÁSIO, Manuel de Almeida (Professor e administrador da ULHT) V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁶⁰⁶ HAMILTON, 1992: 10.

Constituído o grupo ACP, a partir do Acordo de Georgetown, iniciaram-se as negociações que conduziram, no dia 28 de Fevereiro de 1975, a assinatura em Lomé, de um acordo mais alargado, a primeira Convenção de Lomé (1975-1980), entre a CEE e 46 países ACP, a qual introduziu algumas alterações de fundo ao nível da cooperação comercial, seguindo o *princípio da não reciprocidade*, em que os países ACP não eram obrigados a conceder tratamento preferencial às importações provenientes da CEE.

Com efeito, após um período de intensa conflitualidade nas relações económicas e políticas internacionais, a relação entre África e o «*modelo da UE*»⁶⁰⁷ passa por ser uma associação, inicialmente, concedida e não negociada (Título IV do Tratado de Roma de 1958), seguidamente pela assinatura de Lomé I (1975-1980), concebida como um modelo para o diálogo com o Norte, constituindo, em larga medida, um produto da conjuntura internacional da altura, que reflectia o poder geopolítico dos Estados ACP no contexto da Guerra Fria, da crise petrolífera e do prevalecente debate ideológico sobre a NOEI. Este princípio foi mantido nas sucessivas Convenções de Lomé: Lomé II (1980-1985), Lomé III (1985-1990) e Lomé IV (1990-2000).

Mais tarde, o Acordo de Parceria de Cotonou, assinado no Benim, em 23 de Junho de 2000, é encarado como um modelo para as relações inter-hemisféricas em que as negociações com vista à conclusão dos Acordos de Parceria Económica (APE) estavam, no entanto, desarticuladas devido à interpretação restritiva da Comissão Europeia ao nível da sua compatibilidade com a OMC. Estabelece um novo quadro com a duração de 20 anos, susceptível de revisões quinquenais, em que a primeira ficou concluída em 25 de Junho de 2005, através da qual se procurou melhorar o diálogo político, consagrar o reconhecimento por todas as partes da jurisdição do Tribunal Penal Internacional, simplificar os procedimentos de atribuição da ajuda, introduzir neste acordo referências aos objectivos de redução da proliferação de armas de destruição maciça e de combate ao terrorismo.

⁶⁰⁷ Intervenção de BACH, Daniel (Centre Émile Durkheim, Universidade de Bordéus), seminário “The European Union and Africa: trade liberalisation, constructive disengagement and the securitisation of Europe’s external frontiers”, CESA/ISEG, Lisboa, 12 de Maio de 2011.

Quadro LV. Evolução da cooperação UE-ACP (1964 – 2013).

Ano	Convenção/Acordo	Nº de Países		FED (incluindo os PTU) (em milhares de milhões de €)
		ACP	UE	
1964	Yaoundé I	18	6	730,4
1971	Yaoundé II	18	6	887,3
1975	Lomé I	46	9	3 053,3
1980	Lomé II	58	9	4 207
1985	Lomé III	65	10	7 882,6
1990	Lomé IV	68	12	11 583,0
1995	Lomé IV (rev.)	70	15	13 151,10
2000	Cotonou	77	15	14 300
2003-2007	Cotonou	79	27	13 500
2008-2013	Cotonou	79	27	22 682

É ainda de assinalar que de Lomé I a Lomé III, os aspectos económicos vão constituir o principal enfoque enquanto a dimensão política da cooperação é ainda considerada um aspecto secundário, em resultado do contexto internacional da época. Uma das particularidades destas Convenções traduziu-se na manutenção do diálogo com um conjunto de países, independentemente das suas opções no quadro da Guerra Fria. Com Lomé IV, as questões políticas assumem maior relevância em virtude de décadas de ajuda⁶⁰⁸ e da alteração do sistema internacional⁶⁰⁹.

⁶⁰⁸ O grupo ACP continuava, aquando das negociações para a assinatura dessa Convenção, num processo de deterioração dos seus níveis de vida, debatendo-se com uma grave crise económica, “*em grande medida derivada da queda do preço internacional dos produtos agrícolas e das matérias -primas, a sua principal fonte de rendimento*” (Guimarães, 2007: 59).

⁶⁰⁹ Destaque para o acentuar da crise dos anos 80, do processo de globalização e a alteração da geopolítica mundial (com as alterações ocorridas na Europa de Leste e na ex-URSS).

É neste contexto que decorre a assinatura da revisão de Lomé IV nas Maurícias, em 1995, entre os Estados da UE e 69 dos 70 Estados ACP⁶¹⁰, centrando-se em quatro dimensões essenciais: institucional e política⁶¹¹, comercial, sectorial e financeira⁶¹².

Forwood⁶¹³ aponta alguns factores que ajudam a explicar a longevidade do regime de Lomé que, entre 1975 e 2000, regulou as relações entre a UE e os países ACP, os quais se prendem com:

1. A tendência para a inércia nas relações internacionais;
2. O interesse dos ACP na ajuda da UE;
3. O interesse da UE nas políticas e na economia dos ACP;
4. O baixo perfil político das convenções;
5. A capacidade de adaptação dos ACP às normas políticas internacionais num quadro em permanente alteração.

A Convenção de Lomé revelou-se como um modelo único de cooperação para o desenvolvimento, sendo caracterizada por alguns elementos inovadores, nomeadamente no domínio da cooperação comercial, na criação de um esquema de apoio à estabilização de receitas de exportação de alguns produtos, na ajuda financeira e cooperação industrial e na criação de instituições de supervisão e de apoio ao diálogo CEE-ACP⁶¹⁴. Talvez não faça sentido estabelecer comparações agregadas porque as conclusões poderão ser diferentes⁶¹⁵, ou seja, a Convenção de Lomé poderá ter sido benéfica para os países ACP, no sentido de garantir uma quota de mercado para este grupo, servindo de «*amortecedor*» e evitando, talvez, que o «*desastre*» pudesse ser ainda pior. Assiste-se, assim, gradativamente a um

⁶¹⁰ A África do Sul participou como membro observador.

⁶¹¹ Neste caso, destaque para um elemento inovador correspondente à possibilidade do acordo ser denunciado ou suspenso se uma das partes não respeitar os direitos humanos, o Estado de direito e a democracia.

⁶¹² Deixa de haver um pacote financeiro à disposição dos países ACP, passando as verbas a serem disponibilizadas por fases, de acordo com os programas indicativos e os projectos existentes, o que conduz à introdução de uma maior flexibilidade na utilização dos recursos e ao condicionamento da sua atribuição a critérios de desempenho (cf. GUIMARÃES, 2007: 60).

⁶¹³ FORWOOD, Geneva (2001), «The road to Cotonou: negotiating a successor to Lomé», *Journal of Common Market Studies*, Vol. 39, N.º 3, Londres: University Association for Contemporary European Studies, pp. 423-442.

⁶¹⁴ DIAS, João (1992), *Efeitos de vantagens preferenciais: o impacto da Convenção de Lomé nas exportações dos ACP para a CEE: 1975 - 1985*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – UTL.

⁶¹⁵ DIAS, João (2001), *UE-ACP trade relations and Sub-Saharan Africa's exports under the Lomé Convention*, CEDIN – Centro de Estudos de Economia Europeia Internacional Lisboa: ISEG – UTL.

reforço da parceria política em detrimento da cooperação económica e comercial⁶¹⁶, contrariamente ao que se poderia imaginar, tendo em consideração “*a perda gradual de importância real dos países ACP, visível em termos de fornecedores de matérias-primas e de actores no comércio internacional, sobretudo a partir de 1975*” (PEREIRA, 2005: 6).

Nos anos 90, África era encarada pela Europa como «*the failed continent*» caracterizado, entre outros aspectos, por doenças, excesso de população, criminalidade, escassez de recursos, migrações de refugiados. Mais tarde passou a ser vista como «*a scar on the conscience of the world*» na medida em que se tornou mais central para os Estados Unidos e para o resto do mundo, transcendendo os interesses humanitários. Os resultados políticos dessa visão traduziram-se na significativa ajuda europeia a África e na prioridade dada à segurança das fronteiras externas da Europa. Entretanto, o investimento em África tem superado a ajuda, pelo que a aposta reside agora numa maior integração dos países africanos em grandes blocos comerciais (SADC, ECOWAS, ECCAS, etc), sendo que, neste momento, o principal problema em África é a reconstrução dos seus estados e não tanto os seus conflitos internos – daí o dilema entre um «*emerging continent*» ou um «*peripheric continent*»⁶¹⁷.

Para que a ajuda prestada fosse eficaz, a UE considera que são necessários ajustamentos na prossecução da sua política de desenvolvimento, pelo que, para isso, se propõe a racionalizar os instrumentos de ajuda, a promover abordagens sectoriais, a reforçar a descentralização e a procurar a complementaridade com os Estados-Membros⁶¹⁸. Perante o crescente panorama bélico de algumas regiões do grupo ACP, a prevenção de conflitos foi reconhecida como uma área prioritária nos acordos estabelecidos em Cotonou, entre os países ACP e a UE. Estas disposições adquiriram particular relevo com a entrada em vigor do *Serviço Europeu de Acção Externa* em 1 de Dezembro de 2010.

⁶¹⁶ Cf. PEREIRA, Sandra Maria de Jesus (2005), *Cooperação UE-ACP: A Dimensão Política dos Acordos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISEG – UTL.

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ GUIMARÃES, 2007: 54.

A colaboração estratégica cada vez mais sólida entre a UE e a UA foi também um factor significativo na posterior decisão de estabelecer uma *Arquitectura de Paz e Segurança*, da qual surgiu a *Força Africana de Intervenção*⁶¹⁹.

Em Agosto de 2011, a Comissão Europeia decidiu reforçar o seu apoio, no valor de 300 milhões de euros, às acções de paz e de segurança em África, quer a nível regional, quer continental. Este fundo, disponibilizado à UA e a Organizações Regionais Africanas, para o período de 2011-2013, no sentido de apoiar iniciativas relevantes, nas áreas da prevenção, gestão e resolução de conflitos e da construção da paz⁶²⁰, constitui um importante instrumento⁶²¹ de financiamento da *Estratégia Conjunta UE-África*, adoptada em Lisboa em Dezembro de 2007, em particular da parceria no domínio da paz e da segurança.

Pode ainda ajudar o continente africano na organização da gestão militar dos seus conflitos e na sua resolução pacífica, incluindo a oferta de apoio institucional às organizações regionais (por exemplo, a CEDEAO conta com a ajuda do FED para financiar o seu mecanismo de prevenção e resolução de crises)⁶²². Com efeito, a Facilidade de Paz Africana, «*African Peace Facility*» ou «*Facilité de Paix pour l'Afrique*», originalmente estabelecida pela UE em 2004, em resposta a um pedido dos líderes africanos na cimeira da UA, realizada em 2003, em Maputo, representa um instrumento do apoio comunitário à agenda de Paz e Segurança em África, o que pressupõe também um ambiente mais seguro para a Europa.

Catherine Ashton, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia declarou, também durante a apresentação, em Novembro de 2010, das propostas desta instituição comunitária para a

⁶¹⁹ BUCKENS, Marie-Martine (2011), «De la coopération économique a la prevención de conflictos», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, pp. 16-18.

⁶²⁰ *Press Release* IP/11/998 “EU reaffirms its support to peace and security in Africa with €300 million”, Comissão Europeia, Bruxelas, 31 de Agosto de 2011.

⁶²¹ *Europolitique* N.º 4254, 1 de Setembro de 2011: *Paix en Afrique: la Commission accorde 300 millions d'euros*, Bruxelas: Europe Information Service SA.

⁶²² BUCKENS, Marie-Martine (2011), «De la coopération économique a la prevención de conflictos», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, pp. 16-18.

consolidação das relações entre a UE e África⁶²³, que:

*“L’Afrique ne tire pas seulement des avantages de l’UE, elle et aussi un important partenaire dans nombre de domaines régionaux et internationaux majeurs d’intérêt commun, tels que la sécurité régionale (...) et la gouvernance mondiale telle que le changement climatique.”*⁶²⁴

A novidade do continente africano no centro da política internacional reside no facto de África – e a UA em particular – estar a emergir não como uma questão de desenvolvimento, mas como actor político por direito próprio. É cada vez mais evidente que África conta – como voz política, como força económica e como uma imensa fonte de potencial humano, cultural, natural e científico, representando, segundo Graça Machel⁶²⁵, um continente de futuro / emergente / transformador, apesar de, em termos de liberdade e de regimes democráticos, ser relativamente jovem. A presença da Comissão da UA na cimeira do G8 (Grupo dos 8)⁶²⁶ de Deauville (26-27 de Maio de 2011) sublinhou a importância de reforçar a colaboração entre o G8 e África, enquanto continente que se está a converter num novo pólo de crescimento mundial, apesar das dificuldades que permanecem, em especial nos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis⁶²⁷.

Graça Machel afirma ainda que “África não é um continente pobre, mas empobrecido”⁶²⁸ que dispõe de muitos mais recursos do que a Europa, com um “*enorme potencial inexplorado de energia hidroeléctrica e solar renováveis*”⁶²⁹, segundo Donald Kaberuka⁶³⁰, oferecendo uma oportunidade única para dar um novo rumo ao desenvolvimento, com baixas taxas de carbono, e com um crescimento «verde» real.

⁶²³ *Rapid* “África-Europa: oitenta países, dois continentes em parceria para um futuro melhor”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 10 de Novembro de 2010.

⁶²⁴ *Europolitique* N.º 4081, 12 de Novembro de 2010: *UE/Afrique – Le régionalisme au cœur de la nouvelle stratégie pour l’Afrique*, Bruxelas: Europe Information Service SA.

⁶²⁵ Activista e política moçambicana (ex-ministra da Educação e Cultura de Moçambique) de reconhecido mérito nas áreas da Educação, dos Direitos das Crianças e do Desenvolvimento Comunitário, sendo ainda presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) assente em “3 R’s”: reassentamento, reabilitação e reconstrução.

⁶²⁶ Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia.

⁶²⁷ GOUTIER, Hegel (2011), «Los albores de la gobernanza política mundial», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, p. 3.

⁶²⁸ Intervenção de MACHEL, Graça, conferência-debate “Europa-África Olhares Africanos”, promovida pelo Centro de História Contemporânea e Relações Internacionais (CHRIS), CCB-Lisboa, no dia 12 de Novembro de 2008.

⁶²⁹ Notícia “Para uma agenda de crescimento inclusivo em África”, jornal *Expresso*, Lisboa, 3 de Junho de 2011.

⁶³⁰ Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento.

Embora não tenha o domínio do conhecimento, os desafios são enormes, por exemplo, a crise de professores em África é notória, pelo que há que encarar a realidade, os problemas e as dificuldades, com a convicção de que é possível fazer mais e melhor do que tem sido feito até aqui, sendo de registar que existem alguns líderes africanos que estão a trabalhar com vista a apresentação de resultados, apesar de haver outros que nada têm feito, pelo que não se devem generalizar os 53 países africanos mas sim passar uma mensagem de «*equilíbrio*».

Aquando da crise financeira, a resiliência relativa de África à crise económica mundial é visível através do crescimento económico da África Subsahariana se manter superior ao das economias desenvolvidas antes, durante e depois da crise. Nick Price⁶³¹ destaca alguns factores que podem explicar este cenário, nomeadamente a integração limitada na economia mundial (menor dependência das exportações do que, por exemplo, a Ásia) e as dívidas públicas baixas e a menor inflação registada do que em 2010, contribuindo com seis países para a lista das dez economias de crescimento mais rápido do mundo.

O potencial para o consumo em África é também reflexo dos rendimentos em rápido crescimento em que, segundo as Nações Unidas, o PIB *per capita* na região registou, no seu conjunto, um aumento de menos de 700 dólares em 2002 para mais de 1 500 dólares em 2008, com a probabilidade de duplicar outra vez até 2013. A utilização de telemóveis em África (quase 70 milhões de utilizadores) teve um impacto profundo na produtividade que, por sua vez, se reflectiu no desempenho forte do PIB.

África dispõe ainda de um excelente perfil demográfico (em contraste com o mundo ocidental), com uma população activa que representa, actualmente, cerca de metade da sua população de milhares de milhões, prevendo-se que a mão-de-obra deste continente mais do que duplique até 2040. A transferência democrática e pacífica do poder está também a tornar-se a regra, beneficiando de um número significativo de recursos naturais, o que está a ajudar a estimular os fluxos de investimento comercial e o crescimento económico. Na opinião de Price, a maior oportunidade reside, no entanto, nas perspectivas para o consumo doméstico, já que uma parte significativa da população está a tornar-se progressivamente

⁶³¹ Notícia “África – entre a percepção e a realidade”, *Jornal de Negócios*, Lisboa, 4 de Abril de 2011.

mais rica e, com os baixos níveis de crédito, o potencial de crescimento é vasto.

Nos anos que antecederam a recessão global de 2009, a maioria das economias africanas conheceu um significativo crescimento económico, com uma média anual, entre 2006 e 2008, de cerca de 6% - enquanto o PIB *per capita* cresceu quase 4%. As economias africanas beneficiaram de uma combinação de factores favoráveis, incluindo os altos preços das mercadorias e volumes de exportações em rápido crescimento, as políticas macro geralmente prudentes, o alívio da dívida e os fluxos de IDE⁶³². Os choques da crise global foram sentidos, fundamentalmente, no canal do comércio, não só pela quebra da procura em 2009, como pela descida dos preços dos bens primários que constituem o grosso das suas exportações.

O crescimento africano teria sido maior se não tivesse sido restringido por estrangulamentos infra-estruturais (nomeadamente nos transportes e na energia), pela persistente corrupção e por instabilidade política em algumas regiões, visto que a crise económica global foi também transmitida a África por diversos canais.

Devido à falta de diversificação dos produtos exportados e dos destinos, o colapso nos preços das matérias-primas no segundo semestre de 2008 e no início de 2009, levou à diminuição do comércio africano. O petróleo, os minérios e os bens agrícolas constituem cerca de 80% das exportações africanas, sendo os dois primeiros casos responsáveis pela grande maioria. Todos estes produtos de exportação foram fortemente atingidos pela crise económica, pelo que o canal comercial foi uma das mais importantes vias de impacto da crise. Porém, apesar dos EUA e da UE serem destino de cerca de dois terços das exportações africanas, o comércio intra-regional, que poderia ter proporcionado um efeito de absorção do choque e de mitigação da crise, apenas regista 10% do total do comércio africano, dado o baixo grau de integração com os mercados internacionais e as relativamente estritas regulações nos mercados de capitais⁶³³.

⁶³² IPAD (2010), *Perspectivas Económicas em África 2010*, Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento da OCDE e Comissão Económica das Nações Unidas para África, p. 5.

⁶³³ Idem.

O maior canal de transmissão da crise acabou por ser o colapso dos preços das mercadorias e a queda nos volumes das exportações. Outro canal de transmissão foi o declínio nas remessas dos emigrantes, na medida em que muitos países africanos dependem das remessas e, confrontados com desemprego ou reduções de salários no país de destino, muitos trabalhadores africanos reduziram o valor das transferências para as suas famílias. Um terceiro canal importante foi a quebra no IDE dado que as multinacionais reduziram o investimento, globalmente e também em África, nomeadamente naqueles sectores mais afectados pela crise mundial, como a extracção de minério e o turismo⁶³⁴.

A crise económica mundial terminou abruptamente com este período caracterizado pelo crescimento relativamente alto do continente africano. Entretanto, no decurso de 2009, a economia mundial retomou um crescimento positivo, o comércio mundial cresceu e os preços das mercadorias foram reajustados, sendo expectável que África venha a beneficiar da melhoria das condições internacionais. Esta previsão assume que a recuperação mundial irá continuar a ritmo moderado em 2010 e 2011 e que os preços do petróleo e das mercadorias não-petrolíferas se manterão a níveis satisfatórios⁶³⁵.

Após a grave recessão de 2008/2009, a economia mundial mostrou nítidos sinais de recuperação nos primeiros meses de 2010. A África Subsahariana ultrapassou a crise com menores custos do que no passado. Embora o limitado grau de integração de muitos países da região na economia global tenha contribuído marginalmente para este comportamento, a principal causa distintiva nesta crise foi a maior solidez dos fundamentos macroeconómicos. Tal permitiu aos países recorrer de forma eficaz a políticas contracíclicas, compensando a quebra da procura privada com o aumento da despesa pública.

No dia 9 de Novembro de 2010, a Comissão Europeia apresentou o projecto de política comercial da UE para ajudar a revitalizar a economia da Europa como forma de sair da crise actual e de criar o enquadramento adequado a uma economia da UE robusta. Propõe, designadamente⁶³⁶:

⁶³⁴ Ibidem, p. 9.

⁶³⁵ Ibidem, p. 19.

⁶³⁶ *Rapid* “UE define agenda de política comercial para os próximos cinco anos”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 9 e Novembro de 2010.

1. Concluir o seu ambicioso programa de negociações na OMC e com os principais parceiros comerciais, como a Índia e o MERCOSUL. A conclusão deste programa aumentará o PIB da Europa em mais de 1% ao ano;
2. Aprofundar as relações comerciais com outros parceiros estratégicos, como os EUA, a China, a Rússia e o Japão, incidindo na eliminação dos entraves não pautais ao comércio;
3. Facilitar o acesso das empresas europeias aos mercados mundiais, através da instituição de mecanismos que restabeleçam o equilíbrio entre os mercados abertos na UE (por exemplo, no domínio dos contratos públicos) e os mercados mais fechados dos seus parceiros comerciais;
4. Encetar negociações com alguns dos seus principais parceiros comerciais sobre disposições abrangentes em matéria de investimento;
5. Transformar as promessas teóricas em benefícios concretos, a fim de assegurar um comércio equitativo e o respeito efectivo dos nossos direitos;
6. Velar por que o comércio mantenha a sua inclusividade, para que todos, e não apenas uma minoria, usufruam das suas vantagens. Ao instituir-se um novo conjunto de regras aplicáveis às preferências comerciais para os países em desenvolvimento, especificar-se-á o modo como o comércio pode continuar a sustentar o desenvolvimento.

No seu documento de reflexão *Comércio, crescimento e questões internacionais*, a Comissão Europeia analisa de que modo o comércio impulsiona o crescimento económico e a criação de emprego e propõe uma estratégia para reduzir os obstáculos ao comércio, abrir os mercados mundiais e obter condições justas para as empresas europeias. O objectivo primordial é a aplicação de uma abordagem mais determinada para garantir que as vantagens do comércio cheguem aos cidadãos europeus. Este documento apresenta as três vantagens que o comércio traz à Europa: um crescimento económico mais robusto, mais emprego e maiores possibilidades de escolha para os consumidores a preços mais baixos.

De assinalar que, desde 1975, os países ACP “*se assumem como os maiores receptores de ajuda comunitária, a qual é regida desde 2000 pelo Acordo de Cotonou e pelo respectivo protocolo financeiro, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento*

(FED)»⁶³⁷. Este novo acordo apresenta inovações face às precedentes Convenções de Lomé, das quais se destacam a relevância atribuída à promoção de integração regional dos países signatários e o fim das preferências comerciais não recíprocas concedidas pela UE aos ACP⁶³⁸.

Em 2005, a *Declaração de Paris* surge como um instrumento sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, abrangendo os cinco princípios seguintes⁶³⁹:

1. Apropriação («Ownership»);
2. Alinhamento;
3. Harmonização;
4. Gestão assente em resultados;
5. Responsabilidade mútua.

Com efeito, com base nestes princípios, as acções dos doadores são mais harmonizadas, transparentes e colectivamente eficazes através das quais se procuram gerir os recursos e melhorar a tomada de decisões centradas nos resultados atinentes quer às estratégias nacionais de desenvolvimento, quer aos programas sectoriais, sendo que os doadores e os países parceiros são responsáveis pelos resultados obtidos em matéria de desenvolvimento. Adicionalmente, alguns dos princípios de ingerência eficaz em Estados Frágeis assentam em alguns aspectos tais como: tomar o contexto como ponto de partida; evitar danos; focalizar a construção do Estado como objectivo central; priorizar a prevenção; reconhecer as ligações entre segurança e desenvolvimento; agir com rapidez, entre outros.

De *Paris a Accra*, constata-se o reconhecimento de que a *Declaração de Paris* assenta em pressupostos que não se reflectem na realidade (não existindo um entendimento uniforme sobre a operacionalização dos seus princípios); a confusão entre desenvolvimento / redução da pobreza / crescimento (de que é exemplo o caso de Moçambique); o alargamento da ideia da participação (procurando envolver a sociedade civil); a passagem

⁶³⁷ SANTOS e CAETANO, 2009: 83.

⁶³⁸ Cf. SANTOS e CAETANO, 2009.

⁶³⁹ FREITAS, Raquel (Investigadora no CIES/ISCTE-IUL), Seminário “Declaração de Paris: desafios e oportunidades”, CEsA/ISEG, Lisboa, 23 de Maio de 2011.

da discussão da eficácia da ajuda à eficácia da governação (no sentido da transparência, o que muitas vezes acarreta riscos de alguma animosidade, entropia e até bloqueios no sistema); a introdução de compromissos na área dos direitos humanos, trabalho decente, género, deficiência. Daí os tópicos da futura agenda passarem pelo enquadramento da eficácia da ajuda e, eventualmente, por uma nova parceria global para o desenvolvimento.

De *Accra a Busan*, verifica-se que a discussão passa da eficácia da ajuda à eficácia do desenvolvimento⁶⁴⁰, com temas relacionados com a saúde global e o potencial da «cooperação Sul-Sul» devido à emergência de novos doadores com novas metodologias (China, Índia, Brasil – este último muito crítico quanto à intrusão na área da governação dos países que recebem ajuda) e ainda algumas questões pendentes acerca de resultados e *accountability*, qualidade da ajuda no terreno, apropriação, conflitos e fragilidade, relação entre ajuda e outras formas de financiamento, sistemas e quadros de implementação.

Como o Acordo de Cotonou previa o desmantelamento das preferências comerciais não recíprocas de longa data, concedidas aos países ACP desde a primeira Convenção de Iaoundé, foi definido um período preparatório de oito anos para a celebração de novos acordos comerciais compatíveis com a OMC – os Acordos de Parceria Económica (APE), pelo que as negociações formais com vista a estes acordos comerciais tiveram início em Setembro de 2002. No entanto, o processo sofreu um sério atraso devido a desacordos de princípio entre as partes quanto ao calendário e à cobertura da liberalização comercial, às medidas de compensação pela perda de rendimentos e ao grau de assimetria na sua execução.

Entrementes, os Estados ACP e a UE assinaram, no dia 22 de Junho de 2010, em Ouagadougou, no Burkina Faso, uma nova versão do Acordo de Cotonou que rege as suas relações desde o ano 2000. O texto insiste sobre a eficácia da ajuda⁶⁴¹ e sobre as

⁶⁴⁰ Coloca a ênfase nos *outcomes*/impactos a longo prazo/sustentabilidade real, questionando a relação entre crescimento e a redução da pobreza, de acordo com a intervenção de FREITAS, Raquel (Investigadora no CIES/ISCTE-IUL), Seminário “Declaração de Paris: desafios e oportunidades”, CEsA/ISEG, Lisboa, 23 de Maio de 2011.

⁶⁴¹ Mais do que a eficácia da ajuda deveria ser equacionada a eficácia do desenvolvimento, tal como advogou, na sua intervenção - MOTA, Isabel (Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian), 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, ULHT / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

preocupações mais actuais como as alterações climáticas. O acordo sobre o novo texto ocorreu em Março de 2010, sublinhando a importância de uma aproximação regional para resolver os problemas, nomeadamente em África, onde as crises alimentares, climáticas e políticas não afectaram apenas cada país individualmente, mas tendem a atravessar as fronteiras. Solucionar os problemas ao nível regional permitirá aplicar respostas mais eficazes segundo os signatários. A CPLP encarou como um ganho Portugal estar envolvido neste processo de revisão devido a uma diferente sensibilidade (comparando com a de outros países como a Holanda ou a Irlanda) para com os países africanos.

Esta segunda revisão quinquenal deste Acordo integra também os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (pobreza, proliferação de armas de pequeno calibre e países frágeis e instáveis). O acordo garante uma ajuda acrescida aos países ACP para que se adaptem aos efeitos das alterações climáticas face às quais eles são mais vulneráveis. O BEI fez notar que o acordo reforçará o trabalho da banca nestes Estados o que lhe permitirá intensificar o seu financiamento de projectos de infra-estruturas regionais com os *sponsors*. Desde a entrada em vigor do Acordo de Cotonou em 2003 que projectos de valor de 42 biliões de euros foram assinados pelo BEI.

Andris Piebalgs⁶⁴² declarou que “*L’accord de Cotonou révisé relève nos objectifs communs, à savoir la lutte contre la pauvreté, la promotion du développement durable et la promotion des économies ACP dans l’économie mondiale, notamment par le biais de relations commerciales.*”⁶⁴³

Com base nas regras da OMC, os APE, celebrados entre a UE e o grupo de países ACP, cuja entrada em vigor ficou prevista para 1 de Janeiro de 2008, visando substituir os regimes não recíprocos de Lomé e, por essa via, implementar um regime bilateral para o comércio de bens e serviços, de forma a que este esteja totalmente liberalizado até 2020⁶⁴⁴. Por via destes acordos, as partes contratantes concederão preferências comerciais recíprocas às exportações provenientes dos parceiros, as quais não são extensivas a outros membros da OMC.

⁶⁴² Comissário Europeu para o Desenvolvimento.

⁶⁴³ *Europolitique* N.º 4005, 24 de Junho de 2010, Bruxelas: Europe Information Service SA.

⁶⁴⁴ Cf. SANTOS e CAETANO, 2009.

SANTOS e CAETANO referem⁶⁴⁵ que:

“Os acordos estabelecem que a UE oferecerá entrada livre de direitos no mercado comunitário aos produtos oriundos dos ACP, excepto para o açúcar e arroz, que estariam sujeitos a um período de transição. Por seu lado, os países ACP eliminariam progressivamente as tarifas sobre importações provenientes da UE.”

No entanto, pela sua natureza e abrangência, estes acordos não parecem resumir-se a meros convénios de natureza comercial⁶⁴⁶. Na realidade, a introdução gradual dos APE procuram *“ajudar os países ACP a erradicar a pobreza, favorecendo a sua integração regional e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento socioeconómico de modo a permitir a inserção progressiva destes países na economia mundial”*⁶⁴⁷.

Três razões podem ser avançadas para a mudança de atitude da UE para com os ACP, conduzindo a uma alteração da política comunitária para o desenvolvimento⁶⁴⁸:

1. Os resultados decepcionantes dos anteriores Acordos de Lomé, verificando-se um declínio acentuado da importância dos países ACP, quer no mercado mundial, quer no mercado europeu;
2. Uma elevada concentração geográfica e sectorial do comércio preferencial, o que significa que os países ACP diversificaram pouco a estrutura do seu comércio;
3. A assinatura da última Convenção de Lomé em 1989, ano da queda do Muro de Berlim – evento que provocou o fim do conflito Leste-Oeste, o que revolucionou o cenário da política económica internacional, abrindo o caminho para uma cooperação baseada em novos valores e princípios.

Porém, a principal razão invocada para a mutação da relação UE-ACP de cooperação para ajuda ao desenvolvimento para uma outra assente nos princípios de uma parceria comercial recíproca está essencialmente relacionada com o facto das Convenções de Lomé

⁶⁴⁵ SANTOS, Ana Maria Morgado e CAETANO, José Manuel (2º semestre 2008 – Fevereiro 2009), «Acordos de Cooperação Económica UE-ACP: instrumentos de desenvolvimento ou reajustamentos às regras da OMC?», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, SA, p. 250.

⁶⁴⁶ Cf. SANTOS e CAETANO, 2008.

⁶⁴⁷ SANTOS e CAETANO, 2009: 86.

⁶⁴⁸ SANTOS e CAETANO (2009), Op. cit. pp. 87-88.

violarem a *Cláusula da Nação Mais Favorecida* estabelecidas no quadro do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e, mais recentemente, da OMC.

SANTOS e CAETANO⁶⁴⁹ procuraram, por um lado, avaliar globalmente os efeitos económicos dos APE nos países ACP e, por outro, aferir se os APE constituem instrumentos efectivos de desenvolvimento sustentável ou são, apenas, meros reajustamentos à política de cooperação económica que tem delimitado as relações comerciais entre aqueles grupos de países, no sentido de tornar, assim, os acordos compatíveis com os princípios gerais que regem a OMC.

Com os APE existiria uma quase total liberalização das trocas comerciais entre a UE e os ACP, passando o desenvolvimento económico destes países pela sua progressiva integração no mercado mundial. Todavia, a aplicação dos APE tem gerado profunda controvérsia entre os diferentes agentes envolvidos, em que alguns os consideram susceptíveis de afectar negativamente a sustentabilidade do processo de desenvolvimento dos ACP.

Com efeito, “desde o início das negociações dos APE em 2002 que a visão da UE e dos países ACP sobre a forma como devem assumir os futuros acordos comerciais UE-ACP tem sido muito distinta”⁶⁵⁰. A corroborar esta divergência, a 1 de Janeiro de 2008, apenas tinha sido efectivamente assinado um APE global com os estados caribenhos do CARIFORUM, o que revelava as dificuldades inerentes ao processo de negociação dos acordos. À mesma data, menos de metade dos países ACP⁶⁵¹ eram signatários de APE parciais ou APE provisórios, tendo as partes, no entanto, assumido o compromisso de continuarem as negociações sobre outros aspectos dos acordos com vista a elaborar APE globais até final de 2008⁶⁵².

⁶⁴⁹ Cf. SANTOS e CAETANO, 2009.

⁶⁵⁰ SANTOS e CAETANO, 2009: 84.

⁶⁵¹ Trinta e cinco dos 78 estados ACP assinaram APE com a UE. São 79 os países ACP, mas a África do Sul tem um acordo comercial bilateral com a UE e não participou em qualquer APE.

⁶⁵² SANTOS e CAETANO, 2009: 89.

De facto, a maioria dos líderes africanos recusou-se a assinar os APE, afirmando a necessidade de mais tempo para preparar as suas economias e sociedades para o impacto do fim dos acordos de natureza preferencial. As negociações dos APE têm sido também criticadas pela falta de transparência e ausência de adequados mecanismos de consulta e de debate informado. Uma das principais dificuldades que os governos ACP enfrentam está relacionada com o facto de grande parte das negociações decorrer sem qualquer análise custo/benefício rigorosa sobre o impacto que estes acordos possam ter no futuro. Perante isto – a inexistência de um suporte analítico – os países ACP não se encontravam em posição de efectuar uma escolha informada sobre se deveriam assinar os APE globais⁶⁵³.

Ao nível dos recursos adicionais aos previstos no FED, as negociações dos APE também têm-se revelado bastante difíceis porque⁶⁵⁴:

“(...) enquanto a Comissão Europeia considera que os fundos acordados no 10º FED (2008-2013) são suficientes para cobrir todas as questões em torno dos APE, os países ACP têm pressionado no sentido de obterem compromissos adicionais de forma a salvaguardarem a afectação das verbas disponibilizadas pelo FED para áreas não relacionadas com o comércio.”

Acrescente-se o facto da necessidade das negociações dos APE atenderem aos interesses comerciais de ambas as partes envolvidas: regiões ACP e UE, em que as prioridades nacionais dos ACP têm de ser combinadas com um consenso regional entre os vários grupos ACP negociadores. O caso CEDEAO/ECOWAS, em que apenas a Costa do Marfim e o Gana assinaram um APE até 31 de Dezembro de 2007, ilustra as dificuldades em ultrapassar os interesses dos países membros para alcançar uma posição regional⁶⁵⁵.

Os grupos regionais criados para negociar os APE com a UE podem não coincidir com os esquemas de integração regional já existentes. Outro aspecto que tem dificultado o processo de integração regional dos ACP, e consequentemente tem entravado as negociações destes países com a UE, prende-se com a diferença nos montantes tarifários cobrados pelos países pertencentes ao mesmo grupo regional de negociação.

⁶⁵³ Cf. SANTOS e CAETANO, 2009.

⁶⁵⁴ SANTOS e CAETANO, 2009: 91.

⁶⁵⁵ Cf. SANTOS e CAETANO, 2009.

De realçar ainda que as negociações dos APE decorrem em simultâneo com as negociações multilaterais no âmbito da *Ronda de Doha*, tendo existido significativas interações entre ambos os processos. Em síntese, SANTOS afirma⁶⁵⁶ que:

“(...) para que os APE possam constituir um instrumento de desenvolvimento sustentável, a UE deveria ter procurado, durante o moroso processo negocial, soluções equilibradas, de modo a salvaguardar os seus interesses comerciais, mas sem comprometer as prementes aspirações de desenvolvimento dos países ACP.”

Com o término do Acordo de Cotonou previsto para 2020 e a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro de 2009, o grupo dos países ACP está consciente de que é tempo para, seriamente, discutir o seu próprio futuro⁶⁵⁷, na medida em que é necessário estabelecer um novo tipo de relação, devendo ser encontrado, por este Tratado, um modo de conservar esta relação⁶⁵⁸, o que é de crucial importância, quer para os países ACP, quer para a UE, devido à emergência dos países BRICS.

O Tratado de Lisboa veio retirar a UE “*do impasse cultural e geopolítico em que esta mergulhou na sequência dos referendos de resultado negativo*”⁶⁵⁹ que ocorreram em França e nos Países Baixos para o então designado Tratado que estabelecia uma Constituição para a Europa. Concedeu ao Parlamento Europeu poderes notáveis em matéria de decisão conjunta, o que permitirá desempenhar um papel mais significativo nas políticas de intercâmbio, comerciais e agrícolas.

A nova parceria UE-África pode ser vista como uma reacção europeia aos investimentos chineses, dada a emergência da China como novo actor global em África e como *player* decisivo mas também perverso⁶⁶⁰, tendo o mérito de fazer a Europa repensar o seu papel no continente africano e acordá-la para a competitividade pois demonstrou que

⁶⁵⁶ Cf. SANTOS, 2009.

⁶⁵⁷ *Bulletin Quotidien Europe* 10256 – 16/11/2010 – *Conseil ACP: le sommet UE/Afrique doit débloquer la négociation des APE*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

⁶⁵⁸ Entrevista de MATONGO, David (Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE), “Reforzar la colaboración ACP-UE frente a las nuevas vulnerabilidades”, *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, pp. 6-7.

⁶⁵⁹ LOPES RODRIGUES, 2008b: p. 190.

⁶⁶⁰ Na medida em que não lhe interessa que a sociedade dos países africanos seja cada vez mais democrática, mas sim que os governos, que estão no poder, garantam a perpetuação dos contratos assinados (palavras de GOMES, Ana durante o debate estabelecido no Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 30 de Abril de 2010).

lá existem mercados e produtos. Do lado africano há medo de que o diálogo venha a substituir a ajuda ao desenvolvimento. Do lado europeu, há receio de que a UA não tenha capacidade para cumprir as metas e que não se queira envolver num diálogo que toca questões sensíveis como a governação.

O crescimento da presença da China e dos seus investimentos em África são uma consequência directa das novas possibilidades para desenvolver uma diplomacia baseada nas capacidades económicas, podendo ser encarados como bastante positivos devido a três factores⁶⁶¹:

1. conduzem a melhorias massivas na eficiência (desde os portos da Nigéria até à reconstrução dos antigos caminhos-de-ferro de Luanda);
2. estão a gerar um aumento de tensão competitiva na região em prol de todos;
3. estão a criar um nível de emprego expressivo em todo o continente.

O crescimento chinês tem vindo a originar uma procura por novos mercados, especialmente no campo da energia e fora deste, pelo que se deve pressupor que a economia é a força condutora desta nova parceria África – China. As matérias-primas africanas são evidentemente uma grande atracção para a China, mas não só. Os EUA têm também aumentado substancialmente as suas importações de petróleo a partir de África, principalmente devido à instabilidade no Médio Oriente⁶⁶². A UE é, tradicionalmente, o maior parceiro comercial de África, cujas trocas, em 2007, rondaram os 200 mil milhões de euros enquanto a China, em 2006, ocupou a terceira posição, com cerca de 43 mil milhões de euros, embora este diferencial tenha tendência para declinar.

Do mesmo modo, a Índia tem, igualmente, evidenciado um interesse crescente pelos mercados de petróleo africanos, começando a estar em peso na costa oriental de África (Quadro LVI):

Sem dúvida que é bom que outros países possam ajudar o continente africano (não tem que haver necessariamente uma monodependência), mas este progressivamente está a ponderar se a ajuda de países como a China e a Índia se trata de puros interesses ou de

⁶⁶¹ Notícia “África – entre a percepção e a realidade”, *Jornal de Negócios*, Lisboa, 4 de Abril de 2011.

⁶⁶² Cf. CRAVINHO, 2008, pp. 7-13.

afectos. Daí a necessidade de África saber escolher os seus parceiros, devendo privilegiar a economia do «*ser*» e não a do «*ter*»⁶⁶³.

Quadro LVI. Índia: exportações para / importações de África.

Table 12: India: exports to/imports from Africa (\$m)

	Exports			Imports		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
India	8,572.187	10,709.349	12,933.699	3,216.791	4,252.772	5,704.034
Africa excl. South Africa	6,985.187	8,933.349	10,630.699	2,355.791	2,766.772	3,208.034
Sub-Saharan Africa	7,098.000	8,855.000	10,742.000	2,280.000	3,092.000	4,372.000
Sub-Saharan Africa excl. South Africa	5,511.000	7,079.000	8,439.000	1,419.000	1,606.000	1,876.000
South Africa	1,587.000	1,776.000	2,303.000	861.000	1,486.000	2,496.000

Source: UNCTAD Handbook of Statistics 2009, <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/dimView.aspx>

No âmbito da cooperação regional, destaque ainda para o compromisso assumido entre a SADC e a Comissão Europeia, traduzido no *Papel Estratégico Regional* que contou com a assinatura do *Programa Indicativo Regional da Ajuda Comunitária Europeia* a favor da SADC para o período temporal compreendido entre 2002 e 2007, envolvendo a contribuição inicial de 101 milhões de euros não reembolsáveis, afectos aos recursos do 9.º FED e destinados ao reforço da integração regional da África Austral, sobretudo nas áreas de integração económica, comércio, transportes e comunicações. Entretanto, as negociações UE-SADC do APE foram lançadas em Windhoek, em Julho de 2004 (no quadro do Acordo de Cotonou), procurando chegar a um novo acordo comercial que seja compatível com as regras da OMC.

No dia 22 de Dezembro de 2010, a Comissão Europeia aprovou formalmente o *Programa de Acção Anual 2010* para a cooperação intra-ACP⁶⁶⁴, o qual abrange 13 programas, representando uma verba total de 445,3 milhões de euros, provenientes do 10.º FED da UE para o período 2008-2013, a ser distribuída em áreas como a saúde, as alterações climáticas, educação e cultura, comércio e desenvolvimento do sector privado, agricultura e desenvolvimento rural e cuidados sanitários. Este programa integra o acordo

⁶⁶³ Intervenção de CALAZANS, João Carlos (Professor universitário) no V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁶⁶⁴ *Rapid* “The European Commission approves 13 programmes supporting Intra-ACP cooperation”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 22 de Dezembro de 2010.

de cooperação entre a UE e o Grupo dos ACP, no valor de 2,7 mil milhões de euros.

Este acordo, assinado em Março de 2009, identifica três *clusters* de acção para a cooperação intra-ACP durante o período 2008-2013:

1. Medidas para ajudar os países ACP a protegerem-se contra ameaças internacionais através da participação em «*global initiatives*» na área da saúde;
2. «*All-ACP initiatives*» visando ajudar os estados ACP a protegerem-se contra choques exógenos na área das alterações climáticas e da pressão ambiental e também procurando promover a integração entre eles próprios e na economia mundial;
3. «*Pan-African Initiatives*» através de actividades relacionadas com missões de paz, capacidade de construção institucional para a UA e auxílio no desenvolvimento de estratégias para enfrentar desafios comuns específicos.

Adicionalmente, a estes três *clusters* de acção, o papel estratégico da cooperação intra-ACP prevê suportar gastos para cobrir o financiamento de instituições conjuntas (como o Centro para o Desenvolvimento de Empresas, o Centro Técnico para a Agricultura e a Cooperação Rural ACP-UE e a Assembleia Parlamentar Conjunta), financiamento parcial do Secretariado ACP e o financiamento da Facilidade de Cooperação Técnica intra-ACP.

No dia 15 de Fevereiro de 2011, o Conselho Europeu deu luz verde à Comissão Europeia para a quitação/execução final das operações do FED concernente ao exercício de 2009. Esta decisão do Conselho é baseada numa revisão da conta de gestão e de operações do balanço do 8.º FED à data de 31 de Dezembro de 2009, bem como o relatório anual do Tribunal de Contas sobre as actividades relevantes do 8.º, 9.º e 10.º FED⁶⁶⁵.

Em suma, as relações entre a UE e os países ACP foram formalizadas ao longo do tempo pela celebração de vários acordos ou convenções – Iaoundé, Lomé e Cotonou. O seu objectivo primordial era a erradicação da pobreza através de uma integração acrescida dos países ACP no sistema de comércio mundial, com a incorporação gradual de alguns

⁶⁶⁵ *Bulletin Quotidien Europe* 10317 – 17/02/2011 – UE/ACP: feu vert du Conseil à la décharge pour les dépenses du FED en 2009, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

elementos que se prendem com a boa governação, a democracia, os direitos humanos e o diálogo político e a cooperação económica.

Cooperação UE - Brasil

Relativamente ao Brasil, tem-se vindo a constatar que se está a posicionar para ser uma das principais potências emergentes internacionais, tal como Rússia, China e Índia, sendo destas, o único país que, através da lusofonia, “*pode contar com a inserção numa plataforma multi-continental e multi-oceânica com potencial de projecção global de poder*”, conforme afirmou o Prof. Ernâni Rodrigues Lopes⁶⁶⁶.

O Brasil é um importante parceiro estratégico da UE, datando de 1960 as suas relações bilaterais. O Acordo-Quadro de Cooperação de 1992 estabeleceu a base legal para a cooperação, a qual se tem vindo a manifestar em várias áreas, assentando no diálogo político. Em reconhecimento da importância política e económica, a *Parceria Estratégica* UE-Brasil foi estabelecida em Julho de 2007 por ocasião da primeira cimeira bilateral que decorreu em Lisboa, entretanto, seguida de outras que se têm revelado eventos de sucesso ao gerarem uma dinâmica positiva na relação e fornecer orientação e impulso para uma cooperação intensiva a nível técnico⁶⁶⁷.

Estes encontros têm ocorrido numa base anual, focando os principais desafios globais tais como as alterações climáticas, a crise financeira internacional e a respectiva situação regional. Para sustentar esta *Parceria Estratégica*, os líderes adoptaram um *Plano de Acção Conjunto UE-Brasil* para três anos (2009-2011) durante a segunda cimeira que teve lugar no Rio de Janeiro em Dezembro de 2008. Este *Plano de Acção* incluía diálogo político, matérias económicas, comerciais, culturais e sociais, incluindo ambiente e desenvolvimento sustentável, cooperação bi-regional, ciência e tecnologia. Uma revisão deste plano e a adopção de um novo para o período 2012-2014 estiveram na agenda da quinta cimeira. No contexto internacional, o Brasil e a UE partilham valores comuns e

⁶⁶⁶ Intervenção de LOPES, Ernâni Rodrigues, II Conferência da Lusofonia, CRL, Lisboa, Novembro de 2007. (Texto policopiado)

⁶⁶⁷ Memo/11/651 “EU-Brazil relations”, Bruxelas, 30 de Setembro de 2011.

objectivos estratégicos e ambas as partes estão comprometidas com a diplomacia multilateral.

No domínio da cultura, a UE e o Brasil pretenderam, outrossim, reforçar a cooperação, tendo assinado no dia 4 de Outubro de 2011 um *Plano de Acção* de quatro anos (2011-2014) com ênfase na diversidade cultural, no património cultural e no desenvolvimento de uma economia cultural e criativa sustentável. Tanto a UE, como o Brasil reconhecem o papel vital da cultura nas suas sociedades e nas relações com os seus parceiros, sendo a cultura uma área em forte crescimento na economia europeia, em que alguns estudos apontam para que represente 4,5% do PIB da Europa e empregue 8,5 milhões de pessoas. Também o Brasil se caracteriza por um sector cultural dinâmico e por um património cultural rico, contando com 11 sítios na Lista do Património Mundial da UNESCO, por exemplo, as cidades históricas de Ouro Preto, Olinda e Salvador da Bahia, que atraem todos os anos milhares de europeus e turistas de outras proveniências⁶⁶⁸.

Este novo «*Programa Conjunto no domínio da Cultura*» dá seguimento a uma «*Declaração Conjunta*», assinada em 18 de Maio de 2009, nesse âmbito e representa mais um passo em frente nas relações económicas UE-Brasil, colocando em marcha várias iniciativas destinadas a intensificar o intercâmbio de pontos de vista em particular no que toca à aplicação da *Convenção da UNESCO de 2005 sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, na qual a UE é parte, em conjunto com cada um dos Estados-Membros.

O reforço da cooperação e do diálogo na área da cultura é imprescindível para a melhoria da compreensão mútua e o estreitamento dos laços entre os seus povos, para além de ajudar no envolvimento nas questões de governação cultural a nível internacional. Entre as prioridades identificadas quer na *Declaração Conjunta*, quer no *Programa Conjunto* no âmbito da Cultura destacam-se as seguintes:

⁶⁶⁸ Comunicado de Imprensa “Cultura: União Europeia e Brasil assinam acordo para reforçar a cooperação”, IP/11/1152, Bruxelas: Comissão Europeia, 4 de Outubro de 2011.

- Políticas vocacionadas para criar um ambiente propício a uma economia cultural e criativa;
- Melhorar a cooperação e os intercâmbios entre a UE e o Brasil, inclusive em aspectos relacionados com co-produções audiovisuais;
- Partilhar conhecimentos profissionais especializados no domínio da preservação do património cultural e natural, incluindo as paisagens culturais, fomentando a sua valorização;
- Promover a aplicação da Convenção da UNESCO de 2005 sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

No campo da Ciência e da Tecnologia, foi concluído com o Brasil um acordo temático que pretendia aumentar a cooperação recíproca neste domínio em que as principais áreas de investigação nas quais equipas brasileiras participam são: transportes, biotecnologia/agricultura/alimentação, informação e comunicação tecnológica, energia e ambiente.

Em termos comerciais, o Brasil é o décimo parceiro da UE, imediatamente a seguir à Índia, representando 2,2% do comércio total da UE. A UE é o principal parceiro comercial do Brasil atingindo 22,2% do total do seu comércio. Em 2010, as empresas comunitárias exportaram para o Brasil bens no valor de 31,3 mil milhões de euros, enquanto as importações rondaram os 32,3 mil milhões de euros. Contudo, nos últimos anos, a importância relativa da UE diminuiu ligeiramente nas importações do Brasil mormente devido ao crescimento acentuado das exportações chinesas para o Brasil.

Cerca de 90% das exportações da UE para o Brasil foram bens industrializados. O principal produto de exportação do Brasil para a UE é o ferro que juntamente com outros minerais e materiais petrolíferos representam 34% das exportações brasileiras para a UE. A segunda categoria de exportações abrangeu os produtos animais e alimentares, representando 26% das exportações do Brasil para a UE, o que significa que o Brasil permanece como o principal fornecedor de produtos agrícolas da UE.

Ao nível dos Serviços, em 2010, a UE exportou 9,9 mil milhões de euros para o Brasil enquanto as importações foram no valor de 5,5 mil milhões de euros. O Brasil atraiu 40% dos fluxos de IDE da UE para a América Latina, sendo a UE o maior investidor estrangeiro no país com mais de 40% do total do *stock* do IDE em 2009.

Para o período 2007-2013, a UE identificou duas prioridades na sua assistência ao Brasil, com a atribuição de uma verba indicativa de 61 milhões de euros:

1. Aumentar as relações bilaterais;
2. Promover a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

A *Parceria Estratégica* prevê a cooperação entre a UE e o Brasil na área do desenvolvimento no sentido de uma melhor coordenação dentro de pertinentes *fora* internacionais e através da cooperação trilateral. A promoção da cooperação triangular com o Brasil em países em desenvolvimento (PALOP e Timor-Leste) tem sido acordada ao mais alto nível para a cooperação em determinados sectores tais como: saúde, energia, agricultura, educação, reforma do sector da justiça e segurança.

5.1 As cimeiras UE-África

Os países africanos têm desempenhado um papel mais estratégico no cenário internacional. Os designados «*global players*» que compreenderem esta posição e que desenvolvam maiores relações comerciais e diplomáticas com os estados africanos serão deveras beneficiados.

Para muitos países, particularmente aqueles que pautaram as suas relações com África, sobretudo em termos humanitários, isso irá exigir uma desconfortável alteração nas percepções política e pública. Sem esta alteração, muitos dos parceiros tradicionais de África, especialmente na Europa e na América do Norte irão perder influência global e vantagens comerciais para os poderes emergentes na Ásia, África e América do Sul⁶⁶⁹.

⁶⁶⁹ Cf. A Chatham House Report “Our Common Strategic Interests – Africa’s Role in the Post-G8 World”, Tom Cargill, Londres, Junho de 2010.

África é o segundo maior continente no mundo (com cerca de 30,3 milhões de Km², é maior que a China, a Índia, a Europa Ocidental e o Brasil juntos), com mais países do que qualquer outro, com um bilião de pessoas – um sexto da população mundial – espalhadas ao longo de diversas extensões de zonas climáticas.

África está geograficamente bem situada para beneficiar a partir de uma economia globalizada, sendo uma importante fonte de matérias-primas essencial para o desenvolvimento global, enquanto as suas florestas tropicais exercem um papel seminal no balanço do clima do planeta⁶⁷⁰. Em virtude de hoje se encontrar inserido numa estrutura europeia, Portugal, que quando aderiu à CEE, já existiam as Convenções de Lomé, tem procurado desenvolver um papel elementar na consolidação da relação da Europa com África (uma das prioridades da política externa portuguesa⁶⁷¹) e, nesse sentido, na construção de uma política europeia para África, ao nível da política externa europeia.

Tem-se procurado defender a inclusão, de forma permanente, do continente africano na agenda da UE, contrariando o tratamento de menoridade que era dado ao continente africano. A partir da Presidência Portuguesa do Conselho da UE tomou-se consciência da necessidade de conferir maioridade a este continente, tal como afirmou José Augusto Duarte⁶⁷². A «Estratégia Conjunta UE-África», assinada durante esta presidência, em 2007, passou a incidir sobre a cooperação entre iguais ao apresentar soluções comuns para problemas comuns, substituindo a anterior a anterior «Estratégia europeia para África», através da qual “a Europa adoptava uma postura de responsabilidade de ajudar o Continente em situação de simples receptor de auxílio”⁶⁷³.

O relacionamento de Portugal com África passa pela concertação com os parceiros europeus, quer a nível político, quer em termos da cooperação para o desenvolvimento.

⁶⁷⁰ Ibidem.

⁶⁷¹ Obviamente que nem todos os países africanos interessam a Portugal, cujo maior interesse reside na região da África Austral, onde se encontram Angola e Moçambique. Daí que se possa dizer, abreviadamente, que a política externa portuguesa é condicionada por interesses, pelo seu enquadramento histórico e por afectos.

⁶⁷² Intervenção de DUARTE, José Augusto (Director do Departamento de África da Direcção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal)., «O Papel de Portugal na aproximação Europa-África», no Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 23 de Março de 2010.

⁶⁷³ SARAIVA, 2010: 106.

Portugal, cujo passado justifica um presente na sua política externa e que justificará também o seu futuro, tem um lugar especial e pretende ter um papel útil nessa articulação, uma vez que se assume como interlocutor privilegiado de um conjunto de países africanos, apoiando e projectando a CPLP e encorajando fortemente o avanço da integração regional em África, com crescente peso internacional e relevância no continente.

Desde o ano 2000, foram já realizadas três cimeiras entre a UE e África, cujas principais disposições se encontram sintetizadas no Quadro LVII:

Quadro LVII. Súmula – Cimeiras África-UE / UE-África.

Cimeira	Local	Data	Ideias-chave
I Cimeira África-UE	Cairo	3 e 4 Abril 2000	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pela primeira vez, as relações foram abordadas com todo o continente africano; ▪ Ponte para o lançamento da NEPAD e para a criação da UA como principal actor internacional, como voz política unificada e como interlocutor da UE em África.
II Cimeira UE-África	Lisboa	8 e 9 Dezembro 2007	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovação de uma <i>Estratégia Conjunta</i> e de um <i>Plano de Acção (2008-2010)</i>; ▪ <i>Declaração de Lisboa</i> - consenso euroafricano de valores, interesses comuns e objectivos estratégicos.
III Cimeira África-UE	Tripoli	29 e 30 Novembro 2010	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação das relações UE; ▪ Elaboração do <i>Plano de Acção (2011-2013)</i> sobre a execução da <i>Estratégia Conjunta África-UE</i>.

Com avanços e recuos, a diplomacia portuguesa face à África lusófona tem hoje um saldo global de êxitos. Esse trabalho acabou por redundar, em Portugal, na criação de uma

massa crítica de «*expertise*»⁶⁷⁴ africana que nos colocou no centro de duas Cimeiras UE-África, ambas decorridas ao abrigo de duas Presidências nacionais do Conselho da UE.

Entretanto, a dificuldade em identificar os resultados concretos entre as II e III Cimeiras leva a que se tentem encontrar, segundo a intervenção de Corsino Tolentino⁶⁷⁵, motivos de consolação que revelam alguma utilidade:

- Rede de instituições que promovem o conhecimento e o diálogo;
- Institucionalização de um centro internacional com três eixos fundamentais: investigação, formação e comunicação que vai permitir um contacto sistemático entre os investigadores e os decisores políticos – o Instituto da África Ocidental (IAO)⁶⁷⁶, com sede em Cabo Verde e cujo objectivo, entre outros, é melhorar o diálogo inter-regional.

Para que existam relações mais eficazes entre a UE e África e uma melhor representação de África nas instituições decisoras, através da sociedade civil, é fundamental promover:

- O conhecimento (questão seminal);
- As oportunidades de diálogo/debate para favorecer o sentido da cidadania, exercendo pressão junto da UE.

A este propósito, Graça Machel⁶⁷⁷ advoga que a UE deverá apoiar os *media*, os activistas do desenvolvimento, as ONG's e alguns grupos de interesse capazes de mobilizar a sociedade civil.

⁶⁷⁴ Intervenção de COSTA, Francisco Seixas da (Embaixador), Ciclo de Conferências “Pensar Portugal no Mundo”, Assembleia da República, Lisboa, 9 de Abril de 2008. (Texto policopiado)

⁶⁷⁵ Intervenção de TOLENTINO, Corsino (ex-dirigente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, ex-embaixador de Cabo Verde em Portugal e ex-ministro da Educação de Cabo Verde, foi Director na Fundação Gulbenkian, consultor do BM e membro do Conselho Executivo da UNESCO; em Maio de 2010, foi nomeado director interino do Instituto da África Ocidental), Conferência internacional “Perspectivas para as Relações Europa-África”, organizada pelo IEEI e pelo *European Centre for Development Policy Management* (ECDPM), Lisboa (Hotel Tivoli Oriente), 7 de Junho de 2010.

⁶⁷⁶ Instituição inovadora (pelo seu carácter regional e internacional, integrando a CEDEAO, UEMOA e UNESCO) e que consegue também ser diferente e diferenciadora por eleger política de investigação, comunicação e partilha de conhecimento como eixos fundamentais, favorecendo a transformação social.

⁶⁷⁷ Intervenção de MACHEL, Graça, Conferência-debate “Europa-África Olhares Africanos”, CHRIS, CCB–Lisboa, 12 de Novembro de 2008.

I Cimeira África-UE (Cairo - Egipto)

A 1.^a cimeira histórica África-UE realizou-se no Cairo, de 3 a 4 de Abril de 2000, por iniciativa da segunda Presidência Portuguesa do Conselho da UE, após alguma insistência e várias renitências, e permitiu lançar um diálogo político mais estruturado, traduzindo uma nova etapa do relacionamento da UE com África, em que, pela primeira vez, as relações foram abordadas com todo o continente africano.

Desde que esta cimeira ocorreu, muita coisa mudou em África e na Europa, como consequência das alterações globais resultantes do contexto internacional, como sejam as alterações climáticas, os fluxos migratórios, a paz e segurança ou a acção concertada da comunidade internacional necessária ao comércio internacional⁶⁷⁸.

Contudo, o verdadeiro ponto de viragem neste diálogo foi o lançamento, em 2001, da NEPAD, sendo ainda mais relevante a criação, no ano seguinte, da UA como principal actor internacional, como voz política unificada e como interlocutor da UE em África.

II Cimeira UE-África (Lisboa - Portugal)

Mais tarde, em 8 e 9 de Dezembro de 2007, decorreu em Lisboa, no âmbito da terceira Presidência Portuguesa do Conselho da UE, a II Cimeira UE-África, a qual, apesar de não ter sido a primeira realizada entre os dois continentes e as suas instituições representativas, procurou estabelecer a base para um renovado diálogo estratégico com África e conduzir as relações UE-África para um novo patamar, marcando uma notória viragem decisiva ao deixar para trás “*a velha relação, ultrapassada e esgotada, entre «doador e beneficiário»*”⁶⁷⁹.

Deste encontro resultou a aprovação de uma *Estratégia Conjunta* UE-África para o médio prazo e de um *Plano de Acção (2008-2010)* que traduz esta estratégia para trabalho específico, sendo destinados a realizar em conjunto interesses comuns e objectivos

⁶⁷⁸ Cf. CRAVINHO, 2008, pp. 7-13.

⁶⁷⁹ MICHEL, Louis (2008), *África-Europa: a indispensável aliança*, Bruxelas: Comissão Europeia, p. 3.

estratégicos, além da ênfase na tradicional política de desenvolvimento. Nesta cimeira, que reuniu países lusófonos de ambos os continentes, num total de 80 Chefes de Estado e de Governo (de 27 Estados europeus e de 53 países africanos), representando quase 1,5 mil milhões de pessoas, foi assinada uma curta declaração política – a *Declaração de Lisboa*⁶⁸⁰, um consenso euroafricano de valores, interesses comuns e objectivos estratégicos.

Nas palavras de Graça Machel, esta cimeira representou “*uma mudança de paradigma ao nível da cooperação – de continente para continente*”, com base no reforço da cooperação entre as instituições da UA e as da UE, assim como na importância da referência à relação entre segurança e desenvolvimento, o que permite recordar, neste contexto, duas frases célebres de Nelson Mandela⁶⁸¹: “*Apoiar a coragem onde existe o medo*” e “*Inspirar esperança onde prevalecer o desespero*” e, sobretudo, segundo um excerto retirado do seu discurso de tomada de posse, proferido a 10 de Maio de 1994, “*Deixemos a liberdade vencer!*”⁶⁸².

Constitui, igualmente, um ponto de ruptura com as relações baseadas na história dos países colonizadores, não obstante a permanência ainda de uma mentalidade balcanizada em que, por exemplo, Portugal deveria mudar de estratégia, não podendo centrar a sua atenção apenas no mundo lusófono em África, de modo a não correr o risco de ser ultrapassado pela intenção de maior abrangência por parte do seu país vizinho, a Espanha⁶⁸³.

O veículo para o desenvolvimento de África não se traduz só nas trocas comerciais, mas também na promoção da democracia e da boa governação, bem como no apoio à

⁶⁸⁰ Cimeira UE-África, Lisboa, 2007.

⁶⁸¹ Carinhosamente apelidado de Madiba pelo seu povo e consagrado com o Prémio Nobel da Paz em 1993, é o mais universalmente venerado bastião da liberdade, da unidade e do sacrifício, debatendo-se pelos princípios da igualdade e da democracia enquanto homem e pela transparência e responsabilização enquanto político. Foi o primeiro Presidente negro da África do Sul (1994-1999), com um importante papel enquanto porta-voz internacional. Numa conjuntura que se poderia ter revelado explosiva, transformou-se num ícone mundial com o seu papel reconciliatório numa nação amargurada e transtornada por décadas de *apartheid*.

⁶⁸² MANDELA, Nelson (2011), *Deixemos a Liberdade Vencer – As palavras que mudaram o Mundo*, Lisboa: Babel.

⁶⁸³ Intervenção de MACHEL, Graça, Conferência-debate “Europa-África Olhares Africanos”, CHRIS, CCB–Lisboa, 12 de Novembro de 2008.

emergência de uma liderança feminina, já que as mulheres representam uma fatia significativa na sociedade.

Na altura em que se realizou esta cimeira, foi lançada a *Europe Africa Policy Research Network* (EARN) constituída por uma rede de institutos⁶⁸⁴ e *think thanks* europeus e africanos cujo objectivo geral é contribuir para o diálogo político entre a UE e África, analisando as preocupações de interesse comum e os desafios globais que afectam de forma diversa os dois continentes⁶⁸⁵. A rede abrange cinco eixos/áreas temáticas que correspondem, em grande medida, às questões abordadas pela *Estratégia Conjunta UE-África*:

1. Parceria UE-África⁶⁸⁶ e Questões Globais;
2. Paz e Segurança;
3. Governação democrática e direitos humanos;
4. Comércio e Integração Regional;
5. Redução da Pobreza e Desenvolvimento.

A análise prática destas questões que interessam aos decisores políticos, através de uma abordagem abrangente e multidimensional, pretende aumentar a interacção entre o sector da investigação e das decisões políticas, contribuindo para um processo decisório mais informado dos responsáveis europeus e africanos. Poder-se-á dizer que o ano de 2007⁶⁸⁷ se caracterizou por uma modernização das relações políticas entre a UE e a África à escala continental. Portugal teve um papel muito importante na realização desta cimeira e, segundo Patrícia Magalhães Ferreira, como “*voz dos interesses africanos na Europa*”⁶⁸⁸. Com efeito, este acontecimento continuou a mobilizar a diplomacia portuguesa sobretudo devido à pressão da posição inglesa de não se aceitar a presença do Presidente do Zimbabué nesta cimeira (cf. PINTO, 2008).

⁶⁸⁴ O IEEI é co-presidente da EARN.

⁶⁸⁵ Intervenção de CARDOSO, Fernando Jorge (Director de Estudos do IEEI), Conferência “Perspectivas para as Relações Europa-África”, IEEI, Hotel Tivoli Oriente-Lisboa, 7 de Junho de 2010.

⁶⁸⁶ É a única parceria estratégica continente-a-continente da UE.

⁶⁸⁷ Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 2007, Comissão Europeia (2008), Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

⁶⁸⁸ Entrevista de FERREIRA, Patrícia Magalhães (Investigadora do IEEI) “Portugal é a voz dos interesses africanos na Europa”, jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, 8 de Junho de 2010.

Na *Paz e Segurança*, a cooperação policial e militar é bem sucedida e Portugal deve estar na linha da frente dos esforços europeus no tocante à gestão dos conflitos em África, acrescentando a sensibilidade comum e os interesses que o aproximam de outros países com um passado em África⁶⁸⁹. Este é considerado o eixo de sucesso na estratégia UE-África, contando com o interesse europeu, já que a prioridade é não intervir directamente mas apoiar as estruturas africanas, apesar dos actuais conflitos em África demonstrarem que a UA não tem ainda capacidade suficiente para intervir militar e politicamente, pelo que a UE tem de participar mais.

Contudo, registaram-se avanços na sua arquitectura e na criação da Força *Stand-By* do sistema de alerta antecipado. Houve apoio europeu à formação de elementos militares, civis e de polícia mas a questão do financiamento coloca-se. A UE é o maior financiador, mas não está clara qual a opção a longo prazo face às críticas de uso de fundos do desenvolvimento para questões securitárias.

Para além de ter sido um teste à capacidade negocial de Portugal, poder-se-á considerar que a política de cooperação lusófona colheu dividendos da realização desta segunda cimeira UE-África. Efectivamente, todo o contributo que Portugal, país anfitrião desta cimeira, tivesse conseguido para a melhoria das condições de vida em África, designadamente no que toca aos direitos humanos, à boa governação e ao desenvolvimento humano sustentado, isto é, todos os compromissos tendentes a atingir os Objectivos do Milénio, não deixariam de ter reflexos positivos no espaço lusófono e na afirmação da Lusofonia.

Como era expectável, na agenda desta reunião, a abordagem de questões relativas ao espaço lusófono não constituiu um tema central, até porque muitos dos participantes integram outras comunidades baseadas na partilha da língua e da história, o que não invalidou que as questões mais pertinentes da África lusófona pudessem beneficiar da condição lusófona do país anfitrião. “*Será caso para afirmar que, enquanto europeu, Portugal pode constituir uma mais-valia para o Mundo Lusófono.*” (PINTO, 2008: 64).

⁶⁸⁹ Cf. DUARTE, 2008.

III Cimeira África-UE (Tripoli - Líbia)

Na organização da III Cimeira África-UE, realizada nos dias 29 e 30 de Novembro de 2010, em Tripoli (Líbia), Portugal está de novo na linha da frente, procurando salvaguardar a diversidade dos 53 países africanos envolvidos. Existem «*interesses*»⁶⁹⁰ que condicionam, mas também laços afectivos históricos e culturais que muito influenciam, no entanto, não se pode ser excessivamente moralista, nem exercer uma diplomacia de «*megafone*», apesar de não se poder branquear eventuais ditaduras e o desrespeito pelos direitos humanos.

Aquando da apresentação, no dia 10 de Novembro de 2010, das propostas da Comissão Europeia para a consolidação das relações entre a UE e África, Andris Piebalgs afirmou: “*Três anos depois do lançamento de uma parceria única, chegou a altura de consolidar as relações UE-África, abrindo perspectivas de um mundo melhor e mais próspero para 1 500 milhões de pessoas em 80 países*”⁶⁹¹. Acrescentou ainda que:

*“Para assegurar um desenvolvimento a longo prazo, tem de ser dada maior atenção à forma como a cooperação para o desenvolvimento deverá ajudar a criar condições favoráveis a um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Só assim será possível lutar contra a pobreza e confirmar o dinamismo político e económico de África na cena internacional.”*⁶⁹²

A crise económica, ambiental e alimentar, o surgimento de doadores emergentes (Brasil, Índia e China) e o novo quadro institucional da UE, decorrente do Tratado de Lisboa, exigem ajustamentos na parceria UE-África. A Europa e África partirão dos resultados já conseguidos pela *Estratégia Conjunta* para reforçar o seu impacto aos níveis mundial, continental e regional. Ainda no que se reporta aos doadores emergentes, estes posicionam-se como actores cada vez mais importantes e incontornáveis na arquitectura internacional da APD, revelando particularidades aparentes mas de eficácia incerta.

⁶⁹⁰ Em Relações Internacionais, costuma-se dizer que os países/estados não têm «*amigos*» mas sim «*interesses*».

⁶⁹¹ *Rapid* “África-Europa: oitenta países, dois continentes em parceria para um futuro melhor”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 10 de Novembro de 2010.

⁶⁹² *Bulletin Quotidien Europe* 10254 – 11 /11/2010 – *UE/Afrique: l’UE pour un partenariat consolidé, avant le sommet en Libye*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

Alguns dos aspectos positivos relacionados com esses doadores prendem-se com⁶⁹³:

- a ausência de «condicionalidade» ligada a políticas, o que confere maior flexibilidade à ajuda;
- uma maior margem de manobra na condução das políticas de desenvolvimento;
- uma melhor capacidade para compreender a realidade de um país dependente.

Os aspectos negativos identificados são:

- a ajuda estar frequentemente consignada a bens e serviços do país de origem («*tied aid*»);
- a modalidade convencional de ajuda (o projecto isolado) ser dominante;
- o apoio dado a governos corruptos e com registo de violações de direitos humanos ser frequente.

Não obstante os «*contras*», antes assinalados, a ajuda destes doadores emergentes acarreta um valor acrescentado à «*cooperação Sul-Sul*», a qual difere da «*cooperação Norte-Sul*» (a cooperação tradicional), visto que são diferentes com abordagens diferenciadas mas nessas diferenças acabam por ser complementares.

Embora o âmago da *Estratégia Conjunta África-UE* continue a ser a consecução dos ODM, a Comissão Europeia reconhece a necessidade de um apoio a África para fortalecer a sua governação política e económica, de modo a permitir uma mobilização mais eficaz dos recursos do continente. Neste espírito, a Comissão Europeia propõe centrar-se nas iniciativas que poderiam ajudar a despoletar um crescimento «*inclusivo*»⁶⁹⁴ e «*sustentável*»⁶⁹⁵ a longo prazo. Estas propostas contribuíram para a elaboração do *Plano de*

⁶⁹³ CABRAL, Lúcia (Investigadora no *Overseas Development Institute*), Seminário “Novas abordagens de cooperação para o desenvolvimento? Doadores emergentes e a experiência do Brasil”, CEsa/ISEG, Lisboa, 14 de Abril de 2011.

⁶⁹⁴ Referente à redução da pobreza e das desigualdades, devendo a cooperação para o desenvolvimento focar-se em aspectos como a saúde das populações e um bom nível de instrução, a melhoria da prestação de serviços e das infra-estruturas, as competências, a inovação e o espírito empresarial, assim como em temas como a imigração. O objectivo é trabalhar em conjunto e em parceria para criar um ambiente propício ao desenvolvimento dos investimentos, do comércio e do emprego.

⁶⁹⁵ Atinente ao desenvolvimento de economias eficientes, ecológicas e competitivas. O enorme potencial inexplorado, que África possui, em matéria de energias renováveis, que vai da energia hidráulica à energia solar, eólica, geotérmica e biomassa, poderia ser utilizado para garantir o acesso à electricidade a milhões de pessoas. Inclui outrossim a cooperação para fortalecer a integração regional e o comércio em África; apoiar a gestão sustentável das matérias-primas, direccionar os apoios à agricultura para os pequenos agricultores que utilizam métodos de produção mais ecológicos; e implementar programas conjuntos destinados a proporcionar energia limpa a todos os cidadãos.

Acção sobre a execução da *Estratégia Conjunta África-UE* que foi adoptado durante a III Cimeira, priorizando as actividades que tenham uma manifesta dimensão regional, continental ou global, um claro valor acrescentado e uma massa crítica comprovada.

No geral, poder-se-á afirmar que a Comunicação da Comissão Europeia sobre a consolidação das relações UE-África, adoptada no dia 10 de Novembro de 2010, foi um contributo para esta cimeira em que o tema transversal «*Crescimento, Investimento e Criação de Emprego*» deu o tom para a cooperação entre os dois continentes e forneceu as orientações a longo prazo para estes sectores.

O financiamento foi uma questão central⁶⁹⁶ em que os africanos pressionaram por um envelope financeiro autónomo e a Europa considerou o envelope, mas disse que o ónus não pode ser apenas europeu. Esta cimeira avaliou os resultados políticos e operacionais alcançados no período de 2008-2010, dando orientações políticas sobre a forma de prosseguir e preparar o *Plano de Acção 2011-2013*, procurando contribuir para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável de África⁶⁹⁷ que permita atender aos ODM no horizonte de 2015.

5.2 As cimeiras UE-Brasil

As relações entre a UE e o Brasil são regidas pelo *Acordo-Quadro de Cooperação CE-Brasil* de 1992 e pelo *Acordo-Quadro de Cooperação UE-MERCOSUL* de 15 de Dezembro de 1995⁶⁹⁸, o qual foi a confirmação de que a UE não se limita apenas a promover a cooperação comercial com o objectivo de uma progressiva liberalização de comércio no seio de uma associação inter-regional, mas que pretende alargar a cooperação a sectores de interesse comum num quadro de diálogo político institucionalizado, assente

⁶⁹⁶ Entrevista de FERREIRA, Patrícia Magalhães (Investigadora do IEEI) “Portugal é a voz dos interesses africanos na Europa”, jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, 8 de Junho de 2010.

⁶⁹⁷ *Bulletin Quotidien Europe* 10254 – 11 /11/2010 – *UE/Afrique: l’UE pour un partenariat consolidé, avant le sommet en Libye*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

⁶⁹⁸ COMISSÃO EUROPEIA (2008), *Parceria Estratégica entre a União Europeia, a América Latina e as Caraíbas: um empenhamento comum*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia.

num ambiente de paz, de democratização e de defesa dos direitos humanos⁶⁹⁹. O Acordo para a cooperação científica e tecnológica, datado de 2004, também contribuiu para a regulação da parceria UE-Brasil.

Os interesses da UE pelos países do MERCOSUL são muito diferenciados e demonstram que o aprofundamento das relações institucionais entre estas duas organizações regionais não é apenas de carácter económico. Há uma exigência no sentido de diversificar a cooperação e a integração a diversos níveis, de acordo com as directivas multilaterais da OMC, procurando incutir um novo impulso à conclusão da *Ronda de Doha*. É igualmente fulcral tentar gizar um novo instrumento de colaboração interinstitucional que favoreça um desenvolvimento económico e social justo.

O Brasil também se tem revelado muito empenhado na cooperação para o desenvolvimento com a UE, atribuindo especial importância às acções destinadas ao reforço das relações bilaterais e à promoção do desenvolvimento sustentável. Entre 2007 e 2011 foram realizadas cinco cimeiras entre a UE e o Brasil, cujas principais disposições são, sucintamente, elencadas no Quadro LVIII:

⁶⁹⁹ BARAHONA DE BRITO, Alexandra; VALLADÃO, Alfredo G. A.; LAVAGNA, Roberto; ANTÓN, Romeo Pérez; ALESSANDRINI, Sérgio; THORSTENSEN, Vera (1997), *Além do Comércio – Ampliar as Relações Europa-Mercosul*, Lisboa: IEEL.

Quadro LVIII. Súmula – Cimeiras UE-Brasil / Brasil-UE.

Cimeira	Local	Data	Ideias-chave
I Cimeira UE-Brasil	Lisboa	4 Abril 2007	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de uma parceria estratégica; ▪ Viragem do olhar da Europa para Ocidente; ▪ Reconhecimento oficial do Brasil como grande potência emergente e como um inegável parceiro estratégico da UE.
II Cimeira Brasil-UE	Rio de Janeiro	22 Dezembro 2008	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lançamento de um <i>Plano de Acção Conjunto</i> que estabeleceu as prioridades políticas e as acções a empreender no âmbito da <i>Parceria Estratégica UE-Brasil</i>.
III Cimeira UE-Brasil	Estocolmo	6 Dezembro 2009	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alterações climáticas e as crises financeira e económica estiveram na primeira linha de agenda.
IV Cimeira Brasil-UE	Brasília	14 Julho 2010	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Satisfação manifestada pela implementação positiva do <i>Plano de Acção Conjunto</i> adoptado na II Cimeira e pelos resultados do <i>Diálogo Político de Alto Nível</i> bilateral; ▪ Discussão: dos desafios globais de interesse comum; das relações bilaterais, das questões regionais e internacionais.
V Cimeira UE-Brasil	Bruxelas	04 Outubro 2011	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise dos progressos realizados na execução do <i>Plano de Acção Conjunto</i>; ▪ Discussão de questões globais, regionais e bilaterais: por ex., alterações climáticas, MERCOSUL e governação económica.

I Cimeira UE-Brasil (Lisboa - Portugal)

Em Maio de 2007, a UE recomendou o lançamento de uma parceria estratégica para aprofundar os laços, indicando as suas ambições para a nova parceria na primeira Comunicação da Comissão Europeia sobre o Brasil⁷⁰⁰. Estas relações têm evoluído consideravelmente ao longo dos anos, conduzindo ao estabelecimento de um diálogo político e de vários diálogos sectoriais (ambiente, sociedade de informação, transportes marítimos, investigação e desenvolvimento) e culminando no estabelecimento de uma parceria estratégica, na primeira Cimeira UE-Brasil, realizada em Lisboa, em 4 de Julho de 2007, também durante a terceira Presidência Portuguesa do Conselho da UE.

Esta cimeira permitiu lançar uma parceria estratégica destinada a melhorar as relações bilaterais e a reforçar o diálogo político sobre questões globais e regionais, bem como a cooperação numa vasta série de domínios de proveito comum.

Esta nova parceria coloca em destaque, no mapa político da UE, o Brasil, a região do MERCOSUL e a América do Sul⁷⁰¹, tendo por objectivo combinar esforços na abordagem das preocupações e questões de interesse comuns aos níveis mundial, regional e bilateral. Inclui questões como um multilateralismo efectivo, o ambiente, a energia sustentável, a luta contra a pobreza, o processo de integração do MERCOSUL e a estabilidade e prosperidade da América Latina. Esta Cimeira acrescentou, de facto, uma visão geopolítica muito particular à UE, com o valor simbólico de ter sido a primeira a realizar-se entre as duas partes, proporcionando à UE uma oportunidade de dar um novo impulso substancial à relação UE-Brasil na sua globalidade. O Brasil foi o último dos países «BRIC» a reunir-se com a UE numa Cimeira, devendo passar a ser encarado como um actor económico de primeiro plano na América Latina e um líder regional. Foi o primeiro país a desenvolver com êxito uma enorme produção nacional de biocombustíveis, propondo à UE uma parceria para a produção destes, devido ao seu grande potencial.

⁷⁰⁰ Comunicação “Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil” da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Bruxelas [COM (2007) 281, 30 de Maio de 2007].

⁷⁰¹ Desde o dia 23 de Maio de 2008 que a América do Sul tem mais uma organização, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL ou UNASUR), representando uma zona de comércio livre continental que une o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, além do Chile, Guiana e Suriname.

Através da realização desta Cimeira, Portugal conseguiu virar o olhar da Europa para Ocidente quando esta estava essencialmente focalizada no Oriente, mercê da pertinência de questões como a concorrência asiática, a dependência energética da Rússia, as relações com a Turquia, a instabilidade no Médio Oriente ou o caso da independência do Kosovo. Portugal marcou a agenda política da UE, ficando patente a sua capacidade de enriquecer a UE com a sua geopolítica, a sua visão estratégica, o seu passado histórico, a sua mundividência cultural e o seu património linguístico. Isto é tanto mais pertinente se pensarmos que, numa UE a 27, as cedências de soberania são inevitáveis, sendo a política externa uma das prerrogativas nacionais mais sacrificadas com a integração europeia.

A concretização desta Cimeira representou o reconhecimento oficial do Brasil como grande potência emergente e como um inegável parceiro estratégico da UE. Havia, portanto, que preencher uma lacuna incompreensível e prejudicial, elevando a qualidade do diálogo político e a cooperação entre a UE e o Brasil para um nível semelhante ao que a UE já construiu com a China, a Índia e a Rússia⁷⁰². Doravante, a UE tem uma parceria estratégica com todos os proto-pólos emergentes do grupo «BRIC».

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se um protagonista cada vez mais activo a nível mundial e um interlocutor essencial para a UE, sendo esta o seu maior parceiro comercial, principal investidor estrangeiro⁷⁰³ e actor de cooperação, podendo projectar-se como potência emergente no seio da CPLP, na geopolítica do mundo contemporâneo e na difusão da Lusofonia, dado que é reconhecido como o gigante económico da América Latina que fala português.

Na relação entre a UE e a América Latina fazia falta uma trave-mestra, um pilar, e esse pilar só poderia ser o Brasil, um actor político, económico e cultural da maior importância, com ambições de «*global partner*» económico (com as suas trocas internacionais repartidas pelos diversos continentes) a «*global player*» político (através da sua aliança estratégica com vários países/organizações – África do Sul, Estados Unidos, Canadá,

⁷⁰² Intervenção de ANTUNES, Manuel Lobo (ex-Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus) «O Brasil e a Presidência portuguesa da UE», no Colóquio “1808-2008 e o Futuro das Relações Económicas Portugal-Brasil”, Lisboa, 10 de Abril de 2007.

⁷⁰³ Declaração conjunta UE/Brasil – Visita oficial ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, 19 de Março de 2008.

México, UE, Rússia, China, Índia, etc), “*não prisioneiro de nenhum bloco, embora aliado de alguns*”⁷⁰⁴.

Mais tarde, a 17 de Maio de 2008, através de uma Declaração Conjunta, os Chefes de Estado do MERCOSUL e a *Troika* da UE, por ocasião da quinta cimeira entre a UE, América Latina e Caraíbas, realizada em Lima (Perú), renovaram o seu compromisso quanto ao reforço da cooperação e das suas relações comerciais, económicas e políticas. Ambas as delegações congratularam-se com o progresso atingido ao nível da cooperação regional UE-MERCOSUL, tendo acordado quanto ao reforço do diálogo político a nível bi-regional e ao interesse de estender essa cooperação ao campo das infra-estruturas, fontes de energia renováveis, ciência e tecnologia.

II Cimeira Brasil-UE (Rio de Janeiro - Brasil)

Em 22 de Dezembro de 2008, decorreu, no Rio de Janeiro (Brasil), a II Cimeira Brasil-UE, sob a Presidência Francesa do Conselho da UE, durante a qual foi lançado um *Plano de Acção Conjunto* que estabeleceu as prioridades políticas e as acções a empreender no âmbito da *Parceria Estratégica UE-Brasil*, tendo sido ainda debatidas questões relacionadas com a imigração e a necessidade da reforma das Nações Unidas (Conselho de Segurança).

III Cimeira UE-Brasil (Estocolmo - Suécia)

Mais tarde, no dia 6 de Outubro de 2009, em Estocolmo (Suécia) teve lugar, no quadro da Parceria Estratégica acordada na primeira cimeira realizada em Lisboa, a III Cimeira UE-Brasil, cuja agenda priorizou as questões relacionadas com as alterações climáticas e as crises financeira e económica.

Reunidos em Bruxelas, negociadores europeus e sul-americanos, em meados de Outubro de 2010, estabeleceram trocas «*construtivas*» sobre quase todos os capítulos em discussão para um acordo⁷⁰⁵ de livre-troca entre a UE e o MERCOSUL. No decurso desta

⁷⁰⁴ CHACON, 2002: 50-51.

⁷⁰⁵ Sob a condição de que os produtos agrícolas importados de certa região respeitam as normas europeias em

segunda reunião desde a retoma das negociações, decidida aquando da cimeira UE-América Latina em Maio de 2010, as partes envolvidas definiram um calendário, fixando quatro novas sessões de negociações até meados de 2011⁷⁰⁶.

IV Cimeira Brasil-UE (Brasília - Brasil)

Em 14 de Julho de 2010 teve lugar em Brasília (Brasil), a IV Cimeira Brasil-UE, sob a Presidência Belga do Conselho da UE, durante a qual os líderes se congratularam com a intensificação das relações entre o Brasil e a UE, expressando a sua satisfação com a implementação positiva do *Plano de Acção*, adoptado aquando da II Cimeira Brasil-UE, assim como com os resultados do *Diálogo Político de Alto Nível Bilateral*.

Os desafios globais de interesse comum⁷⁰⁷, as relações bilaterais a troca de ideias sobre os respectivos cenários regionais e internacionais foram alguns temas de discussão. Entre os desafios globais contam-se a importância de um sistema multilateral efectivo, baseado numa Organização das Nações Unidas fortalecida, e a necessidade de promover a reforma dos principais *órgãos das Nações Unidas*, como a *Assembleia Geral*, o *Conselho de Segurança* e o *Economic and Social Council of the United Nations / Conselho Económico e Social das Nações Unidas ECOSOC*, visando torná-los mais eficientes e transparentes de modo a que possam reflectir as mudanças substanciais por que têm passado a comunidade internacional e os membros da ONU.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa foi também saudada, bem como a oportunidade que proporcionou em aprofundar e fortalecer a *Parceria Estratégica Brasil-UE* em *fora* multilaterais, em particular na ONU, e os esforços para que os representantes da UE possam vir a desempenhar o seu papel na ONU de forma eficaz.

Outros assuntos discutidos foram a crise financeira internacional e o seu impacto na economia mundial, sendo reconhecidas pelo Brasil as medidas adoptadas para preservar a estabilidade financeira na Europa, inclusive o *Mecanismo Europeu de Estabilização*

matéria sanitária, social e de protecção do ambiente.

⁷⁰⁶ *Bulletin Quotidien Europe* 10248 – 03/11/2010 – UE/Commerce/MERCOSUR: *l'échange des offres attendu début 2011*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

⁷⁰⁷ Declaração Conjunta Brasília, IV Cúpula Brasil – União Europeia, 14 de Julho de 2010.

Financeira. Com vista a fortalecer e garantir a recuperação económica mundial como sustentáculo de um crescimento forte, concordaram na necessidade de assegurar a sustentabilidade fiscal.

O trabalho que tem sido feito pelo G-20 permitiu a reafirmação, pelos líderes desta cimeira, do seu papel como mais importante fórum de cooperação económica internacional, tendo sido saudados os resultados da Cimeira de Toronto (26 e 27 de Junho de 2010) cuja agenda e políticas económicas a adoptar devem ser consistentes com as cimeiras de Pittsburgh (24 e 25 de Setembro de 2009) e Londres (2 de Abril de 2009), o que inclui a promoção do comércio e dos investimentos internacionais – elementos essenciais do crescimento global.

Partindo dos resultados da COP 15 Copenhaga, o Brasil e a UE comprometeram-se a trabalhar juntos na preparação da COP 16 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), unindo esforços para combater as alterações climáticas, nomeadamente para atingir a meta de redução das emissões de gases de efeito estufa.

V Cimeira UE-Brasil (Bruxelas - Bélgica)

Por ocasião da realização da V Cimeira UE-Brasil, em Bruxelas, no dia 4 de Outubro de 2011, a agenda incluiu questões globais, regionais e bilaterais, entre as quais: as alterações climáticas e a Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável Rio +20; a situação económica e financeira internacional e o processo G20; a cooperação no contexto multilateral e os direitos humanos; a energia; o MERCOSUL e as negociações em curso para um Acordo de Associação UE-MERCOSUL; o investimento e o comércio; a situação política em algumas regiões do mundo, como o Norte de África e o Médio Oriente⁷⁰⁸.

Esta cimeira constituiu uma excelente oportunidade para examinar os progressos realizados na execução do *Plano de Acção Conjunto* (PAC) estabelecido no quadro da

⁷⁰⁸ Comunicado de Imprensa “Cimeira UE-Brasil – Consolidar a Parceria Estratégica”, IP/11/1138, Bruxelas: Comissão Europeia, 30 de Setembro de 2011.

parceria estratégica UE-Brasil e para aprovar o PAC que foi elaborado para o período 2012-2014.

Deste modo, os principais temas discutidos foram os seguintes:

- Acordo sobre os transportes aéreos entre a UE e o Brasil;
- Programa conjunto sobre a cultura para o período 2011-2014 (já atrás mencionado);
- Carta de intenções para facilitar os fluxos de turismo entre a UE e o Brasil nas estações baixas;
- Carta de intenções relativa a um diálogo estruturado sobre a cooperação no sector espacial civil;
- Carta de intenções sobre a cooperação entre o *Centro Comum de Investigação* (CCI) da Comissão Europeia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

5.3 Os Memorandos de Entendimento / Programas estratégicos de apoio

No contexto da importância da Lusofonia ocorreu em Lisboa, em 7 de Novembro de 2007, a assinatura de um protocolo de entendimento⁷⁰⁹ e cooperação entre a CPLP e a UE, representada pela Comissão Europeia, visando reforçar a concertação, a cooperação e o estabelecimento de uma nova parceria entre as duas organizações nos domínios da luta contra a pobreza; do fomento da democracia e dos direitos humanos; da prevenção, gestão e resolução de conflitos; da educação, formação e juventude; da promoção da diversidade cultural e do desenvolvimento económico e social, entre outros. Trata-se, assim, do reconhecimento formal da CPLP, por parte da UE, como sendo um importante parceiro para a criação de sinergias ao nível da política externa na qualidade de um potencial actor internacional reconhecido.

⁷⁰⁹ *Rapid* “Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 7 de Novembro de 2007.

Em Junho de 2008, Cabo Verde e a UE assinaram, no Luxemburgo, a Declaração Conjunta sobre a Parceria para a Mobilidade, que se destina a agilizar a permanência e as viagens entre o arquipélago e a Europa, criando, assim, condições para o reforço do relacionamento com os Estados-Membros da UE em matérias específicas para a gestão dos fluxos migratórios legais⁷¹⁰.

Foi ainda assinado um Memorando de Entendimento⁷¹¹ entre os seis países ACP de língua oficial portuguesa (os cinco PALOP e Timor-Leste) e a Comissão Europeia sobre a definição das orientações em matéria de cooperação ao abrigo do 10.º FED, no período temporal compreendido entre 2008 e 2013, sendo dotado de 22 682 mil milhões de euros.

Este financiamento (10.º FED) incide sobretudo no desenvolvimento rural (por exemplo, projectos relacionados com as alterações climáticas) e de capacidades institucionais, na saúde e no apoio a intervenientes não estatais, mas igualmente na reforma do sector da segurança e na atenuação dos factores geradores de instabilidade. As outras intervenções cobrem as áreas da segurança alimentar, abastecimento de água e saneamento, energia e apoio à sociedade civil.

Em Dezembro de 2009 foi anunciado que 13 países ACP (onze africanos e dois das Caraíbas) – Benim, Burundi, República Centro Africana, Comores, Gana, Granada, Guiné-Bissau, Haiti, Malawi, Maurícia, Seichelles, Serra Leoa e Zâmbia – iriam ser os primeiros beneficiários de 215 milhões de euros⁷¹² do mecanismo de financiamento da UE destinado aos países ACP: «FLEX-Vulnerabilidade» (V-FLEX)⁷¹³

⁷¹⁰ *Rapid* “UE e Cabo Verde criam parceria para a mobilidade dos migrantes”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 5 de Junho de 2008.

⁷¹¹ *Rapid* “Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia, por um lado, e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, por outro”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 7 de Novembro de 2007.

⁷¹² PERCIVAL, Debra (2010), «Fundos da UE para 13 países ACP a fim de amortecer o impacto da crise económica», *O Courier – A Revista das Relações e Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e a União Europeia*, Edição N.º IX – Janeiro/Fevereiro 2010, Bruxelas: ACP-UE, p. 27.

⁷¹³ Iniciativa adoptada pela UE em Agosto de 2009 para amortecer o impacto da crise económica nos países ACP e conta com um orçamento global de 500 milhões de euros, representando o mecanismo de resposta rápida da UE para ajudar estes países a manterem as suas despesas prioritárias, contribuindo, assim, para reduzir os custos sociais da crise nos países mais afectados.

Na base dos benefícios concedidos pela UE aos países ACP estão razões éticas (visto que entre estes países incluem-se alguns dos mais pobres do mundo), históricas (devido fortes relações geradas durante o período colonial), mas sobretudo o propósito de estabelecer uma associação baseada na parceria e na equidade entre todos os signatários dos acordos, sendo o tradicional motivo colonial para a manutenção de uma relação afectiva cada vez mais desvalorizado em virtude do tempo já decorrido desde a independência dos estados e da progressiva adesão à UE de países sem passado colonial e sem relações específicas e preferenciais com as antigas colónias.

No dia 16 de Novembro de 2010, a Comissão Europeia anunciou uma decisão de financiamento de 48,5 milhões de euros a favor de três países de África: Lesoto (21 milhões), Benim (13 milhões), Cabo Verde (9 milhões), e um país do Pacífico: Samoa (5,5 milhões) de modo a fazer face às consequências da crise económica mundial, ao abrigo do mecanismo V-FLEX. Esta ajuda, injectada directamente nos orçamentos dos governos destes países, visa a manutenção dos níveis de despesa pública, especialmente nos sectores sociais, sem prejudicar a estabilidade macroeconómica. Os países que foram considerados elegíveis apresentam um elevado grau de vulnerabilidade económica, social e política e possuem políticas adequadas para combater a crise⁷¹⁴.

Entre 7 a 9 de Março de 2011, a visita a Timor-Leste do Comissário Europeu para o Desenvolvimento – Andris Piebalgs – culminou com a assinatura de um pacote de quatro programas estratégicos⁷¹⁵, num montante de 39 milhões de euros, destinados a apoiar o desenvolvimento das regiões rurais, a boa governação e o fortalecimento do papel da sociedade civil. A UE é um dos principais doadores de Timor-Leste, tendo dado um contributo significativo para o desenvolvimento deste país desde 1999 com 328 milhões de euros, no quadro do 10º FED. No global, a UE, incluindo os Estados-Membros e a Comissão Europeia, contribuiu com cerca de metade da assistência total concedida a Timor-Leste a nível mundial desde então (cerca de 900 milhões de euros)⁷¹⁶.

⁷¹⁴ *Bulletin Quotidien Europe* 10258 – 18/11/2010 – UE/ACP: 48,5 millions pour aider cinq pays à faire face à la crise, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários e *Europolitique* N.º 4084, 17 de Novembro de 2010; *Aide de l'UE dans des pays ACP*, Bruxelas: Europe Information Service SA.

⁷¹⁵ *Rapid* “Agenda Europeia de 18 de Fevereiro a 24 de Março de 2011”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 18 de Fevereiro de 2011.

⁷¹⁶ Memo/11/142 “Q&A on EU aid to Timor Leste”, Bruxelas, 7 de Março de 2011.

A assinatura deste pacote de quatro programas estratégicos, no valor total de 39 milhões de euros, vem na sequência da sua aprovação pela UE no dia 17 de Dezembro de 2010⁷¹⁷, a saber:

1. Apoio ao desenvolvimento rural (23 milhões de euros);
2. Apoio à governação democrática (10,5 milhões de euros);
3. Apoio a intervenientes não estatais (4 milhões de euros);
4. Instrumento de cooperação técnica (1,5 milhões de euros).

Apoiar o desenvolvimento rural é uma necessidade imperativa num país onde 80% da população vive em zonas rurais, com uma grande dependência da agricultura de subsistência. O acesso difícil a essas áreas atrasa o desenvolvimento social e agrícola. O montante de 23 milhões de euros visa aumentar a produtividade agrícola e melhorar a rede de estradas rurais, assim como outras infra-estruturas rurais como sejam os esquemas de irrigação.

A intercessão a favor da governação democrática, que totaliza 10,5 milhões de euros, inclui apoio específico nas áreas da Justiça, Parlamento, *media* e comunicação. A ajuda dada a estas instituições democráticas básicas permanece como um pilar para a consolidação das estruturas orgânicas do país.

A sociedade civil poderá ter também apoiada através de uma interferência planeada na área dos actores não-estatais (4 milhões de euros), como um factor de transparência e de participação dos cidadãos na vida do país. Consideração especial será atribuída a dois elementos da sociedade civil – género e juventude

A Facilidade de Cooperação Técnica (1,5 milhões de euros) é um instrumento destinado a apoiar a implementação da cooperação UE-Timor-Leste e o desenvolvimento das capacidades através de acções de formação e da participação em eventos regionais e internacionais, apostando na capacidade construtiva timorense.

⁷¹⁷ *Rapid* “Timor-Leste: UE apoia desenvolvimento rural, governação democrática e sociedade civil”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 17 de Dezembro de 2010.

Embora continue a ser um estado frágil – confrontado com várias dificuldades, como os elevados níveis de pobreza (40%), a insegurança alimentar e o desemprego juvenil – Timor-Leste realizou progressos notáveis desde a independência em 2002, após 24 anos de conflito, sob domínio indonésio, emergindo de um passado de violência e ultrapassando desafios dramáticos.

Com efeito, tem alcançado, no geral, bons resultados a vários níveis: estabelecimento de boas relações com os seus vizinhos regionais, consolidação da sua jovem democracia, gestão judiciosa das receitas provenientes da exploração de petróleo/gás e importantes progressos na luta contra a pobreza (diminuição de 9% em apenas dois anos), ocupando o 120.º lugar na lista de 169 países (Relatório Mundial sobre Desenvolvimento Humano 2010) e pertencendo à categoria dos países com «*desenvolvimento humano médio*».

Daí que Andris Piebalgs tenha declarado⁷¹⁸:

“O exemplo de Timor-Leste mostra-nos que quando a ajuda prestada no âmbito da cooperação é gerida num contexto de governação democrática responsável, o país entra na via da estabilidade e do desenvolvimento sustentável. Timor-Leste realizou progressos importantes, fazendo actualmente parte das dez economias com o crescimento mais rápido do mundo. No entanto, o país tem ainda pela frente um grande número de desafios e a UE continuará a apoiá-lo com determinação nos seus esforços futuros.”

Numa visita anterior do Ministro da Economia e do Desenvolvimento timorense, João Mendes Gonçalves, a Bruxelas, em 27 de Setembro de 2010, já tinham sido discutidos outros fundos de financiamento da UE, nomeadamente a nível dos programas para os ODM e para as alterações climáticas. A candidatura de Timor-Leste à ASEAN foi também um tema abordado com especial ênfase na importância do apoio da UE à adesão de Timor-Leste a uma organização regional de cariz económico, como motor de consolidação da economia do país. A cooperação entre Timor-Leste e a UE representa um pilar essencial não só de relações diplomáticas mas sobretudo como forma de potenciar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza em Timor-Leste.

⁷¹⁸ *Rapid* “Timor-Leste: Comissão Europeia lança vários programas no valor total de 39 milhões de euros”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 7 de Março de 2011.

De realçar ainda a subvenção de 63 milhões de euros que a UE já tinha decidido conceder, anteriormente, em Abril de 2008, a Timor-Leste por um período de seis anos (2008-2013)⁷¹⁹, cuja verba é ligeiramente superior às que foram concedidas em anos anteriores, destinando-se a apoiar os esforços deste país em matéria de consolidação das suas instituições nacionais, reformas em termos de governação, melhoria dos serviços de saúde e luta contra a pobreza.

Desde então, a UE tem vindo a apoiar alguns projectos em Timor-Leste tais como⁷²⁰:

- o *Programa de Desenvolvimento Rural* que promove o conceito da *Desenvolvimento Planeado da Aldeia* correspondente a um fórum que permite às pessoas encontrarem-se, discutirem, analisarem, debaterem e concordarem sobre o tipo de futuro que querem para elas próprias e para a sua comunidade;
- o *Programa de Desenvolvimento Rural II*, através do financiamento de 9 milhões de euros, cujo objectivo é garantir a segurança alimentar, a redução da pobreza e aumentar os benefícios decorrentes de oportunidades sociais e económicas que permitem conduzir a uma melhoria sustentável dos meios de subsistência para as comunidades rurais, especialmente mulheres e jovens.

Em relação à Guiné-Bissau, a UE decidiu, no início de Fevereiro de 2011, suspender a ajuda financeira a este país. Esta decisão prendeu-se com as sistemáticas violações dos direitos humanos neste país, para além da preocupação revelada em relação ao tráfico de droga. Cabe às autoridades guineenses dar garantias quanto ao restabelecimento das condições de governação do país, sobretudo no reforço da autoridade civil.

A UE decidiu, no entanto, não aplicar sanções individuais aos dirigentes militares guineenses (o congelamento de seus bens no estrangeiro e a suspensão de vistos para deslocações à Europa), precisamente devido à intervenção de Portugal no seio da UE, dado que na sua relação diplomática com os países de língua portuguesa, reivindica para si o estatuto de principal defensor dos seus interesses em Bruxelas, ou seja, de interlocutor lusófono nas instâncias internacionais.

⁷¹⁹ *Rapid* “União Europeia concede 63 milhões de euros a Timor-Leste”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 1 de Abril de 2008.

⁷²⁰ Memo/11/142 “Q&A on EU aid to Timor Leste”, Bruxelas, 7 de Março de 2011.

Nesta altura, a UE parece inclinar-se, não para a continuidade da sua «*estratégia de engajamento*» em relação à Guiné-Bissau, mas sim para a adopção de uma «*estratégia de contenção*», que privilegie instrumentos de natureza repressiva e favoreça o confronto político⁷²¹. Porém, se for adoptada este tipo de estratégia, provavelmente, estará condenada ao fracasso, visto que a UE não tem a influência e os recursos de poder necessários para impor a sua vontade aos actores políticos e sobretudo às chefias militares da Guiné-Bissau. Adicionalmente, sem ajuda financeira da UE, este país procurará reforçar outras alianças, sendo certo que o espaço vazio deixado pela UE será ocupado por outros actores (por exemplo, África do Sul e Brasil).

Daí que a adopção de uma «*estratégia de contenção*» possa conduzir a que a UE abdique, sem qualquer contrapartida, da pretensão de exercer alguma influência positiva na Guiné-Bissau, podendo, no limite, contribuir, de forma passiva e activa, para reforçar a espiral rumo ao estatuto de estado falhado, ou a sua consolidação enquanto narcoestado na África ocidental. Deste modo, a UE está perante um falso dilema porque na realidade não tem uma alternativa credível e eficaz, pelo que parece ser inevitável a manutenção da «*estratégia de engajamento*».

No final de Janeiro de 2011, a Comissão Europeia saudou a decisão do Conselho no sentido da abertura de consultas com a Guiné-Bissau, na sequência da proposta da Comissão Europeia de 20 de Dezembro de 2010. Esta iniciativa baseia-se no artigo 96.º do Acordo de Cotonou, reflectindo as preocupações relativamente à situação na Guiné-Bissau em termos do respeito pelos princípios democráticos e pelo Estado de direito. Esta decisão indicia, outrossim, a vontade de pôr em prática uma estratégia para acabar com a crise em conjunto com as várias partes envolvidas⁷²².

⁷²¹ Cf. Notícia “Guiné-Bissau: o falso dilema europeu” por Paulo Gorjão (Director do IPRIS), jornal *iOnline*, Oeiras, 8 de Fevereiro de 2011. (Texto policopiado)

⁷²² Vide IP/11/110 “Commission welcomes opening of consultations with Guinea-Bissau due to failure to respect democratic principles”, Bruxelas, 31 de Janeiro de 2011.

Um novo acordo de pescas entre a UE e a República de Cabo Verde foi aprovado em 27 de Setembro de 2011⁷²³, entrando em vigor a 1 de Novembro de 2011 com uma duração de três anos. Este protocolo fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria estabelecido no domínio da pesca⁷²⁴, autorizando a pescar nas águas cabo-verdianas 11 atuneiros com canas, 28 atuneiros cercadores e 35 palangreiros de superfície da UE, entre os quais nove portugueses (mais dois face ao anterior acordo).

Na sequência do acordo assinado com a UE, desde 2008 que Cabo Verde estava sujeito a um período de transição, o qual expirou em 31 de Dezembro de 2011, passando a beneficiar do Sistema de Preferências Generalizadas da UE – SPG+ que permite o acesso preferencial de países terceiros ao mercado da UE⁷²⁵, destinando-se a fomentar o desenvolvimento sustentável e a boa governação. Cabo Verde, que passou da categoria de *Países Menos Avançados* para a de *Países de Rendimento Médio*, é o primeiro país africano a beneficiar deste sistema, comprometendo-se a implementar, eficazmente, as 27 principais convenções internacionais relativas ao respeito pelos direitos humanos e do trabalho, do ambiente e à boa governação.

Esta é uma boa notícia para a senda do desenvolvimento sustentável deste país lusófono em que 94% das suas exportações (maioritariamente produtos alimentares – peixe, açúcar, cacau, café, chá e produtos têxteis) têm como destino a Europa, enquanto 78% das importações (essencialmente produtos industriais) têm origem neste continente. O turismo é o sector económico mais dinâmico em Cabo Verde, mas os seus serviços não são abrangidos pelo SPG na medida em que são discutidos no âmbito do APE estabelecido entre a UE e a África Ocidental.

⁷²³ Notícia “Parlamento Europeu vai dar ‘luz verde’ a novo protocolo com Cabo Verde”, jornal *Diário Económico*, Lisboa, 27 de Novembro de 2011.

⁷²⁴ PARLAMENTO EUROPEU (2011), *Parecer da Comissão dos Orçamentos dirigido à Comissão das Pescas*, Estrasburgo [PE467.092v03-00 - 25.07.2011].

⁷²⁵ *Bulletin Quotidien Europe* 10514 – 13/12/2011 – *Commerce: le Cap-Vert bénéficiera du SPG+*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

6. O potencial das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) na UE

As oportunidades oferecidas pela diversidade cultural, globalização e passagem à era digital constituem factores-chave para o desenvolvimento das *Indústrias Culturais e Criativas* (ICC), cabendo, às políticas culturais europeias, a criação de meios, a promoção de oportunidades locais e regionais e o aproveitamento dos desafios colocados⁷²⁶ pelo *Livro Verde*⁷²⁷ “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas”, a saber⁷²⁸:

- criar os meios adequados, aumentando a capacidade de experimentação, inovação e sucesso, e facilitando o acesso ao financiamento e a aquisição de uma combinação adequada de competências;
- ajudar as ICC a desenvolverem-se no seu enquadramento local e regional, como plataforma para uma maior presença a nível mundial, inclusive através de maior intercâmbio e mobilidade;
- avançar no sentido de uma economia criativa, aproveitando os efeitos positivos das ICC numa grande variedade de contextos económicos e sociais.

Nas ICC, dependentes do factor linguístico na sua produção, consumo e comercialização, existe um vasto potencial económico para gerar crescimento e emprego, representando empresas altamente inovadoras e constituindo um dos sectores mais dinâmicos da Europa, o qual deve, neste sentido, identificar e investir em novas fontes de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Assim, para explorar tal potencial na UE como plataforma para a Lusofonia, este capítulo parte da definição das ICC, passando pela análise da evolução do sector cultural e criativo (SCC), particularmente em Portugal, elencando alguns dos principais efeitos positivos das ICC e terminando com a indicação de determinados apoios cedidos pela UE ao sector cultural dos países ACP. A relevância económica manifesta-se, por excelência, no novíssimo *cluster* das ICC que se difundem por espaços inovadores, mas sempre tradicionais para Portugal, como é o caso dos mares e oceanos.

⁷²⁶ Ministério da Cultura – Direcção Regional de Cultura do Algarve, *Indústrias Criativas e Culturais – Memorando referente a prioridades para a acção política a nível europeu*.

⁷²⁷ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

⁷²⁸ Relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República Portuguesa, relativo ao *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010.

O potencial do *cluster* das ICC pode, assim, residir na capacidade de influenciar outras actividades, especialmente as que estão relacionadas com o sector do turismo, desenvolvendo áreas como a hotelaria, a restauração, a animação turística, os eventos, etc. A implementação de uma estratégia *win-win* entre o desenvolvimento de comunidades criativas e a inovação em turismo surge como paradigma das actuais políticas regionais, com a crescente importância da criatividade na inovação do produto/serviço turístico e no advento de um empreendedorismo inovador em turismo.

Partindo da riqueza e da diversidade das culturas, a Europa tem de ser pioneira de novas formas de criação de valor acrescentado. Mas também da vida em sociedade, partilhando recursos e tirando partido da diversidade. As ICC da Europa apresentam um verdadeiro potencial para dar resposta a estes desafios, contribuindo, deste modo, para a *Estratégia Europa 2020*⁷²⁹ e para algumas das suas iniciativas emblemáticas, cuja execução constituirá uma prioridade partilhada que exigirá acções a todos os níveis: organizações à escala da UE, dos Estados-Membros e das autoridades locais e regionais⁷³⁰:

- uma «*Agenda Digital para a Europa*» – retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital baseado na *Internet* de alta velocidade (aplicações de *Internet* rápidas), visando a criação de um mercado único dos conteúdos e serviços em linha;
- uma «*União da Inovação*» - recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, aumentar a competitividade e criar novos postos de trabalho⁷³¹, unindo os principais intervenientes a nível regional, nacional e europeu, com vista a uma maior cooperação transnacional;
- uma estratégia para a propriedade intelectual – utilizar e gerir os direitos, procurando um equilíbrio entre a protecção necessária e a sustentabilidade da

⁷²⁹ Esta estratégia assenta em três vectores fundamentais de crescimento que deverão orientar as acções concretas a nível da UE e a nível nacional:

- crescimento inteligente (promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital);
- crescimento sustentável (tornar o aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a competitividade);
- crescimento inclusivo (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza).

⁷³⁰ IP/10/225 “Europa 2020: a Comissão propõe uma nova estratégia económica para a Europa”, Bruxelas, 3 de Março de 2010.

⁷³¹ Comunicação “Iniciativa emblemática no quadro da estratégia *Europa 2020* «União da Inovação»” da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2010) 546 final, 6 de Outubro de 2010].

criação, por um lado, e a necessidade de promover o desenvolvimento de novos serviços e modelos de actividade, por outro.

Para além da sua contribuição directa para o PIB da UE (cerca de 2,6%), com uma taxa de crescimento elevada e criando, em 2006, empregos de qualidade para cerca de 6,5 milhões de pessoas na UE 27, correspondente a 2,71% do mercado laboral europeu, as ICC são também importantes forças motrizes da inovação económica e social em muitos outros sectores⁷³². Adicionalmente a estes indicadores seria outrossim interessante “*comparar a produtividade e a eficiência do SCC para os diversos países europeus*”⁷³³.

A capacidade da UE em matéria de recuperação da crise e de resposta aos desafios a mais longo prazo assenta não apenas numa base industrial forte, mas também na criatividade e nas competências das pessoas, na governação e em fortes valores sociais como a solidariedade, o respeito pelo ambiente, a abertura e a diversidade cultural. Será necessário colocar em prática a nova governação económica da UE, incluindo o novo procedimento de acompanhamento e correcção dos desequilíbrios macroeconómicos “*a fim de instaurar um clima de confiança na força da economia europeia*”⁷³⁴ e é neste sentido que o Conselho Europeu, de 9 de Dezembro de 2011, realizado em Bruxelas sublinhou a necessidade de se adoptarem rapidamente medidas com maior potencial para fomentar o crescimento e o emprego. Os Chefes de Estado ou de Governo da área do euro acordaram ainda em avançar no sentido de uma união económica mais forte com base em duas direcções⁷³⁵: i) um novo pacto orçamental e uma coordenação reforçada das políticas económicas; ii) o desenvolvimento dos instrumentos de estabilização nacionais para enfrentar os desafios a curto prazo. Para alcançar estes objectivos, os pontos de partida são: o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* reforçado, a implementação do *Semestre Europeu*, enquanto novo procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, e o *Pacto para o Euro Mais*.

⁷³² COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

⁷³³ Intervenção de MOUTINHO, Nuno «Eficiência e Produtividade do Sector Cultural e Criativo na Europa», 7º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) “Meios Digitais e Indústrias Criativas – Os Efeitos e os Desafios da Globalização”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 15-17 de Dezembro de 2011.

⁷³⁴ CONSELHO EUROPEU (2011a), *Conclusões do Conselho Europeu*, Bruxelas, 9 de Dezembro [CO EUR 24 – CONCL 6].

⁷³⁵ CONSELHO EUROPEU (2011b), *Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo da Área do Euro*, Bruxelas, 9 de Dezembro.

As ICC, que florescem aos níveis local e regional, ocupam uma posição estratégica na ligação entre a criatividade e a inovação e podem, assim, ajudar a reforçar localmente a economia, estimular novas actividades, criar empregos novos e sustentáveis, ter efeitos positivos sobre outras indústrias e promover a imagem de regiões e cidades. São, por conseguinte, agentes catalisadores de mudanças estruturais, em muitas zonas industriais e áreas rurais, apresentando potencial para rejuvenescer as suas economias e contribuir para uma mudança da imagem pública das regiões. Devem ser complementadas nas estratégias de desenvolvimento regional, para garantir uma parceria eficaz entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas regionais, nacionais e europeias⁷³⁶.

Estas indústrias assistiram a um crescimento exponencial no decurso dos últimos 20 anos ao nível da criação de emprego e de contributo para o crescimento⁷³⁷, pelo que se poderá inferir a existência de uma relação positiva entre a cultura e o desenvolvimento sócio-económico da UE. Com efeito, o sector cultural revela ser um domínio com capacidade para se afirmar, concomitantemente, como fonte de identidade europeia e como factor de desenvolvimento de acções inovadoras que estimule a criação de postos de trabalho, verificando-se uma correlação positiva crescente entre cultura e emprego.

O património cultural da Europa é um factor vital da identidade europeia e uma fonte de criatividade que pode orientar a evolução ulterior do processo de integração europeia, durante o qual, pela primeira vez, em 16 de Novembro de 2007, aquando da Presidência Portuguesa do Conselho da UE foi adoptada uma estratégia comum para o sector da cultura denominada a AEC, articulada em torno de três objectivos fundamentais⁷³⁸, visando a promoção:

- da diversidade cultural e do diálogo intercultural;
- da cultura como catalisador da criatividade no âmbito da *Estratégia de Lisboa*;
- da cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE.

⁷³⁶ Comunicação “Contributo da Política Regional para um Crescimento Inteligente no quadro da estratégia «Europa 2020»” da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2010) 553 final, 6 de Outubro de 2010].

⁷³⁷ “Libérer le potentiel des industries culturelles et créatives”, Parlamento Europeu – Service de presse.

⁷³⁸ MOURA, Vasco Graça (2008), «Uma Agenda Europeia para a Cultura no Mundo Globalizado», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, pp. 315-319.

Esta agenda foi aprovada por unanimidade pelos Estados-Membros da UE com o desiderato de fixar um conjunto de objectivos a serem prosseguidos no triénio 2008-2010⁷³⁹, identificando os mecanismos necessários ao seu alcance. Entre tais instrumentos, destacam-se a consulta regular à sociedade civil e o prosseguimento de uma política alicerçada na análise clara da dimensão, das características, forças e fragilidades do sector⁷⁴⁰. A nível nacional, para cumprir esta meta, o GPEARI lançou um estudo sobre o SCC em Portugal, cujos resultados estão patentes num relatório, a cargo de Augusto Mateus & Associados e sobre o qual será apresentada, mais à frente, uma súpula.

A UE dispõe do potencial de crescimento económico e da riqueza cultural necessários para o desenvolvimento do sector das ICC cujo carácter evolutivo exige o contributo de instrumentos legais que acompanhem a evolução da realidade⁷⁴¹. Isto passa pela integração da dimensão cultural nas demais políticas comunitárias, devendo as instâncias da UE continuar a apoiar e patrocinar o intercâmbio de experiências e os sistemas de cooperação entre os Estados-Membros, sobretudo através das redes de autarquias locais e regionais, as quais revelaram ser as instâncias políticas mais activas em matéria cultural.

É crucial saber apoiar, alargar e estimular a procura cultural na sociedade do futuro, através da educação dos jovens e da formação de quadros especializados nos conteúdos da gestão cultural. Deste modo, o desenvolvimento das indústrias culturais será garantido pela existência de uma procura sempre crescente, cujo público procurará uma mensagem e um produto cultural que seja transmitido de forma fluida, natural e duradoura. A sinergia entre cultura e desenvolvimento económico mostra-se, assim, promissora, sendo possível promover acções inovadoras de vocação cultural que, apoiando-se no turismo cultural, serão capazes de revitalizar zonas culturalmente muito ricas, mas com dificuldades em sair da decadência económica. Estas acções tendem a basear-se na cooperação inter-regional descentralizada entre autoridades públicas e agentes económicos locais⁷⁴².

⁷³⁹ FEU, José António (2010), «O potencial económico das Indústrias Culturais e Criativas», *Fábrica de Talentos-Revista da Fundação da Juventude*, N.º 6, Porto: Fundação da Juventude, p.14.

⁷⁴⁰ GPEARI / MC (2009), Nota Estatística – *Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Outubro.

⁷⁴¹ PARLAMENTO EUROPEU (1999), *As Indústrias Culturais e o Emprego nos países da União Europeia: Síntese – Education and Culture Series EDUC 104A*.

⁷⁴² Idem.

Em Junho de 2010 é apresentado um relatório⁷⁴³ sobre como maximizar o potencial das ICC em particular das PME's, tendo sido recomendadas pelo grupo de peritos autores deste estudo - 8 linhas de acção:

1. Consciência e sensibilidade políticas;
2. Pré-condições: Cultura, Educação e Comunicação;
3. Condições ambientais;
4. Competências em matéria de gestão, financiamento e infra-estruturas;
5. Novos modelos de negócio, redes e formação de *clusters*;
6. Relação entre Criatividade e Inovação;
7. Relação com outros sectores e objectivos sociais;
8. Dimensão Europeia e Internacional.

A nível mundial, a América Latina é provavelmente a região mais activa e dinâmica em estudar, actualmente, esta área de crescimento económico potencial. O estudo sobre a importância económica de indústrias e actividades protegidas por *copyright* e direitos relacionados nos países do MERCOSUL tem sido publicado, permitindo também coligir dados sobre aspectos legislativos e institucionais sobre estes direitos, inclusive a gestão colectiva de tais direitos⁷⁴⁴.

O Observatório das Políticas Culturais em África, estabelecido em 2002 com o apoio da UNESCO, da UA, do Instituto da Empresa Cultural de Nova Iorque e da Fundação Ford, é a principal iniciativa que tem sido, até agora, empreendida no continente africano. A África do Sul tem desenvolvido diferentes papéis nas indústrias culturais enquanto a Organização de Trabalho Internacional tem publicado uma série de estudos sobre a Criação de Emprego e o Desenvolvimento da Pequena Empresa no Sector Cultural da SADC, cobrindo áreas como Dança e Performance Artística, Televisão e Cinema, Artesanato e a Indústria de Música e Artes Visuais⁷⁴⁵.

⁷⁴³ Final Report – OMC Expert Working Group on maximising the potential of cultural and Creative Industries, in particular of SMEs, 3rd June 2010 [versão digital disponível em: http://ec.europa.eu/culture/documents/eu_omc_wg_cci_final_report_june_2010.pdf]

⁷⁴⁴ Study on *Understanding Creative Industries – Cultural statistics for public-policy making*, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization e Global Alliance for Cultural Diversity.

⁷⁴⁵ Idem.

Em suma, a emergência recente das indústrias criativas, como uma área distinta de interesse para economistas, estatísticos, especialistas culturais e decisores políticos públicos, reflecte uma crescente percepção do seu potencial económico e do seu papel em incentivar a diversidade cultural através do mercado. Porém, o conceito de indústrias criativas, para o propósito dos decisores políticos públicos, permanece ainda muito jovem e nem todos os governos estão convencidos da necessidade de dirigir este sector com iniciativas especificamente direccionadas. Nos últimos 20 anos, a globalização tem tido um profundo impacto sobre as indústrias criativas com a chegada de novas tecnologias, tais como a *Internet* e o comércio electrónico ao permitirem partilhar, comercializar e consumir bens e serviços culturais mais facilmente, pelo que são «*transectoriais*» (moldadas pela ligação entre as indústrias dos *media* e informação e os sectores cultural e artístico), «*transprofissionais*» (resultantes da ligação de diversos domínios de empenho ou esforço criativo, permitindo o desenvolvimento de bens e serviços através do aproveitamento de novas oportunidades para a utilização de novos meios e tecnologias) e «*transgovernamentais*» (reúnem uma rede de participantes interessados ou *stakeholders* – provenientes da cultura, do comércio, da indústria, do turismo e da educação, entre outros – para a criação e implementação de políticas conjuntas)⁷⁴⁶.

6.1 O que são as ICC

As ICC abrangem um conjunto muito vasto de áreas de actividade económica e industrial, nas quais se incluem as actividades que combinam a criação, a produção e a distribuição de bens e serviços que são culturais por natureza, e que são protegidos pelos direitos de propriedade intelectual. São líderes globais e exportadoras competitivas em diversos campos, representando “*the heart of creating Europe’s culture and identity, and central to promoting Europe’s identity around the world*”⁷⁴⁷. Estas indústrias estão ligadas ao património, à literatura, à imprensa, à música, às artes do espectáculo, aos meios de comunicação social e ao audiovisual. Outras actividades como o artesanato, a moda, o *design*, a arquitectura, o turismo cultural e até o desporto são incluídas nestas indústrias.

⁷⁴⁶ FARIA, Nuno (2008), *Ver... Pensar... Fazer... - Políticas Culturais para um Portugal Criativo*, Lisboa: GPEARI – MC.

⁷⁴⁷ Priority Sector Report: Creative and Cultural Industries from Dominic Power (Uppsala University) and Tobias Nielsén (Volante QNB Research), Europe Innova – European Cluster Observatory, March 2010.

Encaradas como motor essencial de uma economia de mercado competitiva e inovadora na Europa, as ICC surgem como um domínio de interacção social e de actividade económica no contexto da UE. Apresentam-se, em simultâneo, como motor do emprego e catalisador da identidade regional, nacional e europeia. Esta dupla função da inserção da cultura no desenvolvimento da integração europeia induz à necessidade de se investir nesta área recursos humanos e financeiros, uma vez que o enriquecimento cultural é mais do que compatível com o desejo de coesão económica e social das sociedades.

Antes da descrição de cada uma das designações – ICC – em separado, o Comité Económico e Social Europeu, no seu parecer⁷⁴⁸ sobre o *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais criativas*⁷⁴⁹, estabelece uma distinção entre «cultura» e «criatividade», considerando que a «cultura» “designa, grosso modo, o conjunto de conhecimentos, usos e graus de desenvolvimento artístico e científico numa dada época ou grupo social” enquanto a «criatividade» é entendida “como a capacidade de pensar de forma inovadora ou de produzir novas ideias, que combinem, de forma inédita, elementos da realidade (processos, objectos, conhecimentos, etc)”, não se devendo confundir com o termo «inovação» que se reporta a “processos e produtos evolutivos do conhecimento, da técnica e dos instrumentos”.

Separando agora as duas designações que compõem as ICC:

- As «Indústrias Culturais» produzem e distribuem bens ou serviços que, no momento em que são desenvolvidos, têm uma qualidade, utilização ou finalidade específica que incorpora ou transmite expressões culturais, independentemente do seu valor comercial, constituindo uma área de actividade muito mobilizadora no que se refere à introdução das novas tecnologias e representando também o meio ideal de transmissão de informações face à mundialização dos intercâmbios culturais. Procuram ainda aliar a concepção, a criação e a produção à capacidade de manufactura e de comercialização em massa.

⁷⁴⁸ COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (2010), Parecer sobre o *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, 21.10.2010, CCMI/074.

⁷⁴⁹ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

Incluem “o cinema, DVD e vídeo, a televisão e a rádio, os jogos de vídeo, os novos suportes, a música, os livros e a imprensa”⁷⁵⁰, para além dos “sectores tradicionais das artes (artes do espectáculo, artes visuais, património cultural, incluindo o sector público)”⁷⁵¹.

- As «Indústrias Criativas» utilizam a cultura como factor de produção e têm uma dimensão cultural, não obstante os seus resultados serem sobretudo funcionais. A expressão surgiu no Reino Unido, no final da década de 90 do século XX, com a criação de uma equipa de especialistas que tinha por objectivo promover estas indústrias como motores da economia, sendo a criatividade central no processo de produção das suas actividades. Contemplam “a arquitectura e o design, que integram elementos criativos em processos mais amplos, bem como subsectores como o design gráfico, o design de moda ou a publicidade”⁷⁵².

Segundo um estudo das Nações Unidas e da Global Alliance⁷⁵³:

“The term cultural industries refers to industries which combine the creation, production and commercialization of creative contents which are intangible and cultural in nature. The contents are typically protected by copyright and they can take the form of a good or a service. Cultural industries generally include printing, publishing and multimedia, audiovisual, phonographic and cinematographic productions as well as crafts and design.”

“The term creative industries encompasses a broader range of activities which include the cultural industries plus all cultural or artistic production, whether live or produced as an individual unit. The creative industries are those in which the product or service contains a substantial element of artistic or creative endeavour and include activities such as architecture and advertising.”

⁷⁵⁰ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial da indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final, p. 6.

⁷⁵¹ Idem.

⁷⁵² Ibidem.

⁷⁵³ Study on *Understanding Creative Industries – Cultural statistics for public-policy making*, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization e Global Alliance for Cultural Diversity.

Num nível mais periférico, muitas outras indústrias dependem da produção de conteúdos para o seu próprio desenvolvimento, estando, em certa medida, interligadas com as ICC que incluem, entre outras, o turismo e o sector das novas tecnologias.

Adicionalmente, a Comissão Europeia promoveu um estudo sobre a *Dimensão Empresarial das ICC*⁷⁵⁴ no sentido de responder à importância crescente da economia criativa, e mais especificamente ao papel das ICC, como ferramentas para a Europa enfrentar os seus actuais e futuros desafios. O intento deste estudo foi proporcionar uma melhor compreensão das operações e necessidades das empresas no seio das ICC, especialmente as PME's, já que cerca de 80% das empresas na área das ICC são precisamente PME's. Este estudo destacou alguns problemas transversais comuns, sugeriu algumas recomendações e elencou factores determinantes que reforçam a dimensão empresarial das ICC, tais como: o acesso ao financiamento; as barreiras de mercado; os direitos de propriedade intelectual; a educação e a formação; a inovação e os processos colaborativos. Identificou ainda as seis principais áreas que determinam a *performance* empresarial, a saber: o acesso ao capital; a tecnologia e a I&D; as capacidades empresariais; as condições de mercado; o quadro regulador e uma cultura empresarial.

Os outros estudos que foram, anteriormente, elaborados revelam tentativas de delimitação do SCC, num sentido amplo, e de medição do seu contributo económico, apesar das dificuldades e da inexistência de consensos entre os estudiosos. Porém, o conceito de «*Cultura*», que evoluiu consideravelmente, no sentido de uma cada vez maior abrangência, juntamente com os conceitos associados como as «*actividades culturais*» e as «*actividades criativas*», assumem-se como conceitos dinâmicos e em construção, resultante da sua permanente evolução.

⁷⁵⁴ HKU (2010), Study on *The Entrepreneurial Dimension of the Cultural and Creative Industries*.

6.2 O Sector Cultural e Criativo em Portugal

Em 2006, o Sector Cultural e Criativo (SCC) originou em Portugal um VAB no valor de 3 690 679 milhares de euros, empregando cerca de 127 mil pessoas, ou seja, foi responsável por 2,6% do emprego e por 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal, o que não deixa de ser significativo, pelo que se justifica “*um novo olhar mais objectivo e actualizado sobre o papel da cultura e da criatividade na economia portuguesa*”⁷⁵⁵. O SCC é configurado com base em três grandes componentes, que correspondem a outras tantas dinâmicas económicas, sociais e comportamentais de encontro e interpenetração entre a «cultura» e a «economia», por um lado, e entre a «economia» e a «criatividade», por outro, onde se destacam (Figs. XXII e XXIII):

- o «*sector cultural*» como espaço de afirmação de bens e serviços públicos e semi-públicos, no qual se colocam questões pertinentes associadas à existência de mercados incompletos e de externalidades que se situam, privilegiadamente, nas actividades associadas ao património e às artes de mérito e onde os *stakeholders*, determinantes e centrais, são os cidadãos portadores de direitos democráticos de acesso à cultura;
- as «*indústrias culturais*» como espaço de afirmação de bens e serviços transaccionáveis, onde se produzem fortes sinergias entre os objectos e produtos de criação e os suportes e equipamentos de difusão, que se situam no terreno dos conteúdos e do lazer e onde os *stakeholders* são os consumidores portadores de hábitos e poderes de compra segmentados;
- o «*sector criativo*» como espaço de afirmação de competências e qualificações criativas, que acompanham a crescente relevância dos elementos imateriais (valores estéticos e simbólicos, entre outros), para além dos elementos de ordem material e funcional, na determinação do valor dos bens económicos, em trabalhos de concepção, criação, *design* e *branding*, penetrando a generalidade das actividades económicas e onde os *stakeholders* são os profissionais portadores de capacidades diferenciadoras.

⁷⁵⁵ Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010, p. 78.

AS GRANDES COMPONENTES DO SECTOR CULTURAL E CRIATIVO Contributo para a Criação de Riqueza (VAB)

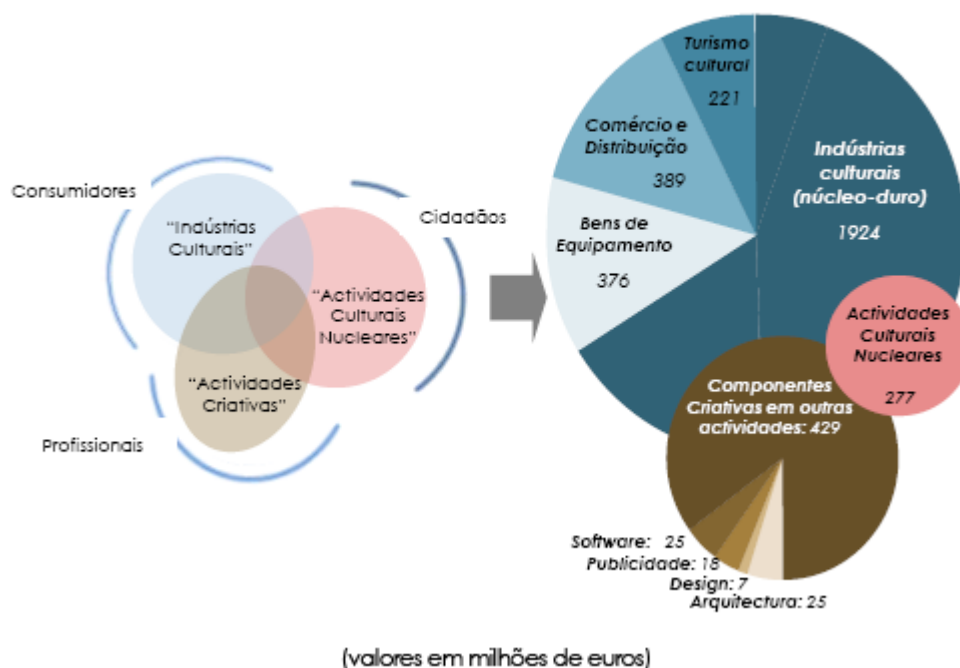


Fig. XXII. As grandes componentes do Sector Cultural e Criativo.

Fonte: Relatório final – Estudo para o Ministério da Cultura (MC) – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010, p. 79.

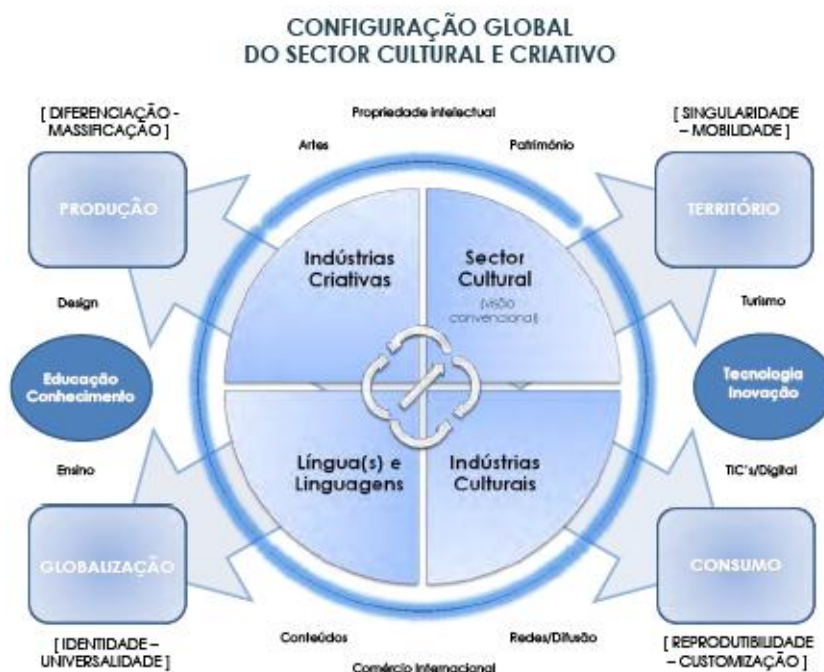


Fig. XXIII. Configuração global do Sector Cultural e Criativo.

Fonte: Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010, p. 25.

Uma quarta componente que suporta e alimenta as anteriormente mencionadas corresponde à(s) «*língua(s) e linguagens*», seja a «*língua da comunidade*» (o português, no caso de Portugal) como elemento central do património cultural e eixo de diferenciação e segmentação, seja a «*língua da globalização*» (o inglês, nesta fase) como eixo de comunicação e conexão global.

A «*tensão*» entre orientação para o mercado interno e para os mercados internacionais está bem patente nos bens e serviços culturais, tal como nas políticas culturais, onde a língua, escrita e falada, se assume como decisiva, devendo funcionar como uma grande plataforma de divulgação internacional e afirmação para o fomento dos conteúdos de base cultural.

De salientar que as «*Indústrias Culturais*» representaram o principal domínio das actividades do SCC, com pouco menos de 80%, enquanto as «*Actividades Criativas*» e «*Actividades Nucleares*» assumem uma posição secundária, atingindo, respectivamente, cerca de 14% e 8%. O núcleo-duro das indústrias culturais – os subsectores da edição e da rádio e televisão – é responsável por um pouco mais de metade do valor acrescentado produzido em todo o SCC, o que reforça esta imagem de uma certa polarização e desequilíbrio no peso relativo dos diferentes segmentos que o integram e estruturam.

Constata-se ainda que os processos, seja de interpenetração entre a cultura e a economia, seja de penetração da criatividade nas actividades económicas convencionais, já adquiriram alguma expressão no caso português e, sobretudo, que podem e devem ser potenciados e incentivados.

No âmbito das ICC, sector transversal da economia nacional, os apoios e mecanismos financeiros disponíveis (incluindo internacionais) destinados a projectos na área da cultura e criatividade foram reunidos, pela primeira vez, no documento intitulado *Guia de Apoios à Cultura e Criatividade*, lançado pelo GPEARI / MC em Junho de 2011.

Em Março de 2008, com vista à implementação do Plano de Trabalho subjacente à AEC para o triénio 2008-2010, foram criados, pelo Comité dos Assuntos Culturais, dois

grupos de trabalho (cf. FEU, 2010):

- I – Mobilidade de Artistas e de outros Profissionais do Sector Cultural;
- II – Potencialidades das Indústrias Culturais e Criativas, designadamente PME.

No quadro das actividades a desenvolver pelo Grupo de Trabalho II, no âmbito da AEC, foi nomeada, a nível nacional, como elemento de contacto para esse efeito, a Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE), atendendo ao reconhecimento pelas entidades do MC da pertinência de uma aproximação e cooperação com o ex-Ministério da Economia e da Inovação (MEI).

No segundo trimestre de 2008, a DGAE criou uma Rede de Contactos para a Cultura (Quadro LIX), inicialmente constituída por departamentos do MEI e ainda por uma organização cultural sem fins lucrativos, tendo vindo a ser periodicamente alargada a outras entidades fora do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID) e da própria Administração Pública.

Conforme refere FEU (2010: 14), esta Rede:

“visa, essencialmente, a recolha de informação sobre as actividades prosseguidas ou previstas no âmbito do potencial das ICC, o conhecimento de boas práticas culturais e a divulgação de informação específica nesta área, nomeadamente a veiculada pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do MC e, em cooperação com o Grupo de Trabalho II Indústrias Culturais e Criativas, apresentar boas práticas seleccionadas em Portugal”.

Quadro LIX. Rede de Contactos MEID para a Cultura.

Entidades que integravam, inicialmente, a Rede de Contactos MEID para a Cultura	Entidades que passaram a integrar a Rede de Contactos MEID para a Cultura
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas	ADDICT – Creative Industries Portugal
AICEP	AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
Turismo de Portugal	Agência INOVA
Fundação de Serralves	AICEP – Portugal Global
	APMP – Associação para a Promoção do Multimédia e da Sociedade Digital
	Museu/Câmara Municipal de Portimão
	Companhia das Ideias
	Embaixada Britânica em Lisboa
	ETIC – Escola de Imagem e Comunicação Aplicada
	Fundação da Juventude
	Fundação de Serralves
	Fundação Gulbenkian
	Gabinete do Gestor do COMPETE
	GEST IN Cultura
	IAPMEI
	INDUSCRIA – Plataforma para as Indústrias Criativas
	INESC Porto
	INTELI – Inteligência em Inovação
	ISCTE
	MEID / Gabinete
	Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
	MUDE – Museu do Design e da Moda
	Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa
	Transforma
	Turismo de Portugal
	Comissão Nacional da UNESCO – Portugal
	YDreams

Fonte: Adaptado de FEU, José António (2010), «O potencial económico das Indústrias Culturais e Criativas», *Fábrica de Talentos-Revista da Fundação da Juventude*, N.º 6, Porto: Fundação da Juventude, p.14.

Em Janeiro de 2010, foi apresentado no Palácio Nacional da Ajuda, o estudo intitulado *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, da autoria do Prof. Augusto Mateus⁷⁵⁶, que pela primeira vez identifica e caracteriza com rigor o conjunto de actividades, indústrias e profissionais que integram este sector e respectivo desempenho no período 2000-2006.

Através deste estudo procurou-se medir a relevância económica do sector em Portugal, de acordo com a metodologia utilizada que permitiu apurar o seu contributo para a riqueza e para o emprego nacionais, traçando também o retrato do tecido económico cultural e criativo português – a sua dinâmica de crescimento, a dimensão e a distribuição dos estabelecimentos pelas regiões (NUTS III) do país, a presença de capital estrangeiro, as características do emprego e ainda analisa a posição de Portugal no comércio internacional de bens e serviços culturais e criativos que se podem identificar como resultado da natureza do SCC. No Quadro LX é indicada a delimitação que o estudo considera acerca do SCC e nos gráficos seguintes estão patentes os principais resultados desse estudo em Portugal, partindo da análise de diversas variáveis: emprego, VAB, subsectores de actividade, género, habilitações e comércio externo.

Quadro LX. Delimitação do Sector Cultural e Criativo em Portugal.

Grupos de actividades constituintes do Sector Cultural e Criativo de Portugal
ACTIVIDADES NUCLEARES
▪ Património: Museus, Bibliotecas, Arquivos, Lugares Históricos e Sítios Arqueológicos;
▪ Artes Performativas: Dança, Teatro, Circo, Festivais;
▪ Artes Visuais: Artes Plásticas, Fotografias.
INDÚSTRIAS CULTURAIS
▪ Audiovisual: Cinema, Rádio, Televisão;
▪ Música;
▪ Edição.
INDÚSTRIAS CRIATIVAS
▪ Arquitectura;
▪ <i>Design</i> ;
▪ Publicidade;
▪ Multimédia/Software.

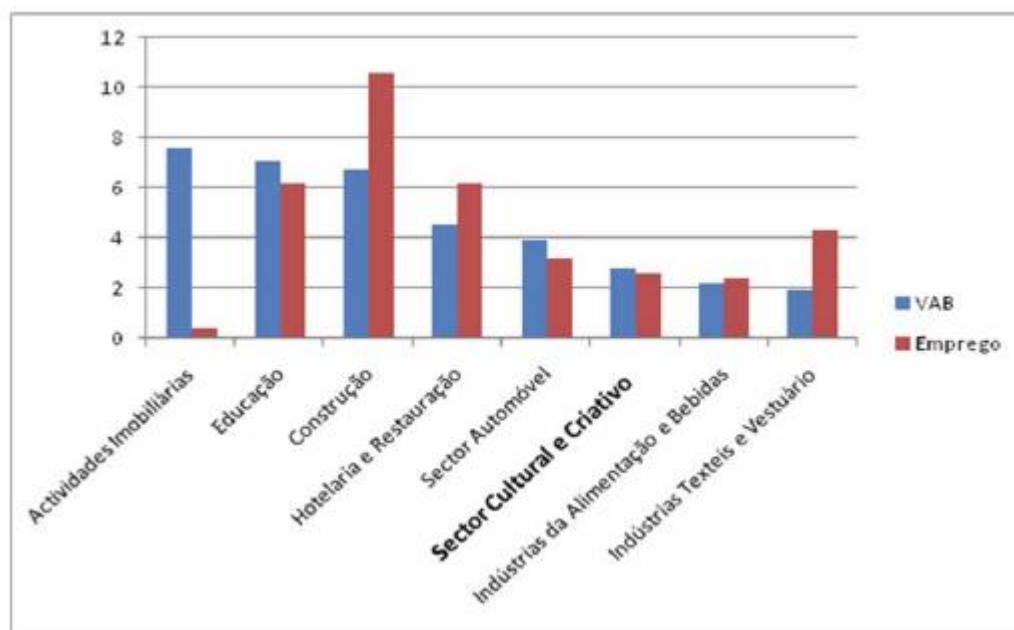
Fontes: Adaptado de:

- GPEARI / MC (2011), *Guia de Apoios à Cultura e Criatividade*, Lisboa, Junho.
- FEU, José António (2010), «O potencial económico das Indústrias Culturais e Criativas», *Fábrica de Talentos-Revista da Fundação da Juventude*, N.º 6, Porto: Fundação da Juventude, p.14;
- GPEARI / MC (2009), Nota Estatística – *Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro.

⁷⁵⁶ Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

Tal como já foi referido, o SCC originou, em 2006, um VAB de 3 691 milhões de euros, aproximadamente, tendo sido responsável por 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal e por 2,6% do emprego (Gráfico XLII). Este contributo foi superior ao que foi dado pelas indústrias alimentares e bebidas e a dos têxteis e vestuário.

Gráfico XLII. Peso do Emprego e do VAB em diferentes sectores (2006)

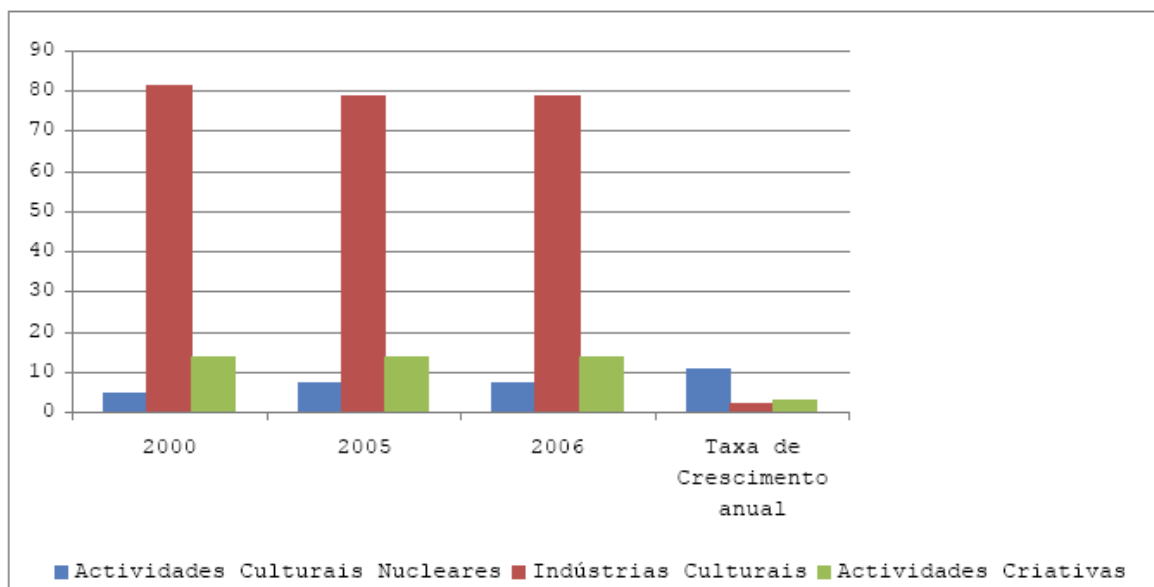


Fonte: GPEARI/MC (2009), *Nota Estatística–Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro, p. 8.

O SCC acompanha a tendência geral de atomização do tecido empresarial português, evidenciando uma clara preponderância das micro e muito pequenas empresas/organizações no domínio subsectorial.

A análise da evolução intersectorial nesse espaço de tempo com recurso à taxa média de crescimento anual realça o crescimento sustentado das Actividades Culturais Nucleares de 10,9% ao ano (Gráfico XLIII) devido ao crescimento evidenciado pelas Artes do Espectáculo (13%), Artes Visuais e Criação Literária (9,1%) e pelo Património Cultural (8,6%).

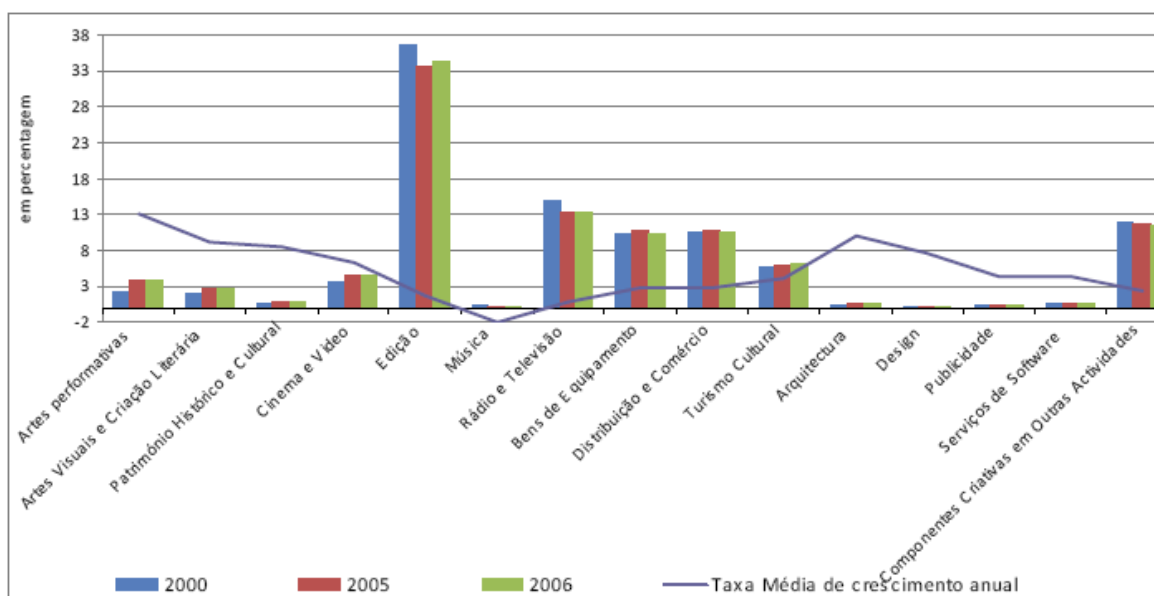
Gráfico XLIII. Peso do Sector Cultural Criativo no VAB (%)



Fonte: GPEARI/MC (2009), Nota Estatística–Sector Cultural e Criativo em Portugal, Lisboa, Outubro, p. 3.

Segundo o Gráfico XLIV, as Indústrias Culturais registaram uma taxa média de crescimento anual de 14,7%, com destaque para o desempenho positivo dos seus subsectores – Cinema e Vídeo (6,3%) e ao Turismo Cultural (4,1%), contrariamente ao que sucedeu com a Música (-2%), Rádio e Televisão (0,9%) e Edição (1,8%).

Gráfico XLIV. Evolução, por subsectores de actividade, do VAB (2000 a 2006)

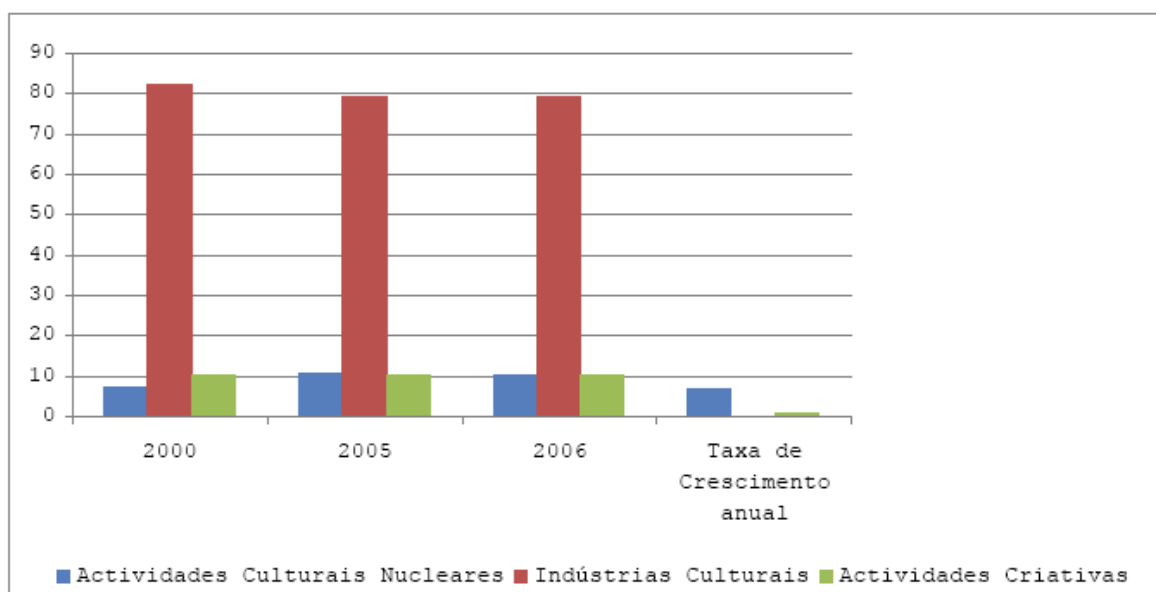


Fonte: GPEARI/MC (2009), Nota Estatística–Sector Cultural e Criativo em Portugal, Lisboa, Outubro, p. 4.

De acordo com o gráfico XLV, entre 2000 e 2006, o SCC criou, aproximadamente, 6 500 empregos, registando um crescimento cumulativo de 4,5%, o que traduz uma evolução positiva tendo em conta que o crescimento cumulativo de emprego à escala nacional era apenas de 0,4%.

Partindo da análise da evolução intersectorial, verifica-se que, em 2006, as Indústrias Culturais surgem, em sintonia, com os resultados da análise do processo de criação de riqueza, como o mais relevante empregador do SCC, concentrando 79,2% dos postos de trabalho, enquanto os domínios das Actividades Culturais Nucleares (10,5%) e das Actividades Criativas (10,2%) representavam um valor percentual inferior ao do emprego total do sector.

Gráfico XLV. Peso do Sector Cultural Criativo no Emprego (%)

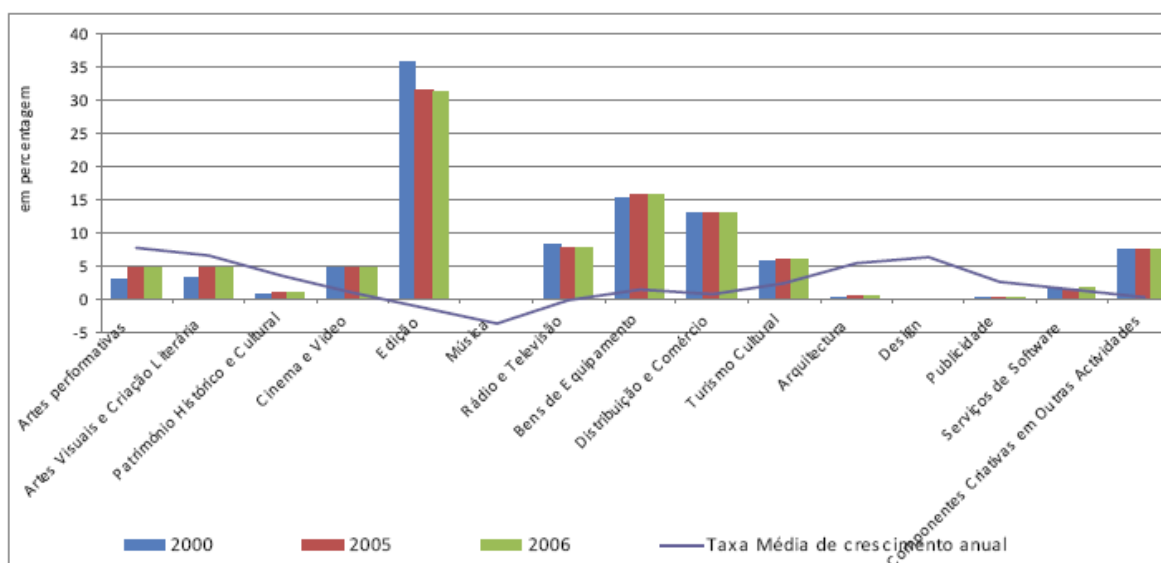


Fonte: GPEARI/MC (2009), Nota Estatística–*Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro, p. 4.

O SCC representou, nesse ano, 2,6% do emprego nacional total – cerca de 127 mil empregos. A sua relevância é menos expressiva em termos de volume de emprego, indiciando um nível de produtividade superior à média nacional, embora em linha com o maior nível de qualificação e educação do emprego gerado.

Este contributo foi superior ao que foi registado pelas indústrias de alimentação e bebidas e pelas actividades imobiliárias. A distribuição subsectorial do emprego no SCC (Gráfico XLVI) denota a Edição como o mais significativo, representando 31,7% do emprego, seguindo-se os Bens de Equipamento (16,3%) e a Distribuição e Comércio (13,3%).

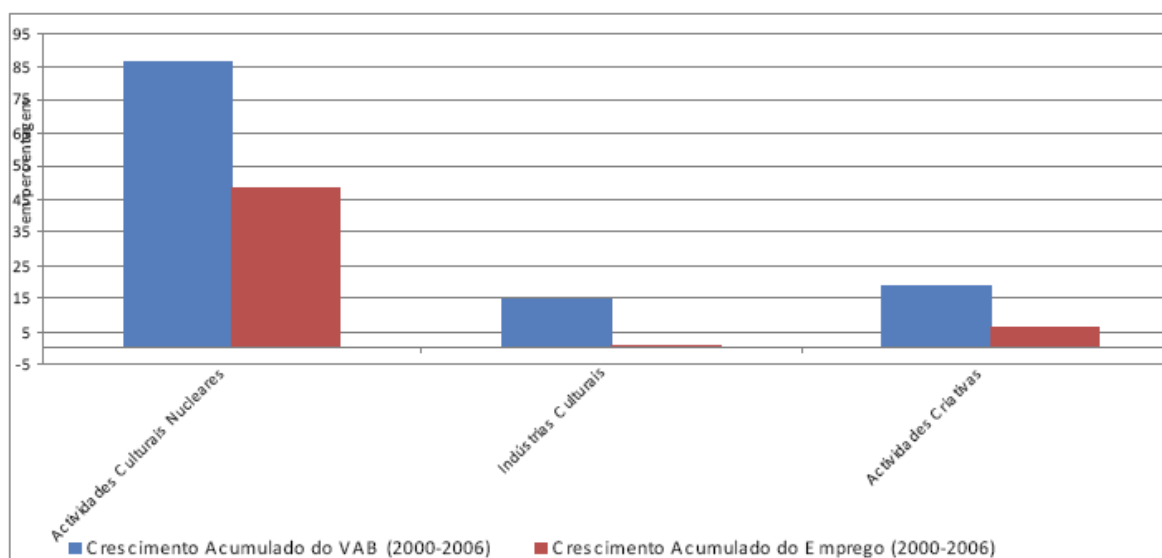
Gráfico XLVI. Evolução, por subsectores de actividade, do Emprego (2000 a 2006)



Fonte: GPEARI/MC (2009), Nota Estatística–Sector Cultural e Criativo em Portugal, Lisboa, Outubro, p. 5.

No período entre 2000-2006, o dinamismo de criação de riqueza (VAB) do SCC acompanhou o da economia nacional, traduzido num crescimento cumulativo de 18,6%, correspondente a uma taxa média de crescimento anual de 2,9%. Durante este período, foi notória uma certa polarização e de algum desequilíbrio no peso relativo dos diferentes segmentos que integram e estruturam o SCC, tal como evidencia o Gráfico XLVII.

Gráfico XLVII. Crescimento Acumulado do VAB e do Emprego no SCC

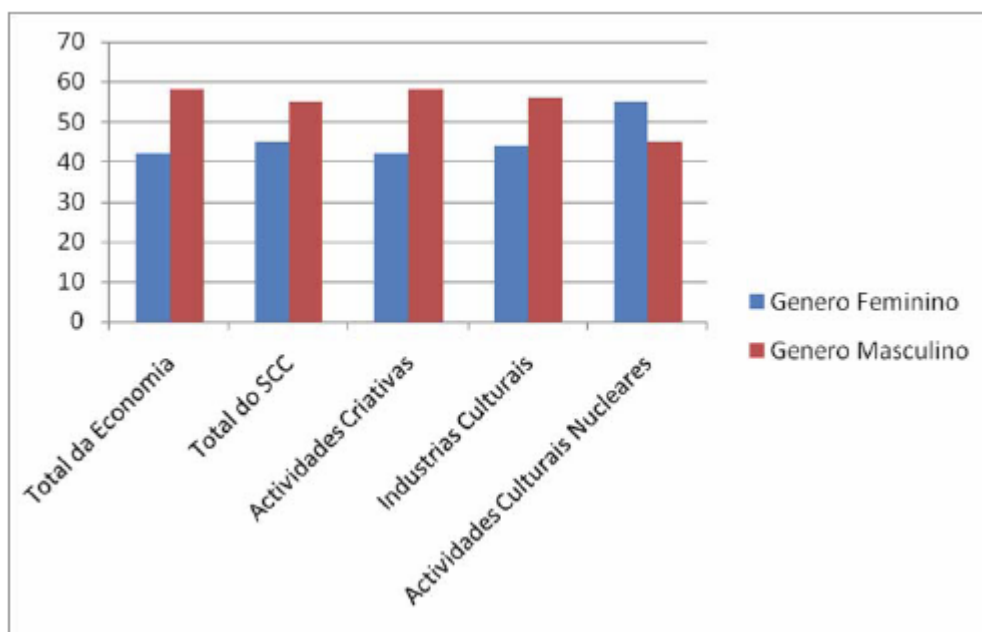


Fonte: GPEARI/MC (2009), Nota Estatística—*Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro, p. 6.

As Indústrias Culturais (cujo núcleo-duro é formado, sobretudo, pelos subsectores da Edição, Rádio e Televisão) constituem o principal domínio de actividades do SCC (pouco menos de 80%), enquanto as Actividades Criativas (cerca de 14%, lideradas pela Arquitectura e pelos Serviços de *Software*) e as Actividades Culturais Nucleares (8%, especialmente as Artes do Espectáculo, as Artes Visuais e a Criação Literária) assumem uma posição secundária.

A repartição do emprego por género (Gráfico XLVIII) regista um maior número de homens mas quando comparado com a economia total o número de mulheres é ligeiramente superior ao padrão nacional, estimulado, sobretudo, pelo domínio das Actividades Culturais Nucleares, onde as mulheres são maioritárias, representando 55% da força de trabalho total.

Gráfico XLVIII. Emprego segundo o Género (%)

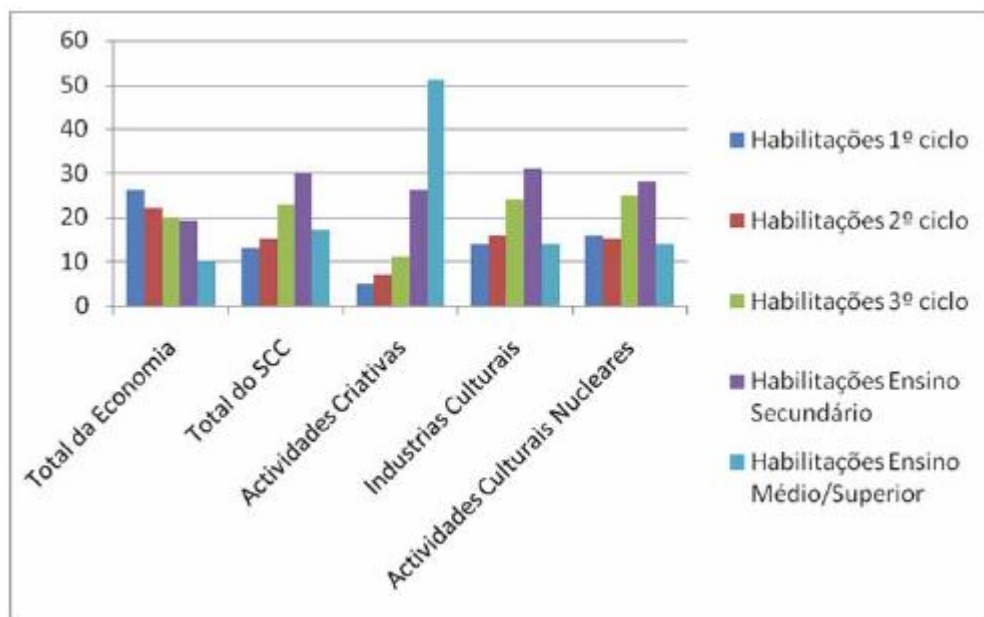


Fonte: GPEARI/MC (2009), *Nota Estatística–Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Outubro, p. 9.

O emprego apresenta-se mais qualificado do que o referencial médio da economia nacional, sendo que 17% dos trabalhadores possuem habilitações de nível elevado, impulsionado decisivamente pelo segmento das Actividades Criativas (Gráfico XLIX).

No caso das Actividades Culturais Nucleares e Industrias Culturais, os subsectores da Rádio e Televisão e do Património Histórico e Cultural são os que apresentam um maior peso relativo das habilitações de nível superior (25%).

Gráfico XLIX. Emprego segundo as Habilitações (%)

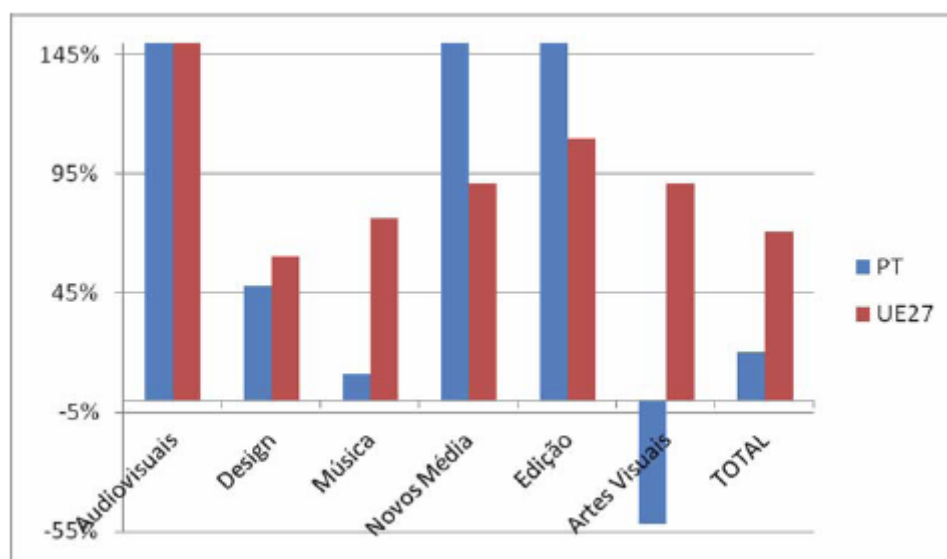


Fonte: GPEARI/MC (2009), *Nota Estatística-Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro, p.10.

O ritmo de crescimento das exportações nacionais de produtos criativos e culturais no período de tempo compreendido entre 1996 e 2005 ficou substancialmente aquém da média europeia (14% face a 51%), traduzindo-se numa considerável degradação da taxa de cobertura das importações pelas exportações e na diminuição da quota das exportações portuguesas no total da UE.

As categorias que registaram um crescimento mais acentuado das exportações são aquelas cujo peso na estrutura de exportações de Serviços Criativos e Culturais é ainda muito pouco expressivo – designadamente os Produtos Audiovisuais e novos *Media*, enquanto que as categorias que mais contribuem para o total das exportações portuguesas registaram crescimentos menos significativos ou até mesmo negativos, como é o caso das Artes Visuais, conforme o Gráfico L indica.

Gráfico L. Comércio Externo de Serviços Criativos e Culturais



Fonte:GPEARI/MC (2009), *Nota Estatística-Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro, p. 11.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações de Serviços Criativos e Culturais registou uma tendência crescente na última década, especialmente devido ao dinamismo das exportações de serviços de Publicidade e Arquitectura que, em 2005, representam cerca de metade do total de exportações nacionais de Serviços Criativos e Culturais. As exportações contabilizadas através dos direitos de propriedade registam um significativo crescimento, mas é ao nível das importações que esta categoria assume maior relevo.

No geral, o SCC assume um papel crescentemente relevante na criação de emprego e riqueza e na promoção da qualidade de vida das populações, sobretudo nas cidades, contribuindo decisivamente para a competitividade, sem a qual não há crescimento económico sustentável, e para a coesão, na sua tripla dimensão económica, social e territorial, sem a qual não existe equidade no acesso aos frutos desse mesmo crescimento, transformando-o em desenvolvimento, humano, social e institucional.

6.3 Os efeitos positivos das ICC

Na Europa, o sector cultural assume um papel-chave e exerce um poder de atracção sobre os cidadãos (especialmente qualificados e criativos), as empresas e os investimentos, contemplando o espaço europeu como dinâmico e estimulante onde é bom viver e trabalhar. No sentido da realização total do seu potencial cultural e económico, as ICC devem aumentar a sua capacidade de experimentação e inovação, beneficiando de uma combinação de competências adequadas e de um acesso ao financiamento. A cultura e a criatividade oferecem, assim, um grande potencial para revitalizar a economia, sendo essencial investir para trazer de perto a «Cultura» e a «Economia»⁷⁵⁷.

Graças à economia criativa, os profissionais da cultura são os motores da sociedade de crescimento e a fonte do desenvolvimento económico e da harmonia social. O motor do crescimento durável é notoriamente baseado em investimentos de longo prazo no potencial criativo da Europa.

O estudo intitulado *The Economy of Culture in Europe*⁷⁵⁸, o primeiro realizado a nível europeu a pedido da Comissão Europeia que tenta medir o valor económico e social do SCC na Europa, ressaltando os contributos, tanto directos (em termos de PIB, crescimento e emprego) como indirectos (a relação entre criatividade e inovação, a ligação com o sector cultural, a contribuição da cultura e criatividade para o desenvolvimento regional, através da atracção de investimento, de talentos criativos e de turismo) das ICC. Tal como Albert Einstein advogava: “*Not everything that counts can be measured and not everything that can be measured counts*”.

Este estudo, baseado na distinção entre um sector cultural, constituído pelos campos das artes tradicionais e das actividades culturais, e um sector criativo, que agrega as actividades que usam a cultura como meio de adicionar valor a produtos não culturais, mostra como a cultura pode conduzir ao desenvolvimento económico e social, tal como a inovação e a coesão. Ilustra também como a cultura, enquanto factor «sedutor» dos

⁷⁵⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, *Portuguese contribution – Green Paper on “Unlocking the potential of cultural and creative industries”*.

⁷⁵⁸ KEA European Affairs (2006), *Study on The Economy of Culture in Europe*, Comissão Europeia (Direcção Geral da Educação e Cultura).

cidadãos, promove a integração europeia, sendo um instrumento chave na integração de componentes das sociedades europeias, em toda a sua diversidade, imprimindo um sentido de pertença, tal como sucede com a divulgação dos valores democráticos e sociais.

Dos principais impactos sócio-económicos directos do sector cultural e criativo que são passíveis de quantificar (Fig. XXIV), apesar da disponibilidade insuficiente de dados induzirem a uma sub-avaliação do peso real deste sector, destaque para os seguintes resultados:

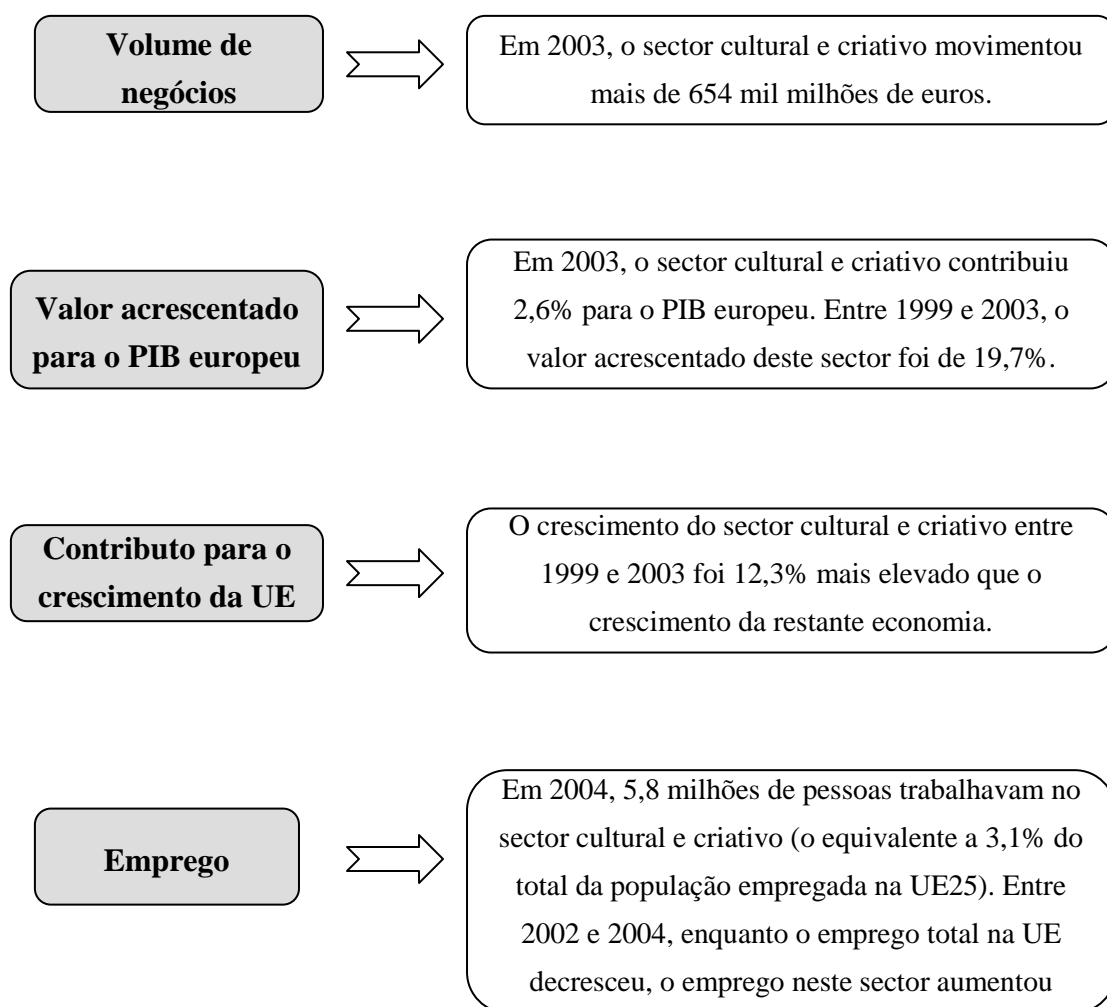


Fig. XXIV. Impacto sócio-económico quantificável do Sector Cultural e Criativo na UE.

Fonte: Adaptada de KEA European Affairs (2006), Study on *The Economy of Culture in Europe*, Comissão Europeia (Direcção Geral da Educação e Cultura).

Aquando da apresentação do *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*⁷⁵⁹, em 27 de Abril de 2010, sendo a «Cultura» reconhecida como um instrumento de desenvolvimento local e regional, e onde:

*“as ICC incluem as artes do espectáculo, artes visuais, património cultural, cinema, televisão, rádio, música, criação literária e edição de publicações, jogos de vídeo, software, media, arquitectura, design, moda, artesanato, publicidade, etc e representam, a nível da UE, cerca de 5 milhões de empregos e um contributo de 2,6% para o PIB.”*⁷⁶⁰

Este documento reconhece oficialmente a importância económica e social do SCC em que o crescimento das ICC foi exponencial em termos de criação de emprego e de contributo para o PIB⁷⁶¹. O desafio da mundialização e a chegada da era numérica oferecem novas ocasiões para o desenvolvimento destas indústrias e podem melhorar o seu potencial de crescimento e de emprego. Com efeito, os investimentos estratégicos são necessários para que as ICC dinamizem a diversidade cultural, a coesão social e territorial, o crescimento e o emprego. O sector criativo contribui de forma expressiva para o desenvolvimento das TIC, desempenhando um papel relevante aos níveis local, regional e nacional.

Entre os efeitos positivos («*spill-over effects*») ⁷⁶² das ICC, destacam-se os seguintes:

- Contribuem para a aceitação e o desenvolvimento futuro das TIC (por exemplo, a implantação da banda larga)⁷⁶³, como forças motrizes de desenvolvimento, permitindo ultrapassar a questão da «*ruralidade*»⁷⁶⁴ e fornecendo conteúdos para alimentar os dispositivos e as redes digitais;

⁷⁵⁹ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

⁷⁶⁰ FEU, 2010: 14.

⁷⁶¹ Projet de Rapport du Parlement Européen sur “Libérer le potentiel des industries culturelles et créatives”, Commission de la culture et de l’éducation, 2010/2156(INI), 5 de Janeiro de 2011.

⁷⁶² COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

⁷⁶³ Relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República Portuguesa, relativo ao *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010.

⁷⁶⁴ Ministério da Cultura – Direcção Regional de Cultura do Algarve, *Indústrias Criativas e Culturais – Memorando referente a prioridades para a acção política a nível europeu*.

- Incentivam adaptações e novos desenvolvimentos tecnológicos, conferindo um dinamismo inovador aos produtores de tecnologia, na medida em que são indústrias utilizadoras intensivas de tecnologia;
- Promovem um clima propício à inovação na Europa em virtude do seu papel específico e central na passagem à era digital e à nova tendência para uma «*economia da experiência*», bem como devido à sua capacidade para moldar ou ampliar as tendências sociais e culturais e, consequentemente, a procura dos consumidores;
- Propiciam a apresentação de um desempenho significativamente melhor em matéria de inovação às empresas que fazem proporcionalmente maior uso de serviços das ICC, contribuindo para as actividades inovadoras de outras empresas e organizações em toda a economia, o que permite, assim, ajudar a superar estas deficiências de comportamento, tais como a aversão ao risco, a tendência para o *status quo* e a falta de visão;
- Ajudam, muitas vezes, a dinamizar as economias locais em declínio, contribuindo para o surgimento de novas actividades económicas, criando novos postos de trabalho sustentáveis e aumentando a capacidade de atracção das regiões e cidades europeias;
- Desenvolvem-se aos níveis local e regional, onde a ligação em rede e a polarização funcionam. Porém, embora a criatividade esteja enraizada no contexto local, ela tem um alcance mundial. A promoção da mobilidade dos artistas e profissionais do sector cultural é uma forma de contribuir para que as ICC passem da escala local para a mundial e garantir uma presença europeia no mundo;
- Atraem novos talentos como um estímulo para potenciar os talentos já existentes numa determinada região, sendo fundamental garantir que o ambiente seja de ligação ao tecido existente, através das Universidades e empresas da região⁷⁶⁵;

⁷⁶⁵ Ministério da Cultura – Direcção Regional de Cultura do Algarve, *Indústrias Criativas e Culturais – Memorando referente a prioridades para a acção política a nível europeu*.

- Reconhecem a importância de juntar sinergias com as entidades de base regional já existentes, funcionando em conjunto com o «*cluster*» do turismo/lazer⁷⁶⁶;
- Potenciam o estabelecimento de «*parcerias criativas*» com domínios como a educação, a indústria, a investigação ou a administração pública, susceptíveis da aplicação de mecanismos eficazes de transferência para outros sectores de conhecimentos criativos;
- Podem ajudar as cidades e regiões a reforçar a sua competitividade económica, através da criação de um ambiente propício à inovação e da atracção de pessoas altamente qualificadas e de empresas;
- Podem dar um contributo fundamental para responder a desafios importantes, como a luta contra o aquecimento global e a transição para uma economia verde, bem como para constituir um novo modelo de desenvolvimento sustentável, abrindo novas vias para abordar a dimensão internacional destes problemas e criando as condições adequadas ao desenvolvimento de estratégias de criatividade;
- Podem promover a identidade e a diversidade cultural a nível local e regional, sendo de enfatizar que a diversidade cultural da Europa é um grande triunfo económico e competitivo, pelo que o Comité das Regiões, no seu parecer⁷⁶⁷, sugere que se utilizem os investimentos na cultura para promover a diversidade cultural europeia e o diálogo intercultural e facilitar, por seu turno, a integração cultural e social.

Para poderem aproveitar plenamente o seu potencial cultural e económico, tirando o máximo partido das forças motrizes supracitadas, as ICC necessitam de uma maior capacidade de experimentação e inovação, de acesso à combinação adequada de competências e de acesso aos meios de financiamento. Os mecanismos de apoio à inovação a favor das ICC permitem não só que estas empresas inovem mais e melhor, mas também que possam apresentar soluções mais inovadoras para outros sectores ou indústrias, contribuindo para a economia geral da Europa e para explorar o seu potencial de inovação.

⁷⁶⁶ Idem.

⁷⁶⁷ COMITÉ DAS REGIÕES (2011), Parecer sobre “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas”, Jornal Oficial da União Europeia, 10.02.2011, 2011/C 42/06.

Em simultâneo com a apresentação do *Livro Verde* atrás referido, a Comissão Europeia lançou uma Consulta Pública sobre *O Futuro das Indústrias Culturais e Criativas*, decorrente entre 27 de Abril e 30 de Julho de 2010. A resposta institucional de Portugal a este processo foi coordenada pelo MNE e com grande envolvimento da DGAE, tendo sido divulgada pela Rede MEID para a Cultura. O teor desta resposta prende-se com a relevância do papel económico que as ICC poderão assumir no futuro, as quais merecem destaque nas novas linhas programáticas da *Estratégia Europa 2020*, através das quais se destaca o papel da UE e dos Estados-Membros para a melhoria do enquadramento empresarial com vista a desbloquear o potencial económico das ICC.

A resposta do Parlamento Europeu ao *Livro Verde* da Comissão Europeia sobre a importância social e económica do sector em apreço foi consubstanciada no relatório *Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas da UE* da autoria da eurodeputada francesa Marie-Thérèse Sanchez Schmid (Grupo do Partido Popular Europeu). O texto sublinha as novas e profícuas oportunidades decorrentes da globalização e da era digital para o desenvolvimento e a melhoria do potencial criativo destas indústrias na criação de crescimento e emprego⁷⁶⁸ e que, em 2006⁷⁶⁹, registava já um total de 6 576 558 pessoas, correspondente a 2,71% do mercado laboral europeu.

Neste relatório é referido que se trata de um sector muito rico e variado, com um enorme potencial, que representa actualmente um sector económico relevante, que só pode beneficiar com as oportunidades resultantes do advento da era digital. Movimenta cerca de 600 mil milhões de euros por ano, o equivalente a 2,6% do PIB da UE, em que nem a crise travou o seu crescimento exponencial, particularmente no que se refere ao sector dos bens de luxo. Porém, a relatora parlamentar esclarece que este sector ainda não atingiu todo o seu potencial, porque se encontra, em grande medida, limitado às fronteiras nacionais, apesar de se tratar de uma indústria com grande potencial de exportação.

⁷⁶⁸ SANCHEZ-SCHMID, Marie-Thérèse (2011), “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas da União Europeia”, *Website do Parlamento Europeu*, Acedido em 7 de Março de 2011 in: <http://www.europarl.europa.eu/news/public>

⁷⁶⁹ Priority Sector Report: Creative and Cultural Industries from Dominic Power (Uppsala University) and Tobias Nielsén (Volante QNB Research), Europe Innova – European Cluster Observatory, March 2010.

Para a eliminação destas barreiras, a UE pode ajudar a diversos níveis, desde o papel activo que já tem em programas como o MEDIA – apoio à indústria audiovisual – ou o Prémio LUX para o cinema, atribuído anualmente pelo Parlamento Europeu, passando pela mobilidade de artistas, obras de arte, disseminação, digitalização e pela criação de um quadro regulamentar de protecção dos direitos de propriedade intelectual no domínio digital.

Todos os Estados-Membros da UE são a favor de regulamentação europeia quando se trata de proteger os direitos de propriedade intelectual, mas se, por um lado, a protecção é um pilar da potencial contribuição da UE, o financiamento adequado é outro. Os fundos regionais e de coesão são um bom exemplo de financiamento disponível, visto que grande parte do capital cultural europeu tem um carácter regional. Por exemplo, os festivais de Cannes, Avinhão e Salzburgo geram consideráveis benefícios económicos para as cidades ou regiões onde decorrem. Por isso, Sanchez-Schmid advoga o encorajamento das regiões a explorarem estes fundos, no sentido de apoiar as suas indústrias criativas e desenvolver o valor económico do seu património cultural, o qual representa um produto de séculos de patrocínio estatal e utilização criativa de fundos públicos.

Actualmente, numerosas cidades europeias pretendem projectar uma imagem de «*cidades criativas*»⁷⁷⁰, potenciando a sua dimensão cultural, a sua revitalização social e o seu desenvolvimento económico como motor para a integração populacional. Este conceito de «*cidade criativa*» estrutura-se em torno de três *C's* (Fig. XXV) – *Cultura*, *Comunicação* e *Cooperação* – no sentido de evidenciar a relevância da articulação entre os agentes e os espaços onde se desenvolvem as actividades criativas através de «*comunidades*» que valorizam e utilizam «*recursos*» singulares com base em «*ferramentas*» avançadas⁷⁷¹:

⁷⁷⁰ FARIA, Nuno (2008), *Ver... Pensar... Fazer... - Políticas Culturais para um Portugal Criativo*, Lisboa: GPEARI – MC.

⁷⁷¹ Relatório final – Estudo para o MC – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

OS GRANDES FACTORES DA CRIATIVIDADE
A convergência da “Classe criativa” e da “Cidade criativa”
 [dos 3 T's aos 3 C's]

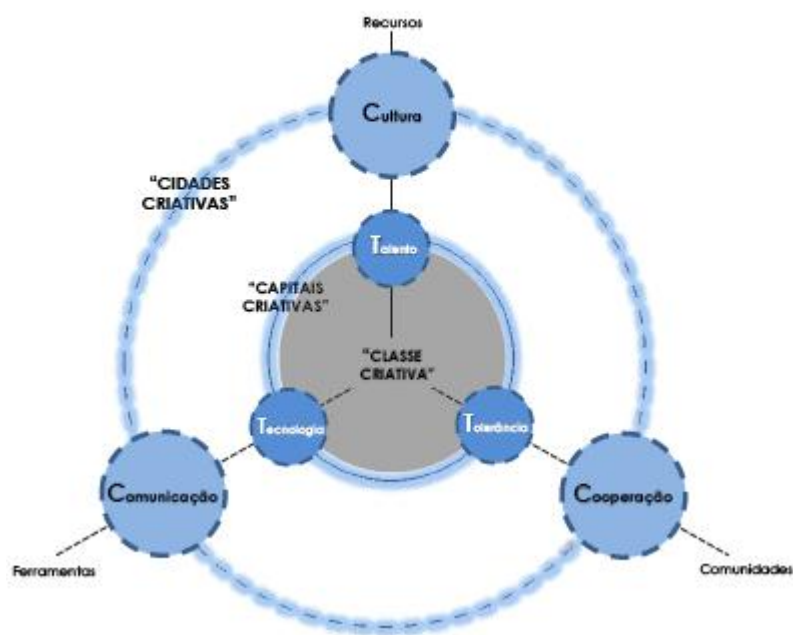


Figura XXV. Os grandes Factores da Criatividade.

Fonte: Relatório final – Estudo para o MC – GPEARl, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010, p. 19.

A título de exemplo destes efeitos positivos das ICC destaca-se o projecto “Ilha a Ler – Biblioteca Municipal da Ilha de Moçambique”⁷⁷², resultante do protocolo de geminação, assinado em 2008, entre o município de Alcobaça e o município de Ilha de Moçambique⁷⁷³, em virtude da sua classificação e equiparação, pela UNESCO, enquanto cidade *Património Mundial da Humanidade*. Esta biblioteca, inaugurada em 22 de Março de 2010, foi instalada num edifício histórico – o «*Prédio Girassol*», cujas obras couberam a uma ONGD de origem dinamarquesa. Dispõe de fundos documentais em diversos suportes, em regime de livre acesso e disponíveis para empréstimo domiciliário. Para além da colaboração de uma empresa de mobiliário, de uma livraria, de professores e de alguns voluntários quer de Alcobaça, quer da Ilha de Moçambique, foram também enviados técnicos para dar formação ao pessoal de apoio à biblioteca, embora as necessidades formativas sejam imensas. De acordo com os dados obtidos em Maio de 2011, o horário

⁷⁷² Intervenção de TAVARES, Madalena (Coordenadora da Biblioteca e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alcobaça), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁷⁷³ Cidade insular situada na província de Nampula na região norte de Moçambique, dando o nome ao país do qual foi a primeira capital.

desta biblioteca é compreendido entre as 07h00 e as 19h00, com quatro funcionários do município da Ilha e dez professores voluntários, servindo uma população de quase cinco mil alunos com menos de 18 anos. Adicionalmente, ao abrigo de uma campanha da *OLAMIGO – Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento na Lusofonia*, realizada em parceria com os CTT, mais de 200 mil livros recolhidos em Portugal seguiram, em contentores marítimos, para Maputo e, ulteriormente, para as escolas e bibliotecas das províncias de Moçambique.

Durante o Congresso Empreendedor Lusófono, que decorreu na Alfândega do Porto entre 5 e 7 de Maio de 2011, foi feito um desafio aos empresários dos países da CPLP no sentido de assumirem parcerias estratégicas para a cooperação empresarial em novos mercados, na medida em que existe um enorme potencial para o desenvolvimento dessas parcerias que urge dinamizar em resultado dos laços existentes na comunidade empresarial desses países, cimentados numa língua comum e em concepções de gestão e estratégias de investimento complementares. Neste congresso foi igualmente defendida a ideia de que a «*Lusofonia*» tem de figurar entre os desígnios estratégicos de Portugal sob pena de perder o principal factor distintivo na UE. De facto, numa Europa que tem tendência para acentuar a condição periférica dos países mais pequenos, Portugal pode fortalecer as suas posições políticas enquadrado num território mais vasto como o da «*Lusofonia*» e capitalizar a sua relação privilegiada com África e com o Brasil⁷⁷⁴.

Uma forma de capitalização desta relação seria, porventura, através do estabelecimento de *pontes* entre as «*Capitais Europeias da Cultura*» ancoradas em Portugal e as outras «*Capitais da Lusofonia*», em que o material de construção (o «*cimento*») dessas *pontes* seria a síntese entre as vertentes europeia e atlântica de Portugal, permitindo, assim, densificar o conceito de «*Espaço Lusófono*» através da política europeia no domínio da cultura que transcende as cidades «*Capitais Europeias da Cultura*» que procuram contribuir para promover a riqueza, a diversidade e o património histórico/cultural europeu e, concludentemente, um melhor conhecimento mútuo entre os cidadãos da UE.

⁷⁷⁴ Notícia “ANJE: Lusofonia tem que figurar entre desígnios estratégicos”, *Lusa*, Lisboa, 5 de Maio de 2011.

Para tal poder-se-ia aproveitar a cooperação já existente ao nível da *União das Cidades Capitais Luso-Afro-Asiáticas* (UCCLA) que, segundo os seus estatutos, visa fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios-membros através do intercâmbio cultural, científico e técnico, da criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, com vista ao progresso e bem-estar dos seus habitantes.

A iniciativa «*Capitais Europeias da Cultura*», inicialmente designada por «*Cidade Europeia da Cultura*», foi lançada pelo Conselho de Ministros em 13 de Junho de 1985 e em 1999 foi rebaptizada como «*Capital Europeia da Cultura*». Até 2004, as «*Capitais Europeias da Cultura*» eram seleccionadas por unanimidade pelos Estados-Membros da UE, sendo concedido, todos os anos, pela Comissão Europeia, um subsídio à cidade seleccionada. Entrementes, passou a ser designada pelo Conselho por recomendação da Comissão Europeia, tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu e de um júri composto por sete altas personalidades do sector cultural. De salientar que o *dossier* de candidatura da(s) cidade(s) elegível(eis) deve comportar um projecto cultural europeu, com um tema específico de dimensão europeia e, principalmente, assente na cooperação cultural. Este projecto cultural poderá ser realizado em associação com outras cidades europeias e o *dossier* deve indicar especificamente de que modo, no âmbito do tema proposto, essa(s) cidade(s) tenciona(m), segundo o artigo 3.º da Decisão n.º 649/2005/CE que entrou em vigor em 26 de Maio de 2005:

- “*Valorizar as correntes culturais comuns aos europeus que tenham inspirado ou para as quais tenha dado um contributo significativo;*
- *Promover as manifestações e as criações artísticas que associem agentes culturais de outras cidades dos Estados-Membros da União e conduzam ao estabelecimento de cooperações culturais duradouras e favorecer a sua circulação na União Europeia;*
- *Assegurar a mobilização e participação no projecto de grandes camadas da população;*
- *Assegurar o acolhimento dos cidadãos da União e favorecer a divulgação das operações previstas através dos meios multimédia e duma abordagem multilingue;*
- *Promover o diálogo entre as culturas da Europa e as outras culturas do mundo;*
- *Valorizar o património histórico e a arquitectura urbana, bem como a qualidade de vida na cidade.”*

Desde a primeira «*Capital Europeia da Cultura*», que teve lugar em Atenas em 1985, mais de 40 cidades de toda a Europa detiveram o título (Quadro LXI).

Quadro LXI. Lista das Capitais Europeias da Cultura (1985-2015).

Ano	Cidade	País
1985	Atenas	Grécia
1986	Florença	Itália
1987	Amesterdão	Países Baixos
1988	Berlim	Alemanha
1989	Paris	França
1990	Glasgow	Reino Unido
1991	Dublin	Irlanda
1992	Madrid	Espanha
1993	Antuérpia	Bélgica
1994	Lisboa	Portugal
1995	Luxemburgo	Luxemburgo
1996	Copenhaga	Dinamarca
1997	Salónica	Grécia
1998	Estocolmo	Suécia
1999	Veimar	Alemanha
	Avinhão Bergen Bolonha Bruxelas	França Noruega Itália Bélgica
2000	Helsínquia Cracóvia Reiquiavique	Finlândia Polónia Islândia
	Praga Santiago de Compostela	República Checa Espanha
2001	Porto Roterdão	Portugal Países Baixos
2002	Bruges Salamanca	Bélgica Espanha
2003	Graz	Áustria
2004	Génova Lille	Itália França
2005	Cork	Irlanda
2006	Patras	Grécia
2007	Luxemburgo Sibiu	Luxemburgo Roménia
2008	Liverpool Stavanger	Reino Unido Noruega
2009	Linz Vilnius	Áustria Lituânia
2010	Essen Pécs Istambul	Alemanha Hungria Turquia
2011	Turku Tallinn	Finlândia Estónia
2012	Guimarães Maribor	Portugal Eslovénia
2013	Marseille Kosive	França Eslováquia
2014	Umea Riga	Suécia Letónia
2015	Mons	Bélgica

Fonte: IP/10/334 “UE celebra 25º aniversário das Capitais Europeias da Cultura”, Bruxelas, 22 de Março de 2010.

Durante as comemorações do 25.º aniversário desta iniciativa, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, no seu discurso, declarou que se trata de “*uma ilustração clara do compromisso da UE com a diversidade cultural e também forma como a cultura pode unir as pessoas na Europa*”⁷⁷⁵.

Com efeito, os visitantes atraídos pelas sucessivas «*Capitais*» contribuíram para reforçar o impacto cultural e sócio-económico desta iniciativa e, concomitantemente, promover a valorização do património, constituindo uma força motriz da criatividade, da criação de empregos, da inclusão social, da reabilitação e do turismo. Trata-se, igualmente, de uma oportunidade única de reabilitar cidades a longo prazo, conferindo nova vitalidade à sua vida cultural e às suas actividades criativas e transformando a sua imagem.

Neste quadro, a cultura tem vindo a ocupar um lugar central na área do «*marketing territorial*». As estratégias de competitividade das cidades, concretizadas na procura de posições mais favoráveis nas redes urbanas, têm recorrido frequentemente aos recursos culturais através de grandes eventos (exposições universais e mundiais), ao nível das capitais globais e de pequenos centros urbanos⁷⁷⁶.

A presença activa num mundo globalizado exige uma crescente exploração dos factores competitivos organizados em redor da cultura, usando-a como argumento de atractividade quer para dinâmicas de inserção em circuitos turísticos internacionais, quer para dinâmicas de inserção em redes de investigação e desenvolvimento científico aplicadas aos domínios culturais, quer ainda para dinâmicas de inserção em comunidades criadoras de conteúdos culturais.

Em 23 de Novembro de 2011, a Comissão Europeia adoptou uma comunicação e uma proposta de regulamento que visa estabelecer o novo programa comunitário «*Europa Criativa*» com um orçamento de 1,8 mil milhões de euros para o período 2014-2020⁷⁷⁷,

⁷⁷⁵ IP/10/334 “UE celebra 25º aniversário das Capitais Europeias da Cultura”, Bruxelas, 22 de Março de 2010.

⁷⁷⁶ Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

⁷⁷⁷ EUROPEAN COMMISSION (2011), *Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing the Creative Europe Programme*, Bruxelas, XXX, COM (2011) 785/2.

representando um acréscimo de 37% face aos níveis de orçamento dos programas aos quais este agora irá suceder, a saber: *MEDIA* que apoia o sector cultural e audiovisual (755 milhões de euros) com um montante adicional para o programa *MEDIA Mundus* que apoia a cooperação internacional no sector audiovisual (15 milhões de euros) e *CULTURA* (400 milhões de euros). Este novo programa deve afectar mais de 900 milhões de euros de apoio ao cinema e ao sector audiovisual e quase 500 milhões de euros à cultura⁷⁷⁸.

Constitui um impulso que será dado aos sectores da cultura e inovação, importante fonte de emprego e crescimento na Europa, promovendo a diversidade cultural e linguística, assim como a prossecução dos objectivos da *Estratégia Europa 2020* no que se refere à criação de postos de trabalho e ao crescimento sustentável. Se esta proposta for adoptada, quer pelo Parlamento Europeu, quer pelo Conselho, 300 mil artistas e profissionais da cultura irão beneficiar de ajudas financeiras para atingir novas audiências fora dos seus países de origem, estimando-se atingir, no mínimo, 100 milhões de pessoas através de projectos financiados por este programa⁷⁷⁹.

6.4 Apoios da UE ao sector cultural dos países ACP

A UE e os Estados-Membros são os maiores doadores mundiais, representando juntos quase 60% da ajuda mundial ao desenvolvimento. A perspectiva da UE em matéria de intercâmbios culturais internacionais e comércio enquadra-se na Convenção da UNESCO de 2005 sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais⁷⁸⁰, sendo, precisamente, a «cultura» um dos sectores apoiados⁷⁸¹.

Os níveis de despesa pública em cultura variam consideravelmente entre os países da UE (Quadro LXII). Os valores mais elevados registam-se em França, no Reino Unido e na

⁷⁷⁸ Comunicado de Imprensa “Europa criativa: Comissão revela plano para impulsionar sectores culturais e criativos”, IP/11/1399, Bruxelas: Comissão Europeia, 23 de Novembro de 2011.

⁷⁷⁹ *Bulletin Quotidien Europe* 10501 – 24/11/2011 – *UE/Culture: programme «Europe créative», doper le secteur de la culture*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

⁷⁸⁰ Relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República Portuguesa, relativo ao *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010.

⁷⁸¹ GPEARI / MC (2011), *Guia de Apoios à Cultura e Criatividade*, Lisboa, Junho, p. 116.

Alemanha (países em que este indicador ultrapassa os 8 mil milhões de euros) e os montantes mais reduzidos são apresentados por Malta e Lituânia (valores inferiores a 200 milhões de euros), situando-se, em 2005, o valor referente a Portugal, na ordem dos 1,2 mil milhões de euros⁷⁸².

Relativamente à despesa pública em cultura por habitante são também reveladas algumas disparidades: Dinamarca, Áustria, Bélgica e Suécia registaram valores superiores a 200 euros, enquanto Bulgária, Grécia, Lituânia, Malta, Polónia e Roménia apresentaram níveis inferiores a 40 euros. Os valores registados por Portugal, Alemanha, Espanha e Itália encontram-se em linha, ultrapassando os 100 euros por habitante.

No caso de outro indicador – o peso da Administração Central no total da despesa pública em cultura – verifica-se uma elevada centralização de despesas na Dinamarca e na Eslovénia (com valores superiores a 60%), bem como em Malta (100%) devido à reduzida dimensão do país. Pelo contrário, Alemanha e Espanha dispõem de organismos públicos locais e regionais que têm a primazia, pelo que o peso da administração central no total da despesa pública em cultura é bastante diminuto – abaixo dos 20%. O valor apresentado por Portugal (23,9%) encontra-se entre os mais baixos da UE.

Tal como já foi mencionado, anteriormente, a UE reforçou o seu compromisso de apoiar o papel da cultura no desenvolvimento, promovendo diferentes formas de tratamento preferencial para os países em desenvolvimento e tendo vários acordos com países terceiros ou organizações regionais de países. Os programas de assistência técnica e cooperação poderão incluir as ICC como áreas prioritárias para as trocas económicas, podendo ser desenvolvidos instrumentos específicos da UE para promover a cooperação, o intercâmbio e as trocas comerciais entre as ICC da UE e os países terceiros, tais como a troca de boas práticas, nomeadamente através da disseminação de estudos, pesquisas, dos resultados do impacto de programas implementados e de iniciativas já desenvolvidas⁷⁸³.

⁷⁸² Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

⁷⁸³ Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, *Portuguese contribution – Green Paper on “Unlocking the potential of cultural and creative industries”*.

Quadro LXII. Despesa pública em Cultura na UE.

País	Despesa pública em cultura (milhões de euros)	Despesa pública em cultura per capita (euros)	Peso da administração central no total da despesa pública em cultura (%)
Alemanha (2007)	8322,0	101,0	14,7
Áustria (2006)	2105,9	254,8	32,6
Bélgica (2002)	3057,7	284,7 (a)	51,7
Bulgária (2007)	203,7	20,9	58,3
Dinamarca (2006)	1910,5	352,0	63,6
Eslováquia (2006)	224,0	41,5	53,5
Eslovénia (2007)	271,9	134,6	61,0
Espanha (2005)	5144,9	119,6	15,2
Estónia (2007)	235,3	175,3	57,4
Finlândia (2005)	881,2	167,7	57,2
França (2002)	12000,0	197,2	51,0
Grécia (2006)	360,9	32,0	n.d.
Holanda (2006)	2981,0	183,0	35,0
Hungria (2007)	735,2	73,1	23,6
Itália (2000)	6754,2	112,0	52,2
Letónia (2007)	329,9	144,6	57,3
Lituânia (2004)	119,4	34,7	57,5
Malta (2007)	2,4	39,7	100,0
Polónia (2007)	1558,9	35,7	21,0
Portugal (2005)	1200,4	112,9 (a)	23,9
Roménia (2005)	283,7	13,2 (a)	44,0
Reino Unido (2004)	8833,1	143,4 (a)	34,1
Suécia (2005)	1986,3	219,9	47,9

Notas: (a) Estimativa calculada com base na população residente em 2009; Dados não disponíveis para Irlanda, Luxemburgo, República Checa e Chipre.

Fonte: Compendium - Cultural Policies and Trends in Europe

Fonte: Relatório final – Estudo para o MC – GPEARl, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010, p. 69.

No seu parecer⁷⁸⁴ sobre o *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*⁷⁸⁵, o Comité das Regiões, entre outros aspectos, regozija-se com o facto da Comissão Europeia agir em perfeita conformidade com o artigo 167.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE. Um dos programas comunitários de apoio aos sectores culturais tem como destinatários os países ACP, procurando contribuir para o desenvolvimento e a estruturação das indústrias culturais nestes Estados – *ACP Cultures+* (Quadro LXIII).

⁷⁸⁴ COMITÉ DAS REGIÕES (2011), Parecer sobre “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas”, Jornal Oficial da União Europeia, 10.02.2011, 2011/C 42/06.

⁷⁸⁵ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial da indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

Engloba os programas ACP Filmes e o ACP Culturas, é implementado pelo Secretariado ACP e é financiado pela UE através do FED. As actividades a apoiar são definidas anualmente e os projectos de cooperação devem envolver, pelo menos, três entidades de três países diferentes, dos quais, pelo menos dois de países ACP.

Quadro LXIII. Programa ACP Cultures +.

Países elegíveis	Beneficiários	Sectores culturais abrangidos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 78 Países ACP ▪ 27 Estados-Membros da UE ▪ Países do EEE ▪ Países candidatos à UE ▪ Territórios Ultramarinos 	<p>Entidades públicas ou privadas e organizações não governamentais, juridicamente constituídas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cinema ▪ Teatro ▪ Música ▪ Edição ▪ Moda ▪ <i>Design</i> ▪ Artes Visuais ▪ Artes Digitais ▪ Dança ▪ Artesanato ▪ Património

Fonte: Adaptado de: GPEARI / MC (2011), *Guia de Apoios à Cultura e Criatividade*, Lisboa, Junho.

No contexto da parceria estabelecida com os países ACP, a UE lançou, em 1 de Março de 2011, durante a 22.^a edição do Festival Panafricano de Cinema e Televisão (FESPACO), em Ouagadougou, o novo Programa de Apoio comunitário ao sector cultural dos países ACP, no quadro do 10.º FED, através do lançamento do convite à apresentação de propostas de projectos de cooperação cultural a nível intra-ACP⁷⁸⁶, nos quais se incluem os PALOP e Timor-Leste:

- Lote 1: Cinema – produção, distribuição, formação/desenvolvimento profissional; projectos direccionados/desenvolvimento profissional contínuo;
- Lote 2: Indústria Culturais – criação, produção, distribuição, promoção, formação/desenvolvimento profissional.

⁷⁸⁶ *Bulletin Quotidien Europe* 10326 – 02/03/2011 – UE/ACP: 30 millions d'euros d'appui aux projets culturels ACP, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

Entre outros objectivos, este convite de apresentação de propostas visou:

- Apoiar a criação e a produção de bens e serviços culturais nos Estados ACP e a sua integração nos circuitos de distribuição;
- Melhorar o acesso dos bens e serviços culturais dos países ACP aos mercados locais, regionais, intra-ACP, europeus e internacionais;
- Consolidar as capacidades dos operadores e empresários culturais nos Estados ACP, fortalecendo o intercâmbio entre centros de formação ACP / instituições de ensino;
- Promover formação em gestão económica, financeira e comercial, bem como a melhoria de aptidões para o trabalho num contexto internacional e aperfeiçoamento de artistas e operadores de TIC.

Este apoio representa um contributo para o desenvolvimento económico, social mas também político dos países ACP, de acordo com as áreas previamente definidas: produção, distribuição, promoção e trabalho em rede; formação e desenvolvimento profissional, sendo possível os candidatos submeterem uma proposta para projectos de três documentários ou filmes animados. A colaboração entre canais de televisão públicos e privados é também fortemente encorajada. Oportunamente será implementado um plano de comunicação que procurará contemplar todas as áreas abrangidas pelos Estados ACP, tendo presente que 14 milhões de euros, do total acima de 30 milhões de euros, já foram adstritos aos sectores – *Audiovisual* e *Cinema*. Por ocasião do Conselho Informal sobre «*Cultura*» realizado em 28 de Março de 2011, em Gödöllő, durante a Presidência da Hungria do Conselho da UE, os representantes dos Estados-Membros trocaram opiniões sobre a contribuição da cultura para a *Estratégia Europa 2020*.

Os países estão, assim, convictos de que o sector cultural ajudará a Europa a ultrapassar a actual crise devido ao seu dinamismo pelo que, aquando da discussão das perspectivas financeiras futuras, consideraram que a cultura não deverá ser sacrificada em momentos de crise, sublinhando a necessidade de aumentar as ajudas locais e regionais em prol do desenvolvimento cultural e da cooperação internacional transfronteiriça, discutindo ainda as medidas que julgam ser convenientes para aumentar a sua eficácia e para identificar as áreas onde são necessários investimentos para atingir esse objectivo⁷⁸⁷.

⁷⁸⁷ *Bulletin Quotidien Europe* 10347 – 30/03/2011 – UE/*Informelle Culture: la culture pour lutter contre la crise*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

Conclusões

A investigação subjacente à elaboração deste trabalho procurou responder à questão central e às questões complementares atrás identificadas, sendo possível sistematizar algumas conclusões, bem como apontar alguns aspectos inovadores, resultantes da abordagem deste processo, partindo das hipóteses, anteriormente, formuladas, explicitadas na secção *Metodologia* da *Introdução* deste trabalho.

Para além da relevância económica gerada pela dimensão cultural da «*Lusofonia*», enquanto *questão estratégica fundamental* e *janela de oportunidade* para os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da síntese entre as vertentes europeia e atlântica de Portugal e da densificação do conceito de «*Espaço Lusófono*», outros aspectos inovadores ressaltam desta tese e estão patentes:

- na própria metodologia de estudo ao tentar correlacionar diversas variáveis até então estudadas isolada e separadamente;
- na análise do trabalho, no contexto contemporâneo, ao pressupor associar multiplicidade, multicausalidade, transversalidade que, para além dos efeitos no crescimento e no desenvolvimento dos países, acarreta implicações para as identidades, sentidos e significados atribuídos pelos trabalhadores ao que fazem, configurando espaços organizacionais multidimensionais de trabalho, lazer e cultura;
- no diálogo intercultural apresentado como ensaio da densificação do «*Espaço Lusófono*» e como factor multiplicador da «*relevância*» dos países da CPLP, sendo de assinalar a sua vertente de interculturalidade.

Questão central

A dimensão cultural da Lusofonia poderá ou não constituir um factor de relevância económica?

A resposta é *sim* – a dimensão cultural da «*Lusofonia*» poderá constituir um factor de relevância económica com externalidades positivas mútuas, existindo *pontes* entre as capitais europeias da cultura, ancoradas em Portugal, e as outras capitais da Lusofonia. Essas pontes poderão sedimentar a síntese entre as vertentes europeia e atlântica de Portugal e correspondem à *Língua*, à *Cultura*, aos *Mares e Oceanos* (e a sua economia), à *Diáspora* e às *Indústrias Culturais e Criativas* (confirmando duas das hipóteses feitas).

A «*Lusofonia*» ao constituir um legado precioso da nossa história, situa-se na convergência de várias dinâmicas – a das utopias de Vieira, Pessoa, Agostinho da Silva e muitos outros e a dos factos e situações criadas a partir da colonização portuguesa e das opções livres partilhadas pelos novos países que reafirmaram o português como sua língua oficial ou segunda⁷⁸⁸. Para além da língua, o mar e a cultura lusófona unem povos distantes, aproximados pelos vínculos de uma história comum, pelo que valerá a pena envidar um esforço conjunto para rentabilizar todas estas dimensões. Num contexto económico, a Lusofonia é complementaridade, assente na diversidade, e cooperação, baseada na confiança⁷⁸⁹, tendo potencial para ser um actor económico global. Numa conjuntura de forte contracção do mercado interno e dos países da zona Euro, a tendência de expansão para os estados lusófonos deverá acelerar, particularmente nos sectores da construção, do turismo, das telecomunicações, da energia e até mesmo das cervejeiras.

Sendo muito mais que as estratégias comerciais e políticas dos países da CPLP, a Lusofonia tem uma dimensão cultural maior do que a velha exportação portuguesa para os países que falam o português. Representa, mais do que um império alicerçado na língua, cujo valor económico é tanto maior quanto a existência de uma política e estratégia

⁷⁸⁸ CRISTÓVÃO, Fernando (2002), «Os três círculos da lusofonia», *Revista Humanidades*, N.º X, Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 18-22. (Texto policopiado)

⁷⁸⁹ Intervenção de ESTEVES, José Poças, Conferência “O Triângulo Virtuoso: Angola/Brasil/Portugal, uma questão estratégica fundamental para a Lusofonia”, Jornal SOL, Hotel Tivoli-Lisboa, 13 de Maio de 2011. (Texto policopiado)

nacionais e internacionais, sobretudo uma forma de estreitar laços comuns e de cooperar para poder ter uma palavra a dizer no mundo em globalização⁷⁹⁰, no qual existe cada vez mais necessidade de valorizar a cultura e a identidade nacionais que “*não são variáveis fixas*”⁷⁹¹, porque se alteram mediante o exterior, o que, de acordo com a Comunicação sobre a *Agenda Europeia para a Cultura*, torna premente a necessidade de afirmação e reforço da entidade europeia, sem prejuízo da diversidade das culturas dos seus povos.

Esta posição vem, assim, confirmar o papel central que a Cultura representa na integração europeia e na obtenção de uma maior visibilidade da União Europeia (UE) na cena internacional. Convém recordar que a diversidade cultural da Europa é reconhecida como um grande trunfo económico e competitivo. Por isso, a *herança cultural europeia* comum deve ser preservada, divulgada e partilhada dentro e fora da UE, como factor imprescindível da sua compreensão do mundo, e como garantia da sua coesão e do seu desenvolvimento, de marcação da sua diferença e da sua afirmação perante os outros povos, sendo o valor económico de uma língua tanto maior quanto a existência de uma política e estratégia nacionais e internacionais.

No plano europeu existem programas que contemplam e estimulam a criação cultural, a circulação de obras, a mobilidade dos criadores, dos agentes e dos operadores culturais, bem como a criação cinematográfica e audiovisual. No plano nacional, reconhece-se a necessidade de explorar as relações com países que dispõem de economias emergentes com os quais temos proximidade cultural (por exemplo, a relação entre o Algarve e África). A este conjunto de programas devem acrescer outros que permitam cingir mais de perto e mais especificamente a *herança cultural europeia*, visto que alguns dos seus aspectos matriciais estão em sério risco de desaparecimento e ainda, porque subsiste no interior da UE, um grande desconhecimento recíproco das modalidades nacionais em que a herança cultural comum se traduziu em concreto nos Estados-Membros e noutros Estados europeus ao longo dos séculos⁷⁹².

⁷⁹⁰ Cf. PINTO, 2005.

⁷⁹¹ Intervenção de HENRIQUES, Isabel Castro, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁷⁹² MOURA, Vasco Graça (2008), «Uma Agenda Europeia para a Cultura no Mundo Globalizado», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, pp. 315-319.

Há hoje o «caldo» social e cultural necessário para se falar de uma nova identidade lusófona, feita de contactos humanos e culturais, em condições diversas, inconsciente mas profundamente dinâmica. A diversidade cultural pode ser encarada como uma boa prática, estimulante e crítica, da economia, na qual urge a introdução do valor da ética em direcção a uma economia do «ser» e não tanto do «ter», conforme referiu José Carlos Calazans⁷⁹³.

A Lusofonia pode mesmo ser considerada com um activo no processo de internacionalização da economia, em virtude da sua relevância geopolítica, pelo que é peremptória a promoção e divulgação do português, previamente no «Espaço Lusófono», como condição essencial e primeira para, seguidamente, se impor e transvazar por todo o mundo. De referir que a cooperação no seio dos países de língua portuguesa tem assumido uma importância crescente, o que levou à criação do *Fundo da Língua Portuguesa*.

Conforme já se referiu⁷⁹⁴, a «Cultura» definida como o conjunto formado pela linguagem, crenças, hábitos, pensamento e arte de um povo, representando um sector gerador de riqueza e emprego, para além de constituir um elemento fundamental de coesão social e identidade, sugere que a aposta na promoção e divulgação cultural alicerçada no desenvolvimento dos audiovisuais à escala global (TV, cinema, modelos digitais) possa contribuir para a construção de uma imagem mundial, através de acção diplomática concertada, relações públicas e difusão de produção cultural.

No geral, a cultura é algo dinâmico em que, recorrendo a uma analogia estabelecida por Isabel Castro Henriques, se poderia identificar com um “*insecto que se vai metamorfoseando*”⁷⁹⁵ e, enquanto factor de competitividade, tem surgido como dimensão recorrente das estratégias de desenvolvimento regional, local e urbano em que esse «interface» entre cultura e economia não se esgota, nem se limita ao turismo, abrangendo um conjunto muito diversificado e alargado de outras actividades⁷⁹⁶.

⁷⁹³ Intervenção de CALAZANS, José Carlos, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁷⁹⁴ Vide Cap. 2, em 2.1.

⁷⁹⁵ Intervenção de HENRIQUES, Isabel Castro, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁷⁹⁶ Relatório final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.

A política de coesão da UE reconheceu os vários contributos da cultura para os seus objectivos estratégicos – convergência, competitividade, emprego e cooperação territorial. No quadro das perspectivas financeiras para o período temporal compreendido entre 2007 e 2013, o orçamento da UE previsto para a cultura é de cerca de 6 mil milhões de euros, o que corresponde a 1,7% do orçamento total⁷⁹⁷.

A sociedade actual confronta-se com um novo paradigma emergente que é a economia digital e, nesse sentido, as ICC ganham um particular significado visto que as ideias e a comunicação valem dinheiro, representando já um importante sector da economia europeia com um enorme potencial para o emprego e para a exportação. Além disso, revestem grande importância como motor essencial de uma economia de mercado competitiva e inovadora na Europa. O espaço multicultural da UE constitui um trunfo importante, na medida em que a riqueza cultural, que encerra, reveste um outro tipo de interesse para os poderes públicos e, por conseguinte, as ICC podem contribuir para a criação de emprego, representando, em simultâneo, um factor de reforço do sentimento de *comunidade* na Europa. O desafio consiste em conjugar a cultura, como veículo de afirmação da identidade europeia, com o desenvolvimento de novas fontes de postos de trabalho duradouros e independentes, compatíveis com a economia de mercado.

Iniludível é o potencial económico das ICC, integradas num dos sectores mais dinâmicos do comércio mundial, representando, em 2006, ao nível da UE cerca de 6,5 milhões de empregos e um contributo, em 2003, de 2,6% para o PIB da UE⁷⁹⁸, com um volume de negócios na ordem dos 654 mil milhões de euros. A sua diversidade de actividades, vai desde a preservação do património cultural, às artes visuais, televisão, jogos de vídeo para arquitectura, *design* e moda, pelo que se torna estratégico explorar este potencial, tendo em consideração a natureza dual destas indústrias, quer ao nível do seu contributo económico, em termos de emprego, crescimento e criação de riqueza, quer, sobretudo, ao nível do seu *apport* cultural através das suas actividades que contribuem para o desenvolvimento pessoal⁷⁹⁹.

⁷⁹⁷ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

⁷⁹⁸ Cf. FEU, 2010.

⁷⁹⁹ *Bulletin Quotidien Europe* 10340 – 19/03/2011 – PE/Culture: libérer le potentiel des industries culturelles et créatives, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

Estas indústrias têm, efectivamente, uma dimensão estruturante ao reforçarem a coesão de um território através do seu desenvolvimento sócio-económico e, concomitantemente, uma dimensão identitária ao consolidarem as identidades culturais dos povos europeus, pelo que as instâncias políticas comunitárias devem ser capazes de extrair as potencialidades deste sector, traduzindo-as em acções políticas.

Como tal, as ICC começaram a marcar a agenda política dos diversos países e a Europa não ficou alheia a esta realidade e, por isso, lançou o debate, em Abril de 2010, com o *Livro Verde*⁸⁰⁰ para realização do potencial destas indústrias, em que cada Estado, por intermédio da consulta aos seus agentes sociais, económicos e culturais, vai recolhendo contributos que permitam definir uma política cultural comunitária europeia nesta área. Através deste *Livro Verde* a «cultura» é reconhecida como um instrumento de desenvolvimento local e regional, em que as ICC tornam mais atractivas as regiões, desenvolvendo um turismo sustentável e criando novas oportunidades de emprego. Salienta a necessidade de melhorar o acesso ao financiamento, em especial para as pequenas empresas, como factor essencial ao desenvolvimento do sector cultural-criativo, e de contribuir para um crescimento sustentável e inclusivo. Foca ainda a criação de meios adequados ao empreendedorismo e a ligação destes sectores ao desenvolvimento regional, através da promoção de redes e parcerias entre os diversos agentes locais.

Partindo do considerando que a geopolítica é sempre feita de uma matriz entre um centro de referência e um respectivo enquadramento, seria interessante aplicar esta matriz às capitais da «Lusofonia» não portuguesas, por via do estabelecimento de elos de ligação/pontes entre estas e as capitais europeias da cultura que são ancoradas em Portugal, partindo do material de construção que as une, sem descurar os seus principais objectivos: destacar a riqueza e a diversidade das culturas europeias; promover a compreensão mútua entre os cidadãos europeus e incentivar um sentimento de pertença à família europeia, sensibilizando para as raízes comuns e para as ambições comuns para o futuro. A criação do «Estatuto de Cidadão da CPLP» representará, assim, um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os Estados da CPLP.

⁸⁰⁰ COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial da indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

É que para além da história de 500 anos de partilha, o trunfo de Portugal reside na síntese entre as vertentes atlântica e europeia, o que permitirá densificar o conceito de «*Espaço Lusófono*» por via do relacionamento reforçado com os países de expressão portuguesa, tendo a relevância da língua como elemento de união que, no quadro da CPLP, se revela estratégica e economicamente relevante. Concomitantemente, através de uma política europeia competente e credível, reconhecendo a Europa como um espaço de acção. Por sua vez, a CPLP tem progredido para aperfeiçoar este mecanismo de cooperação lusófona, para permitir a sua projecção como vector estratégico da realidade geopolítica actual e de afirmação no contexto mundial. Portugal cumpre ainda uma função de placa de derivação de contactos do norte da Europa ou do espaço anglófono com o mundo lusófono, com o Brasil na dianteira, mas também com outros países (Angola, Moçambique e Timor-Leste) que sobressaem não só pelo seu crescimento económico, mas também pela aposta na formação e cultura onde há visivelmente um campo de afirmação da língua portuguesa.

No domínio da cultura que transcende as cidades que se assumem como *capitais europeias da cultura*, a valorização do património, por exemplo, compreende a língua como factor estruturante e todo um conjunto de perspectivas filosóficas, espelhadas na arte, música, saúde, alimentação, etc, cuja relevância se manifesta, quer no plano nacional, quer no plano de relançamento da economia europeia, através do qual a *Estratégia Europa 2020* procura assegurar a saída para a crise e preparar a economia da UE para a próxima década, priorizando medidas com maior potencial para impulsionar o crescimento e o emprego, de acordo com a posição do Conselho Europeu ocorrido em Dezembro de 2011.

Contribuir para os objectivos desta Estratégia referentes ao crescimento sustentável e à criação de postos de trabalho, coaduna-se com um dos desideratos do programa comunitário «*Europa Criativa*», previsto para o período 2014-2020, com vista a apoiar os sectores cultural e criativo europeus, promovendo a diversidade cultural e linguística. Este é um desafio a todos os países da CPLP para aproveitarem esta oportunidade de construir, a partir da cultura, também uma «*Lusofonia económica*» fundamental não só para o aprofundamento das suas relações (promoção do comércio e investimento), mas também para a internacionalização das suas economias (capacitação institucional/empresarial e melhoria dos mecanismos de financiamento), estando perante a possibilidade de se utilizar a UE, através de Portugal, como alavanca para o *cluster* das ICC no espaço lusófono.

Os sectores culturais e criativos europeus representam, em 2011, cerca de 4,5% do PIB europeu, correspondendo a cerca de 3,8% da mão-de-obra da UE (8,5 milhões de pessoas). O apoio da UE contribuirá para que eles possam tirar o máximo proveito das oportunidades criadas pela globalização e pela transição para a era digital, permitindo-lhes vencer desafios como o da fragmentação do mercado e as dificuldades de acesso ao financiamento, além de contribuir para uma melhor definição de políticas, ao tornar mais fácil a partilha de conhecimentos e experiência.

A percepção política dos Estados sobre a importância da língua como factor de projecção estratégica e como uma mais-valia económica adquire expressão inequívoca nas políticas externas dos países europeus cuja história foi tecida através dos contactos com o resto do mundo. Os povos dos países da CPLP, bem como as comunidades de lusofalantes espalhadas pelo mundo, formam um espaço de expressão cultural, cujo significado transcende as fronteiras territoriais da «Lusofonia», definindo-se em termos de factor de projecção estratégica potencial⁸⁰¹.

Com efeito, a língua portuguesa constitui, entre os povos da CPLP, um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada. Apesar da necessidade de se melhorar os índices de utilização do português no espaço da CPLP, é fundamental valorizar, em paralelo, em harmonia e em coordenação, as outras línguas locais⁸⁰², sendo o mais importante a unidade e não a pureza.

No quadro do 10.º FED, o novo Programa de Apoio comunitário ao sector cultural dos países ACP foi apresentado em Março de 2011, durante a 22.ª edição do Festival Panafricano de Cinema e Televisão (FESPACO), em Ouagadougou, tendo sido lançado um convite à apresentação de propostas de projectos de cooperação cultural a nível intra-ACP, nos quais se incluem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Este apoio contribui para o desenvolvimento económico, social mas também político dos países ACP.

⁸⁰¹ SANTOS, Victor Marques dos (2004), «Lusofonia e projecção estratégica: Portugal e a CPLP», *Nação e Defesa – Segurança Internacional & Outros Ensaios*, N.º 109 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 123-151.

⁸⁰² Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)

Em Outubro de 2011, a UE anunciou que estabelecerá novas prioridades para a concessão de ajuda aos países em desenvolvimento – a «*Agenda para a mudança*», no sentido de garantir o máximo impacto sobre a redução da pobreza, pelo que as despesas da UE se devem centrar em sectores fundamentais ao crescimento inclusivo e, a longo prazo, nos países que mais necessitam de apoio externo e em que a ajuda pode fazer a diferença.

Saber até que ponto a globalização (produção do mundo dito desenvolvido), não está a criar um conjunto de mecanismos para catalogar/classificar os Mundos no sentido de manter a “*hierarquização dos espaços*”⁸⁰³, conduz ao estabelecimento de uma interdependência entre globalização e regionalização que exige soluções de governação aos níveis regional e nacional, sendo crucial «*pensar global e agir local*», como as acções que estão na base da «*glocalização*».

Por isso, a importância de uma política económica externa que assegure esta complementaridade. Tal política é sempre objecto de negociação com organizações internacionais, actuando em coordenação, o que para os países lusófonos membros da CPLP, enquanto mecanismo de cooperação, inclui o inter-relacionamento de vários espaços regionais, entre os quais:

- a UE => Portugal;
- o MERCOSUL => Brasil;
- a UA => Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe;
- a SADC => Angola e Moçambique;
- a ECOWAS / CEDEAO => Cabo Verde e Guiné-Bissau;
- a ECCAS / CEEAC=> Angola e São Tomé e Príncipe;
- a UEMOA => Guiné-Bissau;
- a ASEAN => Timor-Leste (como membro observador).

Logo, não se vê com que utilidade e como a CPLP poderia contrariar a dinâmica da globalização comercial, financeira e económica, bem como a inserção estratégica de cada um dos seus membros em determinadas regiões (Associação das Nações do Sudeste

⁸⁰³ Intervenção de HENRIQUES, Isabel Castro, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

Asiático-ASEAN, Comunidade Económica dos Estados da África Austral-SADC, Comunidade Económica dos Estados da África Central-CEEAC, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental-CEDEAO, Mercado Comum do Sul-MERCOSUL, UA, UE, União Económica e Monetária da África Ocidental-UEMOA) para institucionalizar relações privilegiadas no domínio económico.

Além da globalização, da glocalização e das dinâmicas regionais, há que ter presente a lógica própria das relações bilaterais, em boa medida, insubstituíveis⁸⁰⁴. Portugal tem vindo, efectivamente, a apostar no aprofundamento e na consolidação das relações com os PALOP, não só para colher os benefícios que daí resultam no plano bilateral⁸⁰⁵, mas também noutros patamares, como é o caso do cenário europeu. As relações privilegiadas de Portugal com os PALOP são uma mais-valia significativa no plano europeu, isto é, Portugal ganha na sua continentalidade quando se vira para o Atlântico, da mesma forma que o facto de Portugal ser um Estado-Membro da UE é um trunfo relevante nas relações com os PALOP⁸⁰⁶. Os oceanos sempre foram um elemento de relevo no intercâmbio de culturas, pessoas e bens entre os países, pelo que as áreas marítimas sob jurisdição de cada país lusófono são tão vastas que representam um factor estratégico determinante para o seu futuro e, por conseguinte, urge trabalhar em conjunto.

Do ponto de vista sistémico, a resposta positiva à *questão estratégica fundamental* colocada a Portugal, na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XXI quanto à articulação dos eixos dominantes da sua geopolítica: UE-PALOP-Brasil, que enquanto espaço económico de referência, assume equivalente relevo ao do conjunto de alguns marcos históricos resultantes do balanço e da experiência dos 25 anos de integração europeia como sejam o período temporal compreendido entre 1974 e 1977, as fases de negociações da adesão (1977-1985), a assinatura do Tratado de Adesão (1985) e a entrada em vigor dos Actos de Adesão (1986)⁸⁰⁷. Daí Portugal ser encarado como *porta de entrada*

⁸⁰⁴ Cf. TOLENTINO, 2004.

⁸⁰⁵ Portugal tem vindo a estabelecer cimeiras bilaterais com alguns PALOP: primeiro com Cabo Verde (em 2010), depois com Moçambique (em 2011) e, muito possivelmente, com Angola (em 2012), indo, assim, de encontro ao seguimento de uma estratégia de tenaz eficaz e de aposta no aprofundamento das suas relações com os PALOP.

⁸⁰⁶ Cf. Notícia “Portugal e os PALOP: uma estratégia de tenaz incompleta” por Paulo Gorjão (Director do IPRIS), jornal *iOnline*, Oeiras, 22 de Março de 2011. (Texto policopiado)

⁸⁰⁷ Cf. LOPES, 2010.

na Europa, cuja presença na UE valoriza e potencia o seu papel junto dos PALOP, de Timor-Leste e Brasil, mas também como *porta de saída preferencial ou ponte* para os mercados lusófonos de África e Brasil.

Perante um mundo multipolar, que reflecte a actual realidade geoestratégica e a necessidade de equilíbrio das relações internacionais, a UE constitui um dos pólos dessa realidade com responsabilidades globais. A sua força deve-se à influência política e cultural cumulada dos seus Estados-Membros⁸⁰⁸. Por isso, tem vindo a estabelecer diálogos estratégicos com grandes actores e regiões mundiais, de que são exemplos as parcerias estabelecidas com África e o Brasil, sendo inegável o potencial de dois países lusófonos:

1. Angola – tem apresentado elevadas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos, resultante, sobretudo, do estabelecimento de um clima de paz no país, do bom desempenho do sector petrolífero e da eficácia da estratégia de estabilização económica colocada em prática pelas autoridades angolanas; ocupa uma posição crucial na SADC, procurando estabelecer parcerias com países que estão inseridos noutras zonas geoeconómicas, como o caso do Brasil no MERCOSUL e de Portugal na UE e, assim, fazer uma aliança económica triádica com base nas afinidades linguísticas e culturais que transforme esse potencial de afinidades numa cooperação efectiva, em prol do futuro e do desenvolvimento sustentável⁸⁰⁹. É neste sentido que usa todas as organizações internacionais que integra para se fazer sentir e afirmar, o que significa que, apesar de no plano económico, a CPLP ainda ser pouco atractiva, no plano político, pode funcionar como uma ponte diplomática relevante no contexto global⁸¹⁰.
2. Brasil – como uma referência de estabilidade democrática e económica no actual panorama da América Latina, reclamando para si um papel especial nas relações com a África, em geral, e com os PALOP, em particular, o qual decorre do reforço do seu Africanismo, sem, no entanto, repudiar a sua herança cultural portuguesa. Apresenta-se como o país lusófono mais populoso com vontade de assumir um papel director

⁸⁰⁸ Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 2009, Comissão Europeia (2010), Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

⁸⁰⁹ Cf. PINTO, 2005.

⁸¹⁰ CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afinal quanto é que vale a CPLP?», *Revista EXAME Angola*, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010 in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

em tudo o que se relacione com a defesa e promoção da Língua Portuguesa, inclusive no desejo de que as suas relações com a UE passem da «*parceria estratégica*» para uma «*acção estratégica global*», procurando um entendimento com os restantes países lusófonos, nomeadamente quanto à questão da unidade ortográfica⁸¹¹.

Entre os países de idêntica dimensão demográfica, económica e política, Portugal é um dos poucos que se pode assumir como um actor global, fruto dos laços históricos que o unem a diferentes zonas do mundo. A realização de cimeiras da UE com África e Brasil, especialmente durante a Presidência Portuguesa do Conselho da UE vêm corroborar esta valência⁸¹². No que se refere às cimeiras realizadas – UE-África e UE-Brasil – destaque para alguns aspectos conclusivos.

Partindo da necessidade de uma parceria UE-África mais abrangente e de políticas mais coerentes, a I Cimeira (3 e 4 de Abril de 2000, no Cairo) estabeleceu a ponte para o lançamento da NEPAD e para a eleição da UA como interlocutor privilegiado da UE em África; a II Cimeira UE-África (8 e 9 de Dezembro de 2007, em Lisboa) reflectiu um novo «*espírito*» de relacionamento entre os dois continentes ao criar uma parceria política entre iguais, caracterizada por uma abordagem integrada, não obstante os APE's, com os quais a UE pretende substituir o Acordo de Cotonou, acabarem por ter sido a nota dissonante deste encontro; e mais tarde, através do *Plano de Acção (2011-2013)* adoptado na III Cimeira África-UE (29 e 30 de Novembro de 2010, em Trípoli), procura-se contribuir para a promoção do crescimento inclusivo e sustentável de África com a melhoria dos métodos de trabalho para um uso mais eficaz do diálogo político e dos instrumentos financeiros, juntamente com a necessidade de assegurar a participação de um número cada vez maior de actores: sector privado, sociedade civil, bancos de desenvolvimento, entre outros.

Perante a necessidade de uma mudança nas relações UE-Brasil, a parceria estratégica (o mais importante mercado da UE na América Latina), lançada pela Comissão Europeia, na I Cimeira UE-Brasil (4 de Abril 2007, em Lisboa) permitiu sublinhar o papel crescente desempenhado pelo Brasil na cena internacional, o seu peso a nível regional, com vocação de «*global trader*» pela sua própria posição geográfica: ibero-americana nas fronteiras

⁸¹¹ Cf. GRAÇA, 1992.

⁸¹² Cf. DUARTE, 2008.

terrestres e oceânica pelo Atlântico, e os fortes vínculos bilaterais que existem entre este país e a Europa; com a II Cimeira Brasil-UE (22 de Dezembro de 2008, no Rio de Janeiro), foi lançado um *Plano de Acção Conjunto* onde foram estabelecidas as prioridades políticas e as acções a empreender; na III Cimeira UE-Brasil (6 de Dezembro de 2009, em Estocolmo), a premência das alterações climáticas e as crises financeira e económica estiveram na agenda de discussão; a IV Cimeira Brasil-UE (14 de Julho de 2010, em Brasília) congratulou-se com a implementação positiva do *Plano de Acção*, adoptado aquando da II Cimeira Brasil-UE, debatendo as relações bilaterais e os desafios globais da actualidade; na agenda da V Cimeira UE-Brasil (4 de Outubro de 2011, em Bruxelas), esteve uma revisão do *Plano de Acção Conjunto* já estabelecido e a adopção de um novo para o período 2012-2014 e ainda de um programa conjunto sobre a cultura (2011-2014).

Daí que o Tratado de Assunção, criador do MERCOSUL, tenha procurado não associar demasiado o Brasil à América do Sul, nem ao Cone Sul, mas sim a um Mercado Comum do Sul⁸¹³, possibilitando uma maior aproximação a África. Este papel decisivo assumido pelo Brasil no sucesso das negociações UE-MERCOSUL é encarado como um objectivo estratégico prioritário da UE, em que PINTO (2005) destaca que a relação da UE com o MERCOSUL possa vir a extrapolar uma finalidade económica⁸¹⁴. De um modo geral, poder-se-á afirmar que o MERCOSUL enfrenta alguns problemas ao nível institucional, em virtude da disparidade existente face às discrepâncias reveladas em termos populacionais pelos seus países membros (assimetria demográfica), embora revele algum significado em termos de comércio (apesar da assimetria económica). Contrariamente, ao que se regista com os blocos regionais do continente africano, em que estes representam pouco comércio intra-África, não obstante algum relevo institucional que assumem.

Por tudo isto se considera que a dimensão cultural da Lusofonia gera, efectivamente, relevância económica, existindo *pontes* (a *Língua*, a *Cultura*, o *Mar e os Oceanos*, a *Diáspora* e as *ICC*) cujo material de construção («*cimento*») reside na síntese entre as vertentes europeia e atlântica de Portugal.

⁸¹³ Cf. CHACON, 2002.

⁸¹⁴ Cf. PINTO, 2005.

Questões complementares

▪ Como se repercute na Lusofonia a concorrência entre espaços linguísticos à escala global?

A abordagem efectuada nesta tese procura contribuir para a densificação do conceito de «*Espaço Lusófono*», com externalidades positivas para todos os países da CPLP (confirmando a restante hipótese enunciada), assentes na partilha de valores culturais e da sua confluência em factores determinantes da relevância económica, em que a concorrência entre espaços linguísticos à escala global se repercute na Lusofonia através:

- do reforço da interdependência económica e partilha da co-responsabilidade perante desafios comuns, tais como a gestão dos mares/oceanos, das alterações climáticas e do ambiente em geral;
- da promoção coerente do *Desenvolvimento Sustentável* (art.6.º do Tratado de Amesterdão) assente no crescimento do PIB, na produção da riqueza, na empregabilidade, na inclusão social e na protecção da natureza.

A diversidade cultural e linguística representam uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade a respeitar nas políticas de desenvolvimento. Recorrendo ao conceito de «*concorrência*», expresso por LOPES RODRIGUES (2008a), enquanto processo permanente e multidimensional, no qual diversos actores ambicionam obter/assegurar/gerar algo num ou em vários «*espaços de transacção*» que, a nível geopolítico, podem contribuir para a conquista e perpetuação do poder. Podendo a língua ser considerada como um super bem público, a sua partilha aumenta o seu valor, já que se trata de um património tanto mais valioso quanto mais parceiros/utilizadores, ela tiver.

As geografias concorrenciais identificadas correspondem a Portugal, à UE e à CPLP/África/Brasil/Ásia, para além das comunidades anglófona (*Commonwealth of Nations*), francófona (*Organisation Internationale de la Francophonie*) e espanófona. A CPLP distingue-se tanto pela sua génese, seus antecedentes, suas origens e seus processos institucionais, como pelos objectivos fixados, pelas orientações programáticas, pelos modos de gestão e funcionamento, pelas lógicas e natureza das relações internas⁸¹⁵.

⁸¹⁵ Cf. SANTOS, 2004.

Nas *Relações Internacionais* existem quatro grandes línguas: inglês, francês, português e espanhol, sendo que uma língua será tanto mais importante quanto maior for o seu peso unificado internacionalmente. Destas apenas o Português tem duas grafias oficiais, ambas correctas, a de Portugal e a do Brasil, o que dificulta, no plano intracomunitário, a partilha de conteúdos e, no plano internacional, empeça a divulgação de informações, as relações comerciais e a capacidade de afirmação do idioma, já que, por exemplo, torna necessárias traduções quer literárias, quer técnicas diferentes para Portugal e Brasil e, em muitas situações, só se reconhece o português do Brasil como sendo o oficial, o que limita o estabelecimento do português como uma das línguas oficiais da ONU.

Contudo, a institucionalização da Lusofonia, através da criação da CPLP, não sucedeu, propriamente, para se opor a outros blocos assentes na língua e na cultura, como a Anglofonia e a Francofonia. Todavia, poder-se-ia recear que o processo de integração regional viesse a prejudicar a consolidação da língua portuguesa nos países africanos lusófonos, sobretudo devido às comunidades vizinhas anglófonas, através da internacionalização da língua inglesa. Se a difusão de uma língua é um meio de afirmação do *soft power*, esse poder de influência manifesta-se através da sua utilização e capacidade para configurar redes de entendimento. Nesse sentido, a Lusofonia é um exemplo da estruturação desse poder de influência, de racionalização estratégica e de criação de oportunidades de cooperação entre povos que falam a mesma língua. A língua portuguesa não dinamiza somente a cultura, mas fomenta também o mercado. Enquanto língua de trabalho tem sido promovida pelos países lusófonos, individualmente ou através da CPLP e do IILP, no seio de blocos regionais e de outras organizações internacionais.

Geográfica e demograficamente, a *Anglofonia* e a *Francofonia* «cercam» a *Lusofonia*, tratando-se de duas formas de comunicação relevantes a nível internacional que actuam de uma forma dinâmica, conjugada e eficiente. Cumpre reagir em defesa da «*Lusofonia*» com seus valores, diante da penetração do francês na Guiné-Bissau, do inglês em Moçambique e até mesmo do *bahasa* indonésio em Timor-Leste, recordando as palavras de Gilberto Freyre, na conferência “*Uma Cultura Ameaçada: A Luso-Brasileira*”⁸¹⁶, que apelavam ao resguardo da «*Lusofonia*» de imperialismos de qualquer espécie, na medida em que os

⁸¹⁶ Ocorrida no Recife em 1940.

impérios tendem a projectar-se também pela sua língua, ao lado das demais energias culturais e civilizacionais. É, assim, feito um alerta para os perigos, não de nações contra nações, nem de Estados contra Estados, mas sim de culturas contra culturas, traduzidos em ameaças de grupos tecnicamente mais fortes a grupos tecnicamente mais fracos, de valores de cultura e de formas de organização social⁸¹⁷, não obstante a cooperação entre estes três espaços linguísticos através da partilha de ideais e valores comuns, realização de acções convergentes, nomeadamente nos domínios da promoção da paz, do primado da lei, do desenvolvimento e da justiça social.

De acordo com Gilvan Müller de Oliveira⁸¹⁸, as relações entre idiomas expressam poder e a garantia da diversidade linguística é uma conquista democratizante pela qual é preciso lutar de modo permanente. Poder-se-ia pensar que a globalização conduzisse a uma homogeneização empobrecedora das línguas e à imposição progressiva do inglês, no entanto, as novas comunicações em rede vão-se desenvolvendo na forma de uma galáxia multilingue, na qual o português assume uma importância real, impulsionado, seguramente, pela forte presença do Brasil nas redes sociais.

Sendo a língua considerada um dos activos no desígnio estratégico lusófono (para além das pessoas e do mar, segundo o Prof. Ernâni Lopes) como componente central e definidora⁸¹⁹, a expansão e o ensino do português – a 5.^a língua mais falada e a 5.^a de comunicação na *Internet* – estão entre os objectivos da CPLP, pelo que se pode dizer que existe, de facto, um *Mundo de Língua Portuguesa*⁸²⁰, no sentido em que cerca de 250 milhões de pessoas a falam (Europa, América do Sul, África e Oceânia), entre os países que a têm como oficial e a diáspora, sendo necessário que se afirme, não só como língua falada e escrita, mas sobretudo no universo virtual e na sua expansão através da *Internet*.

⁸¹⁷ Cf. CHACON, 2002.

⁸¹⁸ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

⁸¹⁹ Intervenção de ESTEVES, José Poças, Conferência “O Triângulo Virtuoso: Angola/Brasil/Portugal, uma questão estratégica fundamental para a Lusofonia”, Jornal SOL, Hotel Tivoli-Lisboa, 13 de Maio de 2011. (Texto policopiado)

⁸²⁰ Simonetta Luz Afonso in MOURA (2008: 87), atreve-se a dizer que existem “*Mundos em Língua Portuguesa, tantos quantos as expressões do imaginário colectivo dos povos que a falam criam e recriam em constante devir.*”

Tal como foi, anteriormente, mencionado, a dinamização das políticas de internacionalização da língua portuguesa está estruturada segundo *7 blocos geopolíticos e geoestratégicos*: i) países da CPLP; ii) espaço ibero-americano; iii) África Subsaariana; iv), v) e vi) determinados por interesses específicos de Portugal, gerados por relações históricas, presença de diásporas portuguesas, alianças políticas e, necessariamente, proveitos económicos, correspondendo, respectivamente, ao Magrebe, aos Estados Unidos/Canadá e à Ásia; vii) a UE enquanto espaço em que Portugal se integra, acrescentando os restantes países europeus, candidatos ou não a membros da UE⁸²¹.

Para além de eventual instrumento estratégico ao nível das relações externas da UE, importa que o português esteja presente nas organizações diplomáticas, como a ONU, sendo relevante o crescimento da língua portuguesa nos blocos económicos regionais (dos quais o MERCOSUL é um excelente exemplo) porque estes envolvem a sociedade, parcerias de produção, conhecimento de títulos de formação, acções conjuntas, etc, ao vivificar a convivência entre comunidades linguísticas. O português é língua oficial em cinco blocos, dos 17 existentes no mundo: UE, MERCOSUL, ECOWAS/CEDEAO, ECCAS/CEEAC, SADC e, futuramente, pode ainda ser língua oficial da ASEAN, quando Timor-Leste deixar de ser observador e passar a ser membro pleno. Tornar a língua mais atraente, passível de paridade e negociação poderá ser uma novidade do século XXI, com o intento de transformar o «*poder da língua*» em «*língua de poder*» e de negócios.

Destaque para o tipo de interacção estabelecida com os diferentes países da CPLP: enquanto com o Brasil, a interacção se centra na produção de conhecimento, envolvendo cátedras e laboratórios luso-afro-brasileiros; na África de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste a cooperação, em graus e modalidades diversas, assenta na formação de professores de português, na área da pós-graduação de mestres e doutores e na investigação. A preparação e a disponibilização de professores constituem um desafio perante a solicitação crescente proveniente de várias partes do mundo. No que se refere à África Subsaariana, mormente aos países da SADC – onde o português é língua de trabalho – com o Congo Brazzaville e a Guiné Equatorial e ao empenho da CPLP na

⁸²¹ Notícia “Língua portuguesa: Internacionalização em 7 blocos estratégicos”, Suplemento do JL n.º 1047, ano xxx, 17 de Novembro de 2010.

adoção do português pela ONU, contando com universidades moçambicanas e angolanas, o programa do IC passa pela formação de tradutores e intérpretes numa universidade moçambicana e ainda na realização de acções noutras organizações africanas. No caso da Ásia, justifica-se uma lógica de coordenações regionais, nomeadamente as posições assumidas por Portugal em Timor-Leste, na Índia e na China, sendo inegável a crescente afirmação económica destes dois últimos países. No espaço Europa, mais concretamente nos países onde se estabeleceram há muito comunidades portuguesas, a linha seguida é similar à do bloco norte-americano – através do desenvolvimento de programas determinados pela definição de públicos-alvo. Nos países que aderiram mais tarde à UE, a ênfase está em programas de formação (de professores, tradutores e intérpretes) e na introdução do português nos subsistemas educativos como opção curricular. Num terceiro cenário, o IC fomenta a criação de licenciaturas com graduação em estudos portugueses e projectos-piloto de ensino da língua portuguesa no sistema de ensino secundário.

A eventual aposta no «*Erasmus Lusófono*» poderá vir a ser tão ou mais atraente que o sistema de intercâmbios praticado na Europa, tendo como referência experiências em marcha entre universidades brasileiras e moçambicanas. Este programa é ainda apontado como uma ferramenta para multiplicar bolsas de mobilidade académica em países com poucos recursos, bem como para atrair docentes qualificados de outros países lusófonos.

Para fortalecer e promover o idioma no espaço da CPLP, nas diásporas e em organismos internacionais, João Malaca Casteleiro considera possível elaborar um *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* para registar as divergências existentes nos domínios da lusofonia, como, por exemplo, palavras com acento agudo na norma luso-afro-asiática mas que são grafadas com acento circunflexo na regra brasileira e, assim, seria aceite a dupla grafia⁸²². Segundo o próprio *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, o esforço de unificação da grafia foi feito com base num critério fonético, isto é, a grafia das palavras foi modificada de modo a aproximá-las à forma oral porque é necessário unificar e dar dimensão à língua portuguesa, sobretudo numa maior exploração da área da comunicação científica para que aquilo que se produz seja lido, partilhado e

⁸²² Notícia “Linguista acredita na aplicação do Acordo Ortográfico na CPLP em dois anos”, jornal *Público*, Lisboa, 10 de Março de 2010.

debatido. Este *Acordo Ortográfico* é, muito mais do que uma questão “*técnico-linguística*”, uma questão “*político-estratégica*”⁸²³ e para vigorar, tinha que ser ratificado, no mínimo, por três dos oito países que integram a CPLP, desiderato este que foi já atingido, restando aguardar apenas pela ratificação de Angola e Moçambique⁸²⁴, no sentido de se garantir a unificação do idioma, consolidando o discurso científico que produz, as expressões cultural e artística que cria, as relações económicas que veicula e as suas diversas dimensões, como a promoção no cenário internacional⁸²⁵.

O Brasil foi o primeiro país a aplicar o Acordo em Janeiro de 2009, enquanto Portugal decidiu a sua entrada em vigor em 13 de Maio de 2009, com a sua adopção no sistema de ensino no início do ano lectivo 2011/2012 e a partir de 1 de Janeiro de 2012 nas entidades dependentes do Estado, nos serviços e nos organismos governamentais, incluindo o Diário da República e a publicação oficial da legislação nacional. Para Cabo Verde foi fixada a entrada em vigor a partir de 2009, com um período experimental de seis anos, tendo dado início à sua aplicação no arranque do ano lectivo 2011/2012. Na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida em Luanda, no dia 22 de Julho de 2011, os países membros, que não o fizeram ainda, foram instados a ratificar o Acordo Ortográfico, incitando os Estados que já o ratificaram a adoptar as medidas para a sua implementação.

Destarte e como a língua portuguesa é transversal a todo o sistema educativo dos PALOP e de Timor-Leste, otimizar as competências linguísticas do universo estudantil revela-se uma questão fulcral na formação escolar de qualquer indivíduo. Urge, por isso, continuar, por um lado, a promover a aprendizagem do português como uma mais-valia no mundo do trabalho e facilitadora de acessos a novos mercados e novas oportunidades de negócio, e, por outro, a investir em materiais didácticos e em instrumentos de difusão, designadamente nas novas tecnologias de comunicação, tendo até sido recomendada, na *I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, realizada em Brasília, de 25 a 27 de Março de 2010, a criação de uma televisão da CPLP para permitir maior difusão dos traços comuns da organização.

⁸²³ Notícia “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico” por Fernando dos Santos Neves (Primeiro reitor da ULHT e da Universidade Lusófona do Porto), jornal *Público*, Lisboa, 9 de Agosto de 2011.

⁸²⁴ Países que afirmam não terem nenhuma posição contrária à ratificação, mas precisam de mais tempo.

⁸²⁵ Desdobrável “CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (2010), CPLP-IILP Lisboa.

▪ **Em que condições a Lusofonia poderá ser capaz de criar uma dinâmica duradoura de auto-sustentação e reprodução no tempo?**

Trata-se, basicamente, de saber se, no espaço de uma geração, a Lusofonia está mais ou menos densificada, o que representa um exercício de prognose que enforma uma *questão estratégica basilar* que se coloca no 1.º quartel do século XXI – se Portugal tem ou não capacidade de articular eficazmente os quatro pólos fundamentais da sua geopolítica: *Portugal | Europa | África | Brasil*. A resposta prende-se com a existência de condições favoráveis desde que Portugal saiba gerir o *quadrinómio*: *Europa | Janela Atlântica | Oceano Moreno | Latitudes Asiáticas*, havendo necessidade de uma «*janela atlântica*» virada para o «*oceano moreno*», sem que essa viragem implique fechar a porta à integração europeia nem descurar a parte do mundo que, actualmente, regista as maiores taxas de crescimento económico.

A matriz humanista e universalista, como uma potencialidade da projecção do futuro comum lusófono, em que apesar dos avanços feitos ao nível da cooperação política e diplomática, os países lusófonos continuam a enfrentar obstáculos e desafios económicos pelo que o estabelecimento de padrões mínimos e sustentáveis⁸²⁶ requerem o apoio a longo prazo e contínuo de actores externos. Neste sentido, o Prof. Ernâni Lopes advogava três dimensões fundamentais com vista a esta dinâmica de auto-sustentação e reprodução no tempo: *Herança & Projecto | Afirmação & Desenvolvimento | Estratégia & Acção*. A estes três vectores, dever-se-á acrescentar um quarto vector dinâmico – *Convicção & Empenhamento*, apelando à formação e à afirmação da vontade, visto que a Lusofonia, ao actuar como um catalizador de energias em múltiplas áreas (económica, política e cultural) implica uma razão de ser enquanto dinâmica estratégica para o futuro.

Alguns dos instrumentos basilares da Lusofonia que poderão assegurar a sua vitalidade estão associados: à cidadania e às sociedades civis com vista ao reforço do empreendedorismo; aos Estados e às prioridades das suas respectivas políticas (nomeadamente, da política externa); a uma plataforma de projecção-global, com desenvolvimentos multidimensionais.

⁸²⁶ Cf. HAMILTON, 1992.

A diplomacia lusófona⁸²⁷ tem de abrir as suas portas ao diálogo intercultural e não, tão somente, às parcerias político-estratégicas. Os representantes legais dos países da CPLP têm o dever de promover iniciativas que visem abordar a reconstrução do espaço cultural e identitário lusófono, cabendo recuperar atavismos culturais antigos e trazê-los para o presente como matéria de diplomacia. O ensino da formação cívica e intelectual (neste caso, por exemplo, através da UNILAB, considerada mais um indutor para o desenvolvimento) deve conter a troca de experiência e a promoção do diálogo intercultural, dado que a «*Cultura*» é a essência que une os povos e os Estados reconheceram nela um elemento precípuo na condução da sua política externa. Quanto mais se conhecer o legado das pessoas que se destacaram no contributo cultural para cada continente, mais capazes seremos de construir um Mundo mais forte e sólido.

A afirmação da língua portuguesa no presente é uma condição *sine qua non* para um futuro auspicioso⁸²⁸ e, nessa medida, a língua deve continuar a ser o seu factor propulsor, o fio condutor capaz de conferir coerência nas suas múltiplas vertentes a um projecto comum, mobilizador de vontades e potenciador de convergências políticas de todos os países associados, conquanto não seja fácil manter estes elos culturais, económicos, políticos, no mundo lusófono, dentro e diante de outros mundos muito mais poderosos.

Indubitavelmente que um dos temas dominantes da actualidade seja a Lusofonia como «*vector portador de futuro*», a par da promoção da «*Língua*», «*Mar*» e «*Cultura*», pelo que a prospectiva do posicionamento estratégico português deva ter, como linhas de acção a priorizar, os fundamentos da valorização político-económica da sua matriz geopolítica:

- construção da Lusofonia (Herança & Projecto);
- criação de condições gerais para cada Estado conseguir corresponder ao impulso vital da sua própria identidade no seio da Lusofonia (Afirmação & Desenvolvimento);

⁸²⁷ Apesar de burlesco, é inolvidável o episódio que sucedeu, em Fevereiro de 2010, numa das reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que o ministro dos Negócios Estrangeiros indiano lê, durante cerca de três minutos, o discurso que pertencera ao ministro homólogo português e que tinha sido deixado em cima da mesa, exprimindo o seu mais profundo regozijo por haver, na altura, dois membros da comunidade lusófona naquele órgão – Portugal e Brasil, este último tratado por «país irmão». O equívoco acabou por ser detectado por um assessor do ministro indiano que lhe indicou qual o discurso correcto a ler e que não fazia qualquer referência à comunidade lusófona, começando antes com uma citação de Gandhi. Certamente que não é na troca de discursos, lidos por engano, por altos dignitários estrangeiros, que reside a melhor forma de promover a lusofonia.

⁸²⁸ Cf. PINTO, 2008.

- formação de classes políticas capazes de lucidez e firmeza na condução da vida dos povos e explicitação das elites dirigentes (Estratégia & Acção);
- afirmação da vontade (Convicção & Empenhamento).

Convém lançar um olhar atento para o enquadramento económico: o papel da tríade Europa-EUA-Japão; as economias emergentes Brasil-Rússia-Índia-China; a realidade da CPLP e a vantagem de ambas as margens do Atlântico Médio falarem a mesma língua. Daí que se a resposta à questão estratégica atrás aludida fosse positiva, Portugal teria um papel na Europa; se fosse negativa, ficaria sem papel, limitado ao canto sudoeste europeu.

Não obstante o poder político poder argumentar que a Lusosfera está sempre presente no horizonte de Portugal, atendendo, sobretudo, aos dados relativos à APD, isto vem corroborar a visão de Adriano Moreira de que Portugal é um «*país de articulação e fronteira*», e que, sem pôr em causa a integração na Europa, necessita de uma «*janela atlântica*» de liberdade virada para o «*Oceano Moreno*». Daí que na interrogação de como Portugal pode promover a ideia de Europa sem atender à «*Lusofonia*», se é enquanto lusófono que interessa prioritariamente a essa Europa, mas, enquanto europeu, pode representar uma mais-valia para o *Mundo Lusófono*, urge ultrapassar o provincianismo da aparente incompatibilidade das opções *europeia* e *atlântica*, pois o ecumenismo lusófono não nasceu contra ninguém nem se opõe a nenhuma forma de integração regional dos seus membros. A «*Lusofonia*» só o será, efectivamente, se conseguir ser transnacional, isto é, elevar-se para além das nacionalidades que a criaram, sem as renegar⁸²⁹.

Bastará vontade para a prossecução de uma política de passos, pequenos mas firmes, rumo a um desígnio no qual todos os países lusófonos se revejam, pois, também aqui, parece exequível estabelecer uma proporcionalidade directa entre o interesse e a acção. Nessa fase, tal como PINTO (2008) afirma, para abrir a «*janela atlântica*», Portugal não necessitará de «*fechar a porta*» da Europa, pois, como não há uma «*corrente de ar*» de incompatibilidades, o «*bater de asas da borboleta*» em qualquer ponto da Europa, não pode provocar um «*tufão*» na *Lusosfera*, sendo que o movimento de sentido inverso nem merece ser questionado.

⁸²⁹ PINTO, José Filipe (2008), «A Presidência Portuguesa da UE e o Desafio Lusófono», *Negócios Estrangeiros*, N.º 12, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 59-64.

A presença de Portugal no Mundo é, assim, a de toda a «*Lusofonia*» diante de antigos e novos desafios, devendo coexistir o eixo dinâmico da ligação *Portugal-Brasil* com as relações bilaterais e multilaterais, de forma a incrementá-las, entre todos os países lusófonos, inclusive as regiões incorporadas noutros estados⁸³⁰. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da cooperação técnico-militar no seio da CPLP revela um grande potencial a explorar, consubstanciado, por exemplo, na composição das forças integradas, originárias de quatro continentes, em operações de paz mandatadas pelas Nações Unidas, tendo a língua e a cultura do espaço lusófono como factor de unidade, o que poderia reforçar a imagem de Portugal como um país capaz de fazer a *ponte* entre o Norte e o Sul, bem como valorizar a sua capacidade de influência noutros «*palcos*» – UE e NATO⁸³¹.

▪ **Qual a mensagem/contribuição do binário CPLP/Lusofonia ao Mundo, face às crises da contemporaneidade?**

Apesar da enorme diversidade geográfica dos países da CPLP, verifica-se que a «*Cultura*» tem um contributo positivo para permitir ultrapassar as crises da contemporaneidade em dois domínios que interagem e se reforçam mutuamente:

- a promoção dos *Valores Éticos* na gestão das interdependências e na co-responsabilização política;
- a promoção do aumento da *Competitividade* e do *Valor Económico Líquido*.

A «*Lusofonia*», enquanto *projecto portador de futuro*, configura novos campos de possibilidade, constituindo o instrumento central para a acção política quando esta visa a abertura de oportunidades e a exploração desse potencial, pelo que é na base histórico-cultural da Lusofonia que reside a raiz originária da CPLP, a plataforma institucional, constituindo, na prática, o braço político da afirmação da Lusofonia no mundo, que tem na língua o seu capital com o qual pode perspectivar o futuro através da prossecução de projectos de cooperação que contribuam para a consolidação da Lusofonia como uma rede evolutiva de articulação estratégica de projecção global nos planos cultural, económico, empresarial, social, político e militar⁸³².

⁸³⁰ Cf. CHACON, 2002.

⁸³¹ Cf. DUARTE, 2008.

⁸³² Cf. LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol.

O fenómeno da crise alerta para o facto de existir um espaço composto por uma comunidade de povos e oportunidades – a CPLP, uma estrutura livre, formal e de índole política, resultante da convergência das vontades dos Estados soberanos, não obstante a sua diversidade cultural e os seus níveis diferenciados, em termos de desenvolvimento e conhecimento sobre as tecnologias e a ciência, dispondo de uma população significativa, ávida de consumir e com recursos para tornar essas oportunidades em algo rentável, através da língua e dos laços comuns que reflectem afinidades de vária ordem, pelo que o grande desafio actual consiste em encontrar uma estratégia que potencialize a capacidade de efectivar negócios / operações para melhorar as condições de vida das populações⁸³³.

Em finais de 2009, os PALOP passaram a partilhar uma característica adicional (nunca antes verificada em simultâneo): a aplicação de programas de ajustamento macroeconómico apoiados pelo FMI, ao abrigo de facilidades financeiras ou de outros mecanismos disponibilizados. Depois da introdução (em Novembro de 2009) do Acordo vigente entre Angola e o FMI, resta apenas um país da CPLP que nunca adoptou qualquer programa deste tipo: Timor-Leste. A crise portuguesa leva a que o FMI considere Portugal como um factor de risco devido aos eventuais efeitos de contágio da sua crise interna, particularmente às economias angolana e moçambicana, tanto pelas relações entre os sistemas bancários, com pela diminuição dos fluxos de investimento. Esta crise nacional, juntamente com a da Europa, abriram espaço para o jogo de geoestratégia no terreno.

Apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas, no que toca ao IDH que é usado como referência da qualidade de vida e de desenvolvimento sem se prender apenas a indicadores económicos, no *Relatório das Nações Unidas de 2011*, onde foram avaliados 187 países, Portugal figura como o único país lusófono entre os 47 Estados com «desenvolvimento humano muito elevado»; o Brasil com um IDH elevado; Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste com um IDH médio e os restantes países lusófonos (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) com a classificação de «baixo desenvolvimento humano», sendo Moçambique o pior classificado neste índice elaborado desde 1990.

⁸³³ Entrevista PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Domingos Simões Pereira analisa a possibilidade de uma nova área económica que inclui comunidade da CPLP para sair da actual crise”, *SIC Notícias-Jornal das 9*, Lisboa, 8 de Agosto de 2011.

O nascimento da CPLP, instituída pela Declaração de Lisboa, em 1996, foi a primeira estaca institucional da «Lusofonia», tendo vindo a alargar a sua influência nos últimos anos dentro de um percurso normal decorrente, desde logo, da rotatividade da sua presidência. O início da sua criação coincide com o arranque de alguns países que integram esta organização, pelo que o percurso realizado permitiu algum crescimento e alguma maturação, condições necessárias à sua consolidação e dos seus membros, os quais são agora capazes de abordar questões que antes não podiam, tendo existido uma conjugação favorável de factores: um trabalho de estruturação importante e uma presença maior da sociedade civil através de associações, universidades, fundações, entre outras entidades. O estreitar de laços entre a CPLP e diversas entidades intra-comunitárias e internacionais dota esta comunidade de novas ferramentas para alcançar os seus desideratos.

A língua portuguesa foi claramente o elemento de partida da CPLP cuja dinâmica não pode ultrapassar as dinâmicas dos estados. A nível político, a «Lusofonia» é “*policêntrica*”⁸³⁴, estando assente, não num centro único, mas em oito centros não dominantes, em que o único é o conjunto; numa união de vontades traduzida na CPLP; numa plataforma superior de síntese, afirmação e poder no SRI; num tempo (1º quartel do século XXI) e num espaço (CPLP). A CPLP não é produto de um tratado como foi o do MERCOSUL, nem muito menos como os Tratados de Roma de 1957, criando, para além da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa ou EURATOM), a Comunidade Económica Europeia (CEE), transformada em UE, pelo Tratado de Maastricht, pois se existem assimetrias relacionadas com o tamanho do território, a população, a tecnologia, a quantidade e a qualidade da economia do Brasil na integração da América Latina, muito maiores são aquelas assimetrias na integração com Portugal e países lusófonos africanos⁸³⁵.

As diferenças sócio-económicas são notórias entre os membros da CPLP: ao nível da riqueza por habitante (PIB *per capita*), o PIB do Brasil é várias vezes superior à soma da riqueza criada nos restantes estados; a população brasileira é cerca do quádruplo do total de cidadãos dos restantes Estados somados. Cada um deles traz uma mais-valia: o Brasil

⁸³⁴ Intervenção de ESTEVES, José Poças, Conferência “O Triângulo Virtuoso: Angola/Brasil/Portugal, uma questão estratégica fundamental para a Lusofonia”, Jornal SOL, Hotel Tivoli-Lisboa, 13 de Maio de 2011. (Texto policopiado)

⁸³⁵ Cf. CHACON, 2002.

assume-se como uma potência enorme/ a locomotiva da CPLP em termos económicos; Angola acarreta o potencial das matérias-primas e Cabo Verde tem vindo a apostar em recursos humanos e numa política de desenvolvimento de serviços.

Os países da CPLP são ilhas no contexto geográfico mundial, não havendo nenhum que faça fronteira com outro na organização, pelo que cada um é a representação do conjunto no seu espaço mundial. Por exemplo, Angola e Moçambique são membros da SADC e isso deve representar uma oportunidade para todos os países da CPLP fazerem negócios na SADC. Portugal é membro da UE e é a «*porta preferencial de entrada*» dos Estados lusófonos na UE. O Brasil é do MERCOSUL e a sua pujança naquela região deve ser uma oportunidade para os empresários da CPLP. Em termos geopolíticos, verifica-se que a CPLP é uma plataforma dinâmica de integração regional em diversos continentes.

No campo diplomático também existem vantagens, tendo sido já celebrado um acordo segundo o qual, ao existir uma Embaixada de um país membro em qualquer ponto do mundo, esta atenderá todos os cidadãos da CPLP (por exemplo, se um cidadão brasileiro viajar para a Austrália e não tiver representação do seu país vai poder beneficiar do consulado de outro Estado da CPLP).

Uma posição concertada no cenário político-internacional também vale muito mais do que qualquer agressividade diplomática de um Estado isolado pois quando um país da CPLP participa em reuniões da ONU ou da UA e outros palcos internacionais, ganha mais se o fizer numa posição concertada. Na ONU uma posição da CPLP vale oito votos e na UA vale cinco. Os Estados sentem que têm necessidade de contar com o apoio da CPLP em relação às agendas do cenário internacional⁸³⁶.

Paralelamente aos pilares da concertação político-diplomática e em todos os domínios e da promoção e difusão da língua portuguesa, a urgência da definição do espaço da cooperação económica e empresarial no seio da CPLP assume particular relevância. Porém, em virtude da descontinuidade dos seus territórios e também na sequência das normas da OMC e das regras dos mercados regionais nos quais estão inseridos vários

⁸³⁶ Entrevista de PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)

países membros da CPLP, esta tem enfrentado alguma dificuldade em definir o âmbito e as modalidades de cooperação económica entre os seus membros. Neste sentido, tem-se procurado apostar no incremento do comércio como a via para a criação de um «*mercado da CPLP*», embora a cooperação económica deve e pode ir para além do comércio, encontrando novas fórmulas para o desenvolvimento de «novos nichos» de mercado, contemplando «produtos» que vão do conhecimento/capacitação ao investimento em capital, passando pela transacção de bens e serviços.

Urge, pois, promover o diálogo sobre esta matéria entre os países da CPLP, para que progressivamente seja possível construir o modelo de cooperação económica e empresarial que se ajusta às realidades e compromissos dos membros da CPLP.

Apesar das dificuldades que resultam da geografia, dos níveis diferenciados de desenvolvimento, de vontades políticas nem sempre suficientes da parte dos seus membros e da insuficiência de recursos, a CPLP tem dado passos relevantes na sua afirmação como comunidade e organização internacional, ganhando espaço e consistência no domínio internacional. A prova desse reconhecimento reside no interesse dos três países que já são *Observadores Associados* da CPLP – Guiné Equatorial, Ilhas Maurícias e Senegal, existindo outros a pedirem o mesmo estatuto – Austrália, Áustria, Indonésia, Luxemburgo, Marrocos, Suazilândia e Ucrânia, para além de existirem muitas (mais de meia centena) organizações que são observadoras consultivas da CPLP, o que representa um bom augúrio para o bloco, pois ninguém quereria entrar para um bloco que não funcionasse, tal como mencionou Gilvan Müller de Oliveira⁸³⁷.

É evidente que falta muito para percorrer nesta caminhada, mas é igualmente verdade que se trata de uma «jovem» organização em que os seus povos e países conseguiram criar condições favoráveis para a gestação e o desenvolvimento de sentimentos comuns de espaço e de pertença, alicerçados quer na «*Língua*» e na «*Cultura*», quer na vontade política de promover, edificar e consolidar iniciativas na busca de um futuro partilhado, o que permitirá densificar o conceito de «*Espaço Lusófono*» com particular relevância não só

⁸³⁷ Entrevista de MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

ao nível do plano nacional mas também no plano de relançamento da economia europeia, concebido para criar uma base para um rápido acordo entre os Estados-Membros com vista à dinamização económica.

Neste processo, as ICC poderão ter um papel essencial, para além da influência que poderão ter no combate às actuais crises de contemporaneidade, devido à posição estratégica que assumem na ligação entre a criatividade e a inovação, podendo ajudar a reforçar a economia local, estimular novas actividades, criar empregos novos e sustentáveis, ter efeitos positivos sobre outras indústrias e promover a imagem de regiões, inclusive através de projectos de gemação com cidades de países de língua portuguesa, nos quais autarquias/municípios podem desempenhar um papel de relevo, no sentido de potenciar as relações de amizade, assim como as de natureza cultural, económica e social com o envolvimento dos diversos estados e de entidades da sociedade civil.

No cômputo geral, a interpenetração entre a «*economia*» e a «*cultura*» denota a existência de uma correlação positiva entre desenvolvimento económico (nível médio de vida, medido pelo PIB *per capita* em paridades de poder de compra) e desenvolvimento cultural (dimensão absoluta e relativa do SCC). Na criação de emprego e riqueza e na promoção da qualidade de vida das populações, o SCC assume um papel crescentemente relevante, contribuindo decisivamente para a competitividade e coesão.

Tal como defendia o Prof. Ernâni Lopes⁸³⁸, a «*Lusofonia*» tem, assim, potencial para ser um actor económico global, mas ainda não é, porque para se afirmar no quadro económico mundial terá, por exemplo, que promover as trocas comerciais e os fluxos de investimento, criar uma zona de comércio livre e fundar uma união aduaneira⁸³⁹.

Nestes últimos anos, tem vindo a ser posta à prova perante as correntes de mudança das primeiras décadas do século XXI, tendo de responder a desafios muito diferentes em espaços diversos quando os países lusófonos vivem a crise em circunstâncias muito variadas: a indefinição da Europa, o «*definhamento*» de Portugal, a expansão do Brasil e de

⁸³⁸ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol.

⁸³⁹ Notícia “Os desafios lusófonos, por Ernâni Lopes”, jornal *Sol*, Lisboa, 6 de Maio de 2011.

Angola, a afirmação de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a consolidação de Timor-Leste e a perturbação da Guiné. Os países lusófonos irão assumir um papel de maior relevo quer na solução da crise económica em Portugal, em que, por exemplo, os mercados brasileiro, angolano e moçambicano serão os destinos preferenciais para a internacionalização e exportação das empresas lusas; quer como alternativa ao desemprego em Portugal, com a crescente procura de profissionais qualificados portugueses sobretudo no Brasil e em Angola; quer ainda através da presença de investidores lusófonos nos sectores da banca, dos *media*, da energia e dos transportes.

É essa multiplicidade de situações, inédita para a *Lusofonia*, que desafiará o *Mundo Lusófono*, através da indagação sobre a forma de integrar as alterações nas hierarquias de poder que vão sendo provocadas pelas diferenças das respostas aos efeitos da crise do início do século XXI. Ademais, o *Mar* como elemento densificador do *Espaço Lusófono*, assumindo igualmente um cariz fundamental na vertente geopolítica, poderá em conjunto com a Lusofonia, alicerçar esse horizonte estratégico.

Em suma, desejaria muito que esta tese, com os seus defeitos e as suas eventuais virtudes, pudesse contribuir para que a candidatura apresentada para a *Extensão da Plataforma Continental* de Portugal fosse algo comparável ao *Tratado de Tordesilhas* e não ao *Mapa Cor-de-Rosa*. É crucial a implementação de políticas públicas (orientadas para o estímulo/captação de investimento para desenvolver o *cluster* do Mar) que possam congregiar estratégias de diversos actores para maximizar a probabilidade desta candidatura ser, efectivamente, ganha. O conhecimento científico poderá reforçar o reconhecimento internacional da capacidade nacional de criar *pontes* na Lusofonia, de densificar o Espaço Lusófono, garantindo a paz, a segurança e a ordem pública nos Oceanos.

Como os países lusófonos são todos marítimos, pluricontinentais e pluriocéânicos, há que aproveitar a relevância económica gerada pela cultura para fazer do *mar português* o «cimento» da Lusofonia, cuja exploração deverá ser considerada um desígnio estratégico nacional. Espera-se que, tal como o Almirante Vieira Matias defende, os «laços» que ligam estes países e a sua ligação ao Mar sejam tão fortes quanto os «nós» dos marinheiros.

Reflexões finais

Como reflexões finais prospectivas, destaque para as que o Prof. Ernâni Lopes mencionou aquando do 19.º Encontro anual da SaeR⁸⁴⁰ como sejam as sequelas técnico-operacionais baseadas no comportamento conjunto de três vertentes que contribuem para a formulação de uma estratégia activa e coordenada entre os vários países lusófonos: *Compreender* | *Assumir* | *Agir*, questionando se valerá a pena esta busca de projecção do *Humanismo Universalista da Lusofonia* e remetendo, logo, a resposta para a pura rejeição da pequenez da alma, tal como Fernando Pessoa (1888-1935) defendia. Esta trilogia vem de encontro às palavras proferidas por Manuel de Almeida Damásio⁸⁴¹: “*Estudar para Conhecer* | *Conhecer para Prever* | *Prever para Agir, no sentido de Empreender*”⁸⁴².

A «*Lusofonia*» tem como primeira lição a firmeza da vontade nacional de independência e projecção transoceânica pela África, América, Índia (Goa, Damão, Diu, lusas até 1961), Japão (Nagasaki) e a China de Macau (portuguesa até 1999), sem esquecer a luta de Timor-Leste pelo auto-governo e auto-determinação lusófona. Um dos maiores desafios da CPLP, nos próximos anos, será conseguir manter-se «à tona de água», com cada membro tentando maximizar a sua *participação*, com enfoque no «*triângulo virtuoso*» Portugal | Brasil | Angola⁸⁴³. O peso demográfico da *Língua Portuguesa*, o seu património cultural e civilizacional, bem como as potencialidades económicas da CPLP revelam a necessidade de um papel cada vez mais determinante no futuro, isto é, otimizar a transição do *saber* para o *fazer*, utilizando como activos estratégicos com potencial – a *Língua*, a *Cultura*, os *Mares e Oceanos (e a sua economia)*, a *Diáspora* e as *ICC*.

Em tempo de crise, que representa uma oportunidade favorável à retoma do binário CPLP/Lusofonia, afigura-se decisivo apostar, crescentemente, nos países com os quais, ao longo de séculos, construímos pontes, afinidades, afectos e uma língua comum, o que, no contexto económico, tem valor acrescentado e constitui um factor diferenciador, enquanto

⁸⁴⁰ Datado de 7 de Março de 2008 – “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB–Lisboa, Acedido em 02 de Maio de 2008, in: <http://www.saer.pt>.

⁸⁴¹ Professor e administrador da ULHT.

⁸⁴² Intervenção de DAMÁSIO, Manuel de Almeida, V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

⁸⁴³ CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afiml quanto é que vale a CPLP?», *Revista EXAME Angola*, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010 in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

património subavaliado. Perante o empobrecimento do *Velho Mundo* e a crise dos seus valores e da sua entidade, a mudança não é uma opção, mas sim um imperativo, pelo que a viragem para o mar Atlântico representa o *caminho* que, no caso da economia portuguesa, vai ter que voltar a *trilhar* quando foi abruptamente interrompida no período de 1974/1975, apesar desta vertente, mais tradicional, não ser contraditória com a continental-europeia, na medida em que se reforçam reciprocamente.

Se é certo que a prospectiva sugere um elevado grau de incerteza quanto à indagação do futuro, torna-se extremamente necessário que Portugal continue a defender e a divulgar o «*Oceano Moreno*», a «*Língua*» e a «*Cultura*», numa perspectiva universalista, como factores de aproximação, em que todos, cidadãos e instituições, têm um papel determinante como «*bibliotecas vivas ou ambulantes*» de modo a transmitir conhecimento (não só científico mas também raciocínio logificado), apostando, por exemplo, na formação sobre estes temas ou, pelo menos, sensibilizar para tal, para os perpetuar, com vista a uma sociedade mais forte e inclusiva. O investimento na formação/educação e na cultura, fomentando acções que apoiem a criação, circulação e produção de bens e serviços culturais promotores da economia solidária, da cooperação e da sustentabilidade, poderá representar uma alavanca de saída para a crise ao contribuir para o enriquecimento cultural dos cidadãos, o reconhecimento de valores/identidades e a consolidação da democracia.

Esta é a nova epopeia lusíada, resumindo o grande desafio que se coloca no dealbar do século XXI aos países de idioma português, em torno de objectivos comuns, na compreensão das suas identidades e no respeito às suas idiossincrasias. E como “*a História não conhece impasses*”⁸⁴⁴, todos somos protagonistas dessa gesta – assegurar a vitalidade da «*Lusofonia*» como vector portador de futuro, visto que, de acordo com as palavras do saudoso Prof. Ernâni Lopes “*Nós só seremos nós, quando formos além de nós. As pessoas são o passado, o presente e o futuro da lusofonia*”⁸⁴⁵. Por último, através da abordagem patente nesta tese almeja-se que novos projectos de investigação possam, eventualmente, «*advir/atravessar*», uma vez que a «*porta do conhecimento*» jamais deverá estar fechada.

⁸⁴⁴ LOPES, Ernâni Rodrigues (2005), «Afirmar Portugal: Questão Estratégica Fundamental», *Cadernos Navais – Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial*, N.º 14, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégico, p. 16. (Texto policopiado)

⁸⁴⁵ LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol, p. 265.

Bibliografia e fontes

Monografias / Artigos / Periódicos

- ALBANO SANTOS, J. (2010), *Economia Pública*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade Técnica de Lisboa (UTL).
- ALVES DE CARVALHO, Sérgio (2011), «O mar e a Lusofonia: a(s) resposta(s) à questão estratégica fundamental de Portugal no 1.º Quartel do Século XXI», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa (UCP), pp. 83-100.
- AMARAL DE ALMEIDA, Rui Lourenço (2005), *Portugal e a Europa. Ideias, Factos e Desafios*, Lisboa: Edições Sílabo.
- BANCO DE PORTUGAL (2011a), “Boletim Económico | Outono 2011”, Volume 17, Número 3, Acedido em 11 de Outubro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>
- BANCO DE PORTUGAL (2011b), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010 | 2011”, Acedido em 23 de Setembro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>
- BANCO DE PORTUGAL (2010a), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2009 | 2010”, Acedido em 25 de Janeiro de 2011, in <http://www.bportugal.pt>
- BANCO DE PORTUGAL (2010b), “Textos de Política e Situação Económica A Economia Portuguesa em 2009”, Acedido em 17 de Março de 2010, in <http://www.bportugal.pt>
- BANCO DE PORTUGAL (2009), “Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2008 | 2009”, Acedido em 15 de Janeiro de 2009, in <http://www.bportugal.pt>

- BARAHONA DE BRITO, Alexandra (2001), *O Novo Multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul*, Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI).

- BARAHONA DE BRITO, Alexandra; VALLADÃO, Alfredo G. A.; LAVAGNA, Roberto, ANTÓN, Romeo Pérez; ALESSANDRINI, Sérgio; THORSTENSEN, Vera (1997), *Além do Comércio – Ampliar as Relações Europa-Mercosul*, Lisboa: IEEI.

- BARREIRA, Ramiro (Coord.) (2005), *Angola – 30 Anos: Os Grandes Desafios do Futuro*, Lisboa: Global Marketing Angola com a colaboração especial dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal.

- BERBÉM, António (2004), “Geopolítica da segunda lusofonia”, *Janus Online*, Acedido em 7 de Maio de 2010, in: http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_2.html

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2011), «A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia», *Nação e Defesa – O Mar no Espaço da CPLP*, N.º 128 – 5ª série, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional (IDN), pp. 41-65.

- BONIOLO, Eduardo da Eira (2004), “Relações entre Mercosul e União Europeia e as consequências para o Brasil – Uma resenha.”, *Revista geo-paisagem (on-line)*, 5, Acedido em 8 de Junho de 2010, in: <http://www.feth.ggf.br/Mercosul.htm>

- BRAGANÇA, Albertino (2005), *A Música Popular Santomense*, S. Tomé e Príncipe: UNEAS (União Nacional dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe).

- BUCKENS, Marie-Martine (2011), «De la cooperación económica a la prevención de conflictos», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, pp. 16-18.

- CHACON, Vamireh (2002), *O Futuro Político da Lusofonia*, Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo (edição realizada com o apoio da Fundação Oriente).

- CLAVAL, Paul (2010), *A Construção do Brasil – uma grande Potência em Emergência*, Lisboa: Instituto Piaget – Divisão Editorial.

- COMISSÃO EUROPEIA (2010), *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Bruxelas, 27.04.2010, COM (2010) 183 final.

- COMISSÃO EUROPEIA (2006), *Livro Verde – Para uma futura política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*, Bruxelas, 07.06.2006, COM (2006) 275 final.

- COMITÉ DAS REGIÕES (2011), Parecer sobre *Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Jornal Oficial da União Europeia, 10.02.2011, 2011/C 42/06.

- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (2010), Parecer sobre o *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, 21.10.2010, CCMI/074.

- CONSELHO EUROPEU (2011a), *Conclusões do Conselho Europeu*, Bruxelas, 9 de Dezembro [CO EUR 24 – CONCL 6].

- CONSELHO EUROPEU (2011b), *Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo da Área do Euro*, Bruxelas, 9 de Dezembro.

- CORREIA, Eugénio Anacoreta (2011), *Perspectivas Actuais da Língua Portuguesa*, Colecção MOSAICO, Volume XXIII, Macau: Instituto Internacional de Macau.

- CPLP (2009), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa: Agência de Relações Exteriores e Diplomáticas.

- CPLP, Secretariado Executivo da (2008), *CPLP 2008: Construindo a Comunidade*, Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

- CRAVINHO, João Gomes (2008), «Europe, Africa and China», *Negócios Estrangeiros*, N.º 13, Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 7-13.

- CRISTÓVÃO, Fernando (2011), «A lusofonia no meio de algumas contradições», *Revista Letras com Vida*, N.º 2, Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras (FL) – Universidade de Lisboa (UL), Acedido em 25 de Agosto de 2011, in: <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php>

- CRISTÓVÃO, Fernando (Dir. e Coord.); AMORIM, Maria Adelina; MARQUES, Maria Lúcia Garcia; MOITA, Susana Brites (2005), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores.

- CRISTÓVÃO, Fernando (2002), «Os três círculos da lusofonia», *Revista Humanidades*, N.º X, Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 18-22. (Texto policopiado)

- CRUZ, Manuel e FIDALGO, Jaime (2010), «Afinal quanto é que vale a CPLP?», *Revista EXAME Angola*, N.º 8, Luanda Sul: MediaNova, Acedido em 30 de Dezembro de 2010 in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=16320>

- DEGNBOL-MARTINUSSEN, John. e ENGBERG-PEDERSEN, Poul (2003), *Aid: Understanding International Cooperation*, London: Zed Books.

- DIAS, João (2001), *UE-ACP trade relations and Sub-Saharan Africa's exports under the Lomé Convention*, CEDIN – Centro de Estudos de Economia Europeia Internacional Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

- DIAS, João (1992), *Efeitos de vantagens preferenciais: o impacto da Convenção de Lomé nas exportações dos ACP para a CEE: 1975 - 1985*, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISEG – UTL.

- DIRECÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS– MINISTÉRIO DA ECONOMIA (1999), *Portugal e o primeiro ciclo de negociações da Organização Mundial do Comércio*, Lisboa: Direcção de Serviços de Informação e Documentação.

- DUARTE, Francisco Alegre (2008), «Portugal e as missões de paz no estrangeiro – algumas notas de reflexão», *Negócios Estrangeiros*, N.º 13, Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 133-138.

- EMBAIXADA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE EM LISBOA (Jul.-Set. 2008), «Empreendedorismo na CPLP», *Revista Cultural, Económica e Diplomática*, N.º 0, Lisboa: Embaixada de Timor-Leste, p. 28.

- ENCARNÇÃO, Pedro Henrique Guerreiro Ferreira (1990), *O Brasil perante os novos Estados Lusófonos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCSP – UTL.

- ESPADA, João Carlos (2011), «Nota do Director | Opção pelo Mar», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, p.1.

- ESTÊVÃO, João (2002), «Cabo Verde, o Acordo de Cooperação Cambial e o Euro», *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, N.º 17, Lisboa: IEEI, pp. 83-89.

- ESTÊVÃO, João (1998), «Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde», *Brief Papers n.º 4/98*, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA), Lisboa: ISEG –UTL.

- EUROPEAN COMMISSION (2011), *Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on establishing the Creative Europe Programme*, Bruxelas, XXX, COM (2011) 785/2.

- EUROPEAN COMMISSION (2011), *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – The future approach to EU Budget support*, Bruxelas, 13.10.2011, COM (2011) 638 final.

- FARIA, Nuno (2008), *Ver... Pensar... Fazer... - Políticas Culturais para um Portugal Criativo*, Lisboa: Gabinete de Planeamento, Estratégia Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) – Ministério da Cultura.

- FERNANDES, João Luís Jesus (2008), «Os laços culturais e a globalização – a comunidade lusófona e a CPLP enquanto actores nas actuais dinâmicas de desenvolvimento», in Márcio Moraes Valença (Coordenação), *Globalização e marginalidade*, EDUFRN, Natal – Brasil.

- FERREIRA, Manuel Ennes (2002), «Portugal and the Lusophone African Countries: Economic Continuities and Disruptions», *Portuguese Studies Review*, 10 (1), Ontario: Trent University, pp. 85-107.

- FERREIRA, Patrícia Magalhães (2009), “Um ano de Presidência Portuguesa da CPLP”, *IEEI*, Acedido em 10 de Setembro de 2009, in: <http://www.ieei.pt/post.php?post=755>

- FERREIRA, Raquel (2004), “A força de um passado comum: relações Brasil-PALOP”, *Janus Online*, Acedido em 15 de Maio de 2010, in <http://www.janusonline.pt/2004/2004.html>

- FEU, José António (2010), «O potencial económico das Indústrias Culturais e Criativas», *Fábrica de Talentos-Revista da Fundação da Juventude*, N.º 6, Porto: Fundação da Juventude, p.14.

- FILHO, Pio Penna (2008), “ECOWAS e SADC – África Ocidental e Austral: Integração Económica Regional e Instabilidade Política.”, *AfricAmérica*, Acedido em 27 de Novembro de 2008, in: <http://www.africamerica.net/>

- FILHO, Pio Penna (2000), «Integração Económica no Continente Africano: ECOWAS e SADC», *Revista CENA Internacional*, N.º 2, Brasília: Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 5-22.

- FORWOOD, Geneva (2001), «The road to Cotonou: negotiating a successor to Lomé», *Journal of Common Market Studies*, Vol. 39, N.º 3, Londres: University Association for Contemporary European Studies, pp. 423-442.

- FOUNDATION, Heritage (2011), 2011 Index of Economic Freedom, Washington, Acedido em 3 de Dezembro de 2011, in <http://www.heritage.org/index/>

- GALITO, Maria Sousa (2006), *Impacto Económico da Língua Portuguesa enquanto Língua de Trabalho*, Trabalho de investigação, Acedido em 7 de Janeiro de 2011, in: http://www.ciari.org/investigacao/IELPinq2%20_2_.pdf

- GOUTIER, Hegel (2011), «Los albores de la gobernanza política mundial», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, p. 3.

- GPEARI / MC (2011), *Guia de Apoios à Cultura e Criatividade*, Lisboa, Junho.

- GPEARI / MC (2009), Nota Estatística – *Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Outubro.

- GRAÇA, Pedro Borges (2008a), «O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal», *Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”*, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, pp. 87-96.

- GRAÇA, Pedro Borges (2008b), «O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona», *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, N.º 2, Lisboa: ISCSP – UTL, pp. 123-139.

- GRAÇA, Pedro Borges (2005), *A Construção da Nação em África*, Coimbra: Livraria Almedina.

- GRAÇA, Pedro Borges (1992), «A Informação Cultural de Portugal (Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional)», *Estratégia*, Vol. IV, Lisboa: ISCSP – UTL, pp. 189-297.

- GUIMARÃES, Sérgio António Ferreira (2007), *A Cooperação Europeia com Países Africanos Politicamente Frágeis no Âmbito do Acordo de Cotonou*, Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

- HAMILTON, Kimberly A. (1992), *Lusophone Africa, Portugal, and the United States – Possibilities for More Effective Cooperation*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Washington DC: The Center for Strategic and International Studies, Vol. XIV, N.º 11 – Significant Issues Series.

- HOUSE, Freedom (2011), *Freedom in the World 2011: The Authoritarian Challenge to Democracy*, Washington, pp. 12-16.

- INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – IPAD (2010), *Perspectivas Económicas em África 2010*, Banco Africano de Desenvolvimento, Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Comissão Económica das Nações Unidas para África.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2011a), *World Economic Outlook Database*, Washington, Setembro.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2011b), *World Economic Outlook: Slowing Growth, Rising Risks*, Washington, Setembro.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2011c), *World Economic Outlook: Update*, Washington, Janeiro.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2010), *World Economic Outlook Database*, Washington, Outubro.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF (2009), *World Economic Outlook: Sustaining the Recovery*, Washington, Outubro.
- INTERNET WORLD STATS – IWS (2011) – Usage and Population Statistics, *Internet World Users by Language – Top 10 Languages*, Updated for May 31 2011, Acedido em 12 de Outubro de 2011, in <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>
- INTERNET WORLD STATS – IWS (2010) – Usage and Population Statistics, *Internet World Users by Language – Top 10 Languages*, Updated for June 30 2010, Acedido em 14 de Julho de 2010, in <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEGURANÇA – IPRIS (Maio 2011), *Lusophone Countries Bulletin*, Lisboa.
- KHANDELWAL, Padamja (2004), «COMESA and SADC: Prospects and Challenges for Regional Trade Integration», *Working Paper – WP/04/227*, Washington DC: International Monetary Fund (IMF).
- LOBO, Maria Teresa de Cárcomo (2001), «MERCOSUL – Realidade ou Utopia?», *Temas de Integração*, N.^{os} 10 e 11, Coimbra: Livraria Almedina, pp. 95-104.

- LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord.); ESTEVES, José Poças e Equipa técnica e consultores da SaeR (2011), *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: SaeR/Jornal Sol.

- LOPES, Ernâni Rodrigues (2010), «Nos 25 anos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias», in *Parlamento Europeu – Gabinete em Portugal, 25 Anos de Integração Europeia*, S. João do Estoril - Cascais: Príncipe Editora, pp. 33-38.

- LOPES, Ernâni Rodrigues (2008), «Lusofonia: uma ideia para o futuro», *Revista Tempo Livre*, N.º 199, Lisboa: Fundação INATEL, pp. 48-49. (Texto policopiado)

- LOPES, Ernâni Rodrigues (2005), «Afirmar Portugal: Questão Estratégica Fundamental», *Cadernos Navais – Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial*, N.º 14, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégico, pp. 9-17. (Texto policopiado)

- LOPES, Ernâni (2004), «O Mar no Futuro de Portugal. Uma Abordagem Estratégica», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 11-25.

- LOPES, Ernâni Rodrigues (1996), «O Desenvolvimento Económico-Social desde o Pós-Guerra 45 e a Integração Europeia. Dilemas Portugueses», *Portugal e a Europa – 50 Anos de Integração*, Lisboa: Editorial Verbo para o Centro de Informação Jacques Delors, pp. 25-45.

- LOPES, Ernâni Rodrigues; GRILO, Eduardo Marçal; NAZARETH, José Manuel; AGUIAR, Joaquim; GOMES, J. Amaral; AMARAL, José Pena do (1989), *Portugal: o desafio dos anos 90*, Lisboa: Instituto Humanismo e Desenvolvimento e Editorial Presença.

- LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2011), «The Economic Relevance as Source of Maritime Power in the European Integration Framework», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, pp. 35-36.

- LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2008a), *Políticas Públicas de Promoção da Concorrência*, Lisboa: ISCSP – UTL.

- LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2008b), «A nova estrutura do Tratado de Lisboa e a política de concorrência na União Europeia», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, pp. 189-227.

- LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl. (2007), *Políticas Públicas de Promoção da Concorrência*, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCSP – UTL.

- LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl. (2002), *A difícil tranquilidade do Euro. A porta estreita da relevância*, Porto: Vida Económica.

- LOUREIRO DOS SANTOS, João Alberto (2011), «Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul», *Nação e Defesa – O Mar no Espaço da CPLP*, N.º 128 – 5ª série, Lisboa: IDN, pp. 19-27.

- MANDELA, Nelson (2011), *Deixemos a Liberdade Vencer – As palavras que mudaram o Mundo*, Lisboa: Babel.

- MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

- MARTIJN, Jan Kees; TSANGARIDES, Charalambos; GULDE-WOLF, Anne Marie (2006), «Central African Economic and Monetary Community (CEMAC)», *Country Report – N.º 06/309*, Washington DC: International Monetary Fund (IMF).

- MARTINS, Manuel (2002), *Auxílios de Estado no Direito Comunitário*, Prémio Jacques Delors 2001, S. João do Estoril - Cascais: Príncípia Editora.

- MARTINS, Moisés de Lemos; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa (eds.) (2006), *Comunicação e Lusofonia – Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras.

- MARTINS, Moisés de Lemos (2004), “Lusofonia e Luso-Tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos identitários”, *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho*, Acedido em 17 de Outubro de 2009, in: <http://hdl.handle.net/1822/1075>

- MARTINS, Pedro (2010), “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – Prós e contras de uma reforma linguística”, *Università degli Studi di Siena* [versão digital do artigo disponibilizada pelo Círculo de Reflexão Lusófona - CRL].

- MEDEIROS, Eduardo Raposo de (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa: ISCSP – UTL.

- MICHEL, Louis (2008), *África-Europa: a indispensável aliança*, Bruxelas: Comissão Europeia.

- MOREIRA, Adriano (2008), «O Mar no Conceito Estratégico Nacional», *Cadernos Navais – Seminário “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”*, N.º 24, Lisboa: Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica, pp. 45-53.

- MOREIRA, Adriano (Coord.) (2001a), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Coimbra: Livraria Almedina.

- MOREIRA, Adriano (2001b), «A relação privilegiada de Portugal-Brasil», *Temas de Integração*, N.ºs 10 e 11, Coimbra: Livraria Almedina, pp. 7-19.

- MOREIRA, Adriano (2000), «Sobre o Conceito Estratégico Nacional», *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, N.º 1, Porto: Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, pp. 11-19.

- MOREIRA, Adriano e VENÂNCIO, José Carlos (Orgs.), (2000), *Luso-Tropicalismo, uma Teoria Social em Questão*, Lisboa: Vega.

- MOREIRA, Adriano (1985), «Condicionamentos Internacionais da área Lusotropical», *Conferências de Adriano Moreira / Organização de Maria do Carmo Tavares de Miranda - Fundação Joaquim Nabuco*, Recife: Editora Massangana, p. 69.

- MOURA, Vasco Graça (2008), «Uma Agenda Europeia para a Cultura no Mundo Globalizado», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, pp. 315-319.

- MOURADIAN, Anne-Marie (2011), «La UE sigue siendo el principal donante mundial, pero aún puede mejorar», *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, p. 40

- MOSCA, João (2007), *S.O.S. África*, Lisboa: Instituto Piaget – Divisão Editorial.

- MOSCA, João e ZANZALA, Julien (2006), *Economia dos PALOP*, Lisboa: Instituto Piaget – Divisão Editorial.

- MOURA, Helena Cidade e outros (2008), *Literacia em Português*, Centro de Investigação – Acção Paul Henry Chombart de Lauwe, Lisboa: Acontecimento – Estudos e Edições, Lda. – Distribuição Europress.

- NEVES, Fernando dos Santos (2005), «A Lusofonia tem de passar de potência a acto», *RES-PUBLICA – Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*, N.º 1, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 253-254. (Texto policopiado)

- NIELSEN, Lynge (2007), «The Economic Community of West African States», *Working Paper – WPS4266*, Washington DC: World Bank Policy Research, Acedido em 10 de Setembro de 2009, in:
<http://elibrary.worldbank.org/docserver/download/4266.pdf?expires=1325698927&id=id&accname=guest&checksum=C36377AB5BA88BE952F58C52D29D72FD>

- NYE JR., Joseph S. (2004), *Soft Power: the means to success in world politics*, New York: PublicAffairs.

- OSMAN, Abdul Magide (2003), «CPLP – Que futuro?», *O Mundo em Português*, N.ºs 45-47, Lisboa: IEEI, Acedido em 29 de Outubro de 2011, in <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=527>

- PALMA, Elisabete Cortes (2006), *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa – Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Lisboa: Colecção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D.

- PARLAMENTO EUROPEU (2011), *Parecer da Comissão dos Orçamentos dirigido à Comissão das Pescas*, Estrasburgo [PE467.092v03-00 - 25.07.2011].

- PARLAMENTO EUROPEU (1999), *As Indústrias Culturais e o Emprego nos países da União Europeia: Síntese – Education and Culture Series EDUC 104A*.

- PERCIVAL, Debra (2010), «Fundos da UE para 13 países ACP a fim de amortecer o impacto da crise económica», *O Courier – A Revista das Relações e Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e a União Europeia*, Edição N.º IX – Janeiro/Fevereiro 2010, Bruxelas: ACP-UE, p. 27.

- PEREIRA, Sandra Maria de Jesus (2005), *Cooperação UE-ACP: A Dimensão Política dos Acordos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISEG – UTL.

- PINTO, José Filipe (2009), *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*, Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda.

- PINTO, José Filipe (2008), «A Presidência Portuguesa da UE e o Desafio Lusófono», *Negócios Estrangeiros*, N.º 12, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 59-64.

- PINTO, José Filipe (2005), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Série D.

- PITTA E CUNHA, Tiago de (2004), «A Implantação Estratégica do Mar para Portugal», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 41-52.

- PORTO, Manuel Calado Lopes (2001), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 3ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

- PORTO, Manuel Calado Lopes (1997), *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 2ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

- RIBEIRO, Sónia (2011), «Portugal e o Mar no último meio século. Evolução, transição e opções estratégicas», *Maria Scientia – Revista Científica Electrónica / Scientific e-Journal*, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, pp. 70-82.

- SANCHEZ-SCHMID, Marie-Thérèse (2011), “Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas da União Europeia”, *Website do Parlamento Europeu*, Acedido em 7 de Março de 2011 in: <http://www.europarl.europa.eu/news/public>

- SANTOS, Ana Maria Morgado e CAETANO, José Manuel (2009), «Os Acordos de Cooperação Económica entre a União Europeia e os Países ACP», *Relações Internacionais*, N.º 22, Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) – Universidade Nova de Lisboa (UNL), pp. 83-101.

- SANTOS, Ana Maria Morgado e CAETANO, José Manuel (2º semestre 2008 – Fevereiro 2009), «Acordos de Cooperação Económica UE-ACP: instrumentos de desenvolvimento ou reajustamentos às regras da OMC?», *Temas de Integração*, N.º 26, Coimbra: Edições Almedina, SA, p. 250.

- SANTOS, Victor Marques dos (2005), «Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa», *Negócios Estrangeiros*, N.º 8, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), pp. 71-91.

- SANTOS, Victor Marques dos (2004), «Lusofonia e projecção estratégica: Portugal e a CPLP», *Nação e Defesa – Segurança Internacional & Outros Ensaios*, N.º 109 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 123-151.

- SARAIVA, Luís (2010), «A União Europeia na Gestão de Crises», *Nação e Defesa – Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia*, N.º 127 – 5ª série, Lisboa: IDN, pp. 97-109.

- SENGHOR, Léopold Sédar (1975), *Lusitanidade e Negritude*, Nova Série, 1, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

- SERRA, António de Almeida (1994), «O(s) Modelo(s) de Desenvolvimento da Ásia Oriental e a África Subsaariana», *Brief Papers n.º 1/94*, Lisboa: CESA/ISEG, pp. 1-6.

- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (SGL) e INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS (ISCSP) (1999), *África Século XXI. Os Desafios da Globalização e as Respostas do Desenvolvimento*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

- STIFTUNG, Friedrich-Ebert (199-), *South Africa & The Lome Convention*, Bruxelas: European Research Office, pp. 30-33.

- TEIXEIRA, Rui de Azevedo (2006), *Batalhas da História de Portugal: Guerra de África – Angola 1961-1974*, Matosinhos/Lisboa: QuidNovi– Edição e Conteúdos, S.A., p. 70.

- TOLENTINO, André Corsino (2004), “A CPLP numa encruzilhada”, *Janus Online*, Acedido em 9 de Junho de 2010, in: http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_1.html

- WEBER, George (2008), “Top Languages – The World’s 10 most influential Languages” *The Andaman Association*, Acedido em 9 de Abril de 2010, in: <http://www.andaman.org/BOOK/reprints/weber/rep-weber.htm>

- VASCONCELOS, Álvaro, ROCHA, Aurélio, BARROSO, José Manuel Durão, SALGUEIRO, João, TORRES, Adelino, CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Manuel Ennes, BARRETO, Arcília e MOURÃO; Fernando Augusto Albuquerque (1991), *África Austral – O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional*, Lisboa: IEEL.

- VASCONCELLOS E SÁ, Jorge (Org.) (2011), *Portugal e o Futuro: Falam duas gerações de economistas*, Porto: Grupo Editorial Vida Económica.

- VIEIRA MATIAS, Nuno (2009), «A “Clusterização” da Economia Marítima», *Nação e Defesa – O Mar no Pensamento Estratégico Nacional*, N.º 122 – 4ª série, Lisboa: IDN, pp. 9-23.

- VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2005), «O Mar – Um Oceano de Oportunidades para Portugal», *Cadernos Navais*, N.º 13, Lisboa: Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, pp. 1-38.

- VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (2004), «O Horizonte do Mar Português», *Nação e Defesa – Portugal e o Mar*, N.º 108 – 2ª série, Lisboa: IDN, pp. 27-40.

**Boletins de Informação/Comunicações/Comunicados/Declarações/Documentos/
Entrevistas/Estudos/Intervenções/Legislação/Notícias/
*Press Releases/Rapid/Relatórios***

Boletins de informação

- Boletim de Informação Diplomática / Gabinete de Informação e Imprensa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, N.º 59, 26 de Março de 2008.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10514 – 13/12/2011 – *Commerce: le Cap-Vert bénéficiera du SPG+*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10501 – 24/11/2011 – *UE/Culture: programme «Europe créative», doper le secteur de la culture*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10475 – 18/10/2011 – *UE/Cap-Vert: l'UE félicite le Cap-Vert, 119ème État partie au Statut de Rome*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10391 – 02/06/2011 – *UE/Afrique: partenariat revigoré pour la démocratie et la croissance*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10347 – 30/03/2011 – *UE/Informelle Culture: la culture pour lutter contre la crise*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10340 – 19/03/2011 – *PE/Culture: libérer le potentiel des industries culturelles et créatives*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10326 – 02/03/2011 – *UE/ACP: 30 millions d'euros d'appui aux projets culturels ACP*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

- *Bulletin Quotidien Europe* 10317 – 17/02/2011 – *UE/ACP: feu vert du Conseil à la décharge pour les dépenses du FED en 2009*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10258 – 18/11/2010 – *UE/ACP: 48,5 millions pour aider cinq pays à faire face à la crise*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10256 – 16/11/2010 – *Conseil ACP: le sommet UE/Afrique doit débloquer la négociation des APE*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10254 – 11/11/2010 – *UE/Afrique: l'UE pour un partenariat consolidé, avant le sommet en Libye*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Bulletin Quotidien Europe* 10248 – 03/11/2010 – *UE/Commerce/MERCOSUR: l'échange des offres attendu début 2011*, Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.
- *Europolitique* N.º 4254, 1 de Setembro de 2011: *Paix en Afrique: la Commission accorde 300 millions d'euros*, Bruxelas: Europe Information Service SA.
- *Europolitique* N.º 4122, 19 de Janeiro de 2011: *OMC – 2011, dernière chance pour Doha*, Bruxelas: Europe Information Service SA.
- *Europolitique* N.º 4084, 17 de Novembro de 2010: *Aide de l'UE dans des pays ACP*, Bruxelas: Europe Information Service SA.
- *Europolitique* N.º 4081, 12 de Novembro de 2010: *UE/Afrique – Le régionalisme au cœur de la nouvelle stratégie pour l'Afrique*, Bruxelas: Europe Information Service SA.
- *Europolitique* N.º 4005, 24 de Junho de 2010, Bruxelas: Europe Information Service SA.

Comunicações

- Comunicação “O Mar e o Conceito Estratégico Nacional” de Adriano Moreira à Classe de Letras, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 16 de Novembro de 2010.
- Comunicação “Contributo da Política Regional para um Crescimento Inteligente no quadro da estratégia «Europa 2020»” da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2010) 553 final, 6 de Outubro de 2010].
- Comunicação “Iniciativa emblemática no quadro da estratégia *Europa 2020* «União da Inovação»” da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2010) 546 final, 6 de Outubro de 2010].
- Comunicação “Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal” de José Palmeira ao X Congresso Afro-Luso-Brasileiro, Universidade do Minho, Braga, 4 a 7 de Fevereiro de 2009.
- Comunicação “Plano de relançamento da economia europeia” da Comissão Europeia ao Conselho Europeu, Bruxelas [COM (2008) 800 final, 30 de Novembro de 2008].
- Comunicação “Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil” da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Bruxelas [COM (2007) 281, 30 de Maio de 2007].
- Comunicação *sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado* da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas [COM (2007) 242 final, 10 de Maio de 2007].
- Comunicação “Lusofonia e Estratégia Geopolítica” de Fernando dos Santos Neves ao Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Lisboa, 2004. (Texto policopiado)

Comunicados

- Comunicado de Imprensa “Europa criativa: Comissão revela plano para impulsionar sectores culturais e criativos”, IP/11/1399, Bruxelas: Comissão Europeia, 23 de Novembro de 2011.
- Comunicado de Imprensa “Política de desenvolvimento da União Europeia: A Comissão pretende aumentar o impacto da ajuda, centrando-a num menor número de sectores e nos países mais necessitados”, IP/11/1184, Bruxelas: Comissão Europeia, 13 de Outubro de 2011.
- Comunicado de Imprensa “Cultura: União Europeia e Brasil assinam acordo para reforçar a cooperação”, IP/11/1152, Bruxelas: Comissão Europeia, 4 de Outubro de 2011.
- Comunicado de Imprensa “Cimeira UE-Brasil – consolidar a Parceria Estratégica”, IP/11/1138, Bruxelas: Comissão Europeia, 30 de Setembro de 2011.
- Comunicado final da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 25 de Julho de 2008.

Declarações

- Declaração Conjunta Brasília, IV Cúpula Brasil – União Europeia, 14 de Julho de 2010.
- Declaração Final da I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Forte de São Julião da Barra, Oeiras (Portugal), 21 de Março de 2010.
- Declaração conjunta UE/Brasil – Visita oficial ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, 19 de Março de 2008.
- Declaração de Lisboa – Cimeira UE-África, Lisboa, 2007.

Documentos / Desdobráveis

- Desdobrável “Legis-PALOP – Base de Dados Jurídica Oficial dos PALOP” (2011), IPAD, Lisboa.
- Desdobrável “Base de Dados Legis-PALOP” (2010), IPAD, Lisboa.
- Desdobrável “CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (2010), CPLP-IILP, Lisboa.
- Desdobrável “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento” (2010), IPAD, Lisboa.
- Desdobrável “Um Grupo Global – Líder destacado em Portugal e nos mercados africanos”, Grupo PORTUCEL SOPORCEL (2010), *Info N.º 90*, Figueira da Foz-Setúbal-Cacia.
- Edital n.º 1-Unilab/2010 “Processo seletivo para ingresso de estudantes, dos países abaixo indicados, nos cursos de graduação da UNILAB”, Fortaleza, 24 de Novembro de 2010.
- IP/11/110 “Commission welcomes opening of consultations with Guinea-Bissau due to failure to respect democratic principles”, Bruxelas, 31 de Janeiro de 2011.
- IP/10/334 “UE celebra 25º aniversário das Capitais Europeias da Cultura”, Bruxelas, 22 de Março de 2010.
- IP/10/225 “Europa 2020: a Comissão propõe uma nova estratégia económica para a Europa”, Bruxelas, 3 de Março de 2010.
- “Libérer le potentiel des industries culturelles et créatives”, Parlamento Europeu – Service de presse.

- Memo/11/696 “Background information on Communications «*Agenda for Change*» in EU development policy and UE budget support”, Bruxelas, 13 Outubro de 2011.
- Memo/11/651 “EU-Brazil relations”, Bruxelas, 30 de Setembro de 2011.
- Memo/11/142 “Q&A on EU aid to Timor Leste”, Bruxelas, 7 de Março de 2011.
- MERCOSUL – Documento de Estratégia Regional 2007-2013, Bruxelas: Comissão Europeia, 2 de Agosto de 2007.
- Ministério da Cultura – Direcção Regional de Cultura do Algarve, *Indústrias Criativas e Culturais – Memorando referente a prioridades para a acção política a nível europeu*.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, *Portuguese contribution – Green Paper on “Unlocking the potential of cultural and creative industries”*.
- *Green Paper – Unlocking the potential of cultural and creative industries*, Ministry of Science, Technology and Higher Education – Knowledge Society Agency (UMIC), 2010.
- *Parceria Estratégica entre a União Europeia, a América Latina e as Caraíbas: um empenhamento comum*, Comissão Europeia – Relações Externas, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, 2008.
- Sínteses *EuroDefense* 13 – Mesa Redonda *A União Europeia e as Relações com África*, Centro de Estudos *EuroDefense*-Portugal, Lisboa, Novembro de 2007.
- *Estratégia Nacional para o Mar*, República Portuguesa, Lisboa, 2006.

Entrevistas

- FERREIRA, Patrícia Magalhães (Investigadora do IEEI) “Portugal é a voz dos interesses africanos na Europa”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 8 de Junho de 2010.
- MATONGO, David (Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE), “Reforzar la colaboración ACP-UE frente a las nuevas vulnerabilidades”, *El Correo*, N.º 23 Nueva Edición (N.E.), Bruxelas: Comissão Europeia – DG EuropeAid, pp. 6-7.
- MÜLLER DE OLIVEIRA, Gilvan “Língua Portuguesa: expansão e diversidade”, jornal *A Semana*, Praia, 20 de Junho de 2011. (Texto policopiado)
- PANTOJA, Selma Alves (Professora de História de África na Universidade de Brasília, especialista em estudos sobre Angola) “Angola está aberta ao mundo”, *Jornal de Angola Online*, Luanda, 31 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)
- PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Domingos Simões Pereira analisa a possibilidade de uma nova área económica que inclui comunidade da CPLP para sair da actual crise”, *SIC Notícias–Jornal das 9*, Lisboa, 8 de Agosto de 2011.
- PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “Lusofonia aproxima os povos”, *Jornal de Angola Online*, Luanda, 24 de Abril de 2010. (Texto policopiado)
- PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP) “O português está a tornar-se uma mais-valia económica”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 7 de Março de 2010.
- REIS, Carlos “Carlos Reis propõe criação de um portal de literaturas lusófonas”, jornal *Expresso das Ilhas*, Praia, 8 de Maio de 2010. (Texto policopiado)
- REIS, Carlos “Está na moda aprender português”, jornal *Expresso*, Lisboa, 5 de Julho de 2008. [Versão electrónica acedida em 10 de Agosto de 2008, in: <http://aeiou.expresso.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>]

- VEIGA, Manuel “Manuel Veiga define a cultura como «Motor para o desenvolvimento de Cabo Verde»”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 9 de Fevereiro de 2007.

Estudos

- HKU (2010), Study on *The Entrepreneurial Dimension of the Cultural and Creative Industries*.
- KEA European Affairs (2006), Study on *The Economy of Culture in Europe*, Comissão Europeia (Direcção Geral da Educação e Cultura).
- Study on *Understanding Creative Industries – Cultural statistics for public-policy making*, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization e Global Alliance for Cultural Diversity.

Intervenções

- AFONSO, Simonetta Luz «O Mundo da Língua Portuguesa», Encontro Internacional de Literacia em Língua Portuguesa, 1995. (Texto policopiado)
- AMADO, Luís (ex-Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal), Encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, Instituto Camões, Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)
- AMADOR, Teresa (Directora Geral–*Ecosphere*), « Legis-PALOP: informação jurídica», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.
- AMARAL, Luís Mira (Presidente Executivo do Banco BIC Português), 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

- ANTUNES, Manuel Lobo (ex-Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus) «O Brasil e a Presidência portuguesa da UE», Colóquio “1808-2008 e o Futuro das Relações Económicas Portugal-Brasil”, Lisboa, 10 de Abril de 2007. (Texto policopiado)

- ARANDA E SILVA, João (investigador e jornalista), sessão de lançamento do seu livro “Atlântico Sul – Um Tratado para a Paz ou uma Rota de Colisão Geopolítica”, Praia da Vitória - Açores, 2 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

- AREIA, Manuel Laranjeira de (Professor Catedrático da Universidade de Coimbra), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- BACH, Daniel (Investigador no Centre Émile Durkheim, Universidade de Bordéus), Seminário “The European Union and Africa: trade liberalisation, constructive disengagement and the securitisation of Europe’s external frontiers”, CESA/ISEG, Lisboa, 12 de Maio de 2011.

- BARROS, Miguel de (Investigador no INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa) «Inventividade e Criatividade nas Feiras Livres: Imagens das Estratégias de Empregabilidade Juvenil em Contexto de Pobreza», Seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CESA/ISEG, Lisboa, 29 de Setembro de 2010.

- BATISTA, Jaime Melo (Engenheiro e investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- BECHARA, Evanildo Cavalcante (linguista brasileiro – Academia Brasileira de Letras), XIV Colóquio da Lusofonia (IX Colóquio Anual), Bragança, 27 de Setembro-2 de Outubro de 2010.

- BOTAS, Elsa (Representante do IPAD), «Os Dias do Desenvolvimento», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 23 de Março de 2010.

- BRAGA DA CRUZ, Manuel (enquanto Magnífico Reitor da UCP e professor universitário), «A questão colonial, a política externa e o 25 de Abril», Colóquio sobre o 25 de Abril, Associação 25 de Abril, Acedido em 28 de Dezembro de 2011, *in*: http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=87

- BRAGA DA CRUZ, Manuel (enquanto Magnífico Reitor da UCP e professor universitário), 1º Ciclo de Conferências–2ª conferência “A internacionalização da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Novembro de 2011.

- BRITO, Nuno (Director-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal), Encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, IC, Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

- CABRAL, Lúcia (Investigadora no ODI-Overseas Development Institute, Londres), Seminário “Novas abordagens de cooperação para o desenvolvimento? Doadores emergentes e a experiência do Brasil”, CESA/ISEG, Lisboa, 14 de Abril de 2011.

- CALAZANS, José Carlos (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- CARDOSO, Fernando Jorge (Director de Estudos do IEEI), Conferência “Perspectivas para as Relações Europa-África”, IEEI, Hotel Tivoli Oriente-Lisboa, 7 de Junho de 2010.

- CARDOSO, Joana Gomes (Directora-Geral do GPEAR), Encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, IC, Lisboa, 16 de Novembro de 2010.

- CASTELEIRO, João Malaca (linguista português – Academia Ciências de Lisboa), XIV Colóquio da Lusofonia (IX Colóquio Anual), Bragança, 27 de Setembro-2 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)

- COSTA, Ana Bénard da (Professora universitária), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- COSTA, Vasconcelos (Pró-reitor e Professor da ULHT), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- DAMÁSIO, Manuel de Almeida (Professor e administrador da ULHT), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- DJALO, Tchernó (Ex-ministro da Educação da Guiné-Bissau e primeiro reitor da Universidade da Guiné Bissau – Universidade Amílcar Cabral), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- DUARTE, José Augusto (Director do Departamento de África da Direcção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal), «O Papel de Portugal na aproximação Europa-África», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 23 de Março de 2010.

- ESPERANÇA, José Paulo (Investigador e professor universitário), 1º Ciclo de Conferências – 3ª conferência “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 29 de Novembro de 2011.

- ESTÊVÃO, João, Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/Instituto de Estudos Europeus (IEE) – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008.
- ESTEVES, José Poças, Conferência “O Triângulo Virtuoso: Angola/Brasil/Portugal, uma questão estratégica fundamental para a Lusofonia”, Jornal SOL, Hotel Tivoli-Lisboa, 13 de Maio de 2011. (Texto policopiado)
- ÉVORA, Iolanda (Investigadora no CEsA/ISEG), «Mercado e Organização do Trabalho: Questões de Género», Seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CEsA/ISEG, 29 de Setembro de 2010.
- FARRAJOTA, Miguel (Unidade de *Business Development*, BPI), «Apoio à internacionalização das empresas», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.
- FERREIRA DE CARVALHO, António (Presidente da Direcção da AERLIS), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.
- FERREIRA DE CARVALHO, António (Presidente da Direcção da AERLIS), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 17 de Maio de 2011.
- FONSECA, Luís (Embaixador e ex-Secretário Executivo da CPLP), Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008.
- FONTES, José (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «Renascimento»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- FREITAS, Raquel (Investigadora no CIES/ISCTE-IUL), Seminário “Declaração de Paris: desafios e oportunidades”, CEsa/ISEG, Lisboa, 23 de Maio de 2011.

- FRIAS, Sónia (Professora no ISCSP – UTL) «Pobreza, Engenho e Mudança: A Acção e o Lugar das Mulheres nos Circuitos de Comércio Informal em Maputo», Seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CEsa/ISEG, 29 de Setembro de 2010.

- GOMES, Ana (Eurodeputada – Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu), «O contributo da União Europeia para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 30 de Abril de 2010.

- GOMES, Aristides (Ex-Primeiro-ministro da Guiné-Bissau), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- GOMES, Domingos (Responsável do Departamento da Língua Portuguesa na Escola Normal Superior Tchico Té na Guiné-Bissau) «Um olhar sobre a literacia na Guiné-Bissau», Encontro Internacional de Literacia em Língua Portuguesa, 1995. (Texto policopiado)

- GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Angola», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

- GONÇALVES, Felizardo Pereira (Direcção de Apoio à Rede-AICEP), «As oportunidades de negócio em Cabo Verde», Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 17 de Maio de 2011.

- GRAÇA, Pedro Borges «O futuro inscrito na história», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

- GUEDES, Armando Marques (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- GUIMARÃES, Sérgio (Representante do IPAD), «A Educação para o Desenvolvimento», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 30 de Abril de 2010.

- HENRIQUES, Isabel Castro (Professora universitária), Seminário “África no processo de mundialização – século XV a XX”, CEsA/ISEG, Lisboa, 26 de Maio de 2011.

- HENRIQUES, Isabel Castro (Professora universitária), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- HORTA, Basílio (ex-Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP), Encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, IC, Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

- LABORINHO, Ana Paula (Presidente do IC), Encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, IC, Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

- LABORINHO, Ana Paula (Presidente do IC), Encontro internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”, Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a União Latina, Lisboa, 25 e 26 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)

- LAPÃO, Manuel (Director de Cooperação da CPLP), Conferência “Cooperação da CPLP. Evolução recente e perspectivas futuras” (no âmbito da 6ª edição do Ciclo de Conferências em Cooperação para o Desenvolvimento), Instituto Nacional de Administração (INA), Oeiras, 5 de Abril de 2010.
- LOBO, Marina Costa (Professora e investigadora no Instituto de Ciências Sociais-ICS / UL), Seminário “A democratização na CPLP”, CESA/ISEG, Lisboa, 5 de Maio de 2011.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, «A situação da economia portuguesa e as perspectivas de actuação do CRL», Jantar-Conferência, CRL, Lisboa, 1 de Março de 2010. (Texto policopiado)
- LOPES, Ernâni Rodrigues «Uma exigência do futuro: valorizar o binómio mar / Lusofonia», Conferência de Encerramento do Congresso “Os Mares da Lusofonia”, Gare Marítima Alcântara-Lisboa, 27 de Setembro de 2008. (Texto policopiado)
- LOPES, Ernâni Rodrigues «A reforma do sector económico e social em África. A sociedade civil e a economia», Curso Estudos Africanos, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), Lisboa, 24 de Setembro de 2008. (Texto policopiado)
- LOPES, Ernâni Rodrigues «CPLP e Lusofonia: de conceito multicultural a vector portador de futuro», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, 19.º Encontro anual da Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda. (SaeR) – “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB–Lisboa, 7 de Março de 2008. (Texto policopiado)
- LOPES, Ernâni Rodrigues, II Conferência da Lusofonia, CRL, Lisboa, Novembro de 2007. (Texto policopiado)

- LOPES, Ernâni Rodrigues, 14.º Encontro Nacional de Combatentes, Belém, 10 de Junho de 2007. (Texto policopiado)

- LOPES, Ernâni Rodrigues, Sessão de Abertura da Conferência «30 anos das Independências dos Países de Língua Oficial Portuguesa. O papel estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro», Assembleia da República Portuguesa, Lisboa, Novembro de 2005. (Texto policopiado)

- LOPES, Ernâni Rodrigues, «O Mar no futuro de Portugal. Uma abordagem estratégica», Simpósio Especial “O Mar no Futuro de Portugal” – Conferência inaugural, Academia de Marinha, Lisboa, 2003. (Texto policopiado)

- MACEDO, Luís Sousa (Secretário Geral do Grupo Portugal Telecom), 1º Ciclo de Conferências – 3ª conferência “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 29 de Novembro de 2011.

- MACHEL, Graça (activista moçambicana), Conferência-debate “Europa-África Olhares Africanos”, Centro de História Contemporânea e Relações Internacionais (CHRIS), CCB–Lisboa, 12 de Novembro de 2008.

- MACHUNGO, Mário (Presidente do Millennium BIM), 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, ULHT / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

- MARTINS, José Barreto (Embaixador), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – Timor-Leste”, IEP – UCP, Lisboa, 15 de Junho de 2009.

- MARTINS, Moisés de Lemos «Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidade de dois conceitos hiper-identitários», Conferência inaugural do X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, subordinado ao tema “Lusofonia”, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 28 de Abril a 1 de Maio de 2004. (Texto policopiado)

- MATA, Inocência (Professora universitária), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- MELO DOS SANTOS, Alda (Embaixadora), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – São Tomé e Príncipe”, IEP – UCP, Lisboa, 18 de Maio de 2009.

- MENDES DE CARVALHO, Apolinário (Embaixador guineense - Representante Permanente da Guiné-Bissau junto da CPLP), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais – Guiné-Bissau”, IEP – UCP, Lisboa, 16 de Março de 2009.

- MENDES DE CARVALHO, Apolinário (Embaixador guineense - Representante Permanente da Guiné-Bissau junto da CPLP), «Reflexões sobre o Trabalho Político no Desenvolvimento da CPLP», Colóquio “CPLP e Lusofonia” (no âmbito da “Semana Cultural da CPLP”), CPLP/CRL/IEE – UCP, Lisboa, 9 de Maio de 2008. (Texto policopiado)

- MIGUEL, João Teodoro (Empresário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspetivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- MOREIRA, Adriano, «Uma Bandeira Marítima para a CPLP», Conferência de Encerramento do ciclo “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, Academia de Marinha, Lisboa, 27 de Setembro de 2011. (Texto policopiado)

- MOSCA, João (Professor na Universidade Politécnica de Moçambique), «Desenvolvimento, Economia Informal e Papel do Estado nos Países Luso-Africanos», Seminário “Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono”, CEsA/ISEG, 29 de Setembro de 2010.

- MOTA, Isabel (Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian), 3.º Seminário internacional RDP África “África e a Crise”, ULHT / Centro de Formação da Rádio e Televisão, Lisboa, 26 de Maio de 2009.

- MOUTINHO, Nuno (Faculdade do Porto), «Eficiência e Produtividade do Sector Cultural e Criativo na Europa», 7º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) “Meios Digitais e Indústrias Criativas – Os Efeitos e os Desafios da Globalização”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 15-17 de Dezembro de 2011.

- MÜLLER, Gilvan (ex-Director do IILP), Encontro internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado” organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a União Latina, Lisboa, 25 e 26 de Outubro de 2010.(Texto policopiado)

- NASCIMENTO, Horácio (Representante da Câmara de Comércio e Indústria de Angola – CCIA), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola”, AERLIS, Oeiras, 6 de Setembro de 2011.

- NASCIMENTO, Horácio (Jurista da Representação Comercial da Embaixada de Angola em Portugal), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola e Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 7 de Outubro de 2010.

- NAVARRO, Alberto (Representante da 4ª Presidência Espanhola do Conselho da UE – 1º semestre de 2010 – e Embaixador de Espanha), «A Presidência Europeia e a Cooperação para o Desenvolvimento», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 17 de Maio de 2010.

- OLIVEIRA, Rodrigo (Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa do Governo dos Açores), sessão de lançamento do livro “Atlântico Sul – Um Tratado para a Paz ou uma Rota de Colisão Geopolítica” de João Aranda e Silva, Praia da Vitória, 2 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

- PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP), num dos momentos de debate do V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- PEREIRA, Domingos Simões (Secretário Executivo da CPLP), «África e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio», Fórum “Europa-África: Cooperação para o Desenvolvimento”, FL – UL, Lisboa, 17 de Maio de 2010.

- PINTO, José Filipe (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- PORTO, Manuel (Professor universitário), sessão do Seminário de investigação “Prospectiva da UE: os Desafios do Futuro”, no âmbito do curso de Doutoramento em Estudos Europeus, IEE/UCP, Lisboa, 7 de Março de 2008.

- RABELLO DE CASTRO, Paulo (pertencente à RC Consultores – Análise e Consultoria Económica), 19.º Encontro anual da SaeR – “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB–Lisboa, 7 de Março de 2008. (Texto policopiado)

- RAMALHO, Vítor (Presidente da Fundação INATEL), Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.

- RAMOS, Arnaldo Andrade (Embaixador de Cabo Verde em Portugal), Seminário “Internacionalização: Oportunidades de negócio em Angola e Cabo Verde”, AERLIS, Oeiras, 7 de Outubro de 2010.

- RAMOS, Fátima (Directora do Centro Cultural/IC de Paris), Encontro “Diplomacia Cultural, Estratégias e Políticas”, IC, Lisboa, 16 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

- REBELLO DE SOUSA, Paulo (economista brasileiro), 19.º Encontro anual da SaeR subordinado ao tema “Relações Portugal/Brasil – novas realidades, novas respostas”, CCB–Lisboa, 7 de Março de 2008. (Texto policopiado)

- REIS, Carlos (Investigador e professor universitário), 1º Ciclo de Conferências – 1ª conferência “Que Política para a Língua Portuguesa”, Observatório da Língua Portuguesa, Lisboa, 10 de Novembro de 2011.

- RODRIGUES, Eduardo Lopes (Professor universitário), Colóquio “O Futuro da Europa” (no âmbito das Comemorações do Dia da Europa 2011 e de uma cerimónia de homenagem ao Prof. Ernâni Lopes), IEP – UCP em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e a Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa, 6 de Maio de 2011.

- RODRIGUES, José (Mestrando do curso de Sociologia da ULHT), «A Diáspora ao serviço do desenvolvimento: o impacto e a importância das remessas dos imigrantes na dinâmica do desenvolvimento de Cabo Verde», V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- ROQUE, Fátima, Seminário “Ameaças Globais: Contributos africanos para uma nova estratégia de desenvolvimento” iniciativa do Instituto D. João de Castro, Lisboa, 5 de Março de 2009.(Texto policopiado)

- SEIXAS DA COSTA, Francisco (Embaixador), Ciclo de Conferências “Pensar Portugal no Mundo”, Assembleia da República, Lisboa, 9 de Abril de 2008. (Texto policopiado)

- SOARES, Adelino Silva (Professor universitário), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.

- SOARES, Tiago (ex-Secretário Geral da Juventude da CPLP) «A juventude. A Lusofonia. O papel do Círculo de Reflexão Lusófona», Reunião do CRL, Lisboa, 6 de Julho de 2010.
- TAVARES, Madalena (Coordenadora da Biblioteca e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alcobaça), V Congresso Internacional da África Lusófona – “África a caminho de um «*Renascimento*»: Que perspectivas?”, ULHT, Lisboa, 18 e 19 de Maio de 2011.
- TOLENTINO, Corsino (Director interino do Instituto da África Ocidental), Conferência internacional “Perspectivas para as Relações Europa-África”, IEEI / European Centre for Development Policy Management (ECDPM), Lisboa (Hotel Tivoli Oriente), 7 de Junho de 2010.
- VAZ, Hélder (Director-Geral da CPLP desde Fevereiro de 2008), Conferência temática “A CPLP e os paradigmas de desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa”, CPLP/Centro de Estudos Lusófonos da ULHT, Lisboa, 21 de Maio de 2009.
- VEIGA, Manuel (enquanto anterior Ministro da Cultura de Cabo Verde), VI Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, cidade da Praia, Cabo Verde, 2 e 3 de Novembro de 2007. (Texto policopiado)
- VIEIRA MATIAS, Nuno Gonçalo (Almirante), Cerimónia de posse dos membros do Conselho Académico da Academia de Marinha, Lisboa, 19 de Janeiro de 2010. (Texto policopiado)
- XAVIER, Rui (Ministro Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal), Ciclo de Conferências CPLP “Realidades Políticas | Económicas | Sociais | Culturais - Angola”, IEP – UCP, Lisboa, 4 de Fevereiro de 2009.

Legislação

Diários da República

- Decreto-Lei n.º 121/2011, 1ª série – N.º 249 – 29 de Dezembro de 2011.
- *Resolução do Conselho de Ministros* n.º 8/2011, 1ª série – N.º 17 – 25 de Janeiro de 2011.
- *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, Anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, I Série-B, N.º 244 – 22 de Dezembro de 2005.

Tratados

- Versão consolidada do Tratado de Funcionamento das Comunidades Europeias à luz do Tratado de Lisboa.
- Versão consolidada do Tratado que institui a Comunidade Europeia *in* COMUNIDADES EUROPEIAS (2006), *União Europeia – Tratados Consolidados*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Notícias em agências noticiosas/jornais/revistas

Agência AngolaPress

- “Ensino à distância pode ajudar na melhoria do acesso à educação”, Luanda, 19 de Maio de 2011. (Texto policopiado)
- “Ilha do Príncipe aposta na educação e formação tendo em vista os Objectivos do Milénio”, Luanda, 22 de Setembro de 2010. (Texto policopiado)

Agência Reuters

- “Dilma pede maior protecção comercial para MERCOSUL”, Delegação Brasil – São Paulo, 29 de Junho de 2011. (Texto policopiado)

Angola – Edição dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal

- “Portugueses constroem hotéis em Luanda”, Lisboa, Dezembro de 2008. (Texto policopiado)

Angola Resistente

- “Cabo Verde o mais livre e Angola o país da lusofonia com menos liberdade”, XXXX, 15 de Janeiro de 2011. (Texto policopiado)

Diário do Minho

- “Fado é Património da Humanidade”, Braga, 28 de Novembro de 2011. (Texto policopiado)

Diário de Notícias

- “Brasil na rota dos imigrantes africanos”, Lisboa, 2 de Abril de 2011.

Diário do Nordeste

- “Unilab levará desenvolvimento”, Fortaleza, 5 de Fevereiro de 2010. (Texto policopiado)

Diário dos Açores

- “Guiné Equatorial: Declarações de Obiang sobre adesão à CPLP são legítimas”, São Miguel, 6 de Dezembro de 2011. (Texto policopiado)

Diário Económico

- “Crise nacional é um risco para Angola e Moçambique”, Lisboa, 19 de Dezembro de 2011.
- “Parlamento Europeu vai dar ‘luz verde’ a novo protocolo com Cabo Verde”, Lisboa, 27 de Novembro de 2011.

Expresso

- “Comércio com lusofonia supera meta de 100.000 milhões de dólares com dois anos de avanço”, Lisboa, 29 de Dezembro de 2011.

- “Para uma agenda de crescimento inclusivo em África”, Lisboa, 3 de Junho de 2011.

iOnline

- “EDP - Negócio da China anima economia”, Oeiras, 31 de Dezembro de 2011. (Texto policopiado)
- “Acordo sobre vistos entre Portugal e Angola entra em vigor”, Oeiras, 25 de Outubro de 2011. (Texto policopiado)
- “Moçambique entrou no radar dos BRICS?”, Oeiras, 21 de Junho de 2011.
- “ASEAN: a pedra no sapato timorense” por Paulo Gorjão (Director do IPRIS), Oeiras, 10 de Maio de 2011. (Texto policopiado)
- “Portugal e os PALOP: uma estratégia de tenaz incompleta” por Paulo Gorjão (Director do IPRIS), Oeiras, 22 de Março de 2011. (Texto policopiado)
- “Guiné-Bissau: o falso dilema europeu” por Paulo Gorjão (Director IPRIS), Oeiras, 8 de Fevereiro de 2011. (Texto policopiado)
- “África e Brasil: dois motivos para aprender português”, Oeiras, 16 de Outubro de 2010. (Texto policopiado)
- “Língua: Português deve ser adotado oficialmente nas grandes organizações internacionais”, Oeiras, 29 de Setembro de 2010. (Texto policopiado)

JL

- “Instituto Camões e Ministério da Cultura: Protocolo desejado «há décadas»”, *Suplemento do JL* n.º 1049 (Encarte do IC), ano XXX, Lisboa, 15 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)

- “Instituto Camões e Politécnico de Macau na promoção do português”, *Suplemento do JL* n.º 1049 (Encarte do IC), ano xxx, Lisboa, 15 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)
- “Diplomacia cultural: O ‘suave poder’ da imagem”, *Suplemento do JL* n.º 1049 (Encarte do IC), ano xxx, Lisboa, 15 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)
- “Língua portuguesa: Internacionalização em 7 blocos geoestratégicos”, *Suplemento do JL* n.º 1047 (Encarte do IC), ano xxx, Lisboa, 17 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

Jornal de Angola online

- “O conceito de lusofonia e a concertação diplomática” por Filipe Zau (Ph. D em Ciências da Educação e Mestre em Relações Internacionais), Luanda, 28 de Agosto de 2011.
- “Cabo Verde e São Tomé facilitam acesso de produtos lusos a mercados africanos”, Luanda, 1 de Março de 2011.

Jornal de Hoje / Ceará

- “Prédio provisório deve ser inaugurado em Janeiro de 2011”, Fortaleza, 28 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)

Jornal de Negócios

- “RTP moderniza imagem de canais internacionais”, Lisboa, 14 de Novembro de 2011.
- “África – entre a percepção e a realidade”, Lisboa, 4 de Abril de 2011.

Jornal de Notícias

- “Língua e cooperação juntas num só instituto”, Porto, 17 de Novembro de 2011.
- “Lusofonia: Cooperação económica é mais eficaz do que a cultural – Perito da Universidade do Minho”, Porto, 4 de Fevereiro de 2009.

LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

- “Portugal assegura ensino do português a 155 mil alunos em 73 países”, Lisboa, 30 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)
- “ANJE: Lusofonia tem que figurar entre os desígnios estratégicos”, Lisboa, 5 de Maio de 2011. (Texto policopiado)
- “Comércio entre a China e países lusófonos aumenta 50 por cento até novembro”, Lisboa, 31 de Dezembro de 2010. (Texto policopiado)

Notícias dos Açores

- “Regiões Ultraperiféricas e espaço da lusofonia potenciam diálogo e cooperação no Atlântico Sul”, Ponta Delgada, 3 de Novembro de 2010. (Texto policopiado)

O Jornal Económico

- “REN reitera interesse em Cahora Bassa”, Lisboa, 11 de Novembro de 2011.
- “CPLP com nova sede”, Lisboa, 21 de Setembro de 2011.
- “PALOP beneficiam de 36 milhões de euros para combater alterações climáticas”, Lisboa, 6 de Janeiro de 2010.

O Povo online

- “Redenção sediará Unilab em Agosto”, Cachoeira do Sul, 6 de Março de 2010 (Texto policopiado).

Público

- “Um mar de possibilidades”, Lisboa, 7 de Dezembro de 2011.
- “Ex-Presidente de Cabo Verde ganha prémio Mo Ibrahim”, Lisboa, 11 de Outubro de 2011.

- “Onze Teses contra os inimigos do Acordo Ortográfico” por Fernando dos Santos Neves (Primeiro reitor da ULHT e da Universidade Lusófona do Porto), Lisboa, 9 de Agosto de 2011.
- “Timor derrota Irão para lugar na UN Women”, Lisboa, 12 de Novembro de 2010.
- “Lula visita primeira fábrica de anti-retrovirais em África”, Caderno Principal, Lisboa, 11 de Novembro de 2010.
- “Futuro da Língua Portuguesa vai ser discutido em 2012”, Caderno Principal, Lisboa, 27 de Outubro de 2010.
- “Cabo Verde é tido como um país africano bem governado”, Caderno Principal, Lisboa, 5 de Outubro de 2010.
- “Timor-Leste faz exigências à Austrália”, Caderno Principal, Lisboa, 2 de Junho de 2010.
- “Linguista acredita na aplicação do Acordo Ortográfico na CPLP em dois anos”, Cultura, Lisboa, 10 de Março de 2010.

SIC Notícias

- “Maioria dos países lusófonos com ‘baixo desenvolvimento humano’, Moçambique o pior, revela ONU”, Lisboa, 2 de Novembro de 2011. (Texto policopiado)

Sol

- “A via do Atlântico Sul”, Lisboa, 4 de Novembro de 2011.
- “Um Erasmus para a lusofonia”, Lisboa, 18 de Junho de 2011.
- “Os desafios lusófonos, por Ernâni Lopes”, Lisboa, 6 de Maio de 2011.
- “Angola dá apoio de irmãos”, Lisboa, 1 de Abril de 2011.

- “Angola manda militares para a Guiné-Bissau”, Lisboa, 11 de Fevereiro de 2011.
- “Angola aponta para o futuro”, Lisboa, 22 de Outubro de 2010.

TV Record Magazine

- “Trocando as Letras – O que é esse tal Acordo Ortográfico?” por Rejane Lima (Mestre em Geografia Humana e Planeamento Urbano pela UL), São Paulo, Maio-Junho de 2011.

Vermelho

- “UNILAB: Inscrições para o processo selectivo começam no dia 10”, São Paulo, 3 de Janeiro de 2011. (Texto policopiado)

Visão

- “A CPLP vista de África”, por Boaventura de Sousa Santos, Lisboa, 29 de Julho de 2010.

Press Releases / Rapid

- “EU reaffirms its support to peace and security in Africa with €300 million”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 31 de Agosto de 2011.
- “Timor-Leste: Comissão Europeia lança vários programas no valor total de 39 milhões de euros”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 7 de Março de 2011.
- “The European Commission approves 13 programmes supporting Intra-ACP cooperation”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 22 de Dezembro de 2010.
- “Timor-Leste: UE apoia desenvolvimento rural, governação democrática e sociedade civil”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 17 de Dezembro de 2010.

- “África-Europa: oitenta países, dois continentes em parceria para um futuro melhor”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 10 de Novembro de 2010.
- “UE define agenda de política comercial para os próximos cinco anos”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 9 de Novembro de 2010.
- “Investigação em TICs: A Comissão Europeia e o Brasil dedicarão 10 milhões de euros para a cooperação em investigação e desenvolvimento em TICs”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 29 de Setembro de 2010.
- “Lançamento *online* da Base de Dados Legis-PALOP”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 15 de Julho de 2009.
- “UE e Cabo Verde criam parceria para a mobilidade dos migrantes”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 5 de Junho de 2008.
- “União Europeia concede 63 milhões de euros a Timor-Leste”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 1 de Abril de 2008.
- “Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia, por um lado, e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, por outro”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 7 de Novembro de 2007.
- “Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, Lisboa: Representação da Comissão Europeia em Portugal, 7 de Novembro de 2007.

Relatórios

- Projet de Rapport du Parlement Européen sur “Libérer le potentiel des industries culturelles et créatives”, Commission de la culture et de l’éducation, 2010/2156(INI), 5 de Janeiro de 2011.

- Relatório da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República Portuguesa, relativo ao *Livro Verde – Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Palácio de São Bento, 14 de Julho de 2010.
- Final Report – OMC Expert Working Group on maximising the potential of cultural and Creative Industries, in particular of SMEs, 3rd June 2010 [versão digital disponível em: http://ec.europa.eu/culture/documents/eu_omc_wg_cci_final_report_june_2010.pdf]
- A Chatham House Report “Our Common Strategic Interests – Africa’s Role in the Post-G8 World”, Tom Cargill, Londres, Junho de 2010.
- Priority Sector Report: Creative and Cultural Industries from Dominic Power (Uppsala University) and Tobias Nielsén (Volante QNB Research), Europe Innova – European Cluster Observatory, March 2010.
- Relatório Final – Estudo para o MC – GPEARI, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Janeiro 2010.
- Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 2009, Comissão Europeia (2010), Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Relatório Final “O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa.”, SaeR / Associação Comercial de Lisboa (ACL), 17 de Fevereiro de 2009.
- Relatório Económico de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, Luanda, 2009.
- Relatório SaeR “Geopolítica & Prospectiva 2005 sobre os fundamentos da decisão estratégica em Portugal”, Acedido em 18 de Março de 2008, *in*: <http://www.saer.pt/>

- Relatório SaeR sobre a Situação Económica e dos Negócios, N.º 4, Vol. VII, Lisboa, Março de 2008.
- Relatório “Um Desafio Salutar. Como a multiplicidade de Línguas poderia consolidar a Europa”, Propostas do Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural constituído por iniciativa da Comissão Europeia, Bruxelas, 2008.
- Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 2007, Comissão Europeia (2008), Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Relatório Final da VI Reunião dos Ministros da Cultura, Praia, 2 e 3 de Novembro de 2007.
- Relatório “O Oceano. Um Desígnio Nacional para o Século XXI”, Comissão Estratégica dos Oceanos, Lisboa, 2004.

Sites

- Academia de Marinha
<http://www.marinha.pt/>
- Acção Local de Estatística Aplicada > Países Lusófonos (INE/ALEA)
<http://alea.ine.pt/html/lusofonos/html/lusofonos.html>
- AfricAmérica
<http://www.africamerica.org/>
- African Development Bank Group – Country Strategy Papers
<http://www.afdb.org/en/documents/project-operations/country-strategy-papers/>
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)
<http://www.portugalglobal.pt/>

- Associação dos Portos de Portugal (APP)
<http://portosdeportugal.pt/>

- Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania
<http://www.lusofonia.com.pt/>

- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (ELO)
<http://www.elo-online.org/>

- Associação 25 de Abril
<http://www.25abril.org/>

- Banco de Portugal
<http://www.bportugal.pt/>

- BBC News – Country Profiles
http://news.bbc.co.uk/2/hi/country_profiles/

- Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA)
<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/>

- Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD)
<http://www.eurocid.pt/>

- Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL)
<http://www.clul.ul.pt/>

- Colóquios da Lusofonia
<http://www.lusofonias.net/>

- Comissão Europeia - *Europa 2020*
http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm

- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)
<http://www.sadc.int/>

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
<http://www.cplp.org/>

- Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)
<http://www.ceeac-eccas.org/>

- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO)
<http://www.ecowas.int/>

- Conexão Lusófona
<http://www.conexaolusofona.org/>

- Courier – A Revista das Relações e Cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e a União Europeia
<http://acp-eucourier.info/>

- Encontro de Negócios na Língua Portuguesa
<http://www.negociosnalinguaportuguesa.com/>

- Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar – Política Marítima Europeia
<http://www.emam.com.pt>

- Europa – Eurostat
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

- Europa > O Portal da UE – Domínio > Relações Externas
http://europa.eu/pol/ext/index_pt.htm

- European Commission > Culture > Creative Europe
http://ec.europa.eu/culture/creative-europe/index_en.htm

- European Union – External Action > Countries
http://eeas.europa.eu/countries/index_en.htm

- European Commission – Trade > Statistics
<http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/statistics/>

- Human Development Reports
<http://hdr.undp.org/en/>

- Instituto Camões (IC)
<http://www.instituto-camoes.pt/>

- Instituto de Defesa Nacional (IDN) > Publicações > Nação e Defesa
<http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1401&area=104>

- Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)
<http://www.ieei.pt/>

- Instituto de Estudos Políticos (IEP)
<http://www.iep.lisboa.ucp.pt/>

- Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)
<http://www2.iiict.pt/>

- Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)
<http://www.iilp.org.cv/>

- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
<http://www.ipad.mne.gov.pt/>

- International Monetary Fund (IMF)
<http://www.imf.org/>

- Internet World Stats (IWS)
<http://www.internetworldstats.com/>

- Janus.Anuário – Arquivo *online* das tendências transições das Relações Internacionais
<http://janusonline.pt/index1.html>

- Legis-PALOP – A Base de Dados Oficial dos PALOP
<http://www.legis-palop.org/bd>

- Mares da Lusofonia
<http://www.maresdalusofonia.net/>

- Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)
<http://www.comesa.int/>

- Mercado Comum do Sul (MERCOSUR/MERCOSUL)
<http://www.mercosur.int/>

- Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
<http://www.mne.gov.pt/mne/pt>

- Notícias Lusófonas – As Notícias do Mundo Lusófono
<http://www.noticiaslusofonas.com/>

- Observatório da Língua Portuguesa
<http://www.observatoriolp.com/>

- Panapress – The African perspective
<http://www.panapress.com/>

- Plataforma Lusofonia Sem Fronteiras
<http://lusofoniasemfronteiras.blogspot.com/>

- PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo
<http://www.pordata.pt>

- Portalíngua – Observatório das Línguas na Sociedade do Conhecimento
<http://www.portalingua.info/pt/poids-des-langues/langue/portugais/>

- Portal Agostinho da Silva > Movimento Internacional Lusófono (M.I.L.)
http://www.agostinhodasilva.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=19

- Portal da Lusofonia – Espaço Virtual da Lusofonia
<http://www.portal-lusofonia.org/>

- Portal do Governo > Lusofonia
<http://www.portugal.gov.pt/Portal/EN/Geral/Lusofonia>

- Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
<http://www.eu2007.pt/>

- Representação da Comissão Europeia em Portugal > Serviço de Imprensa
http://ec.europa.eu/portugal/imprensa/index_pt.htm

- Revista Científica Electrónica | *Scientific e-Journal - Maria Scientia* (Edição N.º 1 de Novembro de 2011)
http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_nº1-Nov2011r.pdf

- Revista de Marinha
<http://www.revistademarinha.com/>

- Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais (*Res-Publica*)
<http://respublica.ulusofona.pt/>
- Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda. (SaeR)
<http://www.saer.pt/>
- The Southern African Development Community Today
<http://sardc.net/editorial/sadctoday/index.asp>
- União Africana (UA)
<http://www.africa-union.org/>
- União das Cidades Capitais Luso-Afro-Asiáticas (UCCLA)
<http://www.uccla.pt/>
- União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)
<http://www.uemoa.int/index.htm>
- Universidade Católica Portuguesa
<http://www.ucp.pt/>
- World Bank
<http://www.worldbank.org/>

Lista de Acrónimos

- ACE – Acordo de Cooperação Económica
- ACP – África, Caraíbas e Pacífico
- AEC – Agenda Europeia para a Cultura
- AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa
- AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
- ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários
- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- ASEAN – Association of Southeast Asian Nations / Associação das Nações do Sudeste Asiático
- AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
- BIC – Banco de Investimento Comercial
- BM – Banco Mundial
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China (e, mais recentemente, África do Sul)
- CCB – Centro Cultural de Belém

- CEDEAO / ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental /
Economic Community of West African State
- CEMAC – Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central
- CER – Comunidades Económicas Regionais
- CEsA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
- CHRIS – Centro de História Contemporânea e Relações Internacionais
- COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa/Mercado Comum da
África Oriental e Austral
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CRL – Círculo de Reflexão Lusófona
- CTT – Correios de Portugal
- DGAE – Direcção-Geral das Actividades Económicas
- EAC – East African Community / Comunidade da África Oriental
- ECCAS / CEEAC – Economic Community of Central African States / Comunidade
Económica dos Estados da África Central
- EDP – Energias de Portugal
- EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
- EPCA – Emergency Post-Conflict Assistance / Assistência de Emergência Pós-Conflito

- FL-UL – Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa
- FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- G8 – Grupo dos 8 (Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia)
- G20 – Grupo dos 20 (Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia)
- GALP – Petrolífera portuguesa
- GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
- GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
- IC – Instituto Camões
- ICC – Indústrias Culturais e Criativas
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDN – Instituto de Defesa Nacional
- IEE-UCP – Instituto de Estudos Europeus-Universidade Católica Portuguesa
- IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

- IEP-UCP – Instituto de Estudos Políticos-Universidade Católica Portuguesa
- IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
- INATEL – Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres
- IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais
- IPRIS – Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
- ISCSP-UTL – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa
- ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa-Instituto Universitário de Lisboa
- ISEG-UTL – Instituto Superior de Economia e Gestão-Universidade Técnica de Lisboa
- IUL – Instituto Universitário de Lisboa
- IWS – Internet World Stats / Estatísticas de Internet Mundial
- LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.
- MC – Ministério da Cultura
- MEI – Ministério da Economia e da Inovação
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

- NAFTA – North America Free Trade Association / Associação de Comércio Livre da América do Norte
- NEPAD – New Partnership for Africa's Development / Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- OMC – Organização Mundial de Comércio
- ONGD – Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PETROBRAS – Petróleo Brasileiro SA
- PIB – Produto Interno Bruto
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PSI – Policy Support Instrument / Instrumento de Apoio à Política
- PTU – Países e Territórios Ultramarinos
- RNB – Rendimento Nacional Bruto

- SACU – Southern African Customs Union / União Aduaneira da África Austral
- SADC – Southern African Development Community/Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- SAER – Sociedade de Avaliação e Risco, Lda.
- SCC – Sector Cultural e Criativo
- SONANGOL – Sociedade Nacional de Petróleos de Angola
- SPG – Sistema de Preferências Generalizadas
- SRI – Sistema de Relações Internacionais
- TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
- TUE – Tratado da União Europeia
- TFUE – Tratado do Funcionamento da União Europeia
- UA – União Africana
- UCP – Universidade Católica Portuguesa
- UE – União Europeia
- UEMOA – Union Économique et Monétaire Ouest Africaine / União Económica e Monetária da África Ocidental
- UL – Universidade de Lisboa

- ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- USD – United States Dollars/Dólares Americanos
- UTL – Universidade Técnica de Lisboa
- VAB – Valor Acrescentado Bruto
- WEO – World Economic Outlook / Perspectiva Económica Mundial
- ZEE – Zona Económica Exclusiva

Lista de Figuras, Gráficos e Quadros

FIGURAS	Pág.
Figura I. O conceito de Factor de Relevância.....	9
Figura II. Triângulo das variáveis objecto de investigação.....	12
Figura III. A Lusofonia no eixo do tempo.....	19
Figura IV. Categorias das relações culturais lusófonas.....	22
Figura V. Os três círculos da Lusofonia.....	25
Figura VI. O «Espaço Lusófono».....	30
Figura VII. “Cluster” de Actividades Marítimas.....	42
Figura VIII. Núcleo duro das actividades marítimas.....	43
Figura IX. Os Mares da Lusofonia.....	46
Figura X. A Língua Portuguesa no Mundo.....	64
Figura XI. Comunidade Portuguesa no Mundo.....	64
Figura XII. Número de palavras em português no «Espaço Lusófono».....	69
Figura XIII. Exemplos de crioulos locais.....	72
Figura XIV. Os Países CPLP no contexto das várias Organizações Internacionais	211
Figura XV. Agrupamentos de Integração Regional em África	230
Figura XVI. Exportações Intra-regionais para determinados grupos regionais.....	234
Figura XVII. Importações Intra-regionais para determinados grupos regionais.....	234
Figura XVIII. Angola: Rácios económicos fundamentais (1989-2009).....	269
Figura XIX. Brasil: Rácios económicos fundamentais (1989-2009).....	284
Figura XX. Objectivos de desenvolvimento da ajuda internacional.....	297
Figura XXI. Expansão a todos os níveis da sociedade das áreas objecto para a ajuda internacional.....	298
Figura XXII. As grandes componentes do Sector Cultural e Criativo.....	361
Figura XXIII. Configuração global do Sector Cultural e Criativo.....	361
Figura XXIV. Impacto sócio-económico quantificável do Sector Cultural e Criativo na UE.....	375
Figura XXV. Os grandes Factores da Criatividade.....	381

Gráfico I. População dos Países da CPLP.....	60
Gráfico II. As Línguas Europeias mais faladas no Mundo.....	66
Gráfico III. As 10 Línguas mais faladas no Mundo.....	66
Gráfico IV. Top 10 Línguas na <i>Internet</i> 2010 (milhões de utilizadores).....	67
Gráfico V. Estimativas das Oito Línguas mais faladas no Mundo.....	86
Gráfico VI. Evolução demográfica dos Países da CPLP.....	86
Gráfico VII. Portugal: Taxa média anual de crescimento do PIB (a preços constantes).....	125
Gráfico VIII. Portugal: Dívida externa em % PIB (acumulada).....	125
Gráfico IX. Portugal: PIB – Taxas de variação real	126
Gráficos X. Relações Comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste (milhões de Eur).....	149
Gráficos XI. Exportações / Importações para /dos PALOP e Timor-Leste (em 2010, por grupos de produtos).....	150
Gráfico XII. Balanças Correntes com os PALOP e Timor-Leste – Saldos (em milhões de Eur).....	150
Gráficos XIII. Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste - Total anual Por país (milhões de Eur).....	151
Gráfico XIV. Crescimento do PIB global (em %).....	164
Gráficos XV. A CPLP no Mundo	170
Gráficos XVI. O peso da CPLP no Mundo	173
Gráficos XVII. Polarização regional de África 1960 - 1992 (distribuição percentual do comércio).....	221
Gráficos XVIII. Polarização regional da América Latina 1960 - 1992 (distribuição percentual do comércio).....	221
Gráficos XIX. Panorâmica geral das relações entre o MERCOSUL, o Mundo e a UE27: Comércio de bens; Trocas comerciais por produto (2010); Comércio de serviços.....	225
Gráfico XX. Evolução da balança comercial do MERCOSUL: comércio do MERCOSUL com o Mundo (milhões Eur, %)	225
Gráficos XXI. Investimento Directo Estrangeiro: UE27 MERCOSUL (mil milhões Eur)...	241

Gráfico XXII. Evolução da balança comercial da UE com o MERCOSUL: Comércio da UE com o MERCOSUL (milhões Eur, %)	242
Gráfico XXIII. Evolução da balança comercial do MERCOSUL: Comércio do MERCOSUL com a UE (milhões Eur, %)	242
Gráfico XXIV. Importações da UE do MERCOSUL por grupo de produto (milhões Eur, %)	244
Gráfico XXV. Exportações da UE para o MERCOSUL por grupo de produto (milhões Eur, %)	244
Gráficos XXVI. SADC: principais exportações/importações para a/da UE (2010)	247
Gráficos XXVII. África Central: principais exportações/importações para a/da UE (2008)	248
Gráficos XXVIII. África Ocidental: principais exportações/importações para a/da UE (2008)	249
Gráficos XXIX. Angola: principais indicadores económicos; PIB por sector; comércio de bens; transacções comerciais por produto com a UE-27	262
Gráficos XXX. Evolução da balança comercial de Angola: comércio com a UE e com o Mundo (milhões Eur, %)	264
Gráfico XXXI. Evolução da balança comercial da UE com Angola (milhões Eur, %)	264
Gráfico XXXII. Importações da UE de Angola por grupo de produto (milhões Eur, %)	268
Gráfico XXXIII. Exportações da UE para Angola por grupo de produto (milhões Eur, %)	268
Gráficos XXXIV. Brasil: principais indicadores económicos; PIB por sector; comércio de bens; transacções comerciais por produto com a UE-27 e IDE	274
Gráficos XXXV. Evolução da balança comercial do Brasil: comércio com a UE e o Mundo (milhões Eur, %)	276
Gráfico XXXVI. Evolução da balança comercial da UE com o Brasil: comércio da UE com o Brasil (milhões Eur, %)	276
Gráfico XXXVII. Importações da UE do Brasil por grupo de produto (milhões Eur, %)	279
Gráfico XXXVIII. Exportações da UE para Brasil por grupo de produto (milhões Eur, %)	280
Gráfico XXXIX. <i>Ranking</i> dos países em 2050 (PIB em biliões de dólares)	282
Gráfico XL. 2050: Blocos, «Solteiros» e «Noivas» na visão RC (biliões de dólares)	282
Gráfico XLI. 2050: Cinco blocos mundiais na visão RC (biliões de dólares)	283

Gráfico XLII. Peso do Emprego e do VAB em diferentes sectores (2006).....	366
Gráfico XLIII. Peso do Sector Cultural Criativo no VAB (%).....	367
Gráfico XLIV. Evolução, por subsectores de actividade, do VAB (2000 a 2006).....	367
Gráfico XLV. Peso do Sector Cultural Criativo no Emprego (%).....	368
Gráfico XLVI. Evolução, por subsectores de actividade, do Emprego (2000 a 2006)....	369
Gráfico XLVII. Crescimento Acumulado do VAB e do Emprego no SCC.....	370
Gráfico XLVIII. Emprego segundo o Género (%).....	371
Gráfico XLIX. Emprego segundo as Habilitações (%).....	372
Gráfico L. Comércio Externo de Serviços Criativos e Culturais.....	373

Quadro I. Medição do conceito de Relevância.....	10
Quadro II. Percentagem de Falantes de Português como Língua Materna.....	61
Quadro III. A Concorrência – os Desafios Permanentes.....	62
Quadro IV. Top 10 Línguas + usadas na <i>Internet</i> (N.º de Utilizadores de <i>Internet</i> pela Língua)..	68
Quadro V. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – ponto de situação.....	82
Quadro VI. Indicadores gerais dos «Países Lusófonos».....	100
Quadro VII. Angola: Principais indicadores económicos.....	103
Quadro VIII. Brasil: Principais indicadores económicos.....	107
Quadro IX. Cabo Verde: Principais indicadores económicos.....	112
Quadro X. Guiné Bissau: Principais indicadores económicos.....	116
Quadro XI. Moçambique: Principais indicadores económicos.....	121
Quadro XII. Portugal: Projeções do Banco de Portugal 2011-2012.....	124
Quadro XIII. São Tomé e Príncipe: Principais indicadores económicos.....	129
Quadro XIV. Timor-Leste: Principais indicadores económicos.....	132
Quadro XV. PALOP: Súmula dos principais indicadores económicos - 2010.....	135
Quadro XVI. PALOP: Programas com o FMI - 1980/2011.....	137
Quadro XVII. IDH: <i>Ranking</i> dos países lusófonos (1980-2011).....	146
Quadro XVIII. Evolução da Economia Mundial (2007-2009).....	164
Quadro XIX. Visão geral das Perspectivas Económicas Mundiais (em %)......	166
Quadro XX. Classificação, pelo <i>World Economic Outlook</i> , dos Grupos e das suas percentagens no PIB Agregado, nas Exportações de Bens e Serviços e na População-2010..	168
Quadro XXI. PIB real (taxa de variação, em %): Economia Mundial + Países Lusófonos....	169
Quadro XXII. ZEE por Países e Total Lusofonia.....	171
Quadro XXIII. Comparação – Países Lusófonos com base no PIB corrente (milhares de milhões USD).....	176
Quadro XXIV CPLP Commonwealth OI Francophonie.....	176
Quadro XXV. Produto Interno Bruto (nominal) dos Países Lusófonos (2010).....	178
Quadro XXVI. <i>Ranking</i> dos países/organizações face ao PIB nominal da CPLP (2010)..	179
Quadro XXVII. Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Países Lusófonos-2010 (FMI vs BM vs CIA).....	180

Quadro XXVIII. <i>Ranking</i> dos países face ao PIB <i>per capita</i> global da CPLP-2010 (FMI vs BM vs CIA).....	180
Quadro XXIX. <i>Ranking</i> dos países face ao PIB <i>per capita</i> médio da CPLP-2010 (FMI vs BM vs CIA).....	181
Quadro XXX. Divisão geográfica da África Subsaariana (por agrupamentos de integração regional que envolvem/envolveram países lusófonos).....	220
Quadro XXXI. Países membros do MERCOSUL.....	222
Quadros XXXII. Comércio do MERCOSUL com os principais parceiros (2010).....	226
Quadro XXXIII. Blocos regionais em África que envolvem «Países Lusófonos».....	228
Quadro XXXIV. ECOWAS – Principais Indicadores Económicos.....	232
Quadro XXXV. SADC – Principais Indicadores Económicos.....	233
Quadro XXXVI. Comércio da UE com os principais parceiros (2010).....	243
Quadro XXXVII. Importações da UE do MERCOSUL por grupo de produto (milhões Eur, %).....	244
Quadro XXXVIII. Exportações da UE para o MERCOSUL por grupo de produto (milhões Eur, %).....	244
Quadro XXXIX. Índice de liberdade económica: <i>ranking</i> dos países lusófonos.....	254
Quadro XL Estatuto de Liberdade dos países lusófonos.....	255
Quadro XLI. Angola: principais indicadores económicos; PIB por sector; comércio de bens; transacções comerciais por produto com a UE-27.....	262
Quadro XLII. Comércio da UE com os seus principais parceiros (2010) – lugar ocupado por Angola.....	265
Quadros XLIII. Comércio de Angola com os seus principais parceiros (2010).....	266
Quadro XLIV. Comércio da UE com o <i>top ten</i> dos parceiros comerciais ACP (milhões Eur).....	267
Quadro XLV. Importações da UE de Angola por grupo de produto (milhões Eur, %).....	268
Quadro XLVI. Exportações da UE para Angola por grupo de produto (milhões Eur, %).....	268
Quadro XLVII. Países do grupo «BRICS» - alguns indicadores.....	273
Quadro XLVIII. Comércio da UE-27 com os parceiros do MERCOSUL (milhões Eur).....	273
Quadro XLIX. Brasil: principais indicadores económicos; PIB por sector; comércio de bens; transacções comerciais por produto com a UE-27 e IDE.....	274
Quadro L. Brasil: exportações para / importações de África.....	275

Quadro LI. Comércio da UE-27 com os parceiros do MERCOSUL (milhões Eur).....	277
Quadro LII. Balança comercial do Brasil com os seus principais parceiros (2010).....	278
Quadro LIII. Importações da UE do Brasil por grupo de produto (milhões Eur, %).....	279
Quadro LIV. Exportações da UE para Brasil por grupo de produto (milhões Eur, %).....	280
Quadro LV. Evolução da cooperação UE-ACP (1960 – 2013).....	302
Quadro LVI. Índia: exportações para / importações de África	319
Quadro LVII. Súmula – Cimeiras África-UE / UE-África.....	326
Quadro LVIII. Súmula – Cimeiras UE-Brasil / Brasil-UE	336
Quadro LIX. Rede de Contactos MEID para a Cultura.....	364
Quadro LX. Delimitação do Sector Cultural e Criativo em Portugal.....	365
Quadro LXI. Lista das Capitais Europeias da Cultura (1985-2015).....	384
Quadro LXII. Despesa pública em Cultura na UE.....	388
Quadro LXIII. Programa ACP Cultures +.....	389

Agradecimentos

A elaboração desta Tese de Doutoramento só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma directa ou indirecta, de várias pessoas e instituições que ajudaram no prosseguimento da investigação realizada através dos contactos estabelecidos e das indicações bibliográficas, e às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento, em particular:

Ao Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes:

- como personalidade humana e intelectualmente marcante;
- como profissional íntegro e de um exemplar rigor cívico;
- como sábio professor e saudoso orientador desta Tese aquando das diversas reuniões de trabalho realizadas nas instalações da SaeR;
- como ilustre anfitrião das reuniões do CRL;
- pela partilha de enriquecidas experiências a nível profissional com um arguto sentido de humor;
- pelo inestimável contributo na definição/clarificação do objecto de estudo;
- pelos profícuos e oportunos comentários, esclarecimentos, conselhos e sugestões;
- pelos construtivos ensinamentos, espírito crítico e pensamento visionário;
- pela confiança depositada e pelo constante estímulo que, por vezes, se revelaram decisivos em determinados momentos.

Ao Prof. Doutor Eduardo Lopes Rodrigues:

- pela clarividência revelada na orientação e no constante processo de acompanhamento da continuação da elaboração desta Tese através de comentários, oportunamente, efectuados, de permanente incentivo e de sugestões bibliográficas, algumas das quais até gentilmente disponibilizadas pelo próprio;
- pela acessibilidade, cordialidade e simpatia demonstradas;
- pela recomendação da abordagem de assuntos complementares propícios ao vislumbre de novos horizontes que se traduzem em mais-valias para este trabalho;
- pelas pertinentes sugestões dadas aquando da prova de defesa do Projecto de Tese;
- pela apresentação de algumas metodologias de investigação e pelas valiosas indicações dadas num seminário da UCP de como elaborar uma tese.

Ao Prof. Doutor João Estêvão:

- pelas pistas de abordagem dadas durante a prova de defesa do Projecto de Tese;
- pela organização, através do CEsA, de alguns seminários relacionados com o tema desenvolvido, aos quais tive oportunidade de assistir.

Ao Prof. Doutor Pedro Borges Graça:

- pelos considerandos efectuados durante a prova de defesa do Projecto de Tese;
- pela indicação de algumas referências bibliográficas relevantes para a temática em investigação.

À Dra. Michelle Lobo, responsável pelo Secretariado do IEE (agora pertencente ao IEP), pela simpatia e disponibilidade sempre manifestadas, pelos esclarecimentos de algumas dúvidas de cariz mais formal e pelas palavras de força.

Ao Dr. José António Feu, enquanto Director do Serviço para a Inovação e Competitividade Empresarial na Direcção-Geral das Actividades Económicas, do Ministério da Economia, pela prontidão no envio de documentos sobre o tema do Cap. 6.

Aos técnicos de diversas bibliotecas académicas (UCP, UTL e ULHT), pela ajuda técnica personalizada nas pesquisas bibliográficas efectuadas, e aos Professores e às personalidades/instituições (com destaque para a CPLP) que foram interpolados para a obtenção de elementos úteis.

À Sociedade de Avaliação e Risco (SaeR) e seus funcionários pela sua acolhedora e simpática receptividade aquando da realização de diversas reuniões de trabalho relacionadas com a elaboração da presente tese.

Ao Círculo de Reflexão Lusófona (CRL) pela oportunidade dada em assistir a algumas das suas proficientes reuniões, durante as quais foi possível ouvir opiniões fundamentadas e trocar ideias com os demais participantes sobre assuntos de interesse comum.

Ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), pela possibilidade de consulta e de disponibilização de alguma bibliografia pertinente para o tema em causa, devidamente coadjuvada pelos técnicos bibliotecários deste organismo. Aos meus colegas de trabalho e amigos, pela sua prestimosa colaboração e amizade.

Por último, mas não menos importante, aos meus pais (António e Lourdes Pereira) e irmão (Nuno Pereira), pelo apoio, pela compreensão e pelo permanente encorajamento, no sentido de prosseguir este longo e árduo, mas gratificante e prazeroso, caminho.

A todos reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão!

DEDICATÓRIA

Ao Prof. Doutor Ernâni Lopes,

“Um timoneiro que se preze continua a navegar mesmo com a vela despedaçada”

(Lucius Annaeus Sêneca, filósofo, Córdoba, 4 a.C. – Roma, 65 a.C.)

Durante o tempo em que tive o privilégio de conviver com o Prof. Ernâni Rodrigues Lopes foi impossível ficar indiferente à sua maneira de ser e agir, ao seu estilo tão intrínseco e visionário, ao seu pensamento estruturado e prospectivo, sempre pronto e, permanentemente, activo para, sofregamente, *abraçar* novos desafios e para, corajosamente, *enfrentar* outros, evidenciando um patriotismo admirável e uma total entrega às causas em que acreditava.

“Oh filha, pois...” expressão que, habitualmente, usava como forma de, metaforicamente, me *impulsionar* para um novo degrau da *escada* do árduo percurso que se avizinhava mas, concomitantemente, aliciante.

Em suma, Muito Obrigada Prof. Ernâni Lopes, pelos momentos de ininterrupta aprendizagem neste mundo em que vivemos e que recordo, de acordo com as suas palavras, se trata de um *“mundo mutável e incerto”* em que *“a História não conhece impasses”* pois *“só o tempo tem todo o tempo para ultrapassar o tempo”* e no qual *“nós só seremos nós, quando formos além de nós”*.

RESUMO

TEMA DA TESE:

A dimensão cultural da Lusofonia como factor de relevância económica

No âmbito do curso de Doutoramento em Estudos Europeus – Dominante Económica, a questão central desta tese versa *A dimensão cultural da Lusofonia como factor de relevância económica*.

A abordagem introdutória do tema passa pela análise da natureza conceptual da Lusofonia assente nos seus fundamentos teóricos, de acordo com os seus significados possíveis, a sua dimensão universalista, a sua cobertura geográfica e a importância do mar enquanto elemento densificador do Espaço Lusófono.

Posteriormente, o processo de investigação debruça-se sobre a sua questão central – compreender como a dimensão cultural da Lusofonia pode ou não constituir um factor de relevância económica, dependendo da sua capacidade de proactividade e da valência dos seus activos, nas suas diversas vertentes associadas, tais como a língua e as múltiplas manifestações/tradições/actividades culturais, no sentido de se verificar se a Lusofonia representa uma base para a intensificação das relações económicas no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Seguidamente, o potencial da presença lusófona é também explorado, partindo da abordagem de alguns aspectos: o binário CPLP / Lusofonia; os espaços de integração regional que envolvem países lusófonos, com destaque para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e para alguns blocos regionais em África; os desafios que se colocam à União Europeia (UE) na dinamização desses espaços; a análise de dois casos particularmente relevantes neste contexto – Angola e Brasil; e a Lusofonia como vector portador de futuro, dispondo de alguns instrumentos fundamentais para assegurar a sua vitalidade.

Ulteriormente, é abordada a relação entre a UE e a Lusofonia ao abrigo da parceria estratégica estabelecida com África e com o Brasil, através da realização de algumas cimeiras e do estabelecimento de alguns Memorandos de Entendimento / Programas Estratégicos de Apoio.

No final, é ainda investigado o potencial das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) no espaço comunitário, através da sua definição, da análise do panorama do sector cultural e criativo em Portugal, da indicação de alguns dos efeitos positivos das ICC e dos apoios cedidos pela UE a este sector no caso dos países de África, Caraíbas e Pacífico.

Conclui-se que, de facto, a dimensão cultural da Lusofonia é um factor determinante de relevância económica – uma *questão estratégica fundamental* e uma *janela de oportunidade* para os Estados da CPLP, para além da síntese entre as vertentes europeia e atlântica de Portugal e da densificação do conceito de Espaço Lusófono.

PALAVRAS-CHAVE:

Lusofonia, Cultura, Relevância Económica, Cooperação, Língua, Espaço/Países Lusófono(s), CPLP, União Europeia, Mar, Indústrias Culturais e Criativas.

ABSTRACT

THESIS SUBJECT:

The cultural dimension of Lusophony as a factor of economic relevance

In the context of the PhD of European Studies – Economic Dominant, the central question of this thesis is about *The cultural dimension of Lusophony as a factor of economic relevance*. The approach begins with the analysis of conceptual nature of Lusophony based on their theoretical foundations, according to their possible meanings, its universalistic dimension, geographical coverage and the importance of the sea as part of the Lusophone Space densifying.

Then, the research process focuses on its central question – to understand how the Lusophony cultural dimension may or may not be a factor of economic relevance depending on its proactivity ability and the valence of its assets in its various related aspects, such as language and the multiple cultural events / traditions / activities, in order to verify if the Lusophony provides a basis for the intensification of economic relations within the Community of Portuguese Language Countries (CPLC).

Subsequently, the potential lusophone presence is also explored, based on the approach of some aspects, namely the binary CPLC / Lusophony; the areas of regional integration involving Portuguese speaking countries, with emphasis on the Southern Common Market (MERCOSUR) and some regional blocs in Africa; the challenges faced by the European Union (EU) in the dynamics of these spaces; the analysis of two cases particularly relevant in this context – Angola and Brazil; and the Lusophony as a vector carrying the future, with some key instruments to ensure its vitality.

After that, the relationship between the EU and Lusophony is analysed under the strategic partnership with Africa and Brazil through some summits and Memoranda of Understanding / Strategic Programmes of Support.

At the end, the potential of Cultural and Creative Industries (CCI) is still investigated in the community space, through its definition, the analysis of cultural and creative sector overview in Portugal, the indication of some spill-over effects of CCI and the support granted by the EU to this sector in the African, Caribbean and Pacific (ACP) countries.

So it's possible to infer indeed that the cultural dimension of Lusophony is a key factor of economic relevance – a *fundamental strategic question* and an *opportunity window* to the states of the CPLC, in addition to the synthesis between the sides European and Atlantic from Portugal and the densification of Lusophone Space concept.

KEYWORDS:

Lusophony, Culture, Economic Relevance, Cooperation, Language, Lusophone(s) Space/Countries, CPLC, European Union, Sea, Cultural and Creative Industries.

RÉSUMÉ

THEME DE LA THÈSE:

La dimension culturelle de la Lusophonie comme un facteur de pertinence économique

Dans le cadre du cours de doctorat en études européennes – dominant économique, la question centrale de cette thèse est *La dimension culturelle de la Lusophonie comme un facteur de pertinence économique*. L'approche du thème d'introduction est l'analyse de la nature conceptuelle de la Lusophonie fondée sur ses fondements théoriques, en fonction de leurs significations possibles, sa dimension universelle, couverture géographique et l'importance de la mer dans le cadre de l'espace lusophone densifier.

Par la suite, l'enquête se concentre sur sa question centrale – comprendre comment la dimension culturelle de la Lusophonie peu ou ne peu pas être un facteur de pertinence économique en fonction de sa capacité de la proactivité et la valence de ses actifs dans ses divers aspects connexes comme la langue et les multiples événements / traditions / activités culturelles, afin de vérifier si la Lusophonie représente une base pour l'intensification des relations économiques au sein de la Communauté des Pays de Langue Portugaise (CPLP). Après, le potentielle de la lusophone présence est aussi exploré, de l'approche de certains aspects, à savoir: le binaire CPLP / Lusophonie; espaces d'intégration régionale qui impliquent des pays lusophones, en particulier le Marché Commun du Sud (MERCOSUR) et certains blocs régionaux en Afrique; les défis de l'Union Européenne (UE) dans la promotion de ces espaces; l'analyse de deux cas particulièrement pertinent – l'Angola et le Brésil; et la Lusophonie comme vecteur portant l'avenir avec quelques outils de base pour assurer sa vitalité. Ensuite, la relation entre l'UE et la Lusophonie est discutée dans le cadre du partenariat stratégique avec l'Afrique et le Brésil, grâce à la tenue de sommets et de certains de la mise en place de certains protocoles d'accord / d'appui stratégique à des programmes.

Enfin, le potentiel des Industries Culturelles et Créatives (ICC) est encore étudié au sein de l'espace communautaire à travers de leur définition, l'analyse du panorama de le secteur culturel et créatif en Portugal, l'indication de quelques effets positives des ICC et l'aide donnée par l'UE pour les pays d'Afrique, Caraïbes et Pacifique (ACP). Il est possible conclure, en fait, que la dimension culturelle de la Lusophonie est un facteur déterminant de pertinence économique – une *question stratégique fondamentale* et une *fenêtre de l'opportunité* pour les états de la CPLP, en plus de la synthèse entre les pentes européenne et atlantique du Portugal et de la densification de la notion de l'Espace Lusophone.

MOTS CLES:

Lusophonie, Culture, Pertinence Économique, Coopération, Langue, Espace/Pays Lusophone(s), CPLP, Union Européenne, Mer, Industries Culturelles et Créatives.